



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A URDIDURA ESPACIAL DO CAPITAL E DO
TRABALHO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO**

MARCELO RODRIGUES MENDONÇA

PRESIDENTE PRUDENTE

2004

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A URDIDURA ESPACIAL DO CAPITAL E DO
TRABALHO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO**

MARCELO RODRIGUES MENDONÇA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Antonio Thomaz Júnior

PRESIDENTE PRUDENTE

2004

**A URDIDURA ESPACIAL DO CAPITAL E DO
TRABALHO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO**

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente e Orientador
Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

2º Examinador
Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

3º Examinador
Prof. Dr. João Cleps Júnior

4º Examinador
Prof.^a Dr.^a Helena Angélica de Mesquita

5º Examinador
Prof. Dr. João Edimilson Fabrini

.....
Marcelo Rodrigues Mendonça

Presidente Prudente, 22 de setembro de 2004.

Resultado: APROVADO

NOTA PRÉVIA

No início, as trevas,
 O improvável povoava os corações.
 De repente, uma faísca, um lampejo.
 Alguém teve a idéia de mudar as coisas de lugar.
 E a cada nova idéia, novas cores riscavam os céus da apatia.
 E assim se fez a luz.

LUIZ FAFAU

A história precisa ser cultivada, para que não nos esqueçamos das nossas trajetórias e, assim, possamos assegurar a certeza de quem somos. O *sentido de pertencimento* é condição para a caminhada histórica dos trabalhadores. A naturalização do social é insistentemente proposta como forma de amainar as mazelas provocadas pela expropriação, precarização e superexploração a que, historicamente, os trabalhadores estão submetidos. Cuidar para que o compromisso com uma nova sociedade seja realidade é uma tarefa hercúlea, porém, mais do que nunca, necessária.

A omissão política e a falta de pesquisas que possam apontar as seqüelas propiciadas pela adoção dos novos padrões agrícolas, técnicos e gerenciais nas áreas de Cerrado e, sobretudo, de controle sobre o trabalho, incomodam sobremaneira. E, é a partir dessa preocupação que esta pesquisa se constrói. É certo que esse olhar é o olhar de quem vivenciou o processo de desterritorialização dos *povos cerradeiros*, salto marcante na precarização do trabalho, na medida em que, empurrados para as periferias urbanas, não conseguiram entender as “promessas civilizatórias” apontadas pelo Estado (educação, saúde, lazer, emprego etc). A partir da modernização da agricultura, o capital ocupou de forma “racional” e indiscriminada as áreas de Cerrado com elevado patamar técnico e tecnológico, poupador de trabalho, impondo medidas modernizantes, com o intuito de “libertar” a terra para as grandes empresas rurais.

Depoimentos de antigos moradores das áreas rurais que foram deslocados para os centros urbanos mostram que os mesmos ficaram abandonados à própria sorte, sem saber o que fazer. E pior... sem a terra, fonte primeira de sobrevivência, que assegurava a alimentação, a dignidade e, acima de tudo, a liberdade, no sentido de ter relativa autonomia acerca do trabalho e de poder viver sem muitas preocupações.

Na cidade, as luzes, a velocidade, o barulho, as cores, as festas, as músicas, as pessoas, tudo fascinava. Novos valores, novos hábitos impunham a certeza de que deveríamos negar toda a nossa história para podermos ser aceitos; uma vez que não restava mais a possibilidade da terra (e agora não a queríamos), então que tentássemos ser como aquelas pessoas, que pareciam felizes como crianças diante das vitrines de biscoitos, chocolates e roupas de marca.

De repente, como *flashes*, as coisas foram se arrumando, ou melhor, percebemos que estavam arrumadas, e que não havia lugares para nós (os recém-chegados), denominados pejorativamente de caipiras e atrasados. A estratégia foi aprender rápido tudo que pudesse nos fazer igual àqueles que nos ridicularizavam. Isso implicava em negar a trajetória construída por gerações – a *identidade camponesa*, resultando em confusões identitárias e em conflitos homéricos com os nossos pares.

Ainda assim, verificamos que continuávamos a ser caipiras, todavia, aceitos, mesmo porque as diferenças culturais aos poucos se acomodavam e apareciam, de fato, as diferenças sociais. A distância dos locais de moradia, os tipos de trabalho, a qualidade da escola, os lugares que freqüentávamos etc., tudo indicava que havia coisas a serem (des)arrumadas, e isso incomodava, inclusive, parentes e amigos que, vivenciando condições semelhantes, salientavam que “sonhos não enchem a barriga” e que precisávamos assentar os pés no chão e aceitar o destino imposto. O capital impunha novos comportamentos, hábitos e atitudes, assenhorando-se de nossas subjetividades, fazendo com que negássemos nossas origens e nos tornássemos meros expectadores falantes das *personas do capital*.

Tínhamos medo, mas a impetuosidade necessária e própria dos jovens nos impelia a seguir adiante. Havia algo de errado. Não era possível concordar com a situação e, acima de tudo, pensar que era normal assistir milhares de crianças sem escola e sem comida decentes, morando em casebres pouco iluminados e em ruas escuras e poeirentas, sempre com vontade de comer alguma coisa, de preferência que fosse gostosa, pois as agruras eram tantas que uma simples bala era suficiente para alegrar a vida. Assistir os pais chegarem no final da tarde sem dinheiro e sem perspectivas, o que obrigava mães e filhos menores a fazerem “bicos” para sobreviverem, era algo corriqueiro nas vizinhanças.

Essa situação, vivenciada enquanto *sujeito cerradeiro* desterritorializado, não é específica daqueles que perderam suas terras e tentaram reconstruir suas vidas na cidade, mas é também de milhares de brasileiros, por que mesmo aqueles que nunca tiveram terras para delas serem expulsos viveram e ainda vivem condições semelhantes e, às vezes, mais aviltantes.

Angústias, tristezas que cantadas em verso e prosa e ainda presentes nos *causos* das rodinhas de amigos e/ou nos festejos, e até em velórios, pois é onde se consegue reunir velhos amigos e parentes distante, são percebidas com clareza, principalmente nos mais velhos, as memórias que relembram os tempos idos com lágrimas escorrendo pelos rostos cravados de rugas e de dores. A maioria não compreende o que ocorreu, apenas dizem que não podiam fazer nada, que era algo muito forte e/ou que não sabiam das conseqüências. De fato, não podiam prever, pois se pudessem não aceitariam o *cabresto* e, juntos, teriam modificado ou se negado a aceitar essa ordem de coisas.

Basta! Vamos começar logo essa prosa, pois não vou ficar lembrando dessas histórias. Estamos em acordo com o argumento de que não precisamos socializar a miséria e as tristezas, mas a fartura e as alegrias. Cremos que a leitura do território (e nós construímos territórios) nos anima para pensarmos estratégias e ações políticas voltadas aos interesses dos trabalhadores.

A esperança não acabou. Resta-nos a certeza de que a compreensão dessa processualidade histórica e social é condição para lutarmos contra as imposições do capital, escudadas no aparato político e ideológico estatal, e apontarmos novas propostas de arrumação das coisas no espaço. Que possamos enxergar as contradições, as clivagens, e fazermos as “leituras” do território a partir das histórias de vida, das lutas, dos anseios e desejos dos trabalhadores desterritorializados, precarizados e superexplorados e assim construir a luz para “alumiar” nossas ações rumo à emancipação social.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa, nas suas mais diversas fases, sempre conta com as mais diferentes pessoas e instituições que contribuem, cada qual ao seu modo, para o pesquisador construir sua caminhada. A todos os trabalhadores, e demais entrevistados, familiares, professores, alunos, amigos, entidades e instituições que se dispuseram a colaborar com a realização dessa pesquisa, o meu apreço e gratidão. Dentre estes, agradeço:

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente.

À banca de qualificação, pela reflexão oriunda do debate e provocações instigantes, muitas ainda nos acompanham, Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro e Prof. Dr. José Gilberto de Souza.

Ao Curso de Geografia do Campus de Catalão (UFG).

Aos funcionários do Campus de Catalão (UFG), em especial da biblioteca, pela atenção a nós dispensada.

Ao Campus de Catalão – UFG e à Prefeitura Municipal de Catalão pela licença remunerada (02 anos), fundamental para a realização da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, que se tornou um grande amigo no processo e orientação/construção da pesquisa e, ainda, pelo compromisso político e responsabilidade social, que nos anima a manter as convicções e as utopias rumo às ações emancipatórias.

Aos amigos, companheiros de tantas jornadas científicas, Marcelo Carvalhal, Terezinha Brumatti, María Franco, Marcelo Chelloti, Sílvia Regina, Sônia Ribeiro, Edvaldo Lima, Dênis Richter, Rusvênia Batista, Marlon Medeiros, Edgar Aparecido, Sívio Simeone, Celso Locatel, Anderson Antônio, Nelson Pedon, Marcelino Andrade, Jones Dari, José Augusto, Adriana Olívia, Robson Munhoz e tantos outros que alegraram as conversas regadas a poesias, utopias e a certeza de que estamos no caminho certo.

Aos amigos professores pelo apoio e incentivo para a conclusão da pesquisa: Laurindo Elias Pedrosa, Manoel Rodrigues Chaves, Paulo Henrique K. Orlando, Gilmar Alves de Avelar e, em especial, à Helena Angélica de Mesquita, pelo auxílio nas horas mais difíceis.

Aos estudantes do Curso de Geografia do Campus de Catalão-UFG, com quem convivemos nos últimos anos, nas discussões teóricas, nas pesquisas de campo e nos

“bons papos” informais. Em especial a Marcelo Venâncio, André de Oliveira, Adriana Valéria, Sandra Alves, Aline Nascimento, Renata Paulo, Jaqueline Cássia, Jaqueline Simões, José Luiz Vaz, Regina Ribeiro, Mara Aparecida e tantos outros que sempre se dispuseram a contribuir.

À Branca que fez valiosas contribuições nas leituras pelas madrugadas de agosto, sempre animando e pensando “novas teses”.

Aos companheiros(as) e pesquisadores(as) do NEPSA – Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais – UFG – Catalão, que sempre compreenderam a luta social como uma construção permanente e necessária.

Ao CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – FCT/UNESP/Presidente Prudente e aos Cegetianos que se dedicam a pesquisar as manifestações geográficas do trabalho como possibilidades emancipatórias.

Aos companheiros do MST, do MAB e demais entidades, que se colocam na luta contra o capital e nos ensinam antigas (mas novas) lições.

Aos amigos para sempre, daqueles que estão juntos na abundância, mas principalmente nos momentos de privação: Dinalva Donizete Ribeiro e Adriano Rodrigues de Oliveira. E à *bancada geográfica catalana* que alça vãos mais distantes, Leo Mendes, Viviane Sussumo, Clenilda Felipe, Laudiene Teixeira, Magda Valéria, Patrícia Matos, Marise Vicente, Cláudia Costa, Andréa Arruda, e tantos outros, que certamente caminharão na busca por aprender um pouco mais de *vida geográfica*.

Aos meus familiares, com carinho especial. Aos meus irmãos, com quem partilhamos momentos de grandes alegrias, José Aguiar, Marciane Mendonça, Meire Cristina, Ana Paula e Fernanda Rodrigues. Essa conquista é de todos nós.

Com carinho, à Valdivina Rodrigues, que apoiou e disponibilizou as condições para a impressão do texto final. E à D^a Abadia Matos, que sem entender muito bem o que acontecia, sempre apoiava dizendo que “devia ser importante pra ele e se era, ela ajudava da melhor forma possível”.

Ao Moacir Mendonça, um amigo especial, que acompanhou parte do trabalho de campo e ensinava na sua forma simples de ser. Ao Rubens Rodrigues de Cássia que facilitava as idas ao campo e nos auxiliava com informações e dados.

Ao Prof. Edinedes de Almeida e à Prof^a Marli Mesquita, que gentilmente viabilizaram a aplicação dos questionários no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde – Escola Estadual Gilberto Arruda Falcão, e Distrito de Pires Belo – Escola Estadual Carolina Vaz da Costa.

Aos professores João Batista de Deus, Manoel Calaça, Eguimar Felício Chaveiro, Maria Erlan Inocêncio, pelo companheirismo, pelas conversas instigantes e pela disponibilização de dados.

Aos comunistas, que ao longo do século XX construíram ações políticas e, ainda hoje, mantém a *chama viva*.

À Mônica Kélen da Silva e Nadim Antônio Martins pela presteza e disposição na finalização da pesquisa.

Ao CNPq por conta dos recursos concedidos ao projeto "Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho", sob a coordenação do professor Dr. Antonio Thomaz Júnior, vinculado à alínea universal.

À AGB Seção Catalão, onde a reflexão geográfica é fomentada a partir de uma intervenção qualificada na realidade social, e aos agebeanos Horieste Gomes e João de Castro, pela paixão geográfica.

À todos, muito obrigado...

Aos meus avós,

Carolina Martins de Avelar (*in memorian*), pelo carinho e ternura.

José Mendonça de Avelar (*in memorian*), pelo amor à terra.

Cacildo Rodrigues, pela capacidade de acreditar na vida.

Aos meus pais,

Didi Mendonça, um *trabalhador da terra* que luta ainda hoje para retornar à terra.

Alda Mendonça, professora – que mesmo com as dificuldades da vida, nunca perdeu a capacidade de sonhar...

À Ângela, companheira de todas as horas, carinho e admiração.

Ao Afonso e à Marcela que significam sonhos realizados e a certeza de que tudo vale a pena.

Aos trabalhadores da terra e aos camponeses que lutam pela terra e pela reforma agrária pelos sertões brasileiros.

DES-VELAR OS 500

*É des-velar a história, viu, menino?!
Tirar o véu que cobre, de mentiras,
a história que você, menina, aprende ainda
hoje
na TV,
na escola,
nos discursos que jogam lá do alto
do poder e do lucro.*

*Esses 500 todos que te em-globam,
Brasil (Brasil efemeitizado),
foram e são
(virão a ser um dia!)
outros 500...
É des-velar a história
e revelar a vida.*

*É descobrir que não nos descobriram
e que cegaram despiudadamente
(que tentaram cegar)
5 milhões de mananciais indígenas
e outros milhões de liberdades negras.*

*É quebrantar a cara de tanto bandeirante
monumento-vergonha
amassado de sangue e de cobiça.
É dar o nome certo
-de genocida do país irmão -
ao Duque de Caxias.*

*É desfolclorizar o Aruanã
e devolver, por fim, a cada povo
seu nome, sua terra, seu futuro.
É respeitar a lua e a escada florestal
por onde desce o Deus-Tupã,
por onde querem seguir subindo
as ancestrais cantigas*

*É revelar as lutas, a beleza,
o arco-íris de nações e rostos
do Brasil verdadeiro
(tão mal-contado, tão roubado ainda,
tão necessariamente liberando!)
O grito de Sepé Tiaraju,
o rosto de Zumbi,
o cajado de Antônio Conselheiro,
a teimosia em flor de Margarida,
a herança do Xicão...*

*É recordar, com sangue na memória,
cobrando da Justiça,
que massacrando povo camponês
em Eldorado
houve um governador e uns comandantes.*

*É perguntar à alma da bandeira
- que ordem é a "ordem",
que progresso, o "progresso"?
É des-velar e revelar a História,
em cada coração
em todas as veredas
deste outro Brasil
desses outros 500*

D. Pedro Casaldáliga

SUMÁRIO

Índice de Figuras	14
Índice de Fotos	15
Índice de Gráficos	18
Índice de Tabelas	19
Lista de Siglas	20
Resumo	25
Abstract	26
Apresentação	27
Introdução	38
Tecendo essa Prosa	48
I A URDIDURA ESPACIAL: CAPITAL, TRABALHO E GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE	58
I.1 Capital e Capitalismo	59
I.2 A Natureza Civilizatória do Capital	74
I.3 A Natureza Contemporânea do Trabalho	83
I.4 Problematizando a Reflexão: As Tendências das Pesquisas em Geografia Agrária	98
I.5 A Contribuição dos Geógrafos para a <i>Geografia do Trabalho</i>	108
I.5.1 As Pesquisas no CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.....	116
I.6 É Assim que vou Começar...	118
II AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CERRADO GOIANO	125
II.1 As Paisagens Rurais Goianas: O Sertão	126
II.2 O Território: Uma “Leitura” a partir do Capital e do Trabalho	139
II.3 O Sertão Vai Acabar? Do Carro-de-Boi ao Caminhão	144
II.4 A (Re)Definição da Relação Cidade-Campo: A Civilização Urbana e Industrial	147
II.5 As Transformações Espaciais: “Leituras” de Goiás	252
II.6 As Tramas Espaciais: Capital e Trabalho no Sudeste Goiano	162

II.7	A Modernização Capitalista nas Áreas de Cerrado em Goiás	172
II.8	As Mudanças Espaciais e as Pesquisas Geográficas no Sudeste Goiano	177
III	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS NO SUDESTE GOIANO	189
III.1	A Regulamentação do Trabalho e das Empresas Rurais: O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964)	190
III.2	As Políticas de Planejamento: O Estado Abre Caminhos para o Capital nas Áreas de Cerrado	195
III.2.1	A Fusão do Capital Transnacional e do Estado Brasileiro: As Primeiras Experiências no Cerrado e o PRODECER	202
III.3	A Reestruturação Produtiva do Capital: A Modernização da Agricultura nas de Cerrado	213
III.4	As Empresas Rurais nas Chapadas: A Sojicultura no Sudeste Goiano	231
III.4.1	Capital x Trabalho nos Municípios Pesquisados: Catalão, Campo Alegre, Ipameri e Pires do Rio	237
III.5	Heterogeneização, Complexificação e Precarização do Trabalho nas Chapadas	262
III.6	O Sertão Vai Virar Mar...	271
IV	A OCUPAÇÃO INDISCRIMINADA DAS ÁREAS DE CHAPADAS: TRABALHO E <i>POVOS CERRADEIROS</i>	276
IV.1	<i>A Pobreza das Áreas Cerradeiras</i> : Os Estereótipos Construídos pelo Capital	280
IV.2	As Formas de Uso e Exploração da Terra e as Relações Sociais de Trabalho nas Áreas de Chapadas	289
IV.3	A Modernização Conservadora nas Chapadas do Sudeste Goiano	295
IV.3.1	As Mudanças no Trabalho nas Chapadas do Sudeste Goiano	302
IV.5	A Questão Ambiental: Sustentabilidade Social ou Sustentabilidade para o Capital?	306
IV.6	Os <i>Povos Cerradeiros</i> : Novos Sujeitos Sociais?	325
V	TERRA, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS CERRADEIROS	332
V.1	Os Movimentos Sociais Rurais e a Luta pela Emancipação dos Trabalhadores em Goiás	333
V.2	Leituras Geográficas dos Movimentos Sociais	348

V.3	Novas Relações de Classe, Novos Movimentos Sociais e o Sindicalismo nos Anos 1970: Do Assistencialismo à Construção de Alternativas Emancipatórias	357
V.3.1	A Caminhada do Povo de Deus: A Diocese de Goiás-GO, a Comissão Pastoral da Terra e o Surgimento da Oposição Sindical dos <i>Trabalhadores Rurais</i>	364
V.4	A Aliança Estado e Capital: A Violência Contra os <i>Trabalhadores da Terra</i> em Goiás	373
V.5	Os Movimentos Sociais Emancipatórios: O MST e o MAB	380
V.6	A Luta pela Terra: O MST no Sudeste Goiano	390
V.7	A Luta pela Permanência na Terra: O MAB no Sudeste Goiano	398
	A Prosa Urdida: Alguns Apontamentos	416
	A Luta pela Gestão do Espaço: a “Reconquista” do Território.....	425
	Bibliografia	430

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Ocupação Racional e Indiscriminada das Áreas de Chapadas – Catalão/Sudeste Goiano (2002).....	133
Figura 02 – Estrada de Ferro de Goiás (Principais Estações – Sudeste Goiano.....)	159
Figura 03 – Sudeste Goiano: Estado de Goiás	163
Figura 04 – Brasil: Localização dos Projetos do PRODECER (2004)	200
Figura 05 – PRODECER II: Expansão em Goiás (Municípios Atendidos) – Projeto Paineiras no Sudeste Goiano – 2004	205
Figura 06 – Exportação do Complexo Soja. Brasil (1992-2002)	246
Figura 07 – Estado de Goiás. Produção de Soja – 2003	247
Figura 08 – Estado de Goiás. Produção de Milho – 2003	248
Figura 09 – Brasil: Domínio Original do Cerrado	287
Figura 10 – Imagem de satélite mostrando a concentração de pivots numa empresa rural. Fazenda Maringá no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde – Sudeste Goiano	316
Figura 11A e 11B – Mostram a retração da vegetação nativa no Brasil entre 1950 e 2000 destacando a ocupação “racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado	319
Figura 12 – Brasil: vegetação-cobertura atual – 2000	320
Figura 13 – Cobertura Vegetal do Estado de Goiás, 2000 (Sudeste Goiano).....	322
Figura 14 – Principais Conflitos pela posse da terra no Estado de Goiás (1948-1964)	335
Figura 15 – Acampamentos e assentamentos existentes na área da Diocese Goiás 2004	367
Figura 16 – Estado de Goiás: Localização dos AHE’s, em operação, em construção, em outorga e planejados (2004)	388
Figura 17 – Acampamentos e assentamentos segundo os municípios goianos – 2004	392
Figura 18 – AHE’s em operação, em construção, em outorga e planejados no Sudeste Goiano (2004)	401

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 – Moradia típica de camponeses e <i>trabalhadores da terras</i> nas áreas de Cerrado. O rancho é coberto com folhas de buritis, paredes de adobe e chão de terra batida. Povoado de Santo Antônio – Cachorro Sentado/MG, fronteira com Goiás	37
Foto 02 - Moradia típica dos grandes proprietários rurais nas áreas de Cerrado nas proximidades de uma vereda	129
Foto 03 - Moradia típica dos <i>trabalhadores da terra</i> nas áreas de Cerrado	130
Foto 04 – Vista aérea de complexos de granjas no Sudoeste Goiano	132
Foto 05 – Colheita mecanizada de feijão irrigado. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	181
Foto 06 – Cultivo de trigo irrigado nas áreas de Cerrado. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	219
Foto 07 – Vista aérea da Fazenda Maringá. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	234
Foto 08 – Agropecuária Rampelotti. Escritório em Catalão-GO (Sudeste Goiano)	238
Foto 09 – Algodão. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano)	239
Foto 10 – Cafezal. Após a primeira colheita foi substituído pelo cultivo de soja e trigo irrigado. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	241
Foto 11 – Alojamento coletivo de trabalhadores safristas. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	256
Foto 12 – Colônia de Trabalhadores Permanentes – Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde – Sudeste Goiano	256
Foto 13 – Alojamento de trabalhadores temporários (bóias-frias). Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	257
Foto 14 – Comunicado aos trabalhadores. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)...	259
Foto 15 – Trabalhador temporário na colheita do café. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	264
Foto 16 – Trabalhador Bóia-fria (56 anos) na tarefa de arrancar feijão. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	265
Foto 17 – Lavoura de tomate. Colheita, encaixotamento e carregamento do caminhão. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano)	265

Foto 18 – Galpões para a criação de aves em sistema integrado. Pires do Rio (Sudeste Goiano)	269
Foto 19 – Cultivos irrigados – soja e trigo. Ao fundo, nascente devastada. Chapadão Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	269
Foto 20 – Camponês em áreas de fundo de vale (Rio São Marcos). Essa propriedade está dentro do perímetro da barragem Serra do Facão. Município de Catalão (Sudeste Goiano)	270
Foto 21 – Vegetação natural (Cerrado). Distrito Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	282
Foto 22 – Área em desmatamento. Município de Guarda-Mor/MG - fronteira com o Município de Catalão/GO	284
Foto 23 – Carvoeira para aproveitamento de parcela da vegetação derrubada. Trata-se da retirada do Cerrado para a implementação da pecuária e/ou de cultivos modernos. Município de Guarda-Mor/MG, fronteira com o Município de Catalão/GO	284
Foto 24 – Nascente de vereda, cercada por lavouras temporárias. Ao fundo observa-se um dos principais cursos d’água da região. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	310
Foto 25 – Ao fundo observa-se a mesma vereda com as nascentes represadas (buritis afogados e mortos). Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano) ...	311
Foto 26 – Após o represamento das nascentes da vereda foi construído um canal de drenagem para captação da água para ser utilizada na irrigação. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	311
Foto 27 – Vereda queimada, em estágio de recuperação, no detalhe, recomposição por gramíneas rebrotando. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	312
Foto 28 – Depósito a céu aberto de vasilhames de agrotóxicos situado no pátio de uma empresa rural, a poucos metros de nascentes de veredas. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	317
Foto 29 – Vasilhames de agrotóxicos encontrados às margens do Rio São Marcos, um dos mais importantes cursos d’água da bacia do Alto Paraná. Em segundo plano, observa-se a despreocupação do banhista com os riscos para a saúde. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	317
Foto 30 – Represamento do Ribeirão Imburuçu – afluente do Rio São Marcos – abastecedor dos pivots do Projeto Paineiras. Ao fundo, vereda degradada pelo represamento. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano)	318
Foto 31 – Acampamento de Sem Terra (MST) às margens da BR-050 – Córrego Capão Dantas/Catalão-GO (Sudeste Goiano)	396

Foto 32 – Acampamento às margens da BR-050 – Trevo de acesso a Catalão-GO. (Sudeste Goiano)	397
Foto 33 – Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho. Catalão-Goiás	403
Foto 34 – Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho. Ponte dos Carapinas – Rio São Marcos (Catalão-GO)	406

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Área em Catalão (1970-1996)	167
Gráfico 02 - Trabalhadores Permanentes e Temporários no Campo (Catalão-GO)	180
Gráfico 03 - Tratores: Goiás (1970-1996)	209
Gráfico 04 - Arados e Colheitadeiras em Goiás (1970-1996)	210
Gráfico 05 - Arados e Colheitadeiras em Catalão-GO (1970-1996)	210
Gráfico 06 - Uso de Fertilizantes e Calcário em Goiás (1980-1996)	220
Gráfico 07 - Produção de Arroz e Soja no Brasil (1964 a 2001)	221
Gráfico 08 - Produção de Arroz e Soja em Goiás (1970-2004)	222
Gráfico 09 - Produção de Arroz e Soja em Catalão (1970-2004)	222
Gráfico 10 - Produção Agrícola: Brasil (1964 a 2001)	234
Gráfico 11 - Principais Cultivos de Goiás e Catalão (2004)	235
Gráfico 12 - Produção de Soja nas Áreas de Cerrado (1996-2001)	235
Gráfico 13 - Evolução da Produção de Soja (1996-2001)	236
Gráfico 14 - Evolução da Produção de Milho (1970-2000)	243
Gráfico 15 - Goiás: Pessoal Ocupado no Campo (1970-1996)	303
Gráfico 16 – Fontes de Captação de Água para Irrigação – Projeto Paineiras (2001)	309
Gráfico 17 - Situação das Veredas na Chapada de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano)	310

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Naturais e não naturais na população do município de Catalão e do Estado de Goiás em 1970 e 1991	183
Tabela 02 - Evolução da população residente – municípios da microrregião de Catalão (1970 a 2000).....	184
Tabela 03 - Estado de Goiás: evolução do número de cidades entre o ano de 1970 e 2000	185
Tabela 04 - Evolução da população urbana e rural do município de Catalão entre 1960 a 2000	186
Tabela 05 - Crédito rural: agropecuária – financiamentos concedidos por categoria (1965-2000)	217
Tabela 06 - Violência contra a pessoa no campo – variação relativa (%) 1999-2003	382
Tabela 07 - Consumo de energia elétrica por setor no Brasil	384
Tabela 08 - Oferta interna de energia por fonte (%)	387

LISTA DE SIGLAS

ABI = Associação Brasileira de Imprensa

ABRA = Associação Brasileira de Reforma Agrária

AC = Acre

ACAR = Associação de Crédito e Assistência Rural

ADCAC = Associação dos Docentes do Campus de Catalão

AGB = Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão

AHE = Aproveitamento Hidroelétrico

AL = Alagoas

AM = Amazonas

ANDES = Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior

ANEEL = Agência Nacional de Energia Elétrica

AP = Amapá

BA = Bahia

BDMG = Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

BEG = Banco do Estado de Goiás

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BR = Brasil

CAC = Campus de Catalão/Universidade Federal de Goiás

CAC = Cooperativa Agrícola de Cotia

CAGEO = Centro Acadêmico do Curso de Geografia

CAI = Complexo Agro-Industrial

CAMPO = Companhia de Promoção Agrícola

CANG = Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAVIC = Cooperativa dos Avicultores de Catalão

CBA = Companhia Brasileira de Alumínio

CE = Ceará

CEB = Comunidade Eclesial de Base

CEDI = Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEMOSI = Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”

CMB = Comissão Mundial de Barragens

CNBB = Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG = Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPAC = Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT = Comissão Pastoral da Terra
CSC = Corrente Sindical Classista
CUT = Central Única dos Trabalhadores
DACC = Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão (CAC/UFG)
DIEESE = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DF = Distrito Federal
EIA = Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS = Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EMATER = Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER = Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES = Espírito Santo
FAEG = Federação da Agricultura do Estado de Goiás
FCT = Faculdade de Ciência e Tecnologia (UNESP – Presidente Prudente/SP)
FETAG = Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAEG = Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás
FETAEMG = Federação de Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais
FHC = Fernando Henrique Cardoso
FIALGO = Fundo de Incentivo a Cultura do Algodão
FIBGE = Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIESP = Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI = Fundo Monetário Internacional
FOMENTAR = Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FUNRURAL = Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEFAC = Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão
GO = Goiás
IBASE = Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – RJ
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS = Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IFCH/USP = Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA = Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPEACO = Instituto de Pesquisa Agrônômica do Centro-Oeste

IPTU = Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS = Imposto Sobre Serviços

JICA = Agência de Cooperação Internacional do Japão - Brasil

LEMTO = Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades

MA = Maranhão

MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens

METABASE = Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos e de Minerais Não Metálicos de Catalão

MG = Minas Gerais

MMA = Ministério do Meio Ambiente

MME = Ministério das Minas e Energia

MS = Mato Grosso do Sul

MST = Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MT = Mato Grosso

MW = Megawatts

NEAD = Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEPSA/CAC = Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais/Campus de Catalão

OAB = Ordem dos Advogados do Brasil

ONG = Organização Não-Governamental

ONU = Organização das Nações Unidas

OSTR/GO = Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais/Goiás

PA = Pará

PADAP = Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba.

PAEG = Plano de Ação Econômica do Governo

PB = Paraíba

PBA = Plano Básico de Ação

PCB = Partido Comunista Brasileiro

PC do B = Partido Comunista do Brasil

PCHs = Pequenas Centrais Elétricas

PCI = Programa de Crédito Integrado

PE = Pernambuco

PI = Piauí

PIS = Programa de Integração Social

PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND = Programa Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PR = Paraná

PROAGRO = Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROÁLCOOL = Programa Nacional do Alcool

PROALGO = Programa de Apoio à Produção de Algodão

PRODECER = Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PT = Partido dos Trabalhadores

PTB = Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-SP = Pontifícia Universidade Católica/São Paulo

RIMA = Relatório de Impacto no Meio Ambiente

RJ = Rio de Janeiro

RN = Rio Grande do Norte

RO = Rondônia

RR = Roraima

RS = Rio Grande do Sul

SC = Santa Catarina

SE = Sergipe

SEADE = Sistema Estadual de Análises de Dados – São Paulo

SENAC = Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR = Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN = Secretaria de Planejamento do Governo Federal

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural

SP = São Paulo

STR = Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo

TO = Tocantins

UDR = União Democrática Ruralista

UFF/RJ = Universidade Federal Fluminense/Rio de Janeiro

UFRJ = Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFG = Universidade Federal de Goiás

UFRGS = Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP = Universidade Estadual Paulista

UNICAMP = Universidade de Campinas

UNIP = Universidade Paulista

USP = Universidade de São Paulo

WWF = World Wide Fund for Nature

RESUMO

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, promoveram uma efervescência política no campo brasileiro, propiciando uma agudização das contradições e redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A retomada dos movimentos sociais na luta pela terra significa a possibilidade de milhares de famílias desterritorializadas de se reterritorializar na efetiva realização da reforma agrária. A estratégia do capital se concretiza em novas formas de controle social, mas as alterações no conteúdo das classes sociais forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho, implicam em novas (re)arrumações espaciais, produto-produtor da *contradição viva* e, portanto, condição potencial para a emancipação social. A pesquisa está centrada na *geografia do trabalho* – a essência do Homem – a hominização criadora e potenciadora das ações humanas rumo à emancipação social – sendo tratada não enquanto uma nova corrente do pensamento geográfico, mas enquanto um “outro olhar” sobre a realidade social, enxergando “por dentro” as contradições, as clivagens e as fraturas a partir da territorialização do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. A relação com o meio-ambiente sofre brusca alteração, principalmente nas áreas de chapadas, até então pouco “aproveitadas”, pois apresentavam solos pouco férteis para cultivos intensivos e excesso de água no período chuvoso, o que dificultava as atividades agrícolas. Os chegantes, portadores do “progresso”, utilizam o aparato técnico e tecnológico disponível, mediante a disponibilização de pesquisas científicas, propiciando a transformação de áreas até então pouco produtivas em celeiros agrícolas. O custo social e ambiental da modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado, especificamente nas chapadas do Sudeste Goiano, é questionado sob a necessidade de uma releitura dessa processualidade histórica e social a partir do *metabolismo social do capital*. A reestruturação produtiva do capital, a flexibilização das relações sociais de produção e de trabalho, a mundialização do capital e a *re-invenção* das relações sociais submetidas a regramentos do mercado, tecem e conformam a *urdidura do capital e do trabalho no Sudeste Goiano*. Assim, o recorte espacial considera a natureza histórica e geográfica, mas não significa que essa situação é própria do território, pois é singular às formas de apropriação e produção implementadas pelo capital industrial e financeiro nos diversos territórios mundializados, que são momentaneamente disputados pelas *corporações em redes*. Os camponeses e *trabalhadores da terra* – *povos cerradeiros* – ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las ao se deslocarem para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificam a ocupação das terras, mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. As alterações no perfil do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva do capital, promovem o desemprego e a diminuição da qualidade de vida, possibilitando a diversos trabalhadores enxergarem, no retorno a terra, o resgate da *dignidade roubada* ou jamais conquistada.

ABSTRACT

The spatial transformations, caused by the fast changes in the restructuring of the capital have promoted a political effervescence in the Brazilian country, permitting increasing the contradictions, redefining the social movements in the fight for land. Means the possibility of thousands of landless families, that had their dignity stolen of restabilish themselves in an effective land reform. The capital's strategy that becomes effective in new forms of social control, due to the changes in content of social class, forged, in the facing of capital and work, this implies in new spatial (re) arrangements, product-producer of the living contradiction and, therefore, condition to a social emancipation. The theme's relevance – work for the Geographical science is treated not as a new trend of the Geographical thought, but as an – 'other look' on the social reality, seeing 'inside' the contradiction, founded in the relation capital x work. The work as founding, – the men's essence – the humanization creator and potential of human action towards the social emancipation. The relation with the environment suffers abupt change, mainly in the areas of plateau, until now, rarely used, because presented a not so fertile soil for intensive cultivation and execive water during the raining season, what made it difficult for agricultural activities. The newcomers, helders of 'progress', used the available technical and technological apparatus, face to the disponibilization of scientific researches, promoting the transformation of areas untill now almost unproductive in to agricultural granary. The social and environmental cost of modernization of agriculture in areas of scrub land (Cerrado) specifically at the goianos, south east plateau. The productive restructuring of capital and the 're-invention' of the social reations submitted to the ruling of the market, weave and conform the construction of capital and work at the Goiás south-east scrub land (Cerrado). This way, the spatial cut considers the historical nature and Geographical, although it doesn't mean that this situation is particular of territory, because it's singular to the forms of appropriation and production implemented by industrial and financial capital in the several world's territory that are momentarily disputed by net corporations. The peasants and land workers – cerradeiros – by losing their condition of existence in the country, try to regain - them moving to agricultural border zones and/or intensificate the occupation of areas by organizing social movements, which fight for land and for land reform. The changes in the work's profile, impulsed by the productive restructuring of capital, generate unemployment and the decreasing in quality of life, making several workers visualize, the return to the country as a rescue of the stolen dignity or never conquered.

APRESENTAÇÃO

O trem de Pirapora já passou por essa ponte
Perdido em Montes Claros, achado em Belo Horizonte...
Cadeira na calçada fugiu pra dentro de casa.
Na porta entreaberta espreita a cara zangada...
Cadê? Cadê? Cadeira na calçada?

(TREM DE PIRAPORA – SÁ E GUARABYRA)

A leitura das transformações espaciais no campo brasileiro e, especificamente, no Centro-Oeste se referencia no paradigma da modernização conservadora da agricultura¹, que se tornou o principal viés para a interpretação do espaço agrário, mediante a implementação das formas modernas de produção, pautadas nas técnicas e nas tecnologias, alterando consideravelmente o desenho espacial e territorial, portanto, as tramas do capital e do trabalho.

A “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, precisamente a partir da década de 1970, relaciona-se ao processo de crise do processo produtivo mundial – padrão de regulação – que explicitou mudanças no seio do *metabolismo social do capital* (MÉSZÁROS, 2002), mediante a hegemonia do capital financeiro, possibilitando um crescente endividamento dos “países periféricos” e a expansão de poucas grandes empresas pelos territórios mundiais. No Brasil, essa situação pode ser melhor compreendida a partir da decisão política, estatal/privada, de retomar a Marcha para o Oeste, idealizada desde o século XIX, mas, efetivamente implementada a partir de Getúlio Vargas, com o objetivo de ocupar de forma racional os “vazios demográficos”.

A construção de Goiânia, o rodoviarismo e a construção de Brasília expressam a opção política e econômica de “ocupar” o centro-norte do país, com prioridade para as áreas de Cerrado. As argumentações favoráveis eram diversas, desde a concepção de “vazios demográficos” até a idéia de que o Bioma Cerrado, tido e havido como improdutivo e subutilizado, poderia ser incorporado aos interesses mercadológicos, através dos avanços técnicos e científicos, atingindo o auge dos subsistemas que compõem as áreas de Cerrado. (WWF, 2000).

¹Nesta pesquisa, qualquer referência à modernização da agricultura é compreendida na perspectiva da modernização do capital, portanto como modernização conservadora. A modernização patrocinada pelo capital será sempre conservadora, pois reproduzirá de forma mais sofisticada a dominação, a exploração e a precarização do trabalho no processo de criação do valor e da apropriação/sujeição da renda da terra.

Dessa forma, foram construídas as ações políticas (planejamento econômico), as ações econômicas (capital privado nacional e transnacional), as ações sociais (melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da população local e regional) e as ações culturais (ideologia do atraso, do isolamento), entre tantas outras argumentações, com o intuito de criar *consensos sociais*, em torno da implementação das atividades modernizantes na agropecuária do Planalto Central. Essas motivações, no contexto da ditadura militar, praticamente não foram questionadas, possibilitando a “livre territorialização” do capital, negando a trajetória histórica dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*² que foram forçados a adotarem o moderno, a “civilização”, as formas de vida e visões de mundo centradas no mercado, hegemônicas pelos grandes complexos industriais e financeiros mundializados.

As transformações espaciais decorrentes dessas investidas culminaram em novas paisagens nas *áreas cerradeiras*. Da pecuária extensiva, da agricultura tradicional e camponesa restou muito pouco, pois a agropecuária moderna, com os maiores índices de produção e produtividade do país, expulsou as “velhas” formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteiras, para as áreas urbanas e/ou para os fundos de vales que se tornaram *refúgios* para os camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados. Em Goiás, a (re)arrumação espacial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à pecuária extensiva. Com a expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* que praticavam a agricultura camponesa, o direito de usufruto passou àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, vindos do sul do país, onde a agricultura moderna se iniciara a partir da década de 1950.

Os incentivos creditícios e fiscais, o baixo custo da terra, a topografia plana das chapadas, o clima favorável, a disponibilidade de água, a infra-estrutura construída pelo poder público e os diversos programas estatais estimularam os investimentos dos empresários rurais. Os novos proprietários rurais (muitos movidos pela possibilidade de reprodução ampliada de capitais, visto que nas áreas de origem a referida expansão estava dificultada, dentre outros fatores, pela valorização das terras) com tradição no cultivo de grãos chegam e

² *Trabalhadores da terra*, quando nos referimos àqueles que exercem labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc. que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.

fazem a *política de terra arrasada*, impondo valores, comportamentos e atitudes que negavam as experiências, as vivências e os saberes dos *povos cerradeiros*³.

A relação com o meio-ambiente sofre brusca alteração, principalmente nas áreas de chapadas, até então pouco “aproveitadas”, pois apresentavam solos pouco férteis para cultivos intensivos e excesso de água no período chuvoso, o que dificultava as atividades agrícolas. Os chegantes, portadores do “progresso”, utilizam o aparato técnico e tecnológico disponível, mediante a disponibilização das pesquisas científicas, propiciando a transformação de áreas até então pouco produtivas em celeiros agrícolas. O custo social e ambiental da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, especificamente nas chapadas do Sudeste Goiano, permeia a discussão apresentada.

As inovações técnicas e tecnológicas excluíram e excluem aqueles que não têm formação técnica necessária para o exercício das novas funções, forçando-os a migrar para outros lugares, em geral áreas urbanas. Contudo, sabe-se que não há emprego para todos, em função do “enxugamento” proposto pela reengenharia e pelas alterações no processo produtivo que, na origem, eliminam postos de trabalho. Todavia, o discurso da insuficiente qualificação dos camponeses e *trabalhadores da terra* é reforçado, para mascarar as razões da crise estrutural do capital, responsabilizando os excluídos pela sua condição sócio-econômica.

Dessa forma, há diferentes perspectivas para os *trabalhadores da terra*: alguns possuem um *saber-fazer* que consideram como uma qualificação, pois sabem trabalhar a terra e o que querem é apenas assegurar o sustento da família. Denotam clareza da sua especialidade no trato com a terra. Mas não é só isso, expressam a autonomia conferida pela posse da terra, e, daí, a necessidade de um pedaço de terra, na medida em que não estão totalmente separados do produto do seu trabalho. Outros desejam continuar trabalhando nas áreas urbanas, pois perderam a consciência de sua especialização (o trabalho na terra), incorporando os discursos da empregabilidade e aspiram ser operários, trabalhadores assalariados fixos, distanciando-se das suas origens e negando até mesmo o modo de vida rural.

A reestruturação produtiva do capital, que vem sendo implementada em âmbito mundial, mais precisamente nas áreas de Cerrado, mediante a territorialização

³ Refere-se às classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, denotando relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. Atualmente se configuram nos *trabalhadores da terra*, camponeses e demais trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital.

acelerada dos agentes do capital (empresas rurais, agroindústrias etc.), propiciou alterações nas relações sociais de produção, com profundas mudanças no trabalho e, especificamente, na ação política dos trabalhadores. Essa preocupação permeia a estrutura do trabalho ora apresentado. A “nova” organização da produção (flexibilização, desregulamentação etc.) e as conseqüentes mudanças nas relações sociais de trabalho (superexploração, sujeição, precarização etc.) ainda não foram totalmente assimiladas pelas organizações sociais e sindicais (sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, cooperativas, associações etc.), que não conseguiram dar as respostas adequadas às novas investidas do capital, seja no campo, seja na cidade.

Esse processo produz migrantes, altera as relações sociais de produção e introduz novas modalidades de trabalho. Como resultado das pesquisas de campo, observou-se o operador temporário de máquinas agrícolas, os trabalhadores temporários nas lavouras de soja, milho, trigo e algodão e, os *novos trabalhadores*, “adestrados” para operar os sistemas informacionais das modernas máquinas e implementos agrícolas que fazem parte da realidade do agronegócio no Sudeste Goiano.

Na pesquisa, buscou-se efetuar reflexões sobre as “leituras” que vêm sendo realizadas sobre a dinâmica no espaço agrário brasileiro, precisamente nas áreas de Cerrado, que desconsideram a trajetória histórica dos *povos cerradeiros* e, desses, principalmente dos *trabalhadores da terra*, desterritorializados pela modernização da agricultura. Alguns pesquisadores questionam o que há de novo no rural brasileiro, vez que o processo de “urbanização do campo” promoveu a concentração populacional nas áreas urbanas por meio da expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* da *terra de trabalho*⁴. Atualmente, uma parcela desses sujeitos sociais busca se reterritorializar através da luta pela terra e pela reforma agrária, incorporando-se aos diversos movimentos sociais, destacando-se o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Estes movimentos sociais concebem a reforma agrária como uma política que ultrapassa a mera distribuição de terras, questionando os modelos econômico e energético adotados pelo Estado e pelo capital.

As pesquisas que tratam da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado enfatizam as transformações espaciais (sociais e ambientais) a partir de duas opções teórico-metodológicas. De um lado, lamentam as mazelas sociais, descrevendo e caracterizando, minuciosamente, a condição imposta aos camponeses e *trabalhadores da*

⁴ Ver MARTINS, J. S. (1986).

terra, sem, contudo, considerar as alternativas viáveis e exequíveis que, historicamente, foram e continuam sendo implementadas pelos *povos cerradeiros*. De outro, fazem uma apologia ao modelo adotado – o agronegócio – que assegura produção e produtividade de grãos essenciais ao “bem-estar da humanidade” e, por isso, sem qualquer possibilidade de ser questionado. Na origem, essas duas abordagens se assemelham, pois acabam por apresentar um quadro que reforça as imposições do capital e as estratégias de controle social, não considerando as perspectivas políticas construídas pelos trabalhadores. Aos camponeses e *trabalhadores da terra* que não foram expulsos restaram as áreas dissecadas (fundos de vales), que não puderam ser incorporados pela agricultura moderna em virtude das condições orográficas.

O desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas, como a agricultura *part-time* e a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas), passaram a ser apresentadas como a alternativa para os conflitos fundiários no país. (SILVA, 1999). A “solução” passou a ser a implementação de atividades não-agrícolas, inseridas a partir do processo de urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), consorciadas com atividades de preservação do meio ambiente e pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que buscam “nichos de mercado” muito específicos para a sua inserção econômica. Essa tese não considera a existência de uma agricultura camponesa, tampouco de um *ethos de campesinidade* (WOORTMAM, 1997) que perpassa as manifestações sociais e culturais de grande parcela dos *povos cerradeiros*.

A necessidade de políticas compensatórias, que reforçaram o assistencialismo oficial e/ou a *indigência assistida* onde estão milhares de famílias, mascaram a complexa situação em que vivem os trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária no Brasil. A alternativa mais acertada passa pela implementação de uma ampla reforma agrária, que contemple as necessidades desses trabalhadores, assim como as diferenças entre as várias realidades geográficas brasileiras. Apontar políticas compensatórias, sem dizer da urgência da reforma agrária, é não querer alterar a estrutura fundiária, base das classes historicamente hegemônicas, tanto no campo quanto na cidade.

Negar a importância da reforma agrária é não querer “mexer” na estrutura fundiária e manter os privilégios de classe, enquanto milhões clamam por pão para seus filhos. Quando é adotado o termo *agricultura familiar* negligencia-se essa reflexão, e abandona-se a perspectiva histórica de luta pela terra, fechando os olhos aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, tentando calar, através da “força da razão”, as vozes

sufocadas que teimam em *re-Existir* (GONÇALVES, 2003), até que a terra seja, de fato, uma realidade.

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no fortalecimento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico, redundando em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade. Esses discursos precisam ser desmascarados e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições edafoclimáticas, as vivências e as experiências já construídas.

Ora, pensar uma política agrícola para gerar mais empregos no campo a partir da modernização capitalista da agricultura, tal qual foi implementada pelas grandes empresas rurais, significa não perceber que essas medidas atendem apenas aos interesses expansionistas do grande empresariado e, jamais, significará solução para os graves problemas vivenciados pelos camponeses e *trabalhadores da terra* e, tampouco, para as questões ambientais.

Os postos de trabalho no campo estão sendo reduzidos através da adoção das técnicas modernas e os “empregos” que surgem não podem ser defendidos, pois as condições de sujeição e precarização assemelham-se às daquelas dos primórdios do capitalismo. (ALVES, 2000). O crescente aumento da subproletarização e da precarização do trabalho nos faz refletir e ter cuidado com o argumento da geração de emprego e renda, diante de uma *espetacularização da miséria e da pobreza* e da constatação das mais degradantes formas de existência humana. É preciso indagar até que ponto isso é viável: manter a superexploração do trabalho no campo sob alegação de que se está gerando “empregos”. Esse discurso, inclusive realizado por defensores da *esquerda histórica* (ANTUNES, 2001), é um engodo e não pode ser aceito, sob pena de capitularmos frente aos equívocos colocados e, ainda, reforçarmos a sanha do capital, por meio de um discurso “humanitário”, onde a *contradição viva* seja escondida, ocasionando um descomprometimento com a emancipação social.

O processo de deslocamento compulsório dos *trabalhadores da terra* em direção às cidades, comumente denominado de êxodo rural, termo ainda utilizado no ensino médio e fundamental, necessita ser esclarecido. Êxodo pressupõe saída, mas não explicita as razões, fazendo crer que é algo natural e necessário, inclusive para as famílias migrantes. Assim, o significado do êxodo rural não coloca em questão o cerne do problema – a expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* de suas *terras de trabalho*. Dessa forma, utilizamos

o conceito de desterritorialização, por este expressar a concretude do significado sócio-histórico na luta pela terra diante da hegemonia do latifúndio e, mais recentemente, da empresa rural no campo.

Nos anos 1990, a modernização capitalista – capitalismo industrial e financeiro – provocou alterações no universo do trabalho, propiciando *novos sentidos* para o trabalho. Algumas mudanças importantes no trabalho, principalmente nos grandes centros, com o crescimento da informalidade, são: diminuição dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado e perda do poder aquisitivo; expansão de formas precárias de trabalho em tarefas subcontratadas, terceirizadas etc; crescimento do trabalho em tempo parcial e do trabalho domiciliar, entre outros, sem qualquer regulamentação pelo Estado; intensa retração do emprego industrial e demissões em massa; crescente aumento de postos de trabalho no setor de serviços e no comércio, embora em condições aviltantes.

Isso também chega ao campo, principalmente nas empresas rurais, que reordenam o uso e as formas de exploração da terra, implementando novas formas de trabalho através da participação nos lucros para alguns trabalhadores, da adoção de programas de qualidade total, da obrigatoriedade de cursos de qualificação para o exercício das atividades mais complexas e da orientação sobre o uso dos recursos naturais, entre outras.

Todavia, a implantação das empresas rurais modernas, com atividades que demandam intenso uso de tecnologias, não melhorou as condições de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, haja vista a intensificação da precarização do trabalho e a reedição de diversas relações sociais de trabalho que implicaram em condições sub-humanas de existência. As condições degradantes de trabalho possuem diversas razões, destacando-se a concentração da terra, a inexistência de políticas públicas eficazes, a existência de uma massa de trabalhadores disponíveis para qualquer tarefa e a omissão das autoridades competentes.

A partir dessas considerações, quer se compreender os desenhos espaciais através das tramas do capital e do trabalho nas *áreas cerradeiras*, no Sudeste Goiano, e demonstrar a preocupação com o outro lado da moeda – a externalização do trabalho – e as ações políticas dos trabalhadores frente ao processo de modernização capitalista, materializado através da modernização da agricultura. Isso implica em fazer “leituras” do território, a partir do enfrentamento capital x trabalho, com ênfase nas ações desencadeadas pelos movimentos sociais.

Cabe aos pesquisadores/intelectuais orgânicos desmistificar os *consensos sociais* construídos a partir do discurso midiático e das políticas públicas e mostrar a realidade

do campo no país, evidenciando a luta dos camponeses e *trabalhadores da terra* que, organizados, reivindicam a *terra de trabalho* como um direito à vida. O texto apresentado está organizado conforme a compreensão de que é o *movimento permanente* de idéias, análises e dados empíricos que enriquece as tramas construídas, demonstrando um olhar panorâmico sobre a *urdidura espacial* do Sudeste Goiano. Teoria e empiria, forma, processo e conteúdo permeiam a reflexão apresentada.

À primeira vista pode parecer que não há uma articulação entre os capítulos. Há *um ir e vir* que pode incomodar o leitor pouco atento. Contudo, é uma necessidade imperiosa e um esforço construtivo, pois ao vivenciar a pluralidade de situações encontradas não seria possível “pinçar” um elemento, como corriqueiramente se faz, e verticalizar a pesquisa. Esse caminho talvez fosse mais fácil, mas não expressaria mais que profundas e recônditas fantasias geográficas. Pode ser que eu esteja na contramão da história – já estive outras vezes, e que não esteja respeitando adequadamente os ritos, as convenções e os regramentos acadêmicos, mas, ao escrever, colocamos idéias em discussão e isso é sempre muito arriscado. O mais importante na construção de uma tese não é necessariamente o produto acabado, mas o processo, a constituição do *ser pesquisador* a partir das indagações surgidas no processo da *reciprocidade dialética*.

No primeiro capítulo, optou-se por apresentar as matrizes teóricas e metodológicas mais gerais, que norteiam as preocupações centrais que tergiversam a pesquisa, explicitando a natureza contemporânea do capital e do trabalho. Buscou-se discutir o *metabolismo social do capital* na contemporaneidade e as perspectivas colocadas para os trabalhadores e suas entidades políticas de representação. Ainda, é ressaltado o debate acerca das tendências das pesquisas em geografia agrária, apontando o que compreendemos como *geografia do trabalho*, destacando a contribuição dos geógrafos sobre a temática. Buscou-se também compreender os desenhos sociais e territoriais decorrentes da modernização capitalista, materializada principalmente através da modernização conservadora da agricultura e as transformações espaciais decorrentes no Sudeste Goiano.

No segundo capítulo, a categoria território é reavivada a partir da relação capital x trabalho, buscando, na gênese da constituição do Sudeste Goiano, a leitura do território, impactado pela reestruturação produtiva do capital, e os desdobramentos para os trabalhadores e suas ações políticas. A leitura do capital, sobre os territórios é uma leitura política e geopolítica, pois a decisão e a posterior implementação dos objetos técnicos e informacionais carregam em si o controle social mediante o sistema de objetos e de ações.

(SANTOS, 1994). As leituras sobre as transformações espaciais nas áreas de Cerrado e as redefinições da relação cidade-campo, diante da incorporação desses territórios pelo capital mercantil e, mais tarde, industrial e financeiro, não consideraram as arrumações espaciais em decorrência da territorialização do capital e do trabalho. As transformações no espaço do Cerrado, em Goiás, sugerem a discussão sobre a transformação/ideologização do sertão como condição para a apropriação das *áreas cerradeiras* pelo capital. Ainda, se discute neste capítulo a modernização capitalista na agricultura, enquanto modernização conservadora, e seus rebatimentos para os camponeses e *trabalhadores da terra*. Os *constructos* políticos, econômicos, sociais e culturais reforçados por intelectuais comprometidos com a consolidação e a expansão do capital. A idéia é *desvendar*, ainda que de forma panorâmica, a *urdidura espacial do capital e do trabalho* no Cerrado do Sudeste Goiano.

No terceiro capítulo – A modernização da agricultura: a territorialização das empresas rurais no Sudeste Goiano – destacam-se as visões construídas sobre a “ocupação racional” e indiscriminada das *áreas cerradeiras*. Enunciam-se as políticas públicas impulsionadas pela fusão Estado/capital, assegurando as condições necessárias para a (re)produção das condições de acumulação, facilitadas pela conjuntura autoritária e repressora. As primeiras experiências da agricultura moderna nas áreas de Cerrado (PRODECER), ressaltando as mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, são destacadas, com enfoque na sojicultura em Goiás e as conseqüentes alterações nas formas de uso e de exploração da terra. Nesse capítulo, pretende-se apontar as novas formas de controle social do capital sobre os trabalhadores, a partir da observação e do trabalho de campo (questionários e entrevistas) com trabalhadores, empresários rurais, lideranças políticas etc.

No quarto capítulo, a atenção é dispensada às tramas decorrentes da “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de chapadas, aos desdobramentos sociais e ambientais e à constituição dos *povos cerradeiros* a partir de ações políticas na luta pela terra e pela reforma agrária. A modernização conservadora da agricultura aponta o agronegócio como a maneira adequada de sustentabilidade, proposta pelos agentes do capital e aceita pela maioria da intelectualidade. Essa tese é questionada, na medida em que não é possível coadunar as formas perversas de acumulação com o desenvolvimento sustentável. Reforça-se a argumentação acerca das teses sobre as transformações sociais e ambientais, apontando a cegueira e os equívocos, presentes nos discursos sobre a sustentabilidade ambiental, e a necessidade de construirmos a *sustentabilidade social*. O discurso da sustentabilidade é mais um artifício com o intuito de adiar o confronto final entre o capital e o trabalho, expressando o estranhamento a que historicamente os trabalhadores estão subsumidos.

No quinto capítulo, priorizou-se a reação dos trabalhadores desterritorializados que, agregados nos movimentos sociais rurais, desde meados do século XX, lutam incessantemente pela terra e pela realização da reforma agrária. Aponta-se a trajetória dos movimentos sociais rurais, as alianças, as disputas, a violência do latifúndio e a construção do *contra-espaço* pelos trabalhadores, principalmente, por aqueles que carregam a emancipação social como o desafio posto para os movimentos sociais. Nesse sentido, indagamos acerca da ação política desencadeada pelo MST – Movimento dos Sem Terra e pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, enquanto movimentos sociais emancipatórios no Sudeste Goiano, considerados enquanto novos sujeitos sociais.

Por fim, na Prosa Urdida: Alguns Apontamentos, o debate contemporâneo entre agricultura familiar e agricultura camponesa, e as perspectivas políticas apontadas, é recuperado, na perspectiva de compreender os camponeses e os *trabalhadores da terra* como classe trabalhadora, portanto, com potencial emancipatório, a partir das experiências concretas dos *povos cerradeiros* na luta pela terra, pela reforma agrária e contra o capital. A expropriação e o empobrecimento dos camponeses, a precarização das relações sociais de trabalho, a depredação ecológica e a desterritorialização dos *trabalhadores da terra* são resultantes da histórica opção feita pelo capital que, patrocinado pelo Estado, obteve todas as condições para a sua ampliação e reprodução nas áreas de Cerrado. Os desafios para as pesquisas em geografia, no campo da luta emancipatória, são delineados, considerando as pesquisas como aportes para instrumentalizar a “reconquista do território”, a partir da ação concreta dos movimentos sociais. Ainda, tratar-se-á da gestão do espaço e da construção da *Geografia do Trabalho*, como condição para assegurar leituras diferenciadas dos territórios e da necessidade da pluralidade, como contraponto ao pensamento único, implementado pela intelectualidade pós-moderna.

*Minha pena (esferográfica) é a enxada que vai cavando,
é o arado milenário que sulca.
Meus versos tem relances de enxada, gume de foice
e o peso do machado.
Cheiro de currais e gosto de terra.*

*[...] Amo a terra de um velho amor consagrado.
Através de gerações de avós rústicos, encartados
nas minas e na terra latifundiária, sesmeiros.
A gleba está dentro de mim. Eu sou a terra.*

*[...] Em mim a planta renasce e floresce, sementeia e sobrevive.
Sou a espiga e o grão fecundo que retorna à terra.
Minha pena é enxada do plantador, é o arado que vai sulcando.
Para a colheita das gerações.
Eu sou o velho paiol e a velha tulha roceira.
Eu sou a terra milenária, eu venho de milênios
Eu sou a mulher mais antiga do mundo, plantada
e fecundada no ventre escuro da terra.*

A gleba me transfigura - Cora Coralina



Foto 01 - Moradia típica de camponeses e trabalhadores da terra nas áreas de Cerrado. O rancho é coberto com folhas de buritis, paredes de adobe e chão de terra batida. Povoado de Santo Antônio – Cachorro Sentado/MG, fronteira com Goiás.

(Foto do autor, 2003).

INTRODUÇÃO

As generalizações seguras assemelham-se a um mapa de grande escala de um terreno extenso, do gênero que um piloto de avião utilizaria para atravessar um continente. Tais mapas são essenciais para certos fins, tal como os mapas mais detalhados são necessários para outros. Ninguém que procure uma orientação preliminar no terreno deseja conhecer a localização de cada casa e atalho. Contudo, se a exploração for feita a pé – e, presentemente, o historiador comparatista faz exactamente isso muitas vezes – os pormenores são aquilo que primeiro apreende. O seu significado e a sua relação emergem apenas gradualmente. Pode haver longos períodos durante os quais o investigador se sente perdido num matagal de factos habitado por especialistas ocupados em selváticas disputas sobre se essa vegetação é um pinhal ou uma floresta tropical. É pouco provável que consiga sair dessas pesquisas sem alguns arranhões e marcas. E, se desenhar um mapa da zona que visitou, é muito possível que um dos nativos o acuse de omitir a sua casa e o seu jardim, o que é de lamentar se o investigador lá tiver obtido algum sustento. A reclamação será tanto mais violenta se, no fim da viagem, o explorador tentar descrever de forma muito sucinta, para os vindouros, as cousas mais notáveis que viu. É isso exactamente o que tentarei fazer agora: desenhar em traços muito largos as descobertas principais, para dar ao leitor um mapa preliminar do terreno que exploraremos em conjunto.

(MOORE JÚNIOR, 1983)

A reestruturação produtiva do capital⁵, conduzida pelas empresas, corporações e conglomerados transnacionais, expressa a sublevação e a interminável incerteza do “sujeito” da modernização capitalista: o capital. (ALVES, 1999). Sabe-se que o capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção e isso implica em transformar as condições de produção e as relações sociais. (BERMAN, 1987). Existe *uma descontinuidade posta no interior de uma continuidade plena*, evidenciada pela modernização capitalista a partir dos primórdios do capitalismo, mas efetivamente mundializada com a financeirização da economia, denotando impulsos qualitativamente novos conforme o sistema sóciometabólico do capital. (MÉSZÁROS, 2002). Vivemos experiências da *condição pós-*

⁵ [...] é oportuno ponderarmos que a reestruturação produtiva é entendida como um projeto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma *nova* hegemonia do capital na produção, mas é também um poderoso instrumento de desorganização e fragilização das formas de resistência da classe trabalhadora. [...] se materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação, que contém novos processos de trabalho, de redefinição dos requisitos de qualificação e (re)qualificação do trabalhador, de (re)definição de políticas públicas, de reformas nos códigos de leis, por exemplo da CLT e das cláusulas trabalhistas e da proteção social da Constituição, bem como dos demais assuntos da agenda social, como as reformas tributárias e previdenciária e os programas sociais do governo. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 09).

moderna (HARVEY, 1992) que expressa a exacerbação doentia da própria modernidade e, portanto, das contradições e dos paradoxos intrínsecos ao processo de produção das mercadorias.

A modernização capitalista se caracteriza como a *vivificante arte do fazer-se plenamente*, entretanto é “[...] autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação”. Alves (1999, p. 19). A efemeridade e a mudança caótica a que assistimos expressam o movimento do capital na sua *inércia dinâmica* (SANTOS, 1994 e 2002), produzindo a *hibridagem* dos espaços, propiciando a exigência da fluidez, sustentada na densidade técnica dos territórios enquanto suportes da competitividade, portanto, da lógica perversa do processo de (re)produção e autoexpansão do capital. A modernização capitalista é o resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes.

Para Bihr (1998) o conjunto do mundo capitalista atravessa uma crise estrutural global, mas as pesquisas centram suas investigações somente nos problemas que ela impõe ao capital. “E, sem dúvida, essa crise é, em primeiro lugar, uma crise da reprodução dessa relação social que é o capital.” (1998, p. 67). Contudo, sendo o capital uma relação social, a sua crise, por natureza contraditória, só podendo ser apreendida a partir do seu par dialético, o trabalho. Assim, a crise do capital na contemporaneidade é também a crise do trabalho, portanto, dos movimentos sindicais e sociais. Daí concorda-se com a *inversão de perspectiva* proposta por Bihr (1998), de que a discussão deve ser realizada a partir dos desafios que as mudanças no capital provocaram sobre os trabalhadores, desde a crise do *pacto social democrata* e a fragmentação do trabalho, acarretando a heterogeneização, complexificação e polissemização com requintes de precarização das relações sociais de trabalho.

Na relação de troca, tal como na relação de produção, refletem-se *relações sociais*; tais relações são relações entre *classes*, não entre cidadãos livres e iguais (irmãos, ainda para mais!), e entre classes *antagonistas*, uma das quais monopoliza o conjunto da riqueza social material da sociedade, encontrando-se a outra desprovida de qualquer riqueza material. (MAFFI, 1969, p. 23-24).

Alves (2000) salienta que a principal debilidade das abordagens sociológicas tradicionais e, certamente, pode-se estender essa observação para as outras ciências, inclusive para a Geografia, se deve à incapacidade de apreender as determinações histórico-ontológicas da nova crise do mundo do trabalho, como decorrente do próprio

desenvolvimento da lógica do capital, hegemônica pela mundialização. O complexo de transformações técnicas e tecnológicas apropriadas e implementadas pela reestruturação produtiva do capital, constituindo um novo patamar da acumulação capitalista em escala planetária, ocasionou importantes mudanças na forma de ser da classe trabalhadora. Todavia, a cautela é necessária, pois muitos *pseudo-marxistas* apressados, se dedicam a descrever/interpretar o mundo do trabalho, pulverizando as ações políticas dos trabalhadores e, assim, negam o trabalho como centralidade da reflexão, não reconhecendo a perspectiva histórica da emancipação social.

É a partir dessas preocupações que “olhamos de forma panorâmica” a urdidura espacial no Sudeste Goiano, considerando as tramas do capital e do trabalho, bem como as perspectivas para os trabalhadores. O ponto de partida é a reflexão sobre a modernização capitalista – modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado. Conservadora, na medida em que expressa a busca incessante pela produção do valor e, na área da pesquisa, impôs-se como algo consumado e de natureza irreversível, pois não foi permitido qualquer diálogo e sequer foram aceitos os diversos projetos alternativos, apontados por setores da sociedade brasileira e pelos *povos cerradeiros*, que viviam nessas áreas desde priscas eras.

Nessa pesquisa priorizamos a compreensão das múltiplas faces da urdidura do capital e do trabalho territorializadas no Sudeste Goiano, com o intuito de observar e mapear, ainda que parcialmente, a complexa trama de relações que dão sentido e conteúdo ao trabalho, precisamente o trabalho rural, e as possíveis implicações na relação cidade-campo, base fundante das novas configurações geográficas, decorrentes do processo de modernização conservadora da agricultura, intensificado nas áreas de Cerrado, após a década de 1970.

O recorte espacial proposto – Sudeste Goiano⁶ – contém elementos e aspectos histórico-geográficos que possibilitaram regionalizações, construídas no processo de incorporação desses territórios aos interesses do capital. A existência e o conhecimento de

⁶ A regionalização do Estado de Goiás, que culminou na denominação Sudeste Goiano, antecede a divisão regional proposta quando da criação do Estado de Tocantins (1988). Até então, o Sudeste Goiano era uma Microrregião composta por diversos municípios. Com a nova divisão regional, a Microrregião Sudeste Goiano foi subdividida em duas novas Microrregiões: Catalão e Pires do Rio. Os critérios para a nova divisão regional foram estabelecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – de acordo com o critério político-administrativo e os fatores naturais, conforme a tradição francesa. A área em estudo, anteriormente denominada Sudeste Goiano – as Microrregiões de Catalão e de Pires do Rio – foram delimitadas a partir dos mesmos critérios. Na pesquisa optou-se pela utilização da divisão regional anterior – Sudeste Goiano – como recorte espaço-temporal, pois essa regionalização já havia sido assimilada culturalmente pela sociedade local e regional, uma vez que é a única área cortada pela via férrea, sendo também denominada “Região da Estrada de Ferro”, o que faz parte da *identidade territorial*.

diversas pesquisas, as vivências e as experiências, enquanto residente e pesquisador na área, asseguram-me um conhecimento empírico profundo, sendo uma motivação constante para compreender as tramas espaciais preexistentes e as configurações geográficas atuais, como condição para perceber a territorialização da relação capital x trabalho em suas múltiplas facetas. Assim, o interesse em *des-velar* os impactos dessa processualidade entre os trabalhadores, considerando a mobilização, a organização e a atuação desses sujeitos em suas ações políticas, nas *áreas cerradeiras*, torna-se a matriz paradigmática da análise.

A preocupação fundamental não é com um segmento dos atores envolvidos no processo produtivo na área delimitada, mas com a compreensão das capilaridades, das tramas espaciais constituintes e constituidoras das mudanças globais no processo produtivo e com a ação política desencadeada pelos trabalhadores que, ao *Re-Existirem*, constroem diferentes perspectivas para os movimentos sociais. Acredita-se que a apropriação, por parte dos trabalhadores, da territorialização dos fenômenos e suas contradições, possa significar a possibilidade de realização de um novo espaço – o *contra-espaço* – hegemônico pelas forças sociais, historicamente subsumidas aos interesses do capital.

Dessa forma, é primordial compreender as capilaridades que asseguram a existência das tramas espaciais hegemônicas pelo tripé capital-Estado-trabalho no Sudeste Goiano. A urdidura espacial, as múltiplas formas societais, priorizadas na pesquisa para focar a relação capital x trabalho, a *plasticidade externalizada* nas diferentes formas de realização do trabalho (assalariado, por conta própria, parcial, informal, temporário, subcontratado, precarizado etc.) e os desdobramentos para a ação política dos trabalhadores compõem a centralidade das mediações teóricas que, se pensa, são imprescindíveis, e é o que governa o conjunto das investigações do Grupo de Pesquisa, CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho⁷.

Engels (1979) afirma que o trabalho é o fundamento da vida humana, de tal forma que sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem. Essa assertiva ilustra a importância do trabalho enquanto relação fundamental entre os homens e destes com a natureza, compreendendo essa mediação enquanto “reciprocidade dialética”, constituindo historicamente um metabolismo societal e diversas sociabilidades. Isso implica em refletir

⁷O CEGeT é coordenado pelo Professor Dr. Antonio Thomaz Júnior, está credenciado junto ao CNPq, e vinculado a outros Grupos de Pesquisa que versam sobre a temática do trabalho, tais como: Núcleo de Estudos da Globalização (NEG) e RET (Rede de Estudos sobre o Trabalho), ambos sob a coordenação do Professor Dr. Giovanni Alves (UNESP/Marília); Mundos do Trabalho, sob a organização do Professor Dr. Ricardo Antunes (IFCH/UNICAMP). O CEGeT se dedica a pesquisar as múltiplas formas de expressão do trabalho na contemporaneidade, reforçando sua centralidade como fundante para as ações políticas de cunho emancipatórias.

sobre o trabalho na atualidade com o objetivo de ampliar a conceituação clássica, construindo um conceito que tenha como consequência imediata o resgate do sujeito na história, extirpado pelas discussões acadêmicas pós-modernas e pelas ações políticas neoliberais. Essa atitude, por si só, significa colocar questões que incomodam muitos pesquisadores e, principalmente, gestores de políticas públicas, em sua maioria comprometidos com as necessidades e as exigências estabelecidas para o fortalecimento do capital.

Marx (1988) salienta a natureza histórico-ontológica do trabalho, enquanto razão da existência humana, que se metamorfoseia na medida em que a dinâmica societal estabelece novas necessidades de regulação do processo produtivo nas suas diversas modalidades. Capital e trabalho são construções sociais históricas e, no capitalismo, assumem uma simbiose sem a qual não é possível analisar a sustentação da sociedade capitalista e compreender as tramas espaciais decorrentes.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1988, p. 50).

Thomaz Júnior (2002) propõe, a partir da obra marxiana, perceber a articulação dos rearranjos territoriais que respondem às diversas tramas sociais, expressando a dinâmica do capital e do trabalho, resultante da materialização da reestruturação produtiva do capital, produzindo impactos diferenciados no trabalho. Para tanto, busca uma reflexão sustentada na *Geografia do Trabalho*, elaborando leituras da dinâmica territorial do metabolismo social do capital, que se metamorfoseia conforme a necessidade de burlar e dissimular a luta de classes e apontando a *unificação orgânica dos trabalhadores* como a possibilidade concreta de uma ação política inovadora e de cariz revolucionária.

Na verdade, nossa empreitada é tentar conciliar ciência com crítica social, objetivando a crítica contundente ao capital, ao seu metabolismo societário, ao destrutivismo imanente que ameaça constantemente a vida no Planeta e que rege a desigualdade social e a barbárie, aspectos fundantes do nosso envolvimento na luta diuturna anti-capital. [...] é imprescindível asseverarmos que as novas formas de exploração da força de trabalho, que submeteram o universo do trabalho em todas as suas dimensões, reafirmaram a manutenção do edifício social sob o referencial da centralidade do trabalho. Ou seja, o trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista. Mesmo que para alguns o trabalho como fonte de valor careça de demonstração empírica e veracidade, aliás formulação que nas duas últimas décadas compôs o universo do debate político e acadêmico, pensamos ser temerário afirmar que o trabalho abstrato (assalariado) está em fase de

extinção e que o capital possa se reproduzir sem ele, deixando de visualizar a totalidade concreta do sistema mundial do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 07).

Na contemporaneidade é necessário resgatar o primado do sujeito social na teoria social. Não há trabalho sem sujeito, assim, há que retomar o trabalho como categoria fundante da história. “[...] não quer dizer que tenhamos que recuperar o discurso da centralidade do trabalho na teoria social, para mim basta recuperarmos o trabalho como categoria chave da compreensão da história.” Moreira (2003, p. 52). A natureza é a fonte dos valores de uso, nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem. Daí é possível apontar o projeto político da classe trabalhadora enquanto sujeito de sua própria história e, assim, também as condições potenciais para avançar rumo à emancipação social. Não se deve perder de vista a perspectiva histórica.

Ainda, há que decifrar, a partir da contradição capital x trabalho, os diversos atores sociais, econômicos, políticos e os *constructos* identitários envolvidos no ato de produzir mercadorias que homogeneizam classes sociais diferentes, sob o escopo da modernização da agricultura. A moderna agricultura é a expressão mais visível da materialização do capital através das grandes empresas de fertilizantes e insumos, das revendedoras de máquinas e implementos agrícolas e dos equipamentos técnicos, territorializados nas áreas de Cerrado, precisamente nas chapadas – empresas rurais – onde a produção e a produtividade aparecem como resultado do capital e quase nunca do trabalho.

Cada forma de apropriação dos territórios implica em uma matriz espacial que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. A sociedade sempre se organiza a partir de uma matriz espacial, na medida em que o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações de poder e relações ideológicas. Portanto espaço é poder, espaço é ideologia, espaço é representação, sendo fundamental para qualquer interpretação da realidade social.

Há uma lógica espacial dos objetos, sendo *o espaço uma prática dos homens*. Daí a relevância da ciência geográfica, não enquanto a “ciência”, mas enquanto disciplina essencial para a compreensão das matrizes espaciais fundantes para a interpretação das realidades geográficas. A Geografia está na essência da sociedade. A Geografia está na condição da existência de todas as coisas, assim se constroem *geograficidades*, enquanto compreensão do espaço como a forma da existência do homem, ou seja, a forma da existência da sociedade, na medida em que há uma condição espacial para todas as relações sociais na

superfície terrestre. A questão primordial na investigação geográfica é perceber a forma de ser espacial do fenômeno estudado. Os fenômenos não são reflexos e/ou conseqüências espaciais, como parcela das pesquisas tem enunciado. Há uma dimensão espacial do fenômeno e abordagens fenomênicas da processualidade social. “O espaço compõe o fenômeno, é parte dele e não é apenas um reflexo ou uma materialização espacial”. Pereira (2001, p. 04).

Dessa forma, toda análise deve partir de um padrão espacial imposto/construído e, na contemporaneidade, o imperialismo é o paradigma para a interpretação do padrão espacial. Não é pertinente fazer *leituras do espaço* sem considerar a relação entre os recursos naturais e as necessidades humanas – a construção dos espaços pelos homens só pode ser compreendida a partir da relação entre o homem e o seu entorno, enquanto construção histórica espacializada nos diferentes territórios. Não há povo no mundo que possa existir sem uma relação forte com as possibilidades de sobrevivência, o seu chão, o seu solo, o seu território. (MOREIRA, 2002)⁸.

Trata-se assim de apreender não só a dinâmica do capital e sua materialização fracionada no território, mas também a ação dos trabalhadores que, mesmo subsumidos, impõem suas visões de mundo, motivadas pelas diferentes experiências societais, e, além do que, disputam posições, assegurando a certeza de dias melhores para as gerações vindouras, desde que consigam se apropriar das contradições e as tornem razão para mover a aparente caducidade e inoperância das ações que apontam a emancipação social. A categoria território tem suscitado diversos debates nas ciências humanas e, com destacada presença, na Geografia, desde as teses que afirmam a sua (re)criação até àquelas que enfatizam o seu desaparecimento, expressando a preocupação com a dimensão espacial da sociedade, um dos pilares da investigação geográfica.

Assim, a categoria fundante para essa reflexão é o território, enquanto potenciador dos recursos naturais/sociais necessários à sobrevivência. No entanto, essas características não se fazem “determinantes” em todas as sociedades, pois há que se considerar os diferentes aportes técnicos e tecnológicos construídos e disponibilizados ao longo da história. Mesmo assim toda análise espacial parte da idéia central, a relação entre sociedade e natureza, inclusive quando se propõe a discutir a categoria espaço e a categoria território como essenciais para se fazer Geografia.

⁸ Conferência proferida na abertura da II Jornada sobre o Trabalho promovida pelo CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – UNESP – Presidente Prudente, outubro de 2002. Disponível em <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>

O espaço antecede o território, pois é no processo de sua apropriação que ocorre a territorialização no espaço, portanto, a produção dos territórios no espaço. Essas observações se baseiam em Raffestin (1993), quando diz que o território é uma produção a partir do espaço. Isso implica em pensar, conforme Haesbaert (2002), que todos os territórios são definidos por relações sociais, portanto, constituintes e constituidores das diversas mediações sociais que se solidificam, possibilitando e criando o *sentido de pertencimento*.

A trajetória imposta aos *povos cerradeiros* (camponeses e *trabalhadores da terra* expulsos das *terras de trabalho*) será compreendida a partir da dinâmica geográfica (territorialização/desterritorialização/reterritorialização) do trabalho. É abordada na perspectiva da perda dos saberes e sabores, decorrente da expropriação da terra, como de fato é o seu sentido original. Haesbaert (2002) destaca duas formas de desterritorialização; de um lado, aquela vinculada às classes privilegiadas, a desterritorialização dos “do alto” que usufruem as benesses disponibilizadas pelo aparato técnico existente; e de outro, a desterritorialização dos “de baixo”, que incluem as classes sociais mais expropriadas, aquelas que estão sendo privadas do acesso ao território no seu sentido mais elementar – o de terra – como base material primeira da reprodução social. No que tange aos *trabalhadores da terra*, desterritorializados, pensa-se não apenas na perda das condições de sobrevivência, a exclusão do acesso a terra, mas na destruição das ações simbólicas e culturais fundamentais para manter a coesão, e as sociabilidades que, construídas historicamente, expressam diversas formas de manifestação sócio-cultural daqueles que estão umbilicalmente vinculados à terra.

As categorias geográficas – espaço, território e outras – são utilizadas para decifrar a reestruturação dos espaços do capital e dos espaços do trabalho nas áreas de Cerrado, com enfoque na leitura das tramas espaciais – a *urdidura*⁹ *espacial* no Sudeste Goiano. O espaço, para a Geografia, contém a totalidade das relações sociais ou a própria essência do *metabolismo societal do capital* e, ao mesmo tempo, as singulariza mediante a existência de elementos intrínsecos à (re)produção do espaço. Quer-se perceber as diferencialidades espaciais, partindo do pressuposto de que capital e trabalho compõem um par dialético, resultante das formas sociais modernas de produção, hegemônicas pelo capitalismo, cuja *urdidura* é tecida por meio do enfrentamento entre capital e trabalho.

⁹ Urdir na *linguagem cerradeira* é tramar e/ou construir as condições para preparar e tecer o algodão. É o processo de transformação manual dos fios de algodão em tecido, expressando a construção da trama (os fios entrecruzados) que dão formato, cor, textura, densidade ao tecido. O termo se adequa para o que pensamos ser a construção do espaço a partir das teias, das múltiplas relações imbricadas que dão sentido à forma de ser dos fenômenos espaciais.

Barreira (2002) diz que para se perceber a prática social que cria territórios, alterando substancialmente os arranjos espaciais e territoriais preexistentes, a forma mais visível ainda é a observação da paisagem. A categoria paisagem assume destacada importância, pois se apresenta à primeira vista como o momento atual, embora esteja carregada de histórias cristalizadas noutros momentos evidencia as rugosidades, assim como os usos redefinidos ou incorporados em novos contextos. “[...] procurar *olhar* para um território, aproximar-se do ‘empírico’ de um lugar, ou lugares que resultam em paisagens, é o caminho para compreender uma organização.” Barreira (2002, p. 80).

A paisagem é cumulativo de tempos, mas, sobretudo, malha territorial visível e não-visível, sentida, construída historicamente pelos agentes produtivos, fundados na relação capital x trabalho. “A paisagem é, portanto, composta de formas visíveis, duráveis, que lhe conferem certa estabilidade temporal e pela forma parcialmente invisível da estrutura social.” Leite (1994, p. 51).

Ou ainda:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (SANTOS, 1999, p. 83).

A sugestão é perceber a densidade do território, tentar *desvelá-lo* e, a partir disso, apontar novas formas de ação política, mediante a interpretação das tramas espaciais – a *urdidura espacial* – construídas no Sudeste Goiano, considerando a reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos para os trabalhadores.

Thomaz Júnior (2001) e em outros escritos tem destacado que há uma nova processualidade social, implicando em alterações nas relações sociais de produção e nas relações sociais de trabalho que, podem e devem ser *desveladas*, mediante as leituras do território. Essas leituras necessitam ser embasadas em investigações científicas que visem apontar os desdobramentos dessas ações sobre o capital e sobre o trabalho. Mas, sobretudo, que sejam capazes de contemplar as capilaridades que dão forma e sentido aos arranjos sociais e que (re)qualificam a *plasticidade* existente no âmbito do trabalho que, por sua vez, retém as características históricas e geográficas das formas de expressão do trabalho (informalidade, terceirização, subemprego, subproletarização, subcontratação, trabalho temporário, trabalho domiciliar etc.). Por isso, “[...] a processualidade social é um passo

teórico-metodológico necessário para identificar as dinâmicas específicas dos diferentes arranjos presentes na agricultura”. Thomaz Júnior (2001, p. 15).

Na realidade, o que está sendo colocado é que a produção de mercadorias não é o que constitui o fim para o capitalista e, sim, o meio para apropriar-se da mais-valia. “[...] o roubo da mais-valia, trabalho não-pago, é o que na sociedade capitalista faz da produção em geral um *perpetuum mobile*.” Luxemburg (1983, p.19). A essência do modo de produção capitalista é a produção da mais-valia, que aparece historicamente de forma hegemônica a partir do momento em que ocorre a separação entre o produtor e os meios de produção, mediante o sistema do assalariamento, que na contemporaneidade assume novos contornos.

A natureza contemporânea do capital e as ações desenvolvidas pelo capitalismo possuem novas qualificações que não podem ser apreendidas apressadamente, sem que seja considerado o processo de autoexpansão do capital e os desdobramentos para o trabalho e para a ação política dos trabalhadores. Capital e trabalho se apresentam com roupagens novas, mas também expressam conteúdos novos que até então não eram imagináveis para as estruturas mecânicas, com que se costumava enxergar o processo de (re)produção do capital.

Uma diversidade de fatores (econômicos, políticos, geográficos, sociais, culturais etc.) e procedimentos metodológicos, necessitam ser contemplados no processo de pesquisa. O intuito é perceber a totalidade social, sem, contudo, negligenciar as ações cotidianas, possibilitando assim compreender com maior rigor as diferencialidades espaciais, essenciais para a interpretação geográfica. “[...] O novo é dar conta desta multiplicidade de formas e funções sob uma outra roupagem, suficientemente clara e pertinente, e, sobretudo, que faça sentido para o momento atual.” Barreira (2002, p. 82). A autora arrisca dizer um pouco mais: que a pesquisa tenha sentido para os sujeitos sociais agregados na conceituação ampliada de classe trabalhadora. Os *povos cerradeiros* (camponeses e *trabalhadores da terra*) *des-encobertos* no processo de construção da pesquisa como portadores de uma ação política intrínseca à razão de ser/existir, nos animam a manter a *contradição viva* (e vivida) como a essência da *urdidura espacial*, apreendida nas investigações geográficas a partir da *geografia do trabalho*. E que as análises sejam profundas e coerentes, aproximando-se o mais verdadeiramente possível da existência espacial dos fenômenos geográficos.

TECENDO ESSA PROSA

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

(MARX, 1988)

A pesquisa apresentada caminha sobre terras movediças, tateando com rigor teórico-metodológico a compreensão da realidade social. Mas sem perder de vista que a realidade social é sempre mais rica do que qualquer modelo teórico, sendo necessárias leituras geográficas, identificando as possibilidades emancipatórias, construídas cotidianamente no processo de *produção da natureza*. Para tanto, invocamos uma atitude reflexiva sobre as recentes transformações espaciais, considerando, a partir da *contradição viva*, o emaranhado de tramas e teias, aparentemente desconexas e sem importância, mas que estão imbricadas na arte de efetivar o controle do capital sobre o trabalho, impedindo, através das *travagens* e seus múltiplos sentidos, a superação da sociedade capitalista.

As transformações espaciais não devem ser absolutizadas, nem as velhas e nem as novas. O que deve ser valorado são as processualidades sócio-históricas, produtoras das realidades geográficas. Não se trata de apontar juízos de valor ou noções que objetivem identificar-se com uma determinada realidade, mas de compreender o processo constituinte/constituidor e perceber as pistas evidenciadas pela ação dos homens concretos, no sentido de apreender as clivagens, as fraturas e, assim, apontar numa perspectiva histórica real, a emancipação dos homens.

É notório o *esquecimento* acadêmico das ações políticas empreendidas pelos camponeses e *trabalhadores rurais*, nessa pesquisa compreendidos como *trabalhadores da terra*. Esses sujeitos sociais pouco aparecem como protagonistas nas reflexões e discussões sobre as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade capitalista. As análises não contemplam as suas especificidades, tampouco, os colocam como portadores e executores de uma ação política transformadora. Apenas recentemente, devido à visibilidade adquirida na luta pela terra e pela reforma agrária, é que passaram a ser considerados sujeitos políticos. A síndrome do Jeca Tatu redundou em um preconceito acadêmico de natureza política. Aquelas pesquisas, enfiadas em afirmar a modernização da agricultura tendo as empresas rurais como o modelo de uso e exploração da terra adequado a racionalidade técnica e científica, não se propuseram a perceber as diferenças entre os atores sociais que compõem a arena societal brasileira. Assim, não compreenderam as contradições e as formas sociais de negação e *re-*

Existência (GONÇALVES, 2003) construídas pelos *povos cerradeiros* no processo de expansão do capital nas áreas de Cerrado.

Um dos pressupostos que justifica essa atitude se fortaleceu através da construção de discursos que visam eliminar as diferenças a partir da adoção dos princípios da razão cientificista, “uniformizando e padronizando” formas e desenhos sociais, comportamentos e ações, estabelecendo uma “compreensão da dialética” baseada na lógica formal. Alguns pesquisadores afirmam na primeira página das dissertações e teses que a pesquisa se estrutura a partir da dialética, mas ao longo do texto se esquecem da proposta original, inclusive, adotando estruturas pseudo-dialéticas. Essa dialética se enraíza no imaginário popular, muitas vezes reforçada com pesquisas pseudo-acadêmicas, tornando-se o *consenso da prevalência* da unidade sobre a diversidade e o conseqüente esquecimento da diferença.

O veículo da operação é o processo da classificação. Um processo do método, calcado na semelhança. Na classificação primeiro se compara, a seguir se ordena e por fim se separa e se agrupa os fenômenos por semelhanças. Nesse passo, diferença vira uma categoria do método, um elemento da comparação, a diferença separando e a semelhança juntando, até que, numa aparente dialeticidade que mal disfarça um jogo da lógica formal os grupos de identidade se constituem e desaparece a diferença. (MOREIRA, 2003, p. 06).

A marginalização, imposta pelo processo de incorporação das terras do Cerrado aos interesses do capital industrial e financeiro, mediante a produção de grãos e carne em larga escala, fez com que uma parcela dos *trabalhadores da terra* internalizassem o *discurso dos vencedores*, acreditando serem incompetentes e inabilitados para “uma ação racionalista e cientificista”. As históricas formas de uso e exploração da terra, baseadas no *saber-fazer*, atento às condições ecológicas das *áreas cerradeiras*, foram vulgarizadas como incompetência, brejeirice e credice, entre outras adjetivações pejorativas. Os *povos cerradeiros*, que construíram e constroem diversas territorialidades potenciais, ainda não foram considerados adequadamente na academia e, tampouco, pela *esquerda histórica*.

O território goiano sofreu alterações espaciais desde o bandeirantismo, mas apenas no final do século XIX iniciou-se o povoamento das terras férteis do sul do estado, com forte presença no Sudeste Goiano, em função da proximidade geográfica com Minas Gerais e São Paulo e, ainda, pela chegada dos trilhos no início do século XX. O crescimento demográfico e a urbanização se intensificaram nos anos 1930/40 com a Marcha para o Oeste e

a construção de Goiânia. Todavia, até meados dos anos 1970, Goiás era um estado eminentemente agrário, com a população concentrada no campo. Assim, a compreensão dos trabalhadores e principalmente a dos *trabalhadores da terra*, dos camponeses, como forma de verificar o *seu fazer-se*, seus modos de vida, suas formas de manifestação sócio-culturais, suas *re-Existências* e trajetórias de vida são essenciais para *des-vendar* a questão agrária nas áreas de Cerrado e, precisamente, no Sudeste Goiano.

A teorização se baseia na reflexão sobre o trabalho – *a Geografia do Trabalho*, mas isso não significa que estejamos buscando um filão do conhecimento geográfico com o intuito de ter as condições adequadas, e destacadas, para construir um discurso político que se quer fazer científico. O que se quer colocar no centro da reflexão e, portanto, da ciência geográfica a situação dos trabalhadores nas suas diversas realidades que, frente às mudanças no paradigma hegemônico, aparecem como possibilidades de novas ações políticas, necessariamente de cariz revolucionária. É necessário partir da concretude das relações sociais construídas nos territórios e estabelecer ações políticas que culminem na compreensão das diferenças, evitando e negando cair no discurso crítico homogeneizador, que pouco ou nada contribui para interpretar os *novos sujeitos sociais*, seus saberes e suas formas de agir e de ver o mundo. Por isso, clamamos por atenção às questões que para a maioria dos estudiosos e pesquisadores não possuem importância, mas que são fundantes, na realidade objetiva e subjetiva, para a existência material e imaterial dos trabalhadores.

A relevância do tema trabalho, para a ciência geográfica, é tratada não enquanto uma nova corrente do pensamento geográfico, mas enquanto um “outro olhar” sobre a realidade social, enxergando “por dentro” a contradição, fundada na relação capital x trabalho. O trabalho como fundante – a essência do Homem, a hominização criadora e potenciadora, das ações humanas rumo à emancipação social. Desde as concepções clássicas de trabalho, este se expressa na relação metabólica constituída pela ciência moderna, que com o renascimento passa a ser designada como natureza. “[...] o trabalho entendido como a relação metabólica entre o homem e a sociedade e a natureza, que leva esse conjunto, sociedade-natureza, a ser transformado permanentemente.” Moreira (2003, p.42). Essa concepção aponta a necessidade de uma relação da geografia com o trabalho e, portanto, dessa ciência com os movimentos sociais e as possibilidades criadoras.

Uma outra abordagem, não dissociada da primeira, mas com uma fundamentação histórica mais aprimorada, apresenta o trabalho como um processo, mediante o qual o homem realiza o salto do reino da necessidade para o reino da liberdade. As

diferenças quanto às concepções se modificam, conforme a conjuntura e as leituras decorrentes, ocasionando as mais diversas configurações geográficas ao longo da história.

Moreira (2003) aponta que a possibilidade de existir um discurso de uma *geografia do trabalho* se dá partir da relação capital x trabalho, compreendendo-a enquanto a transferência dos custos do trabalho para uma relação capital x recursos naturais. E assim é possível compreender o aprofundamento dessa relação, desde o surgimento do capitalismo como sistema de produção mundial.

Dessa forma, a *leitura do território* carece da investigação sobre os movimentos sociais, implicando numa postura política de relevância na interpretação das múltiplas relações macrosociais e suas relações com as vivências e experiências construídas cotidianamente nesses territórios. As formas históricas de análise precisam ser distanciadas, para que possamos *des-velar* – retirar o véu que encobre – a realidade social. Isso não significa abrir mão dos postulados e princípios teórico-metodológicos, tampouco, da compreensão de que fazer pesquisa é uma ação política clara e necessária, mas, simplesmente sentir, ouvir, cheirar, apalpar, enxergar, viver as configurações sociais construídas pelos sujeitos pesquisados. “Quem pretender captar a dinâmica dos movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza”. Sader (1988, p. 42).

A pesquisa apresentada objetiva compreender as transformações espaciais a partir da relação entre as transformações estruturais do capital e seus desdobramentos – a fragmentação, a complexificação e a heterogeneização do trabalho na contemporaneidade. A perspectiva é captar o sentido e as potencialidades, ainda que contraditórias, das modificações profundas na estrutura de classes, mas sem perder de vista o conteúdo emancipatório ensejado nessas ações políticas.

Na Geografia há *leituras geográficas* dos movimentos sociais e isso é fundante para compreendermos as tramas sociais, espaciais e territoriais, sem as quais as pesquisas se tornariam meras descrições dos territórios inanimados, como se esses não apresentassem *vida geográfica*. O MAB e o MST, assim como outras agremiações que lutam pela permanência na terra e pela reforma agrária, são movimentos sociais. A luta contra as barragens e a luta pela terra são ações que objetivam a sobrevivência digna para milhares de famílias, configurando-se em luta concreta pela cidadania. É a partir dessa compreensão que se utiliza a categoria movimentos sociais como condição para efetivar as leituras geográficas, considerando o confronto capital x trabalho na disputa pelo território.

A identificação de perspectivas emancipatórias, considerando o direito à diferença, se coloca como um divisor de águas entre a razão hegemônica pelo capital e as racionalidades que pululam e teimam em *re-Existir* pelos diversos territórios, configurando distintas territorialidades. Os movimentos sociais que lutaram e lutam pela terra no Brasil são legítimos produtores do espaço geográfico, denotando distintos territórios e diferentes formas de concreção espacial, ou seja, as territorialidades.

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar. (GONÇALVES, 2003, p. 06).

Na realização da pesquisa optou-se pela observação participante, para compreender o ambiente social, as vivências e as experiências construídas pelos sujeitos pesquisados. Ainda, foram realizadas diversas entrevistas, algumas estruturadas e outras apenas com um roteiro prévio. A utilização de depoimentos é resultado das intensas conversas e entrevistas, muitas, gravadas, como forma de expressar os anseios, os desejos, as reivindicações, os sons, as cores, as perspectivas dos *trabalhadores da terra* e demais atores sociais e políticos na área pesquisada. Também, a análise de documentos, a pesquisa em arquivos de instituições e entidades governamentais e não-governamentais e a aplicação de questionários foram elementos substanciais para conformar e sustentar as observações enunciadas ao longo da pesquisa.

Quando nos referimos aos modos de vida dos *povos cerradeiros* trata-se da forma como se realiza a vida cotidiana, envolvendo os modos de fazer, ser, interagir e representar, produzidos socialmente. Segundo Marques (2000, p.29):

Se todo território pressupõe um espaço social, o inverso não é verdadeiro. Enquanto o conceito de espaço na sociedade moderna relaciona-se com a idéia de abertura e com a possibilidade de intercruzamento de influências diversas, o conceito de território remete à idéia de fechamento e alteridade, vinculando-se a um determinado contexto social. O recorte espacial assim determinado pode se relacionar com a formação de uma identidade territorial específica na medida em que for alvo da atribuição de significados.

Os assentamentos que, conforme Fernandes (1996), expressam a territorialização dos trabalhadores sem-terra, onde se conquista frações do território, agora sob controle e gestão dos camponeses, não necessariamente se constituem em um território. A hegemonia camponesa baseada no tripé terra, trabalho e família se reconstitui, possibilitando

a (re)construção dos modos de vida – a dimensão sócio-política e cultural – baseada nos valores ordenados pela ética camponesa. Mas a *reconquista do território* não se efetiva inteiramente, pois as mediações continuam sendo ditadas pelas relações mercadológicas. A conquista da terra expressa o fortalecimento de uma ação política, tendo em vista a unificação orgânica do trabalho, que, a partir das vivências das lutas no processo de retomada da terra, é inspiração para estabelecer ações políticas conjuntas, entre as diversas categorias que lutam pela terra e pela reforma agrária. *Trabalhadores da terra*, camponeses, trabalhadores urbanos, operários e demais categorias de trabalhadores exercem ações com o intuito de ter acesso à terra e, assim, constituem um laboratório de experiências que, aperfeiçoadas, podem instigar a luta contra o capital.

A política agrária, tradicionalmente encarregada de formular propostas para amenizar os problemas apresentados sob a denominação de questão agrária, vem sendo substituída por políticas públicas de desenvolvimento rural sustentado, que propõem estratégias, ainda mais excludentes, para a dinamização do meio rural, excluindo camponeses e *trabalhadores da terra*. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002). O crescimento das atividades turísticas e a criação de infra-estrutura e serviços para atrair investimentos, capitais e pessoas para os arredores das áreas urbanas fazem parte da agenda do Estado e das reflexões sobre as alternativas para o *novo rural* brasileiro. A diversificação do espaço rural, o surgimento de atividades e profissões agroubanas, o crescimento das formas de trabalho em tempo parcial, as atividades não-agrícolas promovem renda para alguns moradores no campo.

A emergência de atividades intensivas (horticultura orgânica, floricultura etc.) nas proximidades dos grandes centros urbanos possibilitam “repensar” os paradigmas tradicionais de interpretação do espaço agrário, mas reafirmando a necessidade da reforma agrária, diferentemente dos teóricos que se filiam às teses da agricultura familiar. O empreendedorismo rural criado para dinamizar e fortalecer a gestão empresarial para os “agricultores familiares”, estabelece no imaginário popular alternativas aparentemente exequíveis, democráticas e lucrativas, opondo-se à “violência” e à “barbárie” cometidas pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária.

Não é necessário “ocupar terras” já que as oportunidades estão sendo democratizadas e com “paciência e conversa as coisas vão se ajeitando”. Esse discurso visa mascarar o conflito social e criar um consenso na defesa da propriedade da terra, como contraposição à realização de uma reforma agrária ampla, democrática e plural. Reforçado pelas elites e pela intelectualidade comprometidas com o *status quo*, desconsidera a trajetória

de milhões de brasileiros que, expulsos da terra, vivem em condições sub-humanas nas periferias urbanas, e/ou sofrendo a violência física e psicológica patrocinada pelo capital, escudada na proteção do Estado, nas áreas de fronteiras.

Basta lembrar o trabalho escravo nos latifúndios agropecuaristas e nas empresas rurais, a expulsão de indígenas de suas terras por madeireiras e empresas minero-químicas, a desterritorialização das populações ribeirinhas, quilombolas e camponeses dos fundos de vales pelas barragens, o trabalho infantil nas carvoarias e na agricultura moderna, entre outras formas de externalização do trabalho na contemporaneidade, para que se tenha a clareza da necessária reflexão sobre a territorialização do capital e da relevância de refletir sobre essa temática na Geografia.

A questão agrária, como cerne do enfrentamento entre o capital e o trabalho no meio rural, mediada pelo Estado, é substituída no âmbito institucional e na sua agenda político-econômica pelo que poderíamos denominar de uma *questão do desenvolvimento*. A problemática da concentração fundiária, da desigualdade de renda ou da organização do trabalho no campo — essência da questão agrária — desaparece do âmbito dos objetivos das políticas públicas — sem ter sido nem solucionada nem apenas corrigida — e no seu lugar se “fecha” a discussão em torno dos mecanismos a implementar para fazer do meio rural um lugar “desenvolvido”, na visão do capital. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p.12).

Certamente, a Geografia enquanto ciência está amparada em diversas metodologias que, plurais, possibilitam investigações diferenciadas, contribuindo para afirmar e/ou negar posições políticas e científicas. A escolha teórico-metodológica é eivada de significados, de trajetórias, de posicionamentos políticos. Qualquer interpretação e/ou análise espacial demonstra o nível de comprometimento social do pesquisador. A prioridade a determinadas categorias, as formas de construir o texto e a maneira de ver o papel da ciência geográfica são maneiras de dizer como se pensa as “coisas no espaço” e a possibilidade de alterá-las está diretamente relacionada à escolha metodológica, que não é aleatória ou espontânea, mas sim, política e social.

Essa foi a intenção quando nos propusemos a pesquisar as múltiplas tramas existentes entre os diferentes agentes produtores do espaço no Sudeste Goiano, compreendendo-os a partir da relação capital x trabalho. A questão primordial era indagar sobre, e problematizar as formas mais adequadas para a apreensão, ainda que parcial, das realidades postas. Para tanto, utilizou-se dos geógrafos e outros pensadores para fazer as mediações necessárias entre as realidades vivenciadas e os interesses do pesquisador.

Smith (1988) se preocupa em perceber o movimento mais geral do capital, mas também em compreender as dimensões geográficas do desenvolvimento desigual. A integração sociedade e espaço é exercida pelo capital de forma pragmática, mediante o processo de produção do espaço na sua própria imagem. “[...] o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência.” (1988, p. 19). Aponta a imobilidade espacial do capital produtivo, em sua forma material, contrapondo à intensa mobilidade do capital financeiro, mas com ambos buscando formas imbricadas, ainda que diferentes, para assegurar a produção e a expansão do valor, ocasionando alterações territoriais de grande importância.

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valor e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se possa beneficiar com taxas de lucros mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e o valor de troca. (SMITH, 1988, p. 19).

O capitalismo se metamorfoseia, e sua face atual e a globalização, que nada mais são do que o *imperialismo* agindo sob outras formas, mais agressivas, pois baseadas em inovações científicas e tecnológicas, possuem cada vez maior capacidade destrutiva. É o ápice da *produção destrutiva*. Há elementos novos: a financeirização da economia mundializada; o controle dos grandes conglomerados empresariais, sobre, inclusive, a ação dos Estados; a crise ambiental; as mutações no trabalho e, conseqüentemente, na ação política dos trabalhadores; a questão do terrorismo, do narcotráfico, do tráfico de crianças e órgãos; a escravidão, inclusive o comércio de crianças e mulheres; entre outros.

Daí se presume que há novos elementos também na relação capital x trabalho, pois capital e trabalho não se apresentam, como no início do século XX se apresentaram diante da industrialização crescente, baseada na indústria petrolífera, automobilística, metalúrgica etc. Para tanto, basta pensar quais setores da economia geram maior quantidade de empregos e observar o surgimento da precarização, da terceirização e da subcontratação do trabalho que significam distintos desdobramentos para a ação política dos trabalhadores.

Uma das medidas tomadas pelo capital desde a industrialização clássica foi a produção em larga escala.

Centrando-se esta inclusão na reprodução, nos custos da reprodução da força de trabalho, de um elenco cada vez maior de recursos naturais, para além dos solos na sua ligação com a produção de alimentos. Quanto mais se consumia minério de ferro, mais isto se traduzia para o capital na sua relação com o salário numa redução do custo do salário. Numa redução que vai ficando mais complicada na medida em que quanto mais tempo se passava mais aumentava o poder de pressão da classe trabalhadora. (MOREIRA, 2003, p. 46).

Mas, paulatinamente, os trabalhadores vão se mobilizando e se organizando na defesa dos direitos básicos. Essas reivindicações, principalmente nos países desenvolvidos, resultam em salários mais elevados, redução da jornada de trabalho, criação dos direitos trabalhistas etc. À medida que os trabalhadores vão se organizando e, de certa forma, exigindo maior participação na crescente produtividade do trabalho, os capitalistas elaboram novas formas de gestão, impulsionadas pelas novas tecnologias, redundando no desemprego tecnológico e na precarização do trabalho, estabelecendo diferentes formas de controle social sobre os trabalhadores.

A questão não é procurar qual a forma de regulação mais adequada para o capital. Não importa. Qualquer novo padrão de regulação da produção que aparecer recriará formas de subordinação e sujeição do trabalho.

Assim, Moreira (2003) enfatiza:

[...] não adianta trocar regulação fordista por qualquer outro tipo mais avançado de regulação – flexível, toyotista – no âmbito das indústrias automobilísticas para se resolver o impasse, porque o impasse é do modelo de acumulação, do regime de acumulação. (MOREIRA, 2003, p. 48).

A configuração territorial, decorrente das ações empreendidas pelo capital nas últimas décadas, evidencia a velha estratégia dos *recortamentos territoriais* – bases militares – associadas à estratégia de se assenhorar das áreas que apresentam recursos naturais de interesses das empresas mundializadas. Novos recursos naturais são valorados: a biodiversidade, a água potável, os minerais estratégicos etc., expressando um novo desenho geopolítico mundial. O controle do espaço implica em diferentes formas de arrumação espacial, inclusive no espaço da fábrica, visando estabelecer maior controle sobre a corporeidade dos trabalhadores.

Dessa forma, apreender a territorialização das empresas rurais nas áreas de chapadas – Cerrado do Sudeste Goiano – implica perceber o caráter desigual e combinado, com que se efetiva os deslocamentos espaciais do capital a sua associação direta com o desenvolvimento das forças produtivas, visando a produção do valor. Assim, pensar a área da pesquisa implica em perceber, na relação espaço-tempo, o conteúdo das relações estabelecidas, pois, afinal, é esse conteúdo que irá (re)definir a delimitação regional e a sua relevância. Isso é o que se põe para a compreensão da *urdidura espacial do capital e do trabalho no Sudeste Goiano*. A modernização conservadora não se atém apenas à modernização da agricultura, mas também ao processo de metamorfose do próprio Estado e suas contradições, enquanto viabilizador das condições para produção do valor e, conseqüentemente, do capitalismo, assim como das condições para a sua superação, a partir da territorialização da relação capital x trabalho, que expressa a *contradição viva*, portanto, a possibilidade concreta para se pensar uma sociedade para além do capital. A Geografia necessita assegurar as leituras do território a partir dos diversos agentes construtores e, não apenas, como vem fazendo desde a sua sistematização enquanto ciência, priorizando apenas as ações empreendidas pelas *personas* do capital.

CAPÍTULO I

A URDIDURA ESPACIAL: CAPITAL, TRABALHO E GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE

[...] A intervenção do capitalista na vida dos modos de produção preexistentes, e a sua sujeição, obtém como resultado histórico que o produtor, despedaçado o escudo protetor que envolvia a sua “loja”, se encontra livre (mas escravo de necessidades que anteriormente ignorava e que hoje se tornam o aguilhão da sua “emancipação”, da ativação da sua capacidade de trabalho), responsável (mas responsável perante o inexorável tribunal da justiça do mercado), independente (independente não só das normas jurídicas e dos estatutos dos mestres por um lado, mas também dos objetos e dos meios de produção e de subsistência por outro, mas dependente portanto do modo de proceder anárquico de um modo de produção e de distribuição intrinsecamente associada), móvel (mas apenas porque o conteúdo da sua atividade se lhe torna mercantilmente indiferente), extremamente produtivo (mas apenas mediante a condição de sacrificar o próprio tempo livre no altar da jornada de “penas e de esforço” o mais longa possível), “progressivo” e “culto” (mas culto de um saber que não é seu, de um saber ditado por exigências estranhas, de um saber cujos objetivos lhe são antagônicos), emancipado das mil limitações de uma vida fechada em si própria (e, portanto, solitário face a um destino que lhe é imposto); e é precisamente esta liberdade, este reino dos eternos princípios finalmente conquistado que é o pressuposto da sua submissão real ao capital na grande indústria moderna; da sua “incorporação” em tal indústria, potência estranha e hostil, como um dos seus elementos; da sua nova e total dependência.

Esta submissão real ao capital é um ponto de passagem necessário, perante o qual não fazem sentido as loas dos “laudatores temporis acti” pois que só tal submissão (que corresponde à produção de mais-valia relativa) permite o trabalho assalariado, a cooperação de mais braços e mais cérebros, a aplicação da ciência – esse produto geral do desenvolvimento humano – ao processo produtivo, e os seus frutos, a introdução em larga escala das máquinas, a gênese da “fábrica coletiva” e da produção de massa, a diversificação e multiplicação dos ramos de produção e de consumo, em suma, o irromper tumultuoso das forças produtivas sociais do trabalho; essa revolução do conjunto das relações humanas e dos seus reflexos ideológicos que o Manifesto foi o primeiro a registrar, exaltando-a, como resultado fecundo do advento da nova classe capitalista. Mas é um ponto de passagem de cujo rosto é preciso arrancar inexoravelmente todos os véus apologéticos, para que o trabalho subjugado o reconheça como ponto de passagem, não de chegada, para que, depois de lhe ter prestado homenagem, lhe jure a morte em nome das próprias conquistas que ela tornou possíveis com o único fim de devorar o trabalho e, por fim, com o único resultado de destruir o trabalho devorando-o e destruir em conjunto com ele o homem.

(MARX, 1988)

I A URDIDURA ESPACIAL: Capital, Trabalho e Geografia na Contemporaneidade

Como se vê, se é verdade que no fim do século XX, as questões que assolam as sociedades do Hemisfério Sul atormentam igualmente os países do Hemisfério Norte, também é verdade que os pontos de partida para o enfrentamento do presente são bastante diversos entre si. Há um debate em curso nas sociedades europeias em que se coloca a questão, nada mais nada menos, acerca do futuro que se quer. Por aqui, pelo visto, mesmo quando tal debate ocorre, ele parece inaudível, quando não é simplesmente desqualificado, sob a pecha infamante do “atraso”, por aqueles que ao cassarem as palavras, cassam também as possibilidades de reconhecimento do que está realmente posto em xeque; não apenas as margens, mas o centro das relações calcadas na centralidade do trabalho e na realidade ou nos horizontes de suas garantias e direitos.

(CASTEL, R. 2003)

I.1 Capital e Capitalismo

Inicialmente torna-se necessário um esclarecimento entre capital e capitalismo como forma de contextualizar a reflexão que se propõe. O capitalismo é uma construção histórica e, portanto, passível de ser superada, na medida em que as condições objetivas forem postas. Dobb (1977), destaca que:

[...] se falarmos do Capitalismo como modo de produção específico, segue-se que não podemos datar a aurora desse sistema a partir dos primeiros sinais do aparecimento do comércio em larga escala e de uma classe mercantil, nem podemos falar de um período especial de “Capitalismo Mercantil”, como fizeram muitos. Temos de buscar o início do período capitalista apenas quando as mudanças no modo de produção ocorrem, no sentido de uma subordinação direta do produtor a um capitalista. (1977, p. 30).

O capitalismo surge em espaços e tempos diferenciados, contudo, é notório o seu pioneirismo na Inglaterra em meados do século XVII. De alguma forma o capitalismo já estava presente nos interstícios da sociedade feudal, sendo que, a

dependência em relação ao mercado, é que ocasionou a dinâmica capitalista, inicialmente, no campo. A sujeição aos imperativos do mercado (acumulação, competição e maximização do lucro) não se efetivava mediante as oportunidades, mas enquanto essência das relações sociais de produção e de trabalho, que alteraram as relações de propriedade na Inglaterra. A separação do produtor dos meios de produção, e as diversas formas de subordinação decorrentes, conforme o acentuado crescimento do assalariamento, é que caracterizaram a arrancada capitalista.

Acerca da gênese do capitalismo, o intenso debate entre os estudiosos do assunto possibilitou diferentes interpretações sobre o fenômeno. Alguns autores¹⁰ colocaram a sua gênese estritamente relacionada ao desenvolvimento das atividades comerciais e ao crescimento das cidades, entre outros fatores, denotando a noção de que o capitalismo foi uma criação urbana. Outros, salientam a dificuldade de afirmar a tese anterior, e tentam compreender esse processo considerando as mudanças na propriedade da terra. Wood (2001) buscando afirmar a tese de que o capitalismo surge no campo inglês, em meados do século XVII, aponta dois argumentos utilizados pelos opositores contrários à tese do capitalismo agrário¹¹. Primeiro, a indagação se a agricultura realmente subsidiou o crescimento econômico na Inglaterra, pois a produtividade agrícola francesa, no mesmo período, era equivalente à inglesa. Segundo, se refere às relações de assalariamento, pois a Inglaterra nessa época não era uma sociedade predominantemente assalariada, sendo essa relação a base fundante para a existência do capitalismo.

Sobre a produção agrícola francesa Wood (2001, p. 58), diz que não há pertinência na argumentação. “[...] na Inglaterra, precisava-se de uma população rural muito menor e de um número muito menor de pessoas trabalhando na agricultura do que na França para gerar essa produção.” A natureza das relações de produção na Inglaterra, eram diferenciadas, pois já estavam submetidas aos padrões da acumulação, da competitividade e da maximização do lucro. Quanto ao assalariamento, concorda parcialmente com as críticas, mas tenta avançar na compreensão de que o capitalismo é singularmente uma invenção inglesa. “O proletariado de massa foi o *fim* e não o começo desse processo. Não é demais ressaltar [...] que a dependência dos agentes econômicos em relação ao mercado foi uma *causa* e não um resultado da proletarização.” (2001, p. 61). A pesquisa volta-se para

¹⁰ Ver DOBB, M. *A Evolução do capitalismo*. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

¹¹ Ver WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001. (p.75).

compreender o capitalismo enquanto forma social e não como um processo técnico denominado industrialização.

O intuito da argumentação é desmontar e se opor com contundência às teses revisionistas e/ou reformistas, resgatadas dos porões liberais, e tomadas como se fossem verdadeiramente novas. Essas teses possuem sérias influências na ação política dos trabalhadores e, para tanto, precisam ser desmistificadas, visando a compreensão da natureza do capitalismo, investigando por dentro o seu *metabolismo social* e assim apontar novas perspectivas. A ligação natural entre as cidades e o capitalismo e/ou entre as atividades comerciais tendem a disfarçar a forma sócio-histórica específica do capitalismo, que teve um começo e tem potencialmente um fim.

[...] uma medida de quão profundamente arraigadas são as antigas explicações paralogísticas do capitalismo é o fato de elas ainda continuarem presentes nos estudos mais correntes – por exemplo, nas atuais concepções da modernidade e da pós-modernidade – e que em nossa linguagem cotidiana convencional, que continua a identificar *capitalista* com *burguês* e a identificar ambos com a *modernidade*. (WOOD, 2001, p. 71).

O surgimento do capitalismo no campo a partir da ética do melhoramento¹² consistia nas imposições do mercado que obrigava os camponeses, em sua maioria, arrendatários, a inventarem novas formas de auferirem maiores lucros e isso significava que, precisavam adotar inovações técnicas, mas, acima de tudo, modificar as relações sociais de trabalho. A implantação do arrendamento e do trabalho assalariado foram alternativas exitosas que culminaram na elevação da produção e produtividade agrícolas. Williams (1989) destaca a ética do melhoramento (modernização das técnicas de cultivo) que promoveu arranjos espaciais significativos, particularmente, com a introdução de novas técnicas de cultivo e a compreensão de que era possível investir na terra e torná-la lucrativa.

A propriedade deixou de ser considerada uma herança que gerava uma determinada renda, passando a ser vista como uma oportunidade de investimento, que traria um lucro muito maior. Assim, uma ideologia do

¹² A combinação de circunstâncias na agricultura inglesa, ainda no século XVI com o intuito de fixar uma direção econômica para as atividades. “O resultado foi um setor agrário mais produtivo do que qualquer outro na história. Latifundiários e arrendatários ficaram preocupados com o que chamaram de melhoramento – o aumento da produtividade da terra com vistas ao lucro.” (WOOD, 2001, p. 88). Ainda, WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

melhoramento – da transformação e organização da terra – tornou-se importante e dominante. As relações sociais que constituíam obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa. (WILLIAMS, 1989, p.89).

Inicialmente, o melhoramento não decorreu da adoção de inovações tecnológicas significativas – embora usassem novos equipamentos, como o arado de rodas. “[...] o melhoramento significava um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significava, [...] novas formas e concepções de propriedade”. Wood (2001, p. 89). Há uma nova concepção de propriedade em andamento que culmina com a desterritorialização de milhares de camponeses que, expulsos pelos cercamentos, se amontoavam nas áreas urbanas em crescimento como força de trabalho disponível para quaisquer atividades. Esse processo acarretou novas conformações da luta de classes, novas relações entre as classes e o Estado, territorializando diferentes formas de uso e exploração da terra, onde a questão central estava na produtividade, na produção por unidade de trabalho e de área.

Polanyi (2000) observa que os cercamentos expressaram a revolução dos ricos contra os pobres.

Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p. 53).

Diversos estudiosos pesquisaram e elaboraram teses sobre o elemento fundante que desencadeou o surgimento do capitalismo. Dobb (1977) salienta que o capitalismo se materializou a partir de elementos intrínsecos às relações primárias no seio do feudalismo, nas lutas de classe entre senhores e camponeses, pois o comércio e as cidades não eram antagônicos ao regime feudal.

Mas daí não segue que a disseminação do comércio e uso do dinheiro obrigatoriamente levou à transformação das prestações de serviço (ainda menos à emancipação do produtor quanto a todas as obrigações feudais) e ao arrendamento da propriedade do senhor ou ao seu cultivo com base no trabalho assalariado. (DOBB, 1977, p. 59).

Diz ainda que falta uma análise mais densa sobre as relações internas no feudalismo enquanto modo de produção, assim como sobre o papel desempenhado por essas relações sociais na determinação da desintegração ou sobrevivência do sistema. Certamente, essa parca interpretação foi propositadamente esquecida como forma de afirmar a existência do capitalismo desde a gênese humana. Para Wood (2001, p. 31) “a economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado, isto é, numa sociedade que, em vez de uma economia inserida nas relações sociais, as relações sociais é que se inserem na economia”.

Assemelhando-se a essa discussão, no que tange à idéia da eternização do capitalismo, Mézáros (2002) busca compreender as engrenagens de funcionamento sociometabólico do capital e, para tanto, distingue capital de capitalismo. O capitalismo é uma das mais importantes formas possíveis de realização do capital. A não distinção entre capital e capitalismo foi um dos fatores cruciais para a derrocada das experiências socialistas que não conseguiram superar o *sistema de sociometabolismo do capital*.

A necessária distinção entre capital e capitalismo é condição para a construção de uma nova sociedade, pois se não a fizer, corre-se o risco de cair no mais profundo idealismo (empiricista e ingênuo), ao passo que o capital antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. Mézáros (2002) baseando-se na obra marxiana, destaca a conceituação de capital enquanto um elemento presente já nas sociedades agrícolas, embora não predominante e, por isso, base estruturante da sociedade burguesa. “[...] Capital é o poder econômico onipotente da sociedade burguesa. Deve formar o ponto de partida assim como o ponto de chegada. (...)”. Mézáros (2002, p. 702). O princípio metodológico adotado esclarece que a economia burguesa é a chave para se compreender a história da humanidade, portanto, as outras formas sociais existentes, tornando-se o centro de sua análise “[...] o capital como o poder despótico da ordem sociometabólica existente”. Mézáros (2002, p. 703).

Essa análise, deslocada da conjuntura, possibilita interpretações atualmente compartilhadas pelos liberais que visam eternizar o capitalismo, desconsiderando a sua transitoriedade e negando qualquer possibilidade de superação.

Aqueles que vêm relações burguesas em todas as formas de sociedade eternizam o presente e, ao fazê-lo, eternizam a contemporaneidade perversa do capitalismo, negando a contradição e a dinâmica societal como condição para a sua própria existência.

Terminar a história no presente acaba por destruir até mesmo o caráter histórico dos eventos e processos que conduziram a ele, tornando-os algum tipo de predestinação que se destina a justificar a aceitação do presente, quer sob a forma de resignação [...] quer na forma de uma glorificação apologética mais ou menos inconsciente do existente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 704).

A hegemonização da forma predominante de uso e exploração da terra mediante as empresas rurais nas áreas de Cerrado, evidencia e consolida a compreensão do capitalismo na sua forma mais avançada – capital industrial e financeiro – como sendo a única possível, visando liquidar a dinâmica histórica, “impedindo” as possibilidades de usos diferenciados da terra. Isso se expressa através da leitura hegemônica do presente como algo criteriosamente selecionado, como única, necessária e imutável. Se a mercadoria é o pressuposto do capital – sua constituição histórica – também é seu produto no estágio altamente desenvolvido em que o capital se encontra.

A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. (MÉSZÁROS, 2002, p. 707).

No que se refere à acumulação do capital, Marx (1980), aponta as formas pré-capitalistas de produção como condição para o desenvolvimento do capitalismo, a partir da subsunção formal do trabalho ao capital (capital usurário e capital mercantil), ocorrendo o predomínio da mais-valia absoluta. Mediante a ciência, a maquinaria das técnicas modernas e o advento da mais-valia relativa surge a subsunção real do trabalho ao capital, expressando que de uma forma ou de outra (embora diferenciada) a dominação da força de trabalho é a condição sem a qual, não ocorre o desenvolvimento do capitalismo.

A condição crucial para a existência e funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 710).

O controle social sobre os trabalhadores se legitima de tal forma que enraíza e domina todas as facetas do processo de produção e reprodução da estrutura societária. Todavia, o trabalhador ao ser “despertado” para o estranhamento imposto, pode alterar a sua ação política, desvelando as tramas sociais implementadas pelo capital nos territórios e avançar, organizando e mobilizando parceiros para o enfrentamento contra o capital.

Para Mézáros (2002, p. 72) o capital deve ser superado na totalidade de suas múltiplas relações, pois “[...] caso contrário o seu modo de reprodução sociometabólica, que a tudo domina, não poderá ser deslocado mesmo em relação a assuntos de relativamente menor importância.” O capital não é uma relação social, mas um processo com múltiplas formas de expressão e mesmo atitudes jurídicas (fim da propriedade privada). Aqueles que possuem o intuito de removê-lo não terão êxito se não considerarem as suas múltiplas formas de existência.

Assim, a supressão do capital e a restituição do comando aos trabalhadores das estruturas societárias “[...] ocorrerá apenas quando se substituir o ‘sistema orgânico’ estabelecido como o controlador absolutamente abrangente e dominante da reprodução societária”. Mézáros (2002, p. 712). Nos vários momentos do processo de produção e reprodução o “capital é sempre capital”, pois enquanto a processualidade social do capital se mantiver, o capital não tem nada a temer. Mas, sabe-se que o domínio do capital sobre a sociedade não é infinito, pois mesmo tentando controlar os trabalhadores, dilacerando-os e fragmentando-os territorialmente, haverá o *momento da verdade*. “[...] A fraqueza do trabalho do qual o capital retira sua força, é também, em última análise, a fraqueza do capital”. Mézáros (2002, p. 714).

A elaboração fundamental da crítica de Marx não era o capitalismo, mas o capital. Marx não estava preocupado em demonstrar as deficiências da *produção*

capitalista, mas imbuído da grande tarefa de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à produção do capital. Dessa forma, a supressão do antagonismo estrutural do sistema do capital só será efetivada pela remoção radical da relação capital x trabalho que, como sistema orgânico, domina completamente o sociometabolismo.

A diferença conceitual entre capital e capitalismo é de suma importância para clarear o momento atual do capitalismo – a sua contemporaneidade – assim como a sua natureza. O capital antecede o capitalismo e certamente será seu herdeiro por algum tempo. Sendo um modo de controle sociometabólico historicamente determinado, a estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si. (MÉSZÁROS, 2002). O capitalismo é a forma de realização do capital na atualidade e onde conseguiu mais êxito, pois atingiu a hegemonia sobre todas as formas sociais existentes.

O capitalismo é apenas uma das formas de realização do capital, aquela onde obteve maior eficiência, haja vista, a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) que conseguiu açambarcar praticamente toda a superfície terrestre. A universalização de um padrão técnico, hegemônico pelo capital industrial e financeiro fez emergir a noção da *homogeneização espacial* enquanto resultado do processo de autoexpansão do capital.

O capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que Mézáros, por exemplo, denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Esses países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital. (ANTUNES, 2002, p. 16).¹³

A tese central é a de que há um sistema de sociometabolismo firmado a partir do tripé capital-Estado-trabalho, sendo que essas dimensões são interagentes. Só é possível avançar para além das atuais formas capitalistas de produção, se o tripé de sustentação do sociometabolismo do capital for quebrado no conjunto. Caso os

¹³ Apresentação da obra – MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. Tradução de P. C. Castanheira; S. Lessa. Campinas: Boitempo, 2002.

movimentos sociais não percebiam essa complexidade construída no processo de realização do capital, qual seja, o capitalismo, não será possível construir concretamente um novo desenho societal, onde homens e natureza façam parte da mesma totalidade – a natureza una – não como segmentos, mas como uma unidade dialética. (GOMES, 1990). Assim, é inconcebível emancipar o trabalho sem, simultaneamente, superar o capital e também o Estado.

A autoexpansão do sistema sociometabólico do capital, caracterizado na fase atual pela hegemonia do capital financeiro, expressa a *incontrolabilidade* desse sistema, em função da sua capacidade totalizante e totalitária, onde tudo e todos precisam provar sua variabilidade econômica ou então, estão fadados ao perecimento. Nesse sentido, busca-se compreender o ordenamento territorial do capital, do trabalho e do Estado nas áreas de Cerrado em Goiás, com destaque para o entendimento dessas capilaridades no Sudeste Goiano.

Capital e trabalho, ainda que universais, apresentam frações mais evidentes no âmbito do trabalho, inclusive, como forma e resultado do controle do capital sobre o trabalho. A reestruturação produtiva do capital acirrou os conflitos, uma vez que o movimento dos trabalhadores, em crise, ainda não conseguiu dar respostas adequadas às novas formas de controle sobre o trabalho. Para os trabalhadores o desafio é tentar unir a reprodução da esfera material à política, inovando nas formas de ação política, mas também enfrentando os desafios da materialidade hegemônica pelo capital.

O território na sua prenhez de formas e objetos técnicos está repleto de intencionalidades e ações políticas que se materializam mediante as múltiplas formas assumidas pela relação capital x trabalho. No caso em estudo, compreende-se a modernização da agricultura¹⁴ como parte de um processo global intensificado com a reestruturação produtiva do capital que promoveu significativas alterações entre os trabalhadores e, precisamente, na ação política desses sujeitos históricos e sociais.

¹⁴As bruscas alterações nas formas de produzir, assim como nas relações sociais de trabalho através da introdução acelerada das técnicas e das tecnologias no campo, promoveram a (des)construção das paisagens locais e regionais e a (re)arrumação espacial. A modernização é conservadora, pois a estrutura fundiária permaneceu concentrada, privilegiando os grandes proprietários e, quase sempre, possibilitou uma maior concentração das terras, expulsando milhares de famílias que viviam do labor na terra nas áreas de Cerrado. Significou, em alguns casos, a reconcentração das terras, mais efetivamente o reforço do latifúndio, que travestido de empresa rural, empunhou com mais força a expropriação do trabalho, legitimado pelas benesses do progresso, assegurando uma intensa centralização e maior concentração das terras nas mãos de poucos empresários rurais.

O discurso construído pelas elites mostra o “mundo real” que, sob o escopo da modernização capitalista, não aponta qualquer perspectiva, pois os mecanismos de mercado são hegemônicos e nos resta pouco ou quase nada a fazer, a não ser reformas pontuais que possam minorar o sofrimento da maioria. Atualmente, a luta pela terra e pela reforma agrária se coloca como travagem no processo de reprodução do capital. Dessa forma, para combatê-las e/ou miná-las, proliferam-se programas assistencialistas e de combate à pobreza, que quase sempre, separam os efeitos de suas causas, inclusive estruturais. Como exemplo, o Programa Fome Zero¹⁵, embora se saiba que muitos que o idealizaram compreendem com clareza as causas da fome no Brasil, a sua operacionalização não consegue se diferenciar de outros programas assistencialistas.

É por isso que a ‘guerra contra a pobreza’, tantas vezes anunciada com zelo reformista, especialmente no século XX, é sempre uma guerra perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital – os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza. (MÉSZÁROS, 2002, p. 39).

A alteração da matriz espacial, especificamente na área da pesquisa, se efetiva a partir da introdução da agricultura moderna, entendida como a adoção de inovações técnicas e tecnológicas que alteraram significativamente as relações sociais de produção com rebatimentos substanciais nas relações sociais de trabalho. Pode se verificar a transição de diferentes formas de produzir, antes baseadas na subsunção formal para os novos interesses do capital industrial e financeiro, agora centrados na subsunção real, ou seja, na completa sujeição do trabalho ao capital.

Chesnais (2001) destaca que na ânsia por assegurar novas áreas de influência, os grandes grupos industriais, sediados majoritariamente nos “países avançados”, buscam áreas que apresentam fonte de matérias-primas, embora atualmente tenha alterado a qualidade das mesmas, pois se restringem aos minerais estratégicos, à madeira e às sociedades que apresentam significativo mercado interno. Há uma nova

¹⁵ Programa desenvolvido pelo Governo Lula com o propósito de erradicar a fome no Brasil. Até o momento não apresentou propostas efetivas para solucionar a questão da fome, uma vez que encontra sérias dificuldades de operacionalização, pois não discute as causas estruturais, responsáveis pela fome no país. Conforme Stacciarini (2002), a fome atinge cerca de 32 milhões de brasileiros e não pode ser explicada pela pouca produção de gêneros alimentícios. Duarte (1998) mostra o mapa da fome em Goiás que, em 1990, chegou a 930 mil pessoas. Assim, a questão é que existe entre a família faminta e o supermercado abarrotado de alimentos, uma mediação somente realizada a partir de relações monetarizadas. E, quem tem fome, não tem moeda para trocar e, assim, vive na indigência.

(des)ordem geopolítica em andamento, ditada pelas condições (recursos naturais, densidade técnica, mercados consumidores etc.) que os diversos lugares apresentam. Isso implica numa nova seletividade espacial que, norteia as ações do capital, diferenciando os investimentos no processo produtivo, assim como nos diferentes territórios, promovendo novas relações sociais, novos modos de vida que desterritorializaram os *povos cerradeiros*.

O processo de domínio e controle dos territórios que apresentam recursos naturais que interessam ao capitalismo, se dá de forma rápida e eficiente entre as sociedades ainda não totalmente integradas ao circuito produtivo; fato que não seria mais possível nas sociedades de tipo capitalista industrial e financeiro. Luxemburg (1983) afirmou no final do século XIX, que as sociedades não-capitalistas e/ou pré-capitalistas eram condição para a expansão do próprio capital. Essa tese ainda se faz presente, na medida que a possibilidade de matérias-primas estratégicas, trabalhadores adestrados e acessíveis, possibilidade de mercados consumidores sejam condições oferecidas pelos diversos lugares que desejam se desenvolver, atendendo às novas prerrogativas de expansão das grandes empresas. Esses critérios, dentre outros, são condições para a territorialização dos novos investimentos, conforme os interesses mercadológicos, alterando a matriz espacial existente.

O capital necessita de “todos os trabalhadores”, não importa sua raça, sua cor, ou que estejam integrados em sociedades não-capitalistas. A questão central é convertê-los em trabalhadores, para o capital isso é suficiente. Mas, para tanto, devem ser previamente “libertados” dos meios de produção – a terra – para que possam “alistar-se” no exército ativo do capital.

O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas – este é o meio histórico da acumulação de capital – surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. (LUXEMBURG, 1983, p. 315).

A “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, possibilitou a incorporação dos territórios – áreas de chapadas – ao circuito produtivo mundial, mediante a implementação da agricultura moderna impulsionada pelas necessidades dos mercados distantes e da forte presença das empresas transnacionais, promovendo diversas

formas de atuação a partir da agroindustrialização. A modernização da agricultura especificamente na área de pesquisa – Sudeste Goiano – apresenta usos e formas de exploração da terra que, diferenciados, no que tange às relações sociais de produção e, principalmente, as relações sociais de trabalho, compõem o mosaico necessário para as condições de reprodução do capital.

[...] a repetição regular da produção é a base e a condição geral do consumo regular e, portanto da existência cultural da sociedade humana em todas as suas formas históricas. Nesse sentido, o conceito da reprodução encerra um elemento histórico cultural. A produção não poderia repetir-se, a reprodução não poderia ocorrer, se, como resultado dos períodos de produção anteriores, não fossem de pé determinadas condições tais como instrumentos, matérias-primas, força de trabalho. (LUXEMBURG, 1983, p. 11-12).

Dessa forma, compreende-se que o conceito de reprodução social do capital pressupõe um relativo controle da natureza exterior, ou seja, expressa produção e produtividade do trabalho. Sabe-se que as condições de produção são as condições de reprodução e carecem das condições técnicas e, no capitalismo, principalmente, das condições sociais, explicitando as formas históricas de apropriação, expressas a partir das relações sociais construídas entre os homens e a natureza.

Thomaz Júnior (2002) em conferência¹⁶ realizada na UFG-Campus de Catalão (01-11-2002), colocou que o objetivo prioritário do capitalista não é o lucro, mas as condições de realização do próprio lucro, a reprodução ampliada. Na oportunidade foi questionado acerca de sua colocação, pois estamos quase que condicionados a compreender o capitalismo apenas enquanto a materialização do lucro. Salientou que, mais importante que o lucro, são as condições de produção e reprodução da estrutura material e imaterial do capital, que tem como finalidade à mais-valia, mas que, sem as condições adequadas de produção capitalista, que em si carrega necessariamente a reprodução (ampliada), não seria possível a existência do capitalismo enquanto modo de produção.

A sua análise está correta, uma vez que não importa a produção de mercadorias em si, mas a reprodução capitalista que cria e recria as condições, sem as quais não é possível a realização do lucro, como o “fim aparente”, de uma engrenagem que

¹⁶ Essa atividade foi realizada durante o I Simpósio Regional da AGB – Seção Catalão, entre os dias 31/10 e 01/11 de 2002 com o tema A AGB e A Geografia em Goiás: Uma Abordagem Regional.

é muito mais ampla e muito mais complexa. Luxemburg (1983) deixa clara a sua posição acerca do assunto, que tem como questão central a produção da mais-valia:

[...] os produtores privados não são meros produtores de mercadorias, senão produtores *capitalistas*, do mesmo modo que a produção total da sociedade não é uma produção dirigida, em geral, para a satisfação das necessidades de consumo nem uma simples produção de mercadorias, mas sim, produção capitalista. [...] O produtor, que não somente produz mercadorias mas também capital, está obrigado a produzir, antes de tudo, mais-valia. A mais-valia é o fim último e o motivo que impulsiona o produtor capitalista. As mercadorias elaboradas, uma vez vendidas, não só devem fornecer aquele capital antecipado, mas um excedente sobre ele, uma quantidade de valor a que não corresponde gasto algum de sua parte. (LUXEMBUG, 1983, p. 16).

Todavia, o novo capital obtido no processo produtivo precisa perder a condição de mercadoria, sendo necessário que a mercadoria produzida volte à forma original, qual seja, a sua forma pura de valor em dinheiro (uma outra forma da mercadoria), e possa juntar-se à mais-valia, retornando às mãos do capitalista, possibilitando a capitalização da mais-valia e realizando a acumulação¹⁷. “Para que a acumulação se realize efetivamente é, pois, absolutamente necessário que a massa adicional de mercadorias produzidas pelo novo capital conquiste um posto no mercado e realize seu valor em dinheiro.” Luxemburg (1983, p. 23). É dessa forma que se assegura a reprodução ampliada, que se efetiva numa progressão determinada, onde os meios de produção, a mão-de-obra e o mercado correspondam às necessidades da acumulação de capitais.

Essas colocações expressam a dinâmica do processo de acumulação e reprodução do capital como fundantes para compreender as transformações sociais e territoriais, advindas com a modernização capitalista em Goiás e no Sudeste Goiano. É possível compreender o processo de modernização da estrutura produtiva no campo como uma ação valorativa do espaço, a partir da difusão das inovações técnicas e tecnológicas, principalmente se observarmos a expansão do capital, nas áreas consideradas periféricas, mediante a crise no padrão de regulação após a década de 1970.

Para Moraes; Costa (1987) o domínio do espaço, que pode apresentar potencialidades de valor, pode ser compreendido como a valorização política do espaço. Assim, o controle das áreas de Cerrado – chapadas e os recursos hídricos assentados nessas

¹⁷ Para obter o processo exemplificado, verificar LUXEMBURG, R. (1983), p. 23-24.

áreas – são essenciais para a produção dos cultivos irrigados. As empresas rurais adquiriram/adquirem grandes extensões de terras reforçando a estrutura fundiária arcaica e concentrada e, conseqüentemente, o poder político, expressando o domínio político e o uso econômico do espaço, subjugando milhares de trabalhadores que, fragilizados pela desterritorialização e precarização do trabalho, não conseguiram ainda, apontar novas alternativas. A dinâmica da autoexpansão do capital aponta a valorização capitalista do espaço onde este aparece para a produção como parte do valor e na forma de valor constante. O processo de valorização capitalista do espaço não é outro senão a própria valorização do capital. É o próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais, se territorializando a partir de formas espaciais desiguais.

A destruição da auto-suficiência e suas implicações objetivas e subjetivas possibilitaram o surgimento da “escravidão assalariada”, que se tornou o elemento fundante para garantir eficiência e flexibilidade a extração do trabalho excedente. O processo de transição da ordem feudal para o capitalismo significou o “fim da dominação forçada”, pois a relação contratual que se estabeleceu era “totalmente livre”. Esse fato se expressa na subjetividade dos trabalhadores que não perceberam as imposições do capital, em função do estranhamento e da alienação constituídas como co-partícipes do processo produtivo. Há uma “força bombeadora” do capital que busca mecanismos de (re)produção onde estas existirem, pois o capital não conhece fronteiras. A capacidade de adaptação frente a necessidade expansionista do capital cria e recria formas híbridas, se expressando a partir das relações sociais de produção e de trabalho distintas, contudo, hegemônicas pela mercadoria, conseqüentemente pela extração do trabalho excedente.

De fato, é assim que o sistema do capital constantemente redefine e estende seus próprios *limites relativos*, prosseguindo no seu caminho sob circunstâncias que mudam, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração de trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento. (MÉSZÁROS, 2002, p. 103).

As inovações técnicas e tecnológicas alavancadas pela ciência e incorporadas ao processo produtivo, significaram a agregação de trabalho morto, pois grandes investimentos são permanentes na agricultura moderna com o intuito de elevar a produção e a produtividade do trabalho, redefinindo as funcionalidades regionais e as múltiplas relações sociais de produção e de trabalho. Atualmente, interessa ao capital não apenas a acumulação de territórios (embora alguns continuam sendo de vital importância),

mas a acumulação de capitais em escalas espaciais cada vez mais distantes, paradoxalmente, próximas (circulação) dos interesses do capital organizado em redes (transnacionais).

O controle do capital, via políticas de Estado, infere, inclusive, sobre a reprodução da força de trabalho que enquanto mercadoria está suscetível às flutuações periódicas do processo de acumulação. Assim, a produção da vida (inovações tecnológicas, engenharia genética, anticoncepcionais etc.) é uma produção social, sendo a mercadoria produzida, um produto social. Apenas no capitalismo foi possível a produção da natureza em escala planetária, possibilitando um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da relação com a natureza, expressando uma ampliação do domínio da segunda natureza em prejuízo da primeira.

Com a produção da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade. A causa desta troca qualitativa nesta relação com a natureza repousa na relação alterada entre o valor-de-uso e o valor-de-troca. (SMITH, 1988, p. 93-94).

O objetivo fundamental na relação com a natureza é a produção do lucro e não mais a satisfação das necessidades em geral. A produção da natureza se efetiva enquanto totalidade do capital e, dessa forma, Smith (1988), apóia-se em Marx para dizer que o processo de *naturalização do mercado* mediante as necessidades do capital, desloca o conflito capital x trabalho – a luta de classes – para um conflito da relação entre o homem e a natureza. Entretanto, há que percebermos a lei do valor enquanto uma construção social natural que pode e deve ser destruída. A lei da gravidade não pode ser destruída, mas, pode ser contrariada em sua forma atual, como operação socialmente determinada, e, dessa forma, a lei do valor, enquanto uma construção histórica e social pode e necessita ser destruída.

Mas é no capitalismo que a produção da natureza obtém seu caráter específico, ou seja, é no capitalismo que temos a produção de um lado, “[...] uma classe que domina os meios de produção para toda a sociedade, ainda que não produza trabalho, e, de outro, uma classe que domina somente a sua própria força de trabalho, que precisa ser vendida para sobreviver”. Smith (1988, p.86). A necessidade de acumulação faz com que o

capital se volta para a maior exploração dos recursos naturais, tornando a natureza um meio universal de produção.

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. (SMITH, 1988, p. 88).

A hegemonização da forma de produzir sob o controle do capital impõe sua própria lógica subordinando o processo produtivo e, alterando, profundamente as relações sociais de produção, quando não, mantendo relações não-capitalistas, mas capturando o excedente social produzido na esfera da circulação. A medida em que a divisão social do trabalho e o avanço das forças produtivas desenvolvem-se crescentemente surge o trabalho científico como uma atividade separada, à frente de todas. O intuito é assegurar e aprimorar as formas de intervenção para o capital, objetivando facilitar a produção da natureza na forma de forças produtivas. As máquinas são criadas pela indústria humana natural e ao passo que foram sendo aperfeiçoadas exigiram uma divisão técnica do trabalho.

I.2 A Natureza Civilizatória do Capital

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

(SANTOS, 1994)

Na contemporaneidade do processo produtivo, a interação positiva dos primórdios do capitalismo entre produção/consumo, a sua natureza civilizatória, não se efetiva como pensada por Marx. Mészáros (2002) é cético em relação a Marx, quando este

coloca a “grande influência civilizadora do capital”. Isso ocorreu na dinâmica de expansão do capital, mas, na atualidade, não mais ocorre em virtude da *destrutividade* que permeia as ações autoexpansionistas do capital.

Marx em artigo de 1853, sobre a conquista da Índia pela Inglaterra, evidencia a natureza civilizatória do capitalismo, chegando a exacerbar a missão regeneradora que cabia aos conquistadores em livrar os indianos das crendices e das superstições, entre outras mazelas que as sociedades orientais historicamente construíram. A sociedade inglesa, recém-industrializada, possuía legitimidade para “civilizar” os outros povos, em virtude da sua importância econômica, da implementação do assalariamento e, assim, poderia efetivar o domínio sobre os “povos mais atrasados”, libertando-os da obscuridade histórica, ao colocá-los à disposição das leis do mercado.

Não se trata, portanto, de se a Inglaterra tinha ou não o direito de conquistar a Índia, mas de se preferimos uma Índia conquistada pelos turcos, os persas ou os russos a uma Índia conquistada pelos britânicos. A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado, e regeneradora, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases materiais da sociedade ocidental na Ásia. (MARX, 1988, 292).

Todavia, Marx não deixou de apontar, através de uma crítica radical, a destruição e a violência impetradas pela burguesia inglesa, mas sempre enaltecendo a sua natureza civilizatória. Senão vejamos:

[...] a burguesia inglesa não emancipará as massas populares nem melhorará substancialmente a sua condição social, pois tanto esta emancipação quanto esta melhoria não só dependem do desenvolvimento das forças produtivas, mas da sua apropriação pelo povo. Mas o que não deixará de fazer a burguesia é assentar as premissas materiais necessárias para a realização de ambos os empreendimentos. (MARX, 1988, p. 296).

A produção de mercadorias e a reprodução especulativa do capital contrastam com as necessidades humanas e dificultam qualquer interpretação rumo à transformação socialista, pois houve mudanças estruturais no processo de reprodução do capital que não poderiam ser previstas por Marx. O que se verifica hoje é o deslocamento da produção orientada para o consumo destrutivo. Há uma “obsolescência planejada”, ou seja, uma orientação para a produção capitalista perdulária. “[...] tornou-se necessário adotar a forma mais radical de desperdício, isto é, a destruição direta de vastas quantidades

de riqueza acumulada e de recursos elaborados, como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido”. Mészáros (2002, p. 676).

Nessa perspectiva, a realização capitalista se efetiva através do consumo perdulário e do desperdício, evidenciando a perversidade funcional do capitalismo na contemporaneidade, desprovido, agora, de uma efetiva natureza civilizatória. Luxemburg (1983) antes da Primeira Guerra Mundial já anunciava as vantagens da produção militarista para a acumulação e a expansão capitalistas. Colocava a tese de que o capital segue *a linha de menor resistência*, preferindo se adequar e/ou exercer estratégias que não significassem o abandono das práticas já estabelecidas. Ao longo da história, percebeu-se que o capital elaborou a “linha de menor esforço”, como a alternativa mais viável para manter o padrão de acumulação. Para isso, promoveu a reestruturação produtiva, calcada em alterações no processo produtivo, em função da necessidade primeira do capital em acelerar a velocidade da circulação dentro do próprio círculo de consumo e na produção/intensificação.

Essas medidas implicaram em significativas alterações no mundo do trabalho: novos produtos, novos consumidores, novos trabalhadores, crescimento do setor de serviços, desemprego em massa, informalidade etc. Enquanto o capital vislumbrar condições de se ampliar e de se reproduzir, conforme as orientações existentes, não hesitará em fazê-lo, de acordo com as formas mais cruéis de mais rígido controle social sobre os trabalhadores. Ampliar o círculo de consumo global criaria a necessidade de investimentos para ampliar a rede de circulação para áreas inseguras e pouco interessantes. Isso também demandaria a alteração no padrão de distribuição das mercadorias e implicações ideológicas e políticas subjacentes. Daí, o mais adequado é insistir na produção destrutiva e perdulária, no desperdício, exemplificados pelos investimentos localizados e pela ampliação do complexo industrial-militar.

Dessa maneira, somente quando o curso correspondente à *linha de menor resistência* for incapaz de atender por mais tempo aos requisitos do desenvolvimento capitalista, serão perseguidos os cursos alternativos, de modo a deslocar as contradições subjacentes e, assim, prevenir a ativação das potencialidades libertadoras inerentes à socialização da produção, tão esperançosamente contemplada por Marx.

A dinâmica do capitalismo na contemporaneidade açambarca todas as áreas que interessam ao mercado, conforme as exigências para manter o padrão de acumulação. O princípio basilar para assegurar essas condições, pautadas na divisão internacional do trabalho continua sendo a extração da mais-valia absoluta e a articulação

setorial com a extração da mais-valia relativa. Mészáros (2002) retoma o debate acerca dessa relação:

[...] parece óbvio que o desenvolvimento capitalista não pode ser explicado sem o seu mais sofisticado motor de exploração: a produção da mais-valia relativa. Diante desta, a extração de mais-valia absoluta deve parecer não só tosca, mas também perdulariamente ineficiente. (2002, p. 680).

O autor destaca duas questões importantes que são omitidas na reflexão mais elaborada sobre a *linha de menor esforço*, fundamentais para compreender a dinâmica das relações na economia mundializada. Primeira, que a mais-valia absoluta é o ponto de partida e o fundamento material de exploração capitalista. Assim, compreende que a crescente exploração da mais-valia relativa pressupõe sua base material histórica, ou seja, a mais-valia absoluta. Segunda, o movimento para o predomínio da mais-valia relativa é real (nesse momento predominante), mas não se pode esquecer das formas combinadas e da extorsão e apropriação, reforçadas mediante formas de produção extremamente cruéis e que se julgavam extintas.

Além do mais, a contínua extorsão de mais-valia absoluta permanece um integrante insubstituível do próprio dinamismo expansionista ao longo da história dos desdobramentos capitalistas, incluindo suas fases menos problemáticas. Isto é claramente evidente na utilização de *sweat-shops*, trabalhadores imigrantes, *Gastarbeitern*, trabalhadores domiciliares etc., pelos países capitalistas avançados. Para não mencionar os imensos benefícios materiais que tais países continuam a alcançar pela extração de vastas quantidades de mais-valia (absoluta) do resto do mundo, na mais alta taxa de exploração praticável. (MÉSZÁROS, 2002, p. 680).

Nesse debate, concorda-se com o autor ao colocar as dificuldades existentes nos projetos de modernização nos países subdesenvolvidos, que não conseguem escapar da apropriação através da mais-valia absoluta que se torna o fundamento regulador do metabolismo socioeconômico. Como as relações de dependência são construções históricas que expressam o poder da força, ainda centrado nos países desenvolvidos, os subdesenvolvidos não conseguem autonomia, tampouco estender o controle e o domínio de outros territórios, sofrendo as ações que potenciam a acumulação do capital. Na lógica perversa de reprodução do capital não é possível a autodeterminação dos povos, pois as *redes de poder* constituídas historicamente, são sustentadas pelas relações capitalistas que

hegemonizam as diversas formas societais, conforme as necessidades do padrão de acumulação, não permitindo o *desenvolvimento autônomo* e voltado às necessidades de cada sociedade.

O termo (des)envolvimento significa tirar daquela comunidade e/ou área de interesse, as condições intrínsecas, ou seja, próprias, que lhes assegura o envolvimento construído historicamente. Desenvolver significa impor ações e atitudes, que, quase sempre, não coadunam com os interesses daqueles que sofrem essas ações. E mais, há que se compreender que os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento são resultantes das lutas de classes em nível interno (Estado-Nação) e em nível externo, mediadas pelo mercado, que engloba os interesses da “burguesia internacional”, como forma de efetivar o controle sobre os trabalhadores, não importando sua base territorial, embora considerando as especificidades históricas, políticas e econômicas das classes sociais em questão. Dessa forma, o que ocorreu no Cerrado, o *pseudo-desenvolvimento* é decorrente da conjuntura macro-econômica que objetiva transformar os territórios em *frações integradas* ao capital industrial e financeiro mundializados.

A modernização das estruturas produtivas nos países subdesenvolvidos evidenciou a aliança de interesses do capital transnacional, ansioso por assegurar áreas de expansão e, concomitantemente, atendeu ao desejo das elites nos países subdesenvolvidos, que preferiram se adequar à estrutura imposta, a apontar alternativas diferentes. É assim que se compreende a modernização das atividades no campo brasileiro, como estratégia combinada da expansão do capital transnacional (aparentemente portador do progresso e da modernidade), que reforça e legitima o poder das elites brasileiras aliadas (latifundiários, burguesia industrial e financeira), que desejavam a industrialização do país, sem, contudo, realizar reformas estruturais, dentre elas a reforma agrária.

É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferenças seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antiquadas e abertamente exploradoras; em sua linha comum de menor resistência na estrutura da produção capitalista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 683).

Convém lembrar que o capital elabora estratégias com o intuito de garantir a sua autoexpansão, adiando a *hora da verdade*¹⁸. De um lado, a manipulação do

¹⁸ Para mais detalhes ver MÉSZÁROS (2002), p. 668 e ss.

“círculo de consumo” mediante a extorsão contínua da mais-valia absoluta e, de outro, o retardamento da maturação das contradições internas, condição para a socialização da produção e, lógico, para a superação da sociedade capitalista.

A taxa de utilização decrescente no desenvolvimento capitalista é associada à extração da mais-valia absoluta, tornando-se, pois, o mecanismo que garante a vitalidade contemporânea do capital. Dessa forma, não é necessário *ampliar a periferia da circulação* correndo-se riscos desnecessários. A taxa de utilização decrescente das mercadorias permite a manutenção do círculo restrito de consumidores (uma artificialidade do capital) excluindo, inteiramente, as classes *desfiliadas* socialmente e asseguram o controle das áreas que são interessantes para as transações do capital, mantendo distante do consumo bilhões de pessoas, a maior parte concentradas nos países subdesenvolvidos.

Essas constatações possibilitam retomar a leitura de Marx acerca das potencialidades produtivas do capital que demandariam o avanço das forças produtivas, e conseqüentemente, a superação das relações sociais capitalistas. A partir de meados do século XX, o capital, ao adotar a *lei do menor esforço*, contrariou as perspectivas apontadas por Marx. “[...] a expansão dos contornos da circulação e o crescimento do valor de uso correspondente à necessidade humana não são mais requisitos necessários à reprodução ampliada.” Mészáros (2002, p. 692). Não se trata de descartar a contribuição marxiana, tampouco, de tecer comentários improcedentes acerca da viabilidade da abordagem metodológica e/ou mesmo da teoria social apontada, mas, ao contrário, pois é a partir dos princípios colocados por Marx que se deve fazer as leituras das complexas realidades, com o objetivo de apontar a certeza da emancipação social.

A crescente produção e produtividade de grãos no país, precisamente nas áreas anteriormente cobertas pela vegetação de Cerrados, não coaduna com a miséria e a fome alarmantes na sociedade brasileira, especificamente, na área da pesquisa. O discurso da modernização da agricultura é cada vez mais forte, porém frágil, na medida em que não aponta soluções viáveis para milhares de trabalhadores desterritorializados no país. É freqüente o trabalhador colher feijão, laranja, café etc., durante semanas, meses e não ter sequer o direito de se alimentar dos produtos que colhe. Em suas casas, não se come feijão todos os dias, tampouco café e laranja, pois são novidades para os momentos ocasionais.

É compreensível, portanto, que a produção de uma “*abundância constantemente maior*” se converta num sonho cada vez mais ilusório – a luz que constantemente se afasta no fim do túnel que constantemente se

alonga –, apesar do aumento assustador das forças *abstratamente* “produtivas” da sociedade, que estão condenadas a permanecer abstratas e estéreis, ainda que, *contraprodutivas*, por causa de sua inserção social capitalista e sua dissipação destrutiva. (MÉSZÁROS, 2002, p. 695).

A compreensão linear e às vezes mecanicista da história, impossibilita os intelectuais no campo da esquerda, assim como os próprios trabalhadores, de perceberem os nexos da contradição entre o capital e o trabalho. A crença inevitável na realização do socialismo gera acomodação na ação política e “preguiça mental”, muito comuns, entre os “militantes de esquerda” que, pouco instruídos e também com pouca formação política, não aceitam a reflexão profunda sobre as complexas realidades que dizem interpretar e conhecer como a “palma da mão”. Esses equívocos se fazem presentes nas ações políticas e nas atitudes coletivas dos trabalhadores e são amplamente apropriados pelos neoliberais com o intuito de (des)construir as ações e as possibilidades coletivas.

Muitos reformistas, acalentados pela social democracia brasileira, acreditam no capitalismo humanizado, contrariando a lógica perversa do capital que não consegue, não quer e não pode abraçar as necessidades dos trabalhadores, a não ser pontualmente com a finalidade de fragmentar a luta política e expressar o efetivo controle social do capital sobre o trabalho.

Ora, o capital só pode, na melhor das hipóteses, avançar até o ponto de nos apresentar a própria alternativa, mas não pode se propor a solucioná-la por sua própria supressão. Muito pelo contrário, já que a perigosa lógica interna do capital pode apenas forçá-la a resolver a alternativa em seu próprio favor, pela destruição radical das perspectivas de um final socialista por intermédio de suas bárbaras determinações materiais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 698).

A produção genuína, que assegura um papel civilizatório ao capitalismo, está diametralmente oposta à hegemonia exercida pela auto-reprodução destrutiva, que exige novas funcionalidades do Estado capitalista, orientando o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social, atendendo às novas demandas colocadas pelo capital em autoexpansão. Daí a importância da reflexão sobre a permanência da natureza civilizatória do capital, pois a julgar pelos “olhares apressados” na área da pesquisa, não parece haver conteúdo civilizatório. Mas, é preciso relativizar essa conceituação, quando se considerar as diferencialidades geográficas no tempo e no espaço, principalmente, as condições de vida de grande parcela da classe trabalhadora nos países subdesenvolvidos.

Houve um tempo em que contemplar a produção da abundância e a superação da escassez era inteiramente compatível com os processos e aspirações capitalistas. Hoje em dia, no horizonte do “desenvolvimento” e da “modernização” capitalistas, tais objetivos aparecem somente nas racionalizações ideológicas dos mais cínicos apologistas do sistema estabelecido. (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

Discordando de Mézáros (2002), Souza Santos (2003), insiste na existência de uma *globalização alternativa*, pois acredita que não há uma globalização, mas sim, globalizações. Acredita que para além da globalização neoliberal do capitalismo que só aceita as regras que ele próprio impõe, existem ações sendo construídas de forma democraticamente sustentáveis, centradas em solidariedades e na busca pela plena e efetiva cidadania. Alves (2002) compreende a globalização a partir da mundialização do capital – novo regime de acumulação mundial predominantemente financeirizado – como um processo civilizatório humano-genérico que, ainda possibilita, a (re)criação dos homens enquanto agentes sócio-históricos da transformação social.

Ao mesmo tempo que possibilita a financeirização do planeta, a globalização, também possibilita os movimentos sociais e suas utopias. Assim, a globalização apresenta duas faces: *a globalização em si e a globalização para si*. A globalização pelo alto, e também, a globalização dos de baixo – que seria a reação materializada pelo surgimento de movimentos sociais anti-globalização, em Seattle (1998) e outros, que culminaram no I Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001), indicando uma globalização dos de baixo.

A globalização em si é a mundialização (e a ideologia) do capital que transforma homens e meio em meros “espectadores”, impondo a todos um modelo, o pensamento único. Todavia, é possível uma globalização para si, pois a base material (e tecnológica) desenvolvida pelo sistema orgânico do capital, propiciou o surgimento de novas estruturas associativas, políticas e culturais de nível global. Mediante essa abordagem, a *globalização dessocializa e ressocializa*, evidenciando sua natureza civilizatória.

Se o objeto do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem, a globalização tende a possuir um conteúdo civilizatório, uma vez que os artefatos sociais (objetos novos) alteram as relações dos homens com o meio. Os produtos do trabalho, enquanto portadores objetuais das normas não são apenas objetos de uso, mas também valores de uso. A contradição essencial entre as forças produtivas conquistadas e as condições e relações sociais existentes cria novas necessidades. Nesse sentido, a

globalização tende a ser o momento mais desenvolvido do processo civilizatório humano-genérico, criando intensamente necessidades individuais de caráter histórico-social e necessidades radicais (necessidades estéticas, espirituais ampliadas etc.), tornando mais complexas as relações entre o homem e o meio.

Há uma determinação histórico-ontológica que é expressa pela globalização como processo civilizatório humano-genérico, materializando as condições para a possibilidade da utopia sócio-histórica. Para tanto, há que se compreender o trabalho como processo de auto-produção do homem, de sua auto-criação na história. Daí, o homem como ente social e comunitário, como um produto histórico-social. Esse pressuposto implica perceber a globalização na perspectiva da *contradição viva*, portanto, da possibilidade concreta da superação desse estado de coisas, rumo a uma sociedade nova, rumo a um homem novo.

Acredita-se que aí está a vitalidade e a necessidade do debate, tendo em vista que a superação do capitalismo passa necessariamente por sua (re)interpretação, utilizando como método de investigação a obra marxiana, reatualizando-a e, assim, rumar em direção a *mares nunca dantes navegados*. Assim, torna-se condição fundamental, compreender os elementos para uma teoria dialética da globalização que reconheça como seu nexos essencial o movimento do capital e sua contradição sócio-histórica.

Santos (1994) compreende a globalização como o auge da internacionalização expressa em “sistema-mundo”. “[...] a unificação do planeta, a Terra torna-se um único ‘mundo’ e assiste-se a uma refundição da ‘totalidade-terra’”. (1994, p. 48). Mais recentemente, apontou a necessidade de construir uma outra globalização que pudesse atender as necessidades sociais de grande parcela da humanidade, apontando a natureza civilizatória da globalização. Alves (2001) também acredita que há ações civilizatórias na “globalização contemporânea”. Com menos otimismo, compartilho dessa interpretação, pois não perceber o conteúdo civilizatório seria negar a possibilidade da superação, a partir da realidade concreta, vivenciada pelos trabalhadores, e desconsiderar a própria natureza contraditória do capitalismo.

I.3 A Natureza Contemporânea do Trabalho

[...] a situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. De agora em diante, para muitos o futuro é marcado pelo selo do aleatório.

(CASTEL, 2003)

O trabalho é o elo emancipatório que aponta perspectivas para os trabalhadores e instrumentaliza a ação política desses sujeitos, rumo a uma sociedade plural e democrática. Assim, trata-se de interpretar as mudanças no mundo do trabalho, enquanto desdobramentos da reestruturação produtiva do capital e afirmar que embora multifacetado, fragmentado, polissêmico, o trabalho constitui-se como elemento primordial para a humanidade.

Moreira (2003) diz que cada forma de apropriação dos territórios implica em uma matriz espacial que assegura a materialização das formas de (re)produção vigentes. A sociedade se organiza a partir de uma matriz espacial, portanto, o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações de poder e relações ideológicas. Assim, espaço é poder, espaço é ideologia, espaço é representação, sendo fundamental para qualquer interpretação da realidade social.

A Geografia se institucionalizou enquanto ciência muito mais como uma ideologia do que propriamente uma filosofia. Essa preocupação norteia a discussão realizada, pois na gênese da ciência geográfica se percebe uma ação política afirmadora dos interesses estatais e do capital em processo ampliado de expansão, justificando as ações imperialistas. Mais tarde, a influência dos geógrafos anarquistas – Élisée Reclus e Piotr Kropotkin – foi determinante para que os geógrafos, paulatinamente, inserissem a noção de relações sociais de trabalho em suas pesquisas, construindo uma interlocução mais qualificada com os agentes produtivos. Dessa forma, qualquer análise parte de um padrão espacial (o modo imposto/construído) e, na contemporaneidade, o imperialismo é o paradigma para a interpretação do padrão espacial.

Há uma lógica espacial dos objetos, pois o espaço é uma prática dos homens e não apenas dos geógrafos, daí a relevância da ciência geográfica, não enquanto a “ciência”, mas como uma disciplina essencial para a compreensão das matrizes espaciais, fundantes, para a interpretação dos territórios, pois a Geografia está na essência da sociedade. A Geografia é algo que está na condição da existencialidade de todas as coisas, daí a discussão acerca da geograficidade – a compreensão do espaço como a forma da existência do homem, ou seja, a forma da existência da sociedade – na medida em que há uma condição espacial (estar/ser) para todas as relações sociais na superfície terrestre.

Não se deve fazer uma leitura do espaço sem considerar a relação entre recursos naturais e as necessidades humanas – a construção dos espaços pelos homens só pode ser compreendida a partir da relação entre o homem e o seu entorno, enquanto construções históricas espacializadas nos diferentes territórios. Não há povo que possa existir sem o mínimo de relações com as possibilidades de sobrevivência, o seu chão, o seu solo, o seu território. A leitura do capital sobre os territórios é uma leitura política e geopolítica, pois a decisão e a posterior implementação dos objetos técnicos e informacionais carregam em si o controle social mediante o sistema de ações. (SANTOS, 1994).

A crise do padrão de acumulação vivenciada pelo capitalismo após a década de 1970, que reinventou formas de regulamentação via reestruturação produtiva do capital, propiciou numa nova matriz espacial, pois a matriz espacial precedente, construída durante o fordismo/taylorismo, entrou em choque com os interesses dos grandes grupos transnacionais, ansiosos pela destruição das fronteiras constituídas pelo capitalismo no seu alvorecer, mas, condição para a sua crise na atualidade.

A necessidade premente de apontar alternativas fez eclodir distintas transações comerciais hegemônicas pelo capital financeiro, que necessitava construir espaços globalizados, controlados por redes sediadas nos mais distantes territórios, mas integradas sob o comando e o controle do capital. Uma condição sem a qual não seria possível a concretização desse objetivo é a supressão das fronteiras dos Estados Nacionais, ou seja, que as fronteiras territoriais se tornem fluídas, móveis, mutáveis, mas apenas para os interesses de autoexpansão do capital. No entanto, qualquer atividade de recomposição espacial, mediante a histórica submissão de nações ao longo da história, são rechaçadas e/ou aparentemente estimuladas, conforme a conveniência política e econômica dos detentores do poder e dos “mercadores de armamentos”.

As fronteiras nacionais obstaculizam a reprodução do capital que impõe uma nova matriz espacial sem fronteiras definidas, calcada nas relações globais, inauguradas a partir da reestruturação produtiva do capital, e provocando significados políticos e econômicos de grande relevância para os trabalhadores, pois a conformação territorial foi bruscamente (re)construída. A matriz espacial construída a partir das necessidades colocadas pelo imperialismo não servia mais, uma vez que não conseguia atender as demandas do mercado transnacionalizado. As fronteiras não mais podem ser rígidas, estabelecidas geograficamente, mas economicamente, onde os diversos territórios não podem ser impedidos de serem deslocados. O capital quer e necessita de uma matriz espacial sem fronteiras regionais, nacionais e/ou mesmo aquelas baseadas na divisão internacional do trabalho.

Há muito tempo que o campo é a cidade e a cidade é o campo. Só nós da Geografia que ainda não percebemos isso. Só nós da geografia que ainda conseguimos trabalhar com a geografia urbana como se o urbano não fosse o agrário ou trabalhamos com a geografia agrária como se o agrário não fosse o urbano, principalmente em um país como o Brasil que já nasce ao mesmo tempo urbano e agrário. [...] o Brasil já nasce como um país agromercantil. (MOREIRA¹⁹, 2002).

Os Estados Nacionais, reformatados mediante o processo de reestruturação da economia mundial, tiveram suas funções alteradas. Esses espaços, fundamentais para a manutenção das condições de produção e reprodução das formas necessárias à existência do capital, foram mobilizados a se tornarem responsáveis pela gestão dos espaços internacionalizados pelo capital. A materialização do controle dos territórios se intensifica mediante a implementação dos objetos técnicos, que mesmo distantes dos centros de decisão, sofreram o impacto direto das deliberações e ações tomadas pelos agentes financeiros e industriais sediados nos países centrais.

Diante desse contexto, a globalização²⁰ expressou a nova formatação espacial do domínio dos poderosos (capital transnacional). Todavia, a leitura da globalização é feita de forma diferenciada nos países centrais, pois as lutas de classes internas (nos espaços nacionais) moldam a própria globalização, assim como ocorreu com o imperialismo. Havia

¹⁹ Ruy Moreira – Conferência de Abertura do Encontro Nacional de Estudantes de Geografia – ENEG – Goiânia, junho de 2002.

²⁰ Se não há regras na globalização, alguns impõem essas regras em benefício de seus próprios interesses. A globalização por si só expressa concentração de poder e *desfiliação social*, sem normatizações é uma globalização para uns e não para a maioria.

diferentes espacializações das práticas imperialistas, conforme a organização/mobilização das classes sociais que se viam satisfeitas e/ou ameaçadas.

É necessário eliminar as “rugosidades” que, sistematicamente, bloqueiam a mobilidade exigida pelo capital em escala internacional. O mapa do capital reformula as noções espaciais com o surgimento do ciberespaço – as redes criadas pelo capital especulativo. Não se pode esquecer das lutas de classes internas que conformaram os territórios, que embora hegemonizados pelo imperialismo, efetivou-se em territorialidades diferenciadas, denotando que a constituição social do espaço é algo inerente a existência humana.

Nas últimas décadas do século XX, o Centro-Oeste brasileiro vivenciou intensas transformações espaciais a partir da modernização da agricultura, intensificando a agroindustrialização. Não há, portanto, do ponto de vista do capital, mais fronteiras entre o campo e a cidade, por isso é necessário requalificar o espaço geográfico, pois apresenta a fusão de diversas formas de capital e distintas relações sociais de trabalho que, combinadas, possibilitam uma crescente acumulação. O Centro-Oeste se tornou o centro de gravidade da matriz espacial brasileira calcada na agroindustrialização, precisamente nas áreas de Cerrado (chapadas), que apresentam as melhores condições naturais para a apropriação do trabalho sob condições extremamente vantajosas para o capital.

As agroindústrias expressam a fusão entre a agricultura e a indústria significando uma nova (re)arrumação espacial com características relevantes (a agroindustrialização une os setores da produção), atendendo a tendência matricial espacial necessária a autoexpansão do capitalismo na atualidade, daí o incremento dos investimentos nas safras agrícolas. A agroindustrialização evidencia a “transformação” do latifundiário em empresário rural, perpetuando a histórica concentração da terra. O monopólio da terra continua intocado e com grandes rendas, pois o discurso das agroindústrias embota a contradição expressa na ação governamental de incentivar e estimular a produção e a produtividade de grãos, como contraponto à lenta e gradual política de reforma agrária.

A *opção política* adotada ao longo da história brasileira privilegiou a grande propriedade monocultora e, considerando, as políticas públicas do Governo Lula, a atenção histórica dispensada aos empresários rurais deve permanecer. A prioridade continua sendo a produção de grãos nas empresas rurais propiciando a depredação dos recursos naturais e a precarização do trabalho, possibilitando um sistema altamente produtivo, ao lado da miséria crescente da maioria dos trabalhadores. A alternativa deveria

ser a realização da reforma agrária, pois mesmo as experiências conquistadas (assentamentos) sem uma política pública definida significaram o resgate da dignidade e da cidadania para milhares de famílias que, conseguem, decentemente sobreviver na e da terra.

Os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no trabalho serão apreendidas no processo de reestruturação espacial, quando as novas formatações espaciais se configurarem, possibilitando a condição para a sua investigação. A empiricização da nova matriz espacial significará novas configurações espaciais que, apreendidas através das pesquisas geográficas, propiciará a instrumentalização e a potenciação dos movimentos sociais que poderão (re)qualificar as ações políticas implementadas.

“A precarização do trabalho é uma regressão que nos leva de volta ao capitalismo selvagem do século XIX”. Singer (2003, p. 35). Nessa nova matriz espacial local-mundial pode-se apontar a regressão do trabalho, não enquanto produtividade do trabalho, mas enquanto condição efetiva para o exercício da atividade laboral. Os direitos universais do trabalhador estão sendo paulatinamente destruídos e não há no horizonte perspectivas animadoras. A regulação das relações capital x trabalho, conforme as necessidades do pacto fordista ruiu e, em seu lugar surgiram as mais degradantes formas sociais do trabalho. Os trabalhadores e suas entidades de representação não conseguiram reagir com a devida contundência diante da orquestração das investidas do capital, que se apropria das condições objetivas e subjetivas para estabelecer maior controle social sobre os trabalhadores.

Diante desse quadro, Singer (2003) propõe a necessidade de uma nova legislação do trabalho, que reafirme a universalidade dos direitos sociais. Apressadamente, se pode imaginar que bastaria cumprir o disposto na Constituição Federal e nos acordos decorrentes das convenções da Organização Internacional do Trabalho. Entretanto, as formas de trabalho na atualidade não estão regulamentadas. Isso implica em pensar o trabalho informal e as múltiplas formas de externalização do trabalho, seja em tempo parcial domiciliar, contratado etc, como forma de precarizar o trabalho. Uma nova legislação não significa legitimar essa precarização, mas um esforço coletivo para evitar as condições degradantes de trabalho. Para tanto, a composição de uma aliança hegemônica pela classe trabalhadora é fundamental, visando impedir a fragmentação na legislação e o conseqüente “fatiamento” do trabalho, conforme a força política de determinadas

categorias de trabalhadores e também de acordo com os interesses do Estado e/ou do capital em fortalecer determinados grupos de trabalhadores, em detrimento da maioria, não necessária ao processo produtivo.

Singer (2003), destaca:

[...] é essencial preservar os direitos sociais, tão duramente conquistados por nosso trabalhador. Assim como não admitimos que alguém se deixe escravizar, tampouco devemos admitir que trabalhadores, premiados pelo desemprego, se submetam a condições degradantes de trabalho. (2003, p. 35).

Mattoso (1999) situa a discussão sobre a precarização dos direitos sociais iniciada no final dos anos 1970, diante da emergência do novo sindicalismo no Brasil e as mudanças ocorridas nos anos 1980, para depois se debruçar sobre os impactos da reestruturação produtiva no trabalho, precisamente, nos anos 1990. Utiliza a expressão *desestruturação produtiva* ao salientar a *destruição criadora* promovida pela dialética capitalista. Todavia, salienta que o saldo não tem sido favorável ao processo de criação, mas ao processo de destruição, estabelecendo para a análise o conceito de *desestruturação produtiva*. Ainda, chama atenção para o processo de *desassalariamento* mediante a ampliação do trabalho precarizado, que sem condições de contribuir para a Previdência Social, esses trabalhadores, dificilmente terão acesso a direitos como por exemplo a aposentadoria. Há que considerar o grande crescimento da informalidade nos últimos anos, condição para uma maior acumulação de capitais (redução com o custo da mão-de-obra), uma vez que o desemprego possibilita maior disponibilidade de trabalhadores a custos cada vez mais baixos.

Ainda, enfatiza a conjuntura altamente desfavorável aos trabalhadores (terceirização, contratos temporários, cooperativas de trabalhadores etc) que começa a ser gestada quando da crise do padrão de regulação/acumulação que aflorou nos anos 1970, possibilitando a adoção de novas formas de organização e de gestão das empresas, alterando profundamente o trabalho e as ações políticas dos trabalhadores.

Na década de 1990 a situação alterou-se profundamente. Nesses últimos anos, o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as consequências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha

colocado no lugar outras capazes de substituí-las. (MATTOSO, 1999, p. 11-14).

As mudanças no processo produtivo atingiram sobremaneira o mundo do trabalho, precisamente a atuação sindical. A debilitação dos trabalhadores, agora desempregados e/ou na informalidade, afasta-os do sindicato, impelindo-os a aceitarem as contratações impostas pelo mercado. Por outro lado, os novos ingressantes no mercado de trabalho apresentam características interessantes: alguns mais instruídos que assumem postos com maior remuneração não se interessam em filiar aos sindicatos – trabalhadores estáveis – não possuindo qualquer experiência com a luta e a identidade sindical; e a grande maioria, que até experienciou as lutas sindicais, mas que, agora desempregados, atuam no mercado informal, sem qualquer forma de participar da luta sindical, uma vez que o próprio sindicato não conseguiu avançar rumo a uma discussão sobre a condição desses trabalhadores.

No Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, viveu-se um grande florescimento da ação sindical com a emergência do novo sindicalismo (Luta pela Anistia, surgimento do Partido dos Trabalhadores, luta pela redemocratização do país, movimento pelas Diretas Já etc.). Ao iniciar os anos 1990, ocorreu um recuo significativo na atuação sindical, diante das transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital. O papel do Estado foi fundamental para que esse processo se instaurasse. O governo brasileiro abriu mão dos poucos princípios que ainda apontavam uma discussão sobre os problemas nacionais (controle das reservas minerais estratégicas, incentivo à ciência e a tecnologia nacionais etc.) e adotou uma política liberalizante, totalmente voltada para as necessidades do capital transnacional. Internamente iniciou-se o reordenamento do Estado (privatizações, desregulamentação do setor privado, desmonte do setor público, flexibilização²¹ do trabalho etc.), visando favorecer a privatização do setor público e a redução dos custos necessários à reprodução do capital.

Surge então o discurso da empregabilidade, responsabilizando o indivíduo pelo seu emprego e/ou desemprego. A questão da qualificação aparece como a única alternativa e, nesse sentido, a responsabilização social recai sobre o trabalhador, uma vez que ao Estado cabe a criação de cursos de qualificação e requalificação e, se o trabalhador

²¹ Nomear é dizer que a flexibilização da relação de trabalho não é flexibilização, é priorização. É dizer que o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico, é assassino, mata gente. E é preciso enfatizar esse neoliberalismo excludente, essa insegurança elementar, que são eufemismos para dizer que tem gente morrendo. Temos que ter o direito de nomear isso. (SANTOS, 2002, p. 03).

demora mais em conseguir trabalho, o problema não está na macroestrutura econômica e política, mas nas poucas habilidades e/ou aptidões do trabalhador. Mattoso (1999) confirma que:

[...] o trabalhador assume a sua empregabilidade, por meio da formação profissional, requalificação, etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o 'salve-se quem puder'. (MATTOSO, 1999, p. 20).

A questão da qualificação tem sido propalada como discurso para a empregabilidade, mesmo que as tarefas executadas sejam altamente eficazes, os trabalhadores são denominados de desqualificados. A concepção de qualificação se refere ao exercício de habilidades, porém algumas atividades como o trabalho braçal e/ou mesmo as atividades relacionadas ao exercício do labor na terra – realizada pelos camponeses e *trabalhadores da terra* – não são consideradas qualificadas. Entretanto, há que refletir sobre a apropriação e a perda de sentido desse conceito, pois um trabalhador qualificado, conforme (MARX, 1980), é aquele que não está separado do produto do seu trabalho, portanto, os *trabalhadores da terra* quando possuem suas terras e/ou estão lutando para terem a terra, ainda que estejam em condição de miserabilidade em acampamentos e nas periferias urbanas, possuem qualificação e estão qualificados para exercerem o trabalho na terra.

Claramente se percebe as mudanças provocadas pela adoção das políticas liberalizantes na economia brasileira, redirecionadas mediante as necessidades do mercado e das empresas transnacionais, com substanciais alterações na relação capital x trabalho. As empresas com capitais nacionais, sediadas em território brasileiro, reorientaram suas atividades e, principalmente, promoveram reformas visando a redução de custos como forma de assegurar competitividade em relação às mercadorias produzidas em outras partes do mundo, que adentravam aceleradamente o mercado brasileiro.

A política de importações (liberalização da economia) promoveu ajustes no processo de reprodução do capital mundial externo, seja como capital produtivo, seja como capital rentista parasitário, uma vez que as condições de fluidez foram reforçadas e ampliadas, mediante a abolição das tarifas alfandegárias e a desregulamentação da legislação que previa a guarida de certos setores da economia nacional, que ainda permaneciam sob o controle do Estado, que agora seriam controlados pelo capital

transnacional, promovendo danosas consequências sobre o trabalho e os direitos dos trabalhadores, principalmente nas áreas periféricas.

As inovações tecnológicas promoveram a elevação da produtividade propiciando grandes dividendos para os proprietários dos meios de produção, todavia, também promoveu a diminuição brusca do trabalho vivo, ampliando o desemprego e complexificando as relações de trabalho, na medida em que os próprios trabalhadores, na busca pela sobrevivência, se rearranjaram diante da nova dinâmica controlada pelo capital. No rearranjo das relações sociais de trabalho é que as relações precarizadas sobressaíram, expressando novas formas de acumulação e um significativo desmonte da estrutura sindical até então existente.

Isso dá lugar a uma curiosa territorialidade dos novos empregos: nos países mais centrais do capitalismo globalizado, as ocupações banais são preenchidas por imigrantes – latinos nos Estados Unidos, indianos na Inglaterra, turcos e balcânicos na Alemanha, árabes e subsaarianos na França, nisseis brasileiros que viram decasségus no Japão –, a imensa diáspora da ampla periferia, cujas remessas de dólares para seus parentes na origem já constituem a segunda fonte de divisas. O México recebe quase US\$ 10 bilhões por ano dos *chicanos* que vivem no vizinho do Norte, e a Índia ocupa o primeiro lugar com um pouco mais. Essa desterritorialização da geração de empregos e ocupações criou um insuspeitado movimento na conta de transações correntes, as remessas dos imigrantes, que torna a larga periferia dependente na razão direta do crescimento do núcleo dinâmico e na razão inversa de sua própria falta de crescimento. (OLIVEIRA, 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>).

O desemprego e a precarização das relações sociais de trabalho parecem ser a parte mais visível desse processo e, a *priori*, são consequências da “adoção necessária” do progresso técnico no processo produtivo, tanto no campo como na cidade, conforme ocorreu no Brasil e mais precisamente no Centro-Oeste, lembrando que campo e cidade são categorias de análise disjuntivas. Não se tem dúvidas de que onde houver as condições para a (re)produção do capital, essas medidas serão implementadas, gerando as consequências acima descritas. Essa discussão necessita ser aprofundada, visando compreender a forma com que o capital se reproduz, bem como a forma assumida pelo capitalismo na atualidade e, assim, apontar a *perspectiva histórica* rumo a superação do capitalismo e do capital, para a constituição de uma nova sociedade, que num primeiro momento não abolirá de vez o capital. Mas, se um projeto político de transformação radical da sociedade não buscar destruir o tripé capital-Estado-trabalho, qualquer que seja, estará fadado ao fracasso. É necessária a constituição de novas relações sociais de produção,

baseadas em outros objetivos, portanto, assentadas em diferentes formas de produzir e de trabalho.

O crescimento econômico, sem possibilidade de promover o desenvolvimento social através da redistribuição de renda, reforma agrária, políticas públicas eficientes (saúde, educação, habitação, lazer etc.), não ameniza o *caos social* em que está mergulhada a maior parte da sociedade brasileira. A constituição de um projeto político da classe trabalhadora passa pela necessidade de compreensão da composição das classes sociais na atualidade. Quem são os trabalhadores? Que formas sociais o trabalho tem assumido? Talvez tenhamos que refletir acerca de uma *geografia da diferença*²².

Os conceitos tradicionalmente constituídos de classes sociais a partir do “chão de fábrica” não possuem mais a hegemonia no processo produtivo. E os camponeses, os *trabalhadores da terra*, os pescadores, os seringueiros, os trabalhadores informais, dentre outros, como devem ser qualificados? Não há dúvida de que essas categorias são classe trabalhadora, mas com significativas diferenças entre si, que implicam em ações políticas distintas, embora possam ser agregados no campo de ação de um mesmo projeto político para a sociedade. Aí está a questão central. Daí, que o norte deve passar pela capacidade de agregar a pluralidade de ações políticas e de manifestações sócio-culturais numa ação política transformadora concreta e eficaz. O trabalho deve ser reconhecido como uma relação social e, por isso, é necessário compreendê-lo enquanto uma construção sócio-histórica, da qual decorrem diversas ações políticas.

Grzybowski (2004) inicia o editorial da Revista Democracia Viva, n. 21, sobre as transformações recentes na relação capital x trabalho, destacando os significados “bons e ruins” historicamente imputados ao trabalho. Conforme as temporalidades construídas no processo de humanização dos ambientes e do próprio homem, o trabalho foi sendo aperfeiçoado, pois escravidão e servidão são formas de trabalho que já foram hegemônicas na história humana. Todavia, a forma mais moderna e aceitável do trabalho como relação social é o assalariamento, que apresenta diferenciações significativas na efetivação concreta da relação contratual entre capital e trabalho. O que apareceu como uma conquista inigualável na história da humanidade, a burguesia, que na sua gênese apresentava uma natureza revolucionária, como anunciou Marx e Engels no Manifesto Comunista (1848), ao tomar o poder se tornou classe reacionária, criando os mecanismos

²² MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**. Bauru, n. 19, p. 18-21, 2001.

de controle para se perpetuar enquanto classe hegemônica. Assim, Marx, o grande teórico do capital, foi o maior crítico do trabalho assalariado, com o intuito de refletir e construir na ação política concreta, mecanismos de superação do trabalho assalariado e, portanto, do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico.

Marx, melhor do que outros(as), ressaltou o caráter consciente e projetista do trabalho humano para extrair do meio em que vive os bens necessários à sobrevivência, criando com seu trabalho, a própria sociedade e a cultura. Por estar sincera e profundamente preocupado em como libertar o trabalho humano e transformá-lo em potência criativa de bens e serviços, bem como de significados, Marx produziu suas teorias de transformação social. (GRZYBOWSKI, 2004, p.05).

As rápidas mudanças operadas no mundo da economia, da técnica e da política, são difíceis de serem diagnosticadas, a não ser a partir da sua empiricização, só possível através da pesquisa. Uma nova ordem, quase linear, vem introduzindo mudanças na relação capital x trabalho, interferindo nas relações sociais e no modo de produzir e viver. A condição de ser do trabalho se alterou, mas isso não significou que o trabalho perdeu o seu sentido de ser, inclusive, a condição para o pleno desenvolvimento do capital e, portanto, elemento fundante na agudização dos interesses das classes sociais, como condição de avançar para novas relações sociais de produção e de trabalho, não mais centradas na histórica dominância do capital sobre o trabalho.

Os agentes do capital, desde a gênese do capitalismo, não fizeram outra coisa senão aperfeiçoar e/ou inventar novas formas de controle sobre os trabalhadores que, estranhados do produto do trabalho social, apresentam entraves que os impedem de ter a clarividência acerca do processo e das teias emaranhadas que constituem o tripé capital-Estado-trabalho, que assegura a expansão e a consolidação das formas de produzir hegemônicas pelo capital contemporâneo, centrado na tecnociência e nas finanças. Mas, ambos, capital e trabalho, sabem dessa processualidade sócio-histórica e o desafio dos agentes capitalistas é impedir que mais e mais trabalhadores tenham clareza disso, pois quando assim procederem, as amarras que cerceiam a ação política libertária serão rompidas.

A estratégia da espetacularização da produção e da produtividade vivenciada nas últimas décadas, propiciou, como a representação da sua forma de ser e estar nos diversos territórios na contemporaneidade a ação homogeneizadora, onde *todas*

as gentes e todos os lugares se tornam produtores e consumidores, se tornando equivalentes, frente às ações globais impostas pelas *personas* do capital.

Debord (1997) diz da monotonia imóvel impetrada pelo *espaço livre da mercadoria* que, a cada instante modificado e reconstruído, mas que tenta tornar cada vez mais idênticos os territórios, eliminando as possibilidades, as potencialidades, enfim as diferenças. A supressão das distâncias geográficas, a partir da aplicabilidade da tecnociência, causa a sensação de que todos estão fazendo parte do espetáculo do capital de forma linear e progressista e, mais, de que não há alternativas senão aquelas apresentadas pelo discurso das técnicas e das tecnologias, expressão mais rebuscada do moderno, a que ninguém deve se opor sob pena de travancar o “desenvolvimento da sociedade”.

Diante disso, ocorreram profundas alterações no perfil dos trabalhadores e, conseqüentemente, de suas expressões políticas, acarretando um torpor, uma situação que não se compreende adequadamente, pois o deslumbramento com as inovações apresentadas (3ª revolução tecnológica) e, ao mesmo tempo, a impotência diante do crescente desemprego e precarização das condições de trabalho, momentaneamente, ofuscaram a histórica resistência dos trabalhadores. Contrariamente, há um emaranhado de ações políticas que possuem como objetivo a perpetuação da macroestrutura societal, a partir da divisão social e técnica do trabalho, que ordena a apropriação da subjetividade do trabalhador.

O capitalismo contemporâneo produz dois tipos antípodos de emprego. O primeiro, no topo da divisão social e técnica do trabalho, é o de altas *performances* técnico-científicas, nos ramos dedicados a pesquisar e programar o progresso técnico, isto é, as novas formas da acumulação. O segundo localiza-se no estrato mais baixo da mesma divisão social e técnica do trabalho: o trabalho mais banalizado, geralmente braçal, como paradoxo do progresso técnico-científico e devidamente instrumentalizado por este, uma espécie de forma virtual de extração da mais-valia. Os demais empregos, na indústria – sede da classe operária – e nos serviços, estão em extinção: não apresentam nenhum crescimento há décadas e apenas renovam uma parte do antigo emprego. No espaço entre os dois extremos, uma miríade de ocupações que se encarregam da distribuição e circulação das formas da riqueza e do valor produzidos pelos extremos. Aí estão a "indústria cultural" com as estrelas de Hollywood e, entre nós, da Globo, os "analistas simbólicos" de Robert Reich, os "gestores da medida" das políticas sociais e uma enorme seqüência cuja descrição tomaria muito espaço. (OLIVEIRA, 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>).

Esse atordoamento atingiu de forma mais significativa os partidos políticos e os sindicatos, que gestados ainda no *pacto fordista*, não compreenderam as

novas formas de produção e de controle implementadas pelas medidas flexibilizantes denominadas de acumulação flexível, produção flexível, toyotismo etc, conforme a filiação teórica e política dos intelectuais. Pode-se buscar a compreensão desse fato na histórica necessidade de controlar os trabalhadores, que pode ser percebida desde o princípio da organização do capitalismo nas cidades, durante a revolução industrial.

A agregação urbana, condição para o pleno desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, aparentemente livre e aberta, é sutilmente controlada, principalmente os trabalhadores que, individuados, recebem espetacularmente as mensagens e leituras dominantes da realidade que se quer manter. É necessário o isolamento em meio às múltiplas relações sociais cotidianas para que o sujeito desarraigado da aldeia – desaldeado – seja reconfigurado, adotando uma ação distanciada e solitária na *aldeia global* (IANNI, 1996).

A integração no sistema deve apoderar-se dos indivíduos *isolados em conjunto*: as fábricas como as casas da cultura, as aldeias de férias como os grandes conjuntos habitacionais, são especialmente organizados para os fins desta pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na *célula familiar*: o emprego generalizado dos receptores da mensagem espectacular faz com que o seu isolamento se encontre povoado pelas imagens dominantes, imagens que somente através deste isolamento adquirem o seu pleno poderio. (DEBORD, 1997).

Ao observar o mosaico de configurações geográficas, se percebe uma relativa homogeneização nas formas de produzir e, conseqüentemente, nas relações sociais de produção. Especificamente nas áreas de Cerrado, andando pelos rincões, aparecem como capacidade produtiva as empresas rurais, os grandes conglomerados para armazenamento ao longo das vias de escoamento e, salta aos olhos, que os equipamentos técnicos expressam a mesma arquitetura e disposição espacial, inclusive, apresentando os mesmos logotipos, evidenciando que há uma monopolização no processo de ordenamento do território pelos conglomerados industriais e financeiros mundializados.

Há que considerar a *decisão autoritária* que ordena o território em território da abstração (DEBORD, 1997), pois os centros de decisão podem estar localizados à distância, não considera a história dos lugares e as suas conformações geográficas. A mesma arquitetura aparece em todo lado, precisamente nas áreas de Cerrado, que apresentam um terreno adequado ao novo gênero de existência social que aí se quer implantar. Nas conversas com os *povos cerradeiros*, há uma certa apatia sobre as

perspectivas intrínsecas às suas formas de vida, suas manifestações sócio-culturais e a própria relação simbiótica que se construiu com o Bioma Cerrado. Quase sempre salientam que *aqui nunca aconteceu nada*, denotando a *ausência histórica*. Não são valorados como sujeitos sociais e políticos e o *saber-fazer* negado, acarreta a composição de sua própria e exclusiva paisagem, implicando em *identidades territoriais*. Parecem estar plasmados diante do que assistem e aos poucos (re)constróem formas de agir politicamente.

No caso específico dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária, a espetacularização através do agronegócio, promove a banalização da reflexão acerca da questão agrária brasileira. Ao falsear a realidade, não se vislumbra as alternativas exequíveis, forçando a opinião pública, informada equivocadamente, a se posicionar, única e exclusivamente, na defesa do direito à propriedade. A mídia televisiva e escrita exponencia e espetaculariza o conflito agrário como ameaça à democracia. Ao procederem assim, estão apenas dando continuidade ao padrão de tratamento a questão agrária que prevaleceu nos últimos anos, marcado pela opção de criminalizar os movimentos sociais, efetuada pela redefinição dos marcos jurídicos da relação com os movimentos sociais no campo e por uma brutal redução do orçamento para a reforma agrária.

É interessante, notar que esta crispação da retórica da intolerância em relação ao conflito agrário vale-se de uma gramática e de termos aprimorados pelo pensamento conservador brasileiro, por latifundiários e oligarquias. O que evidencia um problema real: a ausência ou esterilização dos procedimentos e instituições democráticas capazes de processar o conflito agrário.

Neste território da República onde a propriedade grilada defende-se com jagunços, onde a Justiça tarda e a violência prospera com a impunidade, onde a assimetria de direitos exclui da cidadania os pobres do campo, a tradição da democracia ainda não criou raízes. É neste território que a fala forte mas rouca dos injustiçados do campo emite os sinais do inconformismo diante da violência secular. Não apenas o MST e a Contag, mas os missionários da Igreja através da CPT e um sem número de movimentos sociais regionais. Que a fala, o gesto, a imagem, reproduzam na língua dos oprimidos a dramaticidade e a radicalidade da situação, não deveria servir de pretexto, para quem adota uma perspectiva democrática, para impugnar estes personagens como criminosos sociais. Não o são e é preciso apostar, para além da circunstância e de algum gesto extremado, no caráter profundamente civilizatório e democratizante das exigências inadiáveis que brotam no campo. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, Editorial, 2003).

Em contraposição à reflexão crítica e libertária dos trabalhadores e demonstrando a construção sócio-histórica de “submissão” do trabalho ao capital, a partir do discurso do progresso, a importante revista – A Informação Goyana²³ – com o intuito de divulgar e informar as potencialidades existentes no Estado de Goiás afirma, no início do século XX, o discurso hegemônico.

Precisamos, nós goyanos, orientar o nosso povo a dar-lhe a noção do trabalho fecundo, como condição imprescindível do engrandecimento de nosso Estado. [...] A Informação Goyana surge pois impregnada neste ambiente convencida destas necessidades, destas conveniências, que precisa inculcar no povo goyano. Terá que clamar por vias de comunicação, como fator decisivo para a ampliação dos mercados de consumo. Dos productos, que excederem das necessidades locais. Todo povo, diz conhecido paradoxo, precisa produzir mais do que consome, exportando o excedente. (Anno I, 15 de agosto de 1917, vol. 1 – nº 1).

O progresso, o moderno, era necessário, assim como as relações sociais de trabalho mais avançadas. A incorporação dessa área via comunicações era a grande alternativa para o atraso, a preguiça, a brejeirice em que viviam os goianos. A idéia de trabalho está diretamente vinculada a produção de excedentes e não necessariamente a satisfação das necessidades básicas, pois é sabido que, mesmo após a chegada dos trilhos – portadores do desenvolvimento econômico – a pobreza e a miséria persistiram e até aumentaram, principalmente no campo.

A partir das considerações efetuadas quer se compreender os desenhos espaciais através das tramas do capital e do trabalho nas *áreas cerradeiras*, no Sudeste Goiano. Demonstrar a preocupação com o outro lado da moeda – a externalização do trabalho – implica considerar as ações políticas construídas pelos camponeses e pelos *trabalhadores da terra*, frente ao processo de modernização da agricultura. Isso leva-nos a fazer leituras do território, a partir do enfrentamento capital x trabalho, com ênfase nas ações desencadeadas pelos movimentos sociais – *povos cerradeiros* – contrapondo-nos à ideologização efetuada pelas elites, de que a luta pela terra e pela reforma agrária, não são importantes. Assim, questiona-se a utilização dos conceitos de agricultura familiar e de agronegócio que tentam negar a relevância da agricultura camponesa, sob o discurso da racionalidade técnico-científica.

²³ Revista mensal, sob a direção de dois goianos, Henrique Silva e Americano do Brasil, editada no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Foi o principal veículo de comunicação a defender a modernização dos transportes e da estrutura produtiva do capital em Goiás.

I.4 Problematizando a Reflexão: As Tendências das Pesquisas em Geografia Agrária

Propor-nos a investigar as transformações recentes no espaço agrário brasileiro nos parece fundamental, uma vez que os desafios existentes clamam pela necessidade de se rever paradigmas. Para tanto, é necessário considerar o processo de reestruturação produtiva do capital após os anos 1970 e as substanciais mudanças no perfil do trabalho de uma forma ampla e, especificamente, sobre os camponeses e *trabalhadores da terra*. Isso implica em averiguar os rebatimentos na atuação política e sindical e, considerar os resquícios do corporativismo e da fragmentação/representação por categorias, que segmentam a luta e a ação política dos trabalhadores.

Pensar o rural implica pensá-lo não enquanto espaços subservientes e/ou independentes do urbano, mas compreendê-lo a partir das imbricações resultantes das diferencialidades existentes como condição de vitalidade e expansão do capital, na busca permanente pela acumulação. Assim, campo e cidade são espacialidades diferenciadas, mas denotam formas e modos de vida que se confundem e se distanciam a partir da escala geográfica e das inserções do capital financeiro e industrial nos diversos lugares.

Os desdobramentos ocasionados no Brasil na década de 1990 apontam um cenário pouco inspirador para os movimentos sociais. Thomaz Júnior (2001) salienta a precarização das relações de trabalho como o elemento determinante para se efetivar as novas leituras do território brasileiro. O desemprego crescente e as condições de vida cada vez piores para os trabalhadores podem ser verificadas através dos dados: “[...] dos 418.000 postos de trabalho criados no ano de 1999, 94% materializaram-se sem carteira assinada”, (2001, p. 06), expressando as mazelas resultantes do não-acesso à terra, que aglutinam em acampamentos e assentamentos cerca de 20 milhões de brasileiros que lutam pela terra e pela reforma agrária no país.

As informações indicam que mais da metade das pessoas que vivem no meio rural no país está abaixo da linha da pobreza, ou seja, ganha menos de um quarto de salário mínimo *per capita*. Conforme reportagem veiculada no Jornal O Estado de São Paulo (1998)²⁴, em números, tem-se 18.756.494 brasileiros – cerca de 3,4 milhões de famílias de pequenos proprietários, meeiros, parceiros, assalariados e trabalhadores sem

²⁴ Jornal O Estado de São Paulo, 22 de novembro de 1998. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br>>

remuneração que representam 53% dos habitantes do campo. Em Estados como Ceará, Paraíba e Piauí, os pobres somam mais de 70% dos moradores das áreas rurais. Há crescimento da pobreza nos centros urbanos, mas proporcionalmente a pobreza ainda continua sendo maior nas áreas rurais. Numericamente, há mais pobres nas áreas urbanas do que nas rurais, porque cerca de 80% da população brasileira está nas cidades. Certamente a maior pobreza no campo está centrada nas famílias que lutam por terra e/ou são potenciais demandantes de terra – camponeses e *trabalhadores da terra*.

No que tange à utilização das terras, segundo o IBGE, apenas 11,8% dos estabelecimentos agrícolas no país são cultivados com lavouras. O valor da produção agropecuária caiu em praticamente todos os Estados brasileiros – é positiva apenas no Amapá e Mato Grosso – em níveis que vão de 15% a 60%. O “nó da questão” está na baixa produtividade e competitividade dos pequenos proprietários – que, hoje, formam um exército de 11.593.103 de pessoas que trabalham sob regime familiar, sem empregados, representando 65% do pessoal ocupado no campo brasileiro.

As informações e dados evidenciam a vitalidade da geografia brasileira que possui como uma das principais referências para as suas pesquisas a questão agrária, apresentando configurações geográficas diferenciadas, embora hegemônicas por uma mesma matriz espacial. As “leituras” geográficas da questão agrária evidenciam metodologias que apontam uma hegemonia de determinados agentes sociais, econômicos, políticos e culturais, que expressam a conformação das classes sociais e as perspectivas colocadas para os segmentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária.

Certamente não é possível numa única pesquisa captar as capilaridades que formatam o desenho societal do espaço agrário brasileiro, mas, a partir de um recorte territorial, é possível pensar apontamentos metodológicos que agilizam essa interpretação geográfica. A essência geográfica não está no campo ou na cidade, mas nas múltiplas relações interagentes que, ao se imbricarem, produzem as diferencialidades espaciais, tanto no campo quanto na cidade, uma vez que esses espaços estão hegemônicos pelas formas de produzir estabelecidas pelo capital. A sustentação dessa abordagem está na compreensão de que a categoria trabalho é fundante na interpretação do espaço geográfico, possibilitando o *desvendamento* da relação capital x trabalho, seus contornos territoriais e perceber as tramas espaciais (re)criadas no processo de autoexpansão pelos “novos territórios”, hegemônicos pelas demandas colocadas pelo capital industrial e financeiro mundializados.

O trabalho é um tema permanente na Geografia, seja a partir do processo de hominização por meio do metabolismo que permeia a relação do homem com a natureza, ou, enquanto regulação social, historicamente construída pelas formas de controle do capital sobre o trabalho. Não se pode esquecer as formas construídas que acarretaram a expulsão e desterritorialização dos camponeses e *trabalhadores da terra* no Brasil, desde a implementação do regime de Sesmarias.

Assim, torna-se fundamental realizar novas leituras do território, porque a relação capital x trabalho se territorializa sob múltiplas formas, desloca e requalifica as contradições, os conceitos, as categorias, denotando diferentes sujeitos políticos, objetivando manter a hegemonia no processo produtivo. É pela apreensão do território que é possível compreender a dinâmica societária, as suas formas e o seu conteúdo, evidenciando assim as ações emancipatórias materializadas a partir do enfrentamento entre capital e trabalho. Para isso, há que estar atento à dominação de classe e à subordinação do trabalho ao *metabolismo social do capital*, processo esse que pode ser verificado a partir da dinâmica sócio-territorial.

Oliveira (2002) em debate no XVI ENGA²⁵ indagava sobre a análise do campo centrada na categoria trabalho. De acordo com suas observações há uma preocupação com a natureza explicativa das questões agrárias, pois haveria uma secundarização da renda da terra com desdobramentos complexos sobre o campesinato. Na sua análise, está subjacente a luta pela reforma agrária, atualmente hegemonizada pelos movimentos sociais camponeses, porém, com cisões em relação a noção clássica de classe trabalhadora representada historicamente pelo proletariado no sentido clássico. Talvez a avaliação mais adequada para a questão seja considerar a necessidade de ampliar o conceito de classe trabalhadora, pois as diversas categorias de *trabalhadores da terra* estão sob variadas formas subsumidas em graus e intensidades distintas ao controle do capital.

Conforme Thomaz Júnior (2002) os camponeses são classe trabalhadora.

Está em pauta, portanto, atentar-se para o processo contraditório, que redefine a forma de ser da classe trabalhadora, principalmente elege as correlações necessárias para a compreensão das condições objetivas das formas de precarização, flexibilização da produção e do trabalho e especificamente para o modelo excludente e concentracionista de renda, de terra e de capital, adotado na economia brasileira e particularmente na

²⁵ Encontro Nacional de Geografia Agrária – Agricultura Brasileira: Unidade na Diversidade, realizado em Petrolina – PE, em dezembro de 2002.

agropecuária, que se ancora na cultura latifundista quinhentista e que conta, historicamente, com o beneplácito do Estado. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 05).

Dessa forma, não há uma secundarização e, tampouco, se pode negar a renda da terra, pois se sabe que é condição para analisar o processo de subordinação, sujeição e exploração dos camponeses e *trabalhadores da terra* ao capital.

O tempo da velocidade, condição para a autoexpansão do capital, a partir das novas tecnologias (robótica, química fina, biotecnologia, microeletrônica etc.), implica que qualquer análise sobre o campo torna-se altamente tendenciosa, caso não sejam consideradas as relações globais, assim como sua dinamicidade territorializada nos diversos lugares.

Moreira e outros (1999) afirmam, a partir de estudos acerca dos impactos da modernização agrícola sobre as condições de vida dos *trabalhadores rurais* na zona canavieira da Paraíba que, as formas e os níveis de exploração do trabalho rural evidenciam o padrão de acumulação do capital na agricultura, possibilitando modificações na organização espacial do processo produtivo. Pensa-se que além das mudanças na forma e no conteúdo da produção, há alterações na ação política, desencadeada pelos trabalhadores e pelas instâncias de representação, demarcando os territórios de ação e de reação, ou seja, as ações do capital e as ações do trabalho.

É verdade que há diferenciações espaço-temporais de acordo com o processo de constituição histórica e geográfica das várias regionalidades no país, mas já é possível perceber essas novas atividades espalhadas em diversas áreas, principalmente nas áreas mais industrializadas e urbanizadas. Na década de 1990 a crescente reflexão sobre a territorialização de novos processos de integração decorrentes da intensificação da agroindustrialização – *modernização do latifúndio* – evidenciou a relevância das condições locais como fundamentais para assegurar competitividade nos mercados transnacionais. Essas leituras do território potenciaram ações nos mais distintos lugares e regiões, visando satisfazer as necessidades do capital e certamente alterou de forma profunda as relações sócio-reprodutivas.

Há uma combinação de diversos fenômenos que aliam os interesses das empresas transnacionais, do Estado e das elites locais e regionais, que culminam na reformatação das alianças de classe, que alteram substancialmente o pacto agrário, pautado no latifúndio e na produção camponesa. Surgem novos elementos, novos atores sociais,

novas categorias de trabalhadores, novas demandas, que associadas produzem novas territorialidades. As alterações nas relações de poder, a (des)construção de formas identitárias, a natureza reivindicatória dos territórios hegemonzados pelo capital com o intuito de asseverar maiores ganhos, seja na forma de infra-estrutura, redes viárias, políticas creditícias e tributárias etc., evidenciam os novos *constructos* identitários em *áreas cerradeiras*.

A territorialização implica perceber o enraizamento territorial, a valorização do território e o enredamento desse território nas complexas relações globais, garantindo o *marketing territorial*. A valorização das condições naturais-sociais-culturais coloca o território como aberto às inovações, ao progresso, que indubitavelmente atinge todos, seja na rearticulação das elites e das relações de poder, seja enquanto potenciador das mazelas sociais para parcela significativa da população. Se o progresso é portador do capital, ao ser ideologizado pelas elites, se efetiva, enquanto materialidade da produção capitalista. Por isso não se deve desconsiderar os seus aspectos de negatividade, vez que forja um pacto de alianças, não apresentando as contradições que são, inclusive, condição para a sua operacionalização.

A reunificação cidade/campo, patrocinada pelas necessidades de acumulação (autoexpansão) do capital, redimensiona as formas de ocupação e produção com impactos substanciais para os trabalhadores, precisamente, nas suas ações políticas. Alguns elementos não podem ser negligenciados nessa análise, destacando-se a expansão da rede viária e a difusão das informações que atingem os lugares, gerando comportamentos e valores que tendem a ser universais, na medida em que são imposições dos mercados transnacionalizados. Entretanto, há níveis de aceitação e assimilação, a depender da constituição histórica e da composição social e política dos lugares, que podem se colocar abertos às inovações e/ou estabelecer resistências parciais ou totais à inserção aos novos parâmetros produtivos.

Dessa forma, observa-se desafios teóricos e metodológicos para pesquisar o campo, sendo necessário elaborar novos conceitos (a partir das pesquisas) como condição para apreender as complexidades existentes. Uma questão colocada por gestores é a definição sobre o que é urbano e o que é rural como forma de apontar políticas públicas de gestão do território, tais como planejamento, zoneamento etc. As pesquisas precisam qualificar as ações políticas e intervencionistas através da disponibilização de dados e informações sobre o território. Essas avaliações frequentemente são feitas por

pesquisadores, vinculados a órgãos estatais e/ou a empresas, porque necessitam conhecer melhor as potencialidades e as dificuldades, para nortearem as medidas intervencionistas rumo a assegurar o controle do território.

Esses pesquisadores alegam que a graduação e a capacitação oferecida na maioria dos cursos de Geografia não condizem com as novas necessidades do mercado e/ou dos agentes políticos que exigem conhecer os territórios de forma mais pragmática. Reivindicam uma Geografia que possa apontar conhecimentos para nortear investimentos e ações do capital, sob o discurso, propositadamente recuperado, de que as técnicas são neutras, proliferando ações políticas *pseudo-científicas*, com o intuito de assegurar estudos e pesquisas para atender às demandas mercadológicas.

Evidentemente o resultado de qualquer pesquisa deve pertencer a coletividade, principalmente aquele produzido no seio da Universidade Pública, que sobrevive precariamente a partir da resistência (mobilização e organização) dos professores, estudantes e servidores técnicos comprometidos com a natureza social da educação superior pública.

O intuito da discussão proposta não é subsidiar o Estado e as empresas para melhorarem suas ações, que apenas amenizam as sequelas provocadas pela intervenção sócio-política do capital no território. O objetivo é fazer com que a pesquisa possa instrumentalizar a ação política dos sujeitos sociais – os trabalhadores – que desejam alterar e reordenar o território mediante suas reivindicações. A opção teórico-metodológica e política adotada nesse debate é a compreensão da relação capital x trabalho na perspectiva do *pertencimento de classe*, ou seja, de que as pesquisas possam instrumentalizar as leituras do território como possibilidades de fomentar e ampliar a natureza reivindicatória e contestatória dos movimentos sociais.

Destaca-se a importância da pluralidade enquanto condição primordial para as investigações geográficas avançarem, embora as várias tendências defendam posições discordantes, são relevantes para estabelecer o debate e os distintos olhares sobre a realidade no campo. No que tange à agricultura, há que se considerar o tempo histórico para verificar de forma mais nítida as formas de controle do capital sobre o trabalho através da racionalização do uso e manejo do espaço, consubstanciadas em tempos distintos num mesmo espaço.

A modernização da agricultura que praticamente se tornou um paradigma de interpretação das transformações espaciais, principalmente nas áreas de Cerrado,

necessita ser amplamente repensada. A indagação se dá sobre a apropriação das pesquisas realizadas, que não conseguem avançar além das constatações acerca da natureza perversa para os *trabalhadores da terra* e para o meio ambiente. São lamentações, importantes como denúncia, mas, paradoxalmente, em grande parte essas pesquisas acabam validando as ações empreendidas pelo Estado e pelo capital.

Propõe-se compreendê-la enquanto modernização capitalista do campo, considerando o movimento do capital global através da reestruturação produtiva e da agudização dos conflitos que redundaram em queda nas taxas de lucro. Era necessário reinventar formas e relações sociais de produção que assegurassem a natureza expansionista do capital e, paralelamente, sugerissem novas perspectivas para os trabalhadores, diluindo as ações políticas e apontando para uma *aldeia global*, conforme Ianni (1996), onde todos pareciam ser constituídos do mesmo barro.

As investidas econômicas associadas ao aparato político e ideológico afetaram duramente as organizações dos trabalhadores, facilitando a recomposição espacial do capital na medida em que promovia a fragmentação espacial do trabalho. Assim, a modernização da agricultura em implantação no Centro-Oeste e vizinhanças é acelerada e promove a *produção destrutiva* com consequências significativas para os *povos cerradeiros*. A modernização da agricultura que aparentemente homogeneiza o espaço, padronizando formas de produção, de consumo e de relações sociais de trabalho, precisa ser pesquisada a partir das contradições, das clivagens e não apenas das teses tradicionais, que não possibilitam a percepção dos desdobramentos desse processo para o trabalho, tampouco para as ações que visam fortalecer a luta pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, não se pode secundarizar os elementos culturais, no caso em questão, os *povos cerradeiros*, fundamentais para a interpretação dos espaços agrários, em detrimento das análises economicistas. Serão as pesquisas de campo, aliadas ao draconiano esforço teórico-metodológico e não as avaliações de gabinetes, tão comuns no momento, que desvelarão o conteúdo das múltiplas determinações apresentadas pelas realidades geográficas. Essa posição política e científica é diferente das alternativas apontadas por pesquisadores que tentam amenizar a relevância e a atualidade da reforma agrária e se enveredam por discussões sobre desenvolvimento rural sustentado e políticas públicas pontuais, com o objetivo de amenizar ou diminuir as graves distorções sociais e econômicas existentes. Sob esse prisma os pesquisadores formulam avaliações forjadas, com o intuito de evitar “convulsões sociais”, nada interessantes ao empresariado moderno.

Ainda sobre a reforma agrária, cuja discussão detalhada será feita mais adiante, há que ter maior intercambiamento entre os trabalhadores (urbanos e rurais), mesmo porque a ação política é coletiva, pois a luta pela terra e pela reforma agrária deve ser a pauta prioritária dos movimentos sociais no país. A questão da terra é elemento fundante para a solubilidade de históricos problemas sociais e econômicos vivenciados pelos trabalhadores brasileiros.

Aqui, intenta-se apontar algumas tendências que se propõem a entender a realidade existente no campo brasileiro. Nesse caso em estudo, destaca-se aquelas que marcam o debate acadêmico na atualidade. Obviamente esse debate necessita ser pontuado no tempo e no espaço, pois são grandes as influências de outras áreas das ciências e da conjuntura político-econômica internacional e nacional, além das ações decorrentes da luta de interesses entre as frações do próprio capital, assim como do embate entre os interesses do capital e os interesses dos trabalhadores, bem como internamente às suas entidades de organização.

De forma sucinta pretende-se apenas situar as principais tendências dos estudos em Geografia Agrária no país, destacando o debate contemporâneo e as perspectivas políticas postas na construção das interpretações sobre as transformações espaciais no campo brasileiro.

A primeira tendência privilegia a agricultura camponesa, com enfoque na luta e na resistência dos trabalhadores do campo, mediante o processo de (re)criação do campesinato, apontando, enquanto perspectiva política, a luta pela terra e pela reforma agrária e as especificidades que envolvem o “mundo camponês”. A reforma agrária é necessária e urgente, como parte do processo de reconstrução da identidade camponesa. Comungam dessa perspectiva as pesquisas desenvolvidas por Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outros, denotando grande influência no meio acadêmico atual, principalmente a partir da destacada ação política empreendida pelos camponeses e *trabalhadores da terra*.

A segunda tendência prioriza a agricultura familiar, baseada nas relações de trabalho familiar, onde os conflitos pela posse da terra tendem a desaparecer, na medida em que esses *produtores rurais* se integram ao mercado. Não há alternativa para os *produtores rurais* que não seja a tecnificação e a especialização, objetivando atender as demandas colocadas pelo mercado. Por isso, utilizam como elemento estruturante a presença do Estado, que, toma para si os interesses do capital, viabilizando políticas

públicas e parcerias com o intuito de possibilitar o desenvolvimento local e sustentável, mas de maneira a sedimentar o capital.

Essa formulação cai como uma bomba para os trabalhadores e seus efeitos são devastadores porque ganha dimensões sociais e territoriais maiores do que aqueles segmentos que originariamente a formularam. Daí ser mais importante ser considerado agricultor familiar do que camponês, inclusive quando os papéis sociais são forjados pelo próprio Estado, quando estipula enquadramentos que predefinem a existência dos atores sociais que podem se beneficiar de créditos agrícolas, subsídios etc. No âmbito dos trabalhadores, das suas organizações políticas de representação (sindicatos, associações, cooperativas e demais esferas dos movimentos sociais), ainda seguindo o exemplo em questão, entre os próprios trabalhadores há atribuições de pesos e valorações ao se entenderem como camponês e, atribuir às demais expressões do trabalho no campo, agricultor familiar, assalariado e vice-versa, importância e até exclusividade do ponto de vista da existência social. Isso poderia parecer trágico se não fosse cômico, pois também se faz presente na ambiência acadêmica e intelectual²⁶, e se espalha para os aparelhos de Estado, como é o caso do NEAD²⁷, com rebatimentos para as demais esferas da convivência social, especialmente no meio partidário e político, como encontramos a situação predominante no PT (Partido dos Trabalhadores) em nível nacional. (THOMAZ JÚNIOR, 2003a, p. 08).

Essa abordagem exerce grande influência na geografia brasileira, escudada em economistas, sociólogos e outros, salientando que a reforma agrária não é mais tão necessária, pois grande parcela da população já vive nas cidades, e caso a reforma agrária seja executada, há que considerar diversos fatores de ordem econômica para a sua implementação. Diversos grupos de pesquisa, dentre eles aqueles coordenados por José Graziano da Silva e José Eli da Veiga e outros, partilham dessa interpretação.

A terceira tendência centra sua atenção no desaparecimento paulatino e gradativo dos camponeses, reafirmando a tese clássica da diferenciação social do campesinato. Assim, a perspectiva para o campesinato brasileiro será a sua lenta extinção mediante a implantação da mecanização e da agroindustrialização no campo, que implementam de forma crescente o assalariamento rural. Nesse grupo colocam-se em

²⁶ Não se trata de fechar as portas para o debate, entretanto há um bloco intelectual nas Universidades Públicas que atuam frontalmente contra a Reforma Agrária mas que há pouco tempo defendiam essa bandeira. Os casos mais emblemáticos, dentre tantos outros, são do professor José de Souza Martins (USP) e do sociólogo Zander Navarro (UFRGS).

²⁷ O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural (NEAD), criado no governo FHC, e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, é onde se concentra a *intelligentia* incorporada ao poder estatal, para formular políticas para conter o avanço dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, coibindo assim ações que não passem pelo crivo das alianças que beneficiam a burguesia rural e os latifundiários.

grande parte, pensadores de origem pecebista²⁸ (Partido Comunista Brasileiro) e diversos outros estudiosos, que possuem como referência uma “leitura” particular do marxismo em relação ao processo revolucionário e à implantação do socialismo no país.

A quarta tendência²⁹ – em consolidação – tenta apreender as novas configurações geográficas a partir de uma análise centrada no desenvolvimento das forças produtivas e as conseqüentes alterações nas relações sociais de trabalho, referenciando-se na concepção marxiana de sociedade e de natureza. As pesquisas, ainda recentes, norteiam-se pela reestruturação produtiva do capital (após os anos 1970), onde o capitalismo, hegemonizado pelo capital financeiro, promoveu substanciais valorações nos territórios e propiciou, conseqüentemente, distintas territorialidades. Considera que há diferentes categorias de *trabalhadores da terra* (temporários, subcontratados, domiciliares etc.) e camponeses, que enquanto “classe trabalhadora”, no sentido ampliado, necessitam agregar ações políticas conjuntas, com o intuito de atingirem a unidade na ação política e, assim, terem efetivamente as condições de iniciarem um processo radical de transformação do desenho societal vigente.

Reafirma a centralidade do trabalho e volta-se de forma contundente contra as investidas do capital (controle social) sobre o trabalho, denunciando a sua natureza perversa, destrutiva e excludente, componentes esses, deliberadamente, esquecidos pela intelectualidade neoliberal. Compreende que a materialização das formas perversas também possibilita leituras diferenciadas do fenômeno e aponta a necessidade histórica da emancipação dos trabalhadores dessa forma de contrato, pautado na típica relação capital x trabalho, hegemonizada pelo capital financeiro e suas frações nos mais distantes rincões do Planeta.

Atualmente a formulação e a sistematização dessa tendência possui como *locus operandi* o CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – que objetiva efetivar a discussão a partir da Revista PEGADA e da Jornada do Trabalho³⁰, realizada anualmente desde 1999. Nos últimos anos, a realização de diversos congressos e simpósios, no Brasil e no exterior tem possibilitado um amplo debate com diversos pesquisadores que estão desenvolvendo pesquisas, tendo como preocupação central a reestruturação produtiva

²⁸ SANTOS, R. (Org.). Questão agrária e política: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1996.

²⁹ Nessa última tendência situam-se as pesquisas desenvolvidas por Antonio Thomaz Junior – coordenador do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho); FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP e pelos pesquisadores sob sua orientação. Ainda, Ruy Moreira (UFF/RJ) apresenta essas preocupações, dentre outros pesquisadores espalhados por outras áreas do país.

³⁰ Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>

do capital e os rebatimentos no trabalho e nas instâncias políticas representativas dos trabalhadores.

I.5 A Contribuição dos Geógrafos para a *Geografia do Trabalho*

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho, também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

(MARX, 1988)

A relevância do tema – trabalho para a ciência geográfica é tratada não enquanto uma nova corrente do pensamento geográfico, mas enquanto um “outro olhar” sobre a realidade social, enxergando “por dentro” a contradição, fundada na relação capital x trabalho. O trabalho como fundante – a essência do Homem – a hominização criadora e potenciadora das ações humanas rumo a emancipação social. Essa concepção recupera e aponta a necessidade de uma relação da Geografia com o trabalho e, portanto, dessa ciência com os movimentos sociais e as possibilidades criadoras.

Thomaz Júnior³¹ (1996) sistematizou a discussão acerca da reestruturação produtiva, as alterações na relação capital x trabalho e seus desdobramentos na ação política, utilizando os trabalhadores envolvidos na atividade canavieira no Estado de São Paulo. Compreende espaço geográfico “como ordenação territorial resultante de um

³¹THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana.** (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital x Trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). 1999, 439p. Tese (Doutorado). Faculdade e Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

processo contraditório, cuja síntese material é a própria (re)construção da sociedade”. (1996, p.01). A partir dessa concepção desenvolveu sua tese considerando como desafio o *des-vendamento* da territorialidade da luta entre o capital e o trabalho – no caso específico na agroindústria canavieira paulista – possibilitando a inserção de diversos trabalhadores (trabalhadores rurais, informais, domiciliares, em tempo parcial etc.) do campo popular como atores sociais, objetivando a construção de contra-hegemonias, como alternativas ao capital.

Argumentou sobre a ausência dessa discussão na Geografia, pois os geógrafos tradicionalmente não pesquisam a espacialidade da relação capital x trabalho com o intuito de apreender a materialização territorial do tecido social, na perspectiva dos trabalhadores e/ou das classes populares. Acredita que o processo de produção do espaço implica em diferencialidades regionais, mas não basta descrevê-las e/ou mesmo caracterizá-las, é necessário ir além das generalizações e aprofundar a discussão teórico-conceitual, visando atingir o âmago das realidades sociais e geográficas. Outras análises geográficas que se aproximam da temática são generalizações dessa reflexão sem, contudo, apresentar um conteúdo emancipatório.

Aponta como categoria de análise a espacialidade diferencial que nos permite visualizar as territorialidades diferenciadas hegemônicas por uma forma de produzir, mas que não conseguem homogeneizar a produção do espaço. A tese da homogeneização espacial não “compreende” a própria força do capital que se realiza na diferença, apropriando-se dela e/ou subordinando-a aos seus interesses. É preciso apreender as complexas tramas em que se enreda a relação capital x trabalho e as diversas formas que possibilitam o uso e a exploração da terra no país.

Na contemporaneidade não se vivencia momentos de ascensão para os movimentos sociais e sindicais. Na conjuntura internacional, após a queda do *socialismo real*, as mudanças decorrentes do reforço das posições conservadoras (emergência do neoliberalismo) significaram uma feroz investida do capital contra os trabalhadores, através da adoção de políticas flexíveis na regulamentação das relações contratuais.

[...] uma primeira questão a ser lembrada é que, a economia do planeta por inteiro, está, estruturalmente, imersa em um redemoinho de turbulências, com variações da produção e do emprego, com economias inteiras destruídas aqui e ali, com a “flexibilização” dos mecanismos sociais e dos direitos trabalhistas, com a globalização dos mercados e mundialização das condições objetivas, assentadas em redefinições do desenvolvimento das forças produtivas mundiais que garantem a reprodução ampliada do

capital e que, tal estruturalidade, conjunturalmente se realiza em nome da liberalização “total e irrestrita” das relações sociais e se sustenta ideológica e economicamente sob a consigna de neoliberalismo. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.10).

Interessante observar as distintas territorialidades materializadas geograficamente a partir do confronto capital x trabalho. O ordenamento técnico e científico vivenciado pelo capital que se organiza em escala planetária e, por outro lado, as crescentes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, explicitam as diferenciações dessa processualidade sócio-histórica, momentaneamente desfavorável à classe trabalhadora. Daí a necessidade premente de investigar os fenômenos, a partir da *força viva que é o capital*, mas que só tem existência concreta mediante a *força viva do trabalho*, ainda que multifacetado, fragmentado. Está aí o germe de qualquer processo de transformação, no sentido de superar as bases que sustentam o “vigor” do capital na atualidade.

O apontamento metodológico colocado por Thomaz Júnior (1996) é de grande valia em qualquer pesquisa. “[...] é necessário fundamentá-la na articulação teórica que privilegia o intercambiamento entre a universalidade, a singularidade e a particularidade da expressão discursiva sobre as relações fenomênicas.” (1996, p.29). É a espacialidade diferencial, enquanto materialização da relação capital x trabalho, que se apresenta diferenciada, não apenas do ponto de vista paisagístico, mas, fundamentalmente, em relação à constituição dos processos que reelaboram as dinâmicas constitutivas da paisagem. Não basta dizer que (como no caso em estudo) tem-se diferenciações no processo de territorialização do fenômeno.

Tal afirmação é incapaz de nos permitir o entendimento do jogo de determinações responsável pela diferencialidade e, por isso mesmo, há de se tomar, quase que como na constituição de uma taxonomia do movimento (se é que isso é possível, sem se perder de referência o próprio movimento), numa escala territorial menor, um conjunto de observações que nos permita entender, na especificidade fenomênica, o que de Universal, Particular ou Singular participa de sua constituição. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.33-34).

Trata-se de tentar compreender o “jogo das forças” que compõem o desenho societal, ou seja, perceber as ações constituídas pelos trabalhadores, assim como a ação resultante do aparato estatal que de fato é a evidência concreta do capital. No processo de reestruturação produtiva do capital ocorreram reordenamentos territoriais significativos, na forma de investimentos em nível mundial, principalmente no setor

produtivo. Não são todas as áreas que são chamadas a contribuir com o desenvolvimento pleno do capital, ao contrário, há um processo seletivo e excludente, onde aceitam-se apenas os lugares que assumem funcionalidades momentaneamente necessárias à produção do valor, mediante a necessária autoexpansão do capital. O impacto dessas mudanças no trabalho e nas ações políticas desenvolvidas (movimentos sindicais, partidos políticos no campo da esquerda, movimentos sociais etc.) ainda estão por serem pesquisadas. Nessa processualidade, enquanto os trabalhadores, ainda atordoados, buscam dar respostas frente à nova arrumação espacial, o capital elabora estratégias, visando amortizar a ação política dos trabalhadores e, enquanto esse processo se efetiva, consolida-se a sua hegemonia.

Todavia a ação impetrada pelos trabalhadores tais como greves, paralisações, reivindicações por melhores salários e/ou melhores condições de trabalho, fez com que o capital (re)elaborasse estratégias para suprimir, até ao ponto permitido pelo processo produtivo, o trabalho vivo. Por exemplo, amecanização na agricultura e as inovações tecnológicas, entre outras medidas, são o resultado do esforço do capital para ampliar e aprofundar o controle social sobre o trabalho. Em análise específica sobre o movimento dos trabalhadores da cana-de-açúcar no início dos anos 1980, em São Paulo – Movimento de Guariba, Thomaz Júnior (1996) assevera:

[...] a materialização do confronto capital x trabalho, explicitado no Movimento de Guariba, revelou aos olhos do capital a necessidade de compreender melhor suas próprias ações e projetos, no sentido de superar as divergências internas, ou seja, as contradições capital-capital, como forma de orientar-se a fim de superar-se e fortalecer-se econômica e politicamente enquanto classe; coesionar-se a fim de superar-se na sua própria fragmentação. (1996, p.35).

É possível perceber a existência de um (novo) conteúdo que se expressa na necessária reflexão do conceito de classe trabalhadora. Essa discussão já apontada por Thomaz Júnior (2002b) necessita ser apreendida, considerando as ações implementadas pelo capital para amenizar as contradições capital x capital e, assim, exercer maior controle social sobre o trabalho. Certamente, a reação e a possível mobilização/organização dos trabalhadores podem denotar um rechaçamento a esse controle social, ainda que de forma não sistematizada e/ou organizada. A leitura do território a partir da materialização da relação capital x trabalho, com ênfase nos trabalhadores, pode apontar estratégias reinventadas e que podem se imbrincar às experiências existentes, significando ações políticas rumo à emancipação social.

Ruy Moreira, desde os escritos dos anos 1980, tem destacado a necessidade de pensar a Geografia a partir do valor, tomando-o como categoria fundante na interpretação do espaço geográfico. Segundo Moreira (1985) a financeirização da economia e as mudanças decorrentes, dentre elas a reestruturação produtiva e as alterações no trabalho, podem ser pensadas a partir da *contradição viva* materializada no espaço. Então, pensar a modernização da agricultura é uma tarefa que implica conhecer a estrutura e o movimento do capital global, que se territorializa com formas e modalidades universais, porém singulares, considerando-se ao mesmo tempo o processo histórico de formação e consolidação do capitalismo no Brasil.

Moreira (1985) ao citar uma entrevista de Henri Lefèbvre, que discute a reprodução das relações sociais de produção como “a repetição louca e necessária” à existência do capitalismo, argumenta que a única forma de superá-lo é pensá-lo no sentido da *produção do espaço* e não da *reprodução das coisas no espaço*.

Desta maneira se poderá desbloquear a imaginação. É a única hipótese favorável, de alternativa ao niilismo. Não me ocorre outra coisa. Ter-se-à que repensar todas as categorias em função desta abertura. Na atualidade se fala de autogestão das empresas: no meu modo de ver a sociedade revolucionária será a autogestão do espaço. (LEFÈBVRE apud MOREIRA, 1985, p.08).

A concepção de espaço como “uma estrutura ordenadora da reprodução dos antagonismos de classes” norteia essa reflexão. A análise centra-se no espaço geográfico por entender que este contém a estrutura material e imaterial da sociedade. Assim, o enfoque para entender a relação cidade-campo passa pela construção do movimento operário e suas relações com o movimento do capitalismo em nível mundial, a partir de dois segmentos de tempo: o período da hegemonia do capital mercantil (subsunção formal), resultando no *espaço molecular* e o período da hegemonia do capital industrial (subsunção real), resultando no *espaço monopolista*.

A partir daí, Moreira (1985), aponta os estratégias espaciais constituídos na relação capital x trabalho.

O jogo espaço/contra-espaço baseado no confronto espaço fabril/espaço do mercado é a forma geral dos estratégias espaciais. O jogo do espaço/contra-espaço baseado no confronto liberdade/tutela sindical-cultural e constituição/desagregação da aliança cidade-campo dos

dominados é a forma multivariada dos estratagemas espaciais do período do espaço monopolista. (MOREIRA, 1985, p.20).

Para apreender as transformações no espaço, centra-se na lei do valor, qual seja, a lei do movimento da transfiguração do valor (produção-realização) baseado na articulação trabalho-territorialização. A complexidade do espaço geográfico, precisamente a partir da intervenção do Estado, está diretamente vinculada ao movimento de territorialização da transfiguração do valor, ou seja, o espaço é a territorialidade da totalidade economia-política, em grande parte viabilizada pelo Estado.

Pode se perceber dois momentos desse processo: primeiro, quando tem-se a hegemonia indireta do capital (subsunção formal) sobre a sociedade, pois o capital mercantil subordina as formas não-capitalistas mediante a esfera da circulação; e, segundo, quando ocorre a hegemonia do capital de forma direta (subsunção real) mediante a subordinação da esfera da produção, alterando as relações sociais de produção e implantando o assalariamento como relação social de trabalho predominante. O capital mercantil cede lugar ao capital industrial e financeiro.

Antes, o capital controla a esfera da produção através da esfera da circulação. A seguir, o capital mercantil se transforma em capital produtivo e estabelece o controle da esfera da circulação a partir do controle da esfera da produção. No primeiro momento, a divisão técnica do trabalho é mínima, resumindo-se o capital à forma mercantil e usurária. No segundo, abre-se o leque da divisão técnica do trabalho, e o capital assume todas as suas formas históricas. (MOREIRA, 1985, p. 29).

Essas formas sociais que o capitalismo assume se imbricam, propiciando uma justaposição de temporalidades (tempos diferenciados) que se materializa em um mesmo espaço geográfico. Isso ainda pode ser observado na área da pesquisa através da permanência de formas de produção e relações sociais de trabalho não-capitalistas, embora estejam hegemônicas pelas relações assalariadas implementadas pelo capital industrial e financeiro, conformando-se em formas de sujeição, exploração e precarização do trabalho.

As empresas rurais implantadas após os anos 1970 nas áreas de Cerrado e na área da pesquisa, a partir dos anos 1980, expressam a hegemonia direta do capital no processo produtivo, ou seja, a subordinação da sociedade às necessidades de reprodução do capital transnacional. As empresas rurais implementam uma rígida divisão social e técnica

do trabalho, incorporando as formas de produção que ainda se situavam à margem “resguardadas” pela acumulação primitiva do capital.

Segundo Moreira (1985, p.30) “é na fase da subsunção real que a reciprocidade dos aspectos da divisão capitalista do trabalho assume o seu desenvolvimento pleno.” Nas áreas de Cerrado, as empresas rurais podem ser comparadas às modernas fábricas existentes nos centros hegemônicos, daí pensarmos na denominação “fábricas do sertão”, pois expressam a forma mais avançada do desenvolvimento das forças produtivas e inovações de técnicas e maquinários modernos que, contraditoriamente, criam e recriam relações sociais de trabalho (tais como formas altamente qualificadas e formas precarizadas, combinadas numa mesma empresa rural) aparentemente incompatíveis no capitalismo avançado. O reordenamento espacial propiciado pelas empresas rurais sob a proteção e o apoio irrestrito do Estado se assemelha ao processo descrito por Moreira (1985), ao pensar essa situação para a sociedade brasileira.

A desterritorialização de milhares de famílias camponesas – aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho; a precarização do trabalho, tanto no campo como na cidade que se intensificou mediante a modernização da agricultura, e a materialização da hegemonia do capital industrial e financeiro promoveram uma significativa mobilidade espacial dos trabalhadores. A divisão técnica do trabalho acelera a acumulação primitiva, avançando a divisão social do trabalho, propiciando a expropriação dos camponeses e *trabalhadores a terra*, levando-os a buscar novas formas de sobrevivência como trabalhadores assalariados. Essa migração, apoiada e incentivada pelo aparato estatal ansioso por atender as demandas do grande capital, ou seja, mão-de-obra disponível e barata, expressava as próprias condições de manutenção das elites, pois para isso se apropriaram das necessidades dos excluídos³² e reelaboraram políticas assistencialistas como mecanismo para a sua manutenção no poder, políticas essas, confundidas como auxílio humanitário aos menos favorecidos.

A opção política pela grande empresa rural, desde o Estatuto da Terra, e o comprometimento orgânico com os sulistas³³ possibilitaram um “novo” pacto agrário, onde

³² A discussão sobre exclusão não pode ser tomada como algo inexorável diante do avanço técnico e científico, pois assim, a luta seria para que a exclusão fosse diminuída, mas, jamais extirpada. Castel (2003) salienta que entre nós, a palavra exclusão, é atribuída à inelutabilidade dos processos econômicos, dotados de um curso naturalizado e onipotente e a escolhas aparentemente técnicas, supostamente coerentes e consoantes com esses mesmos processos e sua dinâmica.

³³ Denominação regional dada aos empresários rurais oriundos do Sul do país, principalmente paranaenses e gaúchos. Conforme alguns depoimentos, também os paulistas são agregados a essa nomenclatura.

as elites agrárias modernas apropriaram-se do Estado para viabilizarem o progresso conforme os seus interesses, ora investindo no setor de serviços, ora na atividade industrial e financeira. Já as empresas rurais, em sua maioria, implementadas pelos sulistas que trouxeram a experiência técnica e, rapidamente, perceberam a correlação de forças, apoiaram as elites regionais no poder, inclusive, financiando campanhas eleitorais.

A padronização e a universalização das técnicas promoveram o incremento das forças produtivas, que se desenvolveram em nível mundial, propiciando um padrão técnico aplicável em qualquer lugar, desde que fosse vantajoso para os interesses do capital. Há uma forma de produzir mundializada, hegemônica pelo capital industrial e financeiro, que atingiu/atinge as áreas mais distantes. Essa forma, implementada nas áreas de Cerrado após o pacote da Revolução Verde ser imposto aos países periféricos, aumentou significativamente a produção/produtividade de grãos no Brasil.

Todavia, o processo de territorialização não se efetiva de forma homogênea. Os elementos intrínsecos à região exercem relevância e daí a necessidade de adequação, não apenas do padrão técnico, mas, principalmente, das relações de poder. Evidentemente, o próprio ato de produzir mercadorias expressa o desenvolvimento desigual e combinado entre as instâncias que asseguram a hegemonia do capital sobre o trabalho, sendo esse processo apropriado pelas elites locais e regionais como forma de dar sustentação política aos interesses hegemônicos. Para tanto, houve a elaboração de um *constructo* político e ideológico para assegurar a coesão social e ideológica e, assim, “criar uma visão harmônica”, portanto, sem contradições, mediante a implantação das empresas rurais, das agroindústrias e toda sorte de investimentos, como forma de espacializar o “progresso” no Sudeste Goiano.

A maneira encontrada para a realização desse *constructo* passou a ser a negação dos sujeitos históricos locais e regionais, como os produtores/trabalhadores *cerradeiros*. Em contraposição, os sulistas se afirmavam como os portadores da civilização, da cultura moderna expressa na experiência e no domínio das inovações técnicas e tecnológicas, portanto, uma “gente que trazia a felicidade para todos” e que devia ser ouvida e respeitada, em detrimento dos saberes – do *saber-fazer* – e das experiências preexistentes, portanto, das manifestações sócio-culturais locais e regionais.

Dessa forma, os agentes financeiros e políticos apoiados pelo Estado, iniciaram, mediante políticas creditícias e extensionistas, a implementação das empresas rurais com os sulistas nas áreas de Cerrado. A eles, caberia o papel de “sujeitos do

capital”, que deveriam *ocupar e desbravar o sertão*, desconsiderando e até ridicularizando o conhecimento e a cultura dos *povos cerradeiros*. Essas constatações, feitas através das pesquisas descritas mais adiante, propiciaram uma compreensão teórico-metodológica, referenciada nas contribuições de Marx e de autores marxistas, com o intuito de iniciar uma breve reflexão acerca da *geografia do trabalho* e sua importância para a Geografia, mas, precisamente para as leituras do território a partir dos trabalhadores, de suas reivindicações, de seus desejos e, sobretudo, de suas necessidades sociais.

I.5.1 As Pesquisas no CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

O CEGeT³⁴ – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – criado em 1997 e que possui como finalidade precípua o incentivo à pesquisa, da graduação (Iniciação Científica, Estágio Não Obrigatório, Programa de Apoio ao Estudante, Bolsa de Extensão Universitária, Monografia de Bacharelado) até a pós-graduação (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado), se propõe a desenvolver pesquisas e estudos sobre os desdobramentos contraditórios da reestruturação produtiva do capital e os rebatimentos sobre o mundo do trabalho. Trabalho, enquanto materialidade do processo de *metabolismo social do capital*, a partir da reestruturação produtiva que ocasionou uma polissemia do trabalho e dos trabalhadores. Compreender as experiências dos trabalhadores, a resistência a proletarização e a precarização do trabalho, o aumento do mercado informal e as crescentes demandas colocadas pelos trabalhadores na busca da emancipação social são atribuições para os *Cegetianos*.

Além de buscar entender a materialidade do trabalho, há que se debruçar sobre o trabalho enquanto subjetividade e universo simbólico, ou seja, compreender as ações construídas pelos trabalhadores nas suas várias instâncias organizativas (sindicatos,

³⁴ O Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) está cadastrado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na qualidade de Grupo de Pesquisa, desde maio de 2000, sob a orientação do Prof^o Dr. Antônio Thomaz Júnior. O Grupo de Pesquisa desenvolve diversas atividades e se propõe a discutir as transformações no mundo do trabalho e apreender a dinâmica territorial da sociedade, a partir da “leitura” geográfica, comprometida com a crítica radical ao metabolismo social do capital. Ao longo desses anos, tem possibilitado uma intensa interlocução com as ciências afins, discutindo amplamente com as demais áreas do conhecimento o movimento social (re)construído pelos trabalhadores. Atualmente, o CEGeT desenvolve vários projetos de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Estágio Não Obrigatório, Programa de Apoio ao Estudante, Bolsa de Extensão Universitária, Monografia de Bacharelado, além de projetos desenvolvidos pelo coordenador do Grupo de Pesquisa – Prof^o Dr. Antônio Thomaz Júnior – e outros em co-autoria com outros pesquisadores da FCT–UNESP–Presidente Prudente.

associações, cooperativas, partidos políticos, movimentos sociais e populares etc.) e as expressões sócio-culturais da classe trabalhadora, que configuram uma identidade de classe. A partir dessas preocupações, o CEGeT vem realizando debates e discussões, com a participação do CEMOSI³⁵, resultando em Jornadas do Trabalho, Conferências, Exposições etc., que culminaram na criação da Revista Pegada³⁶, inicialmente como forma de publicizar suas pesquisas e de estabelecer um diálogo com pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

Na pesquisa, ora apresentada, comunga-se da abordagem acima, considerando a reestruturação produtiva do capital e seus desdobramentos para o trabalho como fundamentais para apreender as mudanças no espaço agrário do Sudeste Goiano, com enfoque voltado para a ação e atuação das empresas rurais, das agroindústrias, dos camponeses e *trabalhadores da terra*, verificando as capilaridades existentes e as territorializações desses agentes e suas contradições na área da pesquisa.

Comprendemos os camponeses e os *trabalhadores da terra* como classe trabalhadora, e mais ainda, homens e mulheres que não sucumbiram frente ao avassalador processo de modernização da agricultura, que tenta exterminá-los, *re-Existindo* para não perderem a terra e/ou se mobilizando para retornarem a terra. Queremos destacar a importância central desses sujeitos sociais para as leituras geográficas na área da pesquisa, não como sujeitos sociais secundários, mas como atores fundamentais para entendermos as diferentes capilaridades do trabalho.

A partir do exposto, explicitamos de forma sucinta a contribuição de alguns pesquisadores, dentre eles Antonio Thomaz Junior e Ruy Moreira, geógrafos com quem partilhamos concepções e apontamentos teórico-metodológicos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, acreditamos ser fundamental a contribuição dos referidos autores, uma vez que preocupados com as mudanças recentes na economia mundial, estão refletindo e pensando sobre os desdobramentos da reestruturação produtiva

³⁵Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”. O CEMOSI dispõe de acervo documental sobre o trabalho no Brasil, mais especificamente do sindicalismo e está sob a responsabilidade do Prof. Antonio Thomaz Júnior.

³⁶Revista Eletrônica e Impressa que registra parcela das pesquisas e das atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa – CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. A Revista tornou-se fundamental na interlocução com outros pesquisadores, motivando um debate interno e possibilitando a veiculação de idéias e avaliações que estão potenciando novas pesquisas e estudos sobre a temática trabalho, bem como dá os primeiros passos para a formulação conjunta de investigações com outros Grupos de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>

do capital e suas implicações para o trabalho e para a ação política dos trabalhadores no Brasil.

I.6 É Assim que vou Começar...

Uma pesquisa acerca de qualquer fenômeno geográfico carece da compreensão das diferencialidades espaciais – síntese de múltiplas determinações – concretamente espacializadas a partir da forma espacial de ser do fenômeno pesquisado. Isso implica em se despir das análises empíricas, da simples observação e descrição, sem, contudo abandoná-las, com o intuito de agregar na reflexão, questões de ordem epistemológica e teórico-metodológica.

A contemporaneidade do processo produtivo nas áreas de Cerrado exige um esforço analítico que, certamente, nos impõe a necessidade de aprofundarmos as leituras sobre os movimentos sociais. Sabe-se da sua necessidade e premência, uma vez que são essas investigações que podem ousar e apontar perspectivas diferenciadas para as transformações espaciais decorrentes da modernização da agricultura. O desafio está colocado, quando se pensa o território do Sudeste Goiano, a partir da urdidura espacial do capital e do trabalho, como diferencialidades imbricadas e espacializadas no contexto da produção nesses/desses territórios.

Pensar a Geografia nas últimas décadas significa se debruçar sobre o Movimento de Renovação³⁷, considerando as tendências postas, e tentar apontar com a radicalidade necessária as questões teóricas e metodológicas da ciência geográfica. Mas isso não basta, há que perspectivar, solidificar e difundir linhas de investigação sobre as transformações sociais e espaciais, tendo como norte a reflexão sobre os desafios colocados para os geógrafos no século XXI.

A *Geografia do Trabalho* expressa esse momento, qual seja, a tentativa de apontar linhas de pesquisa que possam, do ponto de vista teórico e metodológico, contemplar a complexidade e a heterogeneidade da relação capital x trabalho geografizada. Essa Geografia vem sendo desenvolvida enquanto campo de estudos, ainda embrionário

³⁷ Entre as diversas obras sobre o assunto, ver MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: Teoria e Crítica – O saber em questão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

por alguns pesquisadores no Brasil, com destaque para o CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – UNESP – Presidente Prudente – que agrega diversos estudiosos que buscam compreender a ciência geográfica a partir da centralidade do trabalho. A intenção é efetivar análises geográficas considerando as categorias – espaço, território, paisagem, região, lugar etc., – disponibilizando pesquisas que possam ser apropriadas pelos trabalhadores “alumando” as ações políticas transformadoras.

Mas, não se trata como salienta Thomaz Júnior (2003), de entendermos a *Geografia do Trabalho* como prática do recorte disciplinar, tampouco como corrente nova na Geografia.

Daí a necessidade de trazermos para o nosso campo de reflexão dois movimentos articulados: construção e destruição da Geografia do trabalho. Isto é, de um lado, nos propomos a construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, por outro, não se trata de constituirmos a Geografia do trabalho como prática disciplinar: [...] Devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao horizonte institucional orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2003, p.09).

Quando se adota a denominação *Geografia do Trabalho* não se quer pensar nos guetos, ou mesmo reforçá-los com o intuito de assegurar uma correlação de forças. Quer-se pensar a Geografia pelo viés da contradição que move a dinâmica histórica e social. Indagar sobre a relação capital x trabalho, onde o trabalho aparece enquanto a potenciação do homem, que no capitalismo se efetiva através da produção de mercadorias.

Certamente a ciência é a expressão de sua época, assim como o pesquisador não está dissociado do contexto em que atua e do próprio objeto a ser pesquisado. Cada teoria tem um núcleo temporal e para continuar existindo enquanto possibilidade de análise da realidade social, necessita se desenvolver e ir para além de si mesma. Talvez essa seja a tentativa mais adequada ao Movimento de Renovação: partir das experiências, dos acertos e desacertos, buscando compreender o capitalismo na contemporaneidade. Isso exige uma radicalidade necessária para esmiuçar sua natureza, suas novas formas e, principalmente, as novas ações que implicam em maior controle social sobre os trabalhadores. As leituras do território devem identificar ações emancipatórias, experiências coletivas construídas em (re)ação a territorialização do capital nos mais distintos lugares.

Uma consideração importante e necessária para os pesquisadores que se colocam no campo da *Geografia do Trabalho*, enquanto temática de pesquisa e enquanto posição política é oferecida pelos autores Moraes; Costa (1987). Afirmam que a generalização da relação capital x trabalho, como elemento explicativo do espaço geográfico, dificulta a compreensão das especificidades da processualidade histórica e social. Quando fizeram essas observações, a problemática não estava colocada com o nível de amadurecimento que está na atualidade, denotando posições equivocadas acerca do entendimento da relação capital x trabalho.

Atualmente, ao se pensar a relação capital x trabalho como eixo explicativo, não se está excluindo, tampouco esquecendo as diferentes formas de territorialização dessa relação social. Ao proceder dessa forma, não se percebe as clivagens e as contradições a partir da leitura dos territórios, dos lugares, pois é exatamente a compreensão dessas singularidades, no espaço geográfico, que permitirá visualizar as diferencialidades espaciais.

As generalizações não conseguem dar conta da estrutura societal inerente às formas reprodutivas do *metabolismo social do capital*. Ainda que houvesse uniformização das formas de produzir, as diferencialidades naturais-sociais persistiriam, na medida que os homens não se apropriam do espaço da mesma forma. Portanto, desconsiderar o conteúdo classista na análise do espaço geográfico é incorrer em grave equívoco teórico, metodológico e político, vez que as múltiplas formas de produção do espaço denotam as diferencialidades resultantes dos enfrentamentos necessários à reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Nesse sentido, a inserção da temática trabalho – considerando como eixo central as relações capital x trabalho no âmbito do sujeito e não do objeto – expressa leituras do território que não são possíveis, caso não se perceba as alterações no mundo do capital e os desdobramentos para os trabalhadores e suas ações políticas. Muitos questionam se isso é salutar e se a discussão proposta é geográfica e/ou mesmo se interessa aos geógrafos. O que há, de certa forma, é a tentativa de um esforço coletivo para uma reflexão teórica, que coadunada com as pesquisas em andamento, pode permitir diferentes leituras das realidades geográficas. No dizer de Kurz (2000), não resta outra alternativa à “necessidade teórica” na busca por alimento espiritual senão se aproximar daqueles campos da crítica radical da sociedade, que nos dias de hoje, saíram totalmente da moda intelectual.

O território, enquanto expressão das diferentes formas de apropriação e produção do espaço, explicita as contradições, as clivagens envoltas no ato de produzir. Assim sendo, qualquer leitura do território, considerando como motor para a compreensão da sociedade a contradição, necessariamente há que comportar a relação capital x trabalho. Há questões novas no mundo do trabalho, tais como diferentes formas de exploração, subordinação e sujeição dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade, que podem e necessitam ser apreendidas. Os territórios são *constructos* históricos e geográficos. Entretanto, a partir da aceleração do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 2002) a rapidez com que são ativados e desativados mediante as necessidades de deslocamento (infra-estrutura, energia, matérias-primas, mercado consumidor, mão-de-obra etc.) é algo extraordinário e que foge às lógicas de reprodução do capital, espacializadas em tempos precedentes.

Santos; Silveira (2003) colocam que há uma fluidez territorial que necessariamente se move a partir da densidade das técnicas. As redes de transportes e comunicações, associadas à informática, à cibernética etc., intensificam o intercambiamento, sugerindo as redes como formas territoriais para assegurar as demandas colocadas pelas atividades comerciais, industriais e financeiras.

A leitura do território apresentada por Santos; Silveira (2003), traz grandes contribuições para a geografia brasileira, mas não prioriza enquanto elemento fundante (ontológico) no processo produtivo, as relações sociais de trabalho. Secundarizam a arte do trabalho na satisfação das necessidades sociais, as múltiplas expressões políticas dos trabalhadores e o fortalecimento presente na produção desses territórios, priorizando a “leitura” espacial a partir das técnicas. Já aqui, a análise proposta se dá a partir daqueles que se colocam no campo da reflexão teórica, metodológica e política, tendo em vista a necessidade de decifrar as diferentes categorias de trabalhadores (as ações humanas) enquanto sujeitos que constroem histórias, perspectivas, desejos e pertencimento de classe, com o intuito, ainda que não totalmente consciente, de uma sociedade emancipada da violência, da opressão e da exploração de classe impostas pelo capital.

Ao priorizarem as densidades técnicas na compreensão dos lugares e/ou das realidades geográficas, relegaram os trabalhadores, enquanto sujeitos produtores do território e, portanto, secundarizaram as ações políticas, os enfrentamentos, os embates, etc., a constituição histórica dos territórios. A técnica não é o sujeito do processo de produção social. Os sujeitos são os homens, porém, os homens estão divididos em classes

sociais, onde a matriz que os torna diferentes é a apropriação dos meios de produção por uma pequena parcela, enquanto a maioria, possui apenas a força de trabalho. Essa distinção é fundamental para investigar qualquer realidade geográfica, uma vez que as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais são de natureza de classe e se expressam na organização espacial das sociedades.

As técnicas e as tecnologias asseguram formas distintas e qualificadas de intervenção no processo produtivo, garantindo a produção e a produtividade que evidenciam a elaboração de discursos sobre o progresso e a natureza civilizatória do capital. Essa leitura tem se fortalecido na Geografia, que não tem se preocupado em analisar o território na perspectiva dos movimentos sociais, acabando por validar as leituras oferecidas pelas *personas* do capital, que excluem, enquanto perspectiva política, qualquer possibilidade emancipatória.

Ao pensar sobre a *Geografia do Trabalho*, intenta-se referendar a discussão na tese proposta por Marx, que centra a atenção no processo de produção do valor enquanto produção social. A abordagem marxiana desnaturaliza a concepção de valor elaborada pelos fisiocratas que não concebiam o valor enquanto elemento fundante da produção social, ou seja, o valor decorre das relações sociais de trabalho. O ponto de partida e o fundamento do valor na produção burguesa é o *tempo de trabalho*.

Diversos autores, desde o século XIX, discutem a questão do valor. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, talvez pela intensa movimentação financeira e a natureza especulativa e parasitária do capital, surgiram teorias acerca da *pulverização do valor* e da “perda da medida” do valor, que buscam compreender as novas qualificações presentes no processo de autoexpansão. Há novas formas socioreprodutivas que implicam em explicitar, através das pesquisas e das constatações empíricas, as metamorfoses resultantes das mudanças nas relações sociais de produção, com alterações substanciais nas relações sociais de trabalho e, portanto, na produção do valor.

A dinâmica expansionista do capital incorporou diversos territórios aos seus interesses, porém, territórios distintos, pois apresentavam configurações históricas e geográficas diferenciadas. Esses territórios, hegemonzados pelas formas de gestão do capital implementadas pelo Estado e seus agentes, implicam em (des)construir as *heranças espaciais*. Esse processo está na origem dos estereótipos construídos no imaginário social acerca das noções de atraso cultural e de sertão reelaboradas com o intuito de asseverar a

“ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, especificamente as áreas de chapadas.

As heranças materiais e imateriais (SANTOS; SILVEIRA, 2003) são essenciais na constituição da formação socioterritorial brasileira. Evidenciam critérios para a seletividade espacial mediante as demandas postas pelos novos investimentos, que embora careçam de novas variáveis, utilizam como condição para a efetiva apropriação do espaço, as densidades técnicas construídas em outros momentos da produção do território.

No que tange à discussão acerca da valorização capitalista do espaço, há aspectos de negatividade nesse processo de valorização e talvez o maior deles seja a degradação ambiental. Aquilo que Mészáros (2002) denomina de *produção destrutiva* parece estar embutida na tese colocada por Moraes; Costa (1987, p. 183). “A desnaturalização promovida pelo capitalismo, envolve, igualmente, uma outra contradição, cuja expressão empírica é a chamada degradação ambiental”. Refletir sobre a degradação ambiental implica em refletir sobre o padrão de acumulação do capital e as políticas de certificação ambiental, adotadas para assegurar mercado para determinadas empresas e produtos que passam a ser considerados como “ambientalmente corretos”.

Todavia, não se avalia o processo de produção na sua totalidade, mas apenas fragmentos do processo produtivo, escondendo as múltiplas relações entre as empresas matrizes e as redes de empresas contratadas e subcontratadas, que realizam parcelas importantes na elaboração do produto e sequer são destacadas, pois operam à base de condições e situações de trabalho extremamente degradantes e inaceitáveis para “os mercados civilizados” do capitalismo desenvolvido.

Como exemplo, o trabalho escravo nas carvoarias nas áreas de Cerrado, que auxilia sobremaneira na competitividade do aço brasileiro no mercado internacional. Também não se pode esquecer que as empresas rurais, altamente modernas, utilizam trabalho infantil, trabalho degradante, trabalho de idosos e até trabalho escravo na produção de grãos (feijão, café etc.) e na criação de gado, embora apareçam como tecnicamente adequadas às exigências de fiscalização e comercialização de seus produtos.

A *destrutividade* é inerente ao capital, pois faz parte da sua natureza, entranhando a sua forma de ser. Basta observar a utilização dos recursos naturais das áreas de Cerrado com destaque para o uso indiscriminado dos recursos hídricos. A redução da vazão de água é constatável, sendo algo que pode comprometer a própria produção capitalista e, ainda assim, não há qualquer esforço no sentido de efetivar propostas e

projetos que apontem alternativas para estabelecer um controle social do uso e da utilização/destinação da água.

O discurso elaborado por alguns ambientalistas (desenvolvimento auto-sustentado) com o objetivo de reformar e dar um conteúdo “humano” ao capital não se sustenta, pois desconsidera a forma histórica de apropriação do capital sobre o trabalho. Enquanto milhares não possuem as condições básicas de sobrevivência, poucos não sabem o que fazer e patrocinam o desperdício crescente (consumismo), como uma chaga em países desenvolvidos e/ou em *ilhas de prosperidade* localizadas nos vários territórios mundiais.

[...] a destrutividade do sistema do capital absolutamente não se exaure com os “custos do progresso” aceitos sem questionamento. Ela assume formas de manifestação cada vez mais graves com o passar do tempo. Na verdade, a suprema destrutividade do sistema se torna evidente com especial intensidade – ameaçando a própria sobrevivência da humanidade – conforme a ascendência histórica do capital como ordem metabólica global se aproxima do fim. Ou seja, no momento em que, por conta das dificuldades e contradições que emergem do – necessariamente contestado – controle da *circulação global*, o “desenvolvimento desigual” só pode trazer o desastre implacável sob o sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 114).

Na área da pesquisa é possível observar a abundância das lavouras e/ou das atividades produtivas, entretanto, camponeses e *trabalhadores da terra* vivem pobremente. Aglomerados em Distritos³⁸ e cidades localizadas nas proximidades das áreas de chapadas, apresentam indicativos sociais abaixo da média apresentada pelos trabalhadores urbanos. Paradoxalmente, nas áreas de maior produção e produtividade de grãos (chapadas), tem-se a maior concentração de miseráveis e pobres³⁹, camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados, que exercem atividades temporárias nos arredores. É comum assistir centenas de famílias aproveitando os grãos que ficam nas lavouras após a colheita, pois não dispõem das condições mínimas de existência. São os deserdados do capital, que expropriados das *terras de trabalho*, sonham com o retorno a terra, daí a premência de uma política ampla, democrática e regionalizada de reforma agrária.

³⁸ O município de Catalão, cidade-pólo do Sudeste Goiano, possui dois Distritos Administrativos nas proximidades dos chapadões: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde, sendo que esse último situa-se na área da chapada.

³⁹ Segundo informações da Superintendente Regional de Educação, em pesquisa recente no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde.

CAPÍTULO II

AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CERRADO GOIANO

[...] As diferentes práticas sociais não são processos autônomos a partir dos quais se integra a realidade do todo social. Pelo contrário, é o processo complexo da reprodução/transformação do modo de produção, que gera um conjunto de práticas diferenciadas como efeito da divisão do trabalho e das manifestações da luta de classes em cada uma dessas esferas. Essas práticas não são produzidas livremente, e sim encaixam-se num campo do possível que depende das determinações estruturais do modo de produção e das condições que surgem dali para as práticas política, teórica, produtiva e discursivas.

(ENRIQUE LEFF, 2002)

O JICA, ferramenta dos imperialistas japoneses, transformou os cerrados do Brasil Central no celeiro de grãos para o poderoso mercado daquele país. Oferece agora tentadoras propostas para financiar o prolongamento da BR-364 até o Pacífico, que irá ligar, por uma rodovia asfaltada, Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e daí prosseguir para Pucallpa e Callao, no Peru. [...] O alvo das grandes empresas japonesas está, entretanto, nas amplas reservas madeireiras do sudoeste amazônico. Se elas conseguirem esse objetivo nas condições políticas e econômicas atuais do Brasil, não ficará uma árvore em pé naquela parte da Amazônia.

(ORLANDO VALVERDE)

Infelizmente, a prova da insustentabilidade só pode ser confirmada postumamente. Cada nova tecnologia introduzida no decorrer deste século chegou proclamando ser uma bala mágica ou um dardo envenenado. Até agora, as previsões de ambos os lados foram prematuras. A história não nos oferece nenhuma razão seja para a complacência, seja para desespero. A verdade não é que até agora evitamos o desastre, mas que décadas de descobertas científicas e tecnológicas não fizeram o que poderiam ter feito facilmente: erradicar a fome e a pobreza e cuidar do meio ambiente. Não há desculpa para que, com tanto, tenha se feito tão pouco. Tampouco existe alguma lei da natureza que garanta que cada nova introdução tecnológica poderá percorrer com êxito a corda bamba sobre o abismo. Cada vez a tecnologia é mais potente e as possibilidades de catástrofe se tornam maiores. A tecnologia não é mais que a manifestação do gênio humano acumulado, ruim ou bom. De maneira que, como sempre, não é a tecnologia que devemos temer ou confiar, mas a nós mesmos.

(P. R. MOONEY, 2002)

II AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DO CERRADO GOIANO

II.1 As Paisagens Rurais Goianas: O Sertão

A origem da palavra sertão seria contemporânea ao descobrimento. [...] Aos portugueses sem dúvida não passaram despercebidas as grandes distâncias, as imensas vastidões, a raridade de marcas humanas implicando um isolamento físico, psíquico e cultural nos ambientes de chapadões, cerrados e caatingas, parecidas com os da África. De fonte etimológica duvidosa, a crença geral é que essa palavra foi uma invenção dos portugueses para definir o “desertão” africano, por onde se aventuravam antes das navegações. O termo sertão seria, portanto, uma corruptela de grande deserto, deserto... sertão.

(ALMEIDA, 1998)

O sertão é descrito de forma generalizada como o lugar da reprodução de uma ordem social específica – a sociedade sertaneja. “[...] os dizeres sobre o sertão enumeram atributos do homem e da terra, fazendo valer a impressão de que o sertão só se entende enquanto *habitat* social, na relação estreita entre natureza e sociedade”. Souza (1997, p. 51). A criação de gado se tornou a atividade mais importante no sertão e moldou comportamentos e atitudes coadunadas com as condições naturais vivenciadas. A conformação social da pecuária e do sertanejo pecuarista, enfrentando e vencendo as adversidades forjaram um sentimento de brasilidade. “É nesse ambiente sertanejo, onde nascem os brasileiros originais, que se fortalece a altivez nativa que sustenta a consciência da nacionalidade”. Souza (1997, p. 57).

A pluralidade do olhar sobre o sertão depende do sujeito que olha e dos interesses que busca expressar. Almeida (1998) diz que a pluralidade dos olhares faz com que o sertão/espço não exista em si mesmo, mas unicamente através do conjunto de efeitos e interações que engendra, produto de uma história e de uma cultura. O sertão é uma invenção no processo de construção da nação brasileira, mas não apenas, pois se constitui em tempos diferentes conjuminados no espaço, possibilitando uma multiplicidade de *geografias sertanejas*. “[...] a paisagem que nos expõe um narrador com olhar estrangeiro e descompromissado é distinto daquele outro vivido, carregado de significados ligados a uma história, à produção social e simbólica dos seus habitantes”. Almeida (1998, p.35).

O sertão passou a ser afirmado como condição para a existência do litoral, expressando a construção do pensamento social brasileiro centrado no litoral e, portanto, para existir enquanto materialidade geográfica, foi necessário inventar e reforçar o outro – o sertão. Entretanto, o uso estabeleceu que o sertão, inicialmente tido como as áreas desconhecidas, fosse aos poucos a denominação das terras ásperas do interior, pouco florestadas com horizontes longínquos, culminando do ponto de vista social e histórico por se aproximar dos Biomas do Cerrado e da Caatinga.

A idéia de sertão está diretamente relacionada ao processo de incorporação dessas áreas no processo de acumulação e produção das mercadorias. Aparentemente, é como se o capital tivesse o poder de transformar o sertão em civilização, conformando novas formas de produção e novas relações sociais de trabalho. “[...] para os ‘de dentro’, ele constitui o espaço territorial natural socializado, o conhecido, o ‘nosso’ sertão; para ‘os de fora’, é um espaço natural ainda não socializado, o ‘lá’, imaginado e ignoto”. Almeida (1998, p. 44).

Silva (2002) insiste na idéia de que o progresso instituidor da “nossa modernidade” a partir da construção de Goiânia, mas principalmente de Brasília, expressa a carência que se inverte em vontade de poder. “Os goianos sabiam o que representaria para seu Estado a mudança da capital. O esforço de propaganda deveria ser compreendido ao lado de uma luta pela afirmação e busca de identidade”. Silva (2002, p. 137). A transferência da capital brasileira para o sertão goiano era um momento especial e a oportunidade para a construção/afirmação da identidade goiana. Todavia, o discurso homogeneizante de que todas as gentes seriam beneficiadas, logo se mostrou malogrado e as frustrações não demoraram a bater às portas, daqueles que acreditavam que o progresso melhoraria as condições de vida dos mais empobrecidos e, nesse sentido, para os sertanejos, Brasília é que se tornou o sertão.

O sertão (aqui, da perspectiva da rústica população do Planalto Central) não estava tão sedento de progresso assim e, quando este chegou, ficou claro para a maioria da população que seus males eram tão grandes ou maiores que seus benefícios. Mesmo para a elite sertaneja, aquela a quem mais interessava forjar tal identidade integradora (o sertão), a coisa não se dera como esperado. (SILVA, 2002, p. 145).

A pluralidade de olhares sobre o sertão expressa a importância de assegurar a produção e a reprodução das condições de acumulação na busca permanente para homogeneizar o espaço. Mas, o sertão deve ser pensado enquanto uma construção social e histórica. A noção de ocupar o vazio, de dominar as insurgências populares negando as trajetórias preexistentes, visava garantir a livre territorialização do capital, criando e

fortalecendo os estereótipos para efetivar o projeto modernizador e, assim, eliminar as diferenças.

Ab'Saber; Costa Júnior (1951) relatam as paisagens rurais de Goiás, quando percorreram o Sul-Sudoeste Goiano no final dos anos 1940. Naqueles idos, encontraram razões que lhes permitiram desmistificar a idéia de atraso e do pouco desenvolvimento da sociedade goiana. A atividade agropecuária se destacava entre as mais importantes do Estado, concentrada em Itumbiara, na fronteira com o Triângulo Mineiro, no Sul Goiano. “[...] aos poucos, a impressão de deserto perde sua razão de ser. Fazendas esparsas, algumas bastante modernas e ativas, onde se praticam a agricultura e o pastoreio passam a vivificar a paisagem”. (1951, p.40).

A partir da paisagem, os geógrafos descreveram as atividades existentes, pontuando duas modalidades de uso e exploração do solo.

De um lado, encontram-se as fazendas modernas ligadas à era do caminhão e aos novos padrões de atividades agrárias advindas da contigüidade com o Triângulo Mineiro. O outro grupo é representado pelo habitat rural clássico do velho Goiás, com suas grandes fazendas de gado, pontilhadas de ‘retiros’, moradias de agregados, mangueirões, chiqueiros e paióis de milho. (AB’SABER; COSTA JÚNIOR, 1951, p. 43).

Mais adiante, descrevem as atividades nas propriedades rurais goianas e retratam parcialmente as relações sociais de trabalho, com a presença significativa dos arrendatários. Acredita-se que na verdade eram *trabalhadores da terra* (camponeses, agregados, meeiros, parceiros e/ou colonos que residiam e trabalhavam com suas famílias nas grandes propriedades rurais), praticando relações não-capitalistas de produção, conjugadas ao processo de assalariamento que se iniciava de forma mais intensa nas áreas meridionais do Estado de Goiás, com destaque para o Sudeste Goiano, a partir da dinamização provocada pela ferrovia.

As velhas fazendas goianas dessa área chegam a possuir 500, 1000 e mesmo 4 ou 5000 alqueires de terras pouco aproveitadas. São predominantemente pastoris, embora não possuindo grandes rebanhos. Uma boa parte de suas atividades agrícolas, desenvolvidas em encostas e vales mais férteis, é feita por arrendatários pobres, na base de 25% a 30% sobre a colheita. [...] As plantações mais comuns são o milho, o arrô, o algodão, a mandioca, o fumo e o abacaxi. É extremamente raro não se encontrar sinais de criação de porcos e galinhas nos quintais das habitações pobres ou ricas da região. O mesmo se dá com a presença de bananeiras e árvores frutíferas. (AB’SABER; COSTA JÚNIOR, 1951, p.43).

Quando tratam das condições das moradias, ressaltam a pouca imponência dos casarões – sedes das fazendas (Foto 02) – e enfatizam a precariedade em que viviam os *trabalhadores da terra* (Foto 03), evidenciando as precárias condições de trabalho, numa sociedade agrária que iniciava o processo de adoção de inovações no processo produtivo. Atualmente é possível encontrar casarões antigos que no passado serviram para abrigar as famílias oligarcas e que hoje pertencem na grande maioria aos pecuaristas tradicionais.



Foto 02 - Moradia típica dos grandes proprietários rurais nas áreas de Cerrado nas proximidades de uma vereda. (Foto de I. M. Ferreira, 2003).

Observe a descrição/caracterização das moradias dos camponeses e *trabalhadores da terra* nos idos da década de 1940 e, ainda, presentes em algumas áreas das chapadas cerradeiras.

As moradias de agregados estão intimamente relacionadas com o fundo dos vales e parte inferior das encostas. Tratam-se de casebres de pau-a-pique barreados e recobertos com sapé ou folhas de indaiá, cobrindo espaço bem maior que o das casas de pau-a-pique, das regiões serranas paulistas. (AB'SABER; COSTA JÚNIOR, 1951, p.44).



Foto 03 - Moradia típica dos trabalhadores da terra nas áreas de Cerrado.

(Foto de I. M. Ferreira, 2003).

O que definia a construção das moradias era a presença da água e dos solos férteis, portanto, a quase totalidade das sedes e/ou construções situava-se próxima aos cursos d'água perenes e nas encostas, onde a existência de matas assegurava a fertilidade natural dos solos. “Raríssimas vezes as fazendas foram construídas nos chapadões, onde domina o ‘cerrado’ e não existem aguadas perenes”. Ab’Saber; Costa Júnior (1951, p. 43).

As condições naturais influenciavam de forma significativa a produção do espaço rural, principalmente a organização espacial das residências e dos cultivos necessários à sustentação das famílias que se situavam nos fundos de vale, com solos mais férteis e disponibilidade de água. É sabido da existência das veredas⁴⁰ com águas perenes nas chapadas, porém essas, não são adequadas para servirem de aguadas para o gado, pois

⁴⁰ [...] as Veredas se constituem num subsistema típico do Cerrado Brasileiro. Individualizam-se por possuírem solos hidromórficos, como brejos estacionais e/ou permanentes, quase sempre com a presença de buritizais (*Mauritia vinifera* e *M. flexuosa*) e floresta estacional arbóreo-arbustiva e fauna variada, configuradas em terrenos depressionários dos chapadões e áreas periféricas. (FERREIRA, 2003, p.150 e ss). Nascedouros das águas na região do Cerrado que abastecem os cursos d'água que formam as maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Paraná-Paraguai-Platina, Araguaia-Tocantins, São Francisco) as veredas estão desaparecendo. Todavia, a necessidade da preservação se impõe, sobretudo, pelo fato de que o equilíbrio dos mananciais d'água depende desse subsistema. O comprometimento pode provocar efeitos desastrosos quanto à quantidade (balanço hídrico) e qualidade dos recursos hídricos. Na área de pesquisa estão sendo depredadas pelo desmatamento para atividades agropecuárias e, principalmente, através da construção de barramentos para irrigar as atividades agropecuárias modernas nas empresas rurais. Mais informações BARBOSA (2002), FERREIRA (2003). Na Revista Mensal – A Informação Goyana – Anno II, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1918, Vol. II-Nº 1, aparece uma caracterização dos buritis encontrados nas áreas de veredas do Planalto Central brasileiro. “É, na verdade, proverbialmente sabida a utilidade da palmeira do sertão em todo o Brasil Central: das suas folhas, mui largas, se fazem coberturas de casas; as mais novas, não de todo desabrochadas, fornecem a chamada seda de Burity, que é resistente, sedosa e flexível, aproveitada na manufactura de redes de dormir, esteiras, cordas e, finalmente, ponchos impermeáveis, conhecidos pelo nome de caróchas ou caroças: a seiva dá o ‘vinho de palma’, e os ructos dos seus gigantescos cachos, às vezes de 4 a 5 metros de comprimento, num só pé, servem para o fabrico do delicioso doce chamado saiêta, cujas qualidades estimulantes muito o recomendam”.

apresentam solos hidromórficos (encharcados), onde o gado pode atolar, vindo inclusive a morrer, causando prejuízos aos criadores.

O processo de ocupação diferenciado do meio natural ocorre de acordo com a presença da água e dos solos férteis, notadamente, áreas recobertas por vegetação de porte elevado (áreas florestadas). Pode-se inferir diferentes formas de uso e exploração da terra a partir das unidades geomorfológicas consideradas. O meio natural impunha impedimentos ao processo produtivo (agropecuária), pois não havia condições técnicas para assegurar a produção nas áreas de chapadas. Assim, tradicionalmente os proprietários rurais tradicionais e os *trabalhadores da terra* relegaram essas áreas, normalmente acima de 800 metros de altitude, isso no Sudeste Goiano, não apresentando significativo interesse por essas terras⁴¹. São exatamente essas terras que mais tarde serão utilizadas prioritariamente para a “ocupação racional” e indiscriminada do Cerrado – as chapadas.

Nesse sentido, parecia não haver conflito entre a territorialização em manchas do capital industrial e financeiro que ocupava as áreas próximas aos centros urbanos e as vias de escoamento, secundarizando aquelas, aparentemente pouco habitadas. Todavia, na contemporaneidade o capital não se efetiva em manchas, mas em redes, e isso interfere sobremaneira na produção do espaço geográfico, gerando, conforme a aceleração dos investimentos, substanciais alterações nas formas de produzir, nas relações sociais de produção, na estrutura fundiária, dentre outros.

Percebe-se grandes diferenças daquela paisagem descrita nos idos dos anos 1940 para a que se observa na atualidade. Não foi apenas a mudança na aparência, na forma de produzir e/ou na introdução do progresso técnico; alterou-se o conteúdo das relações de produção e das modalidades de trabalho, inferindo diferentes formas de ação política com desdobramentos territoriais diferenciados. A espacialização das construções foi alterada, pois as áreas agricultáveis situavam-se nas bordas das chapadas (solos férteis, disponibilidade de água o ano todo, áreas de matas etc.). Atualmente ocorre o inverso, as atividades desenvolvidas pelos sulistas (Foto 04) são realizadas nas partes mais elevadas dos chapadões, demonstrando a presença das técnicas modernas na área.

⁴¹ Normalmente as pastagens compunham-se de capim jaraguá e meloso, nativos nas áreas férteis (áreas de cultura). Mas, no período da estiagem (seca) – junho a outubro – os criadores de gado se deslocavam para as chapadas e queimavam as veredas para que o gado se alimentasse dos brotos e das cinzas, pois as pastagens tradicionais estavam secas. Quando as chuvas se iniciavam, retornavam com o gado para as “terras baixas” – terras de cultura. Ainda, muitas áreas de veredas (suas proximidades) eram cultivadas pelos camponeses e *trabalhadores da terra*.

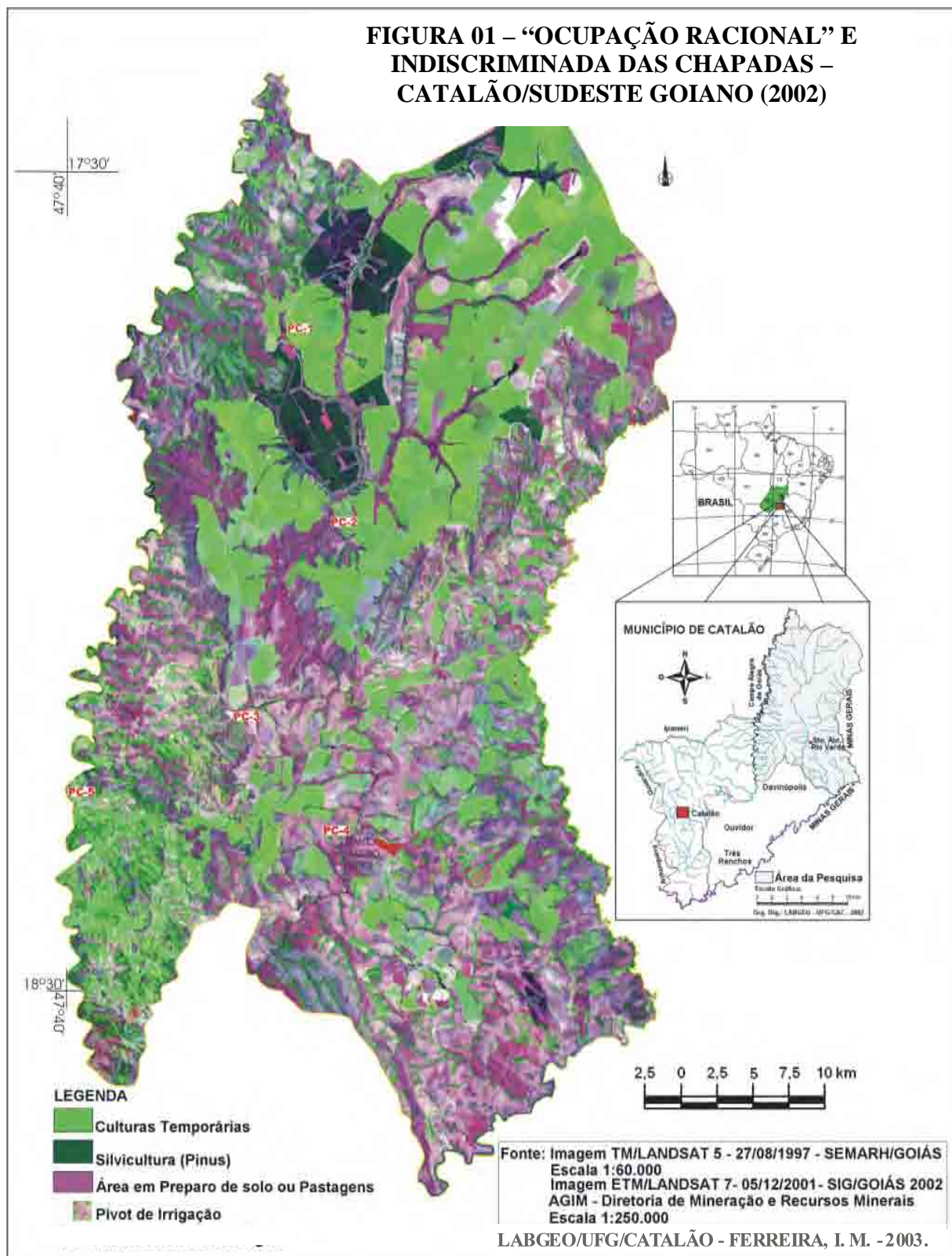


Foto 04 – Vista aérea de complexos de granjas no Sudoeste Goiano.
(Foto de A. R. Oliveira, 2003).

Nas áreas ocupadas com lavouras intensivas comerciais as marcas das formas de uso e exploração da terra foram destruídas e novas formas com outras funções foram criadas, expressando a dinâmica do capital e os novos arranjos sociais. A arquitetura das casas, a localização das construções, as formas de manejo são alteradas e, expressam a organização espacial dos homens na sociedade de classes. Mais que as diferenças espaciais, a ocupação das chapadas expressa a segmentação social imposta territorialmente. As chapadas foram ocupadas pela agricultura moderna e comercial com as empresas rurais, e as bordas, vertentes e fundos de vale permaneceram ocupados pela agricultura tradicional e camponesa (Figura 01), cada vez mais precarizada diante do parcelamento por heranças e, mais recentemente, agredida pela construção das hidrelétricas. Essas questões serão retomadas mais adiante.

Ao observar a imagem de satélite percebe-se a “ocupação racional” das áreas planas (topos da chapada) com culturas temporárias, plantio de pinus (silvicultura) e cultivos irrigados (pivots) nas empresas rurais. As poucas áreas verdes evidenciam os problemas decorrentes do desmatamento ilegal que não cumpre a legislação, pois as lavouras se aproximam das veredas e dos cursos d’água, provocando substanciais impactos ambientais, que serão retomados mais adiante. Nas áreas dissecadas – fundos de vales – permaneceram os proprietários rurais tradicionais, praticando a pecuária semi-extensiva (pastagens) e os

camponeses e *trabalhadores da terra* com a agricultura camponesa. A imagem de satélite foi tirada no mês de agosto – período em que as lavouras irrigadas estão sendo colhidas (trigo, feijão etc) e, por isso, aparecem muitas áreas sendo preparadas para o cultivo.



É bom notar que antes da prática intensiva das técnicas físico-químicas-mecânicas e genéticas, as formas de uso da terra despertavam observações diferenciadas nos geógrafos. Os viajantes descreveram o desconforto visual (no período das estiagens) com muita poeira e a monotonia dos intermináveis chapadões. “[...] talvez somente a caatinga do Nordeste tenha efeitos mais deprimentes”. Ab’Saber; Costa Júnior (1951, p. 46).

No entanto, a vegetação de Cerrado, tida como pobre e o chapadão como áspero, serão valorizados ideologicamente para justificar a eliminação, quase que por completo do Bioma Cerrado e de seus subsistemas, dentre eles as veredas, predominantes nas áreas de chapada. Se até mesmo os geógrafos tinham essa visão estereotipada, imagine então, as construções teóricas e empíricas, elaboradas pelo Estado e pelo capital, no processo de incorporação da área às “necessidades” do progresso e da modernidade.

Thomaz Júnior (2001) destaca as múltiplas armadilhas efetuadas pelo capital, que vão desde o ato do trabalho em si até a construção cultural necessária à reprodução das condições sociais que genericamente se denomina de capitalismo. Quando se lê os autores citados anteriormente e diversos outros que trataram das paisagens rurais em Goiás, percebe-se uma verdadeira apologia ao progresso, como a única possibilidade de dinamismo econômico, só atingido a partir da implementação das relações capitalistas de produção.

Os pesquisadores salientam a precariedade dos meios de transporte e o isolamento vivido pelos povos da região ao tratarem da cidade de Rio Verde – Sudoeste Goiano – hoje um dos mais prósperos municípios goianos. “A segregação e as dificuldades de transporte sempre foram os problemas da cidade de Rio Verde e de sua região econômica, como acontece, aliás, com todo o Sudoeste Goiano e leste matogrossense”. Ab’Saber; Costa Júnior (1951, p. 54). A falta de transportes adequados, uma vez que existiam apenas alguns trechos de rodovias construídos e ainda assim de propriedade privada, dificultava o desenvolvimento de uma agricultura comercial, voltada para atender os centros consumidores do Centro-Sul. Daí ser a pecuária a atividade predominante e mais importante, pois o gado se autotransportava, superando a falta de meios de transporte eficientes. Mas, ainda assim, os pecuaristas amargavam muitos prejuízos, pois a perda de peso durante a viagem até Barretos/SP – principal centro comprador do gado da região – era muito expressiva.

Na verdade, quem lucrava com a falta dos meios de transportes eram os centros intermediários do Triângulo Mineiro – Uberaba e Uberlândia – único trajeto possível para se atingir os mercados paulistas através dos trilhos, que estavam paralisados no Triângulo Mineiro. Apenas em 1943 é construída a ponte Mendonça Lima, no Rio Grande,

interligada por rodovias até as cidades de Barretos e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. “Conseguiu-se uma verdadeira ‘captura’ econômica para São Paulo, porque foram postos à margem os intermediários do Triângulo, carreando o gado goiano e matogrossense diretamente para os grandes frigoríficos paulistas de Barretos e Rio Preto”. Ab’Saber; Costa Júnior (1951, p. 55).

Em Goiás, a única região a ser beneficiada pela Estrada de Ferro foi o Sudeste Goiano, como dito anteriormente, quando os trilhos adentraram o território, no início do século XX, com destino à antiga capital goiana – Cidade de Goiás. Enquanto o Sudoeste Goiano enfrentava os problemas expostos, o Sudeste Goiano crescia vertiginosamente desde o início do século XX, quando os trilhos atravessaram essas terras, gerando um dinamismo vinculado à incorporação dessa área aos interesses do capital centrado em São Paulo, o que permite compreender as diferenciações no processo de acumulação de capitais entre as diversas regiões goianas.

O rodoviarismo implementado a partir dos anos 1950, a construção de Brasília e os incentivos governamentais para a incorporação do centro-norte do país aos interesses do centro-sul promoveram intenso crescimento econômico do Sul Goiano (Sudeste e Sudoeste de Goiás), que passou a ser considerado um dos portais de entrada para as “novas terras a serem ocupadas e civilizadas”. Ainda assim, diferenças permaneceram, uma vez que existem elementos intrínsecos aos lugares que influenciam na conformação geográfica, destacando-se o consorciamento entre as modernas formas de produzir (usos e formas de exploração da terra) e as diferentes relações sociais de trabalho que, territorializadas, implicam em níveis de integração e de ação política distintos.

A necessidade da integração nacional como portadora do progresso, apontada pelos governantes e pelas elites econômicas, havia sido assimilada pela população em geral como extremamente vantajosa. Esse processo fez de Goiás um grande laboratório para a implementação das inovações e ao mesmo tempo de uma sociedade, que cada vez mais, carecia de uma identidade, haja vista a desconstrução dos *povos/culturas cerradeiros* e a diversidade de migrantes que possibilitaram um *caleidoscópio* de identidades. A implementação das novas técnicas que eram efetivadas com a construção de Brasília e com o início da modernização da agricultura despertavam elogios e a certeza de que o progresso seria o propalador da civilização no sertão inóspito e rude.

A posição central do Estado de Goiás preterida por mais de quatro séculos pela civilização atlântica, hoje torna-se realidade incontestável, visto que a

edificação de Brasília está corrigindo as anormalidades decorrentes da posição excêntrica da ex-capital da República, possibilitando o transladar da cultura do asfalto para o sertão e realizando paulatinamente a integração efetiva do Território Nacional. (GOMES, 1965, p. 21).

Silva (1991) chama atenção para a concepção de natureza herdada das hostes iluministas e cientificistas, que açambarcou os territórios, conforme as exigências para a aquisição de produtos para serem transformados em mercadorias. Destaca a fartura do Cerrado, a bela planície e as inegáveis facilidades climáticas como sendo as grandes responsáveis pelas primeiras ocupações desses chapadões brasileiros formadores do que se pode chamar de cumeeira da América do Sul. Por fim, salienta que se constituiu uma *ideologia predadora*, onde tudo e todos são mercantilizados desconsiderando que a Terra é um ser vivo e perecível.

Inicialmente, o choque das culturas predominantes entre os nativos e os chegantes, portadores das novas técnicas que se territorializavam nas áreas de Cerrado a partir das empresas rurais causaram estranheza e admiração. Estranheza pela distância técnica entre o arado puxado por animais e o trator e/ou entre a colheita manual e a colheitadeira que, atraía gentes de todos os cantos para assistir as novidades. Admiração, porque acreditavam que o progresso estava vindo para o sertão e todos melhorariam de vida.

Logo as diferenças se acentuaram confrontando modalidades de produção e relações sociais de trabalho, mas, sobretudo, de compreensão do Cerrado enquanto condição para a existência da vida ou condição para a geração de lucros imediatos. Os sulistas trouxeram na bagagem experiências técnico-comerciais que os nativos não possuíam. A agressividade econômica e a racionalização do processo produtivo, pautada no estilo empresarial e na perícia técnica das atividades exercidas, geravam desconforto aos *povos cerradeiros*. Por aqui predominava a pecuária extensiva nos latifúndios e as roças dos camponeses e *trabalhadores da terra* cultivadas nas terras mais férteis.

Conforme Santos (1994, p. 114),

Os sistemas técnicos atuais são dotados de uma enorme capacidade de invasão, mas essa invasão é limitada exatamente porque esses objetos estão a serviço de atores e forças que somente se aplicam se têm a garantia do retorno aos seus investimentos, seja esse investimento econômico, político ou cultural. Esses objetos técnicos são as correias de transmissão dos objetos dos atores hegemônicos, da cultura, da política, da economia, e não podem ser utilizados pelos atores não hegemônicos, senão de forma passiva. A forma ativa é cada vez mais reservada a alguns e a forma passiva é deixada a todos os demais atores, que por isso ganham um papel subalterno dentro da sociedade.

A racionalização do processo produtivo mediante a implementação dos novos sistemas técnicos, através da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, alterou profundamente os modos de vida e as formas de ser dos *povos cerradeiros*. Mas isso não significou uma passividade diante das mudanças técnicas e tecnológicas, como Santos (1994), deixa transparecer. Ao contrário, constituíram-se várias *re-Existências* seja nas práticas pedagógicas e nas manifestações sócio-culturais, seja na ação política na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso a terra e na luta pela reforma agrária.

A crise identitária foi se configurando, pois para ser moderno havia que negar as raízes rurais, os valores, os comportamentos, as formas de expressão cultural, enfim, a tradição. Ainda, era necessário se revestir dos valores e das ações que chegavam, trazidas pelo capital industrial e financeiro que apontavam novas necessidades de consumo. Mais tarde, à medida que os trabalhadores foram tendo acesso aos bens produzidos, também incorporaram os novos objetos, reelaboraram suas ações, mas não abandonaram por inteiro as sociabilidades construídas nas áreas rurais, constituindo *sociabilidades híbridas*. As práticas solidárias de ajuda mútua, mutirão, companheirismo, compadrio e festas religiosas, entre outras, foram transpostas para as áreas urbanas, possibilitando uma simbiose diversa e riquíssima entre experiências intercambiadas no processo de desterritorialização dos *povos cerradeiros*.

Essas manifestações sociais e culturais, tipicamente rurais, reconstruídas nos espaços urbanos possibilitam a criação de ações políticas que podem fundir a luta pelos direitos básicos de existência na cidade (moradia, saneamento básico, saúde, educação etc.) com a necessidade da reforma agrária, diante da territorialização dos movimentos sociais que lutam pela terra. Assim, a relação cidade-campo apresenta novos contornos que podem potencializar a luta por dias melhores, tanto no campo, com a exigência da reforma agrária, quanto na cidade pelas políticas públicas de gestão do espaço urbano, conforme os interesses das classes trabalhadoras.

Há que considerar as diversas funcionalidades diferenciadas no tempo e no espaço, especificamente na área da pesquisa, pois se deve refletir acerca de uma nova regulação do tempo e do uso do território. A chegada dos sulistas e as configurações geográficas decorrentes das inovações técnicas e tecnológicas, paulatinamente, alteraram o padrão de produção-acumulação, implementando novas ações valorativas ao território, sem que, aparentemente, despertassem a atenção dos pesquisadores sobre as bruscas alterações nas relações sociais de trabalho e na ação política dos trabalhadores. Preocupa-nos a idéia que

só o capital se modernização e parece ser altamente positiva a noção de que a modernidade se refere às formas de produzir e quase nunca às relações sociais de trabalho. Há um descompasso nas análises das transformações recentes do espaço agrário do Centro-Oeste que colocam as alterações do trabalho, como se essas aparecessem no *tempo lento*⁴², enquanto que as mudanças nas relações sociais de produção surgissem no *tempo rápido*.

Percebe-se a coexistência de relações sociais de produção modernas, ao lado de formas distintas de trabalho, com o consorciamento de relações de trabalho assalariadas, mas, mantendo relações sociais de trabalho com requintes de superexploração, subordinação e precarização dos trabalhadores. Pensa-se que a razão central desse processo está na capacidade de metamorfosear as relações sociais de trabalho (re)elaborando novas formas de controle social, escondendo a contradição básica que move a dinâmica da sua existência – a relação capital x trabalho. Essas novas formas de produção e de gestão, muitas, velhas com verniz novo, se materializam espacialmente, podendo ser *desvendadas* por meio das investigações, que podem significar avanços para a luta dos trabalhadores rumo à emancipação social.

Efetivamente ocorre um consorciamento no tempo social que coesiona uma relação identitária, onde capital e trabalho se identificam e se reconhecem um no outro. Como, então, partir da idéia de que o capital está adiante do trabalho? Não deve estar, o que aparece é a capacidade produtiva da técnica apropriada pelo capital que tenta impor padrões de uso, costumes e comportamentos, complexificando as diferenças e, assim, dificultando a possibilidade histórica de reação dos trabalhadores. A partir do momento em que a “leitura” desse fenômeno for feita com o interesse de *des-vendar* as formas de controle social sobre o trabalho e apontar mecanismos de superação, não há dúvidas que o movimento social saberá utilizar essa contribuição para avançar a luta dos trabalhadores.

É na dinâmica da relação cidade-campo – mediante o seu novo conteúdo – que o processo de produção-acumulação se intensifica. Campo e cidade apresentam *espacialidades atrasadas e inteligentes*, todavia, escudadas na ação do Estado, em acordo com os interesses do capital. A depender da predisposição do capital, as áreas consideradas atrasadas passam por um vigoroso processo de crescimento, tornando-se aceleradamente “áreas de progresso”.

O processo de “ocupação” das áreas de Cerrado expressou esse movimento do capital, assim como, a estratégia patrocinada pelo Estado, como forma de assegurar

⁴² SANTOS, M. A **natureza do espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 212.

estímulos à entrada do capital industrial e financeiro no Centro-Oeste e, especificamente, em Goiás a partir dos anos 1970, com profundos impactos na organização espacial preexistente. Novas configurações geográficas são produzidas sob a batuta dos empresários rurais. Milhares de famílias que sobreviviam do trabalho na terra são expulsas para os centros urbanos e/ou para as áreas de fronteira, sendo que aqueles que permaneceram no campo se refugiaram nos fundos de vales, onde o relevo dissecado não permite a mecanização. Aqueles que se deslocaram para as áreas urbanas próximas vivem como trabalhadores informais, braçais, temporários e precarizados, sonhando com a possibilidade de uma existência digna.

II.2 O Território: Uma Leitura a partir do Capital e do Trabalho

Badie (1996) aponta a mudança do *mundo territorial* centrado na organicidade dos lugares, para um *mundo reticular*, a partir das redes. Sabe-se que na contemporaneidade, vive-se uma efervescência teórico-metodológica, não necessariamente nova, mas, com aportes que passaram a transitar pelos diversos muros erigidos no processo de construção da modernidade. Há um cruzamento de influências, que se expressa em um movimento multifacetado e fragmentado. A leitura do território enquanto a porção da natureza e do espaço, que uma sociedade reivindica como o lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência, amplia os horizontes dos pesquisadores.

O território não significa apenas o enraizamento, a tradição, a permanência de ações e valores que resistem às mudanças, mas também significa movimento, fluidez e possibilidades, na medida que se tem claramente a produção de singularidades, mediante as múltiplas formas de conexão com a totalidade e vice-versa. A respeito de territórios e redes Haesbaert (2002) afirma:

Uma leitura intermediária entre o que separa claramente o território de rede (pregando a hegemonia crescente das redes) e a que dilui completamente as redes no interior dos territórios, é a que afirma que território e rede formam um binômio em que a rede pode tanto ser um elemento fortalecedor, interno aos territórios (como nas redes viárias e de comunicações como base na integração do território nacional), quanto um elemento que se projeta para fora do território, promovendo a sua desestruturação, ou seja, um processo de desterritorialização. (HAESBAERT, 2002, p. 28).

Pensar geograficamente a relação metabólica entre o homem e a natureza e suas configurações territoriais significa perceber novas sociabilidades construídas a partir da relação capital x trabalho. A reestruturação produtiva do capital, processada nas últimas décadas do século XX, portadora de novas formas sociais de produção e de trabalho, resultou em alterações profundas no processo de acumulação e (re)produção de capitais e numa metamorfose nas relações sociais de trabalho, com conseqüências danosas para os trabalhadores, bem como para os movimentos sindical e social e, para a classe trabalhadora de forma geral.

Mediante a crise do padrão de regulação, novas ações foram implementadas, destacando-se a transnacionalização das empresas e/ou de setores, distribuindo por vários países diferentes fases do processamento da produção de um determinado produto, possibilitando a universalização das técnicas e a unificação dos mercados⁴³. Moreira (2001) ao discutir as novas formas de acumulação do capital, diz que esse momento se caracteriza por uma nova fase do capitalismo, *o da financeirização*⁴⁴, onde a acumulação deixa de se apoiar na forma clássica operário-fábrica e passa a se pluralizar, alterando a produção do valor e, conseqüentemente, provocando transformações no mundo do trabalho.

No período de hegemonia financeira, falar do valor é abrir um leque maior de possibilidades, franqueadas pelo alcance largamente amplo da nova esfera da circulação, que o capital financeiro organiza. Este incorpora a mais-valia operária, mas também se apropria da renda camponesa, explora o trabalho das comunidades indígenas, dá o sentido do trabalho acadêmico científico, técnico e universitário, abarcando formas históricas antes não parametradas de excedente no perfil do valor e do trabalho capitalistas. (MOREIRA, 2001, p. 16).

O cerne da questão está em compreender através do espaço geográfico, os atores/produtores de valor, não mais apenas na fábrica, mas também na agropecuária, no setor de serviços, na informalidade e nas diversas modalidades de trabalho existentes e suas articulações com a finalidade máxima do processo produtivo capitalista, qual seja, a acumulação de capitais no campo e na cidade. Mediante essa dinâmica, o trabalho se metamorfoseia, possibilitando novas configurações espaciais que necessitam ser investigadas no âmbito da pesquisa geográfica.

De acordo com Antunes (2002), a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo

⁴³ A esse respeito ver Santos (1994).

⁴⁴ Mais detalhes ver Chesnais (1996).

destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e, concomitantemente, o aumento do exército industrial de reserva, ampliando o número de desempregados. A competição e a concorrência intercapitais ocasionaram a precarização do trabalho e a degradação crescente do meio ambiente. Essas ações também se expressam na atividade agropecuária moderna, particularmente nas áreas de Cerrado, no Planalto Central brasileiro, atualmente a fronteira agrícola do país.

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2002, p.26).

Na atividade agropecuária, a produção e o consumo de agrotóxicos associado ao avanço permanente da genética e da biotecnologia, atendem o caráter decrescente do valor de uso, portanto a lógica do *metabolismo social do capital*, alterando substancialmente hábitos e interferindo no metabolismo orgânico dos indivíduos. Isso, ao mesmo tempo, promove prejuízos ao meio ambiente e indiretamente reduz o ciclo-produtivo dos cultivos e do próprio solo. A resistência imunológica das “pragas” e, paralelamente, o desenvolvimento de novos pesticidas, com o intuito de assegurar a eficiência necessária à manutenção do processo produtivo, é a expressão concreta dessa lógica.

Ao compreender o processo acentuado nos anos 1970 como a tendência decrescente da taxa de lucros, a alternativa para os capitalistas, se coloca na reorganização do capital, que se efetiva a partir do processo de reestruturação da produção e do trabalho, no sentido de criar as condições necessárias para repor os níveis de expansão e acumulação anteriores, tanto no campo, como na cidade. Nesse sentido é reforçada uma articulação das dimensões fundamentais do sistema capital-Estado-trabalho – onde as duas primeiras se associam para controlar o trabalho. O afloramento da crise estrutural do capital evidenciou dois elementos cruciais para a análise proposta acerca dos rebatimentos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Primeiro, a tendência decrescente do valor de uso a partir da natureza destrutiva do capital; e segundo, a incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital. (ANTUNES, 2000).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e, principalmente, a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção social. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas e o surgimento de novas categorias de trabalhadores acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e, conseqüentemente, na composição da classe trabalhadora e na ação política desses trabalhadores. Essa constatação levou grande parcela do movimento sindical a elaborar pautas reivindicatórias, apenas para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, sem, no entanto, refletir sobre a necessidade de pensar estratégias – pela classe trabalhadora metamorfoseada – para superar e/ou apontar alternativas concretas de luta rumo a uma *nova sociedade*, para além da sociedade do capital.

Poucos ousaram. A intelectualidade que se colocava como vanguarda do movimento social, capitulou e elaborou um amontoado de estereótipos, justificados “cientificamente” para alijar e até mesmo punir aqueles que ainda tentavam resistir. Apenas recentemente surgiram algumas vozes – servidores públicos, *trabalhadores da terra* e camponeses através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) etc, ainda dissonantes, mas que buscam construir uma resistência mais organizada.

No campo tem-se uma heterogeneidade de atividades em função da complexificação do processo produtivo e da interrelação cada vez mais forte entre os investimentos agroindustriais e financeiros. As novas formas de gestão da produção, o crescimento do setor de serviços (comércio, turismo, lazer etc.), fez aparecer um *novo trabalhador* precarizado expressando as mutações no trabalho nas últimas décadas. O surgimento de novas categorias de trabalhadores (trabalho *part-time*, trabalho a domicílio, trabalho temporário etc.) expressa o novo conteúdo das relações campo-cidade e a necessidade de perceber a materialidade dessas ações na agropecuária brasileira e, no caso em questão, no Sudeste Goiano.

Assim, a readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo acarretou alterações no papel do trabalho, que passou a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações. Dois dos fatores que asseguraram a competitividade foram a redução dos custos e a crescente exploração do trabalho, que culminaram numa desenfreada ofensiva do capital sobre os trabalhadores, tendo como suporte jurídico-político o Estado que, omissos em relação aos

interesses nacionais, criou as condições para a desregulamentação das leis trabalhistas, possibilitando novos contornos para a relação capital x trabalho.

A dinâmica da reestruturação produtiva do capital e as mutações no trabalho, evidencia as contradições entre o discurso da qualificação e do trabalho em equipe – prazeroso, agradável – e ao mesmo tempo, na mesma fábrica e/ou *locus* da produção, a existência de trabalhos repetitivos, mecânicos, desqualificados (trabalho sujo), expressando a *contradição viva* entre capital e trabalho. Conforme Antunes (2002),

É como se o discurso do envolvimento racional dos trabalhadores, propalado pelo capital, se defrontasse cotidianamente com sua efetiva negação, manifestada na intensificação do trabalho, no risco iminente de desemprego, na diferenciação por gênero, na qualificação, na idade etc., entre tantas fraturas presentes no mundo produtivo, condicionantes estas que se mostram como dotados de irracionalidade para o mundo do trabalho. (2002, p.89).

Ainda, destaca a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho precarizadas, terceirizadas, subcontratadas etc. Nos setores produtivos com maior incremento tecnológico ocorre uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho, que necessita ser multifuncional, polivalente etc. Esse movimento se expressa na agricultura moderna, à medida que o Estado, por um lado, pressionado pelos empresários rurais, subsidia treinamentos e diversos cursos para (re)qualificar os trabalhadores considerados estáveis – trabalho qualificado – que prestam serviços às empresas rurais e, por outro lado acompanha o empobrecimento dos trabalhadores urbanos e a miséria crescente vivida pelos trabalhadores temporários, destacando-se os bóias-frias.

Considerando que as transformações na relação capital x trabalho se territorializam mediante as novas formas produtivas, as novas formas de gestão e de organização do processo produtivo, cabe à Geografia buscar *des-vendar* a dimensão sócio-territorial das ações materializadas nos diversos espaços geográficos. Thomaz Júnior (2002) salienta que o *desvendamento* do ordenamento territorial resultante da processualidade social é o que nos permitirá entender o significado dos fenômenos nos lugares, evidenciando a relevância das novas realidades, ou seja, das novas configurações geográficas.

Dessa forma, o impacto da reestruturação produtiva do capital no trabalho, nos trabalhadores e no território, precisa ser investigado, pois a ação desses novos fenômenos, resultantes do *metabolismo social do capital* estão impressos nas paisagens geográficas. Moreira (1999) destaca as *concreções espaciais*, compreendidas como a relação espacial do

homem com a sociedade, desdobramento da relação metabólica do homem com o meio natural, como sendo uma das preocupações da ciência geográfica, portanto, tarefa do geógrafo comprometido com a emancipação social e a construção de uma nova sociedade.

O território é uma categoria essencial para os geógrafos e, sem dúvida, se constitui na materialização concreta das contradições expressas pela relação capital x trabalho, onde o trabalho, historicamente, subsumido ao capital necessita se emancipar. Para isso, há que *desvendar* e contrapor-se às leituras do capital sobre o território, possibilitando uma transparência das ações políticas e a certeza de que o movimento popular, social e sindical possa seguir adiante, pois instrumentalizado técnica e politicamente pelas pesquisas e estudos realizados, poderá agregar e potenciar ações políticas emancipatórias.

II.3 O Sertão Vai Acabar? Do Carro-de-Boi ao Caminhão

Diga, você me conhece eu já fui boiadeiro, conheço essas trilhas, quilômetros, milhas que vem e que vão pelo alto sertão, que agora se chama não mais de sertão, mas de terra vendida, civilização.

(PEÃO – ALMIR SATER)

É necessário perceber as metamorfoses espaciais que cumulativamente são impressas no território, ainda que diversas delas não sejam sequer percebidas pelos homens. A dinâmica e as diferentes formas de vida, tanto no campo como na cidade, possibilitam variadas visões sobre processos assemelhados. Nesse sentido, pensar o sertão implica compreendê-lo enquanto forma de vida, no caso específico, a partir da vivência e da experiência dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*.

Chaveiro (2001) destaca a sociedade sertaneja, compreendendo Goiás, enquanto um estatuto colonial brasileiro no sertão, uma sociedade retraída sem a consciência de nação. O modo de vida sertanejo é regido pelo poder cartorial-patrimonial, vinculado a terra, e a violência e as manifestações sócio-culturais expressam a especificidade da forma de ser sertanejo. O século XX, despertado pelo apito da Maria Fumaça no Sudeste Goiano, invoca a necessidade de “integrar” o sertão aos interesses do mercado, transformando as cidades “bocas do sertão” em “cidades pontas de trilhos”, promovendo novas arrumações espaciais. Ao se referir às mudanças da vida no campo, mediante a intensa urbanização e industrialização na Inglaterra, Williams (1989), salienta que “[...] essa vida campestre tinha

seus significados, mas eles mudavam, tanto em si próprios quanto em relação a outros”. (1989, p.15).

Goiânia, que se transformou numa *cidade rural metropolizada* – metrópole em travessia⁴⁵ – passou por intensa urbanização com todas as características de qualquer grande centro urbano, mas não eliminou a raiz cultural sertaneja expressa nas múltiplas manifestações sócio-culturais como procissões, festas do Divino, batismo na fogueira e levantamento de mastros, folia de Reis, rodas de violeiros e dança da catira etc, expressando a construção de *novas ruralidades* no espaço metropolizado. Em Goiás somos roceiros e não caipiras como em São Paulo, pois mesmo após a desterritorialização e a reterritorialização nas áreas urbanas o legado cultural sobrevive. A imagética da terra permanece para aqueles que viveram e experienciaram vidas inteiras no campo. Existe algo de diferente, muito forte e emocionante que é percebido/sentido nas lágrimas, no olhar distante, no suspiro profundo de algo perdido, mas que continua fazendo parte da vida, sem a qual, a vida seria ainda pior. *O sonho do retorno a terra é profundamente real* e faz parte da vida de significativa parcela dessas pessoas.

A idealização do campo (perspectiva liberal e condescendente) em contraposição à cidade, visa uma *desmemorialização* dos movimentos de contestação/resistência dos *trabalhadores da terra* e possui objetivos políticos definidos, sendo um deles, negar o passado de luta desses sujeitos sociais e, assim, impedir a reforma agrária. “Com frequência afirma-se que, com o processo de industrialização e urbanização, todas as pessoas capazes foram para as fábricas e para as cidades, ou resolveram emigrar, restando apenas os lerdos, os incapazes e os ignorantes.” Williams (1989, p. 252).

Nas entrevistas com os antigos moradores das áreas rurais do Sudeste Goiano é perceptível a influência cultural, principalmente na música, que expressa o modo de vida “perdido com o progresso”. A música sertaneja é claramente um produto elaborado pela indústria e com um caráter eminentemente coisificado, porém, a música caipira – música raiz – ainda se coloca como revestida de uma ordem natural, de uma certa espontaneidade da vida no campo. Todavia, essa ordem natural é cada vez mais restrita aos recônditos mais distantes e/ou associada às áreas de descanso e lazer, em contraposição à vida agitada e confusa dos centros urbanos cosmopolitas. A música sertaneja implica na correlação da canção com o aparato técnico-científico, expressando também, a introdução da racionalidade técnica no modo de vida rural.

⁴⁵ CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2001.

Honório Filho (1992) destaca que de certa forma a música sertaneja lembra o sertão, ainda que seja produzida pelo aparato-técnico e na cidade ela expressa diversas representações sociais, precisamente aquelas presentes no imaginário popular. O termo sertanejo sobrevive carregado de uma imagem rural. A noção de sertanejo, como a desnaturização do caipira e a indicação da industrialização do som, pouco influi sobre o sentido que o termo apresenta no mercado, ou seja, sertanejo ainda lembra o sertão.

A construção imagética do camponês e do *trabalhador da terra*, inclusive no cinema, tais como as figuras do Jeca Tatu e Mazzaropi, baseado no livro Jecatuzinho de Monteiro Lobato, ainda se processa como algo exótico e diferente, mas estereotipado. Evidentemente, no conteúdo dessas imagens persiste a idéia, ainda generalizada de que os *trabalhadores da terra*, camponeses e proprietários rurais pouco tecnificados, não lidam adequadamente com a higiene corporal, estão arraigados à tradição e às crenças sem relevância nas áreas urbanas, além de serem avessos ao progresso técnico como reprodução da ideologia do atraso.

Quando se trata do movimento social, a situação é piorada, pois a carga ideológica obriga as ações daqueles que não concebem a luta pela terra e pela reforma agrária como uma necessidade histórica, passam a qualificar os trabalhadores desterritorializados como um “bando de maltrapilhos”, que sequer conhecem as formas de cultivo modernas e, por isso, não podem ter acesso a terra. Acerca das representações sobre o sertão é possível observar a relação do trabalhador com a ociosidade e o atraso político, econômico e cultural das “massas camponesas”.

O caipira, enquanto representação do trabalhador rural, foi fortemente associado a homem preguiçoso, vadio, beberrão e idiota. A imagem de Jeca, apesar da tentativa sanitária de Lobato, colocou muito mais facilmente à figura do preguiçoso do que à do trabalhador virtuoso. Isto, de uma forma ou de outra, marcou presença no interior da música rural. Porém, mais do que isto, criou maneiras de ver o sertão, com altos poderes de convencimento. (HONÓRIO FILHO, 1992, p.57)

Na verdade, objetivava-se expulsar de seus territórios os camponeses e *trabalhadores da terra*, sem causar constrangimentos e/ou resistências mais fortes por parte da sociedade civil organizada. Estava claro que não era possível “tornar o sertão civilizado” com esses sujeitos sociais. Era preciso transformá-los, substituí-los e moldá-los às necessidades do capital, da modernidade. Como “ocupar” o sertão e torná-lo produtivo, fazendo uso das técnicas modernas? Era preciso civilizar o sertão, torná-lo preche de objetos

técnicos e essa tarefa cabia aos sulistas, os portadores do progresso. Essa era uma justificativa para não discutir o conteúdo político e a relevância social da reforma agrária. Ao desqualificar o homem do sertão – camponeses e *trabalhadores da terra* – desqualificava-se a sua luta, a sua história, as suas necessidades, a sua ação política que priorizava a vida na terra.

A construção imagética do sertanejo como atrasado e antagônico à cidade é reforçada pela literatura, pela música sertaneja, dentre outros, que ao mesmo tempo universaliza as suas condições de vida e de trabalho, mas, o nega enquanto sujeito de sua própria história, capaz de promover mudanças e assim construir o desenvolvimento econômico e social do país.

II.4 A (Re)Definição da Relação Cidade-Campo: A Civilização Urbana e Industrial

Williams (1989) analisa a relação cidade-campo a partir da história e da literatura, compreendendo-a enquanto uma realização da sociedade humana. No entanto, indaga acerca da cidade enquanto uma construção conceitual da modernidade, repleta de luzes e de cores, em oposição ao campo enquanto expressão do atraso, da ignorância e da obscuridade, evidenciando atitudes emocionais poderosas na existência humana. Assim, a construção dos conceitos cidade e campo é perpassada por variadas formas, a depender do contexto, das intenções dos sujeitos criadores e do uso operacional desses conceitos, articulados ao processo de materialização do capital nos diversos lugares.

No caso brasileiro, a concepção de atraso, de pobreza e de isolamento é apropriada e fortalecida pelo processo de acumulação do capital, pela ideologia do progresso e do desenvolvimentismo. O capital reinventa a discussão acerca do sertão, tido como o interior, em oposição ao litoral – a área onde a civilização está presente, ou seja, aquelas áreas já integradas aos interesses do capital. A dicotomia campo-cidade é transposta para a distinção entre o litoral (a civilização), as áreas já incorporadas ao circuito produtivo subsumido ao capital e o sertão (selvagem), abrangendo as áreas que ainda não estavam subsumidas ao processo de produção imposto pelo capital.

O confronto com a natureza é resultado da expansão do capitalismo industrial. Constrói-se uma antipatia à natureza selvagem e o sertão passa a ser a antítese da civilização.

O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu *habitat* “natural”. O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização. (SMITH, 1988, p. 37).

A fronteira enquanto o lugar do outro, ou ainda o não lugar causa medo e repugnância, pois expressa a ameaça aos modos de vida considerados adequados e civilizados. A partir dessas observações, Smith (1988) destaca a natureza enquanto uma dualidade: de um lado hostil e, portanto, deveria ser domada através da conquista; de outro era amiga e, nesse sentido, continuava sendo exterior sendo expressa nas artes, no paisagismo etc., como um lugar para o qual deveríamos retornar.

Essa diferenciação na concepção de natureza expressa a idéia de campo e a idéia de cidade. O campo enquanto o lugar atrasado e selvagem e a cidade como portadora da civilidade, do progresso. A ideologização do campo, confundido com a natureza selvagem que precisava ser domesticada, tentou homogeneizar as diversas formas sociais existentes, assim como, desconsiderar qualquer vestígio das diferentes formas de produzir e de viver, característica das sociedades pré-capitalistas que ocupavam essas áreas desde tempos imemoriais.

O poder das construções ideológicas, expresso nas diferentes formas de viver e experienciar o cotidiano, precisa ser investigado para que se possa compreender a relação capital x trabalho e sua materialização fracionada, assim como para pensar formas de apreensão das configurações geográficas, considerando as clivagens e os elementos emancipadores que estão contidos no processo social.

A forma com que alguns pesquisadores e artistas retrataram, e ainda retratam o campo, denota quase sempre um conteúdo fetichizado e estranhado. Poetas, escritores e alguns romancistas do campo deleitam-se nos prazeres da vida campestre, saudosistas de realidades distantes, onde idealizavam uma vida (uma sociedade) livre dos problemas e das dificuldades presentes na atualidade, tendo como parâmetro a vivência nas grandes cidades. A romantização da natureza só ocorreu após a sua subjugação e era uma necessidade ideológica (exercício do espírito). Até mesmo a feminilidade da natureza significa a transposição da condição da mulher (objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir).

Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A

linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. (SMITH, 1988, p. 43).

A natureza exterior e a natureza universal são construções sociais e com funções políticas bem delineadas. A universalização da natureza (eventos naturais) promoveu o sentido da imutabilidade, transferindo essa naturalização para a sociedade. Há uma ordem natural que produz o trabalho, contemplativa e bela, na qual os homens e as relações sociais de trabalho estão completamente ausentes. A idéia do trabalho é áspera, árdua, por que o homem tem que ganhar o pão com o suor do seu trabalho, para não esquecer o pecado original, a razão de sua expulsão do paraíso. Nessa ordem de coisas se um homem precisasse trabalhar era porque ele era pecador, amaldiçoado e indigno.

Mas, maldizer o trabalho significa negar a existência dos trabalhadores, como se esses sujeitos sócio-históricos não fizessem parte, não fossem criadores das realidades sociais, como se houvesse uma lógica natural, da qual os trabalhadores seriam apenas instrumentos manejáveis para determinados fins.

Mas essa negação mágica da maldição do trabalho só pode se dar pela simples negação da existência dos trabalhadores. Os homens e mulheres que criam os animais e os levam até a casa, que os matam e preparam sua carne; que fazem armadilhas para os faisões e perdizes e pegam os peixes; que plantam, estrumam, podam e colhem frutos – essas pessoas estão ausentes; o trabalho é todo feito por uma ordem natural. Quando por fim aparecem, é apenas sob forma de ‘campônios em alegre bando’ ou, mais simplesmente, de ‘muitos pobres’, e o que nos é mostrado então é a caridade e falta de correspondência com que lhes é dado aquilo que, agora e de algum modo, não eles, mas a ordem natural, entregou nas mãos do senhor em forma de alimento. (WILLIAMS, 1989, p. 52).

É essa visão que aparece em parte das obras literárias (poemas, romances, pinturas etc.) que tentam retratar o mundo rural, desde tempos idos, onde o trabalho – os trabalhadores – as atividades laborais e suas tramas são esquecidas, “naturalizando” os cenários que são históricos e sociais.

A paisagem aparece enquanto uma criação/construção quase sempre deliberada. As paisagens rurais foram bruscamente alteradas mediante a adoção das novas técnicas e tecnologias denominadas melhoramentos (terraplanagem, drenagem, irrigação, bombeamento d’água, utilização da luz etc.). A intencionalidade da nova classe – empresários rurais, propiciou uma redistribuição da Natureza, mediante os novos equipamentos, o novo

capital, os novos especialistas, que procuravam adaptá-la ao seu ponto de vista, portanto, torná-la mais produtiva e lucrativa.

Os diferentes tipos de uso, assim como as formas de exploração da terra possibilitam paisagens diferentes, porém, não se deve separar a arte decorativa da produção, da forma de assegurar ganhos. O melhoramento (técnicas modernas) molda e move a Natureza mediante um padrão desejável, expressando a criatividade e a inventividade dos possuidores do capital. A imposição de uma nova ordem sócio-econômica implicou em alterações territoriais profundas. “[...] a terra está sendo organizada para a produção, para ser trabalhada por arrendatários e trabalhadores; enquanto no outro está sendo organizada para o consumo.” Williams (1989, p. 173).

A ordem natural, aparentemente espontânea, escondia as visões sociais das elites, que não querem ver a situação dos camponeses e *trabalhadores da terra*, retratadas e/ou cantadas, mesmo porque isso poderia ser demasiado perigoso. Daí se percebe, claramente, o conteúdo político-ideológico presente nas manifestações culturais e artísticas atribuídas aos *trabalhadores da terra*. Engraçado, essas formas deturpadoras do cotidiano desses trabalhadores continuam sendo propagadas e aceitas por amplas parcelas da sociedade, inclusive, pelos trabalhadores que, estranhados, ainda não se libertaram das formas de controle do capital. Diversas pesquisas nas áreas *cerradeiras* apontam a negação do trabalho, pois sequer mencionam os conflitos existentes e/ou mesmo a situação de pobreza e miséria em que viviam e vivem esses trabalhadores.

[...] não apenas o trabalho, mas até mesmo os diferentes produtos das estações – tudo é negado ou obscurecido pela mistificação elogiosa: abundância inata, ‘delícias naturais’. Chamar isto de ordem natural é uma deturpação da linguagem. Pois tais poemas não são descrições da vida rural, e sim, elogios sociais, as hipérboles tão familiares da aristocracia e seus agregados. (WILLIAMS, 1989, p. 53-54).

A forma com que o trabalho no campo é retratado pelos poetas e romancistas é reinventada com outras características, quando pesquisadores e “homens de letrados” descrevem o sertão brasileiro, particularmente o interior, tardiamente inserido nos interesses do centro político e econômico do país. Há uma mistura de espanto e admiração pelo homem do sertão. Ao mesmo tempo que é rude, ignorante, preguiçoso etc., essas características dão-lhe coragem, força, bravura e resistência. Mas parece haver uma preocupação em retratá-lo de forma a desconsiderar toda a sua vivência e experiência, pois

enaltecem o modo de vida exótico, sem apontar e/ou respeitar as diversas formas sociais existentes.

Ser sertanejo está diretamente vinculado ao campo. Mas no caso goiano – uma sociedade fincada e entranhada na terra, parcela dos cidadãos, parte intrínseca dessa sociedade, se considera sertaneja, pois experienciam e vivenciam as agruras e as belezas do sertão e se orgulham de dizer que são sertanejos, expressando a constituição de *identidades sertanejas*, frente ao novo, ao civilizador, *àquele que nos olha de forma estranha e assustada*. A modernização da agricultura, enquanto representação social, elaborou discursos de que o arranjo espacial precisava ser modificado para assegurar comodidade e conforto ao sertanejo e, para tanto, não havia dúvida quanto à necessidade de introduzir as novas técnicas e o modo de vida urbano e industrial no “sertão”.

Mais, era necessário tirar a terra dos camponeses e as condições de reprodução dos *trabalhadores da terra*; separá-los das condições de sua existência autônoma e “libertá-los” para irem às cidades, pois lá teriam acesso à educação, a saúde, ao lazer e a todas as coisas boas que os homens da cidade julgavam importantes e essenciais para a cidadania. O que se queria, na verdade, eram braços baratos, em grande quantidade, convertidos em força de trabalho e bons consumidores, para que cada vez mais enchessem as *burras* dos agentes do mercado. É a transformação do *trabalhador da terra* em um trabalhador para o capital.

A contradição capital x trabalho é transposta para as concepções sociológicas de atraso e moderno, compreendendo sertão e litoral como pares díspares, sendo que cabia à todos, indistintamente da condição de classe e dos interesses postos, esforços para efetivar o progresso. Progresso que se materializava mediante as demandas do capital, portanto, progresso do capital e para o capital. De acordo com Thomaz Júnior (2001), a incorporação do progresso-técnico-científico nada mais é do que a adoção do progresso das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho.

A origem dos estereótipos – na verdade construções sócio-culturais – encontra-se de certa forma na gênese da sociedade brasileira e sua espacialização, segundo a concepção litorânea de ocupação do território. Sabe-se que outras questões estão presentes nessa atitude reelaborada pelos sulistas – portadores do progresso – e internalizada pela população local, mas esse assunto será tratado mais adiante.

Interessante observar a validação desse discurso pelo Estado. Primeiro, a necessidade de trazer os sulistas; e, segundo, a afirmação dos estereótipos como forma de

justificar as seqüelas provocadas pela modernização da agricultura (desemprego no campo, inchaço das cidades etc.). Distribui a responsabilidade do êxito para os sulistas e, conseqüentemente, do empobrecimento para os nativos – camponeses e *trabalhadores da terra* – sem apontar evidentemente as reais razões que possibilitaram o sucesso dos empreendimentos empresariais rurais dos sulistas nas novas terras.

As diversas (re)definições da relação cidade-campo promoveram na área da pesquisa, a territorialização da civilização urbana e industrial, diante da conformação que melhor traduziu, na contemporaneidade, o sistema sociometabólico do capital nesses territórios – as empresas rurais.

II.5 As Transformações Espaciais: “Leituras” de Goiás

A descoberta da historicidade do espaço foi de grande relevância para os estudos geográficos nas últimas décadas. Qualquer pesquisa que se proponha a compreender as tramas espaciais, os desenhos societais, carecem da necessidade de recorrer a processualidade histórica. Para tanto, não basta recorrer aos eventos históricos e organizá-los de forma cronológica, aliás, essa leitura do tempo não é histórica. Pensa-se que para compreender o passado, ainda que não distante, há que se recorrer ao presente, enquanto possibilidade de entrada em um mundo a ser *des-velado*.

É necessário perceber o *olhar do sujeito que olha* para não cair nos mitos e na legitimação dos estereótipos sobre a sociedade e a cultura locais e regionais. Daí que, para compreender as diversas relações que envolvem a atual estrutura agrária e as relações sociais de produção e de trabalho, torna-se necessário decifrá-las historicamente. Esse olhar, de forma sucinta, tenta perceber os usos e as formas de exploração da terra e as construções teórico-metodológicas (categorias e conceitos) que cimentaram as necessidades do capital na trajetória de incorporação das áreas de Cerrado ao circuito produtivo mundial.

A preocupação em analisar as abordagens acerca das noções de decadência sobre a economia goiana, no período da mineração, faz com que se perceba, em cada momento, categorias explicativas que tentavam legitimar a imposição das idéias oriundas dos centros econômicos, situados no litoral, que reelaboravam as concepções européias internalizadas pelos intelectuais elitizados da sociedade brasileira.

Em acordo com Chaul (2001), quando menciona que a decadência tornou-se a leitura hegemônica de Goiás, inclusive aceita e validada pelos goianos, que incorporaram em suas subjetividades as leituras sobre Goiás e não de Goiás. Entretanto, há discordância quando se diz que as duas épocas histórico-econômicas, a mineratória e a agropecuária quase não se diferenciaram. Isso nos parece bastante precipitado, pois eram sociedades espacialmente organizadas de maneira diferente. A sociedade mineratória com atividades, predominantemente urbanas apresentava um ordenamento do território baseado nos núcleos auríferos que se organizavam a partir das redes (trilhas, caminhos) que interligavam as minas aos maiores centros citadinos do país. Já a sociedade agropastoril, especificamente com atividades rurais, trazia em seu bojo novas formas de apropriação da terra e distintas relações de trabalho, diferentemente da escravidão, hegemônica na mineração, e centrava o ordenamento territorial a partir das fazendas tradicionais; as poucas áreas urbanas que subsistiram permaneceram como núcleos político-administrativos e entrepostos comerciais.

As transações comerciais e a difusão das informações eram muito mais intensas na atividade mineratória. A vida urbana era algo presente possuindo como essencialidade o intercâmbio, a troca, a esperança, o futuro. Outro aspecto a ser destacado é a própria natureza das relações sociais de produção e das relações sociais de trabalho. Na agropecuária “não havia” escravos, pois o trabalho era um consorciamento do trabalho livre e de relações não-capitalistas de produção (posseiros, meeiros, parceiros, agregados, retireiros, vaqueiros, camaradas etc.).

A partir do final do século XVIII, com a crise da atividade mineradora diante do esgotamento das lavras auríferas houve intensa mobilidade geográfica. A crise da mineração em Goiás promoveu intensas migrações para outras Províncias e uma parcela daqueles que ficaram passaram a se dedicar às atividades agropecuárias. A mudanças econômicas acarretaram um “esvaziamento” do poder político, propiciando que a maioria da população pobre ocupasse terras devolutas, distantes dos centros urbanos, uma vez que as melhores terras e aquelas bem servidas com infra-estrutura estavam sob controle dos administradores provinciais e seus aliados – os latifundiários pecuaristas, agora, fortalecidos pelo domínio de grandes extensões de terras e pelo controle do aparato estatal.

A pecuária em Goiás foi secundarizada no auge das atividades mineratórias, mas ainda assim, importante atividade e essencial para a manutenção das demandas postas pela mineração (alimentos, transporte, vestuário etc.). O gado ligava Goiás a várias regiões do país, sendo importante nas cotas de exportações goianas, intensificadas após a exaustão dos aluviões auríferos.

Indiferente às dificuldades de transporte, o gado, que se autotransportava, estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas e São Paulo. Rompia barreiras, desconhecia léguas de distância e mesmo abaixo do peso, entre a sede e a fome, ampliava um comércio que, cada vez mais, trazia bons rendimentos para Goiás. (CHAUL, 2001, p. 94).

O Planalto Central tornou-se grande criatório, mesmo considerando as deficiências de sais minerais, pois a vegetação nativa⁴⁶ possibilitava pastagens naturais, mas não assegurava a manutenção do peso. Outro problema era o emagrecimento do gado durante a viagem em direção ao Oeste de São Paulo (frigoríficos), que poderia durar até meses. O gado tornou-se a moeda goiana e o principal interesse do capital nessas terras, se evidenciava através da ampliação das fazendas de criação. Mais tarde – meados do século XIX – se intensificaram as migrações para o Triângulo Mineiro e sul de Goiás, atraídas pelas terras abundantes e férteis que passaram a ser ocupadas, principalmente por camponeses e *trabalhadores da terra*, expulsos pela expansão da cafeicultura e pelo esgotamento dos solos em antigas áreas produtoras⁴⁷. Mas, é com a chegada dos trilhos de ferro (início do século XX) que o Sudeste Goiano se integra aos centros econômicos do país, tornando-se área de grande interesse para os migrantes, principalmente, proprietários rurais, profissionais liberais, comerciantes, cerealistas, dentre outros.

A incorporação de Goiás ao centro-sul se efetivou no início do século XX com a chegada dos trilhos no Sudeste Goiano. Até então, o grande problema para o crescimento da atividade agrícola era o transporte, uma deficiência secular que dificultava a produção agrícola fazendo com que a pecuária fosse a atividade prioritária. Quase sempre, os agricultores colhiam apenas para atender as demandas da família e/ou o suficiente para comercializar nas feiras locais. Os custos com o transporte, ensacamento e outros superavam o preço do produto colhido transformando a agricultura comercial uma atividade inviável.

A expansão das atividades agropecuárias para essas áreas foi acompanhada de intensa migração e reavivamento das aglomerações urbanas, principalmente aquelas que tinham sido criadas nas rotas do ouro e/ou do gado. O objetivo da incorporação das novas

⁴⁶ Normalmente as pastagens compunham-se de capim jaraguá e meloso, nativos nas áreas férteis (áreas de cultura).

⁴⁷ A crise da cafeicultura desencadeou a “ocupação” das terras do oeste impulsionando a incorporação das áreas mais férteis das áreas de Cerrado (terras de cultura), solos às margens dos cursos d’água e com vegetação florestada. Eram as lavouras de derrubadas: após a retirada e a queimada da mata se plantavam as sementes sobre as cinzas, até que esses solos perdessem a fertilidade, sendo abandonados para que se recuperassem naturalmente.

terras era claro: promover o desenvolvimento de uma agricultura comercial, capaz de fornecer alimentos mais baratos para os centros urbanos emergentes, absorver os excedentes populacionais liberados pela crise da cafeicultura e ampliar o mercado consumidor.

Pedrosa (2001) baseando-se em pesquisas documentais, aponta as mudanças decorrentes do “surto desenvolvimentista” vivenciado em Catalão após a chegada da ferrovia.

[...] em 1912, inauguração da Estrada de Ferro Goiás; em 1921, fundação do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, dirigido pelas freiras Agostinianas; 1932, instalação de uma destilaria de álcool carburante e construção do campo de aviação; 1936, instalação de uma Usina Hidrelétrica no Ribeirão Pirapitinga para servir as indústrias Margon (abate de gado e curtume) e a cidade. Ainda em 1936, apresentava, aproximadamente, a existência de 80 firmas comerciais e industriais. (2001, p. 35).

Por outro lado, como decorrência das necessidades da produção de gêneros alimentícios, camponeses-posseiros⁴⁸ tomam a terra com o intuito de assegurar a sobrevivência de suas famílias, intensificando a produção camponesa. Na área da pesquisa, os camponeses que não possuíam o título da terra (a maioria) foram sendo empurrados para as áreas mais distantes da ferrovia, pois ao longo desta, a especulação fundiária tornou os preços da terra elevados e, portanto, de acesso restrito àqueles que possuíam terra, influência política e força de mando, ou seja, os coronéis latifundistas.

Aos “desordeiros da fé”, homens sem posse, severinos de morte e vida das terras sonhadas, restavam áreas distantes dos centros urbanos. Terras devolutas recebiam ranchos de arquiteturas sertanejas, símbolos de posse, marcas da ocupação fincados na imensidão de Goiás. (CHAUL, 2001, p. 92).

Os fatores elencados evidenciam o movimento do capital em busca de espaços que pudessem ser apropriados pelo capital mercantil e industrial. Esse processo ocasionou a transição da subsunção formal para a subsunção real, através da captura de áreas que, hegemônicas, pela agricultura comercial apresentavam alterações expressivas nas relações sociais de produção e de trabalho. O crescimento urbano, a crescente demanda pelo setor de serviços e a agroindustrialização transformaram e reelaboraram as relações de produção, implementando o assalariamento.

⁴⁸ O termo camponeses-posseiros se refere aos *trabalhadores da terra* que não possuem a titulação da terra (escritura), porém, vivem e sobrevivem do labor na terra. Mesmo quando desterritorializados, buscam na reterritorialização, a alternativa para terem novamente a posse da terra e/ou engrossam as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

A dinamização da agricultura, impulsionada pela Estrada de Ferro, alterou a correlação de forças políticas, culminando em fraturas na estrutura de poder. Os proprietários rurais que se dedicavam a agricultura intensiva e comercial passaram a exigir maior participação no aparato do Estado, até então controlado pelos pecuaristas. Essa oposição se materializou em 1930 – Revolução Varguista – com a retirada da família Caiado⁴⁹ do poder, mediante uma aliança entre os grandes agricultores, comerciantes e políticos alijados do poder estadual, precisamente das regiões sul e sudoeste que se juntaram para defender os “novos interesses modernizantes”.

A compreensão de Goiás, partilhada pela maioria dos estudiosos goianos, expressa a intencionalidade de que a “leitura” mais importante do território é aquela apontada pelo capital. É como se não existissem classes sociais, produção, vida nesses lugares antes da chegada do grande capital. Não se pretende resgatar os *áureos tempos, as tradições, os valores dos antepassados*, embora se saiba que são importantes. O que se quer dizer é que as leituras geográficas que o capital fez sempre priorizaram as grandes obras, os grandes feitos e investimentos, os grandes equipamentos técnicos, não considerando os impactos e os desdobramentos dessas ações para o meio social e, tampouco, para os trabalhadores.

Quanto à ação política dos trabalhadores, principalmente dos camponeses e *trabalhadores da terra*, existe uma tentativa de ridicularizá-las. O distanciamento e a assimilação do discurso oficial, que reforça sutilmente os estereótipos construídos na histórica submissão do sertão aos interesses do litoral, da civilização urbana e industrial em relação à roça, ao caipira, configura o camponês como truculento, inculto, avesso às mudanças, aquele que necessita ser civilizado e, paralelamente, enaltecem a figura do portador do progresso, aquele que chega e traz as inovações técnicas e tecnológicas. Os camponeses e *trabalhadores da terra* ficaram reduzidos aos estereótipos de caipiras, reforçados pelos personagens dos programas humorísticos da televisão brasileira.

A chegada dos trilhos propiciou uma recomposição de classes dominantes na região, pois parcela da elite local passou a se dedicar às atividades comerciais e urbanas. O pacto de poder é reelaborado, mas continua sustentado na e pela oligarquia. Essa oligarquia, antes composta exclusivamente por latifundiários, incorporou outros segmentos sociais

⁴⁹ A família Caiado mandou em Goiás de 1912-1930, período da República Velha. A dominação política coincidiu com a implantação e a consolidação dos trilhos da Estrada de Ferro. A família assumiu o poder com o declínio dos Bulhões (1912) e manteve a liderança até 1930. Foi marcado pela violência e fraude, pois no período o voto era aberto, sendo manipulado através da força dos coronéis (voto de cabresto).

(comerciantes, industriais, cerealistas, profissionais liberais etc.) e de latifundiários modernos⁵⁰, conceito formado por palavras que são na essência contraditórias.

A elite local, geralmente formada, em pequenas cidades, por algumas famílias donas de grandes propriedades rurais, domina a política dessas localidades e impõe, de forma dissimulada e/ou utilizando a força, sua visão de mundo (imposição ideológica) para permanecer no poder. Mas, a partir do momento em que ocorre um crescimento econômico, social e demográfico dessas pequenas cidades, gerando um maior intercâmbio comercial e um maior fluxo de pessoas e de informação, essas velhas oligarquias, para se manterem no poder, modernizam-se associando-se a membros das camadas urbanas. (SILVA, 2000, p. 18).

A construção da Estrada de Ferro alterou a dinâmica societal em Catalão e no Sudeste Goiano, pois a cidade se beneficiou da condição de “ponta dos trilhos” e organizou a produção agrícola e industrial em função da posição privilegiada para os investimentos do capital. “Segundo dados do censo de 1920, a população goiana era de 511.991 habitantes, ou seja, mais que o dobro da população de 1900. Catalão tornou-se o município mais populoso do Estado de Goiás com uma população de 38.574 habitantes”. (SILVA, 2000, p. 38). Isso vai até aproximadamente os anos 1940, quando os trilhos chegam a Anápolis, que passa a exercer essa função promovendo uma relativa estagnação nas atividades comerciais e industriais em Catalão.

A ferrovia acelerou o processo de alteração das relações de poder com a chegada maciça de migrantes (comerciantes) e do capital industrial que passou a investir em atividades agroindustriais (charqueadas, curtumes, laticínios, sapatarias etc.). O incremento da atividade agrícola, principalmente com o cultivo do arroz no Sudeste Goiano foi algo extraordinário. Esse processo fez com que surgissem “novos ricos”, principalmente comerciantes, atravessadores, que passaram a controlar, em aliança com os proprietários de terras tradicionais, o poder. É a emergência de uma elite urbana que se apropria do excedente na circulação, mas que quase sempre possuía investimentos em propriedades fundiárias.

A presença do capital industrial se efetivou a partir da instalação de agroindústrias, cerealistas, atividades de armazenamento, dentre outras, alterando sobremaneira as relações sociais de trabalho, configurando um processo crescente de

⁵⁰ O latifúndio é o que se tem de mais arcaico e retrógrado enquanto modalidade de apropriação da terra e, principalmente, pela perspectiva política conservadora e tacanha que representa. Já o moderno é a modernização das formas de produzir hegemônicas pelo capitalismo industrial e financeiro que, paradoxalmente, tem no latifúndio um importante aliado. É nesse sentido que se utiliza a expressão *latifúndio moderno*.

proletarização. Além disso, a construção da ferrovia demandava grande número de operários, desses muitos eram contratados na própria região, intensificando o assalariamento

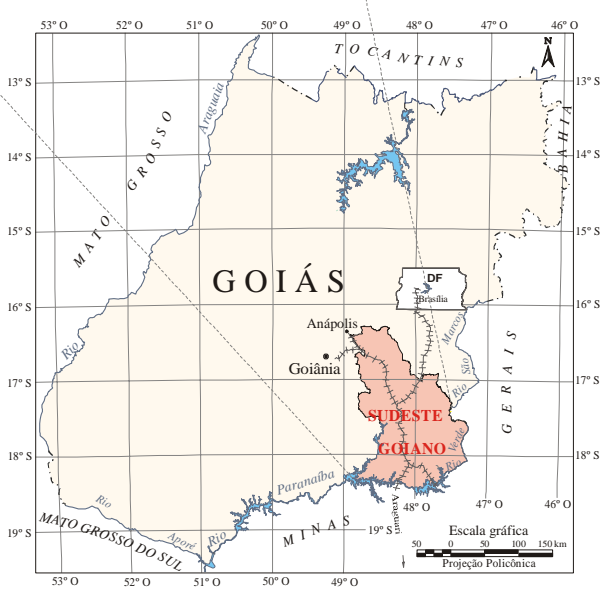
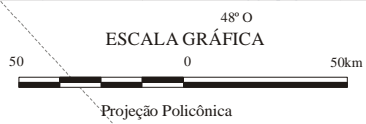
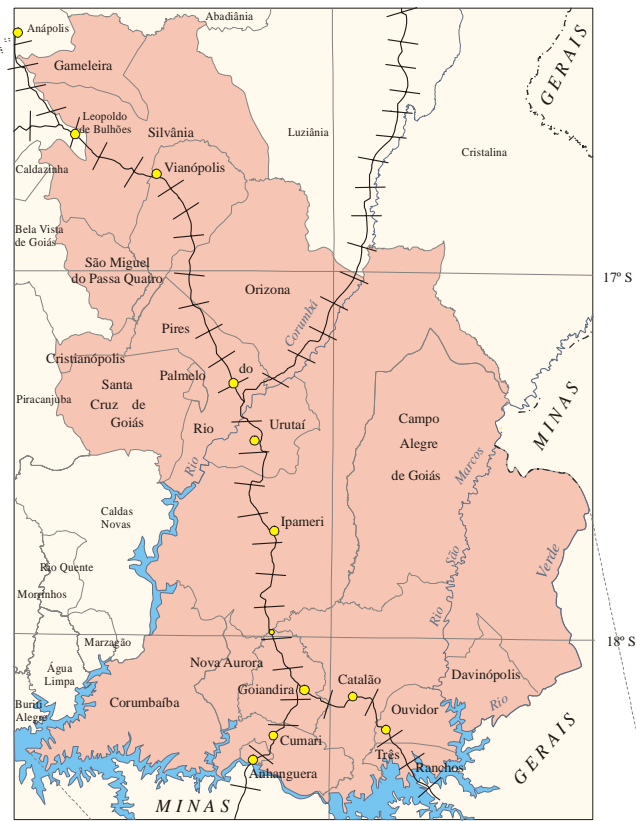
Ressalte-se que, economicamente, a pecuária goiana subsidiava o comércio de gado de Minas e São Paulo através de seus campos de cria. Estas citadas regiões eram, muitas vezes, locais de engorda do gado goiano, propiciando que ali se instalassem charqueadas e frigoríficos. Quando em Goiás as principais charqueadas se instalaram, foi a cidade de Catalão o local escolhido, justamente na divisa com Minas Gerais. (CHAUL, 2001, p. 98).

A chegada da ferrovia e o traçado planejado para ser concluído até a capital do Estado de Goiás (a época Cidade de Goiás) possibilitou um novo ordenamento territorial na região que se convencionou denominar como Região da Estrada de Ferro (Figura 02). As cidades goianas atingidas pelos trilhos foram Anhanguera, Cumari, Goiandira, Catalão, Ipameri, Urutaí, Pires do Rio, Vianópolis, Leopoldo de Bulhões, Goiânia, e Anápolis possibilitando um rearranjo espacial diferenciado, na medida que essas áreas, iam sendo influenciadas pela via férrea.

Sobre as transformações espaciais no Sudeste Goiano devido à chegada dos trilhos, Melo (2003, s/p), coloca:

[...] passou a ocorrer a exportação direta de parte dos produtos, reduzindo o comércio intermediário; as cidades servidas pela linha férrea se “reurbanizaram” e passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalista, como energia elétrica (a cidade de Catalão, em 1920, contava com projeto de iluminação pública e de rede de esgoto), cinema (em 1915 inaugurou-se, em Ipameri, o primeiro cinema de Goiás), agência do Banco do Brasil (Ipameri, em 1921, recebeu a primeira agência do Banco do Brasil), telefone e telégrafo; e foram implantadas indústrias ligadas a produção rural como, charqueadas, indústrias de couro, banha, de beneficiamento de arroz e engenhos.

FIGURA 02 - ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS (PRINCIPAIS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS) - SUDESTE GOIANO



FONTE:
 Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO. Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).
 Brasília em trilhos. De Catalão a Brasília. Mapa disponível in: <http://www.brazilia.jor.br/trilhos/mapas/wac310goiania.jpg>. Acessado em 24/08/2004.
ORGANIZAÇÃO:
 Marcelo Rodrigues Mendonça
Cartografia digital:
 Loçandra Borges de Moraes

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 TESE DE DOUTORADO
 ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior
 ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

Gomes (1965) aponta a importância do espaço e da posição geográfica de Goiás no território nacional. Considera relevante o fato da *geografia goiana* possibilitar o contato com todas as regiões, além da existência de fartos recursos naturais, o que facilitava o intercâmbio comercial e a utilização variável da terra. Destaca a importância geográfica do território do Sudeste Goiano: “Exemplo elucidativo temos no papel exercido pela nossa fronteira sudeste no carreamento do progresso trazido pela criação de estradas e ocupação agro-pastoril da citada região”. Gomes (1965, p. 15-16). O conceito de espaço ainda é algo próximo à herança kantiana, que o compreende como a geometria da terra. Esse conceito apresenta uma significativa relevância, pois é uma abordagem geográfica que busca situar Goiás no contexto da economia brasileira e mundial. Percebe-se na leitura de Gomes (1965), uma forte esperança no progresso que deveria ser trazido para essas terras a partir do desenvolvimento da infra-estrutura e do incremento à produção.

Em 1950, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE), Goiás possuía 88,9% da população no campo. Grande parcela da população dedicava-se às atividades agropastoris, com destaque para a agricultura camponesa e comercial, mais expressiva nas áreas atravessadas pelos trilhos, notadamente no Sudeste Goiano.

A meu ver, a lavoura, muito embora não seja a atividade principal do Estado, expressa e reflete a condição de progresso/atraso das diferentes regiões goianas, além da ligação delas com o mercado nacional ou não. O sul, próximo a Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e a São Paulo, é por onde passa a via-férrea, ligação do Estado com o mercado nacional; note-se que os dois municípios goianos de maior produção agrícola (Catalão e Corumbahyba) estão no limite com Minas Gerais. (CAMPOS, 1987, p.28-29).

A discussão apontada denota a incorporação do Sudeste Goiano, ao capital industrial nacional e internacional, diferenciando-se sobremaneira das outras regiões do Estado de Goiás. A partir dos anos 1930, outras áreas de Goiás passam a ter maior importância sócio-econômica, com a destacada presença do Sudoeste Goiano. A emergência da oligarquia sudoestina⁵¹ (1930), fez emergir conflitos diversos entre as várias frações da classe dominante, centrada nas atividades agropecuárias. Esse fato promoveu, inclusive, uma nova regionalização política e econômica em Goiás, possibilitando a concentração dos investimentos no eixo Goiânia – Anápolis e em algumas

⁵¹ Refere-se as oligarquias que apoiaram o interventor Pedro Ludovico (oriundo do Sudoeste Goiano), nomeado por Getúlio Vargas, que assumiu o governo do Estado de Goiás a partir de 1930, representando os interesses dos proprietários de terras (agricultores) e as novas categorias e trabalhadores (comerciantes, industriais, profissionais liberais etc.).

áreas do Sudoeste Goiano⁵². As outras regiões apresentavam-se à margem, mas o processo de acumulação se dava de forma clara, evidenciando a noção de funcionalidades diferenciadas (setoriais, regionais) mediante o padrão de acumulação, ainda que, essas áreas não apresentassem as formas mais avançadas do capitalismo.

Não é possível pensar o processo de acumulação sem mencionar as relações entre o Estado e o *bloco de poder* que, se configura, mediante a diferenciação existente entre os grupos dominantes. As frações da burguesia estão vinculadas à diversificação de capitais engendrada pelo aprofundamento da divisão interna do trabalho. Assim, qualquer alteração no padrão de acumulação promove alterações no *bloco de poder* que, atua decisivamente, para apontar novos caminhos, com o intuito de reafirmar e/ou negar o controle do capital sobre o trabalho.

A interpretação de Goiás, ainda hoje, está sob intensa disputa entre concepções e abordagens que expressam a pluralidade de ações e a densidade das discussões, todas relacionadas e/ou tendo sua gênese na propriedade da terra. Chaul (2001) ao pesquisar sobre o processo de transição da economia aurífera para a economia agropastoril em Goiás, discorda da noção de decadência presente na maioria das abordagens acadêmicas. A idéia de decadência está presente na maior parcela das interpretações sobre Goiás, graças às descrições efetuadas pelos viajantes que reafirmaram a abordagem européia.

O discurso da decadência é negado, todavia, em seu lugar, elegem o discurso do atraso e do isolamento, como forma de justificar a adoção dos modelos exteriores para possibilitar o desenvolvimento de Goiás. Mas o atraso não vigorava nessas terras. A pecuária e a agricultura comercial, em destaque principalmente nas áreas cortadas pela ferrovia, demonstravam que as condições sócio-econômicas que denotavam atraso eram elementos que asseguravam a acumulação de capitais através da significativa presença de relações não-capitalistas de produção. Sem se ater, de fato, às teses da historiografia goiana percebe-se que as construções sobre as noções de atraso, decadência, sertão, entre outras, apenas instrumentalizaram a “ocupação racional” e indiscriminada, desencadeada pelo capital através da modernização da agricultura que se materializou nas áreas de Cerrado a partir da década de 70 do século XX.

⁵² A primeira região do Estado de Goiás a incorporar a modernização da agricultura (a partir da década de 1970) foi o Sudoeste Goiano, que apresentava condições locais favoráveis, tais como: proximidade geográfica com os mercados do centro-sul; tradição na atividade agropecuária com a presença de latifúndios; uma elite agrária voltada para a absorção das inovações; pouco adensamento populacional no campo; que facilitava a incorporação das terras, quase sem resistência por partes dos camponeses e *trabalhadores da terra*. Esses fatores associados às políticas creditícias e fiscais para a “ocupação racional” das áreas de Cerrado e a construção da infra-estrutura necessária, fizeram dessa região, o “portal” de entrada da modernização da agropecuária em Goiás e para grande parte do centro-norte brasileiro.

II.6 As Tramas Espaciais: Capital e Trabalho no Sudeste Goiano

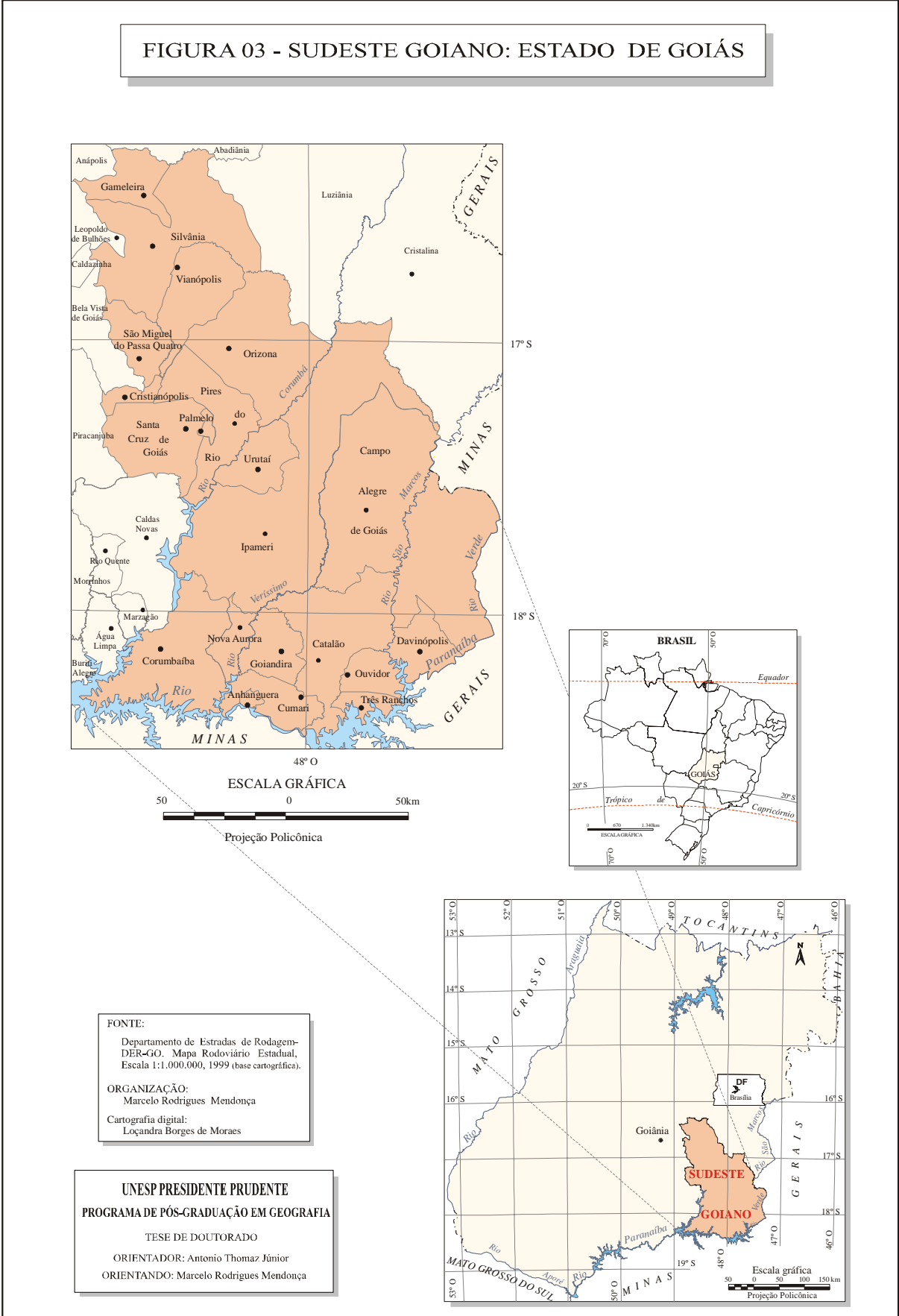
O Sudeste Goiano apresenta, historicamente, um processo de “ocupação” diferenciado em relação ao restante do Estado de Goiás, devido a sua incorporação aos mecanismos de controle do capital, ainda no século XIX. Esse fato, acelerado com a instalação da ferrovia, no início do século XX, promoveu uma (re)arrumação espacial, alterando substancialmente as formas de produzir e as relações sociais de trabalho, que são novamente (re)arrumadas a partir dos anos 1980.

Geógrafos como Lima (2003), Ferreira (2003), Deus (2002), Inocêncio (2002), Silva (2002), Mendes (2001), Pedrosa (2001), Silva (2000), Moya (2000), Bueno (2000), Avelar (1999), Mendonça (1998), Chaves (1998), Mesquita (1993), entre outros, sob diferentes aspectos, pesquisaram as realidades geográficas no Sudeste Goiano. Suas pesquisas revelaram as múltiplas formas de produção e organização espacial decorrentes da incorporação dessas áreas ao circuito produtivo nacional e mundial, conhecendo por dentro os diversos territórios construídos nas *áreas cerradeiras*.

Todavia, não enfocaram os desdobramentos dessas ações sobre os trabalhadores, a não ser, isoladamente, como informação secundária, onde essa preocupação aparece distanciada do propósito de perceber a relação capital x trabalho como o elemento essencial na produção do espaço. Isso não diminui a importância dessas pesquisas, pois as contribuições dos pesquisadores são fundamentais para a compreensão do Sudeste Goiano, seja da relação cidade-campo, da questão ambiental, da produção do espaço urbano, da polarização regional (indústria, serviços etc.), entre outras.

O Sudeste Goiano caracteriza-se como região político-administrativa do Estado de Goiás (Figura 03), apresentando singularidades históricas e geográficas que nos anima a manter a referida delimitação territorial como recorte analítico para a pesquisa proposta. Prioriza-se as leituras realizadas por geógrafos, historiadores e economistas para caracterizarmos suas tramas, suas formas, seus conteúdos e os desdobramentos territoriais decorrentes da incorporação dessa área pelo capital mercantil, industrial e financeiro, conforme as mudanças históricas ao longo do século XX.

FIGURA 03 - SUDESTE GOIANO: ESTADO DE GOIÁS



Em vários momentos dessa pesquisa nos referimos a Catalão. A ênfase se deve a importância econômica desse município, que acabou influenciando, sobremaneira, o Sudeste Goiano. “A área de influência de Catalão vai além dos municípios circunvizinhos. A cidade influencia, ademais, alguns municípios que formam parte de outras microrregiões”. Moya (2000, p. 164). Historicamente território de passagem entre as minas auríferas goianas e as cortes imperiais, aos poucos se tornou zona de criação de gado (pecuária extensiva) e de agricultura camponesa, hegemônicas pelo capital mercantil. A criação de gado era a atividade mais importante, notadamente, em grandes extensões de terras – latifúndios – geridos, pelos grandes proprietários rurais nos moldes da economia e da sociedade senhoriais e mantinham o controle ferrenho sobre os trabalhadores (ex-escravos, parceiros, meeiros, agregados etc.) reforçado pelas relações de compadrio e pelas práticas coronelistas.

A chegada dos trilhos promoveu uma efervescência econômica, política e cultural, fazendo de Catalão uma das mais importantes cidades goianas. A recomposição de classes, decorrente da Revolução 1930 e a prioridade ao rodoviarismo, paulatinamente, propiciou um reflexo dessa região que, novamente, é incorporada ao cenário econômico do país a partir da construção de Brasília e da BR-050. Logo depois, a exploração das minas de fosfato e nióbio (década de 1970) e a “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de chapadas pelas empresas rurais, “devolvem” a Catalão, a condição de município em ascensão. Dessa forma, a *geografia do Sudeste Goiano* apresenta uma importante localização geográfica, sendo fundamental para a logística, a existência dos meios de transportes e infraestrutura, possibilitando amplas perspectivas para o processo de “ocupação” do território, precisamente das áreas de chapadas.

A dinâmica do capital provocou bruscas diferenças entre a população rural e urbana em Goiás que sofreu forte inversão a partir da década de 1970, explicitando a natureza desagregadora com que se consubstanciou a modernização agropecuária no Cerrado goiano. Isso pode ser observado pelas mudanças no perfil do trabalho conforme assevera Estevam (2003):

A ocupação da população comprova que o ponto de ruptura – de um Goiás “velho” para um Goiás “moderno” – deu-se na década de 1970 quando a indústria auferiu frações significativas da renda interna e o setor de serviços sustentou sua participação em função da acelerada urbanização regional. Tal fato pode ser também comprovado através da estrutura de ocupação e emprego da população ao longo destas últimas décadas. **Em 1970, 60,4 % da PEA em Goiás ainda estava voltada para a agricultura** (pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca); nas atividades industriais (transformação e construção) estava o correspondente a 8,9 % e nos serviços

11,5 % da PEA. **Em 1980, apenas 39,2 % da população economicamente ativa estava no setor agrícola**, 16,5 % no industrial e 18,6 % na prestação de serviços; a partir de então, a estrutura de ocupação foi se alterando gradualmente – na década – em detrimento do setor agrícola e em favor do setor industrial e de serviços. (ESTEVAM, 2003, p. 02). (Grifos nossos).

Ao observar o percentual da população economicamente ativa nos diversos setores, percebe-se uma diferença crescente na população que não aparece ocupada em nenhum dos setores formais da economia. Em 1970, tínhamos cerca de 80,8% da população ocupada; em 1980 esse percentual caiu para 74,3%, apontando a diminuição de 6,5% da população economicamente ativa. Daí subentende-se que a modernização da agricultura, iniciada no Sudoeste e transposta para o Sudeste Goiano, possibilitou uma brusca alteração nas ocupações e mais que isso, aumentou o percentual de trabalhadores que passaram a exercer atividades informais. A diminuição da PEA nas atividades agrícolas que, em 1970 era de 60,4% e, em 1980 era 39,2%, expressa a incorporação das *áreas cerradeiras* à agropecuária moderna, acarretando a expropriação de milhares de famílias que, não conseguindo emprego, foram atiradas no desemprego e/ou nas novas formas de trabalho, altamente precarizadas.

A modernização das atividades agropecuárias obteve significativo êxito na agricultura, devido à implementação das empresas rurais nas áreas de chapadas. Mas também na pecuária ocorreu a incorporação de novas técnicas e tecnologias (pastagens melhoradas, alimentação balanceada, inseminação artificial, seleção genética etc.), assegurando o crescimento das exportações de carne, leite e derivados. Assim, mesmo com o crescimento das atividades industriais e do setor de serviços, Goiás tem na agropecuária a sua sustentação econômica, pois uma parcela significativa do movimento comercial, bancário e de serviços possui origem e/ou são derivados diretos e indiretos das atividades agropecuárias.

Nesse sentido, a tese defendida por Estevam (1998), sobre a *modernização incompleta do território* é interessante, pois a modernização da agricultura se efetivou em “manchas” pelo espaço goiano, considerando as diferencialidades apresentadas pelas condições naturais e pela logística espacial impetrada pelo capital. Assim, a modernização ocorreu em diferentes territórios, expressando formas diferenciadas de apropriação do espaço, resultando em distintas territorialidades. A revolução agropecuária que modernizou Goiás, ainda está incompleta, pois deixou pequenos e médios produtores fora do processo, relegando culturas domésticas tradicionais e não atingindo grande parte do território. (ESTEVAM, 1998). As inovações técnicas e tecnológicas reduziram o tempo da produção e,

consequentemente, o tempo do trabalho, diminuindo bruscamente o quantitativo de trabalhadores nas atividades rurais.

A modernização do campo foi parcial e não poderia ser diferente, mas atingiu os objetivos propostos, assegurando novas formas de produção, incrementando a produção/produktividade e a reprodução ampliada do capital. Qualquer atitude modernizante é por sua natureza excludente, pois é a materialização das condições desiguais de reprodução do capital. A modernização conservadora da agricultura foi a materialização mais expressiva do capital nas áreas de Cerrado e, é, na sua gênese, excludente, pois estava/está em acordo com a “opção brasileira” de crescimento econômico. É a face mais visível da modernização capitalista e é condição para a territorialização das empresas rurais e das agroindústrias que conformam o espaço geográfico.

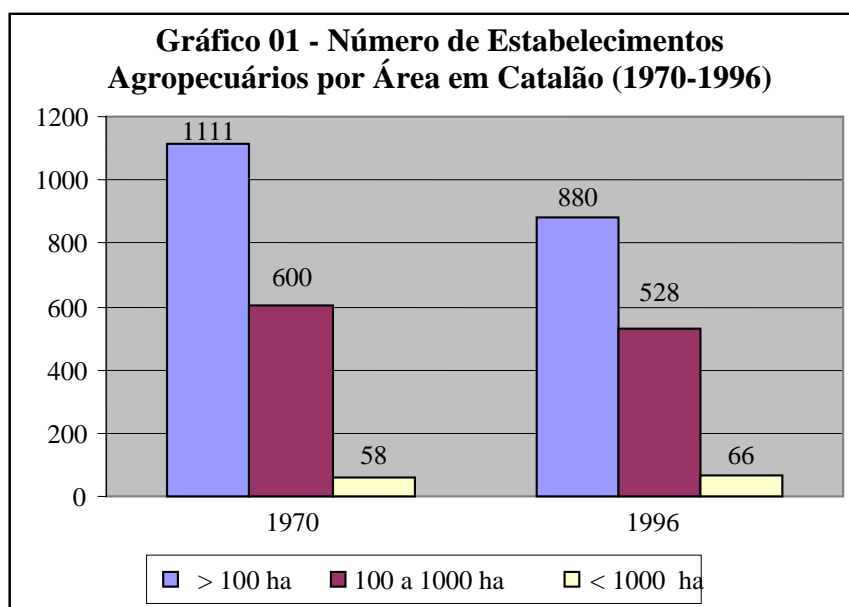
Não seria possível pensar na *modernização do território goiano por inteiro*, pois isso implicaria em aceitar a tese da *homogeneização espacial* e/ou da padronização a uma única forma de uso e de exploração da terra. Aceitar essa tese é incorrer em grave equívoco e não compreender devidamente a essência desigual e combinada, que move a reprodução do capital, sendo esta a condição para a acumulação, seja no espaço agrário brasileiro, seja nas áreas de Cerrado.

A redução do número de estabelecimentos rurais por área no Estado de Goiás foi muito significativa. Nas décadas de 1950 e 1960 as propriedades com até 50 hectares, haviam aumentado sua participação tanto em número como em área ocupada. A partir de 1970, os estabelecimentos com até 50 hectares diminuíram em ambas as modalidades, assim como aumentou o número de propriedades entre 100 hectares e 1000 hectares. Outra questão foi o aumento da área ocupada pelas classes de 2.000 a mais de 20.000 hectares, que apresentaram considerável expansão. Moya (2000) aponta de forma parcial os impactos na estrutura fundiária no município de Catalão – principal cidade do Sudeste Goiano – mediante a modernização da agricultura que expressa o processo de concentração das terras, a partir da década de 1970, como ocorreu em Goiás.

O processo de modernização da agricultura não se restringiu aos novos empreendimentos, tendo se verificado, também, nas áreas de estruturação antiga, inclusive nas de ocupação agrícola. Ele se fez acompanhar de vertente concentradora que elimina os pequenos estabelecimentos, frequentemente à margem dos incentivos creditícios associados à mudança técnica. Os dados referentes ao agregado regional mostram que, na década de 80, ocorreu redução de 14.754 unidades produtivas com menos de 50 hectares que não encontraram condições de sobrevivência em face da

reestruturação técnico-produtiva em curso no Centro-Oeste. (MOYA, 2000, p. 50-51).

No Sudeste Goiano e em Catalão esse processo não foi diferente, conforme o Gráfico 01, que mostra a diminuição significativa do número de estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares e uma relativa redução daqueles com até 1000 hectares, evidenciando a diminuição das pequenas e médias propriedades e o crescimento das grandes propriedades no município de Catalão. A redução das pequenas propriedades foi provocada pela reestruturação do modelo de produção no campo, inviabilizando a permanência dos camponeses e *trabalhadores da terra* que foram deslocados em direção ao núcleo urbano de Catalão a partir da década de 1980. (RELATÓRIO, 2004).



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no potenciamento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico, redundando em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade. Esses discursos precisam ser desmascarados e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições edafoclimáticas, as vivências e as experiências já construídas.

O estudo de Oliveira (2004)⁵³ nos mostra, amparado nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE), que são as pequenas unidades de produção que produzem a maioria dos produtos agropecuários⁵⁴. Enquanto representam 94,0% do número e 29,2% da área, se responsabilizam, considerando as lavouras temporárias: por 38,0% do rebanho bovino; 71,5% da produção do leite; 79,3% de ovos de galinha; 55,0% do algodão herbáceo; 78,5% do feijão; 92,0% da mandioca; 54,4% do milho em grão; 34,4% da soja em grão; 20,0% da cana-de-açúcar, sendo, pois, esse o único caso em que as grandes unidades (33,1%) superam as pequenas, com as médias representando 47,0%, assim como no caso do arroz em casca (42,7%), na soja em grão (43,7%); e na silvicultura⁵⁵ a base de 65,3%.

Para os produtos oriundos das lavouras permanentes, as marcas em favor das pequenas unidades de produção também são expressivas: 76,0% do algodão arbóreo; 85,4% da banana; 70,4 do café em coco. Tudo isso reflete na superioridade das pequenas unidades de produção (56,8%) no valor da produção (animal e vegetal), e também nas *commodities* (laranja, café e cacau), enquanto as médias detêm 29,6% e as grandes 13,6%. Em relação ao pessoal empregado, essas grandezas se repetem, pois de um total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades representam 87,3% e as grandes apenas 2,5%. É importante enfatizar que mesmo diante da superioridade das pequenas unidades, os latifúndios “escondem” a terra improdutiva, sabendo-se que, historicamente, o papel da grande propriedade no Brasil é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção, daí sua participação destacada no agronegócio. (OLIVEIRA, 2004).

O processo de modernização da agricultura se materializou de forma seletiva e excludente, disponibilizando aos empresários rurais, notadamente aos *sulistas*, fartos créditos, insumos e implementos agrícolas adequados, treinamento e orientação técnicas necessárias, infra-estrutura e condições para a comercialização. Era quase impossível não dar certo. Os problemas estariam a cargo da grande massa de despossuídos, que ficaram alijados da modernização da agricultura.

Os camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados e sem acesso aos avanços trazidos pela modernização se abrigaram nas áreas urbanas, passando a viver em condições muito precárias. Esses trabalhadores atendem às necessidades do capital (empresas

⁵³ Referimo-nos ao texto **Barbárie e modernidade**: o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

⁵⁴ Considerando-se, pois, a classificação dos estratos de área da Reforma Agrária, ou seja: menos de 200 hectares (pequenas); de 201 a menos de 2000 hectares (médias); e com mais de 2000 hectares (grandes).

⁵⁵ Considerando-se carvão vegetal (67,8%), madeiras em tora (55,1%) e madeira para papel, (73,1%).

rurais), ora como mão-de-obra barata no campo (trabalhadores temporários), como trabalhadores instáveis, informais, e à base de atividades domiciliares nas cidades, tornando-se o *exército industrial de reserva*, facilitando e estimulando a acumulação de capitais, a depender das habilidades apresentadas. Esses trabalhadores empurrados para as áreas urbanas são responsabilizados pelas mazelas sociais e morais, que se constituíram em enorme problemática nas pacatas cidades goianas, conforme o olhar das classes hegemônicas. Estrategicamente, as elites instituíram a *cultura da malandragem* para qualificar os *novos pobres*, culpando-os pela violência nas áreas urbanas e, mais recentemente no campo, diante da mobilização e organização dos trabalhadores sem-terra na luta pela reforma agrária e pelo direito a uma existência digna.

Essas elites alardearam a “civilização da soja”, que viabilizou o aproveitamento econômico do Cerrado, já que essas terras eram “improdutivas” e não apresentavam qualquer possibilidade de “progresso”, quando cultivadas por esses *nativos*. Conforme Silva (1991), em sua maioria, os camponeses e *trabalhadores da terra* eram tidos como empecilhos ao processo de incorporação dessas terras ao circuito produtivo mundial, atravancando as melhorias trazidas pelo progresso.

É assim que se desbrava e se efetiva a conquista do bioma dos cerrados, trazendo o inovador ciclo econômico da agricultura onde a soja é o destaque a ocupar mais um espaço brasileiro. Desse modo, a envolvente modernidade tecnológica da agricultura conseguiu substituir, na região, a roça ‘de subsistência’ pela roça mecanizada, o machado pelo trator, a enxada pelo arado e o estrume pelo adubo químico. Mas é assim também que o capitalismo se dinamiza e entra no campo produzindo desigualdades econômicas, sociais, culturais, ecológicas, etc., através do falso conceito chamado ‘progresso acelerado’. Diga-se de passagem: quem não se enquadra nesse esquema, transforma-se em sinônimo de atraso e ignorância. (SILVA, 1991, p. 143).

Essa mesma “civilização da soja” viabilizou um novo pacto social entre as classes hegemônicas, através das políticas públicas assistencialistas desenvolvidas pelo Estado, como forma de amainar os conflitos sociais e também de se perpetuarem no poder. Para formatar esse pacto social o Estado, pressionado pelas elites, implementou os mutirões da moradia e outras formas de assistencialismo, com o intuito de minorar os problemas causados pela acelerada mobilidade populacional do campo para as cidades. Associava-se a necessidade de “ajeitar” as condições de vida para os expulsos da terra e, paralelamente, potenciar essas ações para uma ação política, visando assegurar a aliança entre as *elites*

*históricas*⁵⁶ e os empresários rurais, perpetrando-se no poder as velhas oligarquias, travestidas de modernas, utilizando discursos progressistas e humanitários.

Em Goiás, nos anos 1980, foram construídas as Vilas Mutirões⁵⁷ que se tornaram parte da paisagem nas periferias das cidades goianas. Em Catalão e nas cidades circunvizinhas foram construídas centenas de moradias – Vila Teotônio Vilela, por exemplo, com o intuito de abrigar os *trabalhadores da terra* que, não possuíam, as condições mínimas de sobrevivência quando aportaram às periferias urbanas. Paralelamente, incentivava-se a vinda de mais migrantes, principalmente das áreas rurais através das políticas assistencialistas – *indigência assistida*⁵⁸ – patrocinadas pelo poder público.

Costa (1998) destaca a captura das práticas solidárias do campo – o mutirão – pelo Estado como forma de barganhar politicamente e assegurar a hegemonia dos agentes políticos (empresários urbanos e rurais, proprietários de terra etc.) no poder.

As primeiras cem casas foram construídas em regime de mutirão em Catalão no ano de 1984. O então governador do estado, Íris Rezende, já havia construído mil casas em um único dia em Goiânia e então começou a construir milhares delas por todo o estado. [...] O mutirão da casa própria trazia para a cidade uma prática rural e ao fazê-lo capturou a festa, a solidariedade e colocou-o como estratégia de programação em Goiás, um novo terrorismo, como foi visto, o mutirão como festa política e a instalação da reciprocidade casa = voto. (1998, 61-62).

A “acomodação dos conflitos” facilitava a incorporação das terras pelos sulistas e disponibilizava mão-de-obra abundante e barata para as indústrias mineradoras, agroindústrias e empresas rurais que careciam inicialmente de maior número de trabalhadores para “abrirem” as terras à agricultura intensiva e comercial. Castel (2003) ao discutir a

⁵⁶ Refere-se aos grandes proprietários de terras – latifundiários – que historicamente controlavam a terra e o poder político em Goiás. Paulatinamente, os filhos instruídos, foram se tornando a *elite pensante* e assumindo as tarefas administrativas e burocráticas, além de controlar o setor de serviços e se tornarem profissionais liberais, comerciantes, industriais, donos de cerealistas e de frigoríficos também fazem parte desses *seletos segmentos sociais*.

⁵⁷ Moradias construídas em regime de mutirão, com o apoio do Estado, que as cedia em regime de comodato para as famílias carentes. Normalmente, possuem de 40 m² de área construída, com paredes de lajota, comportando (04) cômodos, em terrenos com cerca de 250 m². Em apenas (01) dia, o Governo de Goiás construiu 1000 casas em Goiânia e em parceria com os futuros moradores, construiu outras milhares em diversas cidades goianas.

⁵⁸ A partir da década de 1980, Goiás se tornou um grande laboratório de políticas de “compensação social”, atendendo as demandas de milhares de famílias – camponeses e *trabalhadores da terra*, que, expulsas do campo, ocupavam de forma desordenada as áreas urbanas, principalmente as metrópoles (Goiânia e Brasília), mas também nas médias cidades goianas. A política clientelista conservava o estilo populista, como forma de amainar as possíveis convulsões sociais e consolidava o novo pacto social entre as velhas elites oligárquicas e os empresários rurais. O Estado acenava com estímulos fiscais e infra-estrutura assegurando a modernização conservadora da agricultura e, concomitantemente, acalentava os trabalhadores desterritorializados com políticas assistencialistas, perpetuando no poder as elites conservadoras.

condição de assalariado e o processo de emergência do Estado Social, aponta as políticas assistencialistas enquanto condição para assegurar a expansão do capital e, concomitantemente, amainar a situação dos indivíduos, considerados “flutuantes sociais” na estrutura social, povoando seus interstícios sem encontrar um lugar designado.

Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... – quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto que estão, o que vão se tornar? (CASTEL, 2003, p. 23).

Essas questões, aparentemente específicas da sociedade francesa são comuns à maioria das cidades mundializadas e principalmente às cidades brasileiras. Em Goiás, nas periferias urbanas amontoam-se as famílias de *trabalhadores da terra* desterritorializadas e vivendo sem perspectivas, conforme as condições descritas. Há uma *ausência do trabalho e/ou relações aleatórias com o trabalho* sob formas altamente perversas, que empurram esses trabalhadores para as atividades mais incertas, fazendo com que adotem *habilidades conversíveis*. Isso promove uma *indigência assistida*, para a qual a inexistência de recursos suscita um atendimento na forma de uma “proteção próxima”. Diferentemente dos programas assistencialistas formulados pela social-democracia europeia, o que se assiste aqui é a clara pactuação entre o Estado e os empresários, escudada pelas velhas e carcomidas oligarquias, que objetivam assegurar a perpetuação política e manter a estrutura fundiária intocada.

A acelerada urbanização do Estado de Goiás, acima da média brasileira, e da rapidez com que esse processo se efetivava, gerou as contradições que se territorializavam, fazendo surgir diversos movimentos sociais, que passaram a lutar pela terra, como condição para a cidadania. O envolvimento de diversos agentes políticos e sociais na luta contra o latifúndio e pela reforma agrária se espacializa e faz eco nos rincões do sertão goiano, agora tecnificado, mas ainda excludente, violento e autoritário. A urbanização acelerada em Goiás, atualmente a segunda do país, e o grande número de acampamentos dos sem-terras são consequências do recente processo de modernização da agricultura que expropriou milhares de famílias que viviam da terra.

A reestruturação produtiva do capital territorializada no Cerrado goiano a partir dos anos 1970, diante da intensificação da modernização capitalista na agricultura,

tendo como sustentação fundamental as atividades agropecuárias, passou a ser ordenada pelas empresas rurais escudadas nas políticas públicas. A materialidade e a subjetividade do trabalho se modificaram gerando de um lado, novas categorias de trabalhadores e, por outro, fazendo desaparecer algumas categorias, assim como os modos de vida considerados tradicionais. Novas sociabilidades passaram a fazer parte do cotidiano das famílias rurais que, residindo nas cidades, sem serem urbanas, passaram a vivenciar crises identitárias com desdobramentos sócio-culturais híbridos que ainda carecem de investigações e análises científicas.

II.7 A Modernização Capitalista nas Áreas de Cerrado em Goiás

A cidade teria como dever lançar as bases para modernizar o território todo; se planejada isso seria mais exequível: conduzida pelas mãos da ciência, calculada pela meticulosidade geométrica, cada espaço articulado formaria essa “máquina” modernizadora. Por isso, vale repetir, Goiânia surge para antecipar a modernização conservadora de que, mais à frente, dará passos largos à consolidação com as novas técnicas e o novo padrão territorial [...].

(CHAVEIRO, 2001)

A “ocupação” da América pelos europeus no final do século XV, possibilitou a universalização do modo de vida e dos comportamentos centrados na parte ocidental européia. Ao descobrirem os outros, os europeus elaboraram formas de controle e dominação a partir do reconhecimento de si mesmos. O pensamento moderno europeu se consolidou e, se colocou, a si próprio como um saber superior e universalizante, qualificando todos os outros saberes como locais, regionais e provincianos. É no contato com a América e com a África, que o europeu se descobre branco para se distinguir do índio e do negro e, depois, se descobre europeu, se distinguindo da América e do mundo muçulmano. As regiões geo-culturais do mundo começam a se desenhar com suas assimetrias características – civilizado e bárbaro. (GONÇALVES, 2004).

A noção de civilização surge para contrapor o mundo europeu ocidental do restante ao mundo não-europeu. Essa concepção de civilização implicou na necessidade de aculturar o outro; desbravar os sertões distantes e possibilitar que os *povos selvagens* tivessem acesso aos bens culturais europeus. A idéia de modernidade surge associada à de

colonialidade. “[...] a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade”. Gonçalves (2004, p. 02).

A conceituação de modernização e/ou daquilo que se considera moderno, costumeiramente possui como matriz explicativa a adoção das inovações técnicas e tecnológicas, que se efetivam enquanto transmutação do progresso das “áreas mais desenvolvidas para as áreas menos desenvolvidas”. Entretanto, não se problematiza sobre as razões e os motivos que permeiam o deslocamento do capital, reforçando a ideologia pragmática dominante.

Em vez disso, reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países ‘capitalistas avançados’, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do ‘Terceiro Mundo’ na situação de dependência estrutural podem ser ‘universalmente difundidos’ de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da ‘modernização’ e do ‘livre-mercado’. (MÉSZÁROS, 2002, p. 39).

A modernização capitalista é condição fundamental para compreender as transformações sociais e espaciais das áreas de Cerrado, na medida em que pode ser compreendida enquanto a *modernização do território* goiano, precisamente das áreas meridionais⁵⁹, com destaque para o Sudeste Goiano. A incorporação dos *territórios goianos* aos interesses dos centros hegemônicos nacionais e internacionais revelou um processo de *hibridagem*, resultante da imposição das inovações técnicas e da força da tradição (valores, manifestações sociais e religiosas, modos de vida etc.), produzindo singularidades.

A especificidade de Goiás está exatamente nesse processo de construção do espaço que requalifica as relações sociais, econômicas, políticas e culturais a partir da *modernização do território*, sem, contudo, alterar a estrutura fundiária, altamente concentrada e as relações autoritárias de mando que ainda permanecem, principalmente no que tange ao tratamento dispensado aos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. A produção das singularidades assegura a profícua complexidade das tramas sociais envoltas na produção dos territórios. Santos; Silveira (2003, p. 93) destacam que o “[...] território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo

⁵⁹ A reestruturação do sistema produtivo foi particularmente acentuada nas áreas meridionais da região do Cerrado, sendo o sudoeste de Goiás bem representativo de um espaço onde foram marcantes as alterações no quadro agrário. Sua proximidade dos grandes centros de consumo e comercialização do país, bem como sua integração à rede viária da Região Sudeste o tornaram altamente dinâmico em termos de evolução recente das atividades agropecuárias. (IBGE, 1982, p.11).

meio geográfico”. A incorporação das técnicas possibilitou uma maior densidade aos territórios, alterando a composição social, assim como o conteúdo dos atores sociais, redefinindo a relação cidade-campo e as ações políticas empreendidas.

A territorialização do capital ocorreu e está ocorrendo de forma diversa e altamente seletiva, configurando “ilhas de modernidade” nas áreas de Cerrado, sendo que as diferenças espaciais foram acrescidas das técnicas modernas, apresentando qualificações distintas. Há que se conhecer de forma mais acurada a realidade geográfica goiana, com o intuito de perceber a natureza da modernização e as ações decorrentes para os sujeitos sociais envolvidos na produção social. Desta forma, a modernização capitalista configurou-se incompleta, pois a estrutura espacial conservou a rede territorial – modernização conservadora – recriando os conflitos pela posse da terra e apontando perspectivas diferenciadas para a ação política dos trabalhadores.

A modernização conservadora da agricultura e sua ideologização bloquearam a compreensão da realidade dos trabalhadores, portanto, do trabalho que não se resume a proletarização, diante do triunfalismo da produção capitalista moderna. Múltiplas formas de trabalho precário são consorciadas com o intuito de assegurar o padrão de acumulação do capital, expresso na agropecuária regional. Permeando essa processualidade social, a relação capital x trabalho é a condição que permite indagar sobre as pesquisas da modernização da agricultura em Goiás, que priorizaram os atores hegemônicos – *personas do capital* – em detrimento de considerar o trabalho como o elemento fundante – enquanto externalidade concreta – para a transformação social, negando, ainda que não claramente, a perspectiva emancipatória e, assim, validando as teses conservadoras.

Santos (1985) considerou o espaço enquanto uma totalidade, assim como a sociedade e as múltiplas inter-relações decorrentes seriam investigadas e apreendidas pela análise geográfica, ou seja, a partir da análise sócioespacial. Considerava de suma importância as categorias, os conceitos, que *grosso modo* denominou de elementos do espaço. “Quando dizemos que os elementos do espaço são os homens, as firmas, as instituições, o suporte ecológico, as infra-estruturas, estamos aqui considerando cada elemento como um conceito.” Santos (1985, p. 09). São abstrações extraídas da realidade empírica mediante o tempo histórico, pois a dinâmica societal possibilita a variabilidade dos elementos espaciais.

O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Na composição espacial se materializam formas distintas de produção e de relações sociais de trabalho que podem conviver e/ou entrarem em disputa, quase sempre desigual, sucumbindo mediante as imposições modernas. Está-se em acordo com a proposta metodológica apontada por Santos (1985), ao compreender a modernização capitalista enquanto movimento do capital em territórios ainda não totalmente integrados ao circuito produtivo mundial, que re(cria) diferentes espacialidades, embora interrelacionadas, sobretudo, a partir do momento que as técnicas passaram a assegurar um padrão e, conseqüentemente, a normatização da (re)produção dos territórios.

A situação atual depende, por isso, de influências impostas. Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, e outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos completamente novos podem se estabelecer. O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (SANTOS, 1985, p. 22).

A densidade das técnicas e a aplicabilidade das tecnologias se tornam referência para classificar e qualificar as regiões, os lugares, os territórios, os países etc. As novas técnicas irão reforçar os estereótipos, construídos no processo de incorporação dos territórios das áreas periféricas aos países detentores do capital industrial e financeiro. Essas ações significaram drásticas transformações nas paisagens dos países considerados terceiro-mundistas, em virtude da aceleração da produção e da circulação das mercadorias. Essas necessitavam ampliar os mecanismos de distribuição por todas as áreas passíveis de consumirem esses produtos, como forma de, não apenas ampliarem os ganhos, mas também de serem controladas/submissas pelo capital transnacional.

Contudo – e este é um elemento característico deste período –, as grandes corporações são, freqüentemente, mais poderosas que o Estado. O conjunto de condições e características do período oferece às grandes empresas um poder que antes não se podia imaginar. Esta instantaneidade e universalidade na propagação de certas modernizações desmantela a organização do espaço anterior. Constitui, sobretudo, um fator de dispersão que se opõe de uma forma muito clara aos fatores de concentração conhecidos nos períodos anteriores. (SANTOS, 1985, p. 22).

As modernizações capitalistas culminaram na universalização de um padrão técnico e no aprimoramento da tecnologia, através de maciços investimentos, possibilitando o

surgimento de uma “ciência das técnicas”. As técnicas são inerentes às formas de produzir e, desde o homem primitivo, sistematicamente conviveram com os grupos sociais, passando por diversas formas societárias até a sociedade de classes, atualmente hegemônica pela sociedade capitalista. É preciso pensar as técnicas na sociedade capitalista enquanto produto das lutas de classes e, certamente, a aplicação das mesmas apresenta propósitos de controle, domínio e poder sobre as classes trabalhadoras, historicamente subsumidas às ações do capital.

Esse processo pode ser observado a partir da introdução das inovações técnicas e tecnológicas nas áreas de Cerrado, onde os sulistas, como portadores das “novas” técnicas e com acesso ao capital industrial e financeiro, promoveram enormes desajustes nas sociedades locais e regionais. As inovações técnicas e tecnológicas são portadoras da modernização capitalista e das formas variadas de controle do capital sobre o trabalho, na medida em que apontam novas formas de produção e de gestão, alterando substancialmente as relações sociais de trabalho e as ações políticas construídas pelos trabalhadores, na tentativa de se oporem radicalmente à exploração da mais-valia e a sujeição da renda da terra.

Ao observar a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, precisamente no Sudeste Goiano, verifica-se a conjunção de diversos fatores que possibilitaram a implantação das empresas rurais, que se tornaram a expressão moderna do capital no campo. Os elementos naturais, destacando-se a topografia plana, a disponibilidade de recursos hídricos e as grandes extensões de terras e, por outro lado os elementos sócio-econômicos através do “desinteresse” dos proprietários rurais tradicionais pelas áreas das chapadas, naquele momento “improdutivas”⁶⁰, favoreceram a “ocupação racional” e indiscriminada dessas áreas.

A disponibilidade de terras férteis, a pecuária extensiva nas áreas dissecadas e a agricultura camponesa nas quebradas (bordas das chapadas) não possibilitou a incorporação dessas áreas ao circuito produtivo transnacionalizado. A existência dessas formas de uso e exploração da terra, assim como de diferentes relações sociais de trabalho, capitalistas e não-capitalistas quase sempre consorciadas, se efetivaram no *espaço cerradoeiro*. A conjunção de todos esses fatores, associados ao incremento técnico e científico, às políticas públicas de infra-estrutura e às políticas creditícias, propiciaram aos sulistas a

⁶⁰ Conforme depoimentos coletados na área da pesquisa, as chapadas eram tidas como terras pouco férteis, sem importância econômica significativa. Os chapadeiros – nativos das áreas de chapada, utilizavam essas terras no período da estiagem para fazerem queimadas e aproveitarem a brota para fortalecerem a dieta do gado e também utilizavam as áreas próximas às veredas para cultivarem suas roças, isso, no período das chuvas.

incorporação imediata das chapadas, evidenciando a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital.

Não há dúvida de que as relações sociais se alteraram devido à implementação das inovações técnicas e tecnológicas. Por isso, cabe aos geógrafos compreender a efetiva materialidade e subjetividade do capital e do trabalho, apontando por meio das leituras geográficas as possibilidades emancipatórias construídas no processo cada vez mais forte de controle do capital nas áreas de Cerrado. É necessário (des)construir os mitos acerca do progresso e dos estereótipos, ainda presentes no imaginário social e cultural dos *povos cerradeiros*. Ao se ideologizar a *improdutividade da terra* transfere-se diretamente para os trabalhadores/produtores a responsabilidade pela parca produção capitalista nessas áreas, fundamentando as teses do atraso, da preguiça e da brejeirice em que se encontravam os camponeses e os *trabalhadores da terra*, reforçando as teses para “modernizar” essas áreas.

Isso nos estimula a focar mais diretamente as diversas abordagens sobre a modernização conservadora da agricultura no Sudeste Goiano. A proposta é considerar a territorialização da relação capital x trabalho e seus desdobramentos para os trabalhadores e, efetivamente, considerar a ação política desses sujeitos sociais como a condição para interpelar e possivelmente apontar novas leituras do território, considerando os *povos cerradeiros* a partir da construção coletiva, rumo a uma ação política inovadora.

II.8 As Mudanças Espaciais e as Pesquisas Geográficas no Sudeste Goiano

As transformações espaciais ocasionadas com a chegada das mineradoras (década de 1970) e com a modernização da agricultura (década de 1980) são os elementos mais importantes para explicar a relevância econômica de Catalão e do Sudeste Goiano. Todavia, cabe lembrar, que existem diversos elementos que, conjugados, possibilitam diferentes conformações geográficas, mas que, em função da proposta apresentada, serão tratadas com maior profundidade as questões decorrentes das tramas espaciais – a urdidura espacial do capital e do trabalho no Sudeste Goiano.

Pedrosa (2001) coloca como razão fundamental para a polarização que a cidade de Catalão exerce no Sudeste Goiano a posição geográfica. Salienta também que um outro fator importante para explicar a polarização econômica e uma melhor qualidade de vida, em relação às outras cidades goianas, é a distribuição equilibrada da População

Economicamente Ativa nos setores produtivos. “Uma economia diversificada e bem distribuída entre os três setores da economia [...] favorece uma melhor distribuição de renda.” Pedrosa (2001, p. 44). Ao estudar o processo de implantação da Mitsubishi em Catalão, Silva (2002), também aponta a posição geográfica, enquanto localização privilegiada para os investimentos, em função das *heranças espaciais* existentes na área.

Catalão, mais do que a maioria das cidades do Estado, sempre recebeu as novidades do sudeste, em particular São Paulo, mais rapidamente. Isso ocorre [...] devido à sua posição geográfica próxima à região sudeste e à rede rodoferroviária de que ela participa, pois esta permite a rápida participação da cidade nas inovações sulinas. (SILVA, 2002, p. 77).

A posição geográfica é um dos fatores relevantes para a implementação das atividades modernas em Catalão e no Sudeste Goiano. O asfaltamento da BR-050 (década de 1970) ligando Brasília a São Paulo foi fundamental para explicar a integração do Sudeste Goiano ao centro-sul. Depois da ferrovia no início do século XX, a construção de Brasília e essa rodovia conseguiram retirar a região do marasmo em que se encontrava desde a década de 1940.

A construção de Brasília (1956) e a criação, em nível nacional, de um sistema rodoviário geraram a dinamização do Sudeste de Goiás. Dessa forma, Catalão entrou em um processo de revitalização econômica e populacional devido ao aumento do fluxo de mercadorias e de pessoas proporcionado pela implantação da BR-050, interligando a cidade à nova capital do país e ao centro econômico do país, São Paulo. (SILVA, 2000, p. 56).

A inserção do Sudeste Goiano aos centros econômicos do país através das rodovias possibilitou a reincorporação desses territórios à dinâmica do capital em busca de áreas para a expansão. O moderno se apresentava mediante as políticas de planejamento e à disponibilização do aparato técnico e científico para “ocupar” as áreas de Cerrado pelas empresas rurais, implementando a agricultura moderna. Ainda, a presença de ricas jazidas de fosfato e de nióbio, atraíram investimentos públicos e privados que transformaram a cidade em um pólo de acontecimentos e relações, que expressavam as novas formas de produção e reprodução do capital, tanto no campo quanto na cidade.

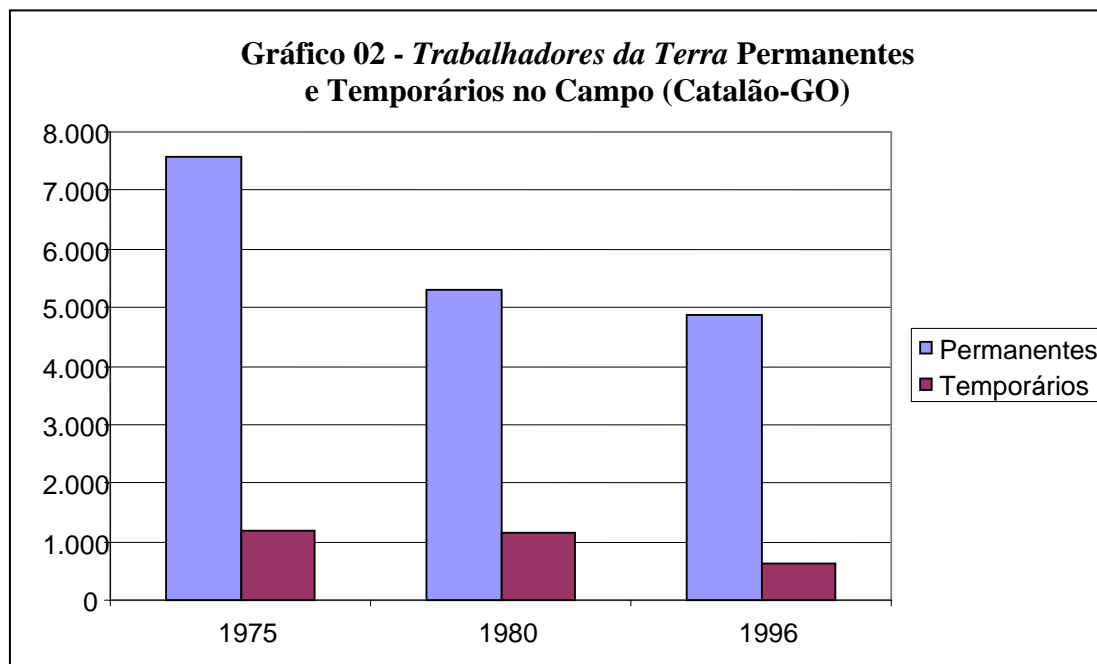
Mesquita (1993) ao realizar pesquisa em uma unidade de produção – Fazenda Maringá⁶¹ – tipicamente empresarial (situada nas áreas de chapadas) evidencia o processo de incorporação das extensas terras planas ao capital nacional e transnacional. Uma das hipóteses levantadas pela pesquisadora foi a de tentar comprovar a eficiência produtiva e comercial dessas unidades empresariais, sem, contudo, ampliar a produção de alimentos e/ou até mesmo barateá-los. Conclui que ao invés de possibilitar avanços e melhoria na qualidade de vida da maioria da população local e regional, esse processo intensificou as desigualdades sociais, promovendo desemprego no campo e na cidade, além da desterritorialização de milhares de famílias que viviam da terra.

A contribuição está em destacar a processualidade da modernização da agricultura no final dos anos 1980, considerando “[...] o comprometimento dos ecossistemas e a violência contra o trabalhador”. (MESQUITA, 1993, p. 01). Outra contribuição é a leitura do *trabalhador da terra* a partir de sua ótica, seus anseios, suas dificuldades e suas perspectivas, apontando as relações sociais de trabalho e os impactos ambientais, como essenciais para se compreender a adoção das inovações técnicas e tecnológicas. Ao retratar as histórias de vida dos *chapadeiros*⁶² e dos camponeses e *trabalhadores da terra*, apontando a violência com que as áreas de Cerrado foram incorporadas pelo capital, a pesquisa apresenta uma riqueza, até então não observada por outros pesquisadores. No entanto é preciso ampliar o enfoque da questão.

As empresas rurais constroem uma nova organização espacial assim como implementam novas relações sociais de produção e de trabalho. A diminuição acentuada de trabalhadores permanentes e temporários (Gráfico 02), nas propriedades rurais modernas, paralelamente à crescente eficiência técnica, repercute no aumento da produção e da produtividade, tornando-se a característica marcante do novo modelo e apropriação da terra.

⁶¹ Unidade de produção tipicamente empresarial situada entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, na região conhecida como chapada de Santo Antônio do Rio Verde. Possuem aproximadamente 25 mil hectares de área, sendo propriedade de (04) irmãos, a sua maior parte situada no município de Catalão-GO, no Sudeste Goiano.

⁶² Denominação local-regional dada aos nativos da chapada, alguns ainda são pequenos e médios proprietários nas franjas – quebradas – e/ou estão sitiados pelas empresas rurais. Como dizem, os chapadeiros “são aqueles que nasceram e foram criados na chapada”, sendo exímios conhecedores do funcionamento eco-ambiental dessas áreas.



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

No espaço rural catalano, ocorreu a redução significativa dos trabalhadores permanentes a partir das alterações no processo produtivo, em função da adoção de inovações técnicas e tecnológicas na agricultura. Em contrapartida, não se verificou o crescimento do trabalho temporário, como ocorrido em outras áreas de agricultura moderna no país, porque os cultivos modernos nas áreas de Cerrado (soja, milho) consomem pouca mão-de-obra e a cada dia reduzem mais postos de trabalho, devido à implementação da mecanização. Nesse caso, há que considerar a necessidade crescente da qualificação de uma parcela dos trabalhadores permanentes e o deslocamento da maioria para as atividades temporárias e/ou informais nas áreas urbanas.

Inicialmente, havia postos de trabalho, já que a abertura do Cerrado pelas empresas rurais carecia de mão-de-obra. Contudo, à medida que implantavam os cultivos modernos e mecanizados, os trabalhadores eram expulsos da terra, sendo contratados temporariamente, no plantio e na colheita, mas apenas em alguns cultivos (Foto 05). A adoção de implementos agrícolas modernos pode ser observada, por exemplo, na colheita do feijão. Há anos os empresários rurais tentam diminuir os trabalhadores temporários nessa atividade sem conseguirem êxito. Após vários experimentos, está em desenvolvimento, um implemento agrícola que consegue colher cinco ha de feijão por dia, eliminando cerca de 30 jornadas de trabalho diariamente.



Foto 05 – Colheita mecanizada de feijão irrigado. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).

As alterações nas relações sociais de trabalho, decorrentes das investidas modernizantes em Goiás e no Sudeste Goiano, apontam para uma diferenciação significativa entre os trabalhadores, pois o assalariamento que, para muitos, seria a redenção e a efetiva comprovação de que a “revolução” estaria próxima, não se efetiva na prática. Os camponeses e *trabalhadores da terra* sofreram, e ainda sofrem diversas formas de violência, a partir do momento que são desterritorializados. Aqueles que continuam exercendo as atividades no campo exercem múltiplas tarefas, adquirindo várias habilidades como forma de assegurar o sustento da família. Todavia, há crescente empobrecimento desses trabalhadores e precarização nas relações sociais de trabalho e mesmo para aqueles que continuam em terra, não existe trabalho para todos os membros da família. Assim, parte da família, principalmente os mais jovens, saem da terra para terem minimamente as condições de atuarem no mercado, pela venda da força de trabalho.

A situação do assalariado no campo se agrava visto que normalmente tem uma jornada de trabalho muito longa. Há ainda a questão de deslocamento para o trabalho e o mais grave é que esses trabalhadores não têm nenhum benefício social garantido por legislação, pois não possuem contrato formal ou carteira de trabalho. A grande maioria desses trabalhadores fica alijada dos direitos trabalhistas e os patrões se furtam a assumir os encargos sociais. (MESQUITA, 1993, p. 16).

A incorporação das *terras cerradeiras* significou uma nova forma de organização espacial impulsionada pelas novas formas de acumulação. As razões que estimularam o capital a se transmutar em modernização da agricultura, assegurando a produção do valor nessas terras, mediante a associação dos múltiplos capitais e as novas formas de controle sobre o trabalho, necessitam ser aprofundadas. Esta pesquisa se propõe a refletir sobre a modernização da agricultura enquanto modernização conservadora, embora essa discussão seja retomada mais adiante, anuncia-se o que se pensa como modernização do capital na agricultura. A concepção que norteia a maior parte das pesquisas sobre as transformações espaciais no campo, privilegia a abordagem da modernização da agricultura como produto do pacote tecnológico⁶³ proposto pela Revolução Verde⁶⁴. Entretanto, essa pesquisa possui outro enfoque situando-se noutra relação espaço-temporal e centrando a atenção na relação capital x trabalho e nas ações políticas construídas pelos trabalhadores nas *áreas cerradeiras*.

As mudanças espaciais podem ser observadas no processo de produção do espaço em Catalão-GO, conforme Bueno (2000) que discorre sobre os deslocamentos populacionais, seja do campo em direção a cidade, seja de outras cidades, enfim, visa perceber a superposição de diversos interesses (econômicos, sociais, políticos etc.) que estimularam as migrações. A migração é intensificada em Catalão-GO com a instalação das indústrias mineradoras, atividade que, na verdade, precedeu a modernização da agricultura e possibilitou duas formas de migrantes que passaram a exercer atividades diferenciadas em função da formação e da qualificação. Uma parcela de migrantes, oriundos de diversas áreas do país, com qualificação suficiente para atender as demandas específicas exigidas pelas empresas mineradoras, esses, instruídos e com elevados salários⁶⁵, se constituíram em trabalhadores estáveis. A outra modalidade de migrantes, muito mais densa e vinda das regiões próximas (das áreas rurais e das pequenas cidades), constituíram a mão-de-obra barata e não qualificada que ocupou as tarefas mais rudes e que não exigiam formação e habilidades

⁶³ Enquanto um conjunto de métodos e técnicas modernas, pois se baseava nos avanços recentes da indústria química (insumos, fertilizantes etc.) e metal-mecânica (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, implementos etc.), localizada nos países hegemônicos. Interessante é a denominação de moderno para os produtos químicos oriundos do complexo industrial-militar utilizados para despovoar áreas inteiras que, não tendo mais “mercados suficientes”, são melhorados para intensificar a “Revolução Verde” pelo mundo, sendo disponibilizados para a indústria civil.

⁶⁴ BRUM, A. J. A revolução verde. In: **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

⁶⁵ A instalação das mineradoras no Município de Catalão (década de 1970) alterou a composição social da cidade, com o aparecimento de uma “classe média” que passou a exigir melhores serviços. O alto escalão dessas mineradoras, principalmente da ex-estatal Goiásfértil, recebia acima de 10 salários mínimos, o que para a região eram considerados altos salários.

específicas. Contudo, possuíam uma função extremamente importante, pois regulavam o mercado de trabalho através da constituição do *exército industrial de reserva* essencial para assegurar maior controle social sobre a ação política desses trabalhadores.

O impacto da migração em Catalão e no Estado de Goiás fica evidente, conforme a Tabela 01. No período entre 1970 e 1991, Goiás ampliou em 7,20% a participação de residentes nascidos noutros Estados. Em Catalão o percentual foi 23,78% expressando o dinamismo econômico regional. Há que se considerar que uma significativa parcela da população se deslocou em direção aos grandes centros mais próximos. A migração campocidade, ou mesmo no sentido das pequenas cidades para as metrópoles e, ainda, a migração dos camponeses para as áreas de fronteira, na tentativa de recriarem as condições de reprodução expropriadas pelo capital, foram as alternativas encontradas pelos camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados na área da pesquisa.

Tabela 01 – Pessoas naturais e não naturais na população do município de Catalão e de Goiás entre 1970 e 1991.

Local	Naturais				Não naturais			
	1970	%	1991	%	1970	%	1991	%
Goiás	2.180.740	74,35	3.316.794	67,20	769.185	26,22	1.855.180	33,42
Catalão	25.712	94,05	37.444	68,72	2.121	7,75	17.181	31,53

Fonte: Adaptado de Bueno, E. de P. (2000).
1991 - População de Goiás agregada com a de Tocantins.

No caso de Catalão, a destacada presença de não naturais, ou seja, residentes que nasceram noutras áreas e que foram atraídos pelas indústrias mineradoras e o surto desenvolvimentista da cidade é determinante para explicar o crescimento vertiginoso da população urbana no período de 1970 a 1980, assim como a maior porcentagem de migrantes da população rural, contrariando os pesquisadores que afirmam ser a modernização da agricultura, a principal razão para essa migração.

As empresas mineradoras pressionaram o poder público para a implantação de cursos de qualificação, que criou o SENAI⁶⁶ e o SENAC⁶⁷ em Catalão, buscando no

⁶⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Sobre a relevância do SENAI (qualificação profissional), está em andamento a pesquisa desenvolvida por MENDES, Leonardo de Oliveira, no CEGeT, sobre o papel do SENAI no Sudeste Goiano.

⁶⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Sistema S, as alternativas para atender os interesses do capital que carecia de excedente de mão-de-obra qualificada. A intenção era manter os salários baixos e, ao mesmo tempo, coibir as ações sindicais que poderiam fazer valer as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Essas políticas possuíam via de mão dupla: para o capital eram vantajosas na medida em que asseguravam trabalhadores qualificados com pouca exigência salarial e altamente *a destrados*, permitindo que as empresas agissem sem nenhum constrangimento, inclusive nos enfrentamentos com os sindicatos. Para o Estado, melhor ainda, pois este se apropriou do discurso do progresso e, com isso, justificava as medidas implementadas, inclusive, salientando que a qualificação dos trabalhadores era a possibilidade de saírem do subemprego e/ou de conseguirem um trabalho digno. Esse discurso instigou os trabalhadores a se responsabilizarem pela sua instrução/qualificação assumindo para si essa tarefa, como algo próprio do indivíduo, não permitindo a percepção da estratégia existente entre o capital e o Estado na conformação de representações, com o intuito de fortalecer o controle social sobre o trabalho.

A migração campo-cidade, intensificada a partir das políticas públicas que favoreciam os interesses do capital nacional associado aos grandes conglomerados transnacionais, foi viabilizada, no caso do Sudeste Goiano, pela territorialização das mineradoras em Catalão. A migração urbana e rural (Tabela 02) é constatada pelo baixo crescimento populacional nas cidades próximas a Catalão, uma vez que uma significativa parcela da população migrou para Catalão que passou a apresentar índices positivos e/ou para os maiores centros urbanos nas proximidades como Goiânia, Uberlândia e Brasília.

Tabela 02 - Evolução da população residente – municípios da microrregião de Catalão (1970 a 2000)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE					TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	1970	1980	1991	1996	2000	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000
Anhanguera	1.081	716	869	861	895	-4,03	1,78	-0,18	0,40
Campo Alegre	4.457	4.380	4.534	4.621	4.528	-0,17	0,31	0,37	-0,10
Catalão	27.338	39.168	54.486	58.507	64.347	3,66	3,05	2,11	1,84
Cumari	4.977	3.775	2.888	3.095	3.105	-2,72	-2,41	1,43	1,34
Davinópolis	3.205	2.449	2.119	2.079	2.109	-2,65	-1,31	-0,37	1,14
Goianira	6.033	5.718	5.374	5.157	4.967	-0,53	-0,56	-0,80	-0,16
Ipameri	20.510	20.388	20.764	21.975	22.628	-0,06	-0,17	1,11	2,28
Nova Aurora	2.166	1.927	1.842	1.898	1.927	-1,16	-0,41	0,57	0,98
Ouvidor	3.928	3.441	3.702	4.013	4.271	-1,31	0,67	1,62	1,90
Três Ranchos	3.248	2.259	2.262	2.660	2.831	-3,57	0,01	3,31	0,74
Total	76.943	84.221	98.840	104.866	111.608	-1,26	0,52	1,94	1,91

Fonte: IBGE: Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e contagem populacional de 1996.
Org. M. R. Mendonça, 2003.

Mais tarde, a migração foi decorrente da modernização da agricultura e das políticas públicas na área social (educação, saúde, lazer etc.) consoantes às necessidades do capital industrial e financeiro, convertendo áreas até então pouco exploradas em espaços do capital. A chegada das empresas rurais nas áreas de Cerrado promoveu a migração compulsória das famílias que ainda viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destacado crescimento das cidades acima de 20.000 habitantes e redução das cidades com menos de 10.000 habitantes, expressando a concentração populacional nas médias e grandes cidades goianas, conforme a Tabela 03.

Tabela 03 - Estado de Goiás: evolução do número de habitantes de acordo com as cidades entre 1970 e 2000.

N. de Habitantes	1970	1996	2000	1970/96%	1996/00%	1970/00%
Até 10.000	197	173	163	-12,10	-5,78	-17,25
De 10.001 a 20.000	19	27	38	42,10	40,74	100,00
Mais de 20.000	05	32	45	540,00	40,62	800,00
Total	221	232	246	4,98	6,03	11,31

Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. N. A. Melo, 2003.

Melo (2003) corrobora o fato de que em Goiás o maior crescimento foi no grupo das cidades com mais de 20.000 habitantes. Entre 1970 e 2000, ocorreu um decréscimo no total de cidades com até 10.000 habitantes.

No município de Catalão, a evolução na dinâmica populacional entre o campo e a cidade (Tabela 04) ocorreu de forma diferenciada. Nos anos 1970, se tem o processo de migração do campo em direção as cidades como tendência predominante no país; A industrialização acelerada exigia braços e criava um entusiasmo nas classes trabalhadoras rurais, ansiosas por melhorar as condições de vida. Esse processo se dá praticamente em todos os países terceiro-mundistas que se industrializavam, algo associado às relações de dependência e às históricas imposições modernizantes dos países desenvolvidos.

Tabela 04 - Evolução da População Urbana e Rural do Município de Catalão entre 1960 a 2000.

Anos	População Urbana	Evolução da dinâmica populacional urbana, em %.		População Rural	Evolução da dinâmica populacional rural, em %.		População Total
		Período	Evolução		Período	Evolução	
1960	11.634	Período	Evolução	14.464	Período	Evolução	26.098
1970	13.355	60 a 70	14,79	13.983	60 a 70	-6,56	27.338
1980	30.695	70 a 80	129,83	8.473	70 a 80	-22,74	39.168
1991	47.123	80 a 91	53,52	7.363	80 a 91	-4,92	54.486
2000	57.560	91 a 00	18,67	6.730	91 a 00	-0,94	64.290

Fonte: Adaptado de Bueno, E. de P. (2000).
Org. M. R. Mendonça, 2004.

Bueno (2000) em recente pesquisa sobre as mudanças espaciais em Catalão e no Sudeste Goiano, diz que a migração campo-cidade se efetiva a partir da modernização da agricultura. Nesse caso, não se está em acordo com o pesquisador, no que se refere à motivação determinante para a migração campo-cidade. Acredita-se que o elemento fundante para explicar esse processo em Catalão foi à implementação das indústrias mineradoras para exploração de minérios (fosfato, nióbio), em meados da década de 1970. Foram instaladas três grandes empresas mineradoras, sendo que uma delas, a antiga Goiásfertil⁶⁸ era estatal e recentemente foi privatizada. As outras, a Mineração Catalão de Goiás Ltda⁶⁹ e a Copebrás S.A.⁷⁰, com capitais nacionais e estrangeiros, possibilitaram uma nova dinâmica sócio-econômica, política e cultural no Sudeste Goiano.

⁶⁸ A Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfértil) criada em 1967, pelo Governo de Goiás para explorar e comercializar a rocha fosfática do Complexo Ultramáfico-Alcalino Catalão-Ouvidor, consolida-se em 1978, mediante a exploração da jazida, tornando-se relevante no Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola. Após o Programa Nacional de Desestatização (1990), a empresa foi privatizada, adotando a denominação de Últrasfértil S.A. Mais detalhes, ver LIMA (2003).

⁶⁹ Empresa multinacional que se dedica a extração da jazida de nióbio - mineral geoestratégico – no Complexo Catalão-Ouvidor, a segunda maior reserva do mundo, iniciando suas operações em 1976. Atualmente sua composição acionária é composta pela CITCO do Brasil Indústria e Comércio S. A. (70%) e pela Unamina Empreendimentos Gerais Ltda (30%). Gera aproximadamente 350 empregos diretos e cerca de 950 indiretos, segundo informações da própria empresa.

⁷⁰ Dedicada-se a exploração da rocha fosfática e se instalou na região em 1977. A composição acionária é composta pela CITCO do Brasil Indústria e Comércio S. A (51%), AVARA Comércio e Participações Ltda (27%), M. M. V. Participações Minerais S. A. (11,546%) e AMBRAS Participações Ltda (10,454%). Essa empresa possui produção estimada de 600.000 t/ano, gerando cerca de 380 empregos diretos e cerca de 1100 indiretos. Recentemente (2002), foi inaugurado o processo de verticalização (concentração da produção e do processamento) do fosfato na Unidade de Catalão, com a produção do ácido sulfúrico e investimentos em torno de US\$ 140 milhões. Todavia esses vultosos investimentos não significaram a propalada geração de empregos anunciada pelos agentes políticos e econômicos, ao contrário, a verticalização propiciou apenas cerca de 140 empregos diretos e muitas preocupações sobre as questões ambientais.

As alterações na evolução da população urbana e rural não evidenciam a argumentação de Bueno (2000). No período de 1970 a 1980, quando se tem o crescimento significativo da população residente na área urbana, não ocorre a mesma proporcionalidade na população rural. Embora muitos pesquisadores afirmem que a modernização da agricultura promoveu essa substancial alteração, certamente, não estão considerando que o processo de modernização da agricultura do Sudeste Goiano se efetiva somente a partir dos anos 1980.

Observando os dados da Tabela 04 verifica-se que, enquanto a população urbana no período entre 1970 e 1980 cresceu 129,83%, a população rural, no mesmo período, sofreu um decréscimo de 22,74%, demonstrando que o grande crescimento urbano em Catalão advém das migrações de outras áreas e, não necessariamente é reflexo do projeto modernizador no campo. Assim, há que pensar sobre outras motivações que propiciaram a migração campo-cidade e que o fator preponderante foi a instalação das indústrias mineradoras no município, atraindo migrantes de várias áreas do país.

Dessa forma, quando se tem a territorialização das empresas rurais nas áreas de chapadas (anos 1980), os dados não apresentam significativa oscilação, ficando em torno de - 4,92% a diminuição da população rural. É preciso considerar que o deslocamento de parcela dos camponeses e, principalmente, dos *trabalhadores da terra* ocorreu mediante a atração exercida pela industrialização e pelos discursos construídos acerca da melhoria das condições de vida e a existência do pleno emprego nas mineradoras e no setor de serviços.

As transformações espaciais no urbano foram significativas, acarretando um crescimento desordenado da malha urbana que não conseguiu atender as demandas sociais, principalmente a infra-estrutura, fazendo com que os trabalhadores expropriados se amontoassem na periferia sem as condições adequadas de sobrevivência. A especulação imobiliária empurrava-os para áreas mais distantes, com o intuito de que o poder público criasse a infra-estrutura necessária, fazendo valorizar os terrenos que foram propositadamente deixados nos interstícios entre as áreas centrais e a periferia.

Não havia empregos para todos, como anunciado pelos agentes políticos e econômicos. Parcela desses trabalhadores foi absorvida no serviço público, particularmente no poder público municipal (garis, braçais, dentre outros), sendo *acabrestados* politicamente, pois não se exigia a realização de concursos públicos. O clientelismo do poder público local acenava as benesses para os empresários urbanos e rurais e “agradava” parte dos camponeses, *trabalhadores da terra* e outros migrantes com políticas assistencialistas – *a indigência assistida*, inclusive, indicando aqueles que deveriam assumir “cargos na Prefeitura Municipal e/ou nas empresas que se instalavam na cidade” e, que, necessitavam de trabalhadores com

pouca ou nenhuma qualificação. Essas ações objetivavam conformar, momentaneamente, as diferentes categorias de trabalhadores com a ajuda das políticas assistencialistas e evitavam o fortalecimento dos sindicatos que buscavam defender, ainda que parcialmente, os direitos dos trabalhadores, mantendo o *novo pacto social* entre as elites dirigentes no campo e na cidade.

CAPÍTULO III

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS NO SUDESTE GOIANO

Existe um tempo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”.

(M. BERMAN, 2001)

Se as bases biológicas do planeta estão sendo destruídas, há muitas novas tecnologias preparando-se para resolver o problema. Quem controlará as novas tecnologias? A que interesses servem? Existem tecnologias que sejam essencialmente “boas”, ou seja, democratizantes, descentralizadoras e tendentes a aumentar o poder das pessoas? Serão as tecnologias poderosas intrinsecamente “más”, ou seja, centralizadoras, distanciadoras e destrutivas? Poderão os pobres confiar que os cientistas ricos (ou as empresas para as quais trabalham) se preocupem com suas necessidades? Se a biotecnologia fez soar muitas campainhas de alarme entre as pessoas, o que dizer da nanotecnologia? A única coisa segura é que o ritmo de introdução de novas tecnologias está se acelerando.

(P. R. MOONEY, 2002)

III A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS NO SUDESTE GOIANO

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva.

(MARX, 1988)

III.1 A Regulamentação do Trabalho e das Empresas Rurais: O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964).

A “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado foi elaborada a partir de *constructos* ideológico-culturais, sócio-econômicos e jurídico-políticos que se mesclaram para assegurar um receituário que deveria ser aplicado nas áreas a serem desenvolvidas. Assim, ocorreu uma deliberação política e uma conjunção de fatores, com destaque para a regulamentação do trabalho e a prioridade às empresas rurais, que, juntos, estabelecerem as condições contratuais e normativas, assegurando os interesses do capital industrial e financeiro e, concomitantemente, garantiram a demanda por terras para a implementação da agricultura moderna.

Prado Júnior (1981) compara o Estatuto do Trabalhador Rural a uma verdadeira complementação da Lei Áurea que aboliu a institucionalização da escravidão, em 1888. Salienta o desinteresse das forças políticas progressistas e de esquerda que não

compreenderam a relevância dessa legislação para os trabalhadores rurais⁷¹, negligenciando a sua participação no processo de elaboração e tramitação no Congresso Nacional. Inconformado com a pouca atenção dada ao Estatuto do Trabalhador Rural⁷², desabafava dizendo que parte dos políticos e intelectuais de esquerda não compreendiam adequadamente a realidade brasileira e, por isso, cometiam equívocos, como lutar pela reforma agrária radical, desconsiderando os possíveis ganhos advindos do cumprimento da nova legislação.

[...] as forças políticas de esquerda, inclusive os comunistas, se desgastam em estéril agitação que serve muito mais aos propósitos do carreirismo político que aos verdadeiros interesses das camadas trabalhadoras do campo e aos objetivos econômicos e sociais da revolução brasileira. Na raiz dessa falseada orientação política está a incompreensão da realidade brasileira e do sentido profundo do nosso processo revolucionário, o que leva a distorções produzidas por erradas concepções teóricas que, consciente ou inconscientemente, se inspiram em situações econômicas e sociais completamente estranhas ao Brasil e aqui inexistentes. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 168).

Ainda, apontava os equívocos na nova legislação, que não considerava as diferenciações das relações sociais de trabalho no campo e a diversidade de situações vivenciadas pelos *trabalhadores rurais*, ou seja, a hibridagem de relações sociais capitalistas e não-capitalistas existentes no campo brasileiro. Exemplificava com a definição de *trabalhador rural*: “é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro.” (Art. 3º), constante do Estatuto do Trabalhador Rural, e explicava:

Essa definição é insuficiente para compreender, de maneira a não deixar dúvidas, certas categorias de trabalhadores que, pela natureza real de suas relações de trabalho, são autênticos empregados, embora formalmente apresentem caráter diferente. Estão nesse caso os parceiros (meeiros, terceiros...) que, embora dentro do estrito formalismo jurídico se distinguem dos “locadores de serviço” (na conceituação do Código Civil), e não sejam portanto propriamente empregados, constituem de fato, na maior e principal parte dos contratos de parceria verificados na agropecuária brasileira, legítimos empregados, e portanto com direitos idênticos a outros quaisquer empregados assalariados ou semi-assalariados. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 145).

⁷¹ O sentido de trabalhador rural para Prado Júnior (1981) agregava todos os trabalhadores que vendiam a sua força de trabalho, seja de forma permanente ou de forma temporária, incluindo os camponeses em processo de proletarianização. Daí a preocupação com as diferenças entre as modalidades de trabalho no campo, não contempladas no Estatuto do Trabalhador Rural, pois a nova legislação considerava trabalhadores rurais apenas aqueles que se assalariavam.

⁷² Lei nº 4.914, de 02 de março de 1963, publicada no Diário Oficial no dia 18 de março de 1963.

Quanto à condição de parceiro, o Estatuto do Trabalhador Rural não a contemplou adequadamente, deixando brechas que foram utilizadas pelos patrões ao não permitirem que esses trabalhadores tivessem acesso aos direitos conferidos pela legislação. Uma delas: a diluição da relação contratual e das obrigações trabalhistas através da empreitada, que se caracterizava pelo contrato por atividade e por tempo determinado. Aliás, essa se tornou a principal modalidade de trabalho utilizada para burlar a nova lei que devia proteger os camponeses e os *trabalhadores da terra*.

Acerca das mudanças provocadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, observe-se que:

[...] à medida, todavia, que a mecanização vai sendo introduzida na agricultura, em decorrência da própria acumulação, dos financiamentos bancários e da elevação do preço da terra, trazendo consigo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente diminuição da mão-de-obra necessária, torna-se mais vantajosa para o empresário rural a exploração de trabalho pelo sistema de salariedade. Esta solução desonera o proprietário dos compromissos com as instalações e a manutenção das numerosas famílias dos arrendatários e parceiros, além de permitir-lhe um maior controle sobre a qualidade da produção, feita agora em melhores condições técnicas. É quando o Estatuto do Trabalhador Rural aparece como variável significativa na opção pela contratação do diarista. (MELLO, 1976, p. 120).

Embora se saiba que a legislação influenciou a alteração das relações sociais de trabalho em alguns casos, intensificando a precarização, não se pode perder de vista que as condições degradantes de trabalho que, ainda hoje, perduram no campo possuem outros fatores: concentração da terra; inexistência de políticas públicas eficazes; existência de uma massa de trabalhadores (bóias-frias) disponíveis para qualquer tarefa; entre tantos.

O Estatuto do Trabalhador Rural não considerou a diversidade de relações sociais existentes na agropecuária brasileira, pois priorizou o assalariamento, que ainda não predominava nas áreas de Cerrado. Assim, por conta da nova legislação, os empregadores rurais, intensificaram o contrato por empreitada e/ou o contrato diário, utilizando em massa o trabalho temporário, justificando a expulsão dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* e piorando as condições de existência para a maioria desses trabalhadores. A argumentação necessária para “solucionar” a situação dos trabalhadores no campo não se baseava apenas na existência de uma legislação. Era preciso assegurar os direitos anteriormente conquistados e, conseqüentemente, viabilizar a reforma agrária, para atender a histórica reivindicação dos camponeses e *trabalhadores da terra*.

Ao retratar as dificuldades das forças políticas de esquerda, e progressistas, Prado Júnior (1981) aludia à necessidade de um projeto político sólido rumo à reforma agrária e à necessidade de transformação da estrutura fundiária. Para tanto, destacou as “leituras acertadas” do processo histórico, com a conseqüente ação centrada em bandeiras de lutas, tendo como objetivo final a reforma agrária radical, desde que se considerassem os limites históricos e políticos postos para os trabalhadores brasileiros. Essa postura incomodava e ainda incomoda alguns intelectuais e militantes progressistas, pois o sentido da ação política não pode estar dissociado da construção de um projeto de transformação social conforme as condições objetivas existentes; é por isso que a luta pela reforma agrária é uma necessidade imperiosa, mesmo que com ela esteja se afirmando a propriedade da terra, deve-se considerar a processualidade histórica e social, pois com a reforma agrária fortalece-se a ação contra o capital.

[...] até que as forças políticas populares e de esquerda se decidam intervir acertadamente no assunto, [...] a fim de se concentrarem naquelas tarefas da reforma que efetivamente respondem à sua nova fase e etapa atuais. Essa é a condição para o apressamento da transformação e renovação da economia agrária brasileira, preliminar necessária do novo Brasil de amanhã que se está construindo. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 172).

O Estatuto da Terra aprovado em 30/11/1964, como instrumento dos latifundiários para assegurar a expansão controlada do capitalismo no campo brasileiro, facilitou e estimulou a apropriação da terra pelas empresas rurais. A legislação, que aparecia como avanço, foi acompanhada da mais brutal expropriação, legitimada pelo Estado no território brasileiro. Conforme o discurso, a nova legislação viria para proteger os trabalhadores, mas favoreceu os interesses do capital, ansioso por implementar as empresas rurais.

A aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), após o golpe militar, hegemonizado pelas forças conservadoras, embora apresentasse avanços do ponto de vista jurídico em relação à reforma agrária, não expressava, do ponto de vista político, a opção pela reforma agrária. A ambigüidade na legislação, que variava do *Rito Sumaríssimo* – a desapropriação das terras para a reforma agrária – até a implementação dos Projetos de Colonização em áreas devolutas e ainda ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento rural, atendia aos interesses dos latifundiários e do capital transnacional. Assim, sob a hegemonia das forças conservadoras, as políticas adotadas possibilitaram a *modernização do*

latifúndio, mediante a implementação das empresas rurais, prioritariamente, nas áreas de Cerrado.

A viabilidade das medidas decorre de um regime de exceção, que tinha por respaldo um conjunto de forças modernizantes no plano econômico, embora conservadoras no social e político. Assim, desenham instrumentos políticos compatíveis com a modernização do latifúndio, atribuindo-lhe as características de empresa rural previstas no Estatuto da Terra, o que os tornaria imunes à desapropriação para fins de reforma agrária. (GONÇALVES, 1999, p. 100).

Paralelamente à aprovação do Estatuto da Terra, o Estado implementou o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo (1964/66) – que visava a superação do “atraso social e econômico” através do desenvolvimento equilibrado entre a indústria e a agricultura. A idéia era conciliar o *desenvolvimento sustentado* com a expansão do capitalismo, pois estes não apresentavam contradições entre si e, sim, zonas de encaixe que asseguravam maiores mercados. Em 1967, foi criado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, sustentáculo do Governo Médici (1969-1974), que elaborava o projeto Brasil Grande Potência como alternativa para a “nação brasileira”.

No que tange ao Estado brasileiro, percebe-se que a luta pela aprovação do Estatuto da Terra (1964) acabou se revertendo contra o próprio trabalhador, pois a ditadura militar, recém-instalada, promovia feroz repressão aos movimentos sociais e populares, impedindo qualquer manifestação e/ou participação dos trabalhadores no processo. Embora muitos compreendessem esse documento como importante para os trabalhadores, porque colocava a questão da reforma agrária, não se tinha muitas ilusões. De um lado, acenava com a possibilidade da desapropriação sumária das terras que não cumpriam a sua função social, e, por outro lado, atendia aos anseios do empresariado urbano e rural quando estabelecia políticas públicas e subsídios aos empresários, garantindo uma rearticulação dos interesses do capital nacional associado ao capital transnacional.

Há um *constructo* político, que norteia essas atitudes desencadeadas pelas empresas transnacionais, que obrigam o Estado a tomar a sua defesa, inclusive, com políticas públicas (tributárias, creditícias, comerciais, fiscais etc.) para favorecer os conglomerados industriais e financeiros. A consequência da adoção das inovações técnicas e tecnológicas é a subordinação, a sujeição e a desterritorialização de milhares de camponeses e *trabalhadores da terra*, que perderam as condições de sobrevivência e foram empurrados para as áreas

urbanas e/ou para as áreas de fronteira, com o intuito de recriarem as condições da produção camponesa.

III.2 As Políticas de Planejamento: O Estado Abre Caminhos para o Capital nas Áreas de Cerrado

Vivia-se uma efervescência política e econômica com as ações implementadas pelo Estado, precisamente com os projetos de integração nacional (rodovias, construção de Brasília, ampliação da fronteira agrícola etc.), que possibilitaram intensas transformações nas relações de propriedade nas áreas de Cerrado, prioritárias nos Programas Nacionais de Desenvolvimento – PNDs. A prioridade na modernização da agricultura, tomada como parte do II PND (1975-1979), atendia à produção de fertilizantes e agrotóxicos, para o crescimento dessas atividades industriais. Enquanto estratégia na agropecuária, devia se utilizar, de forma intensiva, os instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico, visando maior produção e produtividade. O discurso da integração nacional e do aumento das exportações, através da incorporação de novos mercados para os produtos manufaturados e, principalmente, produtos agrícolas não-tradicionais, contagiava a todos.

Havia questões internas e externas que possibilitavam o projeto modernizador sob hegemonia do capital industrial e financeiro. Internamente, o golpe de 1964 foi o divisor de águas entre as políticas públicas adotadas. A tomada do poder pelos militares significou a criação de políticas de financiamento para atender à demanda do capital nacional e transnacional, ansiosos pelas benesses do Estado autoritário e pela derrota dos movimentos sociais e populares, que lutavam pela reforma agrária e por uma nova forma de organização da sociedade. Externamente, ocorria a reestruturação produtiva do capital que (re)organizava as bases de acumulação, pautadas no controle do capital financeiro, interessado em viabilizar “áreas seguras” para os seus investimentos. Paralelamente, constituíram-se novas formas de controle social sobre os trabalhadores, tentando anular a possibilidade política de uma ação contundente contra o capital e a perspectiva histórica de superação da sociedade capitalista.

As características edafoclimáticas das áreas de Cerrado apresentam singularidades que preocuparam os empresários rurais chegantes. A presença de uma estação seca bem definida, com a ocorrência, em alguns anos, de poucas chuvas, mesmo no período chuvoso, associada à acidez dos solos e ao elevado preço dos insumos e maquinários e a

ausência de infra-estrutura adequada foram argumentos utilizados pelo Estado e pelas agências de fomento para a necessidade generalizada de subsídios, com o intuito de evitar prejuízos para os novos investidores.

As pesquisas realizadas acerca da existência e permanência do Cerrado apontavam que as características áridas e semi-áridas, detectadas na vegetação, não ocorriam por deficiência de água e/ou umidade, mas por deficiências nutricionais no solo. Esse argumento indicava que era possível cultivar as terras do Cerrado, desde que se procedesse à “correção” dos solos, através da calagem e da adubação química. Sabe-se que a técnica não é neutra, tampouco o uso que dela se faz. Assim, fica claro que havia por parte dos agentes produtivos o interesse em financiar pesquisas de cunho prático, que objetivassem o “aproveitamento moderno” desses solos. Isso já estava demonstrado nos estudos e pesquisas realizados desde os anos 1960, aglutinados nas publicações sobre o III Simpósio Sobre o Cerrado⁷³.

Há que se destacar que os solos de Cerrado, não sendo naturalmente férteis, para os cultivos intensivos e comerciais, necessitam de grandes investimentos para assegurar o plantio. Assim, o esquema tradicional terra-trabalho-capital, não se afirma de forma pura, uma vez que a terra se coloca como um elemento passivo, sendo o capital e o trabalho os elementos determinantes na agricultura moderna nas áreas de Cerrado, expressando o processo de produção e reprodução do capital na produção de mercadorias.

É certo que os fatores naturais interferiram no processo de incorporação das áreas de Cerrado ao circuito produtivo transnacionalizado, todavia há que se compreender a elaboração de um discurso que atendia, naquele momento, às duas faces da moeda. De um lado, os nativos – camponeses, grandes proprietários rurais e *trabalhadores da terra* locais – acostumados ao labor nas áreas de matas (florestas), mais férteis, e sabedores de que as áreas de Cerrado (campos limpos e campos sujos) não poderiam ser cultivadas apenas com os recursos técnicos de que dispunham. Assim, essas terras não eram valorizadas, pois, tidas como pouco produtivas, poderiam ser comercializadas a preços ínfimos que ainda eram altamente lucrativas. De outro, os sulistas que, com experiência na agricultura moderna, já iniciada no Sul, com o cultivo de trigo e de soja e pela disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos, adquirem as terras, a um preço muito barato, e iniciam o processo de transformação das paisagens de Cerrado em grandes campos de cultivo e de criação.

⁷³ Para maiores informações ver GOODLAND, R. J. A.; FERRI, M. G. **Ecologia do cerrado**. Tradução E. Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

É como se juntassem-se duas visões diferentes, mas extremamente vantajosas para ambos. Evidentemente, esse discurso é completamente desmascarado quando os sulistas conseguem cultivar, e com elevada produtividade, as áreas consideradas improdutivas pelos nativos, que, assustados, não compreendiam com a clareza necessária o ocorrido, e, às vezes, reafirmavam a idéia de que não eram capazes de promover tamanho “milagre”. Depoimentos de que os sulistas são mais habilidosos e afeitos ao trabalho do que os trabalhadores locais mostram os estereótipos construídos no processo de modernização capitalista da agricultura, denotando o estranhamento a que foram submetidos os *trabalhadores da terra* e os camponeses cerradeiros.

A partir da década de 1960, as políticas governamentais voltadas para a “ocupação racional” do Planalto Central – áreas de Cerrado⁷⁴ – tinham como objetivo a produção de *commodities* para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e, paralelamente, assegurar a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. A infra-estrutura necessária aos novos investimentos se avolumava, direcionando a mobilidade do capital e do trabalho no território, alterando-os na forma e no conteúdo.

A agricultura moderna se desenvolve no Cerrado goiano a partir de diversos fatores que, associados, possibilitaram êxito aos novos investidores. A presença dos chapadões com topografia plana, a disponibilidade de terras – latifúndios improdutivos e terras devolutas, a presença de grandes reservas de água para projetos de irrigação e, principalmente, as políticas creditícias e fiscais subsidiadas pelo Estado foram primordiais para o (re)ordenamento territorial imposto pelas empresas rurais. Soma-se a esses fatores o próprio movimento do capital que carecia de áreas para promover investimentos, como, por exemplo, a indústria de insumos, de fertilizantes e de maquinários que necessitava ampliar mercados.

A “ocupação racional” e indiscriminada do Cerrado possuía forte conteúdo ideológico, porque colocava a necessidade de ocupar “o grande vazio demográfico”, funcionando como área de suporte para a posterior ocupação da Amazônia – o deserto verde. A noção de ocupação significava que não havia nada nem ninguém, portanto, não havia

⁷⁴ “O Cerrado é uma região muito peculiar. Associa uma rica biodiversidade a uma aparência árida, decorrente, em parte, dos solos pobres e ácidos e da ocorrência de apenas duas estações climáticas: uma seca e outra chuvosa. O relevo plano em quase toda a sua extensão facilita o avanço das máquinas agrícolas que desmatam rapidamente grandes extensões de área verde. É o berço de uma grande diversidade de espécies e de importantes bacias hidrográficas, motivo pelo qual a sua rápida devastação torna-se preocupante e com impactos potenciais irreversíveis.” (WWF, 2000)

história nesses territórios, podendo ser açambarcados conforme os interesses do capital, escudado no aparato político e financeiro do Estado brasileiro.

A existência de diferentes formas de uso e exploração da terra nas *áreas cerradeiras* contraria a afirmação de Santos; Silveira (2003), quando declaram que a aceleração das atividades modernizantes no Centro-Oeste se deu em função da existência de “vazios demográficos” e que, por essa razão, não ocorreu forte resistência à expansão do capital. Destacam ainda a facilidade com que os novos aparatos técnicos se diversificaram no território do Centro-Oeste e, principalmente, em Goiás, pois as marcas de sistemas técnicos precedentes eram ausentes.

Ao procederem dessa forma, desconsideram a histórica luta dos *trabalhadores da terra* e dos camponeses, que se notabilizaram em Goiás pela resistência armada⁷⁵ contra a apropriação de suas terras. Esse argumento, ideologizado, apenas reforça os mitos construídos pelas elites, salientando a inexistência dos *povos cerradeiros* e, dessa forma, validando a expansão do capital, apoiado nas grandes empresas rurais territorializadas nas áreas das chapadas.

O discurso hegemônico do capital é reafirmado quando se negam as *heranças espaciais* e os conflitos decorrentes. A modernização da agricultura acelerou a mudança na base técnica e aparece como o “sujeito” que transforma os espaços pouco produtivos, e sem funcionalidades definidas no circuito produtivo, em “celeiros agrícolas”. Não aponta as alterações nas relações sociais de trabalho, tampouco, a ação política dos camponeses desterritorializados e dos *trabalhadores da terra*. É como se esses sujeitos sociais não existissem, e a produção do espaço, assim como a construção dos territórios, tivessem sido iniciadas com a modernização da agricultura.

O Centro-Oeste (e mesmo a Amazônia) apresenta-se extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 274).

O fato de o Centro-Oeste e, particularmente, Goiás não apresentarem heranças espaciais técnicas significativas não pode ser interpretado como se eles fossem

⁷⁵ Os autores desconsideram a histórica ocupação das áreas de Cerrado pelos indígenas que resistiram bravamente à expropriação de suas terras. Também, Goiás ficou conhecido nacionalmente pela resistência dos camponeses e *trabalhadores da terra* nas lutas travadas em Trombas e Formoso, na década de 1950. Poderia ainda citar-se as Ligas Camponesas, as Associações de Lavradores e A Luta de Campo Limpo no Sudeste Goiano (A Luta do Arrendo), entre tantas outras.

“espaços vazios”, como se não houvessem contradições expressas na infinidade de conflitos que, desde eras imemoriais, estão presentes no cotidiano dos *povos cerradeiros*. A expropriação e a violência, vivenciadas pelos camponeses e *trabalhadores da terra* para que a modernização da agricultura se efetivasse, não se diferenciaram, em Goiás, das de nenhuma outra parte do país, embora tenham resguardado especificidades, dentre elas a criação da UDR⁷⁶ – União Democrática Ruralista, e a violência física com a eliminação de sindicalistas, políticos, trabalhadores, padres etc., que ousavam se oporem aos interesses do capital.

Dessa forma, é inaceitável a tese que não percebe as estratégias elaboradas pelo capital que, viabilizadas pelo Estado, promoveram a expropriação de parcela dos trabalhadores goianos, simplesmente, porque esta não estava integrada aos centros econômicos do país e/ou do mundo. Basta dizer que essas áreas apresentavam funcionalidades diversas e já se encontravam “capturadas” pelo capital mercantil e comercial desde o século XIX. A própria chegada dos trilhos na primeira década do século XX no Sudeste Goiano expressa a dinâmica do capital nessas áreas.

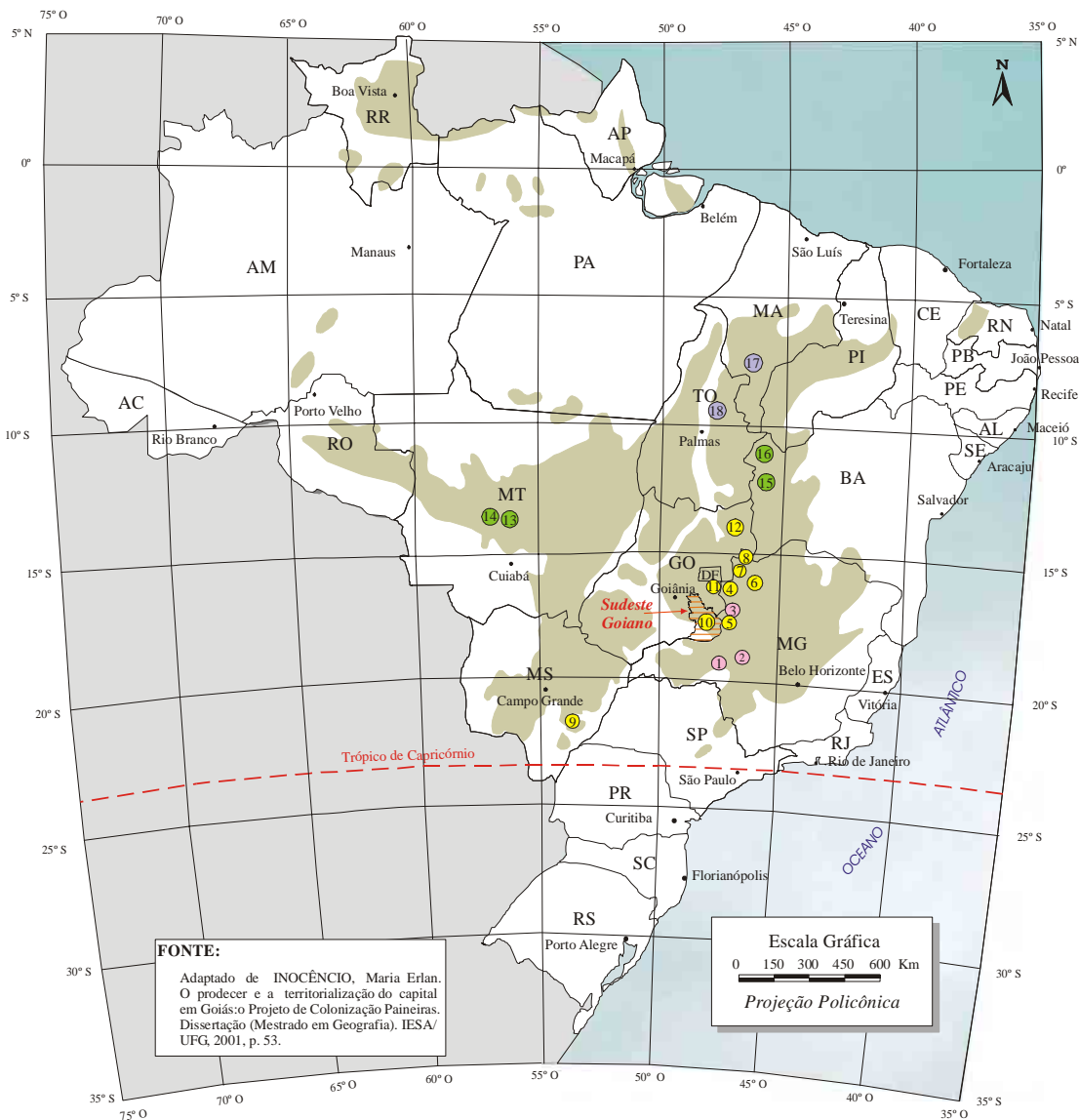
A região Centro-Oeste foi o alvo central dos programas de ocupação econômica do Cerrado, tais como: o POLOCENTRO⁷⁷ – Programa de Desenvolvimento do Cerrado e o PRODECER⁷⁸ (Figura 04) – Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado. Diversas linhas de crédito foram abertas com o objetivo de criar a infra-estrutura necessária (transportes, eletrificação, extensão rural, exploração do calcário, armazenamento etc.) para fomentar o interesse dos empresários rurais pelo Cerrado. Conforme Melo (2003), o Estado foi o agente financiador para a instalação da infra-estrutura e para a aquisição do “pacote tecnológico”. Exerceu, portanto, o papel de agente do espaço,

⁷⁶ Ver Fernandes (1999).

⁷⁷ Instituído em 1975, visava a ocupação racional e indiscriminada do Cerrado implantando as técnicas modernas na agricultura, além da implementação de eixos rodoviários, redes de energia elétrica, armazéns e toda a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capital. Atuava em várias frentes, destacando-se: o desenvolvimento tecnológico; a extensão rural; o crédito rural; e no incentivo ao cooperativismo, para facilitar a disseminação das inovações tecnológicas, o beneficiamento e a comercialização da produção. Incorporou 3 milhões de hectares de áreas de Cerrado à produção agropecuária. Cerca de 1878 projetos foram atendidos através do POLOCENTRO, cujas áreas médias situavam-se em torno de 630 ha, sendo altamente excludente e concentrador de terras e rendas.

⁷⁸ Instituído em 1974, objetivava atender a demanda mundial de alimentos (soja) por meio da agricultura moderna. Previa a criação de grandes unidades agrícolas de caráter empresarial. Iniciado em Minas Gerais, particularmente em Iraí de Minas, alcança o Centro-Oeste em 1987. Com abrangência mais restrita e seletiva, o PRODECER selecionou produtores jovens e com alto grau de escolaridade, visando assegurar o sucesso das inovações tecnológicas no campo, tendo a preferência por agricultores sulistas.

FIGURA 04 -BRASIL: LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DO PRODECER (2004)



LEGENDA

	PROJETOS	COOPERATIVAS	SEDE/ÁREA DE ATUAÇÃO
PRODECER I	① - Projeto de Colonização Iraí de Minas	COPAMIL - Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda	Iraí de Minas - MG
	② - Projeto de Colonização Coromandel	Associação dos Produtores Rurais de Coromandel	Coromandel - MG
	③ - Projeto de Colonização Mundo Novo	COOPERNOVO - Cooperativa Agrícola do Mundo Novo	Paracatu - MG
PRODECER II (Expansão)	④ - Projeto de Colonização Entre-Ribeiros I, II, III e IV	COOPERVAP - Coop. Agropecuária Vale do Paracatu Ltda	Paracatu - MG
	⑤ - Projeto de Colonização Guarda-Mor	Cooperativa Agrícola do Oeste Mineiro Ltda	Guarda-Mor - MG
	⑥ - Projeto de Colonização Bonfinópolis	COANOR - Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro	Bonfinópolis/Unai - MG
	⑦ - Projeto de Colonização Buritis	COOPAGO - Cooperativa Agropecuária do Planalto Goiano Ltda	Buritis - MG
	⑧ - Projeto de Colonização Piratinga	COOPERATINGA - Cooperativa Agropecuária da Região de Piratinga	Formoso - MG
	⑨ - Projeto de Colonização Alvorada	CAMAS - Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul	Águas Claras - MS
	⑩ - Projeto de Colonização Paineiras	COACER - Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda	Campo Alegre de Goiás/Ipameri - GO
	⑪ - Projeto de Colonização Cristalina	COACER - Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda	Cristalina - GO
	⑫ - Projeto de Colonização Buriti Alto	COPACEN - cooperativa dos produtores Rurais do Planalto Central Ltda	Agua Fria/Alto Paraíso/Niquelândia/S. J. da Aliança - GO
	⑬ - Projeto de Colonização Piúva	COOPERLUCAS - Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda	Lucas do Rio Verde - MT
PRODECER II (Piloto)	⑭ - Projeto de Colonização Ana Terra	COOPERCANA - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda	Tapurah - MT
	⑮ - Projeto de Colonização Ouro Verde	COPROESTE - Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia Ltda	Formosa do Rio Preto - BA
PRODECER III	⑯ - Projeto de Colonização Brasil Central	COACERAL - Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda	Formosa do Rio Preto - BA
	⑰ - Projeto de Colonização Gerais de Balsas	BATAVO-NE - Cooperativa Agro-Pecuária Batavo Nordeste Ltda	Balsas - MA
	⑱ - Projeto de Colonização Pedro Afonso	COAPA - Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso	Pedro Afonso - TO

Domínio dos Cerrados

Sudeste Goiano

implantando os elementos técnicos, político-administrativos⁷⁹, com a finalidade de integrar o país às novas exigências do padrão de acumulação de capitais.

A disponibilidade do aparato técnico e científico – criação da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1971) e do CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado – conforme resolução apontada pelo II PND foi fundamental para assegurar a racionalização do capital para a ocupação indiscriminada do Cerrado. Diversas ações de âmbito político-científico e de assistência aos empresários rurais foram efetivadas através da criação do PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (1973). A EMBRAPA e o CPAC disponibilizavam pesquisas e novas tecnologias para elevar a produção e a produtividade. Já o PROAGRO garantia, aos empresários rurais que utilizassem as novas técnicas e as novas tecnologias, o subsídio do risco. O empresário rural alocava financiamentos nos bancos oficiais, adquiria terras baratas, dispunha de conhecimento técnico e científico para a sua atividade e, caso houvesse algum contratempo, não corria nenhum risco de perder os investimentos efetuados na produção.

Não fosse o aparato técnico-científico e as linhas de crédito específicas para as áreas de Cerrado, através das políticas públicas que disponibilizaram recursos especiais para incentivar a motomecanização e os investimentos em infraestrutura (vias de acesso e escoamento, armazéns, eletrificação, aquisição de implementos etc.), fundamentais para a modernização da agricultura, certamente, os interesses do capital por essas áreas não teria sido o mesmo. As condições para a territorialização do capital estavam criadas, restava, agora, efetivar as condições para “acomodar” os *trabalhadores da terra* e os camponeses desterritorializados.

⁷⁹ Como exemplos dessas ações governamentais, o Governo brasileiro criou a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). “A atuação dessa organização, de fato, acaba sendo influenciada direta ou indiretamente, pelos centros internacionais” (BRUM, 1987, p. 48). Em 1974, foi reestruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. O sistema se completa, estendendo-se aos diversos Estados, através da criação, em cada um deles, da sua respectiva EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRUM, 1987, p. 49).

III.2.1 A Fusão do Capital Transnacional e do Estado Brasileiro: As Primeiras Experiências no Cerrado e o PRODECER.

E veio um financiamento muito interessante para o produtor, com até quinze anos de prazo, e alguns com juros de 3% ao ano e alguns itens do financiamento que não tinham juros, para facilitar a aquisição. Por exemplo, os insumos não tinham juros. Compramos um espólio em 1972 e fomos fazer um financiamento. Formamos 50 alqueires (mais ou menos 250 hectares) e ainda sobrou dinheiro para comprar 109 vacas. Era uma sociedade, quando nós dividimos a fazenda ficou pra mim pagar o banco. Isso foi em 1979/80, quando fui fazer o acerto com o banco. Mas o banco não aceitava receber. Se você tentasse pagar antes do prazo eles cortavam o seu crédito, falavam que você não precisava mais de financiamento, pois já estava capitalizado. Então você tinha que brigar pra pagar. Aí eu fui a Brasília, porque eu queria quitar e fui pagar o saldo do financiamento. Devia ser mais ou menos 50% do débito total. Eu sei que com (02) bezerros eu paguei tudo. Não tinha correção e a inflação tinha corroído tudo. Aí eu paguei o financiamento para formar 250 hectares de terra, comprei mais de 100 vacas, tive muito lucro e paguei mais da metade com (02) bezerros. Tiveram pessoas que ficaram riquíssimas com esse processo, principalmente aquelas que tinham um pouco mais de informação. Houve muita especulação, pois fizeram financiamentos muito grandes e com a desvalorização, já que não tinha correção, compraram fazendas e muitos não investiram o dinheiro na agricultura.

(H. M. V – Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, fevereiro de 2003).

A leitura das transformações agrárias no espaço do Cerrado necessita compreender o movimento do capital, a permanente autoexpansão impulsionada pela agudização das contradições e as novas formas de controle social sobre o trabalho, que se deram com o intuito de (des)qualificar a ação política dos trabalhadores e/ou dos sujeitos sociais nativos das *áreas cerradeiras*. A criação deliberada de novos objetos e equipamentos técnicos, que, incorporados ao meio, aparecem como objetos geográficos, possibilitou mudanças bruscas nas formas de produzir. O impacto sobre as atividades tradicionais foi intenso e os problemas decorrentes foram mascarados, sob pena de comprometerem o avanço do capital e de incentivarem os movimentos sociais e ambientalistas para as causas sociais e ambientais do Cerrado.

Devido à topografia plana e o fácil aproveitamento do Cerrado pelo pequeno e médio porte da vegetação (diminuindo custos com o desmatamento) e

principalmente sem grandes resistências ao desmatamento do Cerrado (ambientalistas), foi fácil assegurar a abertura dessas áreas ao mercado. Não havia reação a essas investidas e isso facilitou a tarefa de desmatar o Cerrado. Havia uma preocupação com as “ditas” florestas, mas o Cerrado não se incluía, apesar de que, a recuperação do Cerrado é muito mais demorada do que a recuperação das áreas florestadas, porque as terras são mais férteis do que no Cerrado.(H. M. V – Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, fevereiro de 2003).

A partir dos anos 1970, intensificou-se a discussão acerca da necessidade de planejar a intervenção estatal, mediante as prioridades elencadas pelas classes hegemônicas no poder. Dentre as diversas ações, elegeram a ocupação das áreas de fronteira para assegurar os investimentos externos na produção de energia, na agropecuária, na indústria extrativa etc.. Para isso, no início dos anos 1970, adotaram o planejamento estatal como forma de solucionar os desequilíbrios regionais do país e garantir a territorialização do capital industrial e financeiro nas novas áreas a serem incorporadas ao circuito produtivo mundializado. Entre 1971 e 1972 iniciaram-se os primeiros experimentos para a ocupação “racional” das áreas de Cerrado, no noroeste mineiro, com a criação de órgãos de planejamento, assessoria técnica e financeira, para garantir a incorporação dessas áreas aos interesses mercadológicos. Surgiram o PCI – Programa de Crédito Integrado, a ACAR-MG, (atual EMATER-MG) e o BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

As primeiras experiências de cultivo de grãos nas *áreas cerradeiras* foram fomentadas a partir do capital financeiro, representado por agências financeiras estatais e pelas cooperativas que implementaram a colonização dirigida. O PCI – Programa de Crédito Integrado – objetivava incorporar cerca de 292.798 ha do Cerrado mineiro. Concomitantemente, surgiu o PADAP⁸⁰ que se tornou um instrumento de inserção das *áreas cerradeiras* aos interesses do capital, aproveitando a experiência iniciada pelo PCI. O PADAP destinou aproximadamente US\$ 200 milhões para investimentos em infra-estrutura (estradas, eletrificação rural, armazenamento, habitações etc.), representando a primeira experiência de exploração agrícola intensiva – agricultura empresarial – nas áreas de Cerrado⁸¹.

⁸⁰Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba. Em 1974, foi firmado um acordo entre o governo de Minas Gerais e a CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia, para viabilizar o projeto de assentamento nos municípios de Ibiá, Campos Altos, São Gotardo e Rio Paranaíba. O PADAP, como área experimental, utilizou cerca de 60.000 hectares em Minas Gerais e os “colonos” – empresários rurais – eram oriundos do Sul e tinham que ser prioritariamente imigrantes japoneses e/ou nisseis.

⁸¹ Essas áreas-piloto estão localizadas nas proximidades da fronteira com o Estado de Goiás, portanto, próximas à área da pesquisa. As características edafoclimáticas são semelhantes às existentes nas chapadas do Sudeste Goiano.

Pessôa (1988) compreende a ocupação “racional” das áreas de Cerrado a partir da experiência implementada pelo PRODECER I⁸² (1979/1980) e, de forma clara e objetiva, coloca as transformações espaciais resultantes da intervenção do Estado e do capital, destacando a reorganização espacial decorrente. A ação do capital japonês no Cerrado é de extraordinária importância, mas poucos foram os geógrafos que se dedicaram a investigar as transformações espaciais nas *áreas cerradeiras*, inter-relacionando capital-Estado-trabalho. Mesmo que Pessôa (1988) não tenha destacado a dinâmica do trabalho, reforçando suas posições por meio das leituras feitas pelo capital, a pesquisa é pioneira para a compreensão da modernização da agricultura no Cerrado.

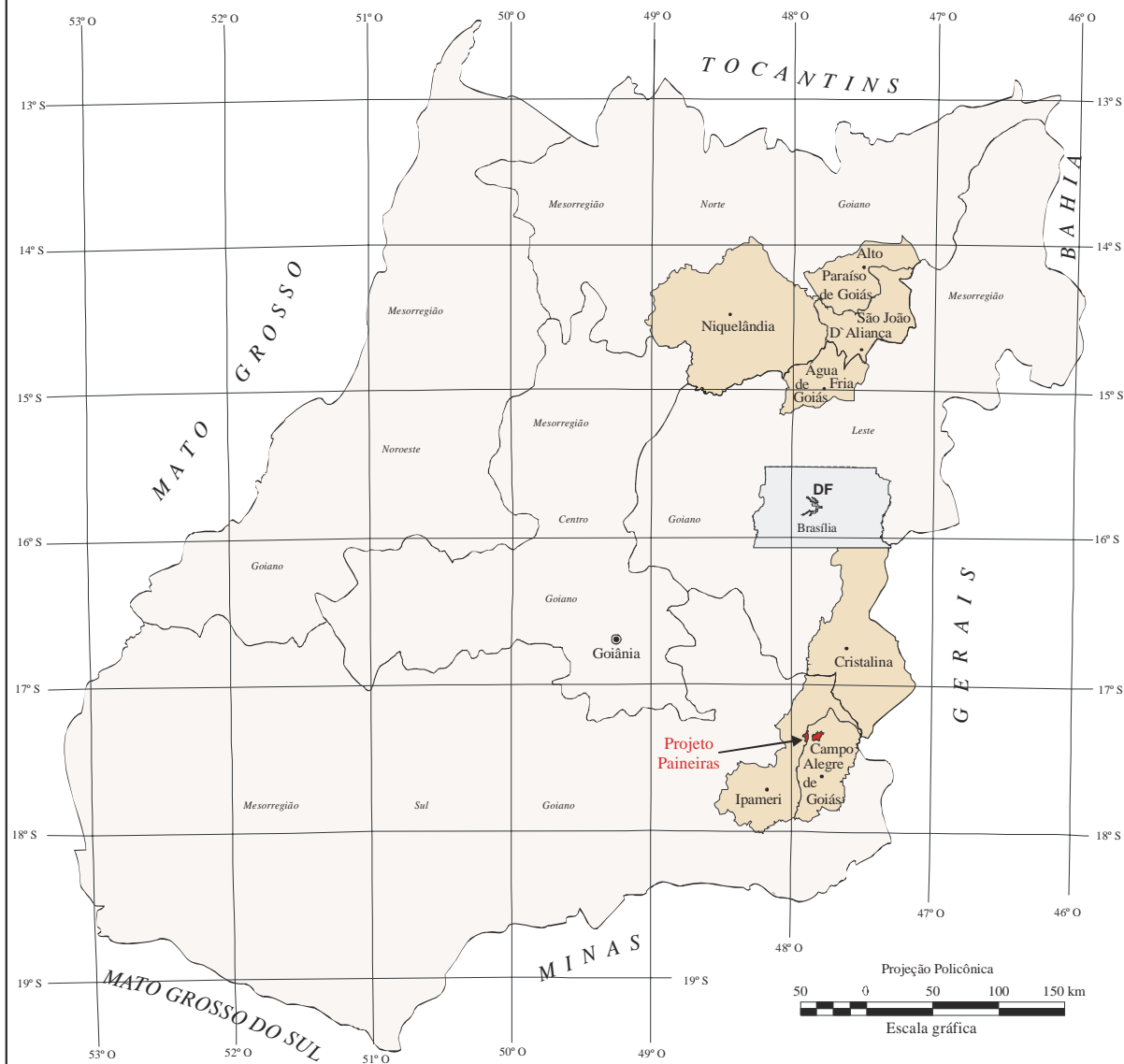
[...] o Estado e o capital internacional produziram uma nova região para atender o mercado internacional, com os elementos básicos ao processo de desenvolvimento: terras, créditos e infra-estrutura (expressa sob a forma de armazenamento, comercialização, assistência técnica, condições de moradia, máquinas, implementos e insumos agrícolas). (PESSÔA, 1988, p. 08).

Interessante a tese da produção de novos espaços, como produto da intervenção do Estado e do capital transnacional. É desse pressuposto que se aponta a “ocupação racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado, comumente denominada de modernização da agricultura. As áreas de Cerrado em Goiás foram incorporadas na segunda etapa do PRODECER (Figura 05), priorizando as áreas de chapada, algumas, no Sudeste Goiano, como o Projeto Paineiras⁸³, entre Campo Alegre e Ipameri.

⁸² A primeira etapa do PRODECER, denominada PRODECER I, incorporou 70 mil hectares de Cerrado em Minas Gerais, nos municípios de Paracatu, Coromandel, Iraí de Minas e Unai. A ocupação ocorreu entre 1979 e 1983, através de projetos de assentamento dirigido e de empresas rurais. A partir de 1986 deu-se início à implantação do PRODECER II, com a incorporação de uma área de Cerrado de 230 mil hectares, nos Estados de Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, atingindo investimentos na ordem de US\$ 300 milhões. O governo japonês respondeu por US\$ 150 milhões e o governo brasileiro pela outra metade. Foram implementados 21 (vinte e um) projetos nos estados de MG, GO, MS, MT, BA, MA e TO, totalizando 353.748 (trezentos e cinquenta e três mil e setecentos e quarenta e oito) hectares, beneficiando 758 (setecentos e cinquenta e oito) colonos, nas culturas de soja, milho, feijão, algodão, arroz, trigo, café, frutíferas e olerícolas. Existem 16.182 (dezesseis mil cento e oitenta e dois) hectares irrigados e 20.093 (vinte mil e noventa e três) irrigáveis. O Programa ocorreu em três fases distintas: PRODECER I – 1979 a 1984 – MG; PRODECER II – 1985 a 1993 – MG, MT, MS, GO e BA; PRODECER III – 1995 a 2001 – MA e TO; (PRODECER – disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> – 2003).

⁸³ Ver INOCÊNCIO, M. E. **O Prodecer e a territorialização do capital em Goiás: O projeto de colonização Paineiras**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

FIGURA 05 - PRODECER II: EXPANSÃO EM GOIÁS
(MUNICÍPIOS ATENDIDOS) - PROJETO PAINEIRAS NO SUDESTE GOIANO - 2004



LEGENDA

 Municípios atendidos pelo Prodecer II

FONTE:
INOCÊNCIO, M. E. 2002.

Cartografia digital
Loandra Borges de Moraes

A primeira etapa abrangeu uma área de 50 mil hectares, com o cultivo de grãos em larga escala, devido à utilização de implementos e insumos agrícolas modernos. Em 1985, foi implementada a II etapa do PRODECER⁸⁴, que deveria abranger 200 mil hectares em Goiás (São João D’Aliança, Formosa, Catalão, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina), na Bahia e no Mato Grosso do Sul, além de Minas Gerais. Em 1997, iniciou-se o PRODECER III, incorporando 80 mil hectares do Maranhão e do Tocantins, devendo se expandir para áreas do Piauí, Pará e Rondônia. O projeto contava com “[...] 850 milhões de dólares para custeio, dos quais 60% seriam fornecidos pelo governo japonês. A concretização da quarta etapa esbarrou na dívida dos agricultores participantes da segunda etapa, que estava estimada em 400 milhões de reais.” (SILVA, 2003, p. 160).

A partir dessas preocupações se estabeleceu o acordo entre Brasil e Japão para a ocupação “racional” do Cerrado⁸⁵. De acordo com os entusiastas da proposta o projeto permitiria o “aproveitamento” de *extensas áreas despovoadas*, a ampliação da fronteira agrícola, a valorização do homem e sua fixação no campo. Conforme documento do PRODECER (2003), essas premissas embasaram o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado, idealizado em 1974, com a edição de um comunicado conjunto dos dois países, e, em 1975, com a criação do Comitê Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola. Paralelamente, estabeleceu-se o Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados – CPAC vinculado à EMBRAPA, visando a operacionalização do suporte técnico-científico através da criação de técnicas básicas para o aproveitamento racional do sistema solo-planta-água e cultivo de grãos.

A descoberta de que a baixa produção e a pouca produtividade das áreas de Cerrado não era decorrente da falta de água, mas da acidez dos solos, promoveu pesquisas científicas, com o intuito de garantir o cultivo comercial, indiscriminado e “racional”. Ribeiro (1986) utiliza o termo “fabricando a terra” ao caracterizar a operação de fertilização dos solos ácidos do Cerrado.

A pesquisa agrônômica sobre o cerrado nasce na década de 40, a partir da Estação Experimental de Sete Lagoas (do Ministério da Agricultura), depois chamada Instituto de Pesquisa Agrônômica do Centro Oeste (IPEACO), hoje Centro Nacional do Milho e Sorgo, da EMBRAPA. As experiências,

⁸⁴ Na II etapa do PRODECER, os municípios de Ipameri e Campo Alegre de Goiás no Sudeste Goiano foram incorporados através do Projeto Paineiras.

⁸⁵ Conforme dados do PRODECER – área total da região: 204 milhões de hectares; área ocupada: 57 milhões de hectares; área para preservação: 77 milhões de hectares; fronteira agrícola: 70 milhões de hectares (situação atual).

combinadas com a evolução da pesquisa botânica, passaram por duas vertentes fundamentais: primeiro, descobrir formas de tornar disponíveis os macro nutrientes, de forma que as plantas pudessem crescer a partir de sua oferta. Em segundo lugar, desenvolver variedades adaptadas a estas condições, aptas para resistir à rudeza das condições do cerrado. (RIBEIRO, 1986, p. 27).

Em documento da JICA⁸⁶ (1979), essa concepção aparece de forma clara, quando salienta-se que na região Centro-Oeste do Brasil existe uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km² de superfície (aproximadamente 3,5 vezes maior que todo o território japonês), se estendendo pelos Estados de Goiás e Minas Gerais. Os proprietários rurais tradicionais – fazendeiros – denominados em alguns projetos de “remanescentes” não tiveram acesso às mesmas facilidades destinadas aos empresários rurais. Sobre essa situação, no noroeste de Minas Gerais, área pioneira, Ribeiro (1986) destaca:

[...] jamais tiveram a seu dispor um esquema de assistência técnica e extensão rural que levasse a sério o viés cultural e produtivo daquelas propriedades. Enquanto os colonos da CAC, de origem japonesa, receberam transplantada para sua nova região a célula-mãe da sua organização produtiva e cultural – a cooperativa – os mineiros, pelo contrário, tiveram destruídas ou desvalorizadas suas referências culturais, sociais e políticas. São duas situações radicalmente opostas. (RIBEIRO, 1986, p. 53).

Para reforçar a necessidade de um novo agricultor (o empresário rural), foram elaboradas através da educação formal, visões imbuídas de forte conteúdo ideológico, valorando os chegantes e suas culturas em detrimento dos *povos cerradeiros* e de suas manifestações sócio-culturais. Enalteceu-se como capacidades para a modernização a competência de gerenciamento associada ao nível de escolaridade e, dessa forma, eliminaram grande parte dos proprietários rurais tradicionais e, principalmente, os camponeses e *trabalhadores da terra*. Ainda, dentre os critérios utilizados para a escolha dos beneficiários priorizaram médios empresários rurais (colonos) com experiência e/ou disposição para o cooperativismo, capacidade de adoção das inovações tecnológicas e espírito empreendedor e inovador. Alijaram os *trabalhadores da terra* e os camponeses, construindo no imaginário

⁸⁶ JICA – Japan International Cooperation Agency – órgão do governo japonês que visava investir no Cerrado com o intuito de assegurar a produção de grãos para as necessidades japonesas. O governo brasileiro criou a CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola, com 49% de participação japonesa no capital responsável pela execução do JICA. Inicialmente o projeto destinava-se a “ocupar” uma área de 50.000 hectares no noroeste de Minas Gerais – Alto Paranaíba, próxima à fronteira com Goiás. Segundo levantamento das CPTs de GO e de MG, apenas a I etapa do PRODECER expulsou cerca de 1 milhão de pessoas do campo, no Triângulo Mineiro.

social a noção de que eles teriam as condições plenas de manterem suas terras e, aqueles que não possuísem terras exerceriam o trabalho assalariado, melhorando as suas condições de vida.

As condições para a obtenção de financiamentos no processo de ocupação “racional” das áreas de Cerrado seguiram rígidos critérios que excluíram os camponeses e os *trabalhadores da terra*. Tinham que apresentar título da propriedade da terra e comprovar que a mesma possuía alto valor comercial. A prioridade das agências bancárias eram aquelas propriedades que apresentavam menores riscos e maior potencial de liquidez, pois os financiamentos estavam condicionados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, para a produção em larga escala.

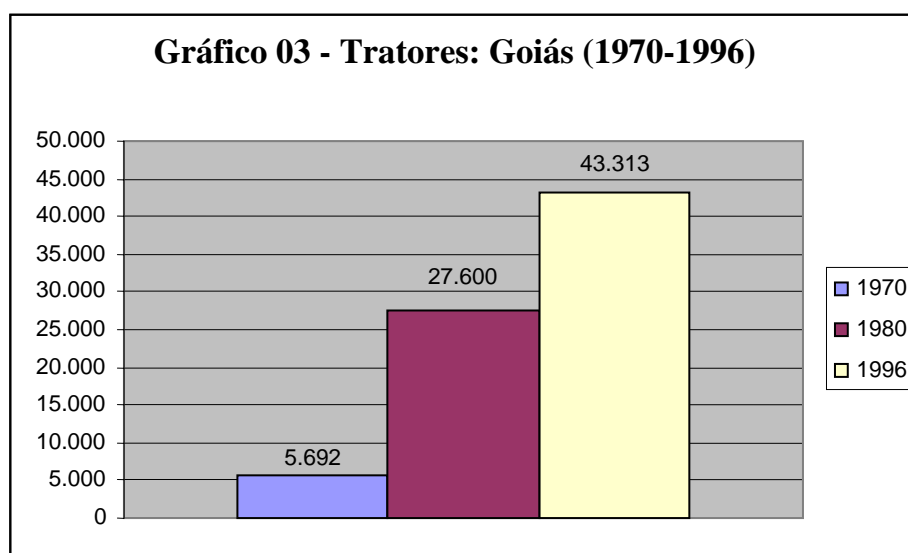
A partir da implantação do PRODECER, o Japão⁸⁷ apresentou uma elevação das importações brasileiras não sofrendo riscos de desabastecimento, pois transformou o Cerrado numa “área cativa” com destaque para a soja. Segundo o PRODECER, as importações de soja brasileira passaram de 1,6% em 1977 para 11,9% em 1999, contribuindo para a diversificação das fontes de abastecimento para a produção de óleo e a estabilidade de preços internos na economia japonesa. O interesse japonês pelo projeto associava-se à constituição de infra-estrutura, principalmente no setor de transportes, possibilitando uma ligação do Projeto JICA com o Projeto Carajás no norte do país. Era a tentativa de realizar uma interação entre a extração de minérios estratégicos e a produção agrícola, viabilizando dois corredores de exportação, um no sudeste e outro no norte-nordeste do Brasil.

As transformações espaciais decorrentes da incorporação das áreas de Cerrado foram intensas. Conforme dados da SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo Federal (1983), ocorreu um aumento substancial da incorporação das terras utilizadas pelas lavouras no Brasil. Em 1970, somavam cerca de 34 milhões de hectares. Uma década depois, atingiam a quantia de 51 milhões de hectares e, em 1983, já eram 53 milhões de hectares. Com relação às áreas de pastagens, havia em 1970 cerca de 154 milhões de

⁸⁷ A redução drástica do grau de auto-suficiência de alimentos no Japão resultou em maior dependência de suas importações. Nas décadas de 1960 e 1970, o aumento dessa dependência causou grande preocupação ao povo japonês, em função do aumento das cotações internacionais dos produtos agrícolas (1973), devido à tendência de redução nos volumes produzidos de trigo, milho e arroz, dos baixos estoques existentes, das aquisições maciças da União Soviética e da crise do petróleo. Além disso, a fonte de suprimento de alimentos estava concentrada nos EUA. Em consequência, a medida tomada pelos americanos no mesmo ano, proibindo a exportação de soja, embora por curto prazo, deslanchou uma alta descontrolada nos preços do mercado interno nipônico, seja nos derivados de soja ou no conjunto de produtos alimentícios. Para dar maior segurança à população buscou-se, de imediato, a diversificação das fontes de suprimento alimentar, e tentou-se promover novos programas de cooperação bilateral voltada para o desenvolvimento agrícola nos países com grandes extensões territoriais disponíveis. (PRODECER – 2003. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>

hectares e, em 1980, essas áreas somavam 171 milhões de hectares, expressando a forma abrupta de incorporação das novas terras pela agropecuária moderna.

Os índices de tratorização⁸⁸ na agricultura brasileira são indicativos da modernização da agricultura, demonstrando o crescimento da tecnificação no campo. Segundo (PESSÔA, 1988), havia em 1970, 14.623 tratores e uma década depois esse número saltou para 68.125 tratores na agricultura brasileira. Em Goiás os índices de tratorização também cresceram de forma significativa, precisamente a partir dos anos 1980. De acordo com o IBGE, em 1970 havia 5.692 tratores e em 1980 havia 27.600. Entretanto, é na década seguinte que o crescimento se acelera, expressando a expansão das áreas de agricultura moderna no Estado. Em 1995/1996, Goiás contava com aproximadamente 43.313 tratores (Gráfico 03). A modernização da agricultura concebida como a adoção das novas técnicas e tecnologias pode ser comprovada a partir do uso de maquinários e implementos agrícolas, conforme os gráficos a seguir.

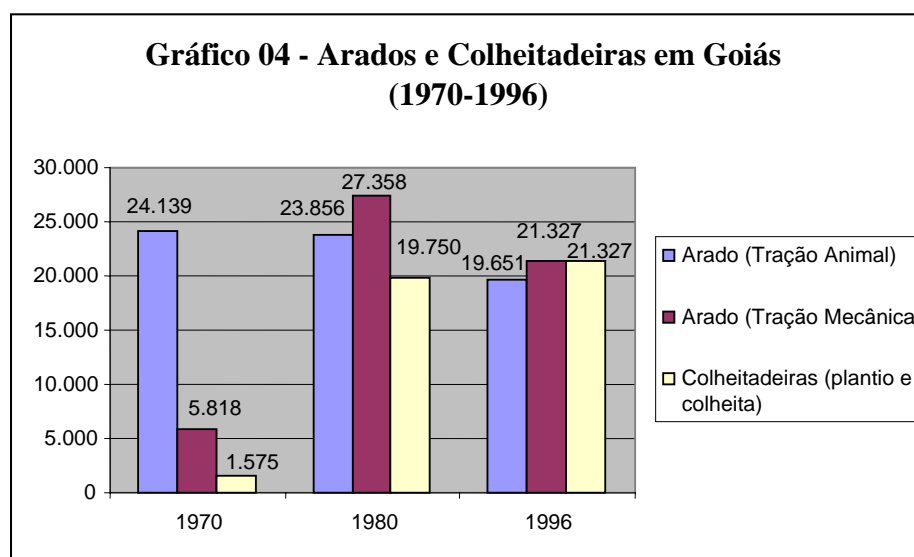


Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

Outro indicativo da modernização da agricultura é o aumento do uso de arados (tração mecânica) e colheitadeiras em Goiás e na área da pesquisa. Em 1970, Goiás possuía 1.575 colheitadeiras e em 1995/96, possuía 27.360. O uso de arados com tração

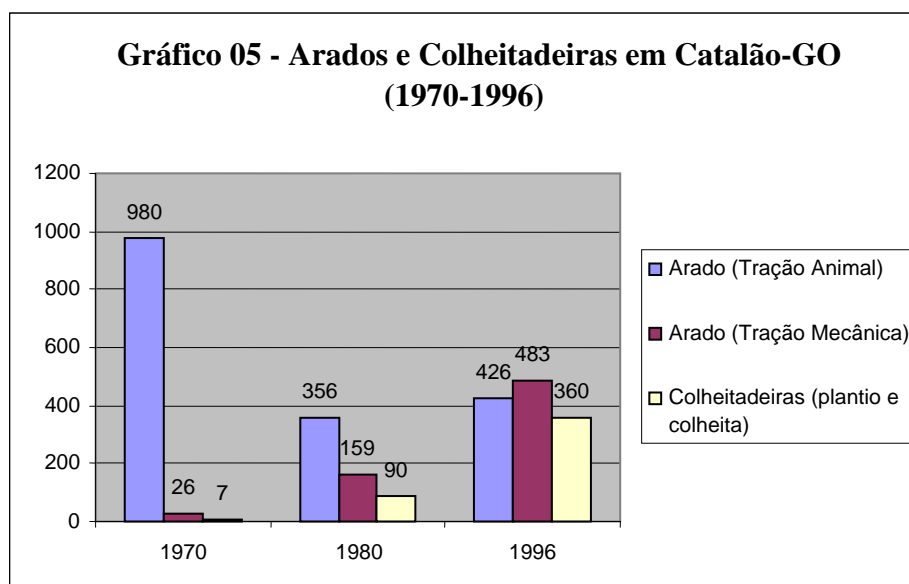
⁸⁸ A expansão agropecuária possibilitou o crescimento do uso de equipamentos mecanizados no Cerrado. O estoque de tratores da região cresceu de 12.282 a 94.354 unidades entre 1970 e 1985, 80% do qual na zona moderna. A expansão agropecuária apoiada na mecanização afetou a mão-de-obra empregada. Entre 1970 e 1985, a área em lavouras expandiu-se 5,4% ao ano; a área em pastagens plantadas, 8,4% a.a.; o rebanho bovino 5,5% a.a.; o estoque de tratores, 13,6% a.a.; enquanto o pessoal ocupado cresceu 2,7% a.a. Disponível em: <<http://www.bdt.fat.org.br/cerrado/dominio/sumario>>.

mecânica, de 5.818 em 1970 chega a 32.381 em 1995/96, demonstrando o elevado índice de tecnificação no Cerrado goiano (Gráfico 04).



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

Nos municípios pesquisados o processo se assemelha. Em Catalão, enquanto os arados com tração mecânica eram 26 em 1970, em 1995/96 chegaram a 483, expressando a incorporação das áreas de chapadas através das empresas rurais e a tecnificação de uma parcela dos camponeses. (Gráfico 05). Ainda, se observa a redução dos arados de tração animal de 980 em 1970 para 426 em 1995/96. Embora tenha ocorrido significativa redução, a permanência de parcela considerável de arados de tração animal, demonstra a presença da agricultura camponesa pouco tecnificada nas bordas da chapada e nas áreas próximas ao centro urbano (cinturão verde).



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

Não há dúvida sobre a tecnificação do campo nessas áreas do Cerrado do Sudeste Goiano, ocasionando visões apologéticas da territorialização do capital transformando as chapadas tidas como “improdutivas” em campos de cultivo. No entanto, é necessário ter cautela, pois essas interpretações negam a existência dos *sujeitos sociais cerradeiros*, eliminando as diferenças e construindo discursos homogeneizadores. Por isso é fundamental a leitura do território a partir dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, embora estivessem sob intensa vigilância dos órgãos de repressão, conseguiram chamar a atenção para os problemas decorrentes da incorporação das áreas de Cerrado pelo capital, denunciando os impactos sociais e ambientais. Dentre os setores mais atuantes, destacaram-se a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a Federação de Trabalhadores da Agricultura de Goiás (FETAEG), a de Minas Gerais e a do Espírito Santo e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)⁸⁹, entre outros, sensibilizando parlamentares e sociedade civil, com o intuito de pressionar o governo brasileiro para não permitir a internacionalização das áreas de Cerrado.

Assim em Brasília, é criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de ha de cerrados dos estados de Goiás e Minas Gerais. (PESSÔA, 1988, p. 126).

O debate girava em torno da perda de soberania, mediante a entrega de extensas áreas agricultáveis ao capital japonês. As reflexões não apontavam alternativas de *desenvolvimento sustentável* a partir da realidade e das experiências construídas pelos *povos cerradeiros*, como estratégias para assegurar uma contraposição à avassaladora ocupação indiscriminada das áreas de Cerrado. Havia um consenso: a necessidade de “ocupar as áreas improdutivas do Cerrado”, assim, divergia-se na forma, mas não necessariamente no conteúdo. Conforme depoimento de destacada liderança política, à época, contrária ao PRODECER, observa-se que a preocupação estava mais centrada na questão da soberania nacional.

⁸⁹ O IPEA demonstrou com pesquisas científicas que com investimentos menores e a participação apenas de brasileiros era possível absorver o excedente de mão-de-obra, ocupando apenas 1/3 da área do projeto JICA. Salientou que em 20 milhões de hectares, o Brasil seria capaz de produzir grande parte do combustível consumido no país com o plantio da cana-de-açúcar, eucalipto, mandioca, babaçu e mamona. Também mencionou a necessidade da produção de alimentos para a cesta básica que, em curto prazo, superaria a necessidade de importação de milho, arroz, carne, leite, manteiga, entre outros. Após colocar essas questões no relatório, os técnicos foram demitidos pelo governo federal.

O PRODECER gerou muita polêmica, inclusive com o “povo da esquerda”, e nós fomos incluído nesse grupo. Existia uma grande preocupação, pois colocaram algumas informações assustadoras. Por exemplo, de que viria para a região cerca de 30 milhões de japoneses. Era o famoso projeto JICA, um projeto japonês, usando verbas públicas a fundo perdido. A informação era distorcida, pois disseram que viria junto com o projeto milhões de japoneses para ocupar o Brasil e as terras do Cerrado. E nós embarcamos nessa idéia que depois percebemos que não era verdadeira. Mais tarde tive outra visão sobre o Cerrado, compreendendo que era necessário de fato incentivar a sua ocupação e tornar essas terras produtivas. (J. M. Liderança política e comerciante – Entrevista, junho de 2003).

Mesmo diante de adversidades, tais como perseguições, demissões e outras formas de violência, os movimentos sociais e populares se colocaram como interlocutores dos povos *cerradeiros*. Denunciaram os impactos sobre os camponeses e os *trabalhadores da terra* que não recebiam qualquer apoio das políticas públicas e estavam condenados à expropriação em função das prioridades elaboradas pelo Estado brasileiro, atendendo às demandas da reestruturação produtiva do capital. Na pesquisa realizada por Pessoa (1988), nas áreas-piloto do PRODECER, nos municípios de Iraí de Minas, Paracatu e Coromandel, em Minas Gerais, não se observou significado econômico para a população residente, ao contrário, houve um empobrecimento dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* mediante a intensa proletarização e precarização do trabalho.

A CONTAG, FETAEMG, FETAG e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Triângulo Mineiro e sul de Goiás reunidos no I Encontro sobre o Projeto Cerrado [...] manifestaram-se também contrários, não só ao referido projeto, mas a todos os outros que estariam sendo implantados na área do cerrado, porque são concentradores de terra em poder de grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, em detrimento de milhares de trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra que estão sendo expulsos do meio rural. (PESSÔA, 1988, p. 127).

A CPT – Comissão Pastoral da Terra – Regional de Minas Gerais e a CPT Centro Sul de Goiás realizaram diversas reuniões com os STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, movimentos populares, lideranças de camponeses e *trabalhadores da terra* e lideranças de proprietários rurais tradicionais, com o intuito de articular uma reação contra o PRODECER. As ações implementadas pelos grupos de apoio não conseguiram êxito, pois parcela dos sujeitos sociais diretamente atingidos, insuflados pelos agentes do capital, não acreditaram nas perspectivas negativas do PRODECER, acusando a Igreja Católica em sua ala progressista e os STRs envolvidos de criarem uma situação de instabilidade, por se oporem ao desenvolvimento e ao progresso. Assim, os camponeses e *trabalhadores da terra* não se

convenceram da ameaça que o Projeto JICA representava. Após as eleições de 1983⁹⁰ ocorreu a articulação de uma ampla frente política com o objetivo de garantir a viabilidade da ocupação “racional” do Cerrado. A partir dos anos 1990, essa discussão sequer aparece nos documentos da CPT Goiás⁹¹.

Não há dúvida sobre as ações danosas provocadas pela implantação das políticas de planejamento, destacando-se: a especulação das terras; a depredação ecológica; o alijamento dos *povos cerradeiros*; a superexploração, a precarização e a sujeição do trabalho; a desterritorialização dos *trabalhadores da terra*; a expropriação e o empobrecimento dos camponeses e trabalhadores urbanos; a crescente concentração da propriedade da terra, da renda e do capital; entre outras. Essas e outras conseqüências são resultantes da histórica opção feita pelo capital, patrocinado pelo Estado, que obteve todas as condições para a sua ampliação e (re)produção nas áreas de Cerrado.

III.3 A Reestruturação Produtiva do Capital: A Modernização da Agricultura nas Áreas de Cerrado.

Na Inglaterra, ainda se utilizam ocasionalmente, em vez de cavalos, mulheres para puxar os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é um quantum matematicamente dado, enquanto, pelo contrário, o exigido para manter mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. Por isso, em nenhum lugar se encontra desperdício mais descarado de força humana por uma ninharia do que na Inglaterra, a terra das máquinas.

(MARX, 1988)

A ocupação “racional” das áreas de Cerrado reforçou o poder político e econômico das elites conservadoras, a partir das empresas rurais, do Estado e das transnacionais, impulsionadas pela agroindustrialização, estimulada pela reestruturação produtiva do capital mundializado. Alves (2002) tece considerações gerais sobre as bases ontológicas do processo de modernização capitalista, com o propósito de apreendê-la a partir

⁹⁰ Foram eleitos Tancredo de Almeida Neves, em Minas Gerais, e Íris Rezende Machado, em Goiás, que se pronunciaram favoráveis ao desenvolvimento do Projeto JICA.

⁹¹ A ação da CPT Goiás se deu denunciando a grilagem, prestando assessoria jurídica e atuando como mediadora nas negociações com o Estado. Ainda denunciava publicamente as atrocidades cometidas contra os *trabalhadores da terra*.

de dois níveis de abstração: primeiro, considerando o movimento do capital em nível geral, onde o processo de modernização é pensado como um produto histórico-ontológico do “sujeito” capital; e, segundo, da apreensão dos múltiplos capitais, tratando a modernização capitalista como resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes. Isso significa perceber que há um movimento do valor em nível geral que se auto-expande, sendo que o ápice desse processo é o capital financeiro, hegemônico a partir dos anos 70 do século XX.

A partir daí podemos compreender o cerne íntimo do processo sócio-histórico do capitalismo moderno, onde o movimento do capital, do ‘valor que se auto-expande’, em seu processo contraditório, tende a incrementar um complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais. (ALVES, 2002, p. 02).

Cabe, então, observar as mediações entre o capital geral e os capitais múltiplos e a territorialização no tempo e no espaço. Isso se torna possível devido à existência dos modos de regulação, que, de certa forma, expressam o conteúdo histórico-geográfico de cada formação sócio-espacial e suas inter-relações com as mais diversas e diferentes formas de vida. O padrão de regulação entre o capital geral e os múltiplos capitais sofre adequações através de ações político-econômicas, que culminam no incremento das forças produtivas, impulsionadas pela ciência e pela tecnologia. Disso decorre que as formas de produzir são alteradas e, conseqüentemente, as configurações do trabalho, ocasionando mudanças na forma de ser social do trabalho. Esse padrão de regulação entra em crise, devido aos impactos do conflito entre formas tradicionais e formas novas, que possibilitaram um consorciamento de atividades, evidenciando variadas formas de existência do capital e do trabalho.

A partir dessa argumentação, a modernização aparece com o capitalismo e se metamorfoseia devido aos momentos de crise do padrão de regulação. Esse processo se agiganta a partir de meados do século XX, com o advento das novas relações sociais de produção e de trabalho, evidenciando as novas formas de valor em movimento, com destaque para o capital financeiro. A territorialização do capital promove uma diversidade de territorialidades, ao mesmo tempo em que atinge “toda a superfície terrestre”, ocasionando a hegemonia do capital industrial e financeiro nas áreas mais distantes, agora, extremamente próximas aos centros de decisão mundializados.

O capital, em seu constante movimento de busca da realização do valor, acabou se enredando numa nova contradição, cada vez mais intensa, pois a realização do valor passou a ser prioritariamente de caráter especulativo. De acordo com Alves (2002), a

reprodução hermafrodita da riqueza abstrata via mercado de dinheiro, sem qualquer controle, inclusive do Estado, atinge a cifra de US\$ 30 trilhões. Corroborando essa discussão e, a partir dela, apontando novas formas de interpretação da complexa realidade social do capital nas últimas décadas, J. Chasin (1996), prefaciando a obra de Mészáros (1996), ressalta a tese da *produção destrutiva do capital* e o papel do Estado capitalista, considerando que vivenciamos os derradeiros limites estruturais do capital e que esse momento expressa os seus últimos fôlegos.

É assim, por sua natureza temática, momento nuclear da panorâmica meszariana do capital autopropelido a seus “derradeiros limites estruturais”: planta na qual sua auto-expansão se apóia na produção destrutiva, consumo e destruição são levados à identidade funcional, as forças produtivas, literalmente, “as forças *abstratamente* ‘produtivas’ da sociedade se tornam ‘*contra-produtivas*’ por causa de sua incrustação social capitalista e dissipação destrutiva”, cujo efeito negador das necessidades humanas tem sua expressão mais brutal, indelével e universal no desemprego estrutural, ou seja, na crescente ejeção, dissipação e destruição de força de trabalho, que “não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais”. (CHASIN, 1996, p.14).

Compreende que o capital se estrutura a partir da taxa de utilização decrescente das mercadorias, como uma das alternativas viáveis para a sua auto-expansão, apresentando diferenciações nos diversos lugares. É a *sociedade descartável* que, controlada pela velocidade do consumo, implica na subutilização até mesmo dos produtos relativamente duráveis, que necessitam ser lançados no lixo muito antes de esgotada a sua vida útil. Esse processo promove impactos na distribuição dos recursos naturais entre os povos e uma pressão sobre os países pobres que possuem grandes quantidades de recursos naturais. O caráter destrutivo do consumo rápido e a perda de recursos naturais e sociais alteram as relações sócio-políticas, assim como acarretam a mais violenta expropriação e exploração das potencialidades existentes nos países dependentes.

Assim, como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de consumo rápido e da dissipação destrutiva de recursos, o “capitalismo avançado” tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história. (MÉSZÁROS, 1996, p.35).

Nessa conjuntura mundial, as formas de produzir entram em crise, promovendo alterações nas relações sociais de produção e de trabalho. Para a maior parte dos

estudiosos do assunto, esse momento – década de 70 do século XX – expressa a crise do fordismo/taylorismo e a emergência de novas formas de regulação e de gestão, culminando com a produção flexível. (HARVEY, 1992). Embora não haja consenso sobre o assunto, os estudiosos ao analisarem as transformações espaciais, destacam as mudanças no trabalho e o intenso (re)ordenamento territorial. Harvey (1992), Chesnais (1996), Antunes (1999), Alves (2000), Mészáros (2002), Thomaz Júnior (2002) e Moreira (2003), entre outros, destacam a relevância de pesquisas sobre as transformações impulsionadas pela financeirização da economia mundial e seus impactos devido à reestruturação produtiva do capital, propiciando a complexificação, a heterogeneização e a precarização das relações sociais de trabalho.

Recentemente, a considerável redução dos custos para produzir e comercializar, proporcionada pela inovação tecnológica, redefiniu muitos conceitos relativos a modelos organizacionais. Os esforços coordenados, impulsionados pela tecnologia e sistemas organizacionais flexíveis, foram fatores essenciais para a continuidade do processo de globalização. [...] Atualmente, porém, os processos de produção, abastecimento, assessoramento, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, são facilmente difundidos em diferentes territórios nacionais. A idéia corresponde a extrair, da melhor maneira possível, as chamadas vantagens comparativas que cada país oferece. (WWF, 2000, p.71).

No que se refere às mudanças no padrão de acumulação no Brasil, tem-se a combinação de elementos do fordismo/taylorismo com as inovações trazidas pelo toyotismo. “[...] a transformação profunda da base técnica, em marcha no mercado, retira da metal-mecânica fordista o papel de engendrador do dinamismo, posição assumida pela mecatrônica toyotista.” Gonçalves (1999, p. 78). As novas formas de gestão, baseadas na adoção de novas tecnologias no processo produtivo, combinam, de um lado, uma elite de trabalhadores altamente qualificados e, de outro, uma grande massa de trabalhadores subordinados a níveis de exploração e precarização, semelhantemente aos primórdios do capitalismo. Nunca se assistiu uma produtividade do trabalho tão elevada, mas jamais se verificou tamanha precarização e desemprego. Eis a contradição colocada pela adoção das novas tecnologias: aumenta-se a produção e a produtividade, mas são diminuídas as condições de sobrevivência para milhares de trabalhadores, que ficam alijados das benesses do “progresso”.

A modernização da agricultura evidencia a reestruturação do capital industrial (máquinas, implementos agrícolas etc.) e financeiro (empréstimos) que pressionou o Estado a estabelecer políticas para assegurar a sua auto-expansão, devido aos desdobramentos das alterações no processo produtivo nos países ricos. A necessidade de novos mercados para seus produtos demonstrava que as áreas periféricas, controladas pelas elites dependentes, no

afã de se industrializarem, aceitariam os “pacotes tecnológicos” como forma de auxílio econômico, embora estivessem enviando ao exterior elevadas quantias como parte do pagamento dos juros da dívida externa.

A adoção de políticas públicas para a ocupação “racional” das áreas de Cerrado foi efetivada a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR (1965), que se tornou o principal instrumento de política agrícola no país, sem o qual a modernização da agricultura brasileira não teria se efetivado com tamanha eficiência. A política creditícia forneceu as bases materiais para o crescimento econômico, viabilizando a internalização da agricultura para os setores industriais à montante (insumos e implementos etc.) e à jusante (indústrias processadoras). A concretização do projeto modernizador se viabilizou através das políticas creditícias (Tabela 05), que tiveram duplo papel: primeiro, atender o mecanismo da demanda colocado pelo capital, ansioso por áreas de expansão; segundo, reforçar a histórica concentração da renda e a centralização do poder nas mãos de um pequeno número de empresários rurais.

Tabela 05 – Crédito rural: agropecuária – financiamentos concedidos por categoria (1965- 2000)

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total (US\$ Milhões)
1965	562,40	156,60	54,30	773,30
1970	2.112,00	666,50	1.112,90	3.891,40
1975	8.481,90	4.357,80	4.718,30	17.558,00
1980	12.261,20	2.799,20	4.447,90	19.508,30
1985	6.100,60	800,50	1.438,40	8.339,50
1990	6.546,50	588,20	1.310,00	8.444,70
1995	3.995,30	819,20	1.207,40	6.021,90
2000	4.878,58	1.263,55	1.372,80	6.514,97

Fonte: Adaptado de Inocêncio, M. E. (2002).
Org. M. R. Mendonça, 2004.

Conforme os dados apresentados, é no período de 1970 a 1980 que ocorreram os grandes financiamentos para custeio, investimento e comercialização, visando operacionalizar a “ocupação racional” e indiscriminada das *áreas cerradeiras*. A partir de 1985, as mudanças nas políticas governamentais propiciaram um regramento gradativo na disponibilização dos créditos para as atividades agropecuárias, uma vez que havia um segmento de empresários rurais que se capitalizaram e tinham as condições de competirem no mercado, aniquilando a maioria dos pequenos e médios empresários rurais que se “aventuravam” a exercer a agropecuária moderna.

Havia um mosaico de fatores que, imbricados, foram responsáveis pelo significativo êxito da auto-expansão do capital em terras brasileiras. A crise do capital e a conseqüente necessidade de expansão rumo às áreas pouco exploradas; a reorientação dos fluxos migratórios, principalmente de nordestinos, em direção ao novo Eldorado, desviando a atenção dos graves problemas urbanos vivenciados pelas áreas industrializadas (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); o Estado centralizador e autoritário e o entreguismo associado aos interesses externos justificados no contexto da Guerra Fria, entre outros, foram fatores fundamentais para explicar a “ocupação” das áreas de Cerrado pela agricultura moderna.

Soma-se a isso o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, que possibilitaram o surgimento de um aparato técnico-científico e de inovações tecnológicas, específicas para a agropecuária nas áreas de fronteira, no caso, para o Centro-Oeste brasileiro. Além de todos esses elementos, havia o conteúdo político, vinculado ao desejo de afirmar o Estado enquanto mantenedor da ordem, com atributos para gerir os conflitos fundiários e evitar a reforma agrária, uma vez que a grande disponibilidade de terras nas áreas de fronteira amenizaria o conflito e a luta histórica dos camponeses e *trabalhadores pela terra* e pela reforma agrária.

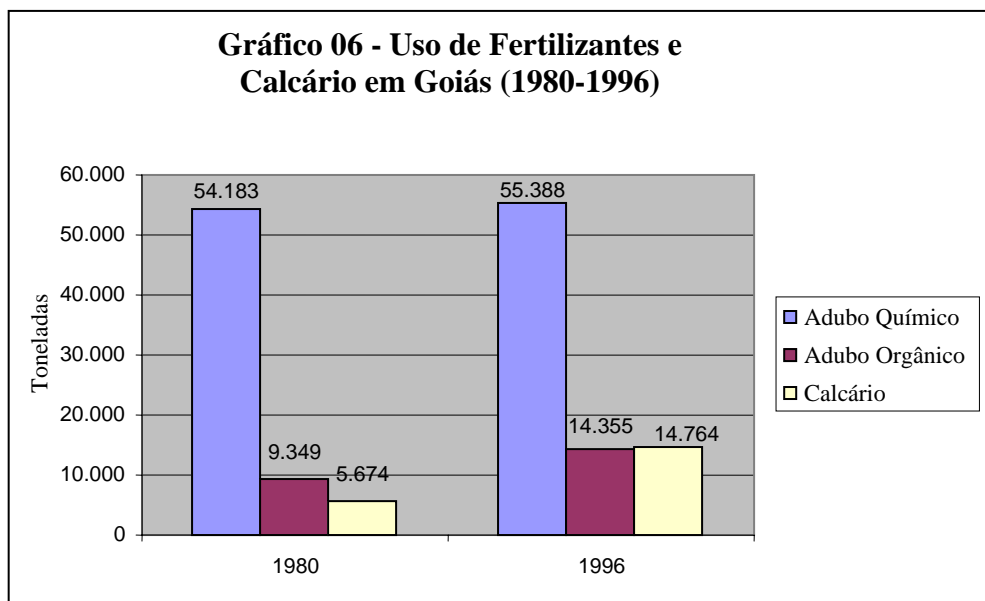
O crescente incremento de insumos, fertilizantes e sementes climatizadas possibilitaram um aumento na produtividade, com destaque para a soja. Na década de 1980, um hectare nas áreas de Cerrado permitia produzir 11 sacas de soja; já na década de 1990, essa produtividade chegou a 50 sacas. Paralelamente à elevação da produtividade, resultando numa densidade técnica do território a partir das exigências das empresas rurais, ocorreu a ampliação das áreas cultivadas com agricultura intensiva comercial (Foto 06), devido ao processo de incorporação das chapadas e à expansão mais recente para as terras planas, que antes estavam destinadas à pecuária leiteira e/ou à agricultura tradicional nas áreas externas às chapadas.



Foto 06 – Cultivo de trigo irrigado nas áreas de Cerrado. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).

A fertilização dos solos ácidos do Cerrado possibilitou o consumo de fertilizantes, a partir dos anos 1970, atendendo aos interesses das indústrias transnacionais que estimularam a implantação de plantas industriais no país, com a presença do Estado no setor, o que fez com que se chegasse a um aumento de 60% da produção nacional, equivalente a, aproximadamente, 45% do total da produção consumida no país. Segundo o IBGE, no período de 1970-1980, o Brasil aumentou o consumo de fertilizantes de 2.750,060 toneladas para 10.272,127 toneladas, demonstrando a ampliação das áreas com agricultura moderna no Cerrado. A adição de fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas etc. permitiu elevados ganhos de produtividade, mas, com o passar dos anos, a simples adição desses insumos não significou mais tantos ganhos, fazendo com que a redução dos custos recaísse no trabalho, com a crescente superexploração e precarização das relações sociais de trabalho.

O crescente consumo de calcário (Gráfico 06) em Goiás no período de 1980 a 1995/96 e de fertilizantes (origem química) evidencia a incorporação dos solos do Cerrado aos interesses da indústria química e de fertilizantes no país.

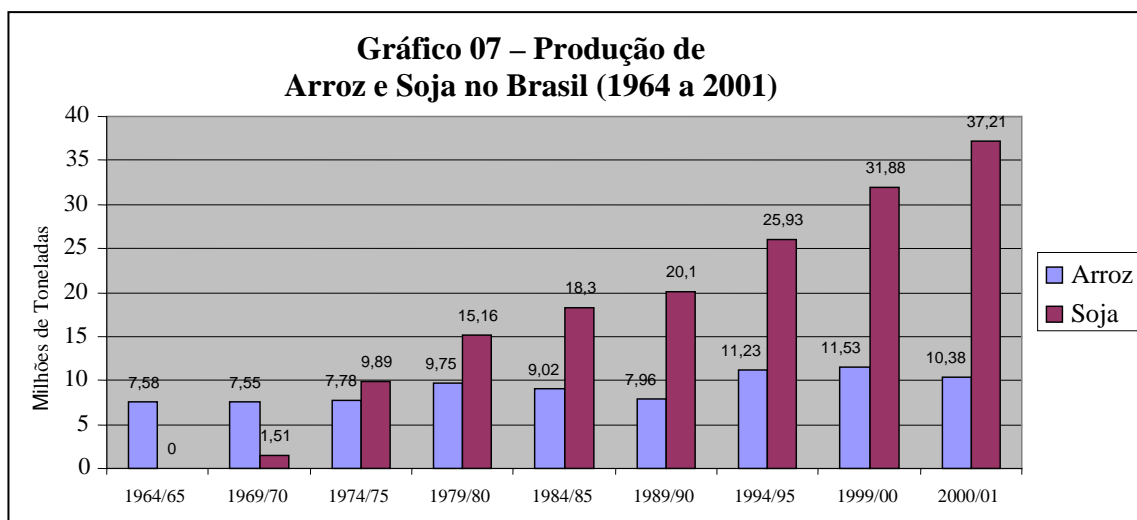


Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil/IBGE – 1995/96.
Org. M. R. Mendonça (2004).

Outro mecanismo essencial para a modernização da agricultura foram os incentivos fiscais, principalmente para a modernização setorial no Centro-Oeste e na Amazônia.

Os incentivos fiscais atraíram, para esse “novo eldorado”, grandes empresas de outros setores da economia, nacionais e estrangeiras, que passam a atuar na agropecuária onde não apenas a produção é estimulada por facilidades fiscais palpáveis, como também a própria propriedade adquirida “valoriza-se” especulativamente, promovendo ganhos patrimoniais expressivos. (GONÇALVES, 1999, p.102).

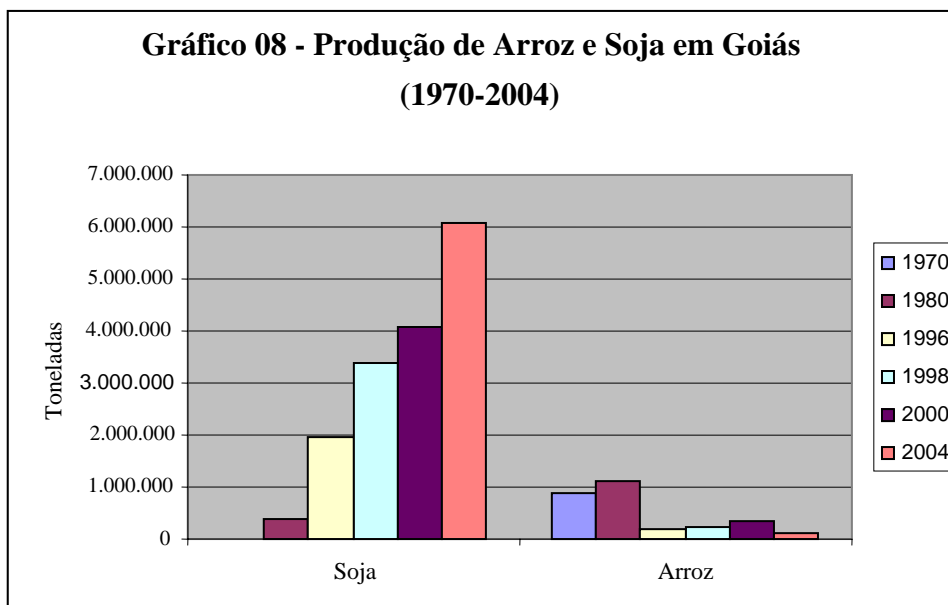
O interesse das políticas públicas era específico para alguns tipos de culturas, com destaque para a soja, mediante as exigências do padrão global de modernização da agricultura. Inicialmente, como não era possível cultivar a soja, em função da acidez apresentada pelas áreas de Cerrado, após a derrubada da cobertura vegetal natural, plantava-se arroz como condição para preparar o solo e, posteriormente, cultivar soja e/ou pastagens. Assim, soja e arroz recebiam a maior parte dos investimentos do crédito rural, enquanto que mandioca e feijão, as denominadas “culturas de subsistência”, recebiam poucos recursos. Mais tarde, quando não era mais necessário o cultivo do arroz, mediante as pesquisas genéticas (desenvolvimento técnico-científico), o crédito rural para essa cultura foi sendo diminuído gradativamente, refletindo o crescimento da produção de soja e a estagnação do cultivo do arroz. (Gráfico 07).



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

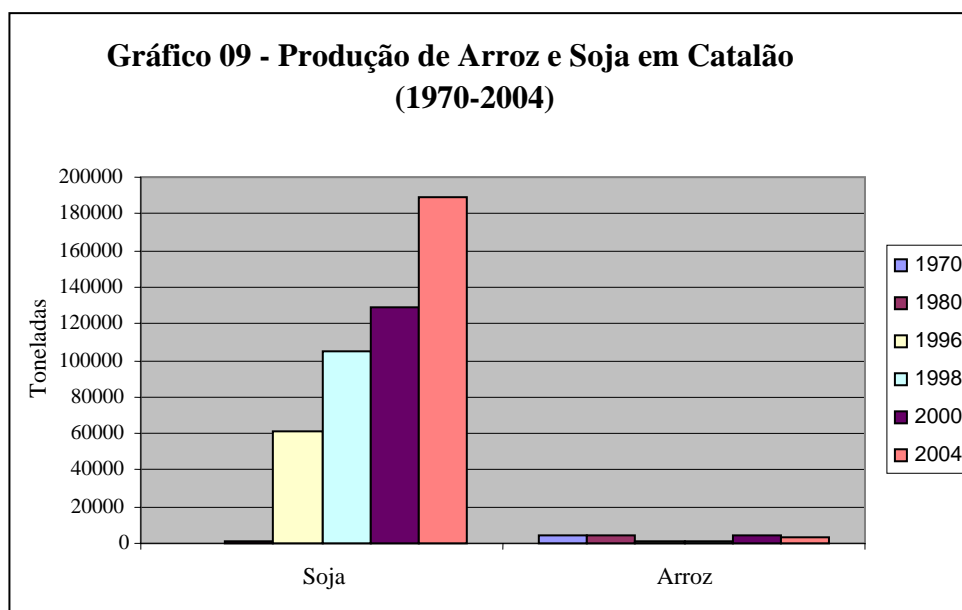
Essa atitude expressa a prioridade do processo de modernização da agricultura, que visava atender as demandas do mercado transnacional. Os Estados de Goiás e Rio Grande do Sul receberam a maior parte do crédito, enquanto áreas de tradicional importância no cultivo do arroz, como o Maranhão, praticamente ficaram alijadas das políticas de crédito. No Rio Grande do Sul, havia a tradição no cultivo do arroz e a força política dos gaúchos no cenário político nacional; e, no caso de Goiás, os financiamentos eram liberados por ser o cultivo do arroz uma condição para a abertura do Cerrado para as culturas comerciais.

Observando os Gráficos 08 e 09 percebe-se que a tendência na redução do cultivo do arroz ocorre em Goiás e em Catalão, evidenciando o apoio do Estado, através das políticas creditícias, ao cultivo de soja, que obteve grande crescimento.



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2003.

Org. M. R. Mendonça (2004).



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 de abril de 2003.

Org. M. R. Mendonça (2004).

A produção das culturas comerciais (soja, cana, algodão, milho, café), culturas altamente integradas ao processo agroindustrial e aos mercados externos, teve prioridade e elevou significativamente sua participação na economia brasileira. No que tange ao expressivo crescimento da soja no Centro-Oeste, quase que um fenômeno, a maior parcela

dos autores atribuem esse fato às facilidades de mecanização e ao cultivo em escala (vantagens comparativas), assim como à presença de programas especiais de financiamento e à construção da infra-estrutura necessária. As políticas técnico-científicas, de insumos, de fertilizantes e de créditos, entre outras, ofereceram o suporte necessário à implementação das empresas rurais nas áreas de Cerrado. O êxito da modernização da agricultura foi notável, pois não há como negar que, do ponto de vista da produção e da produtividade de certos cultivos, houve avanços extraordinários.

Contudo, os elevados índices de produtividade da terra e do trabalho, encontrados nos núcleos mais dinâmicos da estrutura produtiva, não podem nos intimidar a apontar os problemas e fazer uma leitura das transformações espaciais pelo viés do trabalho, da *contradição viva*, enxergando os camponeses e *trabalhadores da terra*, os trabalhadores temporários e permanentes e demais categorias, como sujeitos sociais, e, mais, como portadores de ações políticas evadas de vícios, mas também de possibilidades emancipatórias, na medida em que lutam pela terra e pela reforma agrária.

A hegemonia do capital financeiro modificou substancialmente as relações sociais de produção na agricultura brasileira, possibilitando a fusão dos diversos interesses, localizados e controlados pelo capital mercantil e industrial, ao movimento mais geral da economia e do processo de acumulação do capital mundializado. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas também financeiras. A aquisição de insumos e máquinas pela agricultura, implica, de imediato, na necessidade de financiamento, que passa a se dar através do sistema financeiro instalado – e não mais a partir de agentes isolados como os comerciantes prestamistas – soldando assim o movimento da agricultura com o movimento mais geral da economia. (THOMAZ JUNIOR, 1996).

Entretanto, é necessário pensar que o capital não se restringe à dimensão financeira, assegurando o progresso técnico na agricultura⁹², mas se insere na questão política, com o objetivo de constituir um aparato político-ideológico para controlar o trabalho e as ações políticas dos trabalhadores. Para Silva (1982), no processo de industrialização da agricultura brasileira, as atividades agropecuárias foram se convertendo num setor subordinado à indústria, e por ela foram sendo transformadas.

⁹² Silva (1982), Muller (1989) e outros compreendem a modernização da agricultura enquanto industrialização da agricultura, consolidada a partir da fusão da produção ao processamento industrial ou à agroindustrialização, denominada de CAI – Complexo Agro-Industrial, ainda que com pontos de vistas diferentes.

A agricultura deixa gradativamente o seu papel de “mercado de bens de consumo” para cada vez mais assumir a posição de “meios industriais de produção”, quer como produtora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos o processo de *industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. (SILVA, 1982, p. 46).

Thomaz Júnior (1996) assume a denominação modernização conservadora da agricultura, quando menciona:

[...] que o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho, aponta alternativas concretas, viabilizando-as através da “modernização conservadora” da agricultura para o setor sucro-alcooleiro, oferecendo as condições materiais para a rentabilidade do capital, assegurando a orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando o poder político-econômico da burguesia agrária, agora no comando do CAI. Isto é, além de estimular a intensificação da concentração fundiária, garantiu-se também a concentração econômica, que potenciou aos grandes capitais a propriedade dos bens de produção e o acesso aos mecanismos de financiamento. (THOMAZ JUNIOR, 1996, p.74).

Dessa forma, houve o reforço das elites agrárias que aliadas ao empresariado urbano, implementaram diversas formas de controle social, mediadas pela ação estatal, ocasionando a fragmentação e a desregulamentação do trabalho. O discurso da necessidade da produção de alimentos, associado à idéia de manter estável a balança comercial, é massificado, como estratégia para justificar as mazelas sociais e ambientais. Thomaz Júnior (1996) aponta a intervenção estatal direta, ao anunciar enquanto política pública de interesse nacional o Proálcool⁹³ – Programa Nacional do Álcool, evidenciando a estratégia do capital, que se apropria do Estado e efetiva políticas públicas para solucionar a falsa questão do abastecimento.

Silva (2003) denomina esse processo de modernização seletiva e parcial. Os efeitos dessa modernização sobre a força de trabalho no campo foram a ampliação da proletarianização do camponês, o aumento de emprego temporário e a conseqüente deterioração das relações sociais de trabalho. A esse processo, Gonçalves (1999) denominou *pseudomorfose* da agricultura brasileira, definida pela ocorrência de grandes transformações

⁹³Gestado de comum acordo entre capital e Estado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), instituído através do Decreto 76.593 de 14/11/1975, resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool, selou a mediação estatal na atividade sucro-alcooleira, indexando a produção de álcool aos objetivos centrais. (THOMAZ JUNIOR, 1996, p. 66).

na estrutura produtiva, sem provocar rupturas no plano social e político. “[...] trata-se de nada mais que uma pseudomorfose onde a mudança aparente esconde uma essência permanentemente reafirmadora de diferenças em aprofundamento.” Gonçalves (1999, p. 05). Diz ainda que, enquanto não houver uma radicalização da democratização do poder, tudo quanto for desenhado e implantado não representará mais que uma transformação sem ruptura: uma *pseudomorfose*. Ainda destaca como categoria de análise relevante a *iniquidade*, enquanto exacerbação perversa dos problemas, historicamente, advindos da questão agrária no país, ressaltando-os como elementos intrínsecos ao modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, considera que houve modernização, pois se avançou na atividade industrial devido à da implementação de uma economia transnacionalizada, baseada no intercambiamento entre as mais diferentes empresas, territorializadas nos diversos espaços geográficos. Havia uma intencionalidade do capital que, na tentativa de assegurar as condições de auto-expansão, criou e estabeleceu um modelo de sociedade, baseada nas novas necessidades de produtos industrializados e que atendia aos interesses da indústria, frente às fusões dos complexos agroindustriais, na busca por novos mercados.

No Brasil as políticas públicas adotadas propiciaram um (re)ordenamento territorial através da desterritorialização sob duas formas: a primeira, a *desruralização*, na medida em que os expulsos do campo seguiam em direção às grandes metrópoles, com a expectativa de se tornarem cidadãos, a partir do momento que fossem inseridos como consumidores e, para tanto, teriam que vender a sua força de trabalho; a segunda, a ocupação das áreas de fronteira, com diversas funcionalidades, destacando-se a absorção de excedente populacional, o que amenizava a pressão pela reforma agrária e pela legitimidade dos investimentos realizados pelo Estado, apresentando como justificativa, o atendimento às demandas dessas populações, quando na realidade, atendia-se aos interesses do capital.

A modernização da agricultura é o discurso da modernidade sendo implementado nas *áreas cerradeiras*, até então consideradas inóspitas, improdutivas e atrasadas. É conservadora porque expressa o movimento do capital na busca incessante pela produção do valor e mantém a estrutura fundiária concentradora. Assim, não se considerou que já havia sociedades organizadas pelo capital nesses espaços, desde tempos idos, que exerciam funcionalidades diversas, através da produção de alimentos e/ou por serem mercados consumidores. A modernidade se expressa através da modernização da agricultura, que significa a adoção de valores e comportamentos urbanos, mesmo para aqueles que ainda permanecem no campo. Ser moderno é ser consumidor. Como a pobreza não é apenas rural, ao contrário, está também concentrada nas cidades, restam poucas alternativas para a

sobrevivência, o que estimula o Estado e a sociedade civil, pressionados pelo caos urbano (violência, tráfico, seqüestros etc.) a viabilizarem medidas paliativas (políticas assistencialistas) sem conteúdo de cidadania.

Preocupa-nos o uso indiscriminado da modernização da agricultura para compreender as transformações no espaço agrário brasileiro, principalmente nas áreas de Cerrado. É necessário qualificar, conceituar e nomear com clareza o que se quer dizer quando se utiliza o termo modernização da agricultura. A impressão que se tem é que é um grande “guarda-chuva”, abrigo das mais diferentes abordagens teórico-metodológicas⁹⁴, agregando e aglutinando atores sociais diferentes e até mesmo antagônicos.

É preciso considerar que ao se utilizar o termo modernização deve-se perceber, concomitantemente, as diferencialidades espaciais, com o intuito de expressar o processo de transfiguração do valor. O termo, utilizado largamente após os anos 1970 para expressar a adoção das inovações técnicas (desenvolvimento e difusão de tecnologia), não corresponde à totalidade da realidade social, pois com isso se omite o processo real em curso, qual seja, o conteúdo territorial e os desenhos societais, produto-produtor das contradições entre o capital e o trabalho. A atitude de modernizar a agricultura pressupõe que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais, conservadores e retrógrados, e deviam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso.

Esse discurso é mais forte quando se trata dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* que, em sua maioria, foram expulsos para as áreas urbanas e para as áreas de fronteira. Ao elegerem um objetivo – modernizar o latifúndio – elegeram um inimigo a ser extirpado – os camponeses e os *trabalhadores da terra*, que sofreram e sofrem conseqüências distintas devido à ação do capital. É como se não houvesse racionalidade nas formas de uso e exploração da terra apropriadas de forma tradicional. “É a centelha da ciência moderna que transforma o Jeca Tatu num novo homem, progressista, endinheirado e comprador de mercadorias.” Ribeiro (1986, p. 23). O que ocorre é a substituição hegemônica de uma forma de capital, tida nesse momento como ineficiente e atrasada, por outra, mais eficaz e lucrativa.

Assim como a universalização do pensamento moderno europeu não permitiu que as lógicas dos que a ele resistiram tivessem assento no debate e na discussão

⁹⁴ GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter**: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

científica, fazendo valer a lógica do capital, também não tiveram voz esses sujeitos sociais, dentre eles os *povos cerradeiros*, denominados de novos e, que atualmente,

[...] põem em debate outras questões, outras relações, ele(a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, Re-Existiram, se reinventaram na sua diferença, assim como o europeu é, também, uma invenção na diferença embora na condição de pólo dominante no “sistema-mundo”. (GONÇALVES, 2003, p. 03).

Na verdade, não se tem a transformação do Jeca Tatu num homem moderno, mas, a sua substituição, decorrente das novas formas de uso e exploração da terra, inauguradas com as empresas rurais.

Algumas dessas abordagens se colocam claramente na defesa dos interesses do capital e utilizam a nomenclatura modernização da agricultura como sinônimo de progresso e bem-estar para a maioria da população local e regional, salientando que as possíveis conseqüências negativas são necessárias para se atingir o bem-comum. Nesse sentido, objetivam homogeneizar as diferentes formas de produzir, as diferentes relações sociais de trabalho, os conflitos e as contradições em torno da posse da terra, não contribuindo para decifrar e/ou compreender as múltiplas clivagens e contradições envoltas no processo social. Apontam uma perspectiva política conservadora, sem qualquer compromisso social com uma perspectiva analítica e crítica, e afirmam, a lógica perversa do capital no processo de apropriação das *áreas cerradeiras*, desconsiderando inteiramente o trabalho e os desdobramentos para os *povos cerradeiros*.

Essa mesma leitura também é feita por cientistas sociais, inclusive geógrafos, que se colocam numa perspectiva crítica, mas apenas lamentam as desgraças cometidas pelo processo de modernização da agricultura, enfatizando o deslocamento populacional e as seqüelas ambientais, sem considerar as formas de controle social, impetradas sobre o trabalho e a ação política dos trabalhadores. A modernização da agricultura é a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho e, assim, conformando possibilidades emancipatórias – *contradição viva* – a partir da luta pela terra e pela reforma agrária.

A modernização conservadora da agricultura é compreendida como o processo de reformulação das técnicas, sem alteração das relações de propriedade, que permanecem centradas no *latifúndio moderno*, escudado na denominação de empresas rurais.

A tecnificação do latifúndio – empresa rural – significou um novo fôlego para os grandes proprietários de terras, dissimulado sob o discurso produtivista do agronegócio, tentando encobrir a necessidade da reforma agrária e descaracterizando os movimentos sociais que lutam pela terra. Dessa forma, não é possível compreender o processo de modernização da agricultura, na perspectiva política da *modernização conservadora* e/ou da *modernização dolorosa*⁹⁵, ou ainda, da *pseudomorfose da agricultura brasileira*, sem considerarmos o movimento mais geral do capital, pois não compreenderíamos, com a acuidade necessária, a existência das contradições. Mas perceber as contradições não basta, é necessário apreender o seu conteúdo emancipatório, possível apenas a partir da análise da territorialização do movimento do capital global, assim como dos múltiplos capitais que se associam no processo de acumulação.

A modernização conservadora expressa e é a própria lógica destrutiva do capital. Assim, para compreender essa processualidade sócio-histórica são necessárias leituras do território a partir dos movimentos sociais. Oliveira (2002) coloca a barbárie cometida pelas elites brasileiras em relação à luta dos camponeses pela terra. Destaca o fato de que se tem um novo camponês, na perspectiva dos novos movimentos sociais, que se caracteriza por uma luta por direitos. Está-se diante do campesinato moderno, fato evidenciado a partir do crescente aumento dos conflitos no campo e da adoção de políticas públicas deliberadas para a redução de assentamentos e ainda pela criminalização da luta pela terra, que considera como presos políticos as lideranças que reivindicam a reforma agrária. Lopes (2002) considera que houve uma modernização conservadora, na medida em que não ocorreu alteração na estrutura fundiária do país e, tampouco, a disseminação do assalariamento nas áreas de fronteira agrícola. Cita que atualmente 150 milhões de hectares são considerados latifúndios improdutivos, enquanto 52 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, concentrados no Nordeste e principalmente no meio rural brasileiro.

O capital ao se territorializar assegura as condições para a sua superação, ou seja, a possibilidade da agudização da luta de classes se efetiva mediante a ação dos movimentos sociais, dos sindicatos de trabalhadores, das associações de pequenos produtores, dos partidos políticos no campo da *esquerda histórica*, das organizações não-governamentais

⁹⁵ “Modernização dolorosa – porque é lenta e restrita – continuará o seu caminho, acompanhada por uma presença cada vez maior de capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, defensivos), os meios de produção (máquinas e equipamentos) e a comercialização da produção. E será cada vez mais submetido a esse estreito controle oligopolista-monopsônico que o pequeno agricultor terá de organizar a sua produção de modo a conseguir obter o sustento da sua família aí empregada”. (SILVA, 1982 p. 124).

etc., que, de forma diferenciada e vivenciando situações organizacionais distintas, expressam as reivindicações da classe trabalhadora.

Nesse sentido, uma reflexão acerca da forma predominante de pensar as transformações no espaço agrário é necessária, particularmente nas áreas de Cerrado, pois a modernização da agricultura é tida como consolidada. Não se indaga sobre a ação e a atuação dos movimentos sociais e/ou mesmo sobre as fraturas e clivagens, visíveis no processo de modernização da agricultura. Os pesquisadores centram suas análises no processo de urbanização e industrialização, que promoveu grandes mudanças no campo, e/ou nos impactos sócio-ambientais, em função do modelo empresarial adotado pelo capital como prioridade para a racionalização da agropecuária e para a agroindustrialização nas *áreas cerradeiras*.

Para uma análise qualitativa e prospectiva é relevante a compreensão das diferentes temporalidades que, justapostas, imprimem características universais, porém, singulares, ao Cerrado. É preciso compreender esse processo na perspectiva da experiência social e das lutas travadas pelos trabalhadores, camponeses e *trabalhadores da terra*, portanto, a partir do conflito capital x trabalho, sem o qual não se pode avançar rumo à transformação social. Apreender o conteúdo e o desenho societal dos territórios e assegurar os instrumentos necessários aos trabalhadores para a superação dessa “ordem de coisas” não se resume apenas à defesa da reforma agrária, mas significa pensar para além da sociedade capitalista, destacando, na ação política concreta a *perspectiva histórica* rumo à uma sociedade com valores verdadeiramente humanitários e civilizatórios.

A investigação sobre os desdobramentos da modernização da agricultura torna-se plural e concreta ao considerar a realidade vivenciada pelos *povos cerradeiros*. Isso implica em utilizar a categoria trabalho e as múltiplas formas assumidas (as velhas e as novas) pelas relações sociais de trabalho para apreender as transformações nos *territórios cerradeiros*, a (re)definição do conteúdo na relação cidade-campo e a ação política dos trabalhadores (movimentos sociais, sindicais e ambientalistas). Insiste-se na tese de que a modernização da agricultura foi extremamente exitosa e em que o processo de ocupação das áreas de Cerrado – “ocupação racional” e indiscriminada – visava exatamente obter elevada produtividade da terra e do trabalho. A viabilização da modernização da agricultura – projeto integrado e impulsionado pelas necessidades do capital em assegurar as condições de auto-expansão – provocou graves problemas sociais e ambientais. A preocupação fundamental era produzir com custos baixos e isso implicava em não se precisar desenvolver técnicas e

tecnologias que pudessem minorar os impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades modernizantes.

Havia uma intencionalidade, pensada e efetivada a partir do estabelecimento de políticas públicas e privadas, que demonstra a opção realizada pelo capital e pelo Estado. O objetivo era o crescimento econômico do país, daí ter que se compreender a lógica da modernização da agricultura a partir da necessidade de universalizar as novas relações sociais, calcadas na superexploração, na precarização e na subordinação do trabalho aos interesses das novas formas de produção, operacionalização e gestão do capital. A heterogeneização, a complexificação e a precarização do trabalho expressam as mudanças decorrentes do processo de reprodução do capital, baseado em novas formas de gestão e produção para assegurar a acumulação do capital. Assim, o espaço passa a ser construído na perspectiva das elites, onde o Estado aparece como o sujeito da história e o mercado como o *locus* em que o Estado e a sociedade se enraízam, não permitindo qualquer reflexão acerca das relações capital x trabalho.

De acordo com Moreira (1985), a formação da sociedade brasileira está diretamente associada ao movimento do capital em nível mais geral, ou seja, às necessidades do capital mundializado. Dessa forma, há que se entender o processo de internalização da divisão internacional do trabalho no país e como a estrutura espacial foi sendo alterada mediante a ação do capital, a do Estado e a ação política empreendida pelos trabalhadores. A cimentação das condições materiais e imateriais no processo de produção da existência implica em perceber a política como elemento essencial para assegurar a unificação das diversas categorias de trabalhadores, com o intuito de articularem ações na defesa de interesses do indivíduo social, associado aos interesses macrosociais.

A fragmentação e a segmentação dos trabalhadores, decorrente da divisão social e espacial do trabalho frente à contemporaneidade do capital, possibilitaram *crises identitárias* no trabalho e fraturas na ação política. Não há trabalhadores da agricultura. O que há são diversas categorias profissionais que não conversam entre si sobre aquilo que é a essência da ação política concreta, qual seja, a defesa incontestada do uso e da apropriação do solo, conforme as condições ecológicas e as necessidades humanas, construindo a *sustentabilidade social*.

A modernização da agricultura significou a transposição das formas avançadas do capitalismo para as áreas até então incorporadas ao sistema mediante a esfera da circulação. Apoiada no Estado, significou a implantação da racionalidade técnica e científica, alterando profundamente as relações sociais de produção, ocasionando mudanças substanciais

no trabalho e, conseqüentemente, territorializando elementos que permitem pensar em um novo conteúdo na relação cidade-campo.

A partir dessa exposição, segue uma reflexão acerca das empresas rurais, considerando-se as clivagens agudizadas – relação capital x trabalho – no processo de territorialização nas áreas de chapada no Sudeste Goiano, dando uma visão panorâmica da sojicultura e dos impactos sociais e ambientais decorrentes da modernização conservadora da agricultura, mas, substancialmente das mudanças no trabalho.

III.4 As Empresas Rurais⁹⁶ nas Chapadas: A Sojicultura no Sudeste Goiano

Esse povo sofreu um choque muito grande. O pessoal não dava nenhum valor a essas terras. Só pra ter uma idéia: compramos uma fazenda de 1.500 hectares a troco de 54 vacas paridas e fiquei tido como bobo por comprar as terras que não serviam para nada. Aquilo não valia nada. O Cerrado era visto apenas como área boa para criar grilo. Na época não faziam inventário, porque os preços não compensavam. A fazenda que hoje é parte do Grupo Rampelotti – antiga Tiúba – na origem (cartório) foi uma área adquirida a troco de imposto. O pessoal que se assentou na região vendia (01) alqueire no Sul e compravam até (40) alqueires aqui.

(H. M. V. Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, fevereiro de 2003).

A ocupação “racional” das áreas de Cerrado se intensificou após a década de 1970 e, especificamente, no Sudeste Goiano, na década de 1980. Iniciou-se com a chegada de empresários rurais oriundos do Sul, muitos com pouca disponibilidade de capitais, porém dispendo de facilidades creditícias para abrir as lavouras comerciais em grande escala.

⁹⁶As características elencadas por Mesquita (1993) para conceituar a Fazenda Maringá como uma empresa rural são as técnicas e os métodos modernos, o uso de tecnologia avançada, o planejamento e a racionalização das atividades impulsionadas pela divisão internacional e regional do trabalho. “A Fazenda Maringá se enquadra dentro dos padrões do que se pode definir como moderna, se considerarmos a modernização agrícola como sendo um conjunto de métodos e técnicas visando aumentar tanto a produção quanto a produtividade da terra e do trabalho”. (MESQUITA, 1993, p. 15). Concorde-se com a conceituação apontada, porém, a noção de divisão internacional do trabalho, de grande importância nesse caso, acaba não contemplando a dinâmica diferenciada do capital em nível mundial que, nesse momento (anos 1970), estava passando por uma intensa reestruturação produtiva com rebatimentos no processo de ocupação “racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado. Assim, além da mudança na base técnica e nas relações sociais de produção e de trabalho, a implementação das empresas rurais possibilitou a construção de discursos acerca do moderno, como condição para *limpar as áreas* dos empecilhos – camponeses e *trabalhadores da terra* – que obstaculizavam o progresso do e para o capital nessas áreas.

Adquiriram terras baratas nas áreas de chapadas⁹⁷ e introduziram o cultivo do arroz, para facilitar a implantação da soja nos anos posteriores. Na pecuária, ocorreu o plantio de pastagens através do cultivo de forrageiras e capim brachiária⁹⁸, aumentando a produção e a produtividade do rebanho por hectare.

Conforme os depoimentos, a ocupação das áreas de chapadas no Sudeste Goiano ocorreu, como na maior parte das *áreas cerradeiras*, através de famílias oriundas do Sul em busca de terras baratas para o cultivo de soja.

Em 1972 chegou a primeira família de gaúchos – a família Zanella. Eu já tinha experiência com o cultivo de arroz no Cerrado e comecei a fazer experimentos com a soja. Era uma variedade de soja que dava cerca de 20 sacas por hectare e isso era uma beleza, porque a soja valia muito dinheiro. (V. M – Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, março de 2003).

O pessoal que veio explorar o Cerrado na região e no caso específico de Catalão, não eram aventureiros. Vieram mais ou menos capitalizados. Isso foi a partir dos anos 1980, antes tinha poucas famílias. O pessoal que veio trouxe tecnologia, porque o sulista já tinha uma tradição no uso da tecnologia, muito mais do que o próprio paulista. (P. Z. – Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, junho de 2003).

A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assume proporções significativas, devido ao aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado e à infra-estrutura necessária ao processo de ampliação e (re)produção do capital. A adoção das inovações técnicas e tecnológicas, dentre elas a mecanização e a biotecnologia, significaram a expansão das culturas de grãos com destaque para a soja, nas áreas de Cerrado, que apresentam terras planas, disponibilidade de recursos hídricos, infra-estrutura e logística adequadas para facilitar o escoamento da produção.

As transformações espaciais provocadas pela modernização da agricultura nas áreas de Cerrado propiciaram novas configurações geográficas. Mas os discursos elaborados pelos agentes do capital afirmavam a *homogeneização espacial*, negando as diferentes formas de uso e exploração da terra e propalando a empresa rural como a alternativa empreendedora e o modelo de civilidade no “sertão ocupado”. A garantia de preços mínimos, o preço único dos combustíveis, as pesquisas científicas e o crédito farto,

⁹⁷As empresas rurais ocupam as chapadas, que possuem altitude variando entre 970 e 1100 metros e apresentam condições geomorfológicas e climáticas adequadas. Destacam-se no cultivo de soja, milho, café, algodão, feijão e trigo irrigados.

⁹⁸ Segundo Silva (1991), o capim braquiária, (*purpuracens*) foi introduzido no Brasil em meados da década de 1950 e em Goiás por volta dos anos 1960, substituindo os capins nativos. A resistência à seca, a capacidade de rebrota e a facilidade de adaptação em solos fracos foram razões para a sua imediata proliferação pelas áreas de Cerrado.

entre outros, foram os principais elementos dos programas governamentais para facilitar a modernização das atividades agropecuárias.

Diversos fatores viabilizaram o desenvolvimento da sojicultura no Brasil, destacando-se a demanda por alimentos protéicos nos países desenvolvidos e a redução da produção nos EUA, o que elevou os preços, precisamente a partir da crise de 1973. Internamente, o governo brasileiro necessitava de um cultivo que propiciasse divisas para a economia – balança comercial – e que fosse industrializável, atendendo às necessidades do mercado externo e das agroindústrias que se territorializavam no centro-sul brasileiro.

A modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias. A idéia era transformar as áreas ocupadas pelos proprietários rurais tradicionais, camponeses e *trabalhadores da terra* em áreas modernas. No Sudeste Goiano – município de Catalão – a presença do aparato estatal foi fundamental para a territorialização das empresas rurais (Foto 07) nas áreas de chapadas, inicialmente com o cultivo de arroz e soja.

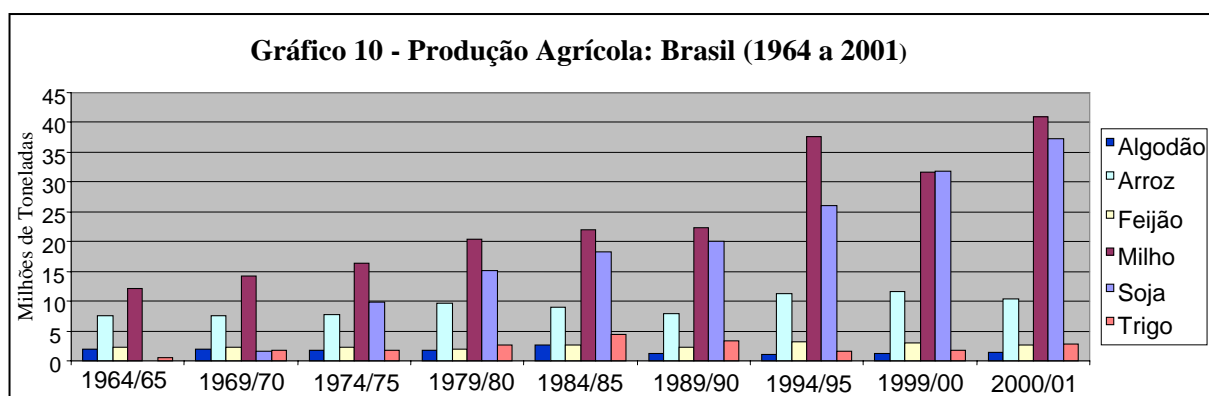
Em 1983/84, chegaram alguns sulistas, paranaenses na maioria, e me procuraram na Prefeitura. Tinha assumido em 1983 e falei a eles: podem ficar tranqüilos que vou fazer tudo que precisam. A primeira obra que fizemos foi a estrada para a chapada conforme eles queriam. Tinha clareza que o Cerrado era o futuro e que esses sulistas iriam desenvolver a região. Fiz toda a infra-estrutura e sempre acreditando neles. Quando fui fazer a ponte no rio São Marcos eles me deram o cimento. Fizeram uma cotização e cada produtor doou uma parcela para construir a ponte. (Prefeito Municipal em Catalão – 1983-1988 – Sudeste Goiano. Entrevista, fevereiro de 2003).

Goiás obteve significativo crescimento econômico na agricultura moderna, destacando-se como um dos maiores produtores de grãos do país. Seguindo as diretrizes da economia nacional, determinada pelas necessidades mercadológicas internacionais, a soja foi selecionada como a principal alavancadora das mudanças na política agrícola e uma das mais importantes geradoras de receitas de exportação da balança comercial brasileira, resultando numa atividade intensiva em capital e em tecnologia.



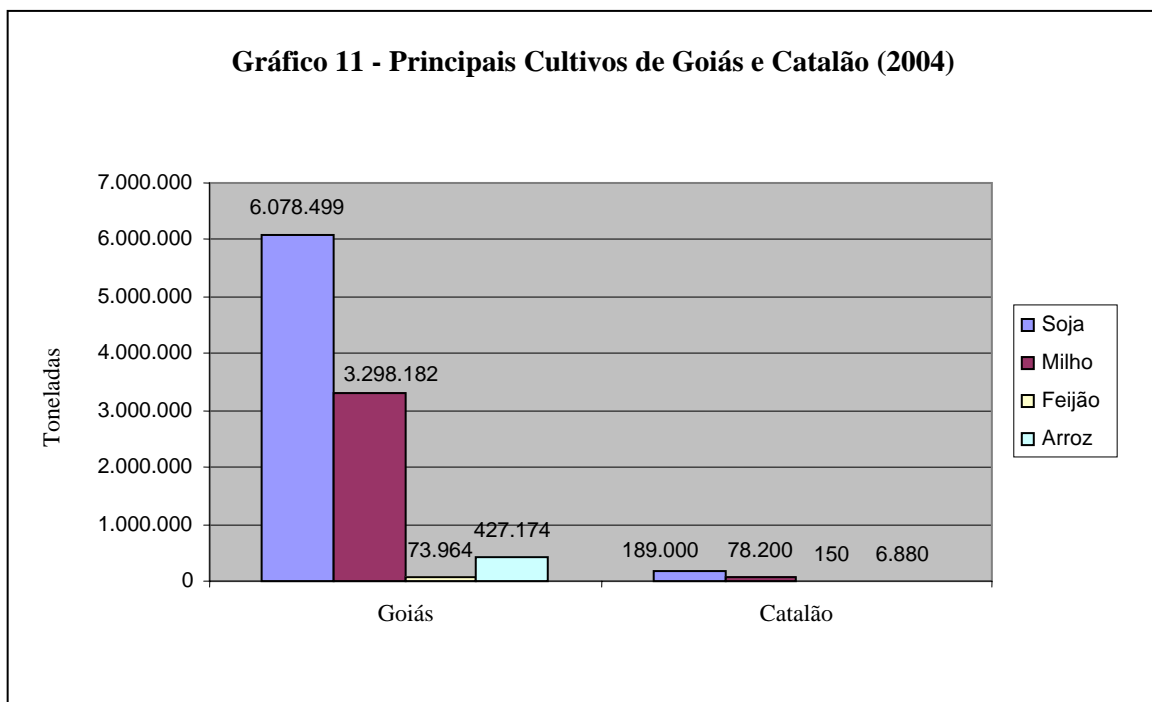
Foto 07 – Vista aérea da Fazenda Maringá. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do Arquivo Fazenda Maringá, 1988).

Observando os Gráficos 10 e 11 é possível perceber um contínuo crescimento da produção de grãos no Brasil, em Goiás e em Catalão, principalmente quanto aos cultivos de exportação e ao crescimento na produção e produtividade nas áreas de Cerrado que, atualmente, respondem por mais de 50% da produção de soja no país (Gráficos 12 e 13). A ocupação “racional” das chapadas mediante a territorialização dos cultivos modernos pode ser observada nos estados brasileiros que apresentam áreas de Cerrado, recentemente incorporadas pelos empresários rurais.

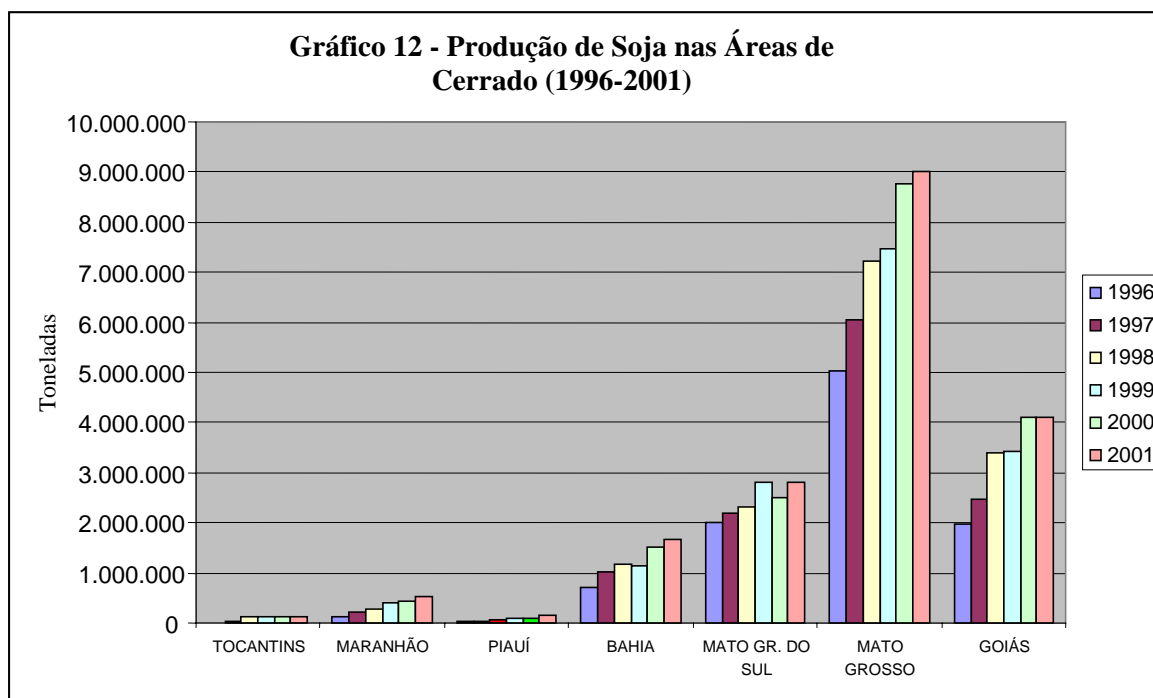


Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2003.

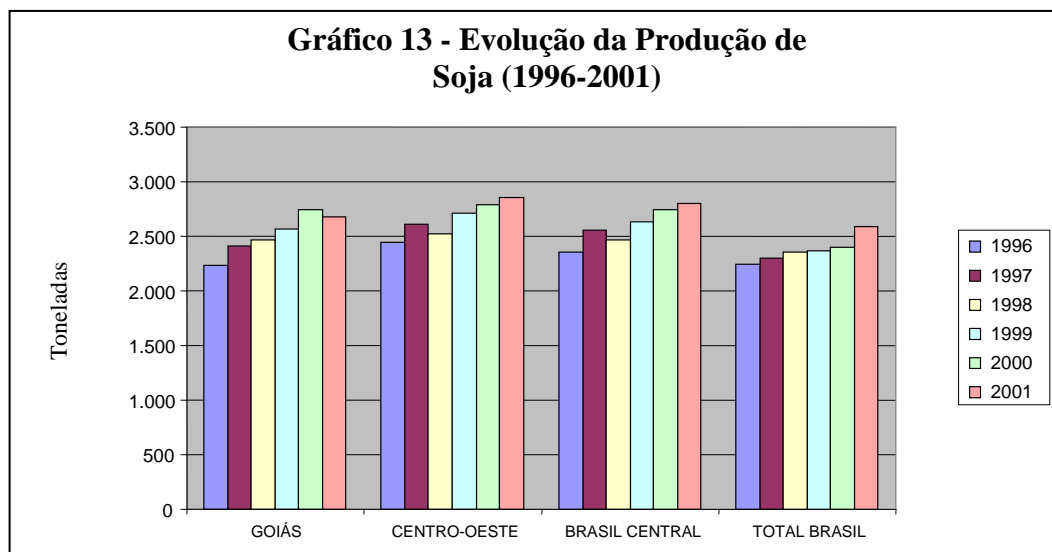
Org. M. R. Mendonça (2004).



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 12 de abril de 2003. Org. M. R. Mendonça (2004).



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2003. Org. M. R. Mendonça (2004).



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2003.

Org. M. R. Mendonça (2004).

Nos últimos anos, o complexo derivado da soja respondeu por 11% da receita de exportações brasileiras, tornando-se o segundo segmento exportador, em importância, perdendo apenas para o setor de materiais de transportes. Esses dados demonstram a importância estratégica dessa cultivar e o estímulo à sojicultura implementada desde os anos 1970. A soja é a principal atividade desenvolvida no Centro-Oeste e impulsionou outros cultivos, como milho, sorgo etc., mediante a necessidade de rotação de culturas, o que atraiu a suinocultura e a avicultura. Isso possibilitou a transferência de agroindústrias (aves, suínos etc.) para as áreas de Cerrado, principalmente, em Goiás e no Mato Grosso do Sul. Além disso, há que se registrar a relevância da pecuária para a produção de carnes e derivados e de leite.

A busca pela competitividade nos mercados externos promoveu mudanças na agricultura comercial e agroexportadora, alterando as formas organizacionais da produção. A necessidade de reduzir custos na produção e na comercialização, assegurada, quase sempre, pela adoção de inovações técnicas e tecnológicas, possibilitou uma maior integração entre as empresas (cadeias produtivas). Essa verticalização da produção possui o intuito de centralizar e concentrar esforços, ações e decisões em vários territórios mundiais-nacionais e, concomitantemente, ser flexível – mobilidade espacial – atendendo as demandas exigidas pelo mercado, garantindo eficiência, produtividade e condições de competitividade no mercado internacional.

Houve substanciais consequências da mobilidade espacial das empresas e dos investimentos estatais e privados na área da pesquisa, ocasionando desdobramentos diversos para o trabalho e para os trabalhadores. O surgimento de novas formas de gestão, de novos segmentos profissionais, de novos trabalhadores e a desterritorialização de milhares de famílias camponesas não podem ser tratadas como algo corriqueiro, mesmo porque esses elementos possibilitaram novos conteúdos, que precisam ser investigados à luz das mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, mas considerando como elemento fundante as novas formas de externalização do trabalho e suas implicações para a ação política dos trabalhadores. A sojicultura se tornou a expressão mais aperfeiçoada da modernização capitalista no campo. Assim, visando não apenas descrever os impactos sociais e ambientais, buscamos analisar as mudanças no trabalho e na ação política dos trabalhadores, como elementos primordiais para qualificar um pouco mais a discussão sobre a “ocupação racional” e indiscriminada do Cerrado no Sudeste Goiano.

III.4.1 Capital x Trabalho nos Municípios Pesquisados: Catalão, Campo Alegre, Ipameri e Pires do Rio.

As empresas rurais se constituem em modernas formas administrativas e gerenciais, territorializadas nas áreas de chapadas, com grandes investimentos em máquinas e implementos agrícolas, apresentando diversas atividades agroindustriais consorciadas, além de terem condições adequadas de armazenamento e beneficiamento na unidade produtiva e/ou nas proximidades. Também apresentam uma paisagem uniformizada – cultivos mecanizados – e utilizam pouca mão-de-obra, a não ser em algumas culturas que demandam maior utilização de trabalho vivo.

Em sua maioria, possuem escritórios (Foto 08) nas cidades próximas – Catalão – com capacidade gerencial e organograma funcional semelhantes aos de qualquer outra atividade empresarial. Nesse caso, considera-se além da dimensão administrativa e gerencial, a capacidade produtiva, que implica na propriedade de extensas áreas. Dessa forma, não estamos nos referindo aqui às empresas rurais de pequeno porte, mas àquelas que expressam a junção entre o capital industrial e financeiro, baseadas na presença de múltiplas formas de organização e gestão e em diversas relações sociais de trabalho combinadas conforme as atividades executadas.



Foto 08 – Agropecuária Rampelotti. Escritório em Catalão-GO (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2004).

As empresas rurais estão organizadas em setores, conforme organograma fabril, mas considerando as especificidades das atividades desenvolvidas, evidenciando uma divisão técnica e espacial do trabalho. Ainda, possuem contratos de prestação de serviços com assessorias na área de planejamento e na área jurídica. Algumas estão equipadas com estrutura administrativa e pedagógica para treinamento, cursos, reuniões dos setores organizacionais, que ocorrem semanalmente, e demais atividades. Numa das empresas rurais, no momento da visita, estavam cerca de 120 trabalhadores permanentes e 180 trabalhadores temporários. A empresa rural estava se preparando para atender a demanda colocada pelo cultivo do algodão, com a construção da primeira algodoeira da região (Campo Alegre de Goiás), e ampliava a usina para a produção de sementes, pois essa é parte das múltiplas atividades existentes.

Os cultivos são intensivos e comerciais, conforme as demandas mercadológicas, destacando-se soja, milho, algodão, trigo irrigado, feijão irrigado, café, dentre outros. Cada atividade desenvolvida conta com profissionais (técnicos supervisores) adequados. Exemplificando: para o manejo e aplicação de agrotóxicos há um técnico responsável, conforme o organograma funcional previamente estabelecido. Dessa forma, os empresários rurais coordenam todas as atividades exercidas e asseguram um controle mais

sutil e mais intenso sobre os trabalhadores através das reuniões por setores e dos relatórios efetuados. A rotação de cultivos é utilizada conforme as orientações técnicas. O algodão foi cultivado na safra 2003/2004 em áreas antes cultivadas com feijão e milho, apresentando boas perspectivas. Os empresários rurais investiram nesse cultivo, inclusive com a construção de uma algodoeira⁹⁹ para beneficiar a produção obtida, seguindo uma tendência nas áreas de Cerrado. O algodão é irrigado através do sistema de pivots (aspersão) com uma produção em torno de 250 arrobas por hectare. Goiás, atualmente, possui a terceira maior produção, perdendo apenas para Mato Grosso e Bahia. A cultura do algodão (Foto 09) está crescendo cerca de 40% ao ano e para o estado atender às reivindicações dos cotonicultores¹⁰⁰ estuda a possibilidade de adotar medidas fiscais e tributárias, visando garantir maior competitividade ao algodão goiano. Em 1998 a produção em Goiás era de 67 mil toneladas e, atualmente, a colheita está estimada em cerca de 180 mil toneladas de algodão em pluma. A área plantada passou de 90 mil hectares para cerca de 140 mil hectares.



Foto 09 – Algodão. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano)
(Foto do autor, 2004).

⁹⁹ A agregação de valor está sendo implementada através da construção da algodoeira, pois não é interessante cultivar algodão sem a existência das condições de beneficiamento nas proximidades.

¹⁰⁰ Para estimular o cultivo, o Estado de Goiás viabilizou o PROALGO – Programa de Apoio à Produção de Algodão e o FIALGO – Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão. Uma das medidas visa facilitar a comercialização do produto, pois 40% da produção é exportada para a Europa e Ásia, através do cooperativismo, como forma de fomentar a captação de recursos e acesso à legislação tributária e fiscal mais flexível. Dentre as dificuldades colocadas pelos empresários rurais, a necessidade de grandes investimentos e o elevado custo na produção do algodão, que pode chegar até US\$ 1.200 por hectare, assustam muitos cotonicultores, que preferem plantar culturas com custos inferiores. “O objetivo é desonerar o produtor, que teve o custo de suas vendas elevado por causa do PIS/Cofins. O governo estadual também já assinou alguns protocolos de intenções para viabilizar a industrialização do produto em Goiás.” (O Popular, p. 14, 05/06/2004).

Outra cultura de grande importância econômica e que demanda maior utilização de mão-de-obra é o café. O cultivo do café irrigado ocorre, em sua maioria, da forma tradicional, sem adensamento, mas com manejo adequado, conforme as exigências das importadoras que exigem um café de qualidade. O cultivo do café tipo *gourmet* visa atender preços diferenciados e uma clientela mais específica. A qualidade está diretamente relacionada ao momento do amadurecimento. Quase sempre se tem três tipos de café: o bóia (seco no pé), aquele que está no ponto (cereja) e alguns que ainda estão verdes.

O *segredo do sucesso* está no processo de separação, para propiciar o beneficiamento e, assim, assegurar maior qualidade ao café. Para secar todo o café junto precisaria esperar-se o café verde amadurecer, mas isso não seria vantajoso, pois o seco (bóia) ficaria esturricado e o tipo cereja passaria do ponto, acarretando danos à qualidade. Daí a necessidade de fazer a secagem separada e, às vezes, ocorrem duas colheitas, exigindo mais mão-de-obra, mas, se mantida a qualidade é certeza de bons preços. A infra-estrutura existente prioriza a produção do café tipo *gourmet* que responde por cerca de 40% da produção, em sua totalidade exportado para a Europa. Do restante, cerca de 20% ainda é considerado de boa qualidade e os outros 40% são comuns, sendo comercializados no mercado nacional.

O café com dois anos e meio já consegue produzir de forma razoável, mas é a partir de três anos e meio que ocorre a estabilidade do cafezal. O ciclo do café é considerado longo pela maioria dos empresários rurais, dificultando a ampliação da área plantada, então, há preferência em cultivar a soja. Na Fazenda Maringá, situada no município de Catalão-GO, verificou-se a destruição de cerca (01) milhão e 200 mil pés de cafés (cerca de 70% da cultura) que estavam iniciando a produção (Foto 10). O argumento para a erradicação dos cafeeiros se sustentava na queda dos preços no mercado mundial e, concomitantemente, no elevado preço da soja. Outra questão colocada pelo empresário rural refere-se ao tempo (cultura permanente) do café que é bastante longo, ocupando o solo por cerca de (08) anos, e nesse período, retira-se a rigor apenas (04) safras, enquanto que com a soja ou o trigo pode se obter até (02) safras por ano.



Foto 10 – Cafezal. Após a primeira colheita foi substituído pelo cultivo de soja e trigo irrigado. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto de J. L. V. SOUZA, 2003).

Em outra empresa rural, também no Sudeste Goiano, considera-se o café como mais uma opção para o mercado, sendo extremamente lucrativo o investimento no café tipo exportação. A vantagem está em exportar – mercados europeus e asiáticos – embora essa demanda exija excelente qualidade. Esse é um dos desafios enfrentados: manter e melhorar a qualidade do produto. Os empresários rurais comercializam com a *Illycaffè*¹⁰¹, considerada uma das mais exigentes distribuidoras de cafés finos e que faz uma seleção, conforme o padrão de qualidade internacional, indicando os melhores daquela safra. No primeiro ano, a empresa rural observada (safra 2001) ficou entre os 50 finalistas num total de mais de 2.000 empresários rurais em todo o país. Na safra 2003, o café produzido novamente ficou entre os 50 melhores, conforme a classificação da *Illycaffè*. Estar entre os 50 finalistas já é considerado algo extraordinário, pois esse “concurso” é uma vitrine para o mercado externo. A premiação adquirida “abre portas” para os mercados estrangeiros, tornando-se uma referência para os compradores, sendo fundamental para o *marketing* da empresa rural.

¹⁰¹ A torrefadora italiana *Illycaffè* adquire metade de sua demanda de café, estimada em 250 mil sacas/ano de grãos, no Brasil. Produtora de café fino, tipo gourmet, que carece de qualidade dos grãos para ser produzido e aceito no mercado, criou em 1991 o Prêmio Brasil de Qualidade de Café para “Expresso”.

Na 13ª edição¹⁰² da premiação a avaliação dos organizadores é que se obteve êxito em função da crescente qualidade, pois o café brasileiro, principalmente o café do Cerrado, atingiu níveis de qualidade inigualáveis em outras áreas produtoras no mundo.

O Brasil tem um potencial de qualidade enorme, em Minas Gerais e no Cerrado, por exemplo, onde a altitude é apropriada e há possibilidade de mecanizar a lavoura. Outra vantagem é que aqui há pequenos produtores como em todo o mundo, mas também há outros de grande porte, que têm mentalidade de agricultura industrial e que fazem todos os investimentos necessários para obter boas plantas e boa produção. Isso não se encontra no resto do mundo. (Entrevista Ernesto Illy – Globo Rural, janeiro/2004, p.39).

As empresas rurais que cultivam café apresentam uma média de produtividade em torno de 50 sacas por hectare. O café representa em média 15% do movimento financeiro, não sendo a atividade considerada mais importante. Visando a diversificação das atividades empresariais, algumas empresas se dedicam ao cultivo de sementes¹⁰³ – soja – ampliando as atividades e assim auferem maiores lucros. A comercialização e a pouca oscilação no mercado para sementeiras, diferentemente do grão e seus derivados, possibilita um retorno compensatório. A média da produtividade geral, na safra 2003/2004, ficou em torno de 45 sacas, sendo que o custo, conforme depoimentos, girou em torno de 300 dólares por hectare, em função da ferrugem asiática¹⁰⁴. As sementes são comercializadas principalmente nas áreas recentes de expansão da soja, com destaque para os Estados de Tocantins, Bahia e Mato Grosso, entre outros.

O cultivo de sementes evidencia o desenvolvimento de subprodutos como novas alternativas para agregar valor às mercadorias, gerando mais capital. Esse processo foi observado por Thomaz Júnior (1996) na agroindústria da cana e derivados, e está presente

¹⁰² Em março de 2003, a empresa *Illycaffè* distribuiu cerca de 101 mil dólares em prêmios para os cafeicultores brasileiros.

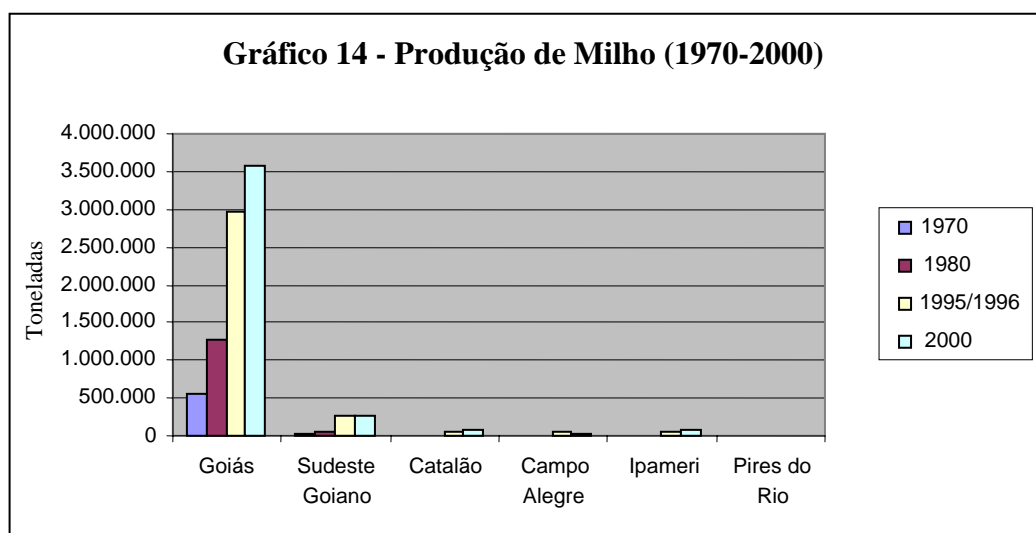
¹⁰³ A partir da experiência existente o empresário rural, em parceria com uma grande indústria de máquinas e implementos agrícolas que disponibilizou a tecnologia, está desenvolvendo um projeto para aperfeiçoar a produção de sementes. Para o ano de 2004, a proposta era beneficiar cerca de 370 mil sacas de 40 quilos. A produção na usina existente é de cerca de 300 sacas de 40 quilos por hora, sendo a forma mais avançada no setor de beneficiamento de sementes. Com o novo projeto em instalação essa produção deve chegar a 500 sacas por hora, se distanciando sobremaneira dos concorrentes. O período para a produção das sementes se restringe à safra. A variedade é fundamental para assegurar peso, forma e textura às sementes consideradas de boa qualidade, quando apresentam, no mínimo, 80% de germinação. Ainda, as condições climáticas (umidade, temperatura, quantidade de chuvas etc.), associadas ao manejo, são essenciais para garantir qualidade à produção de grãos para sementes. Daí, a importância da altitude, que apresenta condições edafoclimáticas favoráveis.

¹⁰⁴ Em Goiás, houve também quebra de safra em razão do ataque severo da ferrugem asiática, enfermidade fúngica muito prejudicial à cultura da soja. A redução foi de 2,5 milhões de toneladas no Rio Grande do Sul; 1,5 milhão de toneladas no Paraná; 1,2 milhão de toneladas no Mato Grosso do Sul; 950 mil toneladas no Mato Grosso; e 747 mil toneladas em Goiás. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: julho de 2004.

também na lavoura de grãos em Goiás, principalmente na sojicultura, com o cultivo de sementeiras, demonstrando a diversificação das atividades exercidas nas empresas rurais.

Nesse movimento, a intensidade, a amplitude e a racionalidade do aproveitamento econômico dos subprodutos, seja para melhoria da performance interna ou como fonte de receita com a comercialização, está diretamente ligada ao nível tecnológico (qualidade da matéria-prima, performance dos equipamentos, operacionalidade do processo e controle de processo), da unidade empresarial (indústria e lavoura) que, por sua vez, mais fortemente se referencia pela integração do processamento agro-industrial. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.174).

A cultura do milho (Gráfico 14) tradicionalmente realizada por camponeses e *trabalhadores da terra*, assumiu escala comercial juntamente com a soja, com o crescimento das agroindústrias e mediante a necessária rotação de cultivos. É tida como a segunda atividade em importância na maioria das empresas rurais observadas, perdendo apenas para a soja. A produtividade fica em torno de 140 kg/ha, considerada de excelente qualidade. Algumas empresas rurais possuem atividades de criação de gado bovino para corte, aproveitando as áreas e “quebradas” não passíveis de serem mecanizadas. Alegam que essa atividade não possibilita lucros significativos, pois as despesas são grandes e não é a especialidade das mesmas. Dizem que insistem em manter a criação, mas que a tendência é a sua redução gradativa.



Fonte: IBGE – 1970/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abril de 2003.

Org. M. R. Mendonça (2004).

Quanto aos equipamentos, observou-se a utilização de máquinas e implementos agrícolas que se deslocam do Sul e também a existência de significativos

investimentos na aquisição de máquinas e implementos agrícolas pelas empresas rurais¹⁰⁵. As empresas rurais possuem a infra-estrutura necessária, inclusive com oficinas altamente equipadas. Os trabalhadores são contratados diretamente pela administração e a equipe se desdobra para assegurar as condições de funcionamento durante todo o ano. Imagina-se que não haveria serviço para todos os dias do ano. Nas entrevistas, os trabalhadores disseram que as demandas são constantes, entre reparos, manejo e manutenção. Percebeu-se a existência de trabalhadores especializados na área de mecânica, sendo ajudados por diversos operadores de máquinas, pois quando não há atividades no campo auxiliam na oficina. A construção e a ampliação de novas instalações da oficina seguem uma orientação baseada nas linhas de produção das grandes fábricas, com espaços organizados e destinados a cada uma das funções exercidas.

Sobre as mudanças no espaço físico, o trabalhador¹⁰⁶ menciona:

Melhorou muito o nosso trabalho, tendo mais possibilidade de organizar e render, pois não tem desperdício e todo mundo sabe exatamente o que fazer. E também existem melhores condições de trabalho, cada um no seu setor. (J. B. chefe de oficina em empresa rural no Sudeste Goiano. Entrevista, fevereiro de 2004).

A construção e a ampliação da oficina existente está diretamente relacionada à racionalização das tarefas, com resultados positivos na produtividade do trabalho e na conseqüente redução de custos. Ainda, as empresas rurais possuem misturadores de adubos programados para operar segundo as fórmulas necessárias aos cultivos, carecendo apenas de um operador das tarefas. Os trabalhadores qualificados – trabalhadores permanentes – em sua maioria são oriundos da região, mas, conforme os interesses, pode ocorrer a “importação” de trabalhadores de outras áreas do país. No que se refere às condições de vida desses trabalhadores, essas não diferem das existentes nas áreas onde imperam as relações assalariadas no campo. Talvez, a diferença seja o cumprimento legal de parcela das reivindicações trabalhistas para os trabalhadores permanentes.

¹⁰⁵ Uma colheitadeira para soja custa cerca de 650 mil reais, sendo que a propriedade possui cerca de (10) e ainda necessita de mais algumas. Em relação aos serviços de pulverização aérea são contratados, pois não é viável manter investimentos na aquisição de aviões e equipamentos apenas para atividades muito específicas. A racionalização do processo produtivo implicou na adequação de cultivos e demais atividades ao custo das máquinas e dos implementos agrícolas.

¹⁰⁶ O gerente da oficina possui vasta experiência no setor mecânico, pois trabalhou durante (07) anos numa grande mineradora. Para a construção da oficina na empresa rural visitou-se as mineradoras e diversas oficinas já instaladas, como forma de garantir maior funcionalidade às atividades requeridas. O modelo das oficinas em porte industrial significou a implementação do “modelo fabril”, inclusive com a instalação de um torno de alta precisão.

A média salarial varia conforme a atividade executada, mas alguns trabalhadores qualificados possuem salários maiores que muitos profissionais liberais urbanos. É comum a preocupação dos empresários rurais com a qualificação dos trabalhadores permanentes¹⁰⁷, contratando e incentivando aqueles que possuem curso superior¹⁰⁸, nas áreas que carecem de habilidades científicas. Cada trabalhador está vinculado a um setor específico, que possui um responsável direto, e a qualificação é compreendida como o *adestramento* para novas habilidades, voltadas diretamente às necessidades da empresa.

Há a presença de alguns “trabalhadores artesanais”, que fundem o *saber-fazer* artesanal com o saber científico, sendo altamente importantes para as empresas rurais. A fabricação de algumas peças é tão delicada e aparentemente complexa, exigindo habilidades muito específicas, que não se acredita terem sido planejadas e realizadas por um trabalhador distanciado da planta fabril. Imagina-se que apenas uma indústria altamente especializada seria capaz do referido intento. O chapeiro, como é denominado esse trabalhador, é um autônomo que possui as suas ferramentas de trabalho e presta serviços à empresa rural, considerando-se bem-remunerado.

A partir do exposto, pode constatar-se a importância do agronegócio goiano, que é responsável por cerca de 87,66% das vendas do estado para o exterior, conforme o jornal (O Popular de 05/06/2004, p. 13): “O complexo soja exportou US\$ 70,85 milhões (60,49%), o de carne US\$ 24,81 milhões (21,18%), o de milho US\$ 3,66 milhões (3,14%) e o segmento de couros US\$ 2,82 milhões (2,41%)”. A prioridade às atividades empresariais no campo relegou a agricultura camponesa e os *trabalhadores da terra*. Disso decorreu a crescente concentração da renda, tornando Goiás um dos estados com os maiores índices de desigualdade social do país.

As exportações brasileiras (Figura 06) nos últimos anos expressam a importância do agronegócio para o equilíbrio da balança comercial, de acordo com as orientações dos conglomerados financeiros internacionais, transformando o Brasil, e

¹⁰⁷No escritório, a atendente é formada em pedagogia, pois segundo o depoimento do empresário “necessita de uma atendente de nível”. Salienta a existência dos “trabalhadores práticos”, inclusive, o gerente geral da empresa rural, que veio com os empresários rurais do Paraná e é pessoa de confiança, pois acompanha as atividades desde a saída do Sul. Eram trabalhadores antigos e com o deslocamento das atividades para as áreas de Cerrado, aqueles que quiseram, vieram juntos. Há uma relação de “companheirismo e respeito” a esses trabalhadores que já exerciam funções/trabalho, podendo-se observar relações interpessoais, semelhantes ao “velho compadrio”.

¹⁰⁸Verificou-se trabalhadores com nível superior (pedagogos, agrônomos, engenheiros, advogados, administradores etc.). Ainda, com remuneração mais baixa existem os técnicos em informática, administração, agricultura e outros.

precisamente as áreas de Cerrado, em grande exportador de água e energia (*comoditties*), a partir do cultivo da soja.

FIGURA 06 – EXPORTAÇÃO DO COMPLEXO SOJA – BRASIL (1992-2002)



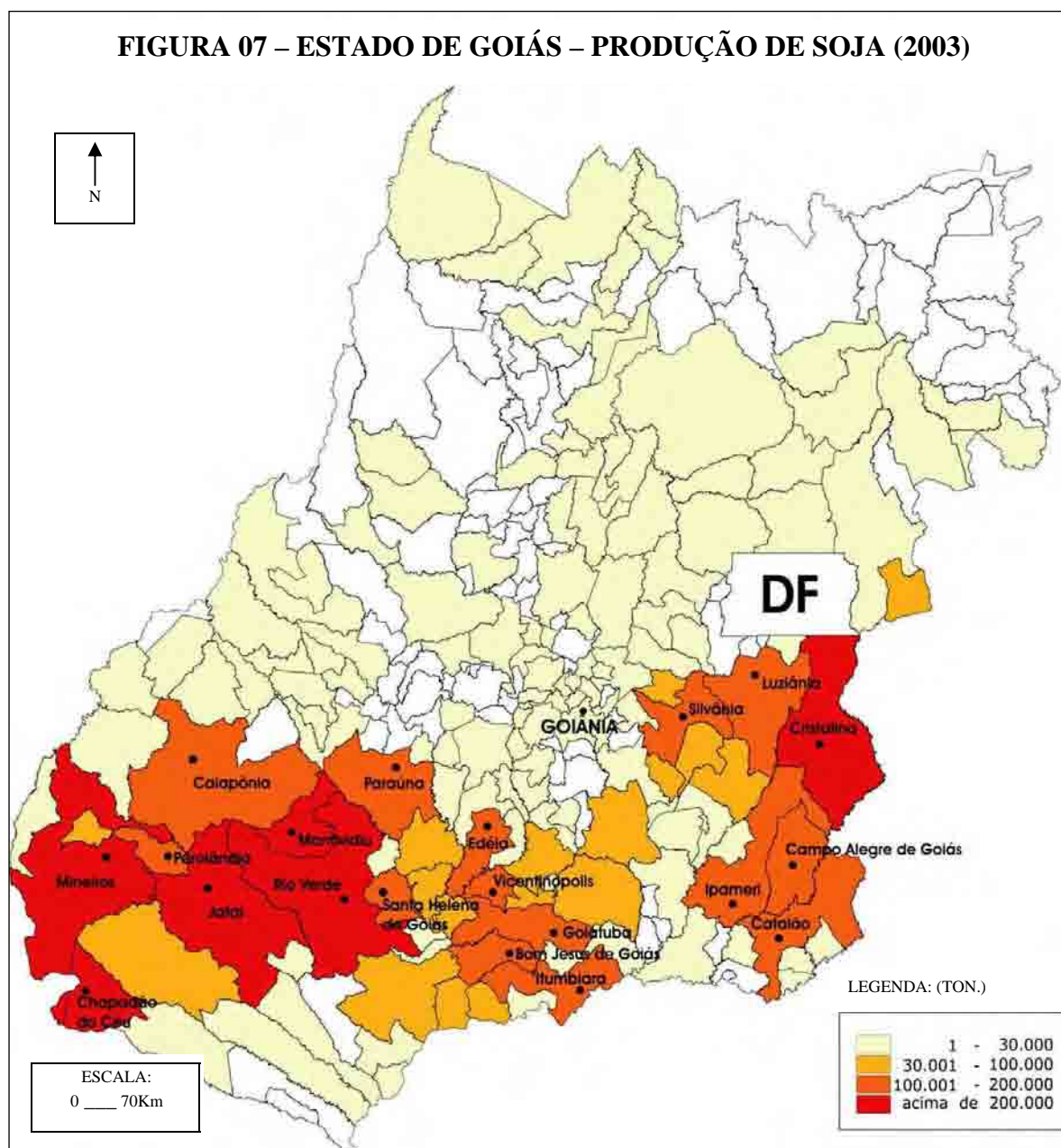
Fonte: Secex, 2004.

Observandose as Figuras 07 e 08 que destacam a produção de soja e milho em Goiás verifica-se que esses cultivos em escala comercial estão concentrados no Centro-Sul goiano, com destaque para o Sudoeste e o Sudeste do Estado. No Sudeste Goiano o destaque são os municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás e Ipameri.

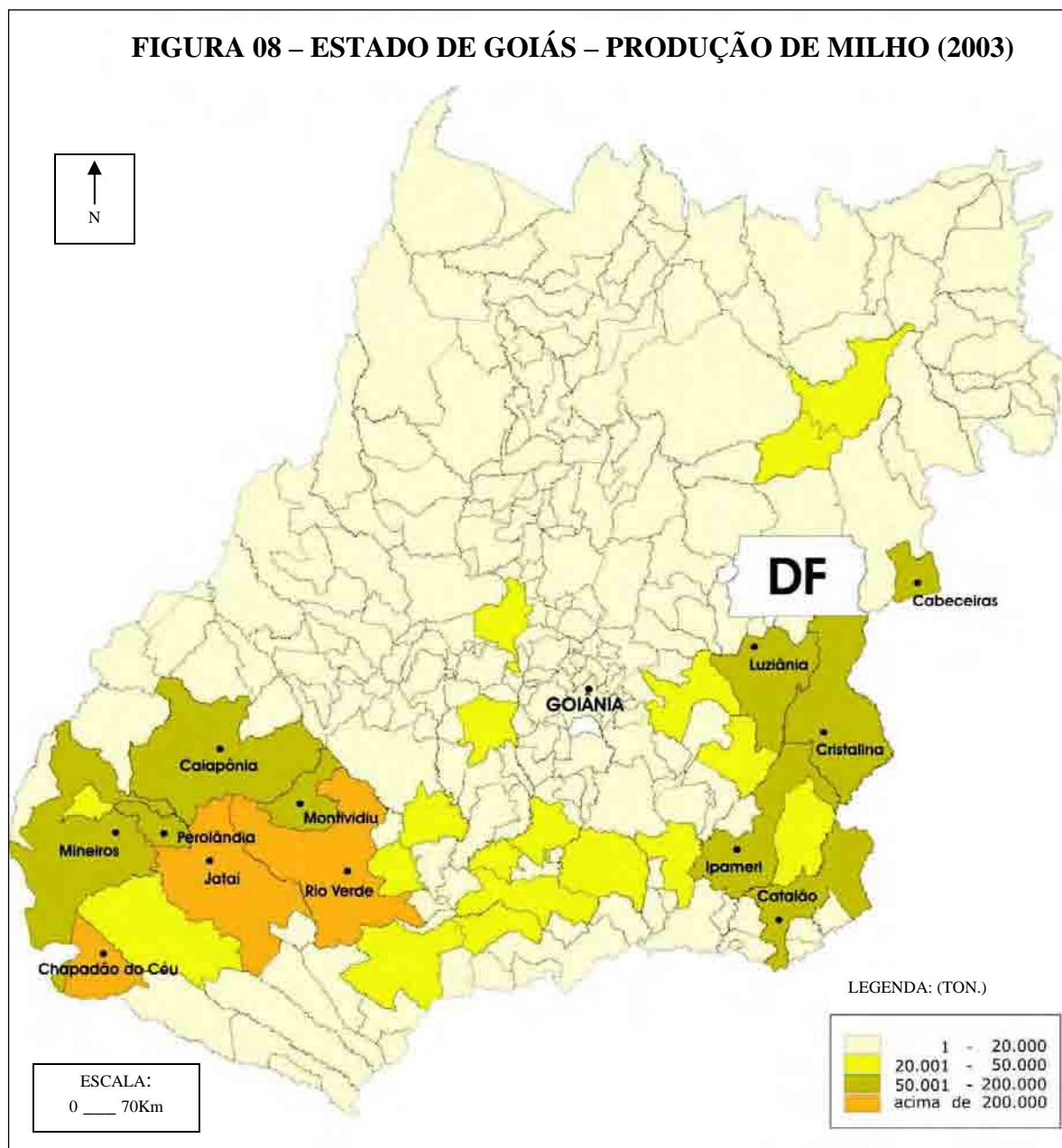
A informalidade cresceu de forma significativa em todo o país, inclusive nas áreas onde tradicionalmente era baixa, como o Sul e o Sudeste. No Centro-Oeste, segundo dados do Sistema Estadual de Análises de Dados-São Paulo – SEADE (1995), a informalidade cresceu de 49,10% para 53,37%, expressando os rearranjos no mundo do trabalho e, nessa área específica, em decorrência da reestruturação produtiva do capital no campo. Segundo os índices de pobreza, o Centro-Oeste apresentou entre os anos 1980-1989, crescimento de 19,1% para 33,3% de população considerada pobre. Em importante pesquisa realizada por pesquisadores¹⁰⁹ brasileiros, diagnosticou-se que a concentração da renda em Goiás é maior do que a média brasileira.

¹⁰⁹ Pesquisadores da USP, UNICAMP, PUC-SP e UNIP apresentaram diagnóstico em pesquisa coordenada e apresentada em Goiânia pelo economista Márcio Pochmann. A pesquisa originou o Atlas da Exclusão Social – Os Ricos no Brasil – e constatou que a concentração da renda em Goiás é ainda maior que a brasileira. O critério utilizado pelos pesquisadores para classificar as famílias ricas foi a renda mensal igual ou superior R\$ 10.982,00, considerando os valores em setembro de 2003.

[...] a renda média mensal de 1% das famílias mais ricas de Goiás no ano de 2000 foi de R\$ 27.858,24, o equivalente a quase 19 vezes a renda média do restante da população goiana (R\$ 1.482,92). Isso demonstra a acentuada concentração de renda existente no estado, que é ainda maior do que a verificada no País. (O Popular, 30 de maio de 2004).



Fonte: Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2004.
Org. P. F. Matos, 2004.



Fonte: Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2004.
Org. P. F. Matos, 2004.

O mesmo estudo revelou o surgimento de uma nova forma de riqueza no país, centrada na financeirização, conforme tendência mundial nas últimas décadas, diante dos investimentos em títulos da dívida pública e privada, em aplicações e outros derivativos. Até a década de 1970 havia a predominância da riqueza produtiva, oriunda das atividades agropastoris e industriais. Em Goiás, 85,4% da renda de 1% das famílias mais ricas resulta de investimentos no processo produtivo e cerca de 14,6% da riqueza é oriunda de operações financeiras. (O Popular, 30 de maio de 2004).

Outro aspecto relevante detectado pela pesquisa é a presença marcante de migrantes (59,5%) entre as famílias mais ricas do Estado de Goiás.

Em Catalão, o número de famílias ricas cresceu de 114 para 192 no período de 20 anos, impulsionado pelo desenvolvimento do pólo mineiro-industrial e pelo avanço da agricultura. O técnico agrícola Mauro Camacho Sanches, saiu do interior do Paraná e foi para Catalão em 1986, onde passou a fazer planejamento e a prestar assistência técnica a agricultores da região. Com a expansão agrícola ocorrida no município, decidiu também se tornar agricultor. (O Popular, 30 de maio de 2004).

No que se refere aos trabalhadores, os empresários rurais são unânimes em destacar que antigamente as dificuldades eram maiores. Hoje há disponibilidade de trabalhadores qualificados e não-qualificados. Há diversos cursos oferecidos para os trabalhadores, através do Sindicato dos Produtores Rurais que solicita ao SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural os treinamentos necessários. Entre os cursos destacam-se: regulagem e manutenção de máquinas e implementos agrícolas; tratoristas e operadores de máquinas; mecânicos; manejo de agrotóxicos; orientações trabalhistas e previdenciárias e recursos humanos; entre outros.

A utilização de mão-de-obra temporária se concentra em alguns cultivos (café, feijão, algodão etc.), pois é muito mais barata e, assim, reduz custos para os empresários rurais, através da superexploração e da precarização do trabalho. Em sua maioria, os trabalhadores temporários são oriundos de áreas mais pobres, especificamente do sertão nordestino. Essa modalidade migratória também é encontrada nas áreas de cana-de-açúcar, em São Paulo, conforme verifica-se na citação abaixo:

Originários do Vale do Jequitinhonha, uma das áreas mais pobres de Minas Gerais, pequenos agricultores vêm à região de Ribeirão Preto para complementar sua renda. São submetidos a precárias condições de vida e de trabalho, viajam na maior parte das vezes por conta própria e se alojam em barracões nas propriedades, ou em pensões rústicas nas cidades, sempre com alguma intermediação. (GEBARA apud GONÇALVES, 1999, p. 325).

Esse mecanismo atinge duramente o processo de luta dos trabalhadores locais, que se mobilizam e tentam melhores salários, porém com a chegada dos migrantes temporários, ocorre o desmonte da ação política, pois esses se sujeitam às condições colocadas pelos patrões, fazendo com que os empresários rurais incentivem a vinda dos migrantes, ocasionando a desmobilização das ações reivindicatórias.

Os trabalhadores migrantes e/ou mesmo os trabalhadores locais ora estão na lavoura, como trabalhadores temporários, ora na construção civil, como ajudantes gerais¹¹⁰, comumente denominados de *serventes*, denotando uma nova característica do trabalho, resultante das mudanças no conteúdo da relação cidade-campo, expressando aspectos sutis da acumulação do capital. Diversos camponeses e *trabalhadores da terra*, convertidos em trabalhadores temporários (*bóias-frias*), considerados desqualificados, passam a exercer atividades no campo como diaristas e nas cidades como prestadores de serviços braçais com baixa remuneração.

O *bóia-fria*¹¹¹ – volante, trabalhador temporário, diarista etc – é nomeado conforme as regionalidades e a modalidade de contrato. Segundo a CPT/Goiás há uma diferença entre diaristas e *bóias-frias*, embora ambos estejam submetidos a condições de trabalho e de existência degradantes. O diarista, na maioria das vezes, recebe a alimentação do patrão, que depois desconta no preço da diária, enquanto o *bóia-fria* leva a comida no caldeirão e quando chega a comer, já está fria. Quando perguntados sobre o que fazem, dizem que são trabalhadores rurais, já as entidades sindicais e demais associações classistas denominam esses trabalhadores como assalariados rurais temporários. O termo *bóia-fria* não é bem aceito, pois está carregado de preconceitos, embora entre eles é mais costumeiramente utilizado e, portanto, aceito. Na maioria dos casos, verificou-se a presença do intermediário – *gato* – entre o contratado e a empresa contratante.

Mello (1976) investigou a proletarização dos camponeses frente à expansão das relações capitalistas e, como resultado da pesquisa, apresentou o *bóia-fria* como a presença afirmadora do capitalismo no campo, na medida em que estão disponíveis para qualquer tipo de trabalho. “[...] a presença do ‘*bóia-fria*’, enquanto componente das fileiras dos ofertantes de força de trabalho, enquanto membro da superpopulação relativa, é afirmadora do sistema.” Mello (1976, p. 87). Na verdade, essa tese está de acordo com a concepção de que o avanço das forças produtivas no campo ampliaria o quantitativo de trabalhadores rurais assalariados, transformando as relações sociais de trabalho, antes baseadas em princípios não-capitalistas, em relações sociais tipicamente capitalistas.

¹¹⁰ Trabalhadores da construção civil (diaristas) que, expostos ao sol e ao manejo do cimento e da cal, são castigados e apresentam em pouco tempo as sequelas, como o ressecamento da pele. Apelidados de *orelhas secas*, esse termo é pejorativo e no senso comum significa aquele que não possui qualquer alternativa de trabalho, e é utilizado para classificar os trabalhadores mais pobres.

¹¹¹ Quase sempre levantam de madrugada e se dirigem aos pontos, onde os caminhões e/ou ônibus os recolhem e os levam até as lavouras. Os trabalhadores carregam as ferramentas de trabalho e uma marmita com a refeição do dia, quase sempre ingerida fria. Mas a principal característica desta categoria de trabalhadores não é a ingestão da refeição fria, mas a forma de contrato a que estão subordinados. São contratados por dia e/ou empreitada para executar determinada tarefa, não possuindo qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador.

Sobre as condições de contratação, Marx (1988) já descrevia a existência de “bandos de mulheres” que eram alugadas e colocadas à disposição dos proprietários rurais para o exercício das tarefas agrícolas. Estavam subordinadas ao “mestre do bando” que as alugava por determinada quantia, semelhantemente ao que hoje ocorre com os trabalhadores temporários em relação aos *gatos*, agora modernamente denominados de líderes de equipes.

Alguns empresários rurais não contratam trabalhadores na região, sob o discurso de que não há trabalhadores qualificados disponíveis no mercado. A estratégia de trazer trabalhadores do Sul, alegando falta de qualificação e/ou falta de trabalhadores disponíveis, é um paradoxo na economia globalizada, em que alguns trabalhadores são constantemente treinados e *adestrados* para atender às demandas do empresariado e os outros, a maioria, estão desempregados e sub-empregados.

Os trabalhadores migrantes encontrados na área da pesquisa se subdividem em duas categorias: aqueles que são oriundos do Sul, principalmente paranaenses, quase sempre oriundos da mesma área de origem dos empresários rurais e que ficam durante toda a safra alojados nas propriedades. São denominados trabalhadores safristas e, em sua maioria, são considerados qualificados. E outros, cuja migração não é incentivada, mas que, por diversas circunstâncias, chegam à procura de trabalho. Quase sempre são oriundos do Nordeste e assumem o trabalho temporário, sendo considerados trabalhadores sem instrução e/ou qualificação, sendo utilizados nas lavouras como bóias-frias. As distinções entre as funções exercidas por essas categorias de migrantes ocorrem pela qualificação (habilidades apresentadas), pela modalidade contratual e pelas condições de alojamento, entre outras.

Indagado acerca das vantagens de trazer mão-de-obra do Paraná – trabalhadores safristas – o administrador de uma empresa rural colocou:

Preste atenção nas vantagens para o trabalhador. É período de entressafra lá e não tem trabalho. Aqui o cara ganha arroz, feijão, café e leite. A fazenda fornece e você tem tudo certinho, hora extra, décimo terceiro, férias etc. A maioria das fazendas dão porcentagem, uma cota em soja que pode ser de 70 ou 80 sacas. Normalmente os mais antigos recebem mais e também não é pra todos, pois depende da importância do funcionário, do bom comportamento, outras coisas. Para nós é melhor do que contratar aqui, pois eles ficam o tempo todo na propriedade (domingo, feriado). É claro que se trabalhar a gente paga direitinho. Mas o pessoal daqui quer ir embora no final de semana, tem a família etc. Outra vantagem é a distância, pois quando vão embora ninguém se preocupa com problemas na justiça. As vezes não ganham nada, mas é uma amolação. A fazenda tem advogado e facilita as coisas. (J. S – Gerente Administrativo – Sudeste Goiano. Entrevista, junho de 2003).

O argumento de que há poucos trabalhadores qualificados na região não se justifica e expressa formas sutis de controle do capital sobre o trabalho. Os trabalhadores safristas se alojam na empresa rural durante a safra e o controle se efetiva, não para evitar a participação nas assembleias do sindicato, mas para mantê-los em tempo integral na propriedade. Na região a presença do sindicato é ínfima, todavia o controle social é cada vez mais forte, inclusive com a “proibição”¹¹² de saírem da empresa rural.

A estratégia utilizada por diversos empresários rurais de incentivar a migração dos trabalhadores de outros estados, está relacionada à diminuição dos custos, através do não-pagamento dos direitos trabalhistas e do aumento da produção e da produtividade. Observe o depoimento abaixo sobre a utilização de trabalhadores temporários do estado vizinho, de Minas Gerais, assim como de trabalhadores paranaenses. Quando questionado sobre a não-utilização dos trabalhadores das proximidades (cidade de Catalão e arredores), o administrador da empresa rural disse:

Ó, é o seguinte, essa fazenda aqui trabalha com o pessoal de Paracatu – Minas Gerais – pois caso queiram levar a gente na justiça é mais difícil. Além de ser outro estado é longe e eles não tem dinheiro pra vir até Catalão denunciar (são mais ou menos 270 kms de ida e volta). (J. S – Gerente Administrativo – Sudeste Goiano. Entrevista, junho de 2003).

Os trabalhadores temporários (bóias-frias) são fundamentais para os empresários rurais, pois os custos baixos compensam a permanência do trabalho manual, a não ser em alguns cultivos (soja, trigo, milho etc.), em que as tarefas manuais são praticamente dispensáveis. “A possibilidade de contar com um tipo de trabalhador (bóia-fria) que, recebendo por tarefa ou por dia, e trabalhando num ritmo irregular, favorece os interesses do empregador, existe, em última análise, como decorrência da superabundância de mão-de-obra”. Mello (1976, p. 87).

Adiante, o administrador acima citado explica os procedimentos adotados, destacando que nessa empresa rural as condições de trabalho são bem melhores que as existentes na região. Salienta o suborno à fiscalização e a correspondente omissão do Estado e dos sindicatos em relação aos direitos dos trabalhadores.

¹¹² Na verdade, essa atitude significa um maior controle sobre os trabalhadores, que por ficarem impedidos de se deslocarem, prestam serviços à empresa rural durante todos os dias da semana. Apenas num dia por mês é permitido o deslocamento, quando é colocado um ônibus que sai às 8:00 horas em direção à Catalão, retornando às 16:00 horas. Normalmente ocorria num domingo, depois passou a ser em dia de semana. Mais tarde, descobriu-se que nesse dia é realizado o pagamento no escritório sediado na cidade. A estratégia de utilizar a mão-de-obra migrante – trabalhadores safristas – é de mantê-los disponíveis para o capital 24 horas por dia.

Funciona assim: se um vai na lei e ganha R\$ 100,00, todos os outros também vão. A gente registra uma porcentagem, que registrar todos é impossível [...] Você registra 10 ou 15, mas trabalha com 50 ou 60 peões. O único problema são os fiscais, mas eles já estão ambientados, sempre tem uma gorjetinha e as coisas ficam resolvidas. (J. S – Gerente Administrativo – Sudeste Goiano. Entrevista, junho de 2003).

Broiatti (1999) ao discutir o trabalho temporário (bóia-fria), diz que o assalariamento vem contribuindo para a destruição das antigas formas de cooperação no trabalho agrícola.

Citamos por exemplo, o caso do mutirão, uma das formas cujos pequenos proprietários ajudavam-se mutuamente, principalmente nas épocas de colheita e plantio. Além disso, com o assalariamento, grande parte dos trabalhadores passam a depender exclusivamente da venda de sua força de trabalho para continuar sobrevivendo. (BROIETTI, 1999, p. 17).

A centralidade da reflexão não é a ampliação do assalariamento como destruidor das formas de ajuda mútua e cooperação. O elemento que quebra e impede a continuidade dessas relações sociais é a perda da terra, e não o assalariamento, como salientado por Broiatti (1999). Parcela desses *trabalhadores da terra* que ainda tem a terra possuem outras formas de renda, inclusive, através da proletarização parcial em determinados períodos do ano e isso não significou o fim do mutirão e de outras formas de ajuda mútua, ao contrário, em alguns casos, essas ações são reforçadas como estratégia para assegurar a sobrevivência, mediante as exigências do mercado.

Mello (1984) ao fazer a reflexão sobre o bóia-fria e o processo de acumulação capitalista, articula a discussão com a questão camponesa e com a questão proletária.

[...] essa duplicidade de referências liga-se ao fato de os bóias-frias constituírem a manifestação concreta da forma tendencialmente predominante através da qual se realiza o processo de proletarização do homem do campo. Isto é, do processo através do qual o trabalhador rural deixa de ser o pequeno produtor – sitiante, parceiro, rendeiro etc. – e se transforma em trabalhador assalariado, destituído da posse de qualquer meio de produção, mero vendedor de força de trabalho. (MELLO, 1984, p. 8-9).

Ocorrem, no entanto, diversas relações sociais de trabalho que não podem ser agregadas ao conceito clássico de proletariado. Múltiplas formas e modalidades de trabalho combinadas e consorciadas convivem na área da pesquisa. Marx (1988) salienta que em alguns casos era interessante manter a mão-de-obra braçal, ainda que já houvesse

condições técnicas (maquinaria) suficientes para eliminar tal atividade. O pagamento aos trabalhadores era tão diminuto que se tornava vantajoso para o capitalista deixar de empregar as máquinas, enquanto existissem trabalhadores excedentes para executar essas tarefas.

O desenvolvimento da maquinaria propiciou uma maior flexibilidade do processo produtivo, fazendo com que a força muscular deixasse de ser fundamental. Isso acarretou a substituição do homem adulto pelo trabalho de mulheres e crianças com salários e capacidade de organização e resistência bem menores. “O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se um mercador de escravos.” Marx (1988, p. 21). Ainda, acrescenta a estratégia dos possuidores dos meios de produção (fábricas) que reduziam os custos e “quebravam” a ação política construída pelos trabalhadores adultos. “Com a adição preponderante de crianças e mulheres ao pessoal de trabalho combinado, a maquinaria quebra finalmente a resistência que o trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital.” Marx (1988, p. 26). Nas empresas rurais, predomina o trabalho de jovens, mulheres e idosos, exatamente as categorias “flutuantes” no mercado de trabalho na contemporaneidade, confirmando, conforme as diferenças espaço-temporais, as observações realizadas em meados do século XIX, como característica fundante do processo de acumulação.

A mecanização das lavouras comerciais intensifica o controle da força de trabalho, diferenciando e segmentando os trabalhadores em permanentes e temporários. Nessas categorias tem-se uma hierarquização, conforme a origem e as funções exercidas nas empresas rurais. Os trabalhadores temporários se dividem em safristas (contrato de trabalho por tempo determinado) e em volantes (bóia-fria)¹¹³, na maioria dos casos, sem contrato de trabalho formal, e arregimentados pelos *gatos*. Os trabalhadores também são diferenciados entre qualificados e não-qualificados, assim como por faixa etária, sexo e local de moradia.

Mello (1976) destaca o papel do *fiscal de turma*, que cumpria diversas funções, destacando-se: o efetivo controle dos trabalhadores; a fiscalização da qualidade do trabalho executado; impedir que o produto colhido fosse burlado; exercer poder de mando, imbuído da proteção e aval do proprietário/patrão e evitar acidentes de trabalho, dentre outras.

¹¹³ O acesso ao trabalho formal é impedido por não possuírem as “habilidades” requeridas e os pré-requisitos legais, inclusive, a documentação exigida como carteira de identidade, carteira de trabalho e título de eleitor, entre outros; diversos trabalhadores não possuem esses documentos, alegando que não têm tempo e dinheiro para solicitá-los. “Condenados à condição de resíduos do processo de absorção de mão-de-obra na região, resta aos “bóias-frias” oscilar entre o trabalho volante na cidade e o trabalho volante no meio rural.” Mello (1976, p. 107).

Na área da pesquisa, o *fiscal de turma* não necessariamente é o *gato*, pois é contratado para exercer tarefas de controle e disciplina. Enquanto o *fiscal de turma* supervisiona as tarefas, o *gato* é o responsável pela intermediação e pela contratação dos trabalhadores.

A acumulação do capital se efetiva sob várias modalidades, mas no caso das empresas rurais, duas formas predominam: de um lado a ampliação da propriedade fundiária, que, dentre os diversos impactos sociais, provoca a expulsão dos *trabalhadores da terra*; de outro, o crescente número de trabalhadores ociosos, a maioria deles concentrados nas áreas urbanas, possibilita oferta volumosa de braços, forçando a redução dos salários pagos; disso resulta que o empresário rural possui condições de promover crescentes investimentos no capital constante.

Na área da pesquisa a presença do bóia-fria não é tão significativa, pois a agricultura comercial nas áreas de chapada se dedica mais à soja, ao trigo e ao milho, culturas altamente mecanizadas. Mas surgiram áreas com cultivo de café, laranja, feijão, algodão etc. que demandam o uso de mão-de-obra temporária. O que diferencia os trabalhadores temporários (bóias-frias)¹¹⁴ pode ser caracterizado a partir de três fatores: tipo de contrato; forma de pagamento; e alojamento na empresa rural. Em todos os casos, as despesas com alimentação correm por conta do contratado. Dessa forma, conforme a pesquisa, apontamos: trabalhadores temporários diaristas que se deslocam todos os dias das áreas urbanas próximas para as lavouras em caminhões e/ou em ônibus cedidos pelo empresário rural; trabalhadores temporários que recebem por semana e/ou por quinzena e que quase sempre ficam alojados em barracões na empresa rural e/ou nas proximidades; trabalhadores temporários contratados por empreitada que se deslocam diariamente e/ou ficam alojados em barracões nas empresas rurais.

As empresas rurais possuem alojamentos coletivos para os trabalhadores permanentes (Foto 11), sendo as condições satisfatórias. Para os trabalhadores que são casados, normalmente trabalhadores qualificados, constroem-se casas para atender as demandas das famílias (Foto 12). Observando as moradias percebe-se que apresentam boas condições de habitação. Mas o que chamou a atenção foi a presença de veículos e

¹¹⁴ SILVA, J. G. da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 134-135. Apresenta tipos distintos de trabalhadores temporários (bóias-fria), os permanentes, os eventuais ou esporádicos e os temporários. Os bóias-frias permanentes prestam serviços praticamente o ano inteiro; os bóias-frias eventuais ou esporádicos prestam serviços a diversos proprietários agrícolas, em períodos descontínuos. Normalmente, eles trabalham cerca de dois meses por ano como bóia-fria. Na maioria das vezes são menores, idosos e donas de casa. O terceiro, os bóias-frias temporários se constituem num tipo intermediário, quanto ao período de trabalho no campo. Estes trabalham geralmente nas safras e uma das principais características é a alternância sazonal entre empregos rurais e urbanos.

equipamentos técnicos, (eletrodomésticos, antenas parabólicas etc.), demonstrando um padrão de vida melhorado. Esses trabalhadores são tidos e noticiados como exemplos da geração de emprego nas empresas rurais, porém são poucos, e sob esse discurso, as empresas rurais escondem as condições degradantes vivenciadas pelos trabalhadores temporários. (Foto 13).



Foto 11 – Alojamento coletivo de trabalhadores safristas. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do Autor, 2003).



Foto 12 – Colônia de Trabalhadores Permanentes – Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).



Foto 13 – Alojamento dos trabalhadores temporários (bóias-frias). Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto de P. F. Matos, 2004)

Os empresários rurais consideram como maior problema as questões trabalhistas. Dizem que é necessária uma reforma trabalhista, pois a legislação existente prejudica muito mais os trabalhadores do que os empresários rurais. Quando questionados acerca da quantidade de trabalhadores temporários sem registros na carteira, salientam que são poucos e atuam esporadicamente. Reclamam que há muito sensacionalismo da mídia alardeando que há trabalho escravo nas empresas rurais, não sendo verdade, pois o que de fato existe é trabalho degradante, mas não escravo.

Aqui nós temos esse problema. Na empresa temos 100% dos trabalhadores permanentes registrados, mas tenho problemas com mão-de-obra avulsa (temporária) e com prestadores de serviços. No ano passado quando fui registrar os trabalhadores para a colheita do café metade não quis. Dizem que vão ficar apenas dois meses e a assinatura apenas desse período não agrada aos trabalhadores. Dizem que isso prejudica quando vão procurar outro trabalho. A carteira assinada por vários empresários e por pouco tempo depõe contra o trabalhador. Isso “suja as carteiras de trabalho”. (P. P. N. Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, junho de 2004).

Nas entrevistas e conversas com os trabalhadores temporários, de fato esse argumento aparece, e alguns se denominam “peões do trecho”, não estando atentos às questões da legislação em função da intensa migração em busca de trabalho. Mas percebeu-se uma conjunção de interesses, reforçada pela estratégia dos empresários rurais em divulgar que

o registro em carteira não é muito aconselhável, pois vão perder parte dos ganhos, forçando-os a internalizarem que não devem exigir a carteira de trabalho assinada, pois isso pode atrapalhar a contratação noutra safra.

Por fim, os empresários rurais reforçam a fragilidade da legislação, responsabilizando-a pelo aumento da miserabilidade dos *trabalhadores da terra*, na medida em que não possibilita uma normatização condizente com os anseios dos patrões e, tampouco, dos trabalhadores. Isso implica em considerar o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e seus desdobramentos, e a ineficiência das autoridades e órgãos competentes, que permitem a existência de trabalho escravo e outras formas de trabalho degradante nas empresas rurais e em diversas outras atividades efetuadas no campo e na cidade. Os empresários rurais apontam a necessidade de se flexibilizar a legislação (contrato entre patrão e empregado sem qualquer mediação, eliminando os *gatos*, mas também qualquer outra forma de regulação) para facilitar e melhorar as condições de vida dos trabalhadores, conforme os discursos liberais do livre mercado.

A legislação prioriza o trabalhador assalariado, porém o contrato diário e/ou por empreitada intensifica a superexploração e a precarização do trabalho. Essa argumentação é um discurso que, se tomado na íntegra, não permite perceber a origem das relações de dominação, deslocando o conflito capital x trabalho para a esfera da gestão estatal. E sabe-se que essa é uma estratégia do capital e do Estado para mitigar as ações referentes à proteção do trabalho. Assim, é necessária uma reforma trabalhista, contanto que seja suficientemente coerente para assegurar os direitos conquistados pelos trabalhadores, estendendo-os aos trabalhadores temporários, contratados, subcontratados etc., e não possibilitando brechas que possam corroborar a superexploração e a precarização do trabalho.

O controle sobre os trabalhadores se efetiva até mesmo por uma “confusão” entre o papel dos patrões e a relação com os trabalhadores permanentes, em algumas empresas rurais. O fato de almoçarem juntos (cantina coletiva) com o mesmo cardápio cria, no imaginário desses trabalhadores, a ilusão que são todos iguais. Discorda-se da análise de que esses fatos expressam um clima de camaradagem entre todos, conforme os entrevistados (patrões e trabalhadores permanentes). Essa situação é propositadamente pensada, premeditada, objetivando estabelecer as mais diversas habilidades, as possíveis premiações por bom comportamento, a capacidade de efetuar atividades em equipe e, principalmente, evitar e coibir qualquer ação política dos trabalhadores. Observando as conversas se percebeu uma troca de informações acerca das atividades diárias e “aulas de civismo”, pois quando havia condições para inserir as opiniões, empresários rurais e administradores não hesitavam

em desqualificar a reforma agrária, a legislação ambiental e os movimentos sociais com destaque para o MST, como exemplo daqueles que se colocam contra o progresso e o desenvolvimento do país.

Interessante observar os princípios toyotistas sendo implementados nas empresas rurais, destacando a premiação por produtividade em trabalho de equipe, a responsabilidade transferida ao trabalhador para a manutenção da “sua máquina”, os critérios de bom comportamento, fazendo com que os trabalhadores exerçam vigilância uns sobre os outros. Também, as estratégias elaboradas pelo capital para estimular uma maior produção e produtividade, aumentando a intensidade do trabalho (transcrição¹¹⁵ - Foto 14) e, portanto, reduzindo custos por trabalhador e/ou ampliando a taxa de mais-valia sobre o trabalhador, evidenciando a adoção de princípios mais flexíveis no campo, antes restritos às fábricas. “[...] destaca-se o fato dos trabalhadores serem estimulados diretamente pelo capital, no início da safra, a partir de diversos prêmios (carros, bicicletas, geladeiras, rádios e outros eletrodomésticos), que ficam expostos em lugar de passagem obrigatória na sede das empresas.” Thomaz Júnior (1996, p.224).

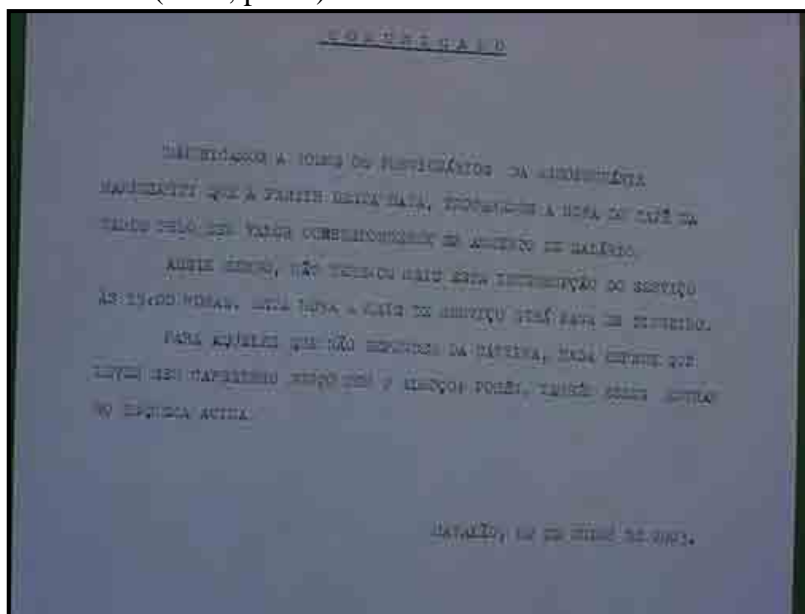


Foto 14 – Comunicado aos trabalhadores. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do Autor, 2003)

115

COMUNICADO

Comunicamos a todos os funcionários da Agropecuária Rampelloti que a partir desta data, trocaremos a hora do café da tarde pelo seu valor correspondente em aumento de salário.

Assim sendo, não teremos mais esta interrupção do serviço às 15:00 horas. Esta hora a mais de serviço será paga em dinheiro.

Para aqueles que não dependem da cantina, nada impede que levem seu cafezinho junto com o almoço; porém, também esses entram no esquema acima.

Catalão, 02 de julho de 2003.

O surgimento das empresas de prestação de serviços (reengenharia administrativa, recursos humanos, segurança do trabalho etc.) para atender as demandas colocadas pelo capital significa um maior controle sobre o processo produtivo e, indiretamente, sobre os trabalhadores. O ritmo do processo produtivo passa a ser imposto pela máquina e, a cada momento, têm-se novas máquinas, mais ágeis, mais modernas e que exigem novas qualificações, alterando a cadeia produtiva e a condição de trabalhador. Aqui surge a preferência pelo trabalhador polivalente, multifuncional que esteja aberto às inovações e que as aceite rapidamente.

Os trabalhadores permanentes, em sua maioria, se dizem satisfeitos com as novas formas de gestão implementadas nas empresas rurais. Nas entrevistas, se diferenciam dos “outros trabalhadores” por apresentarem maior instrução/qualificação, expressando o que Braga (1997) denomina de “subalternidade política do trabalho”.

Na verdade, o toyotismo emerge e se desenvolve no interior de um quadro marcado por uma acirrada luta de classes, que determina a resposta do capital em termos de quebra do poder operário no interior da produção, de construção/reconstrução do sindicalismo japonês e de incremento do controle sobre o trabalhador coletivo. (1997, p. 31).

Bihl (1998) ao destacar a complexificação do trabalho a partir da crise do padrão de regulação do capital, que possibilitou a emergência de formas mais flexíveis de gestão e produção, diz: “[...] toda saída capitalista para a crise supõe ir além da fábrica fordista por meio da instauração de novas formas de exploração e de dominação do trabalho”. (1998, p. 87). O capital tende a ordenar o espaço a partir de uma centralidade difusa, substituindo a antiga concentração piramidal pelo poder resultante da gestão fluída e flexível das redes.

O objetivo disso é otimizar a combinação, no espaço e no tempo, das matérias-primas, das energias, dos equipamentos, dos homens, da informação etc., reduzindo ao mínimo os tempos-mortos no encadeamento das operações produtivas. O que assegura ao capital, além de novos ganhos de intensidade e de produtividade, economia de capital constante (tanto fixo quanto circulante) por unidade produzida. (BIHR, 1998, p. 89).

A flexibilização do processo de trabalho requer uma organização mais flexível do trabalho. O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de aceitar essa condição e não estabelecer pré-requisitos, alegando que determinadas funções não são de sua competência. A ação dos trabalhadores se torna segmentada e incerta, causando

frustrações e a perda da identidade conferida pelo exercício do trabalho. (SENNETT, 2000). É a *subalternidade do trabalhador*, que, como dizem, “deve ser pau pra toda obra”, não podendo recusar nenhuma das tarefas estabelecidas. Daí o discurso do trabalho em equipe, da capacidade de assimilar inovações e diretrizes, da capacidade de obedecer comandos e viabilizá-los de forma inteligível para o capital, evitando desperdício e obstáculos que possam aparecer no processo produtivo.

Os trabalhadores precisam ser mantidos pobres, enquanto forças produtivas individuais, embora a qualificação, para o capital, seja uma demonstração coletiva. O trabalhador é colocado face a face com as potências intelectuais do processo material de produção e com as impotências intelectuais suas e da sua natureza individual.

Mas as condições do trabalho contemporâneo são tais que convertem o trabalhador, não no romântico e digno *self-made-man* de fama Hollywoodiana, mas “forçando sua destacada destreza às expensas de um mundo de capacidades produtivas e instrutivas” converte ele ou ela em um “monstro inválido”. No que se refere ao trabalhador, o modo de produção baseia-se no desenvolvimento do capital como uma “especialidade da ausência de desenvolvimento”. (SMITH, 1988, p. 90).

A fragmentação do trabalho constrói um trabalhador que não se considera como parte intrínseca do universo do trabalho e, assim, perde a possibilidade da compreensão de uma ação política transformadora. Para negar o capitalismo e suas formas perversas de dominação e exploração é necessário enxergar-se na dimensão concreta da produção, para se libertar, coletivamente, das teias impostas pelo controle social. O capital se universaliza (totalidade social) controlando o tecido social, não permitindo que o trabalho tenha acesso a esse horizonte, pois esse se entende como parcelário, resultante da divisão técnica do trabalho.

A adoção do progresso técnico no campo implicou em mudanças na organização dos trabalhadores mediante o surgimento de novas categorias, destacando-se os tratoristas, os condutores, os operadores de máquinas, os administradores, os técnicos-supervisores etc., que são categorias essenciais para o processo produtivo. Isso resulta da intensificação da divisão social e técnica do trabalho, que evidencia a especialização do trabalho e, conseqüentemente, o surgimento de novas funções, demonstrando o conteúdo da fragmentação do trabalho, perceptível a partir da leitura geográfica do território.

Agora novos desafios estão postos para os sindicatos, que ainda não conseguiram dar respostas às novas formas de trabalho, assim como não conseguiram inserir em seus estatutos as necessidades dos trabalhadores, precisamente daqueles precarizados,

instáveis e superexplorados, que, de fato, necessitam se organizar, pois mobilizados podem apontar perspectivas diferenciadas para o próprio movimento sindical. A divisão técnica e territorial do trabalho, impulsionada pela adoção da tecnificação sob diferentes formas, acirra a situação embaraçosa vivenciada pelos sindicatos.

[...] ao se materializar às custas do desemprego, redução de salários, intensificação da superexploração do trabalho e novas formas de controle e gestão mais rígidas, recoloca na ordem dos desafios, elementos novos para a ação dos trabalhadores, agora *revalorizados* no processo produtivo, contudo mais segmentados nas suas entidades sindicais. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p. 232).

Assim, se colocam novas perspectivas para os trabalhadores a partir da redefinição técnica e espacial da força de trabalho, abrindo uma nova escalaridade dos desafios para o universo dos trabalhadores e do redimensionamento do processo produtivo, que na sua organização político-econômica expressa a diferencialidade intracapital, produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital enquanto relação social. Caso não se compreenda o novo cenário, dificilmente os movimentos sindicais e sociais, resguardadas as suas diferenças, avançarão, pois não conseguem “ler o fenômeno”, as novas mediações surgidas a partir da relação capital x trabalho. Não é possível construir um movimento sindical e social de novo tipo, se não ocorrer a incorporação em suas fileiras das novas categorias de trabalhadores, mas também, a interpretação das novas tramas espaciais, momentaneamente sob a hegemonia do capital.

Assim, é essencial a superação histórica da sociedade do capital que, por sua vez, implica em superar a sociedade do trabalho, portanto, a sociedade capitalista. Há novos cenários, conforme explicita Thomaz Júnior (2003), recolocando na ordem do dia velhos atributos para novas empreitadas: capacidade de resistência, grau de organização e, fundamentalmente, projetos alternativos de ação do próprio movimento sindical, soldados com os interesses maiores da sociedade.

III.5 Heterogeneização, Complexificação e Precarização do Trabalho nas Chapadas

Referimo-nos, portanto, à ampla e crescente fragmentação do trabalho em segmentos, categorias, profissões, corporações sindicais, instâncias associativas e cooperativas. Sem contar, o privilegiamento desse em detrimento daquele segmento, tendo

em vista a importância política, econômica etc., e que, nesse leito de interpretações, um não tem nada a ver com o outro, tampouco que se trata dos seres que vivem do exercício do trabalho (nas mais diferentes modalidades e formas de existência) para garantir sua sobrevivência.

(THOMAZ JÚNIOR, 2003)

A modernização conservadora da agricultura possui diferenciações espaço-temporais em razão das funcionalidades que essas áreas apresentaram frente o modo de regulação do capital que, a cada momento, exige uma certa adequação às necessidades do novo padrão de acumulação. O consorciamento entre diferentes relações sociais de trabalho, desde as assalariadas até a existência de relações não-capitalistas, demonstra a captura e a imposição das novas formas de produzir, com o intuito de atender a acumulação do capital. Goiás apresenta uma tecnologia altamente moderna, porém, não se deve pensar que a modernização é iniciada com o advento das técnicas modernas de produção. A aceleração desse processo se deu após a adoção em massa das inovações tecnológicas, mas a modernização é uma construção e se confunde com o próprio processo de formação e consolidação do capital industrial e financeiro. A aceleração técnica promoveu uma justaposição de tempos.

Há que mencionar, e se possível decifrar, as diferentes inter-relações entre as formas de trabalho existentes, dentre elas o imbricamento entre o trabalho assalariado e as novas formas de gestão do processo produtivo, centradas na intensificação do trabalho precarizado, tanto no campo como na cidade. A heterogeneização e a complexificação do trabalho redefinem a relação cidade-campo a partir de novos desenhos sociais constituídos nesses territórios. As novas categorias de trabalhadores, assim como as novas formas de auferir/apropriar renda, necessitam ser pesquisadas. Entretanto, há o risco de visualizar apenas a capacidade transformadora do capital e secundarizar o trabalho, fato presente na maioria das pesquisas que desconsideram as múltiplas relações sociais de trabalho, camufladas sob o escopo da modernização da agricultura, da extração do valor e da reprodução ampliada do capital.

Algumas mudanças importantes no trabalho, principalmente nos grandes centros, com destaque para o crescimento da informalidade, são destacadas: diminuição dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado e perda do poder aquisitivo; expansão de formas precárias de trabalho em tarefas subcontratadas, terceirizadas etc.; crescimento do trabalho em tempo parcial e trabalho domiciliar, entre outros, sem qualquer regulamentação

do Estado; intensa retração do emprego industrial e demissões em massa; crescente aumento de postos de trabalho no setor de serviços e no comércio, embora em condições aviltantes. Isso também chega ao campo, principalmente nas empresas rurais que reordenam o uso e as formas de exploração da terra, implementando novas relações de trabalho, através da participação nos lucros para alguns trabalhadores, da adoção de programas de qualidade total, da obrigatoriedade de cursos de qualificação para o exercício das atividades mais complexas e da orientação sobre o uso dos recursos naturais, entre outras.

De acordo com essas tendências, encontramos, nas empresas rurais observadas nas áreas de Cerrado e nas chapadas do Sudeste Goiano, as seguintes relações sociais de produção e de trabalho:

- a) O reaparecimento do trabalho escravo, além trabalho infantil e do trabalho de idosos (Foto 15) sob condições extremamente precárias nas empresas rurais. Isso é um indicativo de que houve alterações significativas nas relações sociais de trabalho, como o revigoramento dos procedimentos que intensificam a fragilização e a superexploração do trabalho.



Foto 15 – Trabalhador temporário na colheita do café. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).
(Foto: J. L. V. SOUSA, 2003).

- b) A adoção de formas de gestão flexíveis (participação nos lucros, trabalho em equipe, parcerias etc.) ao lado da precarização do trabalho (Fotos 16) e do não-cumprimento dos direitos mínimos dos trabalhadores (carteira assinada, férias, 13º salário etc.) são evidências do paradoxo existente nas grandes empresas rurais.



Foto 16 – Trabalhador bóia-fria (56 anos) na tarefa de arrancar feijão. Fazenda Maringá – Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto de H. A. Mesquita (1991).

- c) Crescimento da sub-contratação (trabalhadores temporários) com destaque para alguns cultivos, como café, feijão, algodão e tomate. (Foto 17).

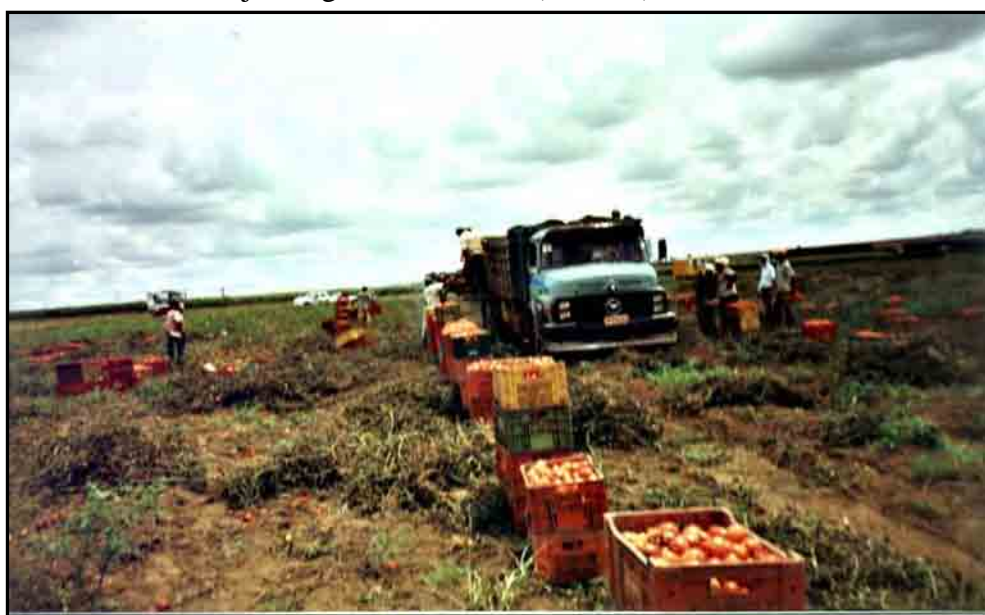


Foto 17 – Lavoura de tomate. Colheita, encaixotamento e carregamento do caminhão. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano). (Foto de M. E. Inocêncio, 2002)

- d) A crescente terceirização de algumas atividades, principalmente as consideradas mais difíceis e menos rentáveis (serviços domésticos, segurança, manutenção das máquinas e implementos agrícolas etc.).
- e) O incentivo à migração, patrocinado pelos empresários rurais e até mesmo o financiamento da vinda de trabalhadores para exercerem atividades periódicas nas empresas rurais. Observamos duas categorias de migrantes: uma oriunda do Sul (Paraná) – trabalhadores safristas que ficam confinados em barracões nas empresas rurais. E outra, que não é incentivada, mas que chegam à procura de trabalho, quase sempre oriundos do Nordeste e que assumem o trabalho temporário, sendo contratados através da mediação dos *gatos*.
- f) Há um conjunto de situações que denotam formas degradantes de trabalho (alojamentos precários, falta de equipamentos de segurança, condições de trabalho insalubres e alimentação inadequada, entre outras) para os trabalhadores safristas e de forma piorada para os trabalhadores temporários.
- g) A existência de programas de qualificação e requalificação da mão-de-obra para os trabalhadores permanentes e, às vezes, para os trabalhadores safristas.

Além dessas transformações nas áreas de Cerrado, precisamente acerca da dinâmica das grandes empresas rurais, há que se considerar o crescente aumento das agroindústrias. Avalia-se que está ocorrendo uma maior mobilidade das agroindústrias, à medida em que as condições locacionais são relevantes, pois integradas ao sistema de redes, facilitam a instalação de novos empreendimentos agroindustriais nas áreas até então pouco industrializadas.

Conforme o Jornal O Popular (01/02/2004, p. 13-14) as vagas estão abertas para aqueles que apresentam qualificação profissional, mas, também, muitos trabalhadores oriundos do campo não se adaptam às rígidas condições de horário e às normas de higienização exigidas pelas empresas. Os salários são baixos, em média em torno de (02) salários mínimos, e o custo de vida bastante elevado, pois ocorre intensa especulação, piorando as condições de vida dos mais pobres, já altamente comprometidas. Os *trabalhadores da terra* são responsabilizados pela condição de não-qualificados para exercerem as atividades industriais. “O pessoal da região não tem treinamento para atuar na indústria. Por isso tivemos de trazer muita gente de outros Estados”, comenta um dos responsáveis pela área de recursos humanos da empresa.

Recentemente, o Grupo Perdigão¹¹⁶ instalou-se em Rio Verde, no Sudoeste Goiano, gerando cerca de 5.000 empregos diretos e alterando de forma profunda as formas de uso e exploração da terra na região. O maior complexo agroindustrial da América Latina também propiciou alterações bruscas nas relações sociais de trabalho. Rio Verde apresentava 100 mil habitantes em 2000 e chegou a 140 mil em 2004, evidenciando uma acelerada arrumação espacial na região de sua influência e, sobremaneira, no espaço rural. Centenas de famílias de camponeses e *trabalhadores da terra* se tornaram *produtores integrados*, e outros tantos se dirigiram à cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. Todavia não estão aptos a exercerem as funções requeridas pelas agroindústrias.

O Grupo Sadia adquiriu a Granja Rezende (Uberlândia-MG¹¹⁷) e promoveu a criação de aves (frangos e perus) no *sistema integrado* em Catalão-GO e no Sudeste Goiano. Os *camponeses-avicultores* são susceptíveis às alterações do mercado: inicialmente, a agroindústria estimulou a criação de frangos – uma tradição na região – mas conforme o mercado, estimulou a criação de perus, fazendo com que os *integrados* adequassem a infraestrutura disponível (investimentos mínimos de R\$ 50.000) para atenderem às novas exigências fitossanitárias, entre outras. Após dois anos, a empresa decidiu retomar a criação de frangos, porém a infra-estrutura recém-alterada novamente precisava ser modificada. Isso provocou grandes transtornos, na medida em que muitos tiveram que abandonar as atividades e diversos faliram, inclusive por causa deste, entre outros fatores, a própria CAVIC – Cooperativa dos Avicultores de Catalão – fechou as portas, expressando a sujeição, a

¹¹⁶ O Programa FOMENTAR – instituído no final da década de 1980 oferece um pacote de incentivos fiscais e tributários e facilidades creditícias, se constituindo num estimulador para a vinda de empresas e, principalmente, agroindústrias para Goiás. “Uma comissão do Governo Federal constatou que em 1995 o estado de Goiás teve uma renúncia fiscal de R\$ 130 milhões. (O Popular, 25/05/96, p.10^A). O mais recente exemplo é o que foi oferecido à Perdigão que se instalará no município de Rio Verde, com previsão de assentar 800 produtores que trabalharão em parceria com a agroindústria e devem ser gerados outros 06 mil empregos até o ano 2000. A empresa investirá R\$250 milhões, enquanto que o Estado gastará R\$100 milhões com obras de infra-estrutura para atender a empresa e abrirá uma linha de financiamento pelo Banco do Estado de Goiás – BEG, de 100R\$ milhões, com prazo de cinco anos, ao custo de 6% ao ano, mais Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A empresa, durante os primeiros 15 anos, pagará apenas 30% do ICMS devido, sendo que o restante começara a ser pago depois deste período, com mais 15 anos de prazo, com juros de 2,4% ao ano. O município de Rio Verde ainda doará à empresa um total de mil hectares de terras para instalação de granjas e mais 750 hectares para assentamento de famílias que trabalharão como produtores integrados à agroindústria. A empresa ainda ficará isenta, durante 15 anos do pagamento do IPTU, ISS e outras taxas municipais. O Popular, “Perdigão em Goiás”, 26/06/96, pp. 4C, 5C e 11C.” (DUARTE, 1998, p. 90).

Recentemente, o Presidente LULA esteve em Rio Verde para prestigiar a carteira de trabalho nº 5000, demonstrando o crescimento substancial na geração de empregos na Perdigão. “A Perdigão hoje é a empresa que mais emprega no Centro-Oeste, [...] São abatidos diariamente, 282 mil frangos e 3.700 suínos. As carnes são industrializadas. A indústria trabalha também com massas e fabricação de ração para os animais produzidos pelos produtores integrados”. (O Popular, 01/02/2004, p. 13-14).

¹¹⁷ Uberlândia é considerada o *portal para as áreas de Cerrado* e possui a maior estrutura logística de distribuição de mercadorias do país, sendo extremamente importante para a comercialização dos grãos e das mercadorias produzidas no Centro-Oeste.

superexploração e a precarização dos *camponeses-avicultores* diante das imposições das agroindústrias.

A presença das agroindústrias promoveu uma nova forma de pensar e agir dos camponeses, que inicialmente acreditavam ter vantagens no processo de integração (avicultura, fruticultura etc.), sem perceber a lógica destrutiva e altamente seletiva presente nessa atividade. Os critérios para a escolha dos *integrados* excluem grande parcela dos camponeses, pois é preciso ter a propriedade da terra, apresentar documentos comprobatórios (escrituras) e ter condições financeiras estáveis para ter acesso ao sistema de integração. Esses critérios impedem os camponeses, com terras e sem terras, de terem acesso também às políticas públicas de financiamento, pois não apresentam os pré-requisitos exigidos pelas agências de fomento.

Na pesquisa de campo, constatou-se que muitos camponeses que optaram pelo *sistema integrado* não conseguiram êxito e acabaram tendo prejuízos, sendo que alguns chegaram a perder suas terras. A proposta das agroindústrias assegura a oferta da matéria-prima no tempo certo, com qualidade e custos reduzidos, utilizando como estratégia a transferência da responsabilidade da criação para os camponeses. Todavia esses não possuem autonomia, pois ficam vinculados às exigências postas pelas agroindústrias, como o controle fitossanitário, treinamento para os trabalhadores, manejo adequado etc. Apenas em caso de perdas são tratados como autônomos e têm que assumir todos os prejuízos, livrando a agroindústria de qualquer responsabilidade jurídica e/ou social.

O destaque para a criação de aves é marcadamente reconhecido na paisagem, com a presença de centenas de galpões alocados nas proximidades da GO-330 (Foto 18), que liga Catalão a Goiânia, principalmente nos municípios de Pires do Rio, Urutaí, Santa Cruz e Orizona. Sabe-se da importância do associativismo existente no Município de Orizona-GO, com a elevada concentração de pessoas no campo, atualmente em torno de 53% da população do município, contrariando a tendência existente nos outros municípios investigados. Essa diferenciação no processo produtivo, entre outras, bem como as atividades predominantes, as relações sociais de produção e de trabalho denotam as diferencialidades paisagísticas do capital e do trabalho no Sudeste Goiano.



Foto 18 – Galpões para a criação de aves em *sistema integrado*.
Pires do Rio (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras improdutivas e/ou no potenciamento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico (Foto 19), redonda em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade.



Foto 19 – Cultivos irrigados – soja e trigo. Ao fundo, nascente devastada.
Chapadão Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).
(Foto: E. A. TAVARES, 2003).

As pesquisas que tratam da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado enfatizam as transformações espaciais (sociais e ambientais) a partir de duas opções teórico-metodológicas. De um lado, lamentam as mazelas sociais descrevendo e caracterizando, minuciosamente, a condição imposta aos camponeses e *trabalhadores da terra*, sem, contudo, considerar as alternativas viáveis e exeqüíveis que, historicamente, foram e continuam sendo implementadas pelos *povos cerradeiros*. De outro, fazem uma apologia ao modelo adotado – o agronegócio – que assegura produção e produtividade de grãos essenciais ao “bem-estar da humanidade” e, por isso, sem qualquer possibilidade de ser indagado. Na origem, essas duas abordagens se assemelham, pois acabam por apresentar um quadro que reforça as necessidades do capital e as estratégias de controle social, não considerando as perspectivas políticas construídas pelos trabalhadores. Aos camponeses e *trabalhadores da terra* que não foram expulsos restaram as áreas dissecadas (fundos de vales), que não puderam ser incorporados pela agricultura moderna em virtude das condições orográficas. (Foto 20).



Foto 20 – Camponês em área de fundo de vale (Rio São Marcos). Essa propriedade está dentro do perímetro a ser inundado pela barragem Serra do Facão. Município de Catalão (Sudeste Goiano).
(Foto do autor, 2003).

No Sudeste Goiano há diversos usos e formas de exploração da terra, destacando-se as empresas rurais modernas com predominância do cultivo de soja, milho,

trigo, café etc. efetuado em grandes propriedades tecnificadas; as agroindústrias que intensificam atividades no beneficiamento da matéria-prima produzida; e a presença dos produtores integrados (avicultura), evidenciando uma tendência crescente, majoritariamente exercida por camponeses¹¹⁸ que sobrevivem mediante a estratégia de manutenção da agricultura camponesa. Realidades aparentemente distintas (como se fossem mundos diferentes), mas regulados pelas relações sociais capitalistas. Isso tudo impede muitos pesquisadores de perceberem e, assim, reconhecerem que o caráter específico do capitalismo não está na utilização de máquinas aperfeiçoadas e/ou de técnicas modernas na agricultura, mas no fato de que a propriedade de *tais coisas* está concentrada nas mãos de uma minoria, portanto, a questão fundante é a necessidade de romper as históricas formas sociais centradas na propriedade dos meios de produção.

A possibilidade de superação está na capacidade de determinação do futuro e na tentativa dar novo sentido às decisões políticas. Para tanto, há que se apropriar de uma nova consciência, na medida em que o presente não é alvissareiro, mas apresenta as *potencialidades criadoras*, enquanto condições objetivas e subjetivas para animar uma ação política transformadora, agregando diferentes atores políticos, mas com o cuidado de que a diferença não seja apenas mais um discurso para manter a “normalidade” do metabolismo societário do capital.

III.6 O Sertão Vai Virar Mar...

Ventos que arrancam janelas e arrancam porteiros
 Espora de prata riscando as fronteiras
 Selei meu cavalo, matula no fardo
 Andando ligeiro, um abraço apertado e o suspiro dobrado.
 Não tem mais sertão.
 Os caminhos mudam com o tempo
 Só o tempo muda um coração
 Segue seu destino, boiadeiro
 Que a boiada foi no caminhão.

(PEÃO – ALMIR SATER)

¹¹⁸ As propriedades rurais não ultrapassam 50 hectares, sendo as atividades exercidas predominantemente pela família com a presença parcial do trabalho assalariado.

O tempo, para os camponeses e *trabalhadores da terra*, é o tempo do trabalho, a partir das situações laborais, materiais e imateriais, exercidas na relação direta – simbiótica – entre os homens e a terra. A imposição da racionalidade do capital no processo produtivo rompeu a relação direta com o entorno, que, paulatinamente, passou a ser mediada pela técnica cientificizada. As mudanças que transformam o tempo do trabalho necessário para a existência em tempo para o capital (produção de mercadorias) criaram perspectivas sombrias para os *povos cerradeiros*.

A perspectiva urbano-industrial necessitava de uma nova realidade rural que pudesse assegurar as políticas desenvolvimentistas no país. A dicotomia sertão/litoral deveria ser amenizada, uma vez que o sertão – o sertanejo¹¹⁹ – precisava ser incorporado pelo capital industrial e financeiro, tornando-se “espaços do e para o capital”. Para tanto, elaboraram um discurso que implementou a idéia do novo, como se nada existisse anteriormente, como se os homens e as mulheres residentes no sertão não fizessem História. Como exemplos, tem-se a construção de Goiânia e, mais tarde, de Brasília, que “desbravaram sertões inóspitos”, construindo territórios baseados em princípios civilizados.

A implementação da forma racionalizada de produzir, aperfeiçoada com a modernização da agricultura, reinventa o sertão, apropriando-se dos sertanejos e de sua cultura. Mais ainda, reelaboram a cultura caipira, universalizando-a como música sertaneja através da indústria cultural, desconsiderando os modos de vida experienciados pelos sertanejos. Significou a universalização do sertão considerado atrasado, improdutivo, mas agora, transformado em celeiro agrícola do país, expressando a potencialidade do capital em fazer produzir, gerar divisas e rendas “para todos”.

A cidade de Goiânia-GO expressa essa tentativa, através da constituição de um mundo *country* com a presença maciça dos *agroboys*, a expressão do moderno latifundiário, negando a idéia do sertão caipira. Houve inclusive políticas públicas que investiram em *marketing* nos anos 1980 e 1990 para criar a idéia de que a cidade era a capital dos *novos cowboys*. A Exposição Agropecuária e os eventos promovidos pelas elites ruralistas expressam essa construção na cidade moderna e cosmopolita, mas ainda agrária. (CHAVEIRO, 2001).

¹¹⁹Há que ter cautela em nomear a sociedade sertaneja. Os sertanejos não devem ser tratados como uma totalidade social, pois as elites locais e regionais que mantinham contato com os centros urbanos do país e até do exterior não se compreendiam enquanto sertanejas, mas como parte da cultura da elite, em qualquer lugar do país. Sertanejo refere-se ao *trabalhador da terra* e/ou ao camponês, que vivia da terra – os *trabalhadores da terra*, que elaboram manifestações sociais e culturais a partir da relação direta com a terra, possuindo o sentido único de vida, de fartura, portanto, de sobrevivência.

Talvez essa questão esteja na gênese da cidade de Goiânia. Santos; Silveira (2003) salientam que Goiás é emblemático quando se analisa o processo de modernização. A construção de Goiânia nos anos 1930 no “sertão inóspito” fez com que o novo urbano se territorializasse antes da modernização dos transportes, do consumo, do rural e até mesmo da modernização do país. Acredita-se que de certa forma *o sertão vira mar*, pois há a transposição das concepções litorâneas (européias) para o interior do país. *O sertão vira mar* porque é obrigado a adotar os valores, os comportamentos e as atitudes do litoral, portanto, da “civilidade” hegemônica pelo capital industrial e financeiro.

Essas ações políticas interferiram sobremaneira na produção do espaço e na gestão do território, alterando de forma profunda as relações sociais de produção e apontando processualidades distintas em relação às outras regiões do país. Isso implicou na desestruturação dos ideários populares, constituindo novas ações sociais que se voltam para atender as prerrogativas colocadas pela modernização capitalista. Essa condição, do moderno implementado no sertão, através do urbano, numa sociedade agrária, fez com que houvesse uma simbiose que formatou especificidades no jeito de ser urbano e no jeito de ser rural em Goiás.

Estevam (2003) coloca que o ambiente em Goiânia é cosmopolita, porém persiste a idéia rural do início do século XX, com a diferença de que, naquela época, Goiânia era quase desabitada e a maior parte da população vivia nas áreas rurais. “A cada dia o goiano conhece menos o campo, fazendas, só por televisão, mas agarra-se ao que lhe resta: o chapéu, as botas e a caminhonete. O fato abriu espaço para a indústria *country*, que movimenta mais dinheiro que o futebol.” Estevam (2003, p. 14). A proliferação de duplas sertanejas possibilitou a reinvenção de uma identidade que, midiática, não expressa as manifestações sócio-culturais dos goianos, mas impõe comportamentos, desejos, interesses e universaliza formas e modos de vida, dissociados dos sujeitos sociais que ainda experienciam e vivenciam essas sociabilidades.

Esse processo, constatado com o surgimento da música eletrônica sertaneja nos anos 1990, está agregado a um padrão técnico transnacional que visa homogeneizar e universalizar a modernidade, não reconhecendo as diferenças e as desigualdades existentes e reforçadas. A crescente miserificação dos trabalhadores desterritorializados (camponeses e *trabalhadores da terra*) expressa a tendência homogeneizadora no plano da representação do rural (do sertão), ao destacar os novos agentes produtores (sulistas, agências financeiras, agroindústrias etc.) como capazes de ocupar e fazer produzir a boa terra, até então tida como improdutiva, pela incompetência, pela preguiça e pelo atraso dos *povos cerradeiros*.

A imagem mais representativa da transformação do sertão, inclusive para os próprios sertanejos, é a passagem do carro-de-boi para o caminhão, como elemento *integrador das gentes e dos lugares*.

Acompanhando o aparecimento de produções de música sertaneja dos anos 30 aos anos 60, percebemos que o enfoque dado ao peão, seja o carreiro, o boiadeiro, o tropeiro e outros, tão presente nas composições desenvolvidas no início deste período, vai desaparecendo, ou diminuindo de intensidade. Especificamente, as imagens do transporte de cargas, bois ou mercadorias em geral, ou mesmo de pessoas, vão retirando de cena este artesão de trilheiras, conhecedor dos campos. E em seu lugar aparece, em grau cada vez mais acentuado, a do motorista de caminhão. O interior do país é recolonizado não só pela frequência pululante de novas mercadorias, como também por visões fantasmagóricas sobre o sertão, iluminadas pela figura do caminhoneiro. (HONÓRIO FILHO, 1992, p.97).

A tese do sertão enquanto lugar do selvagem, em contraposição à civilização e ao progresso técnico centrado no litoral, não deve ser tomada sem se considerar o processo de acumulação do capital, que o reinventa e o reelabora, com o objetivo de assegurar o controle do capital sobre o trabalho. Ainda, a relação cidade-campo não pode ser interpretada a partir da concepção de cidade enquanto o *locus* do progresso e o campo como o *locus* do atraso. Essas representações são construções imagéticas para facilitar a apropriação das grandes áreas rurais pelo capital – as extensas áreas de chapadas do Sudeste Goiano – ansioso por incorporar novas terras, novas matérias-primas, novos trabalhadores e novos consumidores. O caminhão, expressão moderna dos veículos automotores, integra e unifica essas duas realidades, no sentido de propiciar maiores ganhos para o capital, propiciando novas condições para o processo de acumulação. O caminhão é a materialização de um novo tempo – o tempo do capital.

O progresso técnico impôs grandes prejuízos para os camponeses e os *trabalhadores da terra*, muitos expressos na forma de músicas saudosistas que relembram tempos de paz e tranquilidade, embora esse saudosismo nada mais é do que uma forma de suportar as agruras do trabalho rotineiro, pouco remunerado, porém necessário para manter uma parca sobrevivência. O que há é um sentimento de perda, por exemplo, por aqueles profissionais que sobreviviam da lida com o transporte de gado, dos carregadores de grãos, dos mascates e dos artesãos, entre tantos outros que, praticamente viram desaparecer os seus ofícios, sem, contudo, estarem aptos a exercerem outra profissão.

O trabalho se modificou, e, com ele, desapareceram milhares de homens e mulheres que eram descartáveis e não tinham qualquer razão para existirem na *sociedade do*

capital, conformada pelas novas imposições mercadológicas. Objetivando legitimar essas ações foram elaborados discursos que reforçavam a idéia do Cerrado ser uma paisagem pobre, sendo necessário o “progresso”, para fazer desenvolver essa região “vazia”, “isolada” e “improdutiva”.

CAPÍTULO IV

A OCUPAÇÃO INDISCRIMINADA DAS ÁREAS DE CHAPADAS: TRABALHO E *POVOS CERRADEIROS*

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.

Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade. Representar esse princípio como o da não interferência, como os liberais econômicos se propunham a fazer, era expressar simplesmente um preconceito arraigado em favor de uma espécie definida de interferência, isto é, que iria destruir as relações não-contratuais entre indivíduos e impedir a sua reformulação espontânea.

(K. POLANYI, 2000)

O olhar do geógrafo não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e a extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância e algumas vezes o reforçam estão no cerne da reflexão. A geografia humana estuda a repartição os homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e transformam; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham.

(P. CLAVAL, 1999)

IV A OCUPAÇÃO INDISCRIMINADA DAS ÁREAS DE CHAPADAS: TRABALHO E *POVOS CERRADEIROS*

Era uma praxe antiqüíssima. O pai e o avô de Dona Benedita assim procediam e o marido dela continuou nesse sistema. O gado era tão empastado que logo que o tempo demudava e entrava a seca, ele dava fé e pegava a berrar uns berros intermitentes. Depois, reunidos em ternadas, aspirando o vento e berrando intermitentemente, os curraleiros começavam a galgar a serra em busca do refrigério, donde só voltaria, com a outra mudança da estação, quando o vento geral anunciasse chuva, revirando de rumo.

Aquilo era uma riqueza. Quem tivesse o refrigério, quem possuísse a serra, teria reserva de pasto, reserva fresca e boa. Por isso, mal o sogro de Vicente fechou os olhos, o irmão Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério.

- Absurdo! – gritou a viúva. – Que o refrigério é meu.

- Cadê os documentos? – perguntou o cunhado Pedro Melo, assim muito inocentzinho.

- Que documento? – ali ninguém possuía título de domínio de terras. Dono do chão era quem possuísse gado nele empastado. Até onde andasse o gado com a marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca. Era uma lei que vinha num é d’hoje, se transmitindo de pais a filhos, sem contestação. O próprio Pedro, que era dono de mais de vinte fazendas, perguntassem a ele se possuía documento, para ver!

De nada valeram, porém, os protestos da velha. Naquela seca, quando o vento geral soprou, o gado de Dona Benedita aspirou profundamente o ar, soltou os berros finos e curtos de curraleiro e marchou pelas veredas. Tudo estava vedado pelas cercas de cinco fios, apoiados em grossos postes de vinhático e perobinha. [...] Pelas veredas, o gado ia e vinha, rondando a cerca, tentando transpô-la, ferindo-se nas farpas do aramado.

(ÉLIS, 1987)

Bertran (2000, p.18) valorando os modos de vida dos homens do Planalto Central e buscando firmar uma *identidade cerradeira*, salienta a existência de uma “linguagem cerratense, surpreendente, inovadora, atônita em sua riqueza barroca e sertaneja” a partir das obras dos regionalistas Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Carmo Bernardes e outros. Ainda, Bertran (1997), ao pesquisar as manifestações sócio-culturais do Planalto Central – os *povos do Cerrado* – destaca os homens e seus sertões de Cerrados, denominando-os de *Homo Cerratensis*.

Barbosa (2002) em tese inovadora sobre as origens¹²⁰ do povoamento nas áreas de Cerrado, destaca que ao longo da evolução das formas terrestres, precisamente nos últimos 12.000 anos, os homens construíram as paisagens cerradeiras, centrados nas migrações, de acordo com a uberdade das condições ecológicas. “Suas migrações se davam mais frequentemente pelos ambientes com claridade”. Barbosa (2002, p. 25).

O processo de ocupação das áreas de Cerrado remonta a cerca de 12.000 anos, uma vez que há registros, conforme pesquisas desenvolvidas sobre a pré-história de Goiás, de grupos sociais nessas áreas, sendo que os indígenas, na forma que conhecemos, são os representantes desse processo cultural/evolutivo. Sobreviviam nas áreas de Cerrado praticando a agricultura, a horticultura, a caça, a pesca etc., apresentando significativas contribuições sócio-culturais sobre a dinâmica dos ecossistemas que compõem o Cerrado. Outra questão relevante é o aproveitamento econômico de diversas espécies, que, ainda hoje, asseguram a sobrevivência de famílias camponesas, como complemento da renda e/ou como alternativas de alimentação, inclusive, para as criações domésticas e, principalmente, para uso medicinal, intensamente utilizado pelos *povos cerradeiros*.

Essa reflexão busca contestar a idéia da ocupação das áreas de Cerrado a partir dos anos 1960, que desconsidera a trajetória histórica e cultural construída pelos *povos cerradeiros*. Quando nos referimos ao processo desencadeado com a modernização conservadora da agricultura, compreendemos esse processo a partir de uma das faces da modernização do capital, a partir das crises no modelo de regulação do metabolismo societário do capital. Portanto, não se pode explicitar as novas arrumações espaciais sem considerar as *heranças territoriais* e o imbricamento ente as sociedades preexistentes e a nova forma de ocupação “racional”, centrada na reestruturação produtiva do capital, que necessitava de áreas para assegurar o processo de auto-expansão. Coincidentemente, a partir desse momento, as áreas de Cerrado são intensamente ocupadas de forma “racional” e indiscriminada.

Segundo Barbosa (2002),

A área nuclear do cerrado constitui um sistema complexo, que abrange áreas planálticas, como o Planalto Central Brasileiro, com altitudes médias de

¹²⁰ Conforme BARBOSA (2002, p. 321 e ss), a ocupação dos chapadões centrais do Brasil, iniciou-se a partir de 12.000 anos A. P. intimamente relacionada às formas de exploração dos Cerrados, numa simbiose que possibilitou formas ecológicas de uso e exploração da terra, resultando num sistema econômico que ainda persiste nalgumas áreas de Cerrado. As pesquisas se basearam em estudos arqueológicos e antropológicos a partir da indústria lítica que constitui a Tradição Itaparica – o complexo tecnológico mais antigo, conhecido até o momento nas áreas de Cerrado.

650m, clima tropical sub-úmido e com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa. Esse sistema abriga uma fauna variada, que embora transite em outros sistemas, como a caatinga e os cocais, aí ocorre sua maior concentração, em virtude das possibilidades alimentares que este sistema biogeográfico oferece durante todo o ano. [...] Em termos vegetais esse sistema é complexo e nunca pode ser entendido como uma unidade, há o predomínio do cerrado como paisagem vegetal, mas há também seus variados matizes, como campo, cerradão, além de formações florestais como matas, matas ciliares e, ainda, as veredas e ambientes alagadiços. (BARBOSA, 2002, p. 143).

Especificamente, na área da pesquisa, que apresenta a complexidade biogeográfica colocada por Barbosa (2002), destacam-se as áreas de chapadas onde predominam o sub-sistema de veredas, com a paisagem típica de buritizais, margeando as lagoas e/ou nascentes em decorrência do afloramento do lençol freático e das características impermeabilizantes do solo. As chapadas foram conceituadas por Guerra (1987) como grandes superfícies horizontais a mais de 600 metros de altitude, que aparecem principalmente nas áreas centrais do país.

Do ponto de vista geomorfológico a chapada é, na realidade, um planalto sedimentar típico, pois trata-se de um acamamento estratificado que, em certos pontos, está nas mesmas cotas da superfície de erosão, talhadas em rochas pré-cambrianas. (GUERRA, 1987, p. 90).

A contigüidade de chapadas é identificada como chapadão, consubstanciando-se num termo regional, para designar as extensas planuras ocupadas com a agricultura moderna, intensiva e comercial. As chapadas são importantes divisores de águas das principais bacias hidrográficas da América do Sul. No Sudeste Goiano, precisamente no Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde, a cumeeira é denominada de águas emendadas, pois parte das águas escoam em direção a bacia do Paranaíba/Paraná e outra parte em direção à bacia do São Francisco.

Assim, o Cerrado é compreendido enquanto um conjunto de elementos (padrões de relevo, solo e geologia) que resultou em condições edafoclimáticas que não se expressam apenas a partir da vegetação, mas de um complexo biogeográfico. Essas tramas naturais-sociais foram construídas ao longo das mudanças climáticas na Terra e em relação estreita com os *povos cerradeiros* que “moldaram” essas áreas conforme as necessidades de sobrevivência, configurando formas espaciais a partir do uso do Cerrado numa relação acertadamente ecológica.

O Cerrado enquanto Bioma, mesmo em processo de extinção, apresenta diversos ecossistemas integrados e interagentes, com intensa riqueza florística e faunística, expressando relevância ecológica. No que tange à biodiversidade do Cerrado, a flora é considerada a mais rica dentre as savanas do mundo. Das 774 espécies de árvores e arbustos que ocorrem na região, 429 são restritas ao Bioma Cerrado. (CHAVES, 1998). Esses dados certamente foram acrescidos pelas novas pesquisas realizadas, contudo, é importante ressaltar o elevado grau de endemismo presente no Cerrado e o desconhecimento acerca de diversas espécies da flora e da fauna, muitas já desaparecidas e/ou em processo de desaparecimento.

Segundo a WWF (2000) – World Wide Fund for Nature – analistas econômicos e políticos chegaram a afirmar que as novas lavouras modernas promoveriam o apogeu do ecossistema. Daí presume-se o desconhecimento do Bioma Cerrado e de seus subsistemas e a ignorância utilizada para favorecer o projeto modernizador. Em documento recente, a WWF¹²¹ faz referência à importância da biodiversidade do Cerrado, considerada uma das mais relevantes do Planeta e com um grau de endemismo significativo.

Dessa forma, houve a deliberação de políticas públicas e privadas para asseverar a ocupação “racional” e indiscriminada das *áreas cerradeiras*. Para isso, era necessário criar juízos de valor e pré-noções sobre o Cerrado, restringindo-o a uma vegetação pobre e sem utilidade econômica. Ao simplificar o Cerrado enquanto vegetação, “esqueciam” os povos cerradeiros e afirmavam a necessidade do progresso, para transformar as terras improdutivas em celeiros agrícolas e o “povo pobre e atrasado” numa sociedade civilizada.

IV.1 A Pobreza das Áreas Cerradeiras: Os Estereótipos Construídos pelo Capital.

Por sua centralidade, trata-se de um Bioma ecótone, isto é, de transição para os outros biomas nacionais, daí a sua importância fito e zoogeográfica como corredor natural de migração, polinização e reprodução de espécies bióticas; ser possuidor de uma rica biodiversidade em espécies vivas, animais e vegetais, distribuídos pela heterogeneidade de suas biotas. Basta dizer que das quase 800 espécies de plantas lenhosas, árvores e arbustos, existentes na região do Cerrado, mais de 400 são

¹²¹ O documento elaborado pela WWF apresenta leituras políticas do território que se assemelham ao simplismo, próprio de diversos ecologistas que se baseiam no “desenvolvimento justo e sustentável que beneficiaria a todos nós”, sem ao menos explicar o significado desse termo. Isso não significa que o referido estudo não possua aspectos relevantes, precisamente quanto à elaboração de diagnósticos acerca das realidades do Cerrado brasileiro, que alertam para o modelo adotado de exploração desse Bioma, comprometendo os ecossistemas existentes.

próprias do habitat do Cerrado. O mesmo poderia dizer das plantas vasculares, medicinais (mais de 100), alimentícias (acima de 80); condimentares, aromatizantes, oleíferas, apícolas, têxteis, taníferas, ornamentais para plantio (mais de 200) e artesanato (acima de 100) etc. Também é representativa a fauna do Cerrado (endêmica e não endêmica).

(GOMES, 2003)

O Estado, pressionado pelos interesses empresariais e comerciais, ansiosos para a ampliação da fronteira agrícola, se omitiu da responsabilidade de debater com a sociedade o processo de ocupação “racional” das áreas de Cerrado. Preferiu mascarar e/ou se esconder por detrás do discurso de que o *progresso beneficiaria a todos*, sem, no entanto, subsidiar pesquisas para verificar os impactos sociais e ambientais e, inclusive, mapear e catalogar as potencialidades presentes nessas áreas.

Silva (1991) chama a atenção para uma *ideologia predadora*, fato constatado durante a consecução da pesquisa de campo, pois ficou patente a desvalorização do Cerrado e dos *povos cerradeiros* pelos intelectuais, pesquisadores, *trabalhadores da terra*, camponeses etc. A compreensão dessas atitudes se baseia na internalização da materialidade e subjetividade do capital, que impede uma análise crítica reflexiva acerca das transformações espaciais. Os próprios sujeitos sociais valoram as ações e as manifestações do capital, negando as condições fundamentais para a sua existência, não conseguindo perceber os valores engendrados pela sociedade do capital.

É o *engajamento estimulado do trabalho* (ALVES, 2002) para que ele possa operar uma série de dispositivos organizacionais que sustentam a produção fluída. A nova lógica de organização capitalista e seus impactos na materialidade e na subjetividade do trabalho influenciam, sobremaneira, as ações impetradas pelos movimentos sociais e sindicais. Essa nova etapa da acumulação capitalista traz algumas implicações, dentre elas, o aprofundamento do fetichismo da mercadoria e das próprias relações sociais. A plenitude da lógica do capital evidencia a globalização seletiva, onde o sujeito – o capital – sem subjetividade propicia os fluxos migratórios apenas como fusões de mercadorias, ocasionando uma desigualdade estrutural e a segmentação do trabalho, mundialmente territorializadas.

Essa sociedade gesta valores e comportamentos depreciativos em relação ao Cerrado (Foto 21), desprestigiando o Bioma e seus subsistemas, estabelecendo comparações com as áreas florestadas com o intuito de facilitar as ações predatórias (intensificadas pela modernização conservadora da agricultura) e coibir as manifestações sociais e ambientais em defesa do trabalho e do meio ambiente.

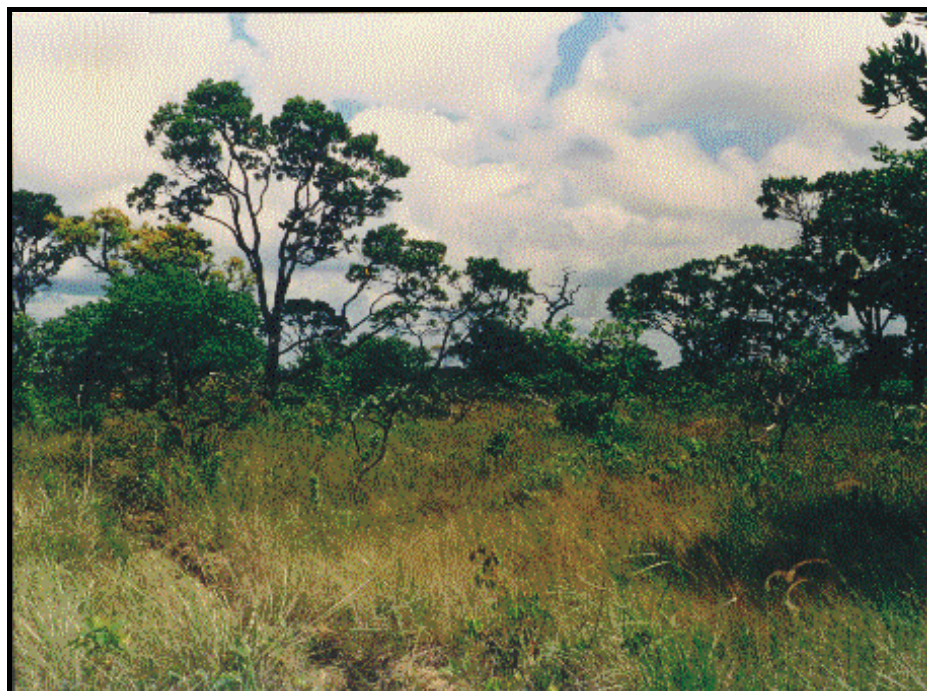


Foto 21 – Vegetação natural (Cerrado). Distrito Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto: H. A. de Mesquita, 1988).

Assim, figura no imaginário popular a noção da *feiúra* da paisagem cerradeira e por não possuir as vantagens cênicas de outros Biomas, inclusive das áreas florestadas, não obteve a devida atenção da sociedade. Essa argumentação é apresentada pelo senso comum, mas também, um pouco mais rebuscada, por quadros orgânicos do capital, encastelados nas universidades e outras instituições.

Conforme se vem demonstrando e assim como o que acontece com o nosso bravo caipira, o cerrado é uma das paisagens discriminadas do Brasil. Existe até uma “fobia do cerrado”: suas árvores, mesmo existindo espécies belíssimas e resistentes, são desprestigiadas nos viveiros, nas floriculturas e no embelezamento das cidades, mesmo do Centro-Oeste! – onde a arborização ainda é feita com espécies exóticas e somente de acordo com o clássico paisagismo do período imperial. E, de tanto pensar assim..., transformamos o Centro-Oeste, ao longo da História, numa região marginalizada, aparentemente atrasada e de “reserva” do capital litorâneo e estrangeiro, como, aliás, ainda pode ser vista em vários aspectos. O preconceito é tão evidente que se minimizam os cerrados a pretexto de salvar a Amazônia. (SILVA, 1991, p. 127).

Essa concepção é muito forte entre empresários rurais que não dão nenhuma importância à vegetação do Cerrado. Chaves (1998) sobre a devastação legal do Cerrado, mencionou que houve uma política deliberada para “ocupar” as áreas de Cerrado em Goiás, e para isso foi necessário reforçar os estereótipos construídos e sustentados em pesquisas de renomados intelectuais que não consideraram a biodiversidade existente.

O cerrado (sentido lato), em sua forma natural, foi destituído de valor, científica e culturalmente. Essa desvalorização teve influência decisiva na sua discriminação na legislação ambiental em escala federal, com relação a outras formações vegetais do Brasil. O relativo atraso das legislações estaduais em definir uma política florestal que viesse atender às exigências regionais, possibilitou o avanço indiscriminado sobre o cerrado do Brasil Central. (CHAVES, 1998, p. 09-10).

A abertura das áreas de Cerrado à agricultura moderna se efetivou e ainda pode ser verificada (Fotos 22 e 23) através do desmatamento, sem controle e fiscalização dos órgãos competentes. O descaso fortalece o argumento de que essa é a forma de auferir renda na etapa de abertura do Cerrado, com o fabrico e a comercialização do carvão vegetal, diminuindo custos para os empresários rurais e gerando renda e trabalho para os trabalhadores (carvoeiros). Inicialmente não houve essa racionalização das atividades e grande parte da vegetação foi totalmente queimada. Só mais tarde começaram a aparecer as carvoeiras que limpavam o terreno e geravam dividendos para os proprietários rurais.

A produção do carvão vegetal atende o complexo siderúrgico mineiro que necessita dessa matéria-prima nos alto-fornos do seu parque industrial. A instalação das carvoeiras no Sudeste Goiano ainda hoje se destina a abastecer os alto-fornos das siderúrgicas mineiras¹²² e, atualmente, é possível verificar a presença de diversas carvoeiras, promovendo a abertura das últimas áreas de vegetação nativa, quase sempre, sem qualquer fiscalização¹²³ das instituições competentes e/ou com a conivência das mesmas.

¹²² Praticamente todo o carvão vegetal produzido em Goiás, particularmente no Sudeste Goiano, é direcionado para o parque siderúrgico mineiro localizado na Grande Belo Horizonte.

¹²³ Quanto à fiscalização das formas de exploração florestal, sabe-se que, historicamente, não houve investimentos do poder público para qualificar os recursos humanos, tampouco houve recursos financeiros suficientes para a aquisição de equipamentos de trabalho indispensáveis para uma efetiva fiscalização. Por outro lado, a deficiência de normatização e regulamentação da legislação, assim como a relativa omissão das instituições competentes, associada à corrupção no aparato do Estado, comprometem sobremaneira as atividades fiscalizatórias.



**Foto 22 – Área em desmatamento. Município de Guarda-Mor/MG
fronteira com o Município de Catalão/GO.**
(Foto do Autor, 2003).



**Foto 23 – Carvoeira para aproveitamento de parcela da madeira derrubada. Trata-se da
retirada do Cerrado para a implementação da pecuária e/ou de cultivos modernos.
Município de Guarda-Mor/MG, fronteira com o Município de Catalão/GO.**
(Foto do Autor, 2003).

No processo de carvoejamento soma-se à degradação ambiental a precarização das relações sociais de trabalho, com a presença significativa do trabalho infantil, impulsionado pela própria família, além da constante denúncia de maus tratos aos trabalhadores temporários, na maioria adolescentes que ficam confinados nas carvoarias em condições sub-humanas. Há uma correlação entre a abertura das áreas de Cerrado, com a presença maciça de carvoeiras, produzindo carvão oriundo da vegetação nativa – elemento

fundamental para assegurar competitividade ao aço brasileiro – e a incorporação dessas terras ao circuito produtivo nacional e internacional, através da modernização conservadora da agricultura.

O carvão vegetal representa cerca de 60% do custo de produção do ferro gusa. As empresas que consomem o produto, basicamente de mata nativa, praticam uma concorrência desleal e predatória, já que podem oferecer seu produto a um custo menor. Portanto, a queda gradativa verificada ano a ano, com relação à produção de carvão a partir de florestas nativas, deve-se ao fator de escasseamento das áreas de cerrado em Minas Gerais e no Centro-Oeste do Brasil. (CHAVES, 1998, p. 65).

A indústria do aço no Brasil é considerada como de ponta e altamente competitiva no mercado externo, entretanto não se questiona a forma destrutiva de exploração da vegetação nativa, a maioria extraída de forma ilegal e sob relações sociais de trabalho degradantes e semi-escravas. As condições de trabalho nas carvoarias são insalubres, perigosas e altamente comprometedoras para a saúde humana, expressando a verdadeira face da sujeição do trabalho ao capital, através da dominação, exploração e precarização do trabalho, destacando-se o “sistema de barracão”, o trabalho infantil e situações de trabalho escravo. A precarização do trabalho resultante do processo de sujeição/subordinação ao capital foi observada por Chaves (1998), ao descrever as condições de trabalho e o olhar construído sobre a profissão do carvoeiro.

[...] o carvoeiro constitui-se em mão-de-obra explorada pelo sistema econômico vigente. Fornece à economia uma matéria-prima, como vimos, essencial para o setor siderúrgico, que por sua vez abastece os setores mais modernos da economia, sem, contudo, sair da marginalização do trabalho. Além de ser tido como devastador da natureza, trabalha sem nenhuma segurança e garantia de manutenção de sua dignidade pessoal. (CHAVES, 1998, p. 84).

Na área da pesquisa é comum a crítica contundente aos órgãos fiscalizadores que “apenas multam e pensam que dessa forma os problemas acabam.” Segundo os entrevistados (empresários rurais, camponeses, trabalhadores da terra) não é esse o problema, pois alegam a necessidade de uma orientação adequada, inclusive de natureza preventiva. Denunciam a existência de uma *máfia*, que cobra para fazer os projetos de licenciamento para outorga (utilização dos recursos hídricos) e desmatamentos, entre outros, associada aos órgãos fiscalizadores, que deveriam de fato operacionalizar o controle, mas não cumprem adequadamente as suas prerrogativas.

Também mencionam que a recuperação ambiental é responsabilidade do Estado e que deve haver uma política pública para auxiliar na recuperação das áreas degradadas, tanto pelas empresas rurais quanto pela agricultura camponesa. Apressadamente alguns podem identificar os interesses como “coincidentes”, pois os camponeses, empresários rurais e a humanidade sofrem com a mercantilização da natureza. Mas querer transferir para o Estado a responsabilidade da recuperação ambiental, com destinação de políticas públicas e créditos facilitados para as diferentes classes sociais, que se apropriam de forma distinta dos recursos naturais é, no mínimo, irônico.

Se você pagar você pode destruir tudo e ninguém vai incomodá-lo. Não há um trabalho de prevenção e orientação adequadas e, quando se multa, recorre-se aos mais diferentes tipos de auxílio para não pagá-la. A questão se tornou meramente burocrática e financeira. As atividades realizadas provocam degradação ambiental, todavia a legislação não impede essas ações. A possível solução está na transferência de obrigações do setor público para os empresários rurais, pois conhecemos as necessidades e não precisamos esperar a lenta burocracia estatal. (M. M. S. Empresário Rural – Sudeste Goiano. Entrevista, abril de 2003).

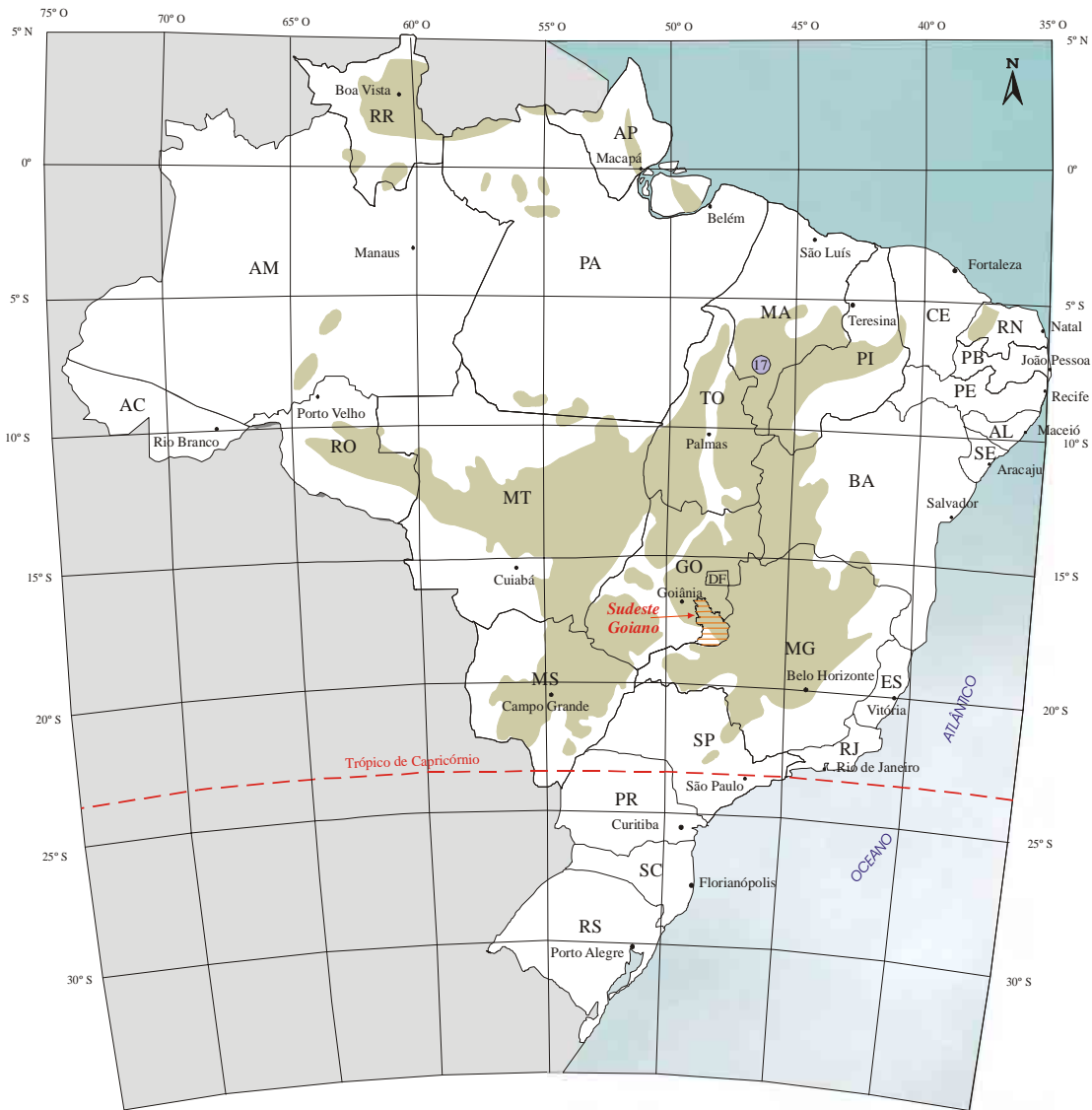
Conforme diversos autores¹²⁴, é possível pensar o Cerrado como uma vegetação de composição florística e fisionômica muito diversa, que ocupava 22% da área do território brasileiro, predominando no Centro-Oeste (Figura 09), com destaque para Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal e diversas outras áreas como o oeste da Bahia, Piauí, Maranhão, sul do Mato Grosso, oeste de Minas Gerais etc.. Segundo Passos¹²⁵ (1980), os estados de Goiás e Tocantins apresentavam originariamente cerca de 88% de seus territórios cobertos com vegetação de Cerrado, correspondendo a 30% dessa vegetação em todo o país, resultando em aproximadamente 55,5 milhões de hectares.

Atualmente estima-se em menos de 20% a área coberta pela vegetação nativa de Cerrado, especificamente na área da pesquisa, estima-se algo em torno de 5% a 8%, denotando a intensa degradação e o não-cumprimento da legislação, que não protege as áreas de reserva legal devido à da ineficiente fiscalização e à existência de procedimentos ilegais nos órgãos fiscalizadores.

¹²⁴ Mais informações ver: GOODLAND; FERRI (1979), CHAVES (1998), WWF (2000), PEDROSA (2001), BARBOSA (2002), FERREIRA (2003).


¹²⁵ PASSOS, M. M. dos. **Contribuição ao estudo do cerrado em função da valorização de condições topográficas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

FIGURA 09 - BRASIL: DOMÍNIO ORIGINAL DO CERRADO



FONTE:
 Adaptado de INOCÊNCIO, Maria Erlan. O proceder e a territorialização do capital em Goiás: o Projeto de Colonização Paineiras. Dissertação (Mestrado em Geografia). IESA/ UFG, 2001, p. 53.

Escala Gráfica
 0 150 300 450 600 Km
Projeção Policônica

 Domínio dos Cerrados

 Sudeste Goiano

O processo de ocupação “racional” das *áreas cerradeiras* fundiu o discurso dos cientistas e pesquisadores com as necessidades de ampliar a fronteira agrícola, sendo apropriado pelo capital e pelo Estado como justificativa para transformar as paisagens consideradas improdutivas em celeiros agrícolas do país. O mais interessante é que esse discurso foi também internalizado por muitos “nativos” que denotavam, e ainda denotam, em suas subjetividades o desejo de destruir a vegetação original para dar lugar a campos de cultivo, pastagens plantadas etc., consubstanciando-a em “paisagens mais belas”.

Em entrevista ao *Jornal Universitário* – dezembro de 2000, Aziz Ab’Saber chama a atenção para a questão do avanço indiscriminado da soja no Centro-Oeste e os impactos sobre as áreas de Cerrado. Salienta que conheceu os domínios de Cerrado há mais de 50 anos e acompanhou a evolução dos processos agrários na região. Lembra, com pesar, que alguns geógrafos previram a destruição do Cerrado, mas entre destruir o Cerrado e a Amazônia optaram em defender a Floresta Amazônica.

[...] houve um momento em que a gente previu um impacto em relação àquilo que depois aconteceu, de uma penetração do capitalismo selvagem e do apossamento de terras na Amazônia. E naquele momento a gente pensou que seria preferível abrir um pouco mais o cerrado para atividades agrárias do que permitir ou incentivar o apossamento das terras florestadas da Amazônia para fins de agricultura comercial, num solo já reconhecidamente menos fértil do que os outros. Mas o caso do cerrado é muito particular, são extensos chapadões sulcados às vezes por vales sem muitos afluentes secundários. E estes chapadões obtêm uma topografia muito suave e um solo também deficiente em certos tipos de funções geoquímicas. O resultado é que a gente pensava que se pudesse utilizar parte deste cerrado pra evitar a penetração na Amazônia. Eu mesmo me penitencio por ter dito isso, claramente, numa certa época, por que as condições exigiam. (AB’SABER, 2000, p. 11).

A citação expressa a compreensão ingênua e idealista de tentar impor limites ao processo de auto-expansão do capital. É como se a ocupação “racional” das áreas de Cerrado pela agricultura moderna fosse livrar a Amazônia da sanha dos madeireiros e dos grandes projetos agropecuários e minerológicos, impulsionados pelas necessidades mercadológicas, centradas nos países industrializados e implementados pelo Estado brasileiro, com recursos públicos. Apenas a destruição ambiental provocada pelo modelo agroexportador já nos possibilita rechaçar com veemência as ações empreendidas no Cerrado. E se considerarmos os desdobramentos sociais, com o crescente empobrecimento das populações locais, a desterritorialização e a violência a que foram e continuam sendo submetidos os

camponeses e os *trabalhadores da terra*, torna-se impossível “olhar” para essa situação e não nos preocupamos.

A violência cometida pelo desmatamento indiscriminado, atendendo à nova lógica capitalista que se materializa através da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado, sequer é elemento de avaliação. Além de não perceber a lógica do capital, enquanto múltiplas frações constituídas no território, expressa em diferentes formas de produzir e em distintas relações sociais de trabalho, o discurso oficial tentou homogeneizar e padronizar o uso e a forma de exploração, considerando as empresas rurais, devido à adoção das inovações técnicas e tecnológicas, como o modelo a ser seguido.

A contradição só aparece do ponto de vista dos problemas ambientais, e ainda assim, como lamento, e não necessariamente enquanto análises científicas que buscam explicitar os equívocos do modelo agroexportador, implementado pelas políticas públicas e apropriado pelo capital privado. Chaves (1998) indaga sobre as perspectivas postas para as áreas de Cerrado, diante da opção do capital pela ocupação “racional” e dos estímulos à incorporação indiscriminada de novas terras às demandas colocadas pela ampliação da fronteira agrícola. O Cerrado foi destituído de valores naturais, sendo essa uma condição para a territorialização das empresas rurais nas áreas de chapadas. Diversos *constructos* políticos e ideológicos, impulsionados pela ciência e pela técnica, gestados pelo Estado através das políticas públicas, foram construídos para favorecer o capital, assegurando a incorporação do Cerrado à moderna economia mundializada.

Dessa forma, era, e é, necessário manter e fortalecer os estereótipos acerca do Cerrado, para que não houvesse resistências às investidas do capital. O propósito oficial de discriminar o Cerrado é evidente, seja pela ineficiência da fiscalização, seja pela inexistência de normas legais que poderiam assegurar o controle do processo de ocupação “racional”, e ainda pela política deliberada de subsídios aos empresários rurais para ampliar e fortalecer o agronegócio.

IV.2 As Formas de Uso e Exploração da Terra e as Relações Sociais de Trabalho nas Áreas de Chapadas.

O pessoal que vivia nas chapadas vivia quase que uma vida de índio (os chapadeiros). Porque eles se alimentavam de uma pequena agricultura de roçado. Derrubava um pedaço de mato onde era terra de cultura, plantava o arroz, o milho e

mandioca... as verduras produziam na porta e caçavam animais silvestres. Quase não comiam carne de gado, porque a região era muito rica em paca, veado, anta, capivara, tatu, perdizes, ema, seriema, animais próprios do Cerrado.

(J. M. S. Morador da Chapada – Sto Antônio do Rio Verde – Sudeste Goiano. Entrevista, abril de 2003).

A organização espacial rural do território goiano historicamente se baseou na grande propriedade, estruturada na fazenda tradicional, com a criação extensiva de gado. Nas bordas e/ou nos interstícios das grandes propriedades, e ainda nas terras mais distantes e menos férteis, a agricultura camponesa. Apenas a partir do século XX, a agricultura comercial se iniciava, ao longo das vias de escoamento, concentrando-se no centro-sul goiano. Essas formas de uso e exploração da terra, paulatinamente, foram sendo alteradas. A construção de Goiânia, a necessidade de incorporação das novas áreas da fronteira ao capital, a construção de Brasília e a implementação das rodovias propiciaram um (re)ordenamento espacial sem precedentes no território.

A “ocupação” do Planalto Central, historicamente, se deu através das Sesmarias, grandes extensões de terras destinadas a estabelecer as fazendas tradicionais, baseadas no trabalho escravo, com destaque para a criação de gado e a fabricação de açúcar (os engenhos). A partir da modernização conservadora da agricultura a *velha fazenda*, quase auto-suficiente na produção dos bens necessários e que se dedicava à criação de gado, aos poucos é deslocada para as áreas de fronteira e/ou para as áreas mais acidentadas – bordas das chapadas¹²⁶ – que apresentavam dificuldades para a mecanização, tornando-se o “refúgio” dos proprietários rurais tradicionais, camponeses e *trabalhadores da terra*.

Os fazendeiros, denominação tipicamente adotada para nomear os grandes proprietários rurais, gradativamente, cederam lugar aos empresários modernos, em sua maioria, sojicultores. Porém, muitos conseguiram combinar relações de trabalho e atividades que assegurassem a sua existência com relativa qualidade. Perceberam que não podiam continuar com as formas antigas, mas não dispunham de condições para procederem aos investimentos necessários. Entre a escassez e o medo, preferiram investir na formação e na profissionalização dos filhos, que passaram a gerenciar as atividades agrárias, mas, *grosso*

¹²⁶ São as áreas mais acidentadas, que não permitem a mecanização. Passou a concentrar o pouco que restou dos *camponeses e proprietários tradicionais cerradeiros*. Normalmente, são vales cortados pelos grandes rios da região e concentram o tradicional fazendeiro, considerado grande proprietário de terras, os camponeses e os *trabalhadores da terra*. Recentemente essas áreas passaram a ser agredidas pelos grandes projetos hidroelétricos implantados nas áreas de Cerrado e, precisamente, na área da pesquisa – Sudeste Goiano.

modo ocupando também funções nas atividades urbanas como profissionais liberais, comerciantes, empresários etc..

Uma característica interessante na implementação das empresas rurais nas áreas de Cerrado está na origem dos financiamentos que foram utilizados pelos proprietários fundiários, possibilitando desde o início um pacto das elites, assim como ocorreu, segundo Wanderley (1979), com a implantação da economia açucareira em áreas do Nordeste, ainda no século XIX, através da presença marcante do capital financeiro. Compreende-se que o relevante, no caso em estudo, é a aliança da nova elite agrária, constituída pelos empresários modernos e capital industrial e financeiro, com as classes oligárquicas – fazendeiros tradicionais – que haviam se apropriado do aparato estatal.

Historicamente, exerciam o controle político nas cidades, e, assim, passaram a estabelecer novas relações com os empresários modernos, calcadas em compromissos com o progresso, conforme as necessidades dos empresários rurais. Como controlavam algumas atividades urbanas (comércio, cerealistas, serviços públicos etc.), foram peças chaves para a viabilização das demandas exigidas pela modernização capitalista no campo, apropriando-se de parcela dos dividendos das novas atividades.

Enfim, a fazenda, que constituía um universo de gado, mantimentos e lealdade, reestruturou-se numa organização de classes, rompendo tradicionais relações de parceria; agregados e retireiros perderam autonomia no processo produtivo, não dispendo mais de instrumentos de trabalho, tampouco de acesso às terras apropriadas ao cultivo facilitado. Algumas categorias sociais tenderam ao desaparecimento (agregados, meeiros), outras foram reinventadas com a proletarização (vaqueiros, retireiros) e novas surgiram advindas do processo (tratoristas, diaristas, bóias frias). (ESTEVAM, 2003, p. 10).

A sociedade goiana, sertaneja, latifundiária e coronelista, apresentavam o trabalho assalariado em algumas atividades e, paralelamente, relações não-capitalistas de produção, através do “sistema de partilha” na pecuária e sistemas de parcerias e meação nas atividades agrícolas. Diversas profissões foram consagradas como essenciais à existência das atividades agropecuárias. As figuras do boiadeiro, do lavrador, do mascate, do carreiro, do ferreiro e do amansador de animais, entre outras, eram algumas das formas com que o trabalho se expressava, e, atualmente, são retratadas por meio das “canções em prosa e verso”, uma vez que praticamente desapareceram desses rincões.

As relações sociais de trabalho predominantes na agropecuária goiana apresentavam dois tipos de trabalhadores: os agregados e os camaradas. Os agregados eram

camponeses-posseiros, que viviam num pedaço de terra e visavam à reprodução social da família. Em troca, recebiam parte da colheita e, esporadicamente, prestavam serviços ao proprietário da terra, pelos quais recebiam algum produto e/ou mercadoria, e, em alguns casos, como “obrigação” por residirem na terra.

Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover às suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida, que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo. Quando muito, querendo dalgum modo mudar de condição, pede a conta ao senhor, que fica no livre arbítrio de lha dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-lo ao antigo, tomando-o ao seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto e mais, maltratado aqui por uns de coração emperdenido, ali mais ou menos aliviado dos maus tratos, mas sempre sujeito ao ajuste, de que só se livra, comumente, quando chega a morte. (RAMOS, 1998, p. 107-108).

A condição de camarada, bastante comum no sertão, expressava uma miscelânea de assalariamento com dependência pessoal do fazendeiro, mediante o ajuste de contas que tolhia a liberdade de ação desses trabalhadores, em sua maioria, “escravizados por dívidas”. Consistia em trabalhadores semi-assalariados vivendo em condições extremamente precárias. Adquiriam os gêneros de primeira necessidade na própria fazenda, comercializados pelo proprietário rural. Quase sempre não recebiam dinheiro, pois trabalhavam para pagar a alimentação e as demais aquisições básicas, como algumas peças de vestuário, higiene pessoal, ferramentas etc.. Em alguns casos, recebiam por tarefas e, caso houvesse o consentimento do fazendeiro, poderiam trabalhar a terra e ter parcela da produção para si.

Os depoimentos que relembram memórias distantes, mostram que as condições de vida e de trabalho daqueles que “serviam” a fazenda tradicional latifundiária eram e ainda são aviltantes. A única forma de se verem livres da opressão e da humilhação era, e ainda é, ter a própria terra. Essas categorias de trabalhadores, marginalizados, *sem eira nem beira*, numa área de grandes latifúndios, evidenciava o controle sobre a terra e a decorrente concentração fundiária, que disponibilizava mão-de-obra farta e barata. Mas a

questão mais relevante estava/está em manter relações de poder e de mando que se originavam/originam do poder centrado na quantidade de alqueires que cada família possuía/possui.

Labutava na fazenda, trabalhando dia e noite como mouro; e no fim, que é que via? Dívidas e mais dívidas, o patrão de ano em ano mais exigente e desalmado; enfim, aquela vida de cachorro de camarada. De resto, sem garantia no trato. O patrão abusava de sua falta de letra, esticando como lhe parecia na conta, transtornando os seus arranjos de abatimento do fim do mês; e ela, a danada, a espichar, a espichar, que nem mesmo um imperador era agora capaz de resgatá-la! Ora, nesse pé, não podia haver seriedade no ajuste. (RAMOS, 1998, p. 131).

Os agregados, predominantes nas fazendas tradicionais, foram gradualmente sendo expulsos da terra, principalmente após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Quase sempre possuíam a moradia, podiam criar animais de pequeno porte (porcos, galinhas etc) e às vezes uma vaca para garantir o leite das crianças. Normalmente, produziam os produtos de primeira necessidade, pagando ao proprietário a *meia* e/ou a *terça* parte da produção obtida ou apenas prestando serviços esporádicos, conforme contrato verbal acertado previamente. Totalmente vulneráveis às exigências do proprietário rural, possuíam as funções de produtor de alimentos nas áreas de solos férteis (terras de cultura) e reserva de mão-de-obra para as tarefas de manutenção da propriedade rural.

O agregado, de produtor de alimentos tornara-se meeiro do proprietário – notadamente a partir de 1940 – ainda com acesso a terras boas e com relativa autonomia. Todavia, a partir de 1970, seus privilégios se extinguem. Permanece com o direito de acesso à terra, só que agora, as de pior qualidade. Igualmente não desfruta mais da autonomia nem dos instrumentos de trabalho – oferecidos pelo proprietário – transformando-se crescentemente em assalariado. (ESTEVAM, 2003, p. 10).

O agregado e o camponês-possuidor¹²⁷ se assemelhavam, não havendo uma distinção clara. Muitos desses agregados sempre viveram em “posses” e alguns requereram

¹²⁷O camponês-possuidor não possui o título legal de propriedade da terra. Comuns nas áreas de fronteira se comportam como “amansadores da terra” para atrair os investimentos estatais e os interesses do capital, que os expulsa para áreas mais distantes para que novamente o processo seja implementado. A visibilidade da violência cometida contra os camponeses-possuidores é histórica, mas não se trata aqui de dizer quais categorias de *trabalhadores da terra* sofreram maiores atrocidades, pois todas são condenáveis e estão diretamente vinculadas à política concentracionista e excludente, reafirmada no país desde a Lei de Terras em 1850. Em Goiás, com cautela para não cair em generalizações indevidas, parcela dos trabalhadores desterritorializados nas áreas de Cerrado foram camponeses-possuidores. Expulsos da terra, seus remanescentes são os *trabalhadores da terra*, enfileirados nos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária, exigindo o pagamento da “dívida moral e social” a que seus pais e avós tinham direito.

mais tarde o direito de posse, sendo essa ação a motivação para diversos conflitos com os proprietários rurais. Nos dias de hoje, há uma diferença fundamental entre o posseiro e o sem-terra. Segundo Martins (1994), o argumento do posseiro é moral, e baseia-se na sua precedência na terra e na existência do seu trabalho como elemento agregador de valor à terra. Já a luta dos sem-terra fundamenta-se na argumentação econômica de que a propriedade improdutiva é responsável pela condição de pobreza da maioria dos trabalhadores e, assim, não exerce a sua função social. Mas, mesmo apresentando diferenças substanciais, o discurso construído pelas elites coloca posseiros e sem-terras como equivalentes, reforçando os estereótipos de que são “usurpadores da terra alheia”. Dessa forma, nega-se o reconhecimento do vínculo do posseiro com a terra, que assegura a legitimidade da sua luta pela permanência nela, infringindo a legislação, que garante o direito de posse.

A pecuária apresentava algumas modalidades de trabalho específicas do ofício, que com a implementação das atividades modernas foram se tornando mais raras, destacando-se os retireiros e os vaqueiros. Os grandes pecuaristas, que praticavam a pecuária extensiva, dividiam a fazenda em invernadas – áreas para a criação e engorda do gado – mantendo uma ou mais famílias nesses retiros¹²⁸. Atualmente, os vaqueiros são assalariados, pois se dedicam à ordenha, manual ou mecânica, e ao manejo do rebanho, que exige cuidados especiais, principalmente no período da estiagem. Nas áreas com pecuária leiteira melhorada e pecuária de corte destinada à exportação há equipes de trabalho com técnicos especializados (zootecnistas, veterinários, técnicos em agropecuária etc) responsáveis pela implementação das novas técnicas (seleção genética, inseminação artificial, pastagens cultivadas etc) conforme o padrão fitossanitário requerido pelo mercado.

Ainda, na área da pesquisa constatamos em menor quantidade, a presença do parceiro. Frequentemente desterritorializado e vivendo precariamente nas áreas urbanas, se dedica ao cultivo de pequenas glebas com o intuito de assegurar, parcamente, o sustento da família. Recebe uma concessão do proprietário rural de um pedaço de terra, para ser explorado por um determinado tempo, em troca de um acordo em porcentagem da produção obtida, variando conforme as condições do solo e o tipo de cultivo. É encontrado nas pequenas e médias propriedades camponesas com destaque para o cultivo de gêneros

¹²⁸ Os retireiros, trabalhadores que cuidavam dos retiros, possuíam um quintal e às vezes uma pequena roça. Eram responsáveis pela produção leiteira, pelo fabrico do queijo e da manteiga, mas a atividade mais importante era a cria e a recria do gado bovino. Em troca recebiam uma parte dos bezerros – sistema de partilha – e/ou pagamento em dinheiro (assalariamento). Na área de pesquisa foram encontradas algumas situações parecidas nas fazendas tradicionais localizadas em áreas mais acidentadas que não foram incorporadas pela modernização da agricultura. Também denominados de vaqueiros, em alguns casos recebiam o quarto, ou seja, de cada (04) crias tinha direito a (01), que frequentemente era vendida, no acerto final, para o pecuarista.

alimentícios (arroz, feijão, mandioca, milho etc.). Em alguns casos, o parceiro pode ser proprietário de uma gleba de terras, mas a maioria, não possui terras.

IV.3 A Modernização Conservadora nas Chapadas do Sudeste Goiano.

Esse homem, o chapadeiro, foi praticamente... não vou dizer expulso mas... foi afastado e levou um choque quando veio a tecnologia. Em regra geral os chapadeiros eram donos da terra, alguns com propriedades imensas, algumas chegando a (04) mil hectares, embora vivessem pobremente. Moravam em ranchos, algum ou outro é que tinham uma casa de telha, os filhos não estudavam. Mas o chapadeiro de um modo geral era um sujeito muito apegado à natureza e não destruía. Era como o índio. Só usava a natureza em benefício próprio, ele não agredia a natureza. Ele também não tinha necessidade, pois quando precisava do remédio ele tirava da natureza e não precisava de muita coisa para viver, pois tinha aquela vida muito simples, praticamente de nativo.

(H. M.V. Pioneiro no cultivo de soja nas chapadas do Sudeste Goiano. Entrevista, abril de 2003).

As novas exigências colocadas pelo mercado possibilitaram rearranjos espaciais e alterações nas relações sociais de produção, com conseqüentes alterações no trabalho. A implantação da agricultura moderna empurrou os camponeses e *trabalhadores da terra* para as áreas marginais e pouco férteis, e distantes das áreas urbanas e das vias de escoamento, dificultando sobremaneira a permanência na terra. A expansão do mercado e a privatização das terras associadas à modernização conservadora da agricultura modificaram significativamente as condições de reprodução do campesinato, que buscou no assalariamento parcial e em atividades não agrícolas estratégias para se manterem na terra.

A fazenda se transforma numa nova unidade produtiva, com a utilização de máquinas e insumos modernos. A lógica do mercado passa a dominar em todos os níveis e ocorre a “racionalização” da agricultura. As pastagens agora são plantadas e ocupam as terras de cerrado, que também são utilizadas para a produção agrícola com base em técnicas modernas. A tecnologia substitui o saber tradicional camponês. (MARQUES, 2000, p. 41).

Acerca das mudanças provocadas no modo de vida dos proprietários rurais tradicionais, numa das áreas onde a agricultura moderna foi pioneira (1970) e se encontra de forma mais avançada – Sudoeste Goiano, Silva (1991) diz que a maioria vendeu suas terras

para os empresários rurais se dedicarem ao cultivo das lavouras modernas. E muitos depositaram o dinheiro na caderneta de poupança e demais operações financeiras e, paulatinamente, se empobreceram devido à especulação financeira e à crescente onda inflacionária no país. Apenas poucos conseguiram ter êxito com o processo de modernização da agricultura nas áreas de Cerrado.

No Sudeste Goiano, como o processo ocorreu tardiamente (1980), alguns desses proprietários rurais começaram a adotar as medidas modernizantes. Mas a maioria também vendeu as terras para os sulistas, que chegaram interessados no preço acessível, com o intuito de praticarem a agricultura moderna em escala comercial. Entretanto adquiriam apenas as terras que não apresentassem “problemas com posseiros” e com documentação legalizada. Por isso, os antigos proprietários rurais – latifundiários – iniciam a “limpeza da área”, utilizando jagunços, e através da coerção e da violência expulsaram os camponeses e *trabalhadores da terra*, argumentando duas razões: primeiro, a necessidade de se livrar da legislação e de possíveis ações trabalhistas impetradas por esses trabalhadores; e, segundo, interessados na comercialização das terras das chapadas, priorizaram a legalização dessas áreas com a realização de inventários, pagamento de impostos etc., pois os novos proprietários – empresários rurais – não queriam problemas judiciais.

[...] as áreas de *agricultura tradicional*, assim rotuladas pelo discurso técnico-oficial, continuam a existir, porque é apenas uma minoria de proprietários que dispõem de recursos de capital para participarem do processo de inovação. Por outro lado, é interesse do capital em preservar os pequenos produtores não só para a produção de alimentos, mas também como força de trabalho, quando a renda de sua propriedade é insuficiente para a manutenção de sua família e são obrigados a se assalariarem nas empresas capitalistas. (PESSÔA, 1988, p. 09).

Assim, os médios proprietários rurais passam a acolher parcela dos *trabalhadores da terra*, adotando o assalariamento, o arrendamento e a parceria como relações sociais predominantes no uso e na exploração da terra. Os agregados, posseiros, vaqueiros e retireiros são agora, em sua maioria, vendedores da força de trabalho e muitos se tornaram trabalhadores temporários (empreitadas) e/ou trabalhadores volantes (bóias-frias), segundo a exigência dos empresários rurais para se livrarem dos compromissos com a legislação trabalhista.

A partir de meados dos anos 1980 novas categorias de *trabalhadores da terra* surgem no cenário político brasileiro. A luta pela reforma agrária agrega os novos atores criados a partir da incorporação das *terras cerradeiras* e da Amazônia ao capital industrial e

financeiro. “São os seringueiros expulsos dos seringais, os desalojados pelas barragens dos grandes projetos hidrelétricos, além dos excluídos em geral pelo avanço da modernização agrícola e da especulação com a terra.” Marques (2000, p. 17). Soma-se a essas categorias as novas formas de renda agrícola e renda não-agrícola que apareceram na agricultura camponesa, possibilitando uma *hibridagem* de relações sociais de trabalho, mediante as diferentes inserções no mercado. Nos arredores dos grandes e médios centros urbanos, camponeses e *trabalhadores da terra* passaram a exercer cada vez mais as atividades não-agrícolas, combinadas com a pluriatividade e o ecoturismo.

Aos poucos, o assalariamento passa a ser a relação predominante, caracterizando-se pelos *trabalhadores da terra* que exercem atividades rurais e recebem proventos, quase sempre mensais e em dinheiro. Podem ser permanentes (trabalhadores fixos) e/ou temporários, sendo esses subdivididos em diaristas e por empreitada, conforme acordo estabelecido entre o trabalhador e o proprietário e/ou intermediário. Entretanto, é possível encontrar diversas modalidades de trabalho na área da pesquisa, convivendo lado a lado na mesma unidade produtiva com predominância do trabalho assalariado.

[...] a modernização da agricultura levou à “substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho na terra, pela mecanização”, transformando “o antigo morador, agregado ou parceiro, e até mesmo o empregado permanente” em “assalariado sazonal, safrista, volante”, mais conhecido como “bóia-fria”. (SILVA, 2003, p. 138).

As relações sociais de produção foram alteradas pelas inovações técnicas e tecnológicas viabilizadas pelas políticas modernizantes para as áreas de Cerrado. O *tempo da fatura* cede lugar ao *tempo do capital* que reconfigurou as relações sociais de trabalho. Até então predominavam enquanto categorias de “trabalhadores rurais”, vaqueiros e retireiros, na criação de gado, e na atividade agrícola, agregados, camponeses-posseiros, parceiros, camaradas e assalariados. Em alguns casos esses trabalhadores exerciam duplamente essas modalidades de trabalho conforme as exigências do patrão e/ou a sazonalidade climática.

O capitalismo não se espacializa e se territorializa de forma homogênea, assim, coexistem diversas singularidades em função das distintas formas de uso e exploração da terra. Ainda hoje, contrariando os *apologetas* da modernização da agricultura, se observa camponeses e *trabalhadores da terra*, a maioria em condições precárias de vida e de trabalho, convivendo lado a lado com as empresas rurais tecnificadas, evidenciando a materialização das mais variadas combinações entre a expropriação, a subordinação e a sujeição do trabalho pelo capital, sob a proteção jurídica e política do Estado.

Os camponeses com áreas conforme o módulo rural¹²⁹ vivem um impasse. Não possuem braços suficientes para manter as atividades nas propriedades, pois parte dos filhos deixaram o campo e, idosos, não conseguem exercer as atividades a contento. Dessa forma, não conseguem renda suficiente para contratarem um ajudante e assim se sacrificam e vivem pobremente. Dizem: “Estamos aguardando a morte chegar para que a propriedade seja vendida e dividida entre os filhos que não querem e não podem vir cuidar da terra. Isso aqui não tem mais jeito, logo, logo vai virar soja.” (A. F. S. Comunidade Riacho. Entrevista, 2003).

Nas propriedades camponesas tradicionais o trabalho ainda é regulado conforme as estações do ano: *o tempo das águas e o tempo da seca*, sendo que as atividades exercidas se diferenciam nesses períodos. De acordo com depoimentos e informações obtidas na pesquisa de campo, existem antigas relações sociais de trabalho que ainda persistem, se destacando o trabalho do *companheiro*, o *trabalho do peão solteiro* e o *regime de empreitada*.

O *companheiro* é um diarista, quase sempre um *trabalhador da terra*, que trabalha ao lado do contratante para executar uma tarefa que exige maiores cuidados, daí a presença constante do empregador. Muito comum entre os camponeses e entre os pecuaristas tradicionais, se configura em assalariamento por dia. Na maioria das vezes é um camponês que presta serviços como forma de ampliar os ganhos da família.

O *peão solteiro* é um trabalhador contratado, normalmente jovem, para exercer as atividades que exigem maior esforço físico, principalmente, na pecuária leiteira mediante a necessidade da ordenha manual. É um assalariado e frequentemente se aloja na propriedade, sendo as despesas com alimentação por conta do contratante. Dedicar-se a reparos diversos e serviços gerais, assim como o contratante, pois não há uma separação direta quanto às atividades exercidas e quase sempre trabalham lado a lado. A presença desse trabalhador depende da quantidade de afazeres e/ou da predisposição do empregador para exercer determinadas atividades.

O *trabalhador de empreitada* se refere aos serviços que exigem maior esforço físico e/ou maiores habilidades. É contratado um empreiteiro, que se responsabiliza em entregar a tarefa executada, em determinado tempo. A empreitada é bastante comum na área da pesquisa para a limpeza das pastagens (bateção de pastos), principalmente em terrenos

¹²⁹ O módulo rural para Catalão e adjacências situa-se em torno de 40 hectares, mas pode chegar a 160 hectares, desde que as atividades sejam geridas no regime de economia familiar, não possuindo trabalhadores assalariados. Alguns produtores rurais alegaram a dificuldade de manterem a propriedade apenas com o trabalho familiar e ao mesmo tempo dizem que a renda, quase sempre obtida com a comercialização do leite não é suficiente para contratar um assalariado para o auxílio nas tarefas.

acidentados e para construção e reparos em cercas etc.. Quando ocorre a necessidade de construção de galpões, casas e/ou currais, a empreitada exige maior habilidade, possuindo preço diferenciado, além do que o empreiteiro, assim como os auxiliares, possuem melhores condições de vida.

O empregador contrata diretamente os trabalhadores e as despesas (alimentação, alojamento) correm por sua conta. As vezes o empregador apenas fiscaliza o andamento das atividades, mas pode exercer o trabalho junto aos contratados. Diferentemente do sistema de contratação nas empresas rurais, mediadas pelo *gato*, aqui a contratação é feita diretamente pelo proprietário/empregador e as condições de trabalho e o tratamento dispensado aos trabalhadores aparentam ser mais cordiais. De forma geral se reproduz a relação de dominação e controle sobre os trabalhadores contratados. A diferença é que os camponeses e parcela dos pecuaristas tradicionais empobrecidos, até mesmo por aspectos advindos da tradição, estabelecem relações mais amistosas, em função de estarem vivenciando a proletarização na própria família e/ou de parcela dos trabalhadores/produtores ainda não estarem totalmente separados dos meios de produção. Mas não se pode negar que os camponeses e *trabalhadores da terra* quando contratam os serviços de outrem se comportam conforme a lógica estabelecida entre patrão e empregado.

Neste momento, proprietários tradicionais que possuem grandes extensões de terra (pecuaristas) e camponeses empobrecidos pelo processo de modernização das atividades produtivas, mas que ainda possuem a propriedade da terra, estão arrendando suas glebas para o cultivo de soja e para a plantação de eucalipto, reduzindo a pecuária leiteira e a agricultura camponesa, freqüentemente consorciadas nessas propriedades. O arrendo é colocado como a solução para gerar uma renda¹³⁰ suficiente para manter as necessidades da família.

¹³⁰A cada hectare arrendado o proprietário rural recebe (06) sacas de soja. Isso significa um bezerro por hectare. Jamais as atividades exercidas anteriormente possibilitaram sequer a metade dessa renda. É isso que explica a “febre do arrendamento” nas pequenas e médias propriedades camponesas. O aumento na área plantada nessas condições é impulsionado pelo mercado, que apresenta preços favoráveis e disponibilidade de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas etc., usados e, portanto, com preços mais acessíveis facilitando a aquisição desses instrumentos pelos camponeses/arrendatários.

Assim, surge a figura do arrendatário moderno¹³¹ que arrenda essas terras e cultiva soja e/ou culturas mecanizadas. Inicialmente, o interesse é apenas no arrendamento, mas gradativamente vão adquirindo glebas de terra que, contínuas, possibilitam um novo ordenamento territorial das atividades e dos cultivos, propiciando uma “reconcentração fundiária”. Normalmente, os arrendatários são migrantes, mas muitos são oriundos da própria região, uma vez que alguns aprenderam a cultivar soja.

Interessante que, exatamente quando as empresas rurais se consolidam nas áreas de Cerrado e, aparentemente, não teriam como se expandir, a não ser mediante a ocupação de áreas ainda intactas, precisamente nas bordas da Amazônia e/ou nas áreas de preservação permanente nas áreas de Cerrado, reforça-se a figura do arrendatário. Esse sujeito social, em alguns casos *trabalhador da terra*, noutros alguém que, motivado pelos preços elevados (no caso, a soja), se arrisca a cultivar em escala comercial, sem, contudo, ter acesso e/ou poder pagar pela assistência técnica adequada.

Quase sempre têm perdas por falta do manuseio adequado da lavoura, pela pouca experiência e por não compreender a natureza racional do ciclo da planta, e, assim, não conseguem acudir a tempo a infestação por pragas. Soma-se a isso o fato de que exercem, com parte da família e/ou alguns trabalhadores mal-remunerados, as tarefas de preparo do solo e aplicação de agrotóxicos¹³², sem os cuidados necessários, incluindo a possibilidade de se contaminarem e ao mesmo tempo possibilitar a contaminação dos recursos hídricos.

É comum observar que essas atividades estão sendo realizadas em pequenas e médias propriedades, tradicionalmente ocupadas com pastagens destinadas à pecuária leiteira e à produção de alimentos da cesta básica. Essa troca abrupta de atividades e cultivos gera impactos na produção de gêneros alimentícios e propicia a destruição das poucas áreas preservadas, ainda existentes. Conforme as entrevistas realizadas, a substituição

¹³¹ A categoria arrendatário se refere a qualquer indivíduo que arrenda temporariamente um pedaço de terra para trabalhar, sem considerar o tamanho da área e o objetivo da produção. Na área da pesquisa, verificou-se a presença de arrendatários com (01) ha cultivando alho até empresários rurais, que arrendam cerca de 5.000 ha, para cultivo de culturas comerciais (soja, feijão irrigado etc.). Os contratos podem ser verbais – acordo entre as partes – ou assinados em cartórios, com assessoria de técnicos e juristas para acompanhar os procedimentos necessários. No caso em questão, são áreas entre 20 e 100 hectares que estão sendo arrendadas para agricultores profissionais.

¹³² Os arrendatários não buscam orientação técnica adequada, pois tentam evitar o aumento de custos e acabam utilizando equipamentos antigos e “ajeitados”, causando danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos. Ainda, há muito desconhecimento sobre as formas de manejo adequado, ficando sujeitos às orientações prestadas pelos vendedores de agrotóxicos que, quase sempre, prestam um desserviço, simplesmente porque o interesse é comercializar a maior quantidade possível de agrotóxicos. Áreas, tradicionalmente, de pecuária leiteira e de lavouras para o sustento da família estão sendo destinadas ao cultivo da soja, gerando um impacto negativo na economia regional, no que tange à disponibilidade de alimentos e até mesmo à geração de empregos.

das áreas de pastagens e o aproveitamento de áreas nativas através do arrendamento motivam os camponeses a arrendarem suas terras e os *trabalhadores da terra* a se arriscarem como arrendatários, com o intuito de auferirem maiores ganhos.

Camponeses, proprietários rurais tradicionais (pecuaristas) e arrendatários alegam estarem satisfeitos com os resultados iniciais. Segundo os camponeses e proprietários rurais tradicionais o arrendamento é lucrativo, pois recebem conforme a produtividade e, atualmente, em um hectare cultivado com soja não conseguem exercer nenhuma atividade que lhes renda o mesmo *quantum*, e, ainda, após findo o contrato recebem a terra fertilizada, ou seja, preparada para o cultivo de pastagens ou mesmo de outros cultivares. Para os arrendatários há o interesse em aproveitar ao máximo a área, pois não há controle legal (fiscalização ineficiente) e, assim, tentam maximizar os lucros a partir da exploração intensiva do trabalho e dos recursos naturais.

Por fim, as maiores beneficiadas são as empresas compradoras de soja, pois o crescimento das atividades pelos arrendatários cria um mercado cativo, na medida em que não possuem condições de armazenamento e são obrigados a venderem a produção antecipada e/ou a se sujeitarem aos preços pagos na colheita. E ainda os arrendatários são importantes porque consomem insumos e fertilizantes, além de adquirirem máquinas e implementos que não são mais utilizados nas empresas rurais. Também dinamizam o mercado de locação, com o aluguel de tratores, mas, principalmente de colheitadeiras, onde os proprietários dessas máquinas recebem por hectare colhido, normalmente em sacas de soja.

Não perceber o emaranhado de situações impositivas do capital sobre o trabalho e a “confusão identitária” no rural pode acarretar leituras apressadas, que não conseguem expressar a capacidade metamorfoseante do capital nas *áreas cerradeiras*. Se não for realizada uma análise mais acurada corre-se o risco de denominar camponeses como empresários rurais. Não se pode esquecer das diferencialidades propostas e fortalecidas pelo capital, que, em alguns instantes, recoloca os seus “agentes” nos devidos lugares, impondo, ao final do processo, a crescente subordinação, sujeição e proletarização dos *trabalhadores da terra* e dos camponeses.

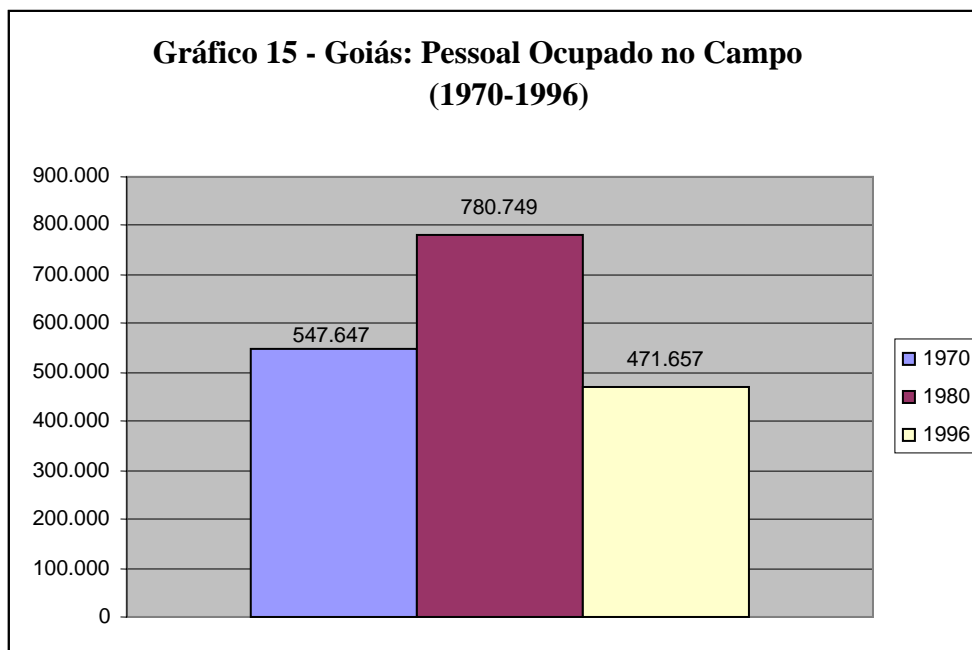
IV.3.1 As Mudanças no Trabalho nas Chapadas do Sudeste Goiano.

Conheço casos de produtores rurais que possuíam uma boa gleba de terras, viviam com suas famílias e que venderam suas terras e, hoje, estão em situação de miséria. Inclusive, um conhecido muito próximo é vendedor de picolé nas ruas de Catalão. As condições de vida para os pequenos produtores rurais são tão ruins que alguns tem a ilusão de que se vender a terra e comprar uma casinha na cidade vão melhorar de vida. Quase sempre essa pessoa se torna um pária na sociedade. (J. M. Pecuarista nas bordas da chapada. Entrevista, junho de 2003).

As cidades médias¹³³, nas áreas de Cerrado, sofreram crescente ampliação em função da chegada dos empresários rurais e dos camponeses e *trabalhadores da terra*, expulsos das áreas incorporadas pelo capital. A modernização conservadora ocasionou uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo, principalmente em Goiás, que entre 1985 e 1996, sofreu uma redução de 23%, enquanto a média da região Centro-Oeste foi de 19%. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 1985, existiam cerca 1,5 milhão de trabalhadores no campo na região Centro-Oeste. Dez anos depois, mediante a redução de 20%, os trabalhadores somavam aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. Em Goiás eram aproximadamente 616.000 e foram reduzidos para 472.000 trabalhadores rurais. O Gráfico 15 apresenta dados sobre o pessoal ocupado no campo goiano de 1970 a 1996.

Esses dados ilustram o impacto das medidas modernizantes no trabalho no Centro-Oeste e em Goiás. No Sudeste Goiano e em Catalão, a situação de proletarização também foi intensificada. Quanto aos arrendatários e agregados não se tem dados confiáveis, uma vez que houve intensa migração para as áreas de fronteira, nesse momento com destaque para Tocantins, Pará e Rondônia.

¹³³ DEUS, J. B. de. **O Sudeste Goiano: As transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.



Fonte: IBGE – 1970/1996.
Org. M. R. Mendonça (2004).

A natureza da processualidade social expressa novos (re)arranjos na relação cidade-campo, espacializada num desenho sócio-territorial diferenciado, cada vez mais integrado às necessidades da economia transnacionalizada. O aparato técnico-científico é fundamental para se compreender o processo de modernização da agricultura, porém, o cerne da questão está nas múltiplas formas de trabalho decorrentes, expressas nas novas tendências exigidas pelo processo produtivo, que (re)articula a acumulação de capitais se apropriando das múltiplas formas do trabalho, que aparecem tanto no campo quanto na cidade sob intensa precarização. Essa nova (re)articulação propicia uma simbiose entre os trabalhadores rurais e urbanos, principalmente entre aqueles expulsos da terra que “assumem” novas funções na cidade, mas continuam como *exército industrial de reserva* para os empresários rurais, instigando um repensar profundo da relação cidade-campo.

A existência de diversas relações sociais de trabalho propicia diferentes níveis de subordinação, exploração e sujeição dos camponeses e *trabalhadores da terra* ao capital. A reestruturação produtiva do capital propiciou uma *mescla* de distintos processos produtivos, formas diferenciadas de contratação e precarização das relações sociais de trabalho. No Sudeste Goiano, precisamente, nas áreas de chapadas e proximidades verificou-se enquanto tendências:

- a) A proletarianização e semi-proletarianização de uma parcela dos proprietários rurais tradicionais (pecuaristas) e principalmente dos camponeses.

- b) A contratação de trabalhadores temporários oriundos do Nordeste para a execução das piores tarefas, mediada pelos *gatos*.
- c) A contratação de trabalhadores temporários oriundos do Sul – trabalhadores safristas – para a execução de diversas atividades, desde o preparo do solo até a colheita.
- d) A presença do trabalho familiar nas bordas das chapadas com atividades pluriativas combinadas com a pecuária leiteira.
- e) O crescimento e a precarização do trabalho temporário, sob diversas modalidades, denominadas pelos empresários rurais de trabalho degradante.
- f) O crescente empobrecimento dos camponeses devido aos contratos de “integração” às agroindústrias.
- g) A presença de trabalhadores permanentes (administradores, operadores de máquinas, mecânicos, agrônomos, técnicos agrícolas, processadores de dados, técnicos em informática etc.) qualificados e com remuneração elevada para os padrões locais e regionais.
- h) A formação de equipes de trabalho, com participação nos lucros, para os trabalhadores permanentes (estáveis) e para uma parte dos trabalhadores safristas que, além do ganho fixo, são remunerados por produtividade.
- i) A premiação das equipes que apresentam melhores resultados, incluindo manejo adequado das máquinas, racionalização do material de consumo, capacidade de obedecer diretrizes, de gerir e apontar soluções para reduzir perdas e desperdícios, evitando perda de tempo e dinheiro.
- j) A realização de cursos de qualificação, em algumas empresas rurais, para os trabalhadores permanentes, com salas de aula e material didático-pedagógico adequados.
- k) A existência de cursos de alfabetização de adultos – trabalhadores safristas – para facilitar o manejo e a assimilação das normas técnicas necessárias a algumas atividades, como o manejo de agrotóxicos e a limpeza das máquinas, entre outras.

É possível observar um consorciamento de relações sociais de trabalho que, distintas, expressam tarefas e funções diferenciadas, porém integradas, na medida em que em uma mesma empresa rural é possível encontrar o trabalho assalariado com todas as garantias exigidas pela legislação trabalhista – trabalhadores permanentes – e, ao mesmo tempo, a precarização do trabalho mediante o assalariamento temporário, contrato por empreitada e/ou por produtividade, diaristas não residentes etc., expressando a existência de formas odiosas de

superexploração, inclusive, com a reinvenção do “sistema de barracão” e denúncias de trabalho escravo e trabalho infantil.

O trabalho sob o controle do capital é sempre precarizado. A precarização é condição para o capitalismo assegurar as condições sociais de produção e de reprodução. Daí termos a clareza da necessidade de superar o assalariamento como a relação social predominante no capitalismo, pois pensar para além do capitalismo significa pensar para além do trabalho assalariado. A superação da sociedade capitalista implica em perceber outras formas de trabalho, na medida em que capital e trabalho são constituintes/constituidores de uma mesma relação social que necessita ser erradicada para assegurar uma *nova sociedade*.

É bastante comum encontrar várias relações sociais de trabalho sendo praticadas pelos camponeses e *trabalhadores da terra*, conforme as exigências mercadológicas e as necessidades de sobrevivência. Mesmo após a visualização e a caracterização das aviltantes relações sociais de trabalho vivenciadas pelos camponeses, *trabalhadores da terra* nas *áreas cerradeiras*, não há o interesse em criar *sentidos piedosos* sobre a condição desses trabalhadores. O objetivo é fortalecer uma ação política corajosa e, historicamente, alinhavada à perspectiva emancipatória, a partir da indignação como potenciadora do compromisso orgânico com a classe, objetivando reforçar a *consciência de classe para si*. Não se tem dúvida sobre a natureza necessária e potencialmente humanizadora do trabalho para os homens e para a natureza.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1988, p. 50).

A variação da forma do trabalho, na medida em que é dispêndio de força humana de trabalho, atinge todos os indivíduos. As diversas atividades exercidas, denominadas de profissões, nada mais são do que dispêndio da força de trabalho. Há atividades que exigem habilidades específicas e mais complexas, todavia, na sociedade burguesa a atividade laboral diferencia as pessoas não apenas pela forma com que participa do processo produtivo, mas também pela valoração imposta a determinadas habilidades. “Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples.” Marx (1988, p. 51).

As complexas relações sociais de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva do capital implicaram distintas ações políticas. Diversos trabalhadores, intelectuais e destacadas lideranças historicamente alinhadas à *esquerda histórica* enveredaram-se para as questões ambientais, não percebendo que sem uma reflexão mais qualificada sobre as formas de uso e exploração da terra não é possível apontar a *sustentabilidade social*. Dessa forma, ao distanciarem-se de uma análise centrada na luta de classes, pouco contribuem para o *desvelamento* das tramas espaciais, afirmando as leituras do capital.

IV.5 A Questão Ambiental: Sustentabilidade Social ou Sustentabilidade para o Capital?

Vivemos uma época em que é preciso reverter o atual quadro apocalíptico de destruição do Cerrado, gerado pelo homo demens, através de se impor um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável, preferencialmente direcionado para as pequenas e médias propriedades e não para os detentores de estrutura fundiária concentrada. Uma nova postura ética e moral que respeite todas as formas de manifestação de vida - orgânica e inorgânica - no processo da vida. Uma nova postura histórica que coloque o homem na sua condição unitária interdependente com a Natureza. Homem e Natureza como essência única de existência terrena. Uma nova postura ética definida na manutenção da vida para as gerações do presente e do futuro. Ética proposta de desenvolvimento sustentável que exige que a natureza do Cerrado seja tratada com respeito, em consonância com as suas leis de produção e reprodução de seus ciclos vitais. Ética que exige que o manejo do seu solo obedeça às "vocações" da terra e das comunidades nela inferidas.

(GOMES, 2003)

O aparecimento de *novos movimentos sociais*, com ênfase na questão ambiental, embora distanciados da discussão acerca do socialismo, possibilitou uma aproximação demasiada com o capitalismo, não discordando e, tampouco, colocando em cheque o processo de auto-expansão do capital. Ingenuamente, acreditava-se, e ainda acredita-se que ações conjunturais possam livrar o Planeta da destruição ambiental. Nas entrevistas e conversas com sindicalistas e militantes foi possível perceber um desencantamento com a estrutura sindical e partidária, vez que muitos deles optaram por militar em ONGs e/ou nos *novos movimentos sociais*, denominados movimentos de questão única. Essa situação é

verificada por Mészáros (2002), que critica esses desvios afirmando ser prematuro e ingênuo desconsiderar os mecanismos estruturais que moldam o sistema metabólico de reprodução do capital.

Conforme suas observações esses *novos movimentos sociais* não possuem conteúdo emancipatório – não conseguem pensar para além do próprio capital – e são atualmente vistos como a “oposição ao capital”, sendo que, na verdade, não propõem a sua superação, tampouco, a ruptura necessária para a implantação de novas relações sociais. Essa atitude desconsidera o trabalho (o controle do capital) e o conteúdo de classes, essenciais para fazer avançar a ação política desses sujeitos históricos.

A proliferação das ONGs demonstra a espetacularização de elementos “pinçados” e eleitos como prioridade por determinados grupos sociais, que, no conjunto, afirmam a orientação conservadora, travestida de ações humanitárias e ecológicas. As práticas alternativas são reorientadas a partir da eclosão do neoliberalismo, que necessitava de agentes políticos negadores do aparato estatal, para poder apresentar como afirmador do novo, da diferença e da pluralidade. Em sua maior parcela as ONGs, inclusive financiadas pelo *staff* político e administrativo dos grandes conglomerados industriais e financeiros transnacionais, se converteram em *personas* do capital, embora, empunhando discursos progressistas e até “revolucionários”.

Mais grave é a maneira como esses movimentos contribuíram para renovar o arsenal ideológico do capitalismo desenvolvido. Sem falar nas práticas e nos valores de que foram os iniciadores. Assim, a favor do refluxo do movimento social da década de 80, a vontade de reapropriação individual e coletiva das condições sociais de existência permitiu auxiliar o reinício dos valores da “livre empresa”. A autogestão, por exemplo, foi um dos precursores da “nova cultura de empresa”, e muitos dos ex-“novos atores sociais” acabaram vestindo o terno e a gravata dos “novos empresários”. (BIHR, 1998, p. 156).

A leitura equivocada da realidade social, legitimada pela academia e/ou mesmo pelos agentes que se colocam na “defesa do trabalho”, causa grandes transtornos à constituição de um movimento social emancipador, pois não instrumentaliza, com idéias, reflexões e pesquisas, a necessária reavaliação das posturas concertacionistas, materializadas nas ações políticas dos sindicatos e dos partidos, retrocedendo a luta contra o capital. Essas atitudes são particularmente percebidas nos movimentos ambientalistas que almejam defender o meio-ambiente sem compreender a *natureza destrutiva do capital*, que mesmo alterando pontualmente suas ações, necessita assegurar formas de exploração do meio natural e social.

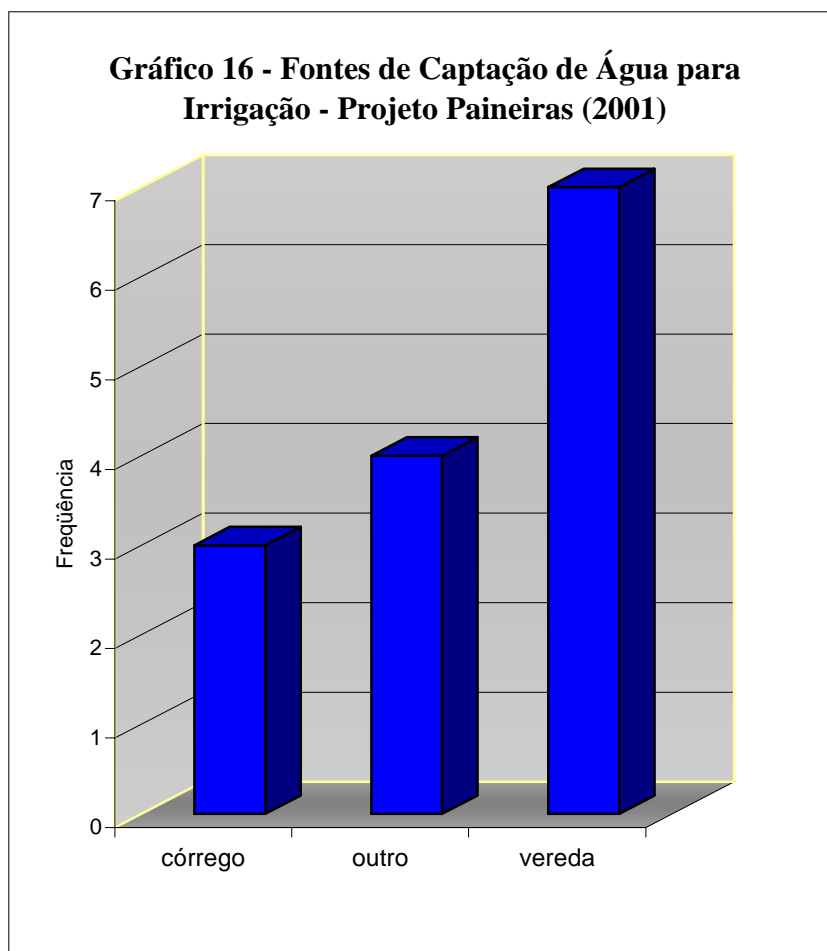
Mészáros (2002) destaca o sentido da *incontrolabilidade do capital*, afirmando que,

O capital [...] é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. [...] uma poderosa estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘variabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (2002, p. 96).

A *destrutividade* é inerente ao capital, fazendo parte da sua forma de ser, da sua natureza. Assim, verificou-se na área da pesquisa que uma das características marcantes, principalmente na memória dos moradores mais antigos, era a grande quantidade de água presente nas áreas de chapada. Conforme depoimentos, durante o período chuvoso o chapadão se assemelhava a um “grande lago”, uma vez que os rios transbordavam e grande parte da área ficava totalmente alagada. A abundância de água é uma das condições para a implementação das lavouras modernas que necessitam da irrigação e de uma umidade do ar mais elevada. No entanto, essa atitude característica da auto-expansão do capital, tem levado ao esgotamento de diversos mananciais que não resistem à sanha dos empresários rurais, que promovem de forma indiscriminada, o desmatamento da vegetação ciliar, represamentos (afogamento das nascentes), entre outras atividades destrutivas.

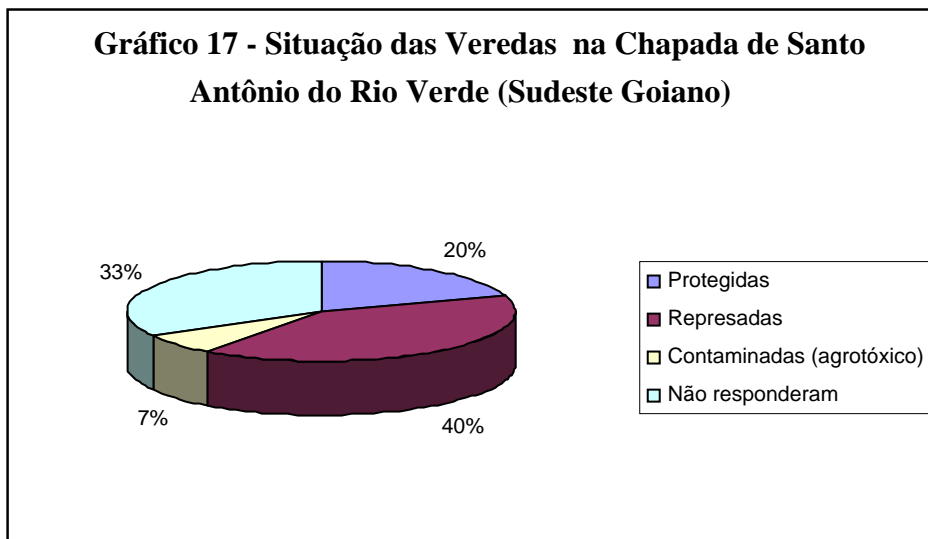
Essa natureza destrutiva é perceptível na forma de utilização dos recursos naturais nas áreas de Cerrado, com destaque para o uso indiscriminado dos recursos hídricos (Gráfico 16). A redução da vazão de água é constatada pelos empresários rurais e pelos camponeses e *trabalhadores da terra*, sendo algo que pode comprometer a própria produção para e pelo capital e, ainda assim, não há um *esforço social* no sentido de pensar propostas e projetos que possam apontar alternativas para controlar o uso e a utilização/destinação da água.

Eu tive que mudar um pivot de lugar porque a água não era mais suficiente. Quando foi instalado havia água suficiente e, mesmo com elevado índice pluviométrico nos últimos dois anos, passou a faltar água e tivemos que mudá-lo de lugar. O grande problema colocado é a tentativa de minimizar os impactos e, para isso, o governo terá que financiar e endurecer ações punitivas. É preciso apresentar as propostas de recuperação das áreas degradadas, inclusive para aqueles que não dispuser de recursos, que o governo financie e fiscalize rigorosamente. Só assim teremos avanços na questão ambiental. (H. M. V. - Empresário rural - Chapada de Sto Antônio do Rio Verde. Entrevista, 2003).



Fonte: Adaptado de M. E. Inocêncio, 2002. Org. M. R. Mendonça, 2004.

Observando o Gráfico 16 verifica-se que a maior parcela da água utilizada para irrigar as lavouras comerciais (Projeto Paineiras – Campo Alegre de Goiás) é oriunda das veredas. Isso implica na construção de barramentos que “afogam” as nascentes comprometendo os recursos hídricos das áreas de Cerrado. Na pesquisa de campo, constatou-se que cerca de 47% dos entrevistados mencionam a degradação das veredas, seja pelos barramentos (represas), seja pela contaminação por agrotóxicos (Gráfico 17). Ainda, deve ser considerado que os empresários rurais tentam minimizar os impactos sobre as veredas, mascarando as informações, receosos de denúncias que possam obrigá-los à recuperação das áreas degradadas e principalmente de possíveis multas a serem aplicadas.



Fonte: Pesquisa de Campo (2004).
Org. M. R. Mendonça (2004).

Nas fotos 24, 25 e 26 pode-se observar a degradação das veredas, através do desvio e da captação da água para irrigar cultivos modernos.



Foto 24 – Nascente de vereda cercada por lavouras temporárias. Ao fundo observa-se um dos principais cursos d'água da região. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).
(Foto do autor, 2003).



Foto 25 – Ao fundo observa-se a mesma vereda com as nascentes represadas (buritis afogados e mortos). Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).

(Foto do autor, 2003).



Foto 26 – Após o represamento das nascentes da vereda foi construído um canal de drenagem para captação da água para ser utilizada na irrigação. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).

(Foto do autor, 2003).

Diversas veredas situadas nas bordas das chapadas e/ou mesmo no chapadão também são agredidas propositamente pelos proprietários rurais, através das queimadas no período da seca (estiagem), para alimentação do gado após a rebrota (Foto 27). Mas, nas empresas rurais as veredas também são queimadas para facilitar o avanço das máquinas, que adentram as áreas de preservação permanente, para ampliar as áreas cultivadas.



Foto 27 – Vereda queimada, em estágio de recuperação, no primeiro plano, recomposição por gramíneas rebrotando. Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). Foto do autor (2002).

O discurso elaborado por alguns ambientalistas (desenvolvimento auto-sustentado), com o objetivo de reformar e dar um conteúdo “humano” ao capital, não se efetiva, pois desconsidera a forma histórica de apropriação do capital sobre o trabalho. Enquanto milhares não possuem as condições básicas de sobrevivência, alguns não sabem o que fazer com o que têm em excesso e patrocinam o desperdício crescente através do consumismo, que aparece como uma chaga, em países desenvolvidos e/ou em *ilhas de prosperidade* localizadas nos vários territórios mundializados.

[...] a destrutividade do sistema do capital absolutamente não se exaure com os “custos do progresso” aceitos sem questionamento. Ela assume formas de manifestação cada vez mais graves com o passar do tempo. Na verdade, a suprema destrutividade do sistema se torna evidente com especial intensidade - ameaçando a própria sobrevivência da humanidade - conforme a ascendência histórica do capital como ordem metabólica global se aproxima do fim. Ou seja, no momento em que, por conta das dificuldades e contradições que emergem do - necessariamente contestado - controle da

circulação global, o “desenvolvimento desigual” só pode trazer o desastre implacável sob o sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 114).

Diversos pesquisadores/intelectuais que se colocam no campo da *esquerda histórica* embrenham-se pelas formas estranhadas, tornando-se *personas do capital*, decifrando formas perversas, que se melhoradas e/ou adequadas, ou seja, mais humanizadas, podem gerar mais divisas e lucros para “toda” a sociedade. A questão ambiental para as empresas rurais nas chapadas é um exemplo dessa compreensão, inclusive também para geógrafos que estão a serviço da ordem constituída, muitos fazendo um discurso aparentemente crítico.

Há um aspecto contraditório “é o progresso destruindo a natureza”. Não tem outro caminho de suprir as necessidades, sem o homem ocupar a natureza em benefício próprio. O Brasil sem o Cerrado não teria futuro na agricultura e na pecuária. A Amazônia apresenta muita resistência e com razão contra o desmatamento e, assim, não teríamos outra área plana para desenvolver a agricultura moderna. É no Cerrado que conseguimos as maiores produtividades do país. É claro que foi o uso de tecnologia que possibilitou isso. (J.R. - Empresário rural - Santo Antônio do Rio Verde – Entrevista, 2003).

No entanto, as ações do Estado e do capital que conformam uma estrutura metabólica de controle sobre os trabalhadores não eliminaram a possibilidade histórica da emancipação social. Nem todas as ações de controle do Estado e do capital fazem fenecer as aspirações emancipatórias dos trabalhadores, haja vista os movimentos sociais que apresentam forte conteúdo crítico e anticapitalista, com destaque para aqueles que lutam pela terra, dentre eles o MST, e para aqueles que lutam pela permanência na terra (MAB), enquanto expressões da luta contra o capitalismo e contra o capital.

A questão ambiental, bastante discutida nas universidades, principalmente pelos geógrafos, tornou-se a centralidade das políticas de intervenção adotadas por empresas e/ou pelo Estado, e de certa forma foi incorporada, via senso comum, pela maior parte da população brasileira. Houve avanços na construção de uma “consciência ecológica”, mas há que se ter cuidado, pois conceitos como desenvolvimento sustentado e tantos outros, alcunhados pelo próprio capital, são condições essenciais para a sobrevivência do sistema sociometabólico em vigor, que desde idas eras *apropria-se dos lucros socializando os custos* e o faz legítimo também em relação à apropriação da natureza.

Conforme depoimentos de empresários rurais essa lógica é muito forte. Transferem a responsabilidade social para o Estado, mas se esquecem de dizer da sonegação

fiscal, das benesses para a aquisição de financiamentos e dos favores recebidos do poder público, entre outras ações. “A recuperação ambiental é responsabilidade do Estado. Deve haver uma política de financiamento para auxiliar a recuperação das áreas degradadas”, salientam os empresários rurais. Ainda, em uníssono, destacam que a questão dos recursos hídricos está bastante ideologizada, assim como a questão dos transgênicos e todas as discussões que se referem ao meio ambiente.

Essa ideologização não expressa de fato a realidade, desconsiderando ações pragmáticas que deveriam apontar alternativas viáveis e não apenas estabelecer critérios punitivos aos empresários rurais, que já são altamente penalizados pelas políticas tributárias, trabalhistas, dentre outras. O alarme sobre a falta da água é falso, pois estudos científicos apontam um equilíbrio na quantidade de água na superfície terrestre. (J.F.N. Empresário rural – Sudeste Goiano. Entrevista, 2003).

A questão ambiental aparece como um problema para todos os seres vivos, mas não se deve perder de vista o processo histórico de apropriação privada e diferenciada da natureza, que é um dos elementos principais para a produção do entorno, atualmente tão comprometido pela sanha do capital e também pela omissão da sociedade civil organizada e não-organizada.

[...] a questão ambiental que se põe para o trabalho não é a mesma para o capital. Porém, o capital é capaz de fazer valer sua “leitura” e seu discurso, *equalizando* as contradições, a ponto da questão ambiental aparecer como importante para ambos (capital e trabalho), na mesma razão de igualdade e, que essa unidade de princípios é o fundamento para toda a sociedade, sem contudo, por em discussão a apropriação privada e diferencial do *ambiente*. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p. 369).

A dificuldade em perceber a problemática que envolve a questão ambiental, na perspectiva da classe, faz emergir uma infinidade de ações e atitudes voltadas para a educação ambiental e/ou similares, que não passam de medidas pontuais, em sua maioria, sem compreensão do processo contraditório de apropriação da natureza pelo capital. O desenvolvimento sustentável, tão em voga entre os empresários rurais, mas principalmente nas ONGs, estimuladas pelo Estado e pelo capital, é apropriado pelas *personas* do capital, que elaboram discursos para racionalizar o processo produtivo, “gritando” que é necessário assegurar formas adequadas de operacionalizar uma relação amistosa com os recursos naturais, fazendo coro com a aqueles que desejam “vida longa” ao capital.

[...] enraizada na idéia de desenvolvimento sustentado – girando em torno do referencial biotecnológico do desenvolvimento do capital – que lastrearia dinheiro novo, pode roubar a cena neste final de século, recolocando, na ordem do dia, a necessidade de aproveitamento racional da matéria-prima, desde o corte de cana crua (para aproveitamento da biomassa perdida com a queima) e, do processo de industrialização, referenciar-se no bagaço (para a produção de energia e como matéria-prima básica para outros fins), bem como todos os subprodutos do açúcar e do álcool, apontando para a sucroalcoólquímica. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.106).

Segundo Mesquita (1993) havia no município de Catalão 17 pivots centrais, e desses, 16 concentravam-se na chapada de Santo Antônio do Rio Verde, irrigando cerca de 2.000 hectares. Atualmente, baseando-se em informações dos empresários rurais e em imagens de satélites, estima-se em cerca de 50 o número de pivots, apenas nas áreas de chapada de Santo Antônio do Rio Verde, no município de Catalão, como pode ser visto pela imagem de satélite de uma empresa rural (Figura 10), demonstrando a aceleração no processo de incorporação dessas áreas ao circuito produtivo. Calcula-se que esses pivots irrigam uma área de aproximadamente 8.000 hectares, denotando intensa utilização dos recursos hídricos¹³⁴, de forma inadequada e sem qualquer controle.

¹³⁴ Os cultivos irrigados aumentaram significativamente a área plantada. Há em Goiás de 170 a 200 mil hectares de área irrigada, sendo que desses 120 mil hectares são irrigados, utilizando aproximadamente 2.000 pivots. Segundo o Superintendente de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 1.424 possuem outorga e estão regularizados. Os outros estão sendo licenciados e/ou foram rejeitados, mas há diversos que são clandestinos e não há fiscalização e/ou punição para os infratores. Ainda, há o problema de que essa tecnologia promove desperdício de água e fomenta o aparecimento de fungos e pragas, elevando o consumo de agrotóxicos, piorando a já complexa situação do solo e dos recursos hídricos. (O Popular, Suplemento Campo – 21 a 27 de agosto de 2004).



Figura 10 – Imagem de satélite mostrando a concentração de pivots numa única empresa rural. Fazenda Maringá no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano).

Fonte: CD Rom Coleção Brasil Visto do Espaço-GO/DF. Embrapa, 2002.

No que tange às questões ambientais nas empresas rurais, diversos pesquisadores detectam a problemática, mas acabam destacando a produtividade da terra e do trabalho como essenciais e como algo extraordinário, pois esta possibilitou elevada produção de grãos em áreas consideradas improdutivas. Essa forma de colocar a questão expressa a *alienação do território*, destacando que, de fato o progresso é necessário, assume-se o discurso do capital, ainda que de forma não muito clara. Acredita-se que quando pesquisadores renomados não enfatizam a degradação do meio ambiente e do trabalho, estão assumindo uma posição política duvidosa e pouco confiável. A preocupação em retratar o êxito da ocupação “racional” das *áreas cerradeiras* e o (re)ordenamento territorial decorrente encobriu, para muitos, as novas estratégias do capital, que elaborou um discurso, juntamente com os agentes políticos e econômicos regionais, de que “todos somos parte do processo”, construindo *consensos sociais* para que o Cerrado se desenvolvesse e se destacasse no cenário econômico mundial.

As empresas rurais são responsáveis pela maioria dos problemas ambientais encontrados na área da pesquisa: o desmatamento das áreas de preservação permanente; a drenagem das áreas de solos hidromórficos; a poluição dos mananciais com agrotóxicos (Fotos 28 e 29); o assoreamento dos cursos d’água; o represamento das veredas (Foto 30) e tantos outros.



Foto 28 – Depósito a céu aberto de vasilhames de agrotóxicos, situado no pátio de uma empresa rural, a poucos metros das veredas. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).



Foto 29 – Vasilhames de agrotóxicos encontrados às margens do Rio São Marcos, um dos mais importantes cursos d'água da bacia do Alto Paraná. Em segundo plano, observa-se a despreocupação do banhista com os riscos para a saúde. Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (Sudeste Goiano). (Foto do autor, 2003).



Foto 30 – Respresamento do ribeirão Imburuçu¹³⁵ – afluente do Rio São Marcos – abastecedor dos pivots do Projeto Paineiras. Ao fundo, vereda degradada pelo represamento. Campo Alegre de Goiás (Sudeste Goiano). (Foto de M. E. Inocêncio, 2002).

Gama et al. (2003) apontaram problemas ambientais detectados em áreas de Cerrado no noroeste mineiro, tais como a construção de barramentos ao longo dos mananciais e das veredas. Essas atividades acarretaram desequilíbrio no balanço hídrico e acúmulo de material orgânico devido à utilização de adubos e fertilizantes, o que provocou a eutrofização e também foi detectada a presença de resíduos tóxicos, resultantes da aplicação de biocidas nas lavouras. Essas são conseqüências da forma indiscriminada de uso e exploração da terra nas áreas de chapada empreendidas pelas empresas rurais. O represamento das veredas para armazenar água a ser utilizada na irrigação através de pivots altera e desestabiliza sua hidráulica, com o que ocorre o rebaixamento do nível do lençol freático e o conseqüente ressecamento da vereda.

Não se quer fazer uma análise catastrofista acerca dos impactos ambientais e sociais nas áreas de Cerrado submetidas à agricultura moderna. Mas é necessário fazer uma análise mais próxima da realidade, sem as maquiagens oferecidas pelos “pesquisadores de gabinete”. Não se quer colocar todas as experiências existentes como inadequadas. Sabe-se que existem múltiplas formas de uso e apropriação da terra que não provocam os transtornos descritos. A destruição das áreas de Cerrado pode ser visualizada nas formas de uso (Figuras

¹³⁵ “O caso do Ribeirão Imburuçu, caso queiramos ter água para alimentar os pivots será necessário construir uma grande barragem para assegurar reserva de água para os agricultores. As barragens apresentam alguns inconvenientes, mas no caso do Imburuçu os impactos são menores, pois não há muitas veredas e poderá gerar energia. Se isso não for feito não teremos água para as lavouras em futuro breve.” (Depoimento de empresário rural - Projeto Paineiras - Campo Alegre de Goiás - Sudeste Goiano, 2003).

11A, 11B e 12) que evidenciam o processo de ocupação “racional” e indiscriminada, precisamente nas últimas décadas, a partir da modernização conservadora da agricultura.

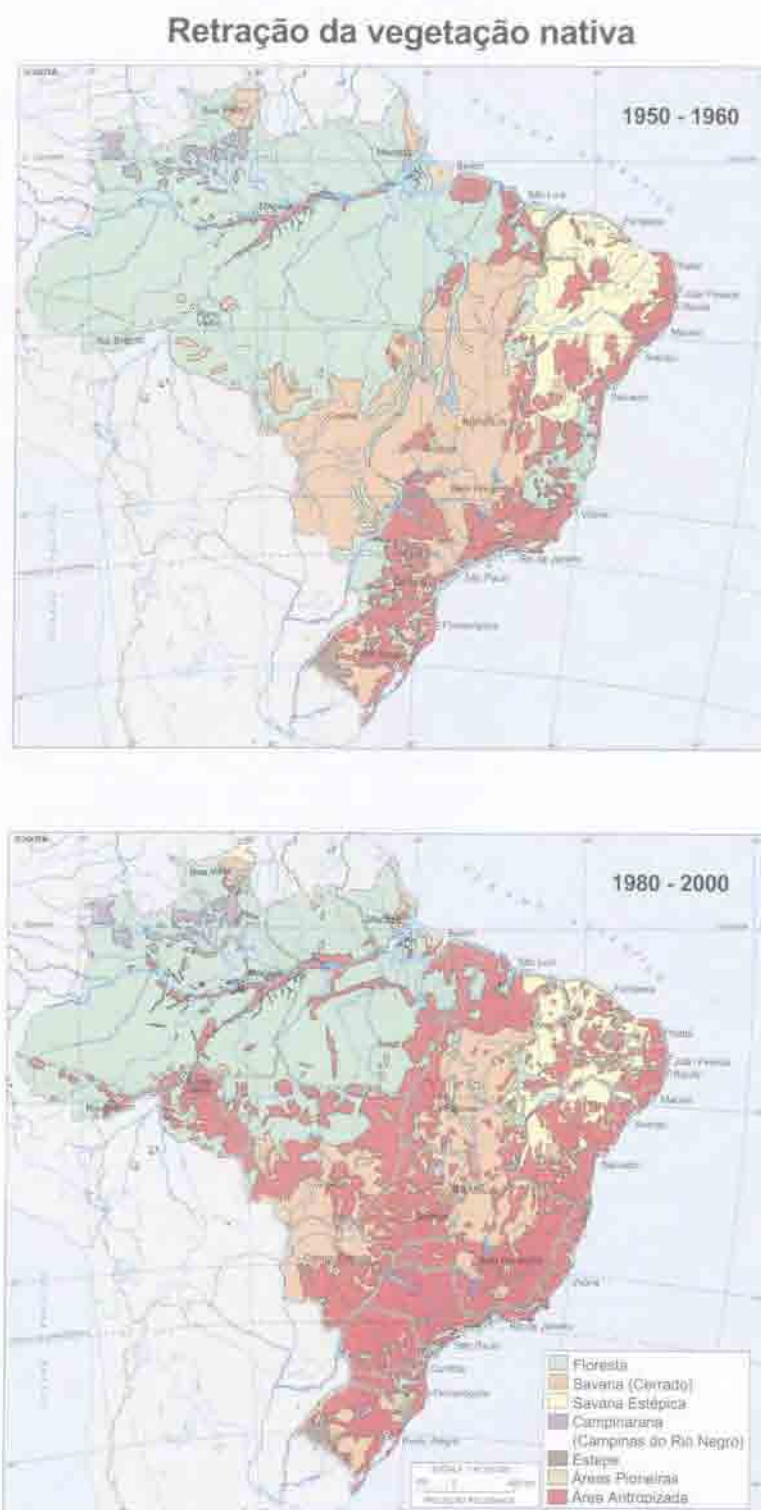


Figura 11A e 11B – Mostram a retração da vegetação nativa no Brasil entre 1950 e 2000, destacando a ocupação “racional” e indiscriminada das áreas de Cerrado.

Fonte: Adaptado de I. M. Ferreira, 2003. Org. M. R. Mendonça, 2004.

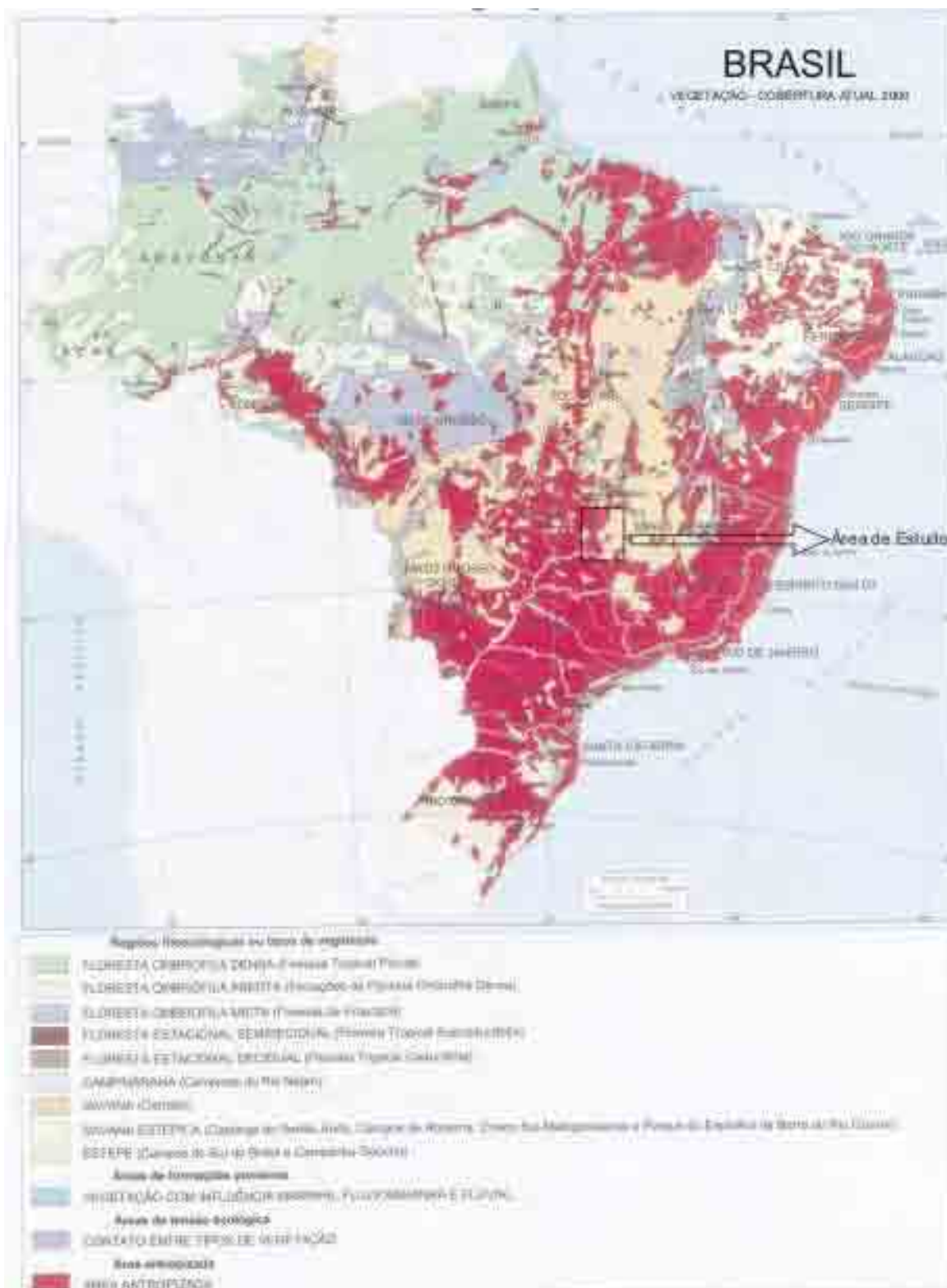


Figura 12 – Brasil: vegetação-cobertura atual - 2000.

Fonte: Adaptado de I. M. Ferreira, 2003. Org. M. R. Mendonça, 2004.

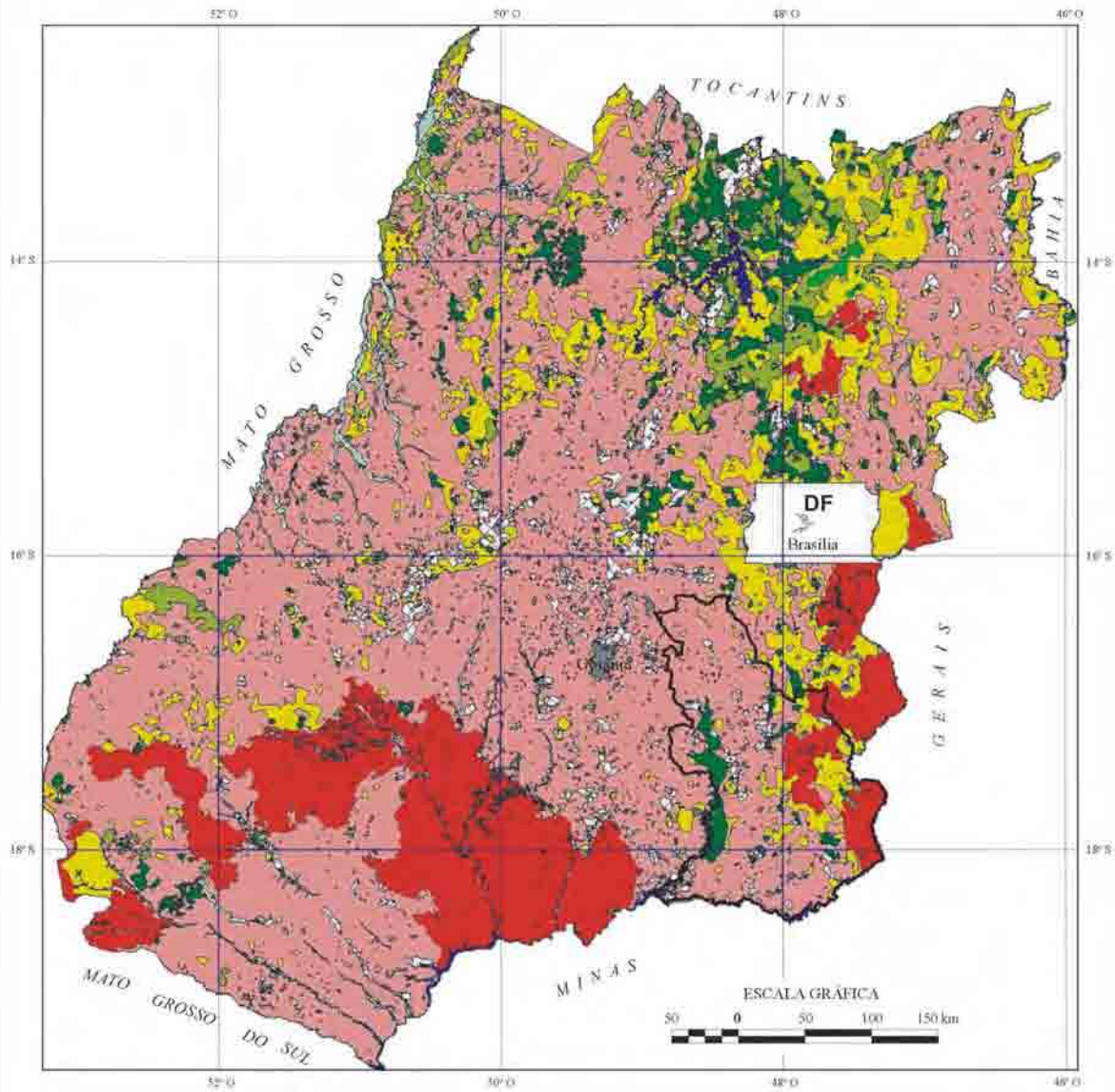
Recentemente a Agência Goiana de Meio Ambiente apresentou um diagnóstico sobre o processo de degradação das áreas de Cerrado em Goiás. Observando-se a Figura 13 verifica-se a depredação da cobertura vegetal nas áreas de chapadas no Sudeste

Goiano (nordeste/sudeste), *coincidentemente* onde estão territorializadas as empresas rurais com a agricultura intensiva e comercial. O diagnóstico apresentado, denominado “estado ambiental”, se assemelha a Figura 12, que aponta a crescente degradação ambiental nas áreas de Cerrado a partir da intensificação das atividades modernas.

Os espaços onde a gestão é compartilhada pelos interesses locais e regionais são abruptamente modificados quando o capital se interessa pelo uso desses territórios, conforme a lógica produtiva financeirizada. Assim, a gestão passa a ser monopolizada, contrariando a ação dos sujeitos locais e regionais. As economias de escala, predatórias, num futuro próximo, podem apresentar “ações preventivas e/ou terapêuticas”, na medida em que os prejuízos sociais e ambientais comprometerem a produção de mercadorias. Possivelmente o próprio capital através de suas contradições internas poderá financiar a recuperação daquilo que lucrou ao destruir, e novamente lucrará, com a “possível reconstrução”. Essas ações estão sendo sinalizadas pela política de certificação ambiental, adotadas nas empresas, visando assegurar novos mercados, tornando suas políticas empresariais mais “humanizadas”.

Nas entrevistas e/ou depoimentos de lideranças políticas, empresários rurais e *trabalhadores da terra*, a preocupação ambiental aparece como uma necessidade para assegurar as condições de sobrevivência para as novas gerações. Entretanto, o sentido dessa preocupação é diferenciado para uns e para outros, pois os empresários rurais alegam a relação custo/benefício e solicitam a intervenção estatal para amainar a degradação ambiental, mediante políticas públicas; os *trabalhadores da terra* e lideranças políticas relacionadas à *esquerda histórica* colocam a questão ambiental como uma preocupação com a vida (a escassez de água potável, a contaminação com agrotóxicos, a intoxicação dos trabalhadores etc.) e reivindicam uma fiscalização rigorosa para inibir as ações predatórias.

**FIGURA 13 - COBERTURA VEGETAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2000
(LOCALIZAÇÃO DO SUDESTE GOIANO)**



LEGENDA

- Agricultura intensivas
- Agricultura irrigadas
- Agricultura e pastagens permanentes dominantes
- Mosaico de vegetação não arborea pastagem e pastagens agrícolas
- Mosaicos de agricultura, pastagens e vegetação arborea alterada
- Florestas estacionais decíduas densas
- Florestas arbustiva-arbóreas densas
- Florestas arbustiva-arbóreas abertas
- Florestas de galeria
- Savanas arbustivas
- Campos limpos
- Campos inundáveis
- Corpos d'água naturais e artificiais
- Áreas urbanizadas
- Sudeste Goiano



UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 TÊSE DE DOUTORADO
 ORIENTADOR: Antônio Thomaz Júnior
 ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

FONTE
 Adaptado de:
 MIRANDA, E. E. de, GUIMARÃES, M. *Mapas da cobertura vegetal de Goiás 2000*. Disponível em: <http://www.agenciaambiental.gov.br>. Acesso em novembro de 2003.

A noção de desenvolvimento sustentável significa o uso racional dos recursos naturais. “O desenvolvimento sustentável, como conceito amplo, procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro”. Chaves (2003, p. 22). Até por isso, a busca do desenvolvimento sustentável implica em repensar as relações de dependência econômica e tecnológica estabelecidas no mercado internacional, inclusive considerando a autonomia das políticas internas, sem a ingerência dos conglomerados industriais e financeiros. Contudo, isso contraria os princípios que norteiam as relações econômicas no capitalismo, com maior agudização na contemporaneidade, hegemônicas pela globalização. Infelizmente não se pode ser otimista quando se trata de acreditar na diminuição das taxas de lucros.

[...] reverter a dependência tecnológica e a sujeição ideológica associadas com a ordem econômica dominante, para mobilizar um potencial ecológico, cultural e tecnológico que gere uma distribuição regional mais equilibrada das atividades produtivas, com novos processos de trabalho e novas formas de satisfazer as necessidades básicas da população. (CHAVES, 2003, p. 27).

Uma visão de desenvolvimento sustentável deve considerar as diversidades ecológica, social e cultural não apenas como valores éticos, e que por isso devem ser respeitados e valorados, mas como potenciais criadores – produtivos – que possam associar recursos naturais e tecnológicos, reorientando-os para a satisfação das necessidades básicas. Leff (2000) critica o uso capitalista do conceito de sustentabilidade ambiental que apregoa a coadunação das políticas macroeconômicas com a utilização adequada dos recursos naturais. A discussão sobre sustentabilidade foi apropriada para assegurar a ampliação do mercado através de empresas e produtos certificados ambientalmente. Dessa forma, se não tocarmos na questão estrutural – o metabolismo social do capital – e não estabelecermos as ações políticas para a sua superação, *os pobres continuarão mais pobres, a terra mais degradada e o crescimento cada vez mais insustentável*.

Assim, quando se fala em planejamento na ordem do capital não se pode perder de vista essas ações, vez que redundam em políticas específicas (do micro ao macro) para minimizar e/ou mitigar os impactos nos territórios que serão objeto da gestão autoritária do capital. Todo e qualquer planejamento na sociedade capitalista não vislumbra a emancipação social, entretanto, sempre haverá possibilidades emancipatórias onde quer que exista capital, pois a *contradição viva* se fará presente aí e, se apropriada devidamente pelos trabalhadores, irromperá num movimento político de cunho emancipacionista.

Bihr (1998) alerta para a necessidade de uma nova relação com a natureza, a partir do rompimento da concepção reducionista entre sociedade e natureza, herdada do processo de constituição do capitalismo.

Sem querer retomar uma sacralização qualquer da natureza, característica da submissão das sociedades pré-capitalistas em relação às suas condições naturais de reprodução, trata-se no entanto de tomar consciência do sentido *redutor e perigoso* do projeto e da prática de dominação técnico-científica da natureza desenvolvidos pelo capitalismo. Trata-se, então, de *inventar um novo estilo de relação com a natureza*.(BIHR, 1998, p. 140).

Smith (1988) salienta o fetichismo da natureza, quando critica o economicismo presente nos escritos de autores que se consideravam marxistas quando priorizavam os estudos culturais, psicológicos e sociais, ocasionando uma análise determinista da ciência e da tecnologia. Ao se afastarem cada vez mais do marxismo acabaram deslocando a luta de classes para a relação homem/natureza, com significativas implicações políticas. A concepção fragmentada e dualística da natureza, herdada pelo movimento ecológico dos anos 1960, não conseguiu avançar para além das reformas necessárias ao capitalismo, visando torná-lo mais humano. Há um triunfalismo negativo expresso na conquista da natureza pelo homem. Essa consideração só foi possível a partir do momento em que natureza e sociedade foram tomadas, desde o início, como categorias separadas. Smith (1988) ainda chama a atenção para o fato de que a natureza não é nada, se ela não for social. “O que se deve fazer é mostrar a relação concreta pela qual a natureza assume essa prioridade social (...)”, algo já existente na relação social com a natureza. Nesse sentido “[...] ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de *produção da natureza*.” Smith (1988, p. 65).

A preocupação marxiana expressa a compreensão de que natureza e sociedade são unas, mas socialmente (historicamente) fragmentados. A emancipação do homem só pode se efetivar a partir da compreensão de que a natureza não domina e, tampouco, é dominada pelo homem. A natureza deve ser compreendida como produção histórica e social, e para tanto é necessária a apreensão/interpretação da relação social com a natureza, do conteúdo intrínseco à produção social da natureza, para assim avançar rumo à uma sociedade livre do jugo do capital, atualmente efetivado na produção social da natureza.

Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a idéia de produção da natureza sugere um futuro histórico que está ainda para ser dominado pelos eventos e

pelas forças políticas e não pela necessidade técnica. Porém, os eventos e as forças políticas são precisamente aquelas que determinam o caráter e a estrutura do modo capitalista de produção. (SMITH, 1988, p. 65).

Nesse sentido há que considerar a natureza civilizatória da globalização – estágio atual do capitalismo – ou seja, pensar que as condições para a sua superação estão constantemente sendo produzidas e materializadas no espaço, sendo necessário apropriar-se dessas ações para efetivar-se leituras do território que possam instrumentalizar ações políticas, objetivando construir uma nova sociedade para além do capital.

IV.6 Os Povos Cerradeiros: Novos Sujeitos Sociais?

Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro. É uma ilusão profunda e persistente supor que o tempo confere a esses processos de aquisição tão conhecidos uma inocência que possa ser contrastada com a crueldade das etapas subsequentes desses mesmos impulsos essenciais. [...] Toda vez que nos deparamos com relatos detalhados das atividades dos proprietários de terras, sejam velhos ou novos, seus atos se enquadram bem na qualificação feita por um historiador moderno: “uma gente impiedosa”. As “antigas famílias” mencionadas com tanto sentimentalismo normalmente são apenas aquelas que estavam pressionando e explorando seus vizinhos havia mais tempo. E os “intrusos”, os recém-chegados, estavam penetrando e intensificando um sistema já estabelecido, o qual, por meio de suas pressões internas, estava desenvolvendo novas formas de rapacidade.

(WILLIAMS, 1989)

Nas últimas décadas, o Cerrado se tornou alvo de intensas investigações científicas e de reflexões sobre suas gentes, seus valores, suas potencialidades turísticas, sua fauna e flora etc. É como se os olhares se voltassem para essas áreas que, relegadas, por séculos, agora, tivessem que ser estudadas, preservadas, valoradas, pois delas são remanescentes elementos histórico-sociais e naturais que estão em processo de desaparecimento. São diversos festivais, encontros, documentários etc., como se tivéssemos que registrar os últimos lampejos das “coisas boas” que estão sendo depredadas pela sanha mercantilista e impiedosa do capital.

Na contemporaneidade, o Cerrado se tornou preocupação de variados movimentos sociais, de universidades, do poder público e de ONGs que promovem seminários, reflexões e pesquisas sobre o que restou do Bioma Cerrado, as suas manifestações sócio-culturais e os *povos cerradeiros*, dentre outros. A preocupação parece ter chegado aos mais distantes rincões. Em contraposição, o processo de degradação dos recursos naturais se acelera, assim como as mazelas sociais provocadas pela forma de apropriação e exploração das terras a partir do agronegócio.

Sem dúvida essa “descoberta do Cerrado” é de grande importância, contudo é premente um detalhamento e uma *separação entre o joio e o trigo* para não incorrerem em equívocos. Chaveiro; Gonçalves (2004) enunciam as abordagens geográficas do Cerrado, destacando: o Cerrado enquanto Bioma; o Cerrado enquanto Região: e o Cerrado enquanto Cultura. Diversos pesquisadores, conforme as filiações teórico-metodológicas e as opções políticas, desenvolvem pesquisas considerando as abordagens descritas.

Na pesquisa apresentada, e considerando a trajetória de outras investigações, compreende-se o Cerrado enquanto Região, a partir do momento em que o referencial analítico possui a gênese na incorporação dessas áreas ao processo de acumulação, conforme as exigências do metabolismo social do capital. Há uma convergência de conflitos decorrentes da *modernização do território*, que se impõe e se torna hegemônica, mas esbarra na tradição, nos valores e nas atitudes cultivadas pelos *povos cerradeiros*, que na ação política expressam essas *re-Existências*.

Nesse conflito e na sua possível convergência nasce a especificidade da inserção territorial de Goiás na economia nacional e mundial. Essa inserção não é feita sem aglutinar efeitos sofridos na região Centro-Oeste. Fora isso, as transformações não apenas geram um novo formato demográfico, ambiental e social dessa região, mas alimenta mudanças nas identidades dos sujeitos, demonstrando que as alterações no espaço incidem no homem e nos seus atributos. (CHAVEIRO; GONÇALVES, 2004, p. 04).

A emergência de debates e reflexões acerca das vivências e experiências dos *povos cerradeiros*, seja em simpósios, seminários, encontros de tecedeiras/fiandeiras e/ou raizeiros, possibilita compreender a inserção dessas racionalidades na *ágora* do debate sobre o Cerrado. A valorização dos saberes e dos fazeres desses grupos sociais alijados, e tidos como atrasados e sem conhecimento científico, coloca em pauta questões novas e, principalmente, a necessidade de “olharmos para dentro”, para o nosso chão, para as nossas raízes, buscando

encontrar o *ethos de campesinidade* que permeia a vida cotidiana, constituindo a identidade fundante dos *povos cerradeiros*.

Dessa forma, considerando as abordagens geográficas sobre o Cerrado, pensa-se que pode ocorrer uma inter-relação das teses, quando consideram o processo de investigação como vital para uma reflexão aprofundada das questões sociais e ambientais destacadas pelas *gentes cerradeiras*, apontando a luta pela terra e pela reforma agrária como condição para assegurar a existência no Cerrado.

Ser *cerradeiro* não é um atributo de quem nasce nas áreas de Cerrado, ou seja, não é um “atributo do território”. A condição de ser *cerradeiro* implica na compreensão da relação simbiótica do ser social com a natureza, que resulta que um ser uno, sem estabelecer as dicotomias e os dualismos impostos pela racionalidade iluminista e mais tarde científica.

Assim, a relação capital-trabalho passou a comandar a dinâmica societária subestimando o significado da natureza e a importância dos povos que construíram suas práticas e significações numa relação com-a-natureza e não contra-a-natureza [...] como a sociedade européia. (GONÇALVES, 2004, p. 03).

Quando se indaga quem é o *cerradeiro*, não se está buscando apenas aqueles que ainda cultivam seus valores, tradições, saberes e sabores, mas também aqueles que partilham da compreensão da importância dessas vivências para estabelecer nexos de solidariedade e do reconhecimento da diferença, e os que incorporam às suas visões de mundo o sentido de pertencimento, construindo uma *identidade sócio-territorial*.

Ser *cerradeiro* é ser diferente. É ser diferente entre as muitas diferenças construídas pelos *povos cerradeiros*. É valorar ações e atitudes que escapam aos olhos dos racionalistas cientificistas, que interpretam os territórios, os lugares, as regiões a partir das mega-estruturas políticas e econômicas, sem, contudo, enxergarem que elementos da cultura e das formas de expressão dos *povos cerradeiros* podem ser apropriados para uma ação política emancipadora. A ação política dos camponeses e dos *trabalhadores da terra* na luta pela terra e pela reforma agrária, devido à ação direta do MST e de outras agremiações, e à luta contra as barragens, através do MAB e de apoiadores nas áreas de Cerrado, expressa o surgimento de *novos sujeitos sociais* assegurando a *re-Existência* dos *povos cerradeiros*.

Alguns pesquisadores das áreas de Cerrado, precisamente no norte de Minas Gerais, baseando-se nas vivências, com o intuito de resgatar e manter a riqueza cultural,

mediante o reviver de costumes e tradições, iniciaram um esforço conceitual para nomear os “povos do Cerrado”.

Este trabalho tem como objetivo discutir a complexa realidade dos Povos do Cerrado Norte-Mineiro: de um lado a tecnologia dos meios de produção e de outro a exclusão dos trabalhadores que vivem, sobrevivem e mesmo se escravizam no cerrado que já foi o seu “lugar”, a sua casa (...). (RAMOS et al, 2003, p. 03).

A reflexão possui natureza denunciativa, explicitando os problemas sociais e ambientais vivenciados pelos *povos cerradeiros* a partir do momento que essas áreas foram incorporadas pela modernização da agricultura, conforme os interesses do capital. Os *povos cerradeiros* são compreendidos como os remanescentes que valoram e preservam elementos sócio-culturais, sendo considerados “os excluídos da modernização”. Conforme pesquisas realizadas em diversas regiões do Cerrado, tanto nas áreas pioneiras em Minas Gerais como nas áreas de expansão (Tocantins, oeste da Bahia, sul-sudoeste do Piauí e Maranhão) se verificaram situações que se assemelham aos desdobramentos sociais e ambientais diagnosticados no Sudeste Goiano.

A expansão das empresas rurais pelo oeste baiano e sul-sudoeste do Maranhão e Piauí tem provocado rebatimentos diferenciados, contudo, é comum nessas áreas o *encurralamento* da agricultura camponesa, que ainda se abriga nos baixões, brejos, encostas e chapadas. A chegada da agricultura moderna (intensiva e comercial) expulsa os camponeses de suas *terras de trabalho*, modificando a relação com a terra e demais recursos naturais, estabelecida há séculos nessas áreas. As chapadas possibilitavam usos múltiplos para os camponeses e *trabalhadores da terra*, devido ao aproveitamento das áreas mais férteis para a agricultura nos vãos, baixões ou terras de cultura, segundo as regionalidades.

Diferentemente da prática da monocultura nos grandes projetos agropecuários nas chapadas, os segmentos camponeses tradicionalmente articulavam os ecossistemas presentes em regiões de cerrados, associando usos dos locais denominados *brejo, baixões ou vãos e encostas*, com usos das *chapadas*. Isto lhes permitiu uma peculiar associação da agricultura nos baixões, encostas e brejos com o extrativismo, a criação de gado *na solta* e até mesmo, alguma agricultura de sequeiro, na chapada. Tanto as chapadas quanto os buritizais eram, tradicionalmente, consideradas áreas de usufruto comum, num cálculo econômico que vem progressivamente sendo subvertido pelos novos agentes guiados por outra lógica econômica. (MORAES, 1999, p. 03).

Do ponto de vista dos discursos elaborados pelo agronegócio as áreas de Cerrado são reduzidas às chapadas. A chapada como fronteira agrícola é altamente produtiva.

Mas “esquecem” as diversas formas de uso e exploração da terra consorciadas nas *áreas cerradeiras*, inclusive com as chapadas, que para os *povos cerradeiros* têm importância primordial para os seus modos de vida. Os *sujeitos sociais cerradeiros* são esquecidos e/ou alijados como forma de minimizar os impactos sociais, sendo considerados como invisíveis, pois o que aparece é a capacidade produtiva das empresas rurais em contraposição às “arcaicas” formas de produção pré-existentes.

A dinâmica do capital e do trabalho se assemelha: aos *trabalhadores da terra* resta a mobilidade espacial, vez que a maioria foi expulsa e agora retorna às chapadas como trabalhadores temporários precarizados. Inicialmente foram aproveitados para a abertura do Cerrado, como arrendatários para o cultivo do arroz¹³⁶ e/ou na catação de raízes após o desmatamento. A incorporação das chapadas pela agricultura intensiva comercial empurrou os camponeses e demais categorias de *trabalhadores da terra* para os vales e encostas que não são adequados para a motomecanização. Confinados em pequenas áreas tentam sobreviver implementando a *agricultura da abundância*. Mas, a maioria não conseguiu permanecer e/ou ter acesso à terra e, atualmente, se dedicam a *amansar a terra* como arrendatários, facilitando a territorialização dos empreendimentos agroindustriais. Os *povos cerradeiros* e suas múltiplas experiências sociais com a natureza se diferenciam da “política de terra arrasada” praticada pelos empresários rurais modernos, portadores das técnicas e das novas tecnologias, que expulsaram os diversos conhecimentos, sob o discurso da razão científica, ao implementarem a modernização da agricultura.

Essa forma de lidar com os recursos naturais e com os trabalhadores já havia sido implementada no Sul do país. Em recente pesquisa sobre os impactos sociais e ambientais no oeste paranaense SCHLOSSER (2001) destaca:

[...] na década de 1970, Marechal Cândido Rondon sentiu os reflexos advindos do crescimento de grandes e médias propriedades e da conseqüente redução do sistema de pequenas propriedades. As alterações provocadas pelas inovações técnicas junto ao meio ambiente são significativas. Nesse período, marca presença a produção acelerada e em grande quantidade, visando atender o mercado nacional e internacional. (2001, p. 61)

A relação entre a dimensão material e simbólica é tratada quase sempre como se estas fossem pares díspares. Entretanto, o simbólico não necessariamente se opõe ao

¹³⁶ O arroz é a cultura indicada para iniciar o cultivo das áreas de Cerrado, pois contribui para fixar nutrientes nas áreas novas.

material. A sociedade ao se territorializar torna o território em condição de sua existência material. Isso implica em considerar as diversas identidades construídas no processo de apropriação do território, observando as mais diferentes territorialidades. O espaço geográfico é a expressão material e simbólica da coexistência do diverso, da pluralidade de idéias e de ações que, territorializadas, produzem formas específicas e universais de apropriação, no processo permanente de luta para assegurar a existência humana. É daí que surge a *geograficidade* que nos obriga a considerar a simultaneidade dos eventos e não somente a sua sucessão. (GONÇALVES, 2003).

Uma reflexão corriqueira nas interpretações sobre as transformações espaciais no rural brasileiro é a de que há algo *novo*, evidenciando novas ruralidades tanto no campo quanto na cidade.

Fala-se no desaparecimento do rural, do agrícola, bem como na emergência de novas ruralidades que, em processos de desterritorialização e reterritorialização de práticas e saberes econômicos, culturais e políticos, configurariam um novo mundo rural. (MOREIRA; COSTA, 2002, p.07).

A opção desenvolvimentista, influenciada pelas necessidades de assegurar a acumulação do capital, devido à crise do padrão de regulação, se configurou como alternativa para assegurar a expansão nos países periféricos, através de grandes empréstimos e do deslocamento de empresas transnacionais com o intuito de ocupar “racionalmente” as áreas ainda não totalmente incorporadas pelo circuito produtivo mundial. A noção de desenvolvimento agrícola centrado na ocupação “racional” das áreas de Cerrado, denominada de modernização da agricultura, evidencia, claramente, essa tendência.

A construção de discursos se contrapondo aos *povos do sertão* era uma imperiosa necessidade, para impedir e/ou diminuir as possíveis resistências dos *povos cerradeiros*. “[...] o rural fica identificado com a tradição e a incivilidade, associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas.” Moreira; Costa (2002, p.09). Ao se destacar a existência dos *povos cerradeiros* quer-se enfatizar a relação simbiótica entre o homem e o entorno. As culturas e as identidades construídas ao longo da história cerradeira evidenciam uma relação ecossistêmica em conformidade com as necessidades humanas. As condições ecossistêmicas de existência dessas comunidades foram possíveis graças à compreensão dos limites estruturais do Bioma Cerrado, além da *relação amigável*, visando assegurar a sustentabilidade social e ambiental nas *áreas cerradeiras*.

Quando se utiliza a expressão *povos cerradeiros* está-se observando as questões apontadas. O que define a sua existência não são apenas os modos de vida, as

culturas, as tradições e hábitos que, riquíssimos, necessitam ser valorados adequadamente. O que de fato nos anima a manter a referida denominação é a *identidade territorial* construída a partir das múltiplas relações com o entorno, uma relação simbiótica entre os homens e a terra, enquanto vida, enquanto *arte do fazer-se politicamente*, condição de sobrevivência dos trabalhadores. Ainda, mais que isso, o *cerradeiro* deve ser compreendido na sua inteireza, considerando a ação política emancipatória na defesa da *terra de trabalho*, de suas vivências e experiências construídas socialmente. Exemplificando: quando se assiste camponeses, *trabalhadores da terra*, trabalhadores assalariados, informais, sindicalistas, intelectuais orgânicos, estudantes, missionários, ambientalistas e diversos outros apoiadores se organizarem junto ao MST, ao MAB e a outros movimentos sociais, para lutar pelo acesso à terra e/ou para se manterem na terra, tem-se as condições para a territorialização¹³⁷ dos *povos cerradeiros*, mediante o enfrentamento com o capital e seus agentes, estabelecendo a *disputa pelo território*. Dessa forma, se constróem *territorialidades cerradeiras* que, gestadas a partir do confronto capital x trabalho, expressam o fortalecimento rumo a uma *ação política inteira*, porém diversa, onde são apontadas as possibilidades concretas para a efetivação da *unificação orgânica da classe trabalhadora*.

¹³⁷ Territorialização enquanto processo de criação/destruição decorrente do embate entre o capital e o trabalho, a partir de ações políticas constituídas pelas classes sociais na disputa pela hegemonização do território.

CAPÍTULO V

TERRA, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS CERRADEIROS

Aquilo que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais. Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo – como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. Por outro lado, Um Grande Mercado é uma combinação de vida econômica que inclui mercados para os fatores de produção. Uma vez que esses fatores não se distingam dos elementos das instituições humanas, homem e natureza, pode-se ver claramente que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado. O pressuposto é tão utópico em relação à terra como em relação ao trabalho. A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado.

(K. POLANYI, 2000)

Até agora estivemos pensando que qualquer nova internacional requeria a soma de fortes e compactos destacamentos nacionais. O que temos são destacamentos cada vez mais fracos e uma carência absoluta de perspectiva internacionalista. Então, por que não atuar em sentido inverso? Não deveríamos pensar que nossa única possibilidade é, nesta fase histórica, começar pelo internacional para ser mais fortes no plano nacional? São tempos de refundações. Penso e imagino uma Internacional, como a Primeira, em que pudéssemos conviver, atuar e lutar comunistas, socialistas, libertários e democratas radicais unidos por um programa e por estatutos e transversais às esquerdas políticas, sociais e culturais realmente existentes em cada um de nossos países.

(MANUEL MONEREO)

V TERRA, TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS CERRADEIROS

Incendiaram nossas casas.
 Destruíram plantações.
 Saquearam celeiros.
 Derrubaram cocais.
 Envenenaram as águas.
 Invadiram povoados.
 Torturaram nossos pais.
 Arrancaram as orelhas dos mortos.
 Atiraram nos rios corpos mutilados
 Derrubaram a cruz que erguemos,
 sinal aceso de nossa memória.
 Cortaram a língua dos nossos irmãos.
 Violaram nossas filhas.
 Assassinararam inválidos.
 Queimaram a sangue e fogo
 a terra que trabalhamos.
 Quem emprestará a voz
 ao idioma do perdão
 e protegerá com súplicas
 o riso dos assassinos?!
 Aniquilaram a raiz da esperança.
 Esgotou-se o tempo de tolerar
 e desatou-se a hora da vingança:
 o primitivo nome da justiça..
 (JOSIMO TAVARES)

V.1 Os Movimentos Sociais Rurais e a Luta pela Emancipação dos Trabalhadores em Goiás

A luta pela terra em Goiás se iniciou com o processo de expulsão dos indígenas pelos bandeirantes no início do século XVIII. Daí em diante as lutas pela posse da terra se tornaram corriqueiras, porém, foram intensificadas no final do século XIX com a chegada maciça de migrantes, oriundos de Minas Gerais e São Paulo, expropriados pela expansão do café e pela violência do latifúndio.

Em Goiás, grande parcela da população é resultado da miscigenação. Ainda é comum, principalmente nas famílias tradicionais, o costume de dizerem que possuem ancestralidade indígena. “A minha bisavó era Kaiapó e foi pegada no laço. O branco, descendente do bandeirante, invadiu a terra dos índios e a forçou a manter relações carnis. Assim nasceu o meu avô. Assim surgiram as fazendas do pai e a riqueza da minha família.” Barros (1998, p. 102). Fica patente que a origem dos latifúndios está no roubo das terras indígenas e na expulsão mais tardia dos *trabalhadores da terra*.

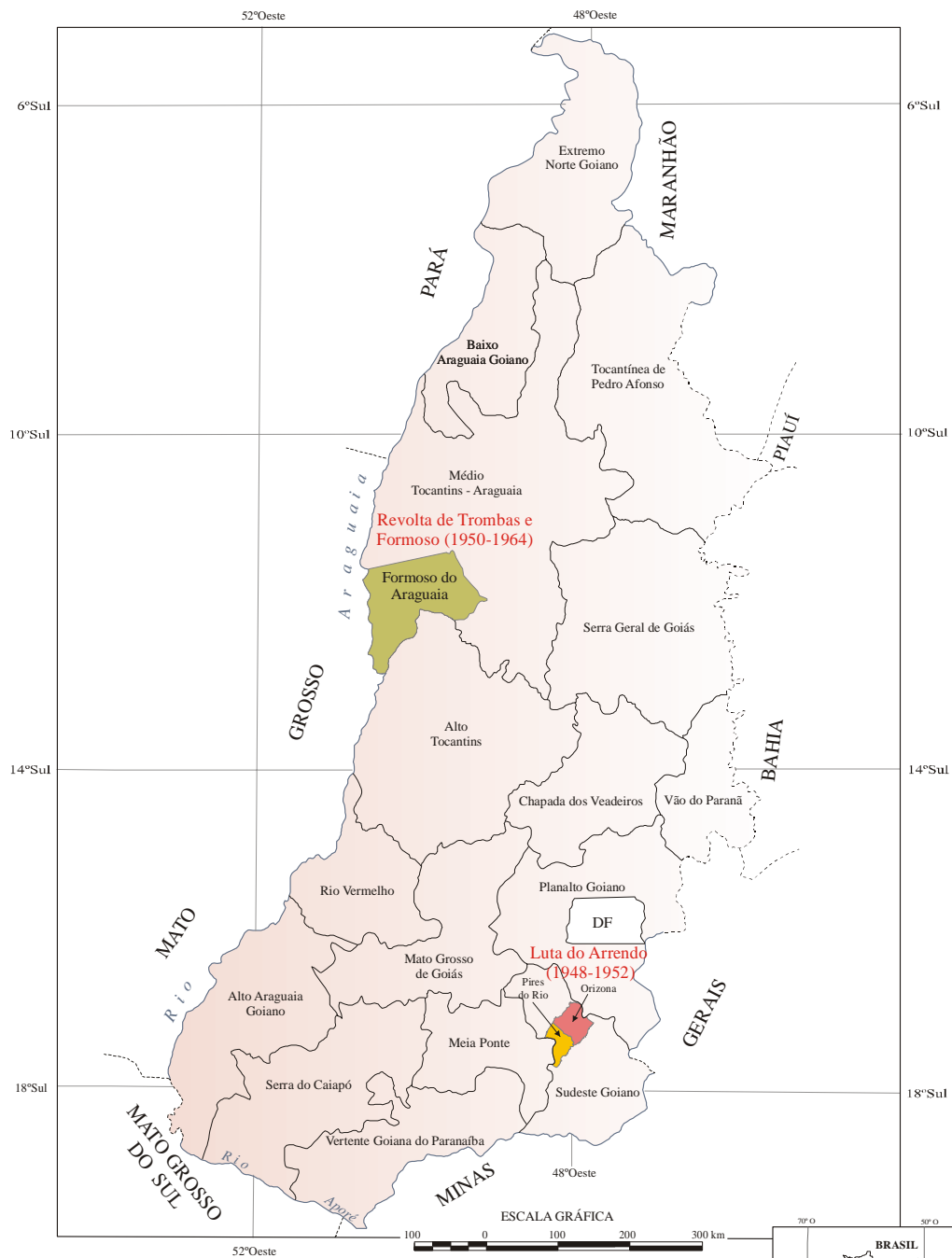
As primeiras revoltas camponesas registradas em Goiás tiveram natureza messiânica¹³⁸, mas é com a expansão da frente pioneira sobre essas terras que os conflitos se alastraram. A privatização das terras devolutas através da grilagem impulsionou a organização e a mobilização dos camponeses e *trabalhadores da terra* nas Ligas Camponesas, inicialmente hegemônicas pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro.

A incorporação do sul de Goiás às necessidades do centro sul brasileiro, principalmente São Paulo, promoveu diversas alterações no espaço geográfico goiano. A ferrovia, os novos colonos (migrantes) a especulação fundiária propiciaram uma (re)arrumação espacial, alterando as relações sociais de produção e de trabalho. Houve o deslocamento da agricultura camponesa para as áreas mais distantes e intensificou-se a proletarianização e a semi-proletarianização de parcela dos camponeses.

A migração forçada e a perda da terra, associadas aos *ideais libertários* divulgados e massificados pelo PCB que, através da ferrovia fazia chegar informações no Sudeste Goiano – Região da Estrada de Ferro, sobre a necessidade de lutar contra o latifúndio, ocasionou o surgimento de diversas revoltas dos camponeses-possesores, que lutavam para permanecerem na terra. Dessas lutas, duas se destacaram pela organização, mobilização e orientação política do PCB, expressando o apoio de diversas categorias de trabalhadores: A Luta do Arrendo (1948-1952) em Campo Limpo – Orizona, no Sudeste Goiano e a Revolta Camponesa de Trombas e Formoso (1950-1964), no Meio-Norte. (Figura 14).

¹³⁸ Refere-se ao movimento de Santa Dica, em Pirenópolis-GO (1923). Ao redor de Benedita Cypriano Gomes, Santa Dica, formou-se um grupo de seguidores que questionavam a propriedade privada da terra. Diziam ser a terra um dom de Deus e assim enfrentaram batalhas judiciais e a violência dos fazendeiros na disputa pela posse da terra. “[...] Romarias de fervorosos e crédulos roceiros migravam para pedir-lhe a benção e conseguir graças. Em poucos anos, já mocinha, Dica comandava legiões de adoradores que seguiam suas ordens com fiel devoção e em torno de sua casa formou-se um povoado. Dica instituiu o sistema de uso comum de solo e aboliu o uso genérico de dinheiro, fazia curas milagrosas, rezava missas e dava conselhos. Pregava a igualdade, abolição de impostos, a distribuição de terras. Para Dica a terra era de propriedade do Criador e foi feita para todos. Em sua fazenda não existia cercas e todos os recursos, oferendas e colheitas era revertidos para a comunidade. [...] Com tal política chegou a reunir em torno de si 15.000 almas, 1.500 homens capacitados para o uso das armas e cerca de 4.000 eleitores. Seu poder incomodava os coronéis da região, que viam em Dica uma certa reprodução do episódio de Canudos com perdas de trabalhadores e poder sobre a população. A fama de Dica espalhou-se pelos sertões atraindo mais e mais fiéis. Jornais goianos e mineiros denunciavam como um embuste a romaria fervorosa e pediam providências ao governo contra os fanáticos diqueiros, desertores de suas escravagistas fazendas. Até o clero suplicou, em vão”. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.tur.br/>>

FIGURA 14 - PRINCIPAIS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NO ESTADO DE GOIÁS (1948-1964)



FORNTE:

INDUR- Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional. Atlas geográfico do Estado de Goiás, 1979 (base cartográfica).

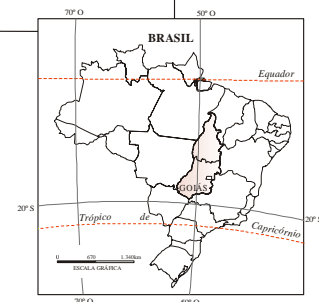
ORGANIZAÇÃO:
Marcelo Rodrigues Mendonça

Cartografia digital:
Loçandra Borges de Moraes

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior
ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça



Guimarães (1988) destaca as formas de organização camponesa em Goiás, apontando os conflitos pela posse da terra no Meio-Norte, como se esses conflitos não tivessem ocorrido no Sul do Estado. “Tudo indica que, ainda nessa fase de ocupação territorial, caracterizada mais pela incorporação das terras do sul do Estado, a questão do conflito pela posse da terra não se configurou como significativa.” Guimarães (1988, p. 27). A expulsão, primeiro dos indígenas e mais tarde dos camponeses-posseiros, evidenciou formas violentas de expropriação, todavia, como não houve registros e, não há pesquisas significativas, criou-se no imaginário popular e até mesmo em pesquisadores renomados a idéia de que esse processo tenha sido pacífico.

Concorda-se com Loureiro (1988) quando coloca a omissão na literatura acadêmica, dos conflitos e/ou das reações dos camponeses e *trabalhadores da terra* na região Sul de Goiás. Essas lutas foram omitidas e reprimidas na história oficial de Goiás, tanto que os livros didáticos, ainda hoje, sequer mencionam a Luta do Arrendo, e a maioria das pessoas que atualmente vivem na área e adjacências desconhecem inteiramente a ação política desencadeada na luta pelo acesso e pela permanência na terra. A revolta de Trombas e Formoso aparece como uma aventura distante da realidade social e sem importância para a ação política dos trabalhadores. A naturalização das questões históricas e sociais também faz parte da história política de Goiás.

A idealização do campo (perspectiva liberal e condescendente) em contraposição à cidade, visa uma desmemorialização dos movimentos de contestação/resistência dos *trabalhadores da terra* e possui objetivos políticos definidos, sendo um deles, negar o passado de luta dos camponeses e, assim, travar a luta pela terra e impedir a reforma agrária. “Com frequência afirma-se que, com o processo de industrialização e urbanização, todas as pessoas capazes foram para as fábricas e para as cidades, ou resolveram emigrar, restando apenas os lerdos, os incapazes e os ignorantes.” Williams (1989, p. 252). O esquecimento da memória dos trabalhadores significa a tentativa de coibir as possibilidades de construção de uma ação política emancipatória. Negar as lutas e as resistências dos camponeses e *trabalhadores da terra*, assegura a continuidade do processo de espoliação e expropriação, facilitando a concentração da renda e da terra.

Na década de 40, não se podia falar em movimento camponês em Goiás como um todo. Havia regiões de maiores conflitos, como a região de Estrada de Ferro, no Sudeste Goiano. Nesta região, o município de Orizona destaca-se, no período, pelo significado de uma luta camponesa. Essa luta desenrola-se na região de Campo Limpo, uma faixa de terra entre o Rio Corumbá e o Rio Piracanjuba. (LOUREIRO, 1988, p. 26).

Isso foi constatado nas conversas, depoimentos e entrevistas, acerca de casos específicos, nos quais os mais velhos, conforme relatos de memorialistas locais, contam os “causos” que ainda alentam saudades de tempos idos, onde a conversa fluía à beira do fogo em noites de lua cheia, regadas a boas talagadas de cachaça. Ainda hoje, se sabe, embora esporadicamente, de grilagem e disputas por posse de terras na área da pesquisa, mostrando que no passado essa era uma prática cotidiana.

Segundo Guimarães (1988), as análises sobre os movimentos sociais camponeses em Goiás, no período de 1945/64, necessitam considerar as ações do PCB no campo. “[...] a reconstrução da história dos trabalhadores rurais em Goiás, nessa fase, passa necessariamente, pelas tentativas do PC em definir diretrizes políticas para o campo.” Guimarães (1988, p. 45). Não há como analisar a ação política dos camponeses dissociada da intervenção dos comunistas no campo. O jornal O Estado de Goiás veiculou que a Liga Camponesa de Cruzeiro dos Peixotos, no Triângulo Mineiro, atualmente, Distrito de Uberlândia-MG foi a primeira organizada em todo o território nacional, em 17/11/1946, sob influência do Partido Comunista. As Ligas Camponesas inicialmente possuíam natureza reivindicatória para o cumprimento da legislação, o que era uma estratégia para agregar os *trabalhadores da terra* e não afrontar de imediato o latifúndio.

O surgimento das Ligas Camponesas em Goiás está atrelado à proximidade geográfica com o Triângulo Mineiro. Inicialmente surgiram ao longo da Estrada de Ferro, em Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, numa região em que a agricultura, baseada na produção do arroz, adquiria natureza comercial, promovendo a expulsão e desterritorialização dos camponeses. (GUIMARÃES, 1988). A necessidade de ampliar os interesses capitalistas industriais e financeiros, associados à especulação imobiliária e fundiária, fez com que a linha férrea fosse ampliada chegando à área onde foi construída a cidade de Pires do Rio. Agora, o gado gordo era abatido em Pires do Rio, que passou a contar com um dos principais matadouros do Estado, e se tornou área privilegiada para a instalação de fazendas de engorda¹³⁹.

Na agricultura a principal alteração surgiu com o cultivo do arroz, em escala comercial, visando os mercados do sudeste brasileiro. Goiás, no final da década de 1920 produzia 6% da safra brasileira, basicamente nas áreas próximas a Estrada de Ferro. A

¹³⁹ As áreas de engorda eram fazendas nas proximidades da via férrea, que serviam de “hospedagem” para o gado que chegava das áreas distantes. Nessas invernações, como eram denominadas localmente, o gado descansava e ficava por determinado tempo para recuperar o peso perdido na viagem, garantindo lucros para os grandes pecuaristas.

crescente industrialização de Pires do Rio, Catalão e Ipameri fazia afluir para essas cidades e seus arredores, milhares de migrantes em busca de terras e, ainda, para exercer atividades laborativas nas áreas urbanas, com destaque para o comércio. “Logo foram instaladas charqueadas, máquina de beneficiamento de arroz, indústria de laticínios, curtumes, serraria, fábricas de manteiga e outros pequenos centros de produção.” Loureiro (1988, p. 36). Conforme depoimentos, verificou-se a relevância dos trabalhadores assalariados em Catalão, no início do século XX. Na década de 1920, apenas a atividade frigorífica de posse da família Margon possuía cerca de 10% da população residente em Catalão empregada em suas indústrias, demonstrando a existência de uma classe trabalhadora assalariada na cidade.

Benites (2000) em pesquisa sobre a pecuária no Brasil Central, destaca a relevância do Sudeste Goiano na acumulação de capitais oriundos da pecuária modernizada.

[...] foi surgindo o novo tipo de estabelecimento fabril denominado de matadouro, dotado de uso de técnicas mais modernas que correspondia ao estágio intermediário entre a charqueada primitiva e obsoleta e o frigorífico detentor do uso de técnicas mais modernas. Esse fato ocorreu em alguns estabelecimentos do planalto de Mato Grosso, Sudeste de Goiás, Triângulo Mineiro e Norte do Estado de São Paulo, que contavam com a vantagem da localização industrial ao longo das ferrovias. (BENITES, 2000, p. 128).

A mão-de-obra necessária para as atividades nas indústrias e no setor de serviços era oriunda dos migrantes e do processo de pecuarização¹⁴⁰ que expulsava os camponeses e *trabalhadores da terra* de seu *locus* de trabalho. Essa situação preocupava, pois assistia-se à redução das áreas cultivadas, em contraposição ao uso das mesmas para as lavouras comerciais. A construção de Goiânia (década de 1930), a ampliação da rede rodoviária, a criação da CANG¹⁴¹ – Colônia Agrícola Nacional de Goiás – nas áreas de solos mais férteis do Estado e o prolongamento dos trilhos até Anápolis, impulsionaram os camponeses e demais trabalhadores a migrarem para a fronteira, deixando para trás as terras antes cultivadas e, agora, em sua maioria, apropriadas pelo capital.

Os conflitos fundiários eram “amainados” pela violência do latifúndio e pela possibilidade de mobilidade dos *trabalhadores da terra* para as áreas de fronteira.

¹⁴⁰ Refere-se ao processo de ampliação das áreas criatórias, com destaque para o gado bovino. Essa ação demandava grande quantidade de terras, próximas aos locais de escoamento do gado e/ou nas proximidades de matadouros e, paralelamente, liberava contingentes de trabalhadores, pois a pecuária absorve pouca mão-de-obra.

¹⁴¹ A CANG foi criada pelo decreto nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941, em terras cedidas pelo Estado de Goiás. Em 1946 a Colônia já contava com 1.600 famílias, numa média de 8.000 pessoas [...]. Em 1950 já contava com 29.522 habitantes, o que lhe conferia uma densidade demográfica igual a 35 hab/km². A zona rural absorvia 93% da população.” Dayrell (1974, p. 98).

Concomitantemente, crescia a influência dos comunistas que arregimentavam apoios diversos entre os trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais e afirmavam a necessidade da terra para a sobrevivência de centenas de famílias camponesas.

O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, inicialmente centrou suas atividades nos centros urbanos, onde agregava o proletariado, considerado como o sujeito político, que teria a responsabilidade de guiar as classes trabalhadoras rumo à revolução socialista. Uma das estratégias utilizadas era a necessidade de realizar a revolução democrático-burguesa, pois a realidade brasileira, segundo suas *leituras*, apresentava vestígios feudais. Assim, fazia-se urgente a aliança com os setores progressistas da burguesia como um primeiro passo para alcançar o socialismo.

A concepção de revolução expressava duas etapas. A primeira, já em curso, se concretizava a partir da revolução nacional democrática de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após essa vitória é que se passaria à segunda etapa – a revolução socialista. “A tarefa dos comunistas devia ser a de lutar pelas *reformas de estrutura* a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximasse da revolução nacional e democrática.” Gorender (1987, p. 30).

A partir dessa concepção os camponeses e *trabalhadores da terra* em Goiás intensificaram as lutas políticas no período que se estendeu do final dos anos 1940 até o golpe militar em 1964. A hegemonia do PCB nos movimentos sociais rurais era marcante, precisamente nos dois eventos mais significativos, do ponto de vista do enfrentamento e da proposta pela posse da terra – a Luta do Arrendo e a revolta de Trombas e Formoso.

Após diversas ações políticas implementadas pelo PCB, o partido se tornou referência nas lutas sociais e, mesmo na clandestinidade, ensejava vigor e confiança no povo brasileiro, como demonstrado nas eleições de 1947, quando elegeu uma forte bancada de parlamentares se efetivando como o quarto maior partido do país. O crescimento do PCB foi alarmante, inclusive, em Goiás que elegeu dois deputados estaduais¹⁴².

Em 1947, o PCB é novamente posto na ilegalidade¹⁴³ e seus parlamentares foram cassados. As Ligas Camponesas são desarticuladas, mas ressurgem com outras

¹⁴² Foram eleitos Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa que introduziram na Constituição de Goiás artigo que versava sobre o limite de arrendamento, em torno de 20%. Na área, era comum a taxa de arrendo variar em torno de 40% a 70%, dependendo das condições impostas pelos grandes proprietários rurais.

¹⁴³ No dia 07 de maio de 1947 ocorreu o julgamento sobre a cassação do registro do PCB. Por três votos a dois, o partido tinha o registro cassado e de novo era um partido ilegal. A ação do Governo Dutra provocou o endurecimento da ação política dos comunistas, que passaram do pacifismo à pregação da violência revolucionária, culminando na publicação do Manifesto de Agosto em 1950. Essa orientação explica o apoio dos comunistas aos camponeses de Trombas e Formoso em Goiás e Porecatu no Paraná. (GORENDER, 1987).

denominações (irmandades, união camponesa, associações rurais etc.). Paralelamente, os comunistas, através dos diretórios municipais, são orientados a organizar e fomentar as reivindicações pela terra, orientando os militantes para uma ação mais direta no campo.

À medida que ocorria a expansão do capital industrial e financeiro no campo, principalmente nas áreas onde se implementava a agricultura comercial, a violência contra os camponeses, principalmente contra os camponeses-posseiros, crescia. Carneiro (1986) diz que a função social do posseiro se esgotara no processo de “ocupação” territorial de Goiás em meados dos anos 1960.

O ocupante ou posseiro perde sua função social na ocupação territorial do Estado, pois já havia desbravado vastas e férteis áreas, incorporando às mesmas todo um trabalho morto, que passará a ser cobiçado pelo capital. A apropriação da terra pelo capital é realizada através da propriedade privada capitalista da terra, única forma de extrair a renda da terra. (CARNEIRO, 1986, p. 82).

As formas distintas de apropriação e uso da terra entre os camponeses-posseiros e os capitalistas se territorializavam diante a expulsão dos primeiros de suas terras, e do favorecimento explícito aos latifundiários e aos novos chegantes, gerando os enfrentamentos políticos que culminaram na Luta do Arrendo e na Revolta de Trombas e Formoso, entre tantos outros movimentos de menor expressão política em Goiás. Os camponeses-posseiros não eram mais necessários, pois já haviam cumprido a tarefa de “desbravar o sertão”. Assim, se iniciou a expulsão desses sujeitos sociais, ocasionando diversos conflitos, como os de Jussara, Dianópolis, Goianésia, entre tantos outros ocorridos no território goiano. Aos camponeses e *trabalhadores da terra* restava a opção política entre lutar pela terra ou seguir adiante no histórico processo de reterritorialização e desterritorialização nas áreas de fronteira. Dessa forma, fomentados pelos comunistas, iniciam a luta pela terra.

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950 a região fora palco de intensa mobilização e organização dos arrendatários e camponeses-posseiros, que enfrentaram os fazendeiros¹⁴⁴ para o cumprimento da legislação que estipulava em 20% a taxa do arrendo. Essa luta, ficou conhecida como a Luta do Arrendo, sendo a referência mais expressiva da luta dos camponeses e *trabalhadores da terra* no Sudeste Goiano.

¹⁴⁴ Referem-se aos grandes proprietários rurais (latifundiários) quase sempre pecuaristas considerados ricos.

A luta pela baixa do arrendo, encaminhada através das ligas camponesas, teve certa expressividade no sul do Estado, na proximidade de Pires do Rio e Orizona. Chegou a constituir-se em um movimento que perdurou de 1948 a 1951, com a envergadura do enfrentamento dos arrendatários e parceiros contra os proprietários de terra. Era uma região predominantemente de grandes fazendeiros, e o cultivo do arroz fazia-se em larga escala. (GUIMARÃES, 1988, p.49).

A atuação dos comunistas foi decisiva para estabelecer o cumprimento da legislação que fixava a taxa de arrendo em 20%. Até então vigoravam acordos entre os arrendatários, os camponeses-possesores e os fazendeiros, sem qualquer normatização legal, mas com predomínio da taxa de arrendo em torno de 50%. Os arrendatários e camponeses-possesores estavam subordinados aos proprietários rurais sob diversas modalidades: o pagamento da taxa do arrendo em dinheiro e/ou produto, predominando o pagamento em produto; e, ainda, eram obrigados a adquirir os insumos necessários para a lavoura (sementes, fertilizantes, ferramentas etc.) e dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade do proprietário rural que superfaturava os preços cobrados e adquiriam por preços vis, a produção destinada aos arrendatários e camponeses-possesores, pois estes não dispunham de veículos para fazer o transporte dos produtos, sujeitando-se aos preços impostos pelos latifundiários.

Diante desse quadro, os deputados comunistas goianos, antes de sua cassação seguindo orientação do partido, conseguiram incluir na Constituição Estadual o artigo 172, visando assegurar a reivindicação¹⁴⁵ dos arrendatários e camponeses-possesores, possibilitando alterações nas relações sociais de trabalho: “A lei disporá sobre a maneira de se exercer fiscalização sobre o arrendamento de terras agrícolas, para obstar que a taxa de arrendamento exceda a vinte por cento sobre a produção.” (GUIMARÃES apud DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1947, p. 12).

A Luta do Arrendo se desenvolveu com maior expressividade nos municípios de Pires do Rio e Orizona – região do Campo Limpo. Em Pires do Rio¹⁴⁶, havia

¹⁴⁵ Havia duas frentes de atuação: uma diretamente com os arrendatários e camponeses-possesores que lutavam pela terra e por melhores condições de vida; e outra, efetuada pelos parlamentares na defesa da reforma agrária. Assim, a luta voltou-se para a baixa do arrendo, no sentido de exigir o cumprimento da legislação. Consoante a orientação nacional do partido para uma intervenção mais qualificada no campo e escudados na legislação estadual, o PCB intensificou a luta pela baixa do arrendo em Goiás priorizando a região da Estrada de Ferro – Sudeste Goiano.

¹⁴⁶ Em maio de 1945, o PCB é legalizado. Em outubro de 1945 é inaugurado o Comitê Municipal do PCB em Pires do Rio. Um grande ato público foi realizado, com comício e passeata, evidenciando a simpatia da população pelos comunistas e suas reivindicações.

inicialmente, uma correlação de forças favorável aos arrendatários e aos camponeses-posseiros. As relações políticas eram cordiais, uma vez que havia interesse das autoridades locais em angariar apoio desses trabalhadores para as eleições, sendo a ação política dos comunistas bastante expressiva no município.

O PCB optou pelo trabalho educativo e pelo convencimento dos arrendatários, dos camponeses-posseiros e demais *trabalhadores da terra* sobre a necessidade da baixa do arrendo. Após muitas tentativas, conseguiram iniciar um processo de organização por propriedades rurais e, mais tarde, estimularam a criação das Ligas Camponesas. Inicialmente, compostas de arrendatários e de camponeses-posseiros que elegiam seus membros nas reuniões através do voto oral, e seguiam as orientações políticas do Comitê Municipal do PCB de Pires do Rio.

As condições degradantes de trabalho e de vida associadas a exploração e, ao roubo em alguns casos, facilitavam o envolvimento dos camponeses na luta pela baixa do arrendo. Os comunistas chegaram a imprimir a Constituição Estadual com o intuito de convencê-los da existência da lei, incentivando-os a se organizarem e a exigirem os seus direitos. Interessante a identificação pelo discurso – dimensão educativa – da condição de arrendatários e de camponeses-posseiros, frente aos fazendeiros da região, apelidados de tatuíras.

O termo foi inspirado nos contos de Monteiro Lobato. Refere-se a um tatu usurpador que toma o buraco dos outros tatus, quando os buracos já estão prontos. Toma também os alimentos quando já estão prontos para serem comidos. Tal é o caso da mandioca, que depois de arrancada pelos tatus é tomada violentamente pelo tatuíra. Os camponeses gostaram muito do termo e assim passaram a denominar os fazendeiros da região. (LOUREIRO, 1988, p. 76).

Mediante o impasse do não cumprimento da baixa do arrendo e das investidas dos proprietários rurais com ameaças (jagunços, policiais etc.), os arrendatários e camponeses-posseiros foram mobilizados pelo PCB. A primeira iniciativa foi exigir a partilha no momento da colheita. Acompanhados por representantes das Ligas Camponesas e

da União dos Trabalhadores de Pires do Rio¹⁴⁷ permitiam a retirada de apenas 20% da colheita, causando grande insatisfação entre os proprietários de terras. O êxito era saudado por todos e fazia crescer o interesse pela luta do arrendo. A cada safra, mais e mais arrendatários e camponeses-posseiros se organizavam para exigir a Lei do Arrendo.

Em 1951, motivados pelas vitórias, se preparavam para o plantio e, paralelamente, se mobilizavam para enfrentar a repressão. Os arrendatários¹⁴⁸, como eram denominados localmente, faziam rodízios entre as propriedades para evitar a repressão e a identificação das lideranças. Todavia, os fazendeiros iniciaram as retaliações e não aceitaram fazer o *fornecimento*, obrigando os arrendatários e camponeses-posseiros a adquirirem os produtos diretamente dos comerciantes nas áreas urbanas. Também, muitos proprietários rurais se antecipavam e colhiam toda a safra, não permitindo que os arrendatários e camponeses-posseiros tivessem acesso à sua parcela. Os ânimos se tornavam cada vez mais acirrados. Em meio ao enfrentamento pela baixa do arrendo chegou uma nova orientação política do PCB¹⁴⁹ ao Comitê Municipal de Pires do Rio que organizava a Luta do Arrendo.

Gregório Bezerra – Membro do Comitê Nacional do PCB – em visita a Pires do Rio, propôs a ocupação e a derrubada das matas em Campo Limpo, em Orizona, área onde se desenvolvia de forma mais forte e organizada a resistência camponesa. O PCB de Pires do Rio não acatou a sugestão, assim como a maioria dos arrendatários e dos camponeses-posseiros. Contudo, a orientação foi levada adiante, desencadeando forte reação das classes

¹⁴⁷ Em 1945 foi criada a União dos Trabalhadores de Pires do Rio. Em março de 1951 é organizado o primeiro Congresso Camponês em Goiás com 146 delegados, oriundos de 18 municípios, com destaque para a participação de Pires do Rio e Catalão. Ainda, durante o Congresso é organizada a União dos Camponeses de Goiás, elegendo como presidente um camponês, quadro do PCB. As reivindicações giravam em torno de denúncias acerca das condições de trabalho, da grilagem e da necessidade de cumprimento da legislação sobre a baixa do arrendo. Em fevereiro de 1952, realiza-se o II Congresso Camponês, em Goiânia. Nesse mesmo ano foram realizadas conferências em Catalão, com a participação de Ipameri, Pires do Rio e São Domingos. Entre os diversos temas discutidos, a luta pela baixa do arrendo era um dos mais importantes. Esse processo também ocorria em nível nacional. Diversas mobilizações culminaram, em 1954, na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, sob orientação do PCB. Nessa Conferência elegeu-se o trabalhador rural goiano Geraldo Tibúrcio para a direção nacional.

¹⁴⁸ Localmente esses sujeitos políticos eram denominados de arrendatários, uma vez que parcela vivia como agregados (camponeses-posseiros) e outros eram trabalhadores rurais assalariados. Com o objetivo de uniformizar as categorias, que na ação política lutavam pela baixa do arrendo, como condição de terem maiores ganhos a partir do trabalho na terra, utilizamos o termo *trabalhadores da terra*.

¹⁴⁹ O Manifesto de Agosto de 1950 significou uma radicalização do PCB, em nível nacional, sobre os problemas agrários do país. Formularam a necessidade do confisco das grandes propriedades que deveriam gratuitamente passar às mãos “daqueles que nelas trabalham”. A intenção era criar focos de rebelião em várias partes do país, com o intuito de alterar a correlação de forças políticas, ainda que fosse no âmbito regional. A ação política deveria contemplar desde pequenos protestos (abaixo-assinados, manifestações públicas, greves parciais), até a luta armada. No caso da Luta do Arrendo, essa orientação não foi acatada pela maioria dos *trabalhadores da terra*, quando foi proposta a necessidade de ocupar as terras de Campo Limpo. Houve divergências internas, inclusive, na ação política do PCB na região que, não concordava com a orientação nacional. Isso facilitou, a repressão desencadeada pelos latifundiários e pelo Estado.

proprietárias e dos dirigentes políticos locais e regionais, ocasionando uma nova correlação de forças, agora, desfavorável aos arrendatários e aos camponeses-possesores.

O Estado enviou tropas e iniciou a ocupação da área. Cerca de 60 soldados, com o apoio dos fazendeiros cercaram a região para evitar que os arrendatários e camponeses-possesores se comunicassem e/ou recebessem suprimentos e qualquer orientação política. Na medida em que a Luta do Arrendo evoluía, a discussão se ampliava para questionar a posse da terra, colocando “em risco” os interesses das classes hegemônicas que se realinharam e, agora, se voltavam contra os arrendatários e os camponeses-possesores. A propriedade da terra, ao ser questionada abria uma brecha para se pensar sobre a propriedade privada dos meios de produção e, a repressão aos arrendatários e aos camponeses-possesores assim se justificava.

A partir daí a reação aos camponeses acelerou-se, porque os interesses específicos dos fazendeiros passaram a coincidir com os interesses dos industriais, comerciantes e de seus aliados das camadas médias. A partir de então, os fazendeiros tiveram todo o apoio para suas ações repressivas. (LOUREIRO, 1988, p. 58).

Na Luta do Arrendo foram mobilizados cerca de trezentos camponeses e na luta de ocupação de terras participaram apenas dezesseis, pois os outros camponeses não se arriscaram. “Todos queriam ter a terra para trabalhar, mas não tinham coragem de enfrentar a repressão”. Loureiro (1988, p. 66). Essa atitude provocou desdobramentos significativos, culminando com a repressão e o isolamento político dos arrendatários e camponeses-possesores. Perderam o apoio de grande parcela da sociedade e ocorreu um rearranjo nas alianças locais e regionais, culminando com uma ampla frente em defesa da propriedade, aceitando a repressão como a alternativa para evitar a ocupação das terras. A repressão se generalizava. Prisões, torturas, espancamentos, invasões de casas dos arrendatários, camponeses-possesores e dos simpatizantes, geraram pânico entre os trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade.

O PCB, desmoralizado e “culpado” pelos arrendatários e camponeses-possesores pela violência sofrida, retirou seus quadros da área. A orientação de Gregório Bezerra, que ficou apenas dois dias, na região desencadeou o fim da experiência coletiva da Luta do Arrendo e uma violenta repressão contra os trabalhadores que participavam e/ou apoiavam a luta pela baixa do arrendo. Avaliando a experiência da Luta do Arrendo, constatase que Partido deve ser o “intelectual coletivo” e, não necessariamente, aquele que se coloca numa posição de acesso à realidade e constituidor de leituras absolutizadas, que deveriam ser encampadas pelos trabalhadores. No caso da Luta do Arrendo, os arrendatários e os

camponeses-possesores, que seguiam as orientações do PC, não estavam em acordo com a decisão da orientação nacional, tampouco, o Comitê Municipal de Pires do Rio, conhecedor da correlação de forças e da realidade local.

Várias famílias fugiram para o norte de Goiás – área de terras devolutas. Diversas migraram e algumas participaram da luta de Trombas e Formoso – o mais expressivo conflito pela posse da terra em Goiás – que perdurou de 1950 a 1964. Diferentemente da Luta do Arrendo, nessa luta, o PCB percebeu, ainda que embrionariamente, a natureza aguerrida dos camponeses e *trabalhadores da terra* na defesa da *terra de trabalho*, compreendendo que esses sujeitos sociais poderiam construir uma ação política revolucionária.

O processo de ocupação das terras devolutas nos arredores de Trombas e Formoso se intensificou a partir de 1948, com a abertura da rodovia Transbrasiliana e pelo esgotamento de terras na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, sediada em Ceres. A chegada dos camponeses-possesores tornou a área ainda mais valorizada – especulação fundiária – estimulando a cobiça dos grandes proprietários rurais, grileiros, comerciantes e demais agentes capitalistas.

Em 1954, foram formadas duas associações de *trabalhadores da terra* – Trombas e Formoso – que foram protagonistas da mais importante luta pela terra e pela reforma agrária no Estado de Goiás, com a participação do PCB, que mobilizou e organizou o movimento de resistência dos camponeses-possesores na área¹⁵⁰. Havia na região uma área de 80.000 alqueires goianos de terras devolutas que foram ocupados através de grilagem¹⁵¹, conforme o interesse dos especuladores, devido à da construção da rodovia. A aceleração do fluxo migratório intensificou os conflitos fundiários que tomaram proporções significativas.

Os fazendeiros utilizavam os migrantes geralmente durante 02 anos para abrir e valorizar a região, passando a cobrar arrendo de 20% a partir do primeiro ano, sem usar de violência. Entretanto, a partir do segundo ano,

¹⁵⁰ Outra luta em defesa da baixa do arrendo, surgiu com a criação da Associação Rural de Itauçu, em 1956, no Mato Grosso Goiano. Orientada pelo PCB, tinha natureza estratégica no apoio ao movimento de Trombas e Formoso. A luta se efetivava para conter a expulsão das categorias de trabalhadores rurais (pequenos proprietários rurais, trabalhadores assalariados, camponeses sem terra – parceiros e arrendatários etc) para os centros urbanos, mas principalmente para o centro norte, área de fronteira de expansão. Os problemas referentes a titulação das terras (Fazenda Lages) e a luta pela reforma agrária foram encaminhadas através de reivindicações no parlamento.

¹⁵¹ No período, fazendeiros aliados ao juiz e ao dono do cartório reclamaram a área – mais ou menos 80 mil alqueires goianos (cerca de 384 mil hectares) que era terra devoluta. Alegaram “[...] que a terra havia sido sesmaria (1739), descobriram supostos herdeiros, abriram inventário e adquiriram a terra por preço insignificante. A partir daí, começou a grilagem e o conflito social deflagrou-se. Em 1952, início do conflito moravam no local 3000 famílias.” Guimarães (1988, p.37).

exigiam dos posseiros a assinatura de desistência da terra e o contrato de arrendo por escrito. A polícia e os jagunços contratados pressionavam os camponeses a entregarem a terra, primeiro através de ameaças e, depois, da violência, com espancamentos, destruição das plantações, roubo do gado e até mesmo com eliminação dos resistentes. (CARNEIRO, 1986, p. 100).

Os camponeses-posseiros se organizavam e resistiam contra o latifúndio e o Estado. A atuação ocorria em duas frentes interrelacionadas: uma interna, assegurando a mobilização e o fortalecimento da luta pela terra; e, outra externa, buscando apoio da sociedade goiana e brasileira através de ações que objetivavam sensibilizar o parlamento e a opinião pública, colocando no cenário estadual e nacional a problemática da luta pela posse da terra.

As primeiras manifestações de resistência datam de 1950, entretanto, não obtiveram êxito, pois as lideranças foram cooptadas pelos proprietários rurais e grileiros locais. Após várias investidas dos grileiros, os camponeses-posseiros se organizaram sob a liderança de José Porfírio e iniciaram a luta jurídica pela legalização das posses. Nesse período a ação segue estritamente a legislação, se estendendo de 1951 a 1954. Reuniões com as autoridades do Estado e ações no parlamento são envidadas com o intuito de sensibilizá-las para a necessidade de legalização das posses, evitando as atrocidades cometidas contra os camponeses-posseiros.

Em meados de 1954, após a casa e a roça de Porfírio serem destruídas, fato que culminou com a morte de sua companheira, os camponeses-posseiros decidiram organizar a resistência armada. Nesse período começaram a chegar à região militantes do PCB¹⁵² com o propósito de orientar a ação política. Após quase dois anos de divulgação das propostas do partido e da reforma agrária, aos poucos e empurrados pela miséria, pela fome e pela repressão, os camponeses-posseiros se organizaram através dos Conselhos de Córregos¹⁵³.

Em abril de 1955 é fundada a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas, sendo eleito como presidente José Porfírio. A partir daí buscaram assegurar a *gestão do território* obedecendo aos interesses e às necessidades dos

¹⁵²Conforme as orientações do Manifesto de Agosto de 1950, que priorizava a organização dos trabalhadores no campo, foram deslocados para a área de Formoso e Trombas os comunistas Geraldo Tibúrcio, Geraldo Marques, José Ribeiro e João Soares. Os três últimos eram camponeses e tinham o objetivo de fazer posse na região e, paralelamente, organizar a resistência dos camponeses-posseiros. (CARNEIRO, 1986).

¹⁵³Consistia na organização dos camponeses-posseiros pela proximidade das moradias que sempre estavam próximas a um determinado curso d'água. Os laços de vizinhança (solidariedade e confiança) são reforçados com essa estratégia, possibilitando um intenso diálogo entre os sujeitos políticos. Se reuniam a cada 30 dias e elegiam (03) representantes para participarem da Assembléia Geral que reunia todos os Conselhos de Córregos, a cada 60 dias. Dessa forma, conseguiram estabelecer a organização de cerca de 4000 mil pessoas na área em conflito.

trabalhadores da terra. A repressão não tardou. Grileiros, policiais e jagunços adentraram à área e promoveram a *limpeza do terreno*, queimando as moradias e as roças, torturando e praticando indescritível violência contra as famílias camponesas. Diante da repressão, o PCB conseguiu denunciar as atrocidades na imprensa nacional com o apoio da UDN – União Democrática Nacional (oposição ao PSD – Partido Social Democrático no poder em Goiás), através de uma campanha pública apontando a violência e a omissão das autoridades goianas sobre o conflito social.

A medida em que os camponeses foram construindo a ação política autônoma e a partir das suas deliberações ocorrem cisões com a direção do PCB em Goiás.

[...] o Partido valorizava mais a influência de personalidade do sujeito intelectual no partido, desprezando o camponês e o operariado. Entretanto esses intelectuais todos na hora do vamos ver, eles correram todos, e nós ficamos até o fim com a ideologia do Partido, não com as regras do Partido. [...] Estou falando isso para provar que camponês não é burro como se pensa, sempre quiseram passar a gente para trás, sem respeitar as nossas decisões tiradas na base e votadas pela maioria dos camponeses. (Depoimento de GERALDO MARQUES apud CARNEIRO, 1986, p. 155 e 156).

O depoimento, relacionado à atuação do PCB goiano, demonstra o descontentamento das lideranças comunistas da área em conflito e o distanciamento do partido com as bases, optando por uma interlocução mais moderada, precisamente através do parlamento.

No final dos anos 1950, o Estado enviou tropas à região visando dispersar e destruir a experiência de *gestão do território* pelos camponeses. Diante do impasse e temendo a repressão, o PCB propôs um acordo. Apoiaria a extensão do mandato do governador Pedro Ludovico e se comprometia a apoiar a candidatura à sua sucessão, com a condição de que as tropas fossem retiradas da região. A proposta teve o apoio de quase a totalidade dos camponeses-posseiros, que ajudaram a eleger o governador. Mauro Borges¹⁵⁴ (1961-1964), alicerçado em amplo apoio popular, sob o discurso e a promessa de realizar a reforma agrária, iniciou a comercialização das terras devolutas e a legalização das áreas de posse.

¹⁵⁴ Já no Governo Mauro Borges foram criados, através de vários decretos, o Instituto de Cultura Popular, os Núcleos de Colonização e os Combinados Agrourbanos, impulsionando o sindicalismo rural, chegando a organizar-se 200 sindicatos. Essas medidas visavam legitimar as reivindicações dos grupos dominados no campo, com o concurso do Estado, para, dessa forma, firmar o compromisso de apoio ao Plano Mauro Borges, tutelando a luta dos trabalhadores no campo através da cooperação dos mesmos. (CARNEIRO, 1986, p. 88 e ss).

José Porfírio, eleito deputado estadual em 1962, constituiu o elo de negociação com o Estado pela manutenção e legalização da posse da terra. Pela primeira vez no país um camponês foi eleito para a Assembléia Legislativa Estadual. A ação política tornou-se mais ordenada, em consonância com as reivindicações nacionais pela reforma agrária radical, e os *trabalhadores da terra* em Goiás passaram a apoiar a “reforma agrária na lei ou na marra”. Com o golpe de 1964, José Porfírio teve o mandato cassado e várias lideranças foram presas. Em 1971 foi preso, e em 1973, após responder a processo judicial e ser barbaramente torturado, conseguiu a liberdade. Saiu de Brasília com destino a Goiânia, porém nunca mais foi visto. No trajeto se tornou “desaparecido político”.

A partir deste breve histórico apresentado, com ênfase nas manifestações de maior destaque dos camponeses e *trabalhadores da terra* em Goiás, quer-se compreender a leitura do território do Sudeste Goiano, a partir das ações empreendidas pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pela permanência na terra. Para tanto, recorre-se à elaboração teórica sobre os movimentos sociais e sua relevância para a ciência geográfica, priorizando a emergência dos *novos movimentos sociais* no final dos anos 1970, mais precisamente nos anos 1980, a partir da ação política construída no MST e no MAB. Esses movimentos são os herdeiros diretos do acúmulo de experiências construídas pelos camponeses e *trabalhadores da terra* na Luta do Arrendo, na resistência de Trombas e Formoso e de tantas outras ações desencadeadas contra a histórica forma de apropriação da terra (concentradora e excludente) centrada no latifúndio e, mais recentemente, nas empresas rurais nas áreas e chapadas.

V.2 Leituras Geográficas dos Movimentos Sociais

Na sua gênese, os movimentos sociais são consequência das relações sociais capitalistas, que asseguram o controle social sobre as ações do capital e, ao fazê-lo espacializa as contradições. De um lado, a noção dos movimentos sociais como excrescências sociais, gênese da desagregação e degeneração moral e social do homem e, de outro, os movimentos sociais como desaguadouros das demandas sociais dos segmentos marginalizados pelo processo produtivo, ou seja, os excluídos da ordem societária.

Ao longo do século XX, os movimentos sociais foram se institucionalizando e se enredando na estrutura burocrática estatal. Ricci (2003) diz que há dois paradigmas para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos: de um lado, um que se baseia na

prática reativa fundada no sentimento de marginalização; e, outro, centrado numa prática corporativa, quase sempre fundada no clientelismo. Ambos orientam suas ações para as políticas públicas conformando a construção de alternativas mais gerais e/ou apenas pontuais.

A emergência dos *novos movimentos sociais* (SADER, 1988), dos *novos sujeitos sociais* (CASTRO, 2003) e de *outros sujeitos sociais* (GONÇALVES, 2003) expressa formas de perceber a efervescência política que se iniciou no final dos anos 1970, com intensa visibilidade entre os anos 1980 e 1990. O surgimento desses movimentos sociais no cenário político brasileiro com destaque para o MST e o MAB, demonstra a construção de alternativas emancipatórias de cariz necessariamente revolucionária. Na sua origem, esses movimentos sociais *gritavam* pelo fim da ditadura militar e apontavam as principais demandas reivindicadas pela sociedade brasileira em “tempos de redemocratização”.

O ressurgimento dos movimentos populares, dos movimentos sociais, a criação de novos partidos, principalmente o PT (Partido dos Trabalhadores) e a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores – possibilitou uma ebulição de ações políticas construídas coletivamente. Os movimentos sindicais no ABC¹⁵⁵ (SP), área de maior concentração industrial do país, fez com que novos atores sociais se engajassem na luta pela redemocratização, mas, acima de tudo, pela cidadania e pelo direito de reivindicar direitos. “O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação.” Sader (1988, p. 26).

Novos olhares são construídos sobre a ação política implementada pelos movimentos sociais, materializados na própria prática desses movimentos, que se distanciavam do tradicionalismo e da institucionalização. Acerca da manifestação de 1º de abril de 1980¹⁵⁶, Sader (1988) destaca o aparecimento de um sujeito coletivo.

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborada por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos. A partir de abordagens e interesses diversos, o que as diferentes interpretações mostravam era o fato de o conflito fabril ter extravasado o contexto sindical e, exprimindo uma

¹⁵⁵ Refere-se ao maior pólo industrial da América Latina, com crescimento vertiginoso nas décadas de 1970 e 1980. São as iniciais dos municípios de Santo Amaro, São Bernardo e São Caetano, berço do “novo sindicalismo” brasileiro. Mais recentemente com a expansão das atividades ocorreu a incorporação de Diadema, passando a ser denominado por ABCD.

¹⁵⁶ No 1º de abril de 1980, foi realizada a maior manifestação pública desde a implantação do regime militar. Cerca de 120 mil pessoas saíram da Praça da Sé – centro de São Paulo – e caminharam até o Estádio da Vila Euclides, entoando a canção de Geraldo Vandré – Pra não dizer que não falei de flores.

disposição coletiva de auto-afirmação, aberto um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores. (SADER, 1988, p. 29-30).

Historicamente, os trabalhadores brasileiros foram vistos como uma classe sem ação política concreta, pois não se viam e, tampouco, se sentiam como atores políticos. Os camponeses, envoltos no debate acadêmico sobre a sua existência, ainda foram mais alijados, contrastando com a luta e as ações que denotavam sujeitos políticos¹⁵⁷, dispostos a manter, sob qualquer forma, as condições mínimas para a sobrevivência. Todavia, o ideário de que os trabalhadores eram passivos e conformistas começava a ser alterado, na medida em que grandes manifestações e atos públicos tomavam as ruas em todo o país.

A ditadura militar tentou apagar da *memória coletiva* as ações que evidenciavam a resistência dos trabalhadores. As práticas sociais de enfrentamento foram qualificadas como violentas, bárbaras, sem princípios cristãos e que desejavam a anarquia para todos. Apenas os grupos sociais mais politizados tentavam desmistificar o *silêncio profundo*, acerca da ação política dos movimentos sociais e sindicais brasileiros, mas, de forma muito restrita, em função do controle repressor do Estado. Era como se não houvesse ação política dos trabalhadores na história política do Brasil, vez que nos discursos dominantes apareciam apenas como fatores de produção.

As questões colocadas em debate eram consideradas quase que irrelevantes para a comunidade científica, mesmo porque o *olhar para a sociedade* seguia princípios teóricos e metodológicos rígidos e, assim, desvalorizava aquilo que não atendia aos interesses políticos e econômicos justificados cientificamente. Entretanto, os movimentos sociais e populares, somados à ascendência do *movimento sindical autêntico*, mobilizavam e organizavam os diversos segmentos e categorias de trabalhadores que saíam às ruas exigindo direitos.

Era como se as vozes abafadas e sufocadas durante séculos de colonialismo, opressão e exploração, agora viessem reivindicar seus direitos, apontando os usurpadores e causando enorme crise na “consciência moderna” e, portanto, estabelecendo novas racionalidades para interpretar o “sistema-mundo”. Essa crise atingia sobremaneira a academia, os movimentos sociais e sindicais e, precisamente, a ação política dos trabalhadores.

O fenômeno da financeirização da economia que atinge a totalidade social das condições de produção e reprodução das formas societais, implica na fragmentação e na

¹⁵⁷ Ver Sader (1988, p. 52-53).

homogeneização da vida social, constituindo a afirmação/negação do próprio capitalismo. A socialização capitalista da sociedade é também e, simultaneamente, dessocialização. A partir desse pressuposto, Bihl (1998) aponta as crises da sociabilidade, intensificadas com a reestruturação produtiva do capital que provocou uma apatia no movimento sindical e nos partidos políticos, possibilitando a emergência dos novos movimentos sociais.

O capitalismo ao se universalizar e propagar as relações de dependência, a partir da divisão internacional do trabalho, contraditoriamente, gestou a possibilidade de que os trabalhadores, principalmente nos países centrais – maior bem estar social – erguessem bandeiras de luta, centradas na questão ecológica e na questão de gênero, dentre outras, se desvinculando da forma clássica da ação política orquestrada pelos partidos políticos e sindicatos.

A década de 70 viu desenvolver rapidamente, em todos os países ocidentais, o que então se denominou os *novos movimentos sociais*: movimentos ecológicos, certamente, mas também movimentos antinucleares e pacifistas, movimentos regionalistas e de âmbito nacional, movimentos urbanos, movimentos feministas e, de modo mais amplo, anti-sexistas, etc. (BIHL, 1998, p. 143).

Esses novos movimentos sociais e as “práticas alternativas” se distanciaram da esfera imediata da produção e, portanto, da luta de classes, baseando sua ação política em *novas questões* localizadas e restritas à ação política de determinados grupos sociais. Ações essas, importantes, pois não haviam sido colocadas na agenda social. Todavia, ao se recusarem a compreender o movimento sócio-metabólico do capital, se perderam em atitudes pontuais. Não quiseram articular a unificação orgânica dos trabalhadores e mergulharam na heterogeneidade identitária, reforçada pela crise do capital.

O desafio estava em fundir as novas questões e associá-las ao movimento geral da macropolítica, objetivando uma ação política diferenciada, mas que envidasse esforços na luta contra o capital. Mas, a indiferença às formas organizacionais e às referências políticas e ideológicas estabelecidas pelo movimento operário, suas vivências e experiências, impediu a formulação de respostas claras e objetivas ao capital, impedindo o *novo*, que se tornaria concreto a partir das mediações entre os novos movimentos sociais e a ação política herdada dos sindicatos, dos partidos e outros.

Castro (2003) destaca a emergência dos novos sujeitos sociais relacionados a identidades constituídas na classe. Interessante, pois diferentemente de Sader (1988), não foca os denominados novos movimentos sociais, mas novos sujeitos sociais que imprimem

características distintas e inovadoras aos movimentos sociais. A perspectiva inovadora está em potencializar na transformação macrosocial, as experiências cotidianas, que asseguram uma riqueza inestimável aos movimentos sociais de natureza classista.

Há que se ter bastante cuidado na análise e posterior juízo dos novos sujeitos sociais, especificamente os movimentos que reivindicam questões de natureza identitária. Não que a defesa desses grupos sociais não seja importante e necessária, mas é preciso discernir a defesa de seus interesses da apropriação de suas demandas pelas elites hegemônicas que, inclusive, são responsáveis pela situação de opressão a que essas “minorias”, historicamente, estão submetidas. Os socialistas e todos aqueles que se colocaram e, ainda se colocam, no campo da transformação social radical apontaram e apontam a construção pela classe trabalhadora da nova sociedade liberta das “amarras e peias” impostas pelo sistema sociometabólico do capital.

O capitalismo utilizando o discurso das identidades, busca assegurar uma relativa participação no poder, principalmente nas áreas centrais do sistema, garantindo “amplas liberdades”. Entretanto, a atitude incontestável da defesa das “amplas liberdades” não coaduna com as ações macrosociais do capitalismo. Há avanços pontuais, porém, são limitados, sendo necessário estabelecer nexos na ação política, onde esses avanços pontuais sejam articulados à esfera macropolítica com o intuito de assegurar o solapamento das bases que sustentam a hegemonia do capital sobre o trabalho.

Birh (1998) destaca a *grandeza e a miséria* dos novos movimentos sociais. A *grandeza* está, ao trazerem para a arena política do Estado e da sociedade, as demandas resultantes da relação predatória do capitalismo com os recursos naturais e com os homens, ampliando a noção de que a luta de classes se estende à totalidade das condições sociais de existência e, não apenas ao movimento econômico na produção do valor. “[...]‘os novos movimentos sociais’ colocaram em evidência o fato de que ‘tudo é (tornou-se) político’, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social [...]”. Birh (1998, p. 153).

Já a *miséria* se expressa numa relativa fraqueza política, ao apresentarem uma natureza periférica quanto à relação social fundante e hegemônica do capital.

Contrariamente à luta de classe do proletariado, inclusive em seus objetivos mais imediatos, tais como o aumento de salários ou a melhora das condições de trabalho, esses movimentos não colocavam *diretamente* em questão essa relação social e as condições *imediatas* de sua reprodução. Na melhor das hipóteses, colocaram em questão as condições sociais gerais de sua

reprodução, condições indiretas, secundárias, derivadas do movimento de apropriação capitalista da sociedade. (BIHR, 1998, p. 155).

Quase sempre, a defesa de grupos sociais, sem a devida relação com a estrutura classista em que se inserem, provoca atitudes que reforçam diversos movimentos sociais. Ao lutar para se auto-afirmarem se tornam altamente reacionários. Isso acometeu a própria esquerda que, influenciada por governos totalitários, não conseguia enxergar com clareza que os homens não são necessariamente iguais, mas apenas diferentes. Concorde-se com Castro (2003), quando diz que precisamos de uma *esquerda humanista*, ou seja, que consiga estabelecer nexos entre as ações da micropolítica, a partir das vivências e múltiplas experiências cotidianas, associadas a macropolítica, visando fortalecer a classe trabalhadora rumo à transformação social.

Advogamos que a chamada para a multiplicidade de sujeitos para-revolucionários não necessariamente é incompatível com a defesa da primazia revolucionária dos proletários e proletárias. [...] também considero que é urgente o debate sobre as diferenças históricas quanto à composição de classe, do proletariado, e quanto a relações entre partidos, órgãos de classe e movimentos sociais. Insisto em uma leitura que sinaliza para a necessidade de renovação, por uma esquerda humanista, libertária [...]. CASTRO (2003. p. 02).

A necessidade de uma ação política unitária – a construção de uma unidade orgânica – firmada em princípios democráticos, no direito à diferença, não faz eco com aqueles que se deslumbram com as “políticas de identidade” e defendem a pulverização da ação política. Na atualidade, a tentativa de constituir uma frente ampla contra o neoliberalismo possui matrizes muito diferenciadas. A construção do Fórum Social Mundial buscou estabelecer uma agenda que implicou em relativo ordenamento político, porém, existem divergências acerca da ação política concreta e de seus desdobramentos. A centralidade do debate está em torno daqueles que defendem a “humanização” do capitalismo (reformistas) e daqueles que pretendem a sua superação, defendendo um projeto que una esforços na construção de uma nova sociedade.

A *esquerda social*, conforme denominação de Antunes (2002), inova em relação às práticas da *esquerda histórica* e, certamente, é uma alternativa para estabelecer nexos profundos de ação política, interrelacionando as experiências dos partidos, dos sindicatos, das ações agregadas em movimentos sociais diversos, rumo a uma ação política firmada a partir de princípios democráticos e socialistas, constituindo uma “esquerda humanista e libertária”.

Castells (1999) salienta que os movimentos sociais são o que dizem ser. Isso significa que suas práticas, ações discursivas e simbólicas é que devem ser utilizadas para conceituar e caracterizá-los, desde que considerem a cidadania como o *fio condutor* dessa ação política. Não se concebe cidadania se não for a partir da ação direta dos movimentos sociais que, plurais, agregam diferentes tradições, crenças, modos de vidas, perpassados pelas múltiplas manifestações do trabalho e, assim, constituindo relações sócio-identitárias.

As razões motivadoras para a ascensão dos movimentos sociais rurais são de natureza histórica, vide a luta pela terra nos últimos séculos, corporificada em todo o território nacional, devido à estrutura agrária brasileira, concentradora e excludente. A trajetória adversa do sindicalismo rural e a indiferença dos trabalhadores urbanos com as demandas colocadas pelos *trabalhadores da terra* são patentes enquanto motivadoras dessa ascensão. No que tange aos movimentos sociais organizados em cunho nacional, como o MST e o MAB, parece haver uma tentativa bastante interessante de exigir a regulação estatal e a constituição de uma nova gestão coletiva do território, sem que sejam açambarcados pelo aparato estatal. Dessa forma, ao propor uma nova institucionalidade pública, um novo conceito de gestão do território, inovam e apresentam um projeto político diferenciado para a sociedade brasileira.

Há uma diferença substancial na ação dos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990. O contexto e as expectativas após a ditadura militar propiciavam um espectro de entusiasmo consciente e participativo para o efetivo exercício da cidadania, denotando o que diversos autores denominaram de a Era da Participação¹⁵⁸. Os movimentos sociais estavam influenciados pela Igreja Católica progressista que fundamentava sua ação na Teologia da Libertação e adotava princípios democráticos¹⁵⁹ de organização a partir da base com livre organização, autogestão e respeito às diferenças. O desafio era operacionalizar as demandas imediatas e específicas com um projeto político de envergadura suficiente para a transformação da realidade social. Poucos movimentos sociais conseguiram ir além das demandas pontuais, mesmo porque essa era a natureza para a qual haviam sido criados constituindo-se enquanto *movimentos populares*¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Ver GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, Ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁵⁹ A experiência das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – foi decisiva para a organização dos novos movimentos sociais. A partir da categoria *pobre* pensava-se um projeto popular de desenvolvimento, para o País, fomentando uma aliança entre os “excluídos do desenvolvimento”. “[...] e foi a base para se pensar um projeto de sociedade fundado numa proposta democrática que mantinha distância e desconfiança em relação aos mecanismos de representação e, por conseguinte, à institucionalidade pública vigente.” Ricci (2003, p. 11).

¹⁶⁰ Os *movimentos populares* se constroem de forma contraditória e se expressam pelas mais diferentes formas, desde a luta por uma escola até uma reivindicação que, ganhando as ruas, pode ser interlocutora de vários segmentos sociais se constituindo num movimento social de grande amplitude.

O MAB e o MST, assim como outras agremiações que lutam pela permanência na terra e pela reforma agrária são movimentos sociais. A luta contra as barragens e a luta pela terra são ações que objetivam a sobrevivência digna para milhares de famílias, configurando-se numa ação concreta pela cidadania. É a partir dessa compreensão que se utiliza a categoria movimentos sociais como condição para efetivar as leituras geográficas partir do confronto capital x trabalho na disputa pelo território.

A geografia e os movimentos sociais são uma temática de relevância para as pesquisas, na medida em que as demandas colocadas por esses *atores sociais* tem incomodado, sobremaneira, a ação e a atuação dos geógrafos. Essa ação, que é política e científica, tem significado não apenas enquanto cidadão e/ou enquanto ser social e político, mas, efetivamente a partir das múltiplas relações que se podem e devem estabelecer com as realidades geográficas. Apenas, recentemente, os geógrafos despertaram para a pesquisa sobre movimentos sociais, tendo como preocupação fundamental compreender a produção do espaço e o ordenamento territorial decorrente, a partir das reivindicações e ações políticas empreendidas pelos sujeitos políticos e sociais *construtores do território*. Esses estudos, bastante influenciados pelas análises sociológicas e historiográficas e demais ciências sociais, ainda não conseguiram se firmar a partir da análise das categorias geográficas.

A necessidade de compreender a ação política, mediante a reestruturação produtiva do capital e os rebatimentos promovidos no trabalho que influenciaram, sobremaneira, a ação dos movimentos sociais, possibilita um repensar da ação política e dos instrumentos tradicionalmente utilizados, tais como os partidos políticos e os sindicatos que enfrentam um descenso na arena societal contemporânea. Assim, a análise geográfica se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias, na medida em que as leituras do território privilegiam as abordagens hegemônicas e as necessidades do capital, sem, contudo, considerar a subordinação/sujeição dos trabalhadores, negando a contradição, as clivagens envoltas no processo de constituição e realização do valor.

Dessa forma, é necessário refletir sobre duas questões. Primeiro, que não é possível uma leitura teórico-metodológica dos territórios, sem considerar a espacialização e a territorialização dos movimentos sociais, bem como seu conteúdo emancipatório. Para tanto, há que se pensar a relação capital x trabalho como elemento fundante na produção do espaço produzindo novas arrumações espaciais. Fernandes (2001) aponta a categoria movimentos sociais como uma categoria geográfica, considerando dois processos: a espacialização e a

territorialização¹⁶¹. Embora tenha fomentado reflexões sobre a temática, a discussão iniciada ainda não obteve avanços com consistência teórica suficiente para explicitar a operacionalização da categoria sob o olhar geográfico, pois a análise centrou-se, exclusivamente, nas experiências do MST. Mais relevante é a compreensão das categorias apontadas por Santos (1985) ao destacar a leitura do território a partir das categorias *estrutura, processo função e forma*, como condição para a apreensão da realidade social geográfica, considerando a processualidade histórica e o movimento permanente da sociedade.

Segundo, não é possível pensar a realidade social, sem considerar a crise do trabalho e das suas diversas organizações construídas pelos trabalhadores e as possibilidades emancipatórias. Harvey (1992), Smith (1988), Mészáros (2002), Thomaz Júnior (2000, 2002a, 2002b, 2003) e Moreira (2003), entre outros, apontam uma *força emancipatória* que está sendo constituída no cotidiano dos movimentos sociais, com uma participação crescente daqueles que lutam pela terra no país. Como exemplos temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST e outros) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outras manifestações políticas de menor visibilidade. Além desses, pode se considerar as experiências solidárias em Chiapas, as ações contestatórias dos camponeses na Bolívia e no Equador, a ação política dos indígenas na Meso-América e diversos outros espalhados pelos territórios mundializados.

Diante do exposto, indaga se acerca de uma *geografia dos movimentos sociais*. E, caso exista, onde, concretamente, está materializada. Crê-se que ainda não é possível falar de uma geografia dos movimentos sociais, mesmo porque, essa temática é bastante recente nas pesquisas e estudos de geografia, além do que, parece não ser pertinente ficar debatendo *nos guetos*, como nas décadas passadas, quando não se conseguia ir para além da paisagem observável. Se não existe uma *geografia dos movimentos sociais*, como é possível afirmar, como dito anteriormente, a imbricação da ação geográfica com a emancipação social. Certamente, há que se reformular a indagação. Existem *leituras geográficas dos movimentos sociais* e, isso, é fundante para compreendermos as tramas sociais, espaciais e territoriais, sem as quais, as pesquisas tornam-se meras descrições dos territórios inanimados, como se esses não apresentassem *vida geográfica*.

Partindo desse pressuposto, torna-se premente uma interlocução cada vez maior com os movimentos sociais objetivando compreender as atitudes políticas e os

¹⁶¹ Ver FERNANDES, B. M. (2001, p. 49 e ss).

desdobramentos territoriais, que colocam para a geografia, uma formidável seara de atuação. As configurações geográficas implicam numa reflexão sobre os novos atores, assim como uma nova agenda de (des)envolvimento, exigindo novas posturas e interpretações dos geógrafos.

V.3 Novas Relações de Classe, Novos Movimentos Sociais e o Sindicalismo nos Anos 1970: Do Assistencialismo à Construção de Alternativas Emancipatórias

Sader (1988) elaborou uma síntese que expressa as principais impressões sobre os movimentos sociais e sindicais que emergiram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, através da qual visualiza-se a efervescência política na sociedade brasileira.

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para a sua inteligibilidade. (SADER, 1988, p. 35-36).

Oliveira (1988) apontou a necessidade de *geografizar* as lutas sociais no campo, como fundamentais para compreender o reordenamento territorial, a relação cidade-campo e as novas formas de apropriação da renda da terra. Essa permanente (re)criação dos sujeitos políticos – camponeses e *trabalhadores da terra* na construção das suas condições de existência, conjugadas à Sader (1988), ao mencionar o contexto histórico e político da emergência do *novo sindicalismo* e dos *novos movimentos sociais* na sociedade brasileira. Essa processualidade histórica e social geografizada é apreendida a partir das leituras geográficas desses movimentos sociais pelo viés da territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Pensa-se que a unidade na ação teórica e política desses autores pode ser estabelecida a partir da tentativa de leituras do território na perspectiva dos movimentos

sociais, compreendendo-os como produtores/construtores do território, assim como os agentes do capital, do Estado, entre outros. A partir dessa constatação pode-se inferir o território enquanto expressão das lutas sociais, sendo que a luta pela terra, mais visível, possibilita maiores preocupações e a necessidade de mais pesquisas.

Pensar os movimentos sociais significa atender para as mudanças alavancadas no processo de reestruturação produtiva do capital que, disseminou variantes, diversas e dispersas ocasionando múltiplas experiências alterando o desenho societal e territorial. Sabe-se que os movimentos sociais surgiram no momento em que o capital, paulatinamente, promovia a subsunção do trabalho, algo inerente ao capital desde a sua gênese. Entretanto, essa processualidade social se agudiza, na medida em que os trabalhadores tornam-se cada vez mais depauperados, não lhes restando nada além da sua força de trabalho.

Dessa forma, frente às exigências da reestruturação produtiva do capital o trabalho se requalifica, assim como os movimentos sociais e sindicais apresentam novas formas e novos conteúdos na ação política. A questão está em repensar e apontar novas formas de organização dos trabalhadores, a partir de seus saberes e de suas racionalidades que possam ir para além das representações construídas, quando do *pacto social* implementado pela social democracia europeia, centrada no taylorismo/fordismo, que influenciou, sobremaneira, o sindicalismo brasileiro¹⁶². O sindicato assumiu o papel regulador entre capital e trabalho, caracterizando-se como “agente de negociação”, exercendo grande relevância para o capital, pois apontava no limite do enfrentamento, a greve, mas jamais a possibilidade de uma ruptura na trajetória do capitalismo.

Os sindicatos reagiram às avessas, aceitando a lógica da fragmentação do proletariado, diluindo a perspectiva de classe e abandonando a ação histórica para a construção de uma nova sociedade. A ofensiva do capital na produção explicitou limites da atuação sindical. De um lado os limites estruturais do sindicalismo corporativo e, de outro, a pobreza política e ideológica do sindicalismo brasileiro. Surge a nova social-democracia como lastro político (e ideológico) do sindicalismo neocorporativo no escopo do

¹⁶²Alves (2001) centra sua análise na atuação sindical brasileira, precisamente na CUT – Central Única dos Trabalhadores – onde aparece uma nova postura sindical de aspecto neocorporativo, privilegiando a negociação ou a “cooperação conflitiva”. Nos anos 1990, percebe-se um redirecionamento na atuação sindical, ou seja, uma transição do sindicalismo de massa, de confronto para um sindicalismo neocorporativo. Como exemplo, aponta a criação da câmara setorial da indústria automobilística (1992/1994). Nesse momento surge uma nova práxis sindical, baseada no sindicalismo propositivo (conservação social) que privilegia a convergência de interesses entre capital e trabalho. A organização sindical passa a ser vinculada aos locais de trabalho privilegiando os trabalhadores estáveis. O fundamento ontológico do sindicalismo neocorporativo é a própria natureza do novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho sob a mundialização do capital.

neoliberalismo. Ocorre uma alteração conceitual nas análises e nas ações políticas da CUT, redimensionando o paradigma corporativo social-democrata clássico e adequando-se ao toyotismo, inaugurando uma nova lógica corporativa setorial.

Todas essas atitudes provocam uma rendição subjetiva de grande parte das lideranças sindicais e de diversos intelectuais que, até então, davam suporte ao movimento sindical. O campo da produção tornou-se um intenso exercício ideológico e organizacional voltado para a captura da subjetividade do trabalho. O trabalhador passa a ser um colaborador ativo do capital (e para isso há que ter novas qualificações técnicas e emocionais), apto a exercer a polivalência e a multifuncionalidade. Na educação profissional surgem os modelos de competência e de empregabilidade.

A fragmentação sistêmica da produção promove a fragmentação (ou diluição) da classe dos trabalhadores assalariados e a diluição radical da consciência de classe. Todavia, aqui se coloca a grande fragilidade do toyotismo, na medida em que a produção dispersa se espacializa e possui intensidade no *locus* da produção, esse processo perde legitimidade social no todo social, ou seja, na sociedade. Essas novas configurações capital x trabalho exigem um sindicato de caráter propositivo com uma postura defensiva, o que comunga com os interesses do *staff* administrativo dos sindicatos e dos partidos não possibilitando pensar uma sociedade para além do capital. A reestruturação produtiva combinou maior produção e acumulação do capital, acrescida de uma maior exploração da força de trabalho, culminando no *novo e precário mundo do trabalho*. (ALVES, 2000).

O avanço do capital promove, de um lado, um processo de exploração e barbárie e, de outro, um processo civilizatório que promove as miragens da sociedade do tempo livre a partir da perda da centralidade do trabalho. O tempo de vida está se tornando cada vez mais tempo de trabalho e, por conseguinte objeto de exploração do capital. É do próprio capital, evidentemente, que surge o proletariado universal e também o desemprego como um problema universal, debilitando a coesão social e o movimento sindical. Assim, surge como desafio ampliar e organizar o *neoproletariado tardio* (trabalhadores estáveis e trabalhadores precários) enquanto tarefa para partidos e sindicatos e, para isso, há que conhecer a sua estrutura interna e discutir a organização política e cultural do “novo” trabalho.

Há um descompasso entre a *leitura do capital* sobre o território e aquela realizada pelos trabalhadores e suas representações que não “conseguem ver com clarividência” as transformações no trabalho – e na sua natureza – e se perdem, reivindicando reformas pontuais e de categorias específicas e não percebem o movimento da estrutura macrosocietal. Milhares de trabalhadores foram empurrados para a informalidade, outros

milhares estão subempregados, terceirizados, subcontratados e desempregados, não sendo aceitos na estrutura sindical existente.

O capitalismo se universalizou no processo de expansão, mas impôs limites territoriais à organização da classe trabalhadora, que ainda hoje, enfrenta dificuldades para unificar a ação política nos limites do Estado Nação. A necessidade de extravasar a ação política, apontada desde o século XIX pelo *internacionalismo*, se materializa sob novos contornos através dos movimentos anti-globalização expressando uma tentativa, ainda muito tímida e elitizada de uma aliança mundial entre os trabalhadores.

A crise no padrão de acumulação demonstrou novas formas da luta de classes, não apenas como estratégia política, mas porque, de fato, as classes sociais haviam mudado sua forma e, principalmente, seu conteúdo, redundando em ações políticas inovadoras e diferenciadas.

[...] é preciso marcar o que começa a se alterar hoje: as múltiplas manifestações de recomposição das solidariedades coletivas, as novas formas de luta das classes. Mesmo se ainda hesitantes, disparatadas e, algumas vezes, contraditórias, elas não estão mais subordinadas à ação governamental, à política estatal. (LOJKINE, 2003, p. 03).

Rompe-se o “equilíbrio de forças”, em função das exigências do novo padrão de acumulação (produção flexível), assim como das novas categorias de trabalhadores (movimentos dos sem-documentos, desempregados etc), que passaram a engrossar as fileiras reivindicatórias. As novas formas de luta são ações construídas a partir do local e que se espalham em cadeias de solidariedade regionais, se diferenciando daqueles movimentos centrados no enfrentamento e na denúncia protestatória. A defesa do emprego agrega os trabalhadores e “ganha” apoio da opinião pública, pois, fundada numa nova eficácia econômica, assegura um pacto local/regional.

A indagação é se de fato essas ações políticas explicitam um conteúdo emancipatório, pois aparentemente apresentam uma postura defensiva e conciliatória. As “vitórias” conseguidas pelos trabalhadores ao criarem teias e redes de solidariedade, inovando *na arte da ação política*, agregam as diversas categorias, tentando cimentar a fragmentação imposta pelo capital em torno de questões de natureza local e/ou regional, formando *forums* de debates que, *a priori*, podem não apontar perspectivas emancipatórias. A princípio, essas ações se assemelham a uma condição de colaboração com a estrutura produtiva, assumindo para si a tarefa de dar as respostas requeridas pelo capital.

Embora não seja preocupação dessa pesquisa, crê-se que é preciso uma discussão pedagógica como forma de subsidiar a seara organizativa da luta, ciente de que há problemas e, que, se não forem discutidos coletivamente, persistirão nas ações políticas e cotidianas. Como pensar as questões da macropolítica, que aparentemente se colocam progressista, e coaduná-las com as experiências cotidianas, quase sempre conservadoras, da micropolítica? Os movimentos sociais – MAB e MST – possibilitam essa discussão ou se organizam conforme as formas autoritárias e retrógradas baseadas nos modelos senhoriais e patronais?

As críticas contundentes feitas por intelectuais e não intelectuais sobre os métodos de organização desses movimentos sociais necessitam ser investigadas. Não se pode analisá-los, desconectados da sociedade capitalista que estamos vivenciando e, sendo assim, ao se indagar como se organizam, deve-se lembrar que carregam valores e conceitos, eivados de contradições, que promovem uma mescla entre as novas propostas e as velhas práticas que ainda persistem e, persistirão, no processo de transição para a nova forma societal construída e apontada pelos trabalhadores. Muitas respostas podem ser dadas e muitas estão nebulosas, porém, cabe perguntar o limite entre o *fazer-se* concretamente e, as condições ideais desejadas, sem que estejamos vivenciando e, construindo, essas realidades no dia-a-dia. Assim, se pretende compreender os movimentos sociais como ações coletivas de natureza contestatória na sua origem, que podem ser emancipatórios ou legitimadores da ordem vigente.

A opção por compreender o território a partir das *leituras* efetuadas pelos trabalhadores e pelos movimentos sociais (MST e MAB) expressa o entendimento de que esses movimentos se colocam veementemente contra o capital, apresentando possibilidades emancipatórias. A partir desses comentários e do marco teórico e metodológico delineado, considerando o sóciometabolismo do capital pelo viés da contradição (do trabalho), pensa-se ser necessário alguns apontamentos sobre a realidade social brasileira e goiana, enfatizando a relação entre a geografia, os movimentos sociais e a ação política desencadeada na área da pesquisa e pela pesquisa.

A emergência dos *novos sujeitos sociais* não alterou de forma significativa a estrutura sindical. Permanecia um peso excessivo do corporativismo sindical, atrelado ao Estado, redundando em poucas mudanças na ação política implementada pelo *novo sindicalismo* no Brasil. Na verdade, o novo, consistia na diversidade de atores e sujeitos políticos que passaram a participar das ações sindicais e, nesse sentido, apoiavam e defendiam as bandeiras de luta construídas pelos trabalhadores sindicalizados.

A prática sindical pouco diferia da anterior em função da concepção de sindicato e das lutas empreendidas, na medida em que a luta pela hegemonia no sindicato e a efetiva conquista não se consubstanciaram em alteração da estrutura sindical, tampouco, numa reflexão acerca do seu papel. Diversas reformas foram implementadas com o intuito de assegurar direitos e o cumprimento da legislação, contudo, não avançaram no sentido de repensar para além da estrutura existente.

Uma das razões era e continua sendo a incompreensão dos desdobramentos das alterações no processo produtivo e da natureza contemporânea do capital, que colocou novos desafios para os trabalhadores, sem que as questões anteriores tivessem tido as respostas adequadas. No campo, essa situação é agravada pelas aceleradas modificações propostas pela modernização conservadora da agricultura, devido à expulsão e a desterritorialização dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*.

Após o golpe militar (1964), as organizações sindicais rurais foram desmanteladas, sendo obrigadas a adotar uma ação assistencialista, se consolidando num instrumento de assistência jurídica e médico-dentária, perdendo o caráter político que visava romper os limites legais e gerar mudanças estruturais. Não era tarefa fácil organizar os camponeses e os *trabalhadores da terra* em virtude da conjuntura de intensa repressão e medo implementada pelos agentes do Estado, escudada no poder do latifúndio que denunciava qualquer ato que pudesse questionar a propriedade da terra.

A maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi fundada na década de 1970, após a instituição do FUNRURAL¹⁶³ – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, para implementar o projeto assistencialista idealizado pela ditadura militar, visando amainar os ânimos dos camponeses e dos *trabalhadores da terra*. O Estado cooptava, amealhando apoio para as suas ações e, paralelamente, no caso das áreas de Cerrado, implementava a modernização conservadora da agricultura.

Diante da precariedade nos serviços básicos de saúde a população rural foi empurrada para os STRs.

Como em relação às outras categorias, aqui predominam também o encastelamento, o imobilismo, o burocratismo e, o distanciamento das bases e dos locais de trabalho. Acrescenta-se a particularidade de manterem os pressupostos básicos do FUNRURAL – que atribuía oficialmente aos

¹⁶³ Soma-se a isso, a estrutura criada pelo Estado para impedir a mobilização desses trabalhadores. A criação do FUNRURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (1971), teve grande importância na atuação e na organização dos trabalhadores nos sindicatos, pois carentes das necessidades básicas, procuravam o sindicato para obterem assistência médica e dentária, além de informações sobre aposentadoria e outros direitos.

sindicatos “*cuidado especial para com os trabalhadores*” – essas entidades se transformaram, via de regra, em balcão da previdência social, daí a *necessidade* de consultórios médico-dentário, advogados trabalhistas, barbearia etc., para garantir a permanência e perpetuação, não só de dirigentes descomprometidos e entidades sindicais “fantasmas” mas, também, da estrutura e organização oficial como algo dado/consolidado e imutável. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p. 290).

O Estado transferiu a responsabilidade social para os sindicatos, assegurando a desmobilização das lutas pelos direitos trabalhistas, pela terra e pela reforma agrária, alterando a natureza da entidade, tornando-a, extensão das políticas públicas assistencialistas adotadas. Os STRs, principalmente durante a ditadura militar, tornaram-se *braços orgânicos* do Estado, na medida em que desenvolviam atividades assistencialistas com o intuito de agregar os *trabalhadores da terra*, porém, sem qualquer ação política efetiva na luta pela terra.

Diferentemente das outras áreas do país, abertura do Cerrado ao capital industrial e financeiro se dá e só é possível pelo processo de mecanização nas lavouras, que já surgem - mecanizadas. Assim, em se tratando da atuação dos STRs no Sudeste Goiano, não houve uma mobilização no sentido de construir uma ação coletiva para discutir os impactos do processo de mecanização nas lavouras. Dessa forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais atuou assegurando o “clássico assistencialismo” aos trabalhadores, e/ou próximo aos pequenos proprietários rurais à margem das cooperativas de médios e grandes proprietários rurais.

A maioria dos dirigentes sindicais atua como gestores do aparato burocrático e de atividades necessariamente assistencialistas. Nas conversas com a diretoria do STR – Catalão-GO ficou evidente a responsabilidade que possuem. Manter o sindicato de “portas abertas” para aqueles que necessitam. Quando questionados acerca da organização e mobilização dos trabalhadores salientaram problemas referentes à infra-estrutura, porém, enfatizaram, de forma constante, o desinteresse dos trabalhadores, como se esses fossem responsáveis pela situação de imobilidade em que se encontra a entidade.

O desconforto quando indagados acerca da pauta de reivindicação era visível, porque, na verdade, não possuíam. Participavam de reuniões da Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás – FETAEG, porém sem qualquer interlocução com as bases que, fluídas e com pouca disposição para exigir uma atuação aguerrida por parte da diretoria, distanciaram-se e acabaram por perpetrar no poder os *sindicalistas profissionais*.

V.3.1 A Caminhada do Povo de Deus¹⁶⁴: A Diocese de Goiás-GO, a Comissão Pastoral da Terra e o Surgimento da Oposição Sindical dos *Trabalhadores Rurais*

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

Morte Vida Severina - João Cabral de Melo Neto

D. Tomás Balduino assumiu a Diocese da cidade de Goiás-GO em dezembro de 1967, preocupado com a pobreza e a miserabilidade crescentes, vivenciadas pelos camponeses e *trabalhadores da terra*. Indignado com a violência praticada pelo latifúndio, numa área tradicionalmente conservadora, onde a estrutura fundiária concentrada não permitia qualquer reflexão que veiculasse a possibilidade de uma reforma agrária, ainda que fosse nos moldes propostos pelo Estado, o bispo, municiado por denúncias, solicitou um diagnóstico sobre as condições sócio-econômicas da população rural na área de abrangência da Diocese de Goiás.

Em 1970, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI – no Rio de Janeiro realizou o levantamento sócio-econômico da área da Diocese de Goiás e, constatou as condições miseráveis em que vivia a maioria dos camponeses e *trabalhadores da terra*. A Diocese, de posse dessas informações, identificou as razões que estimulavam a miséria rural e passou a incentivar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais e a ter uma participação política mais ativa. A concentração da terra era a raiz de todos os males e, assim, a luta pela reforma agrária era apenas uma consequência da compreensão de que a Igreja possuía importante *função social*.

¹⁶⁴ Termo utilizado por COSTA (2004) para designar as atividades da Igreja Católica – Progressista em Itapuranga-GO, área de influência da Diocese de Goiás. Mais informações ver: COSTA, Ismar da Silva. **A caminhada do povo de Deus: religião e política na 'Igreja do Evangelho' em Itapuranga-GO nas décadas de 1970 a 1980.** Dissertação (Mestrado), Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

Costa (2004) considera as atividades desenvolvidas na Diocese de Goiás após a chegada de D. Tomás Balduino. Houve a implementação de novas metodologias, como o início da construção de ações religiosas com forte apelo popular e, que nos anos 1980, se converteram numa dimensão política significativa com desdobramentos diferenciados na ação e participação dos “novos sujeitos sociais católicos”. A construção da Igreja do Evangelho que inicialmente possuía uma dimensão religiosa, paulatinamente, a partir do envolvimento com as demandas colocadas pelos camponeses, *trabalhadores da terra*, trabalhadores urbanos e outros, desencadeou uma postura política de contestação e afirmação de alternativas frente ao poder instituído.

Em Itapuranga-GO, município pertencente à Diocese de Goiás¹⁶⁵, foi uma das áreas onde essas experiências se tornaram mais emblemáticas:

[...] Itapuranga é apontada, pelos próprios sujeitos da Igreja de Goiás, como o lugar onde a Igreja do Evangelho foi vivenciada em todas as dimensões possíveis: os Grupos de Evangelho se tornaram referências nas várias regiões diocesanas, principalmente a partir do trabalho com os mutirões; a luta sindical se concretizou com a tomada do Sindicato Rural em 1978. Por outro lado, a história de Itapuranga é marcada, conforme dissemos, pela experiência de ser uma das primeiras cidades do interior de Goiás a formar o Partido dos Trabalhadores, e também por presenciar uma militância árdua nos últimos anos da ditadura militar. (COSTA, 2004, p. 12).

A diferença fundamental entre a Igreja Popular, baseada nos princípios da Teologia da Libertação e a Igreja Tradicional, se devia à existência de uma metodologia de evangelização elaborada a partir das vivências dos sujeitos sociais, propiciando uma *pedagogia religiosa* a partir dos anseios dos camponeses e *trabalhadores da terra*. A ritualização considerada tradicional começou a dar lugar a uma participação efetiva das classes populares possibilitando uma “consciência libertadora”, rompendo parcialmente as alianças estabelecidas entre as elites, o poder local e a Igreja Católica. Marques (2002) salienta a *gestação de uma mentalidade radical* entre os *trabalhadores da terra* influenciados pela ação da Diocese da Cidade de Goiás.

A Diocese de Goiás estimulava a criação dos Grupos de Evangelho onde as leituras bíblicas eram adaptadas ao modo de vida, às experiências sociais e à linguagem desses segmentos sociais. A luta para permanecer na terra ou por um pedaço de terra era justa,

¹⁶⁵ A Diocese de Goiás abrange os municípios de Britânia, Jussara, Itapirapuã, Novo Brasil, Fazenda Nova, Sanclerlândia, Mossâmedes, Itaberaí, Goiás, Taquaral, Itaguaru, Heitoráí, Itapuranga, Uruana, Carmo do Rio Verde e Ceres.

pois buscava assegurar o sustento, o abrigo, enfim, as condições mínimas de sobrevivência. “Em 1975, a Diocese rompe abertamente com os conservadores e se autodenomina ‘Igreja do Evangelho’, tornando cada vez mais clara a sua opção por uma ‘evangelização conscientizadora’”. Marques (2000, p. 53). Contudo, isso não quer dizer que a instituição assumia uma postura classista optando pela defesa dos mais pobres; ao contrário, há que compreender a heterogeneidade na ação da Igreja Católica. Enquanto a maioria – a ala conservadora – apoiava o golpe de 1964 e as políticas decorrentes, apenas uma pequena parcela destoava dessa orientação, desenvolvendo atividades de conscientização junto às comunidades pauperizadas e violentadas pelo modelo econômico historicamente adotado.

Gradativamente, a partir do conhecimento das vivências e experiências construídas pelos povos na América Latina, a Teologia da Libertação se aperfeiçoou, elaborando ações mais radicais e se tornando a base da Igreja Popular¹⁶⁶. O objetivo era resgatar o homem na sua plenitude e, para tanto, era necessário superar os entraves estruturais impostos pelo capitalismo, ainda que parcialmente. Pode-se afirmar que a importância da Diocese de Goiás na luta pela terra e pela reforma agrária foi fundamental e pode ser constatada pela maior concentração de *territórios camponeses* nessa área.

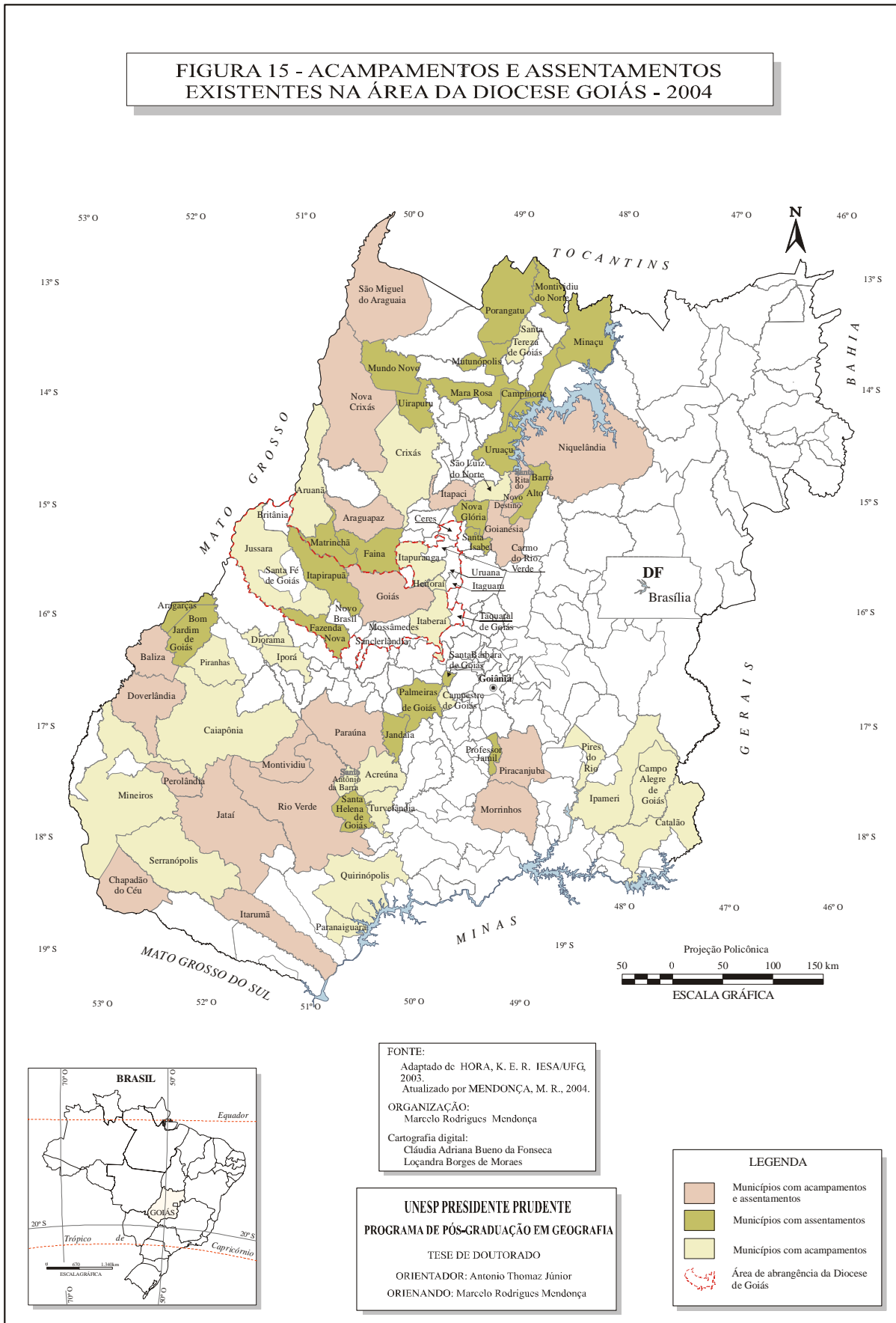
Historicamente, o maior número de assentamentos e acampamentos em Goiás¹⁶⁷ situa-se na área de abrangência da Diocese da Cidade de Goiás e/ou nas suas proximidades (Figura 15). A ação política desencadeada por parcela da Igreja Católica, propiciou condições para fortalecer a luta pela terra e pela reforma agrária numa das áreas de tradição conservadora e intensa concentração fundiária. Das vivências junto aos camponeses e *trabalhadores da terra* decorreram mudanças na estrutura do pensamento e da ação política da Igreja Católica. Em maio de 1973, a Igreja Católica lançou documentos¹⁶⁸ com abrangência nacional criticando o autoritarismo do regime militar e denunciando as condições de pobreza dos trabalhadores, precisamente dos trabalhadores do campo. A atuação de uma parcela da Igreja Católica, fundamentada na Teologia da Libertação amadureceu e possibilitou a criação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – em Goiânia-GO, em 1975.

¹⁶⁶ O Concílio Vaticano II (1963-1965) e a Conferência dos Bispos da América Latina realizada em Medellín (Colômbia) em 1968 foram fundamentais para orientar a ação política dos católicos progressistas. As posições mais progressistas da Igreja Católica foram reafirmadas na III Conferência do CELAM, realizada em Puebla (México) em janeiro de 1979. A partir daí parcela dos católicos brasileiros se engajaram na discussão e reflexão acerca dos mais “empobrecidos”, principalmente dos camponeses-possesores e *trabalhadores da terra* nas áreas de expansão da fronteira agrícola.

¹⁶⁷ PESSOA, 1999.

¹⁶⁸ *Marginalização de um povo*, lançado pelos bispos do Centro Oeste, e *Eu ouvi os clamores do meu povo*, assinado pelos bispos de Olinda e Recife.

FIGURA 15 - ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS EXISTENTES NA ÁREA DA DIOCESE GOIÁS - 2004



Entre as razões que motivaram a criação da CPT, estavam:

[...] os conflitos de terras que vinham ocorrendo, principalmente na grande região da “Amazônia Legal”. Essa região era a “menina dos olhos” dos grandes grupos econômicos para investimentos. O Estado, comandado pelos militares, além dos incentivos fiscais, dava toda a cobertura logística para que a região fosse ocupada por grandes projetos de desenvolvimento. (REVERS, 1999, p. 103).

A ação política da Diocese de Goiás foi fundamental para a criação da CPT intensificando a relação entre religião e política. Essa ação política se efetivava através dos trabalhos de evangelização, possibilitando um esclarecimento dos direitos e prestando assessoria jurídica. A compreensão da Igreja Católica progressista distinguindo *terra de trabalho* de *terra de negócio* instrumentalizou a ação política dos *povos cerradeiros* contra a expropriação, decorrente da implantação dos projetos modernos para as áreas de Cerrado, com destaque para o PRODECER – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

Silva (2003) diz que a ação política da CPT Goiás, mais diretamente voltada para a defesa dos camponeses e *trabalhadores da terra*, decorreu, dentre outros elementos, da ação do capital no campo através da modernização conservadora da agricultura. “[...] se combinaram a modernização da agropecuária goiana, a expulsão e crescente proletarianização dos camponeses e, ainda, a expansão do sindicalismo oficial e assistencialista [...]” Silva (2003, p. 142). Assim, a CPT e apoiadores apontavam para a construção de “novas sociabilidades” expressando a (re)construção da identidade dos segmentos sociais *desfiliados* socialmente e economicamente. A orientação política era centrar as atenções na ação e atuação do sindicalismo rural, visando torná-lo instrumento a favor da causa dos trabalhadores.

A solidariedade camponesa é reavivada e apropriada para construir o sujeito político camponês, sendo os princípios cristãos essenciais para despertar e apontar perspectivas para uma ação política progressista. Novos espaços da prática política são criados devido à elaboração de argumentos em relação ao papel do Estado e aos direitos mínimos dos trabalhadores. Assim, as comunidades rurais se tornaram importantes elos na cadeia de organização e mobilização dos movimentos sociais sob hegemonia da Igreja Católica.

Inicialmente, a Igreja Católica progressista apoiou a estrutura sindical oficial representada pelo interventor Antônio Ferreira Bueno, até que, em 1975, sindicalistas de Itaguaru, município da Diocese de Goiás apresentaram uma chapa para concorrer a direção da

FETAEG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás. A disputa eleitoral e a posição mais aguerrida dos sindicalistas vinculados à proposta diocesana propiciou prisões e perseguições a esses trabalhadores, ações essas orquestradas pelo Estado conforme os interesses dos latifundiários. Desse episódio decorreu a compreensão da aliança entre grandes proprietários rurais, o Estado e a estrutura sindical vigente, o que estimulou uma ampla reflexão sobre a importância do sindicato dos trabalhadores na defesa dos direitos.

O descontentamento com a estrutura oficial possibilitou que algumas lideranças rurais construíssem o *sindicalismo de base* que mais tarde originou a Oposição Sindical¹⁶⁹ em Goiás. A tomada do sindicato se tornou o alvo das ações da Diocese de Goiás que passou a incentivar os camponeses e *trabalhadores da terra* para uma ação política mais direta. A atuação do interventor Antônio Ferreira Bueno dava sinais de esgotamento¹⁷⁰. Insatisfação, críticas e acusações começaram a ser feitas pelos STRs opositores que implementavam ações políticas com o objetivo de conquistar a direção da FETAEG.

Na disputa pelo controle da FETAEG, havia duas experiências sindicais. Uma experiência oficialista de três sindicatos¹⁷¹ que apontavam a necessidade de alterar a atuação da entidade, mas mantinha uma perspectiva política legalista; e, outra, a experiência construída a partir da ação pastoral da Diocese de Goiás. A diferença fundamental era que a primeira enfatizava a ação jurídica, ou seja, a luta pela reforma agrária e/ou pelos direitos trabalhistas dentro dos limites impostos pela legislação e, a segunda, motivada pela ação política junto aos camponeses e *trabalhadores da terra* apontava o enfrentamento político.

Os primeiros passos para a constituição do *novo sindicalismo* no campo goiano ocorreram em 1975, quando a Diocese de Goiás criou a Equipe da Terra e adotou a “Igreja do Evangelho” para fomentar a conscientização e a politização acerca da relevância da luta pela terra e pela reforma agrária. O envolvimento era permanente e se constituíram formas de organização com o intuito de exigir o cumprimento dos direitos básicos, dentre eles

¹⁶⁹ Para SADER (1988) os movimentos sociais, quando em meados dos anos 1970, ocorre a derrocada das organizações clandestinas de esquerda, há uma recomposição das mobilizações populares de natureza reivindicatória e contestatória, que se articulam ao redor da Igreja Católica. Aos poucos, segmentos da esquerda realinharam-se a partir de associações locais, dando origem às oposições sindicais, movimentos contra a carestia, movimentos pela posse da terra, entre outros.

¹⁷⁰ A Oposição Sindical estava disposta a assumir a direção da FETAEG e apontar diretrizes para o “novo sindicalismo” conforme suas necessidades e reivindicações. Em março de 1981, Antônio Ferreira Bueno se afastou da presidência da FETAEG, alegando motivos pessoais. Na verdade, as denúncias de que possuía fazendas no município de Edéia-GO e o crescente desgaste devido ao crescimento da Oposição Sindical o forçou a tomar essa decisão. Imediatamente os trabalhadores sindicalizados se reuniram em assembléia geral e resolveram cassar seus direitos sindicais por unanimidade.

¹⁷¹ Os sindicalistas rurais Milton do Carmo Rezende – Anápolis, Nelson de Assis Teles – Bela Vista de Goiás, e Alírio Corrêa – Nova Veneza.

a defesa da *terra de trabalho* e a reforma agrária. Conforme Lunardi (1999), o movimento denominado Oposição Sindical surgiu sob os olhares e as diretrizes da Diocese de Goiás, simbolicamente representada pelo mutirão do *Zé Teixeira*¹⁷². O objetivo era fazer oposição à diretoria da FETAEG e ampliar a base de sustentação articulando a Oposição Sindical no território goiano. A ação política se fundamentava na luta pela terra, na luta coletiva por direitos e na luta contra o sindicalismo oficial.

Assim, surgem novos atores políticos na disputa pela FETAEG. O PC do B – Partido Comunista do Brasil – que exercia hegemonia política na entidade foi acusado de dar apoio ao Governo Íris Rezende, mediante a proposta de comodato¹⁷³, contrariando os trabalhadores sindicalizados, influenciados pela OSTR/GO. Em outubro de 1985, foram realizadas as eleições e dois projetos políticos se confrontaram, ainda, influenciados pelas disputas entre os comunistas e a Igreja Católica que antecederam o golpe militar, porém, com um conteúdo mais complexo e diversificado. O embate entre a OSTR/GO e o PC do B foi intenso e em dezembro de 1988, novas eleições deram vitória ao PC do B, agora por pequena margem de votos¹⁷⁴.

A discussão sobre os assalariados, precisamente os cortadores de cana¹⁷⁵, na preparação do acordo coletivo da safra 1990/91 aproximou os dirigentes da FETAEG e o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT. Dessa aproximação decorreu uma

¹⁷² Em 17 de fevereiro de 1979, ocorre o lançamento da OSTR/GO, no município de Itaguaru, área de influência da Diocese de Goiás. O motivo do mutirão foi a necessidade de uma reunião das CEBs para ouvir o relato de José Teixeira sobre a sua participação na III Conferência do CELAM, ocorrida em Puebla (México). Nesse mutirão é criada a OSTR/GO.

¹⁷³ Comodato é uma forma de contrato, através do qual alguém empresta a outrem determinado bem, a fim de que seja usado, ou explorado por prazo determinado para pagamento de qualquer importância. O governador Íris Rezende Machado (PMDB), eleito em 1982, apresentou essa forma de contrato à FAEG – Federação da Agricultura do Estado de Goiás e à FETAEG – Federação dos Trabalhadores do Estado de Goiás, para que os grandes proprietários rurais emprestassem uma parte da área aos trabalhadores sem terras, onde estes pudessem, no final da safra, formar a área com nova pastagem. (REVERS, 1999). A tentativa era amainar os conflitos pela posse da terra e, paralelamente, utilizar os *trabalhadores da terra* para formar as áreas ainda “brutas”, valorizando-as.

¹⁷⁴ Para fortalecer a Oposição Sindical, a Diocese de Goiás incentivou a criação de novos sindicatos de trabalhadores rurais, visando estabelecer uma nova correlação de forças na disputa pela FETAEG. Dos 98 STRs que participaram da eleição da FETAEG em 1988, 45 eram vinculados a OSTR/GO. Nessa eleição a Oposição Sindical perdeu por (04) votos a direção da Federação dos Trabalhadores. Revers (1999) e Silva (2003) dentre outros que buscaram compreender a trajetória dos movimentos sociais rurais em Goiás, denunciaram acordos do PC do B com o sindicalismo oficial, no sentido de conter o avanço da OSTR/GO, quando apoiaram uma direção mista para a FETAEG, inclusive referendando na presidência, Amparo Sesil do Carmo, que era Vice-Presidente no período de Antônio Ferreira Bueno. Lideranças opositoras, principalmente vinculadas ao nascente Partido dos Trabalhadores, na FETAEG, apontaram uma aproximação do PC do B com o governo Íris Rezende, eleito em 1982. Não foi possível comprovar as denúncias, mas ficou evidente as disputas fratricidas entre os partidos, da *esquerda histórica*, pelo controle das entidades sindicais não contribuindo para a potenciação da ação política dos trabalhadores e para a construção de uma nova sociedade.

¹⁷⁵ Entre 1984 e 1991 a plantação da cana em Goiás ampliou sua área de 72.690 hectares para 100.960 hectares. Goiás contava em 1991 com 16 unidades com uma capacidade de 645.840 m³ de álcool.

composição entre o PC do B e DETR/CUT e sindicalistas independentes, apresentando como contrapartida a filiação da FETAEG à CUT. “As duas direções chegaram a um acordo pela unificação das forças políticas que atuavam no movimento sindical em Goiás e apresentaram ao congresso uma chapa única.” Revers (1999, p. 163). Em contrapartida, a vertente sindical do PC do B – CSC – Corrente Sindical Classista se filiou à CUT, apontando uma ação política mais unificada.

O acúmulo de experiências coletivas agregadas principalmente na CPT Goiás¹⁷⁶, embora houvesse, como colocado anteriormente, forte inserção no movimento sindical são fortalecidas a partir de 1983, juntamente com diversas entidades de apoio e partidos políticos que iniciaram uma reflexão sobre a questão agrária em Goiás. A idéia era articular uma ampla frente de reivindicação para que cerca de 20% das terras fosse destinada à produção de alimentos. Logo, perceberam que essa medida era insuficiente e decidiram pela construção da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Em Goiás, a Campanha, que contou com a participação da Fetaeg e de vários sindicatos, além do apoio do PT e do Movimento de Trabalhadores do PMDB, foi inaugurada no dia 30 de novembro daquele ano com uma passeata que reuniu em Goiânia (capital do Estado) cerca de seis mil pessoas vindas de 64 municípios. A data foi escolhida em função de coincidir com o 19º aniversário da aprovação do Estatuto da Terra pelo regime militar. (SILVA, 2003, p. 163).

Os comunistas, ainda na clandestinidade, iniciaram forte campanha pela reforma agrária em Goiás, denunciando a violência no campo.

Os posseiros resistem com heroísmo e armas. Nos últimos quatro anos, mais de 2 milhões de pessoas estiveram envolvidas em cerca de 1200 conflitos pela posse da terra. Só neste ano, a ação do latifúndio já matou 112 camponeses, em ações cruéis e desumanas. Em volta das cidades vai se formando um cordão de miséria, constituído de lavradores sem terra e sem trabalho. (INFORMATIVO – PC do B, 1983, p. 02).

Especificamente em Goiás, a atuação limitou-se a denunciar as atrocidades e violências contra os *trabalhadores da terra* e camponeses-posseiros, principalmente no norte do Estado, atualmente Tocantins, área de expansão dos interesses empresariais, mineradores e

¹⁷⁶ A Campanha Nacional pela Reforma Agrária foi lançada em 28 de abril de 1983 na sede da ABI – Associação Brasileira de Imprensa com o apoio da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, entre diversas outras entidades e partidos políticos.

especulativos do capital nacional e transnacional, gerando diversos conflitos pela posse da terra, inclusive com indígenas.

No Estado de Goiás, cerca de 800 mil trabalhadores não tem terra para trabalhar. Só os bóias-frias (assalariados temporários) já somam mais de 600 mil. Nosso estado possui 64 milhões de hectares de terras, e apenas pouco mais de 3 milhões são utilizadas para lavouras e 31 milhões de hectares estão improdutivos. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO), existem, hoje, cerca de 4 milhões de hectares de terras devolutas no estado. (INFORMATIVO – PC do B, 1983, p. 02).

Através dos documentos pesquisados no Arquivo¹⁷⁷ do PC do B em Goiás, constatou-se a orientação política nacional de associar a luta pela reforma agrária à denúncia do imperialismo, do latifúndio e dos interesses externos que comprometiam a soberania nacional. Esses argumentos eram fortalecidos com o objetivo de angariar simpatia e apoio da sociedade civil para conseguirem a legalização¹⁷⁸ partidária, apontando a participação histórica na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Em Goiás, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária é lançada em outubro de 1983. “O Ato Público reuniu cinco mil pessoas, que foram mobilizadas por todas as entidades representativas dos trabalhadores rurais e urbanos comprometidos com a redemocratização do país.” Revers (1999, p. 143). A reforma agrária ganhava visibilidade e tomava as ruas através de atos públicos, passeatas e seminários. Vivia-se um momento político bastante favorável, pois se acreditava que a histórica reivindicação pela terra e pela reforma agrária poderia se tornar uma realidade. Em 1986, a Campanha da Fraternidade teve como tema a questão agrária – *Terra de Deus, terra de irmãos* – estabelecendo uma nova agenda para os fiéis em consonância com as diretrizes políticas para a necessidade da reforma agrária.

Uma das músicas cantadas nas manifestações reivindicando reforma agrária era *A Grande Esperança*¹⁷⁹ que expressava a insatisfação em relação ao tratamento dispensado pelo Estado que priorizava as políticas do capital e se omitia “aceitando” o

¹⁷⁷ O PC do B em Goiás conta com pequena, mas relevante biblioteca – Biblioteca Instituto Maurício Grabois – que possui diversos documentos (fotos, informativos, jornais etc.), sendo importante fonte de pesquisa.

¹⁷⁸ Fundado em 1922 e reestruturado em 1962 a fim de preservar sua continuidade como partido revolucionário da classe operária, agrupou milhares de aderentes e editou, desde 1925, *A Classe Operária* como órgão central do Partido, jornal que voltou à circulação legalmente, sob a direção de Maurício Grabois, no período de março de 1962 a março de 1964. Informativo, PC do B (1985, p. 02).

¹⁷⁹ Essa canção era transcrita nas folhas de cantos para animar os manifestantes. A composição de Goiá e Francisco Lázaro foi feita em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

desrespeito e a violência contra os camponeses e *trabalhadores da terra* que clamavam por uma união entre os trabalhadores rurais e urbanos na luta pela reforma agrária.

*A classe operária e a classe roceira
ansiosa espera a Reforma Agrária
sabendo que ela dará solução
para a situação que está precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro
de cada roceiro plantar sua área
sei que na miséria ninguém viveria
e a produção já aumentaria
quinhentos por cento até na pecuária.
(A Grande Esperança).*

V.4 A Aliança Estado e Capital: A Violência Contra os *Trabalhadores da Terra* em Goiás.

Onde falta para todos, acirram-se as disputas. E, se não impera o direito, é de se esperar que o vazio seja preenchido pela barbárie. O retrato da barbárie, no Brasil de hoje, é a fome, a miséria, o desemprego, são os assassinatos de posseiros e líderes rurais, as invasões de terras indígenas, a grilagem, a marginalidade, enfim, a violência, sob todas as formas e especificamente sob a forma de assassinatos.

(RELATÓRIO Final da CPI da “Pistolagem”, 1994)

A violência havia adquirido no campo, principalmente nas áreas de fronteira, uma situação aviltante aos direitos humanos e/ou aos direitos essenciais dos trabalhadores. A reivindicação por terra e a luta pela reforma agrária provocaram intensa reação dos latifundiários que, respaldados, pela omissão do poder público, impetravam o medo, o ódio e a violência contra os camponeses e *trabalhadores da terra*. Em resposta às crescentes mobilizações, e diante do apoio da sociedade brasileira à reforma agrária latifundiários, empresários rurais, profissionais liberais e banqueiros criaram a UDR. O processo de sua formação se caracterizou por apresentar formas diferenciadas dos padrões de organização das classes patronais. O discurso dos ruralistas fluía para a necessidade de uma organização específica e única na defesa da propriedade, pois as entidades patronais existentes haviam se distanciado do propósito para o qual haviam sido criadas.

Na reação do latifúndio imbricaram-se alguns fatores. A proposta do I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, a Constituinte e o fracasso do Plano Cruzado –

sendo que os dois primeiros afloraram visando dar conta da questão agrária e agrícola no país e, o último, afetava sobremaneira a sociedade brasileira, com destacada ação sobre os camponeses-proprietários e os médios proprietários rurais que se encontravam em condição de falência em função da política econômica adotada.

Entre as várias teses acerca do surgimento da UDR, parecem mais acertadas aquelas que comungam da necessidade de cercear a reforma agrária, pois havia uma predisposição política para a sua realização, conforme o disposto no I PNRA. A expansão e posterior consolidação como entidade representativa dos interesses dos agropecuaristas e latifundiários brasileiros ocorreu em função de que as entidades tradicionais (CNA – Confederação Nacional da Agricultura, as Federações Rurais etc.), não representavam com a contundência necessária os criadores de gado.

Para Fernandes (1999), a UDR, constituída em Goiás em 1985, se expandiu através de dois movimentos. De um lado, a expansão da fronteira agrícola¹⁸⁰ pela borda nordeste da Amazônia, destacando-se a área do Bico do Papagaio (entroncamento entre os Estados de TO, MA e PA). De outro, ocupava espaços políticos para parcela significativa dos proprietários rurais, principalmente grandes pecuaristas na Amazônia (Pará) que se sentiam aliados do debate político nacional. Aqueles que se sentiram ameaçados nos seus “direitos”, precipuamente na defesa da propriedade da terra se agregavam, passando a apoiar os ruralistas.

As lideranças ruralistas perceberam as brechas deixadas pelos partidos políticos e tradicionais formas de representação dos camponeses e médios proprietários rurais, e passaram a advogar a causa desses sujeitos sociais, historicamente relegados na pauta de discussão política brasileira. A UDR ameaçava “[...] inundar a justiça com milhares de ações cautelares contra as cobranças dos bancos. A entidade contratou 18 juristas, alguns de renome nacional [...] e prometeu assumir a defesa dos pequenos produtores, arrendatários e meeiros”. Informativo (1988, p. 06).

Na mesma assembléia da UDR se encontravam o banqueiro, o industrial, o comerciante, o agroindustrial, o pecuarista e outros, desde que todos esses fossem donos de grandes propriedades e que estas estivessem sob questionamento, quer fosse por parte dos trabalhadores rurais, quer viesse o questionamento pelo Estado, como aconteceu no momento da vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária. (FERNANDES, 1999, p. 24).

¹⁸⁰ Espaço sócio-econômico onde os *trabalhadores da terra* podem ter acesso diretamente aos recursos da natureza seja pela abundância relativa de terras, seja pela impossibilidade técnica ou política do estabelecimento do monopólio da propriedade do solo por uma classe social específica. (FERNANDES, 1999).

A grande estratégia elaborada pela UDR¹⁸¹ para assegurar a sua expansão foi a implementação de ações cautelares contra as cobranças dos bancos, impedindo assim, a falência de milhares de pequenos e médios produtores rurais. A entidade apareceu no vácuo de representação dos agricultores e no momento que enfrentavam forte ação do capital financeiro. Atuavam preferencialmente nas áreas que apresentavam maior incidência dos conflitos fundiários e nas áreas onde predominava a pecuária cooptando associações de produtores e os sindicatos rurais patronais.

A atuação se verificava mediante a disponibilização de assistência jurídica para a expulsão dos camponeses-possesores e *trabalhadores da terra*, conforme as necessidades dos grandes proprietários rurais. A realização de vários leilões visando recursos para a compra de armas e para financiar as milícias privadas com o objetivo de protegerem as propriedades, se tornou a atitude por excelência dos ruralistas. Ainda, financiavam a violência contra dirigentes sindicais, agentes pastorais e simpatizantes que apoiavam a luta pela terra e pela reforma agrária. Em contraposição aos leilões da UDR e utilizando a criatividade, camponeses, *trabalhadores da terra* e entidades que apoiavam a reforma agrária realizaram em Ceres-GO o *leilão das mil galinhas*. A repercussão foi intensa, pois fomentou uma rede de solidariedade à luta pela terra, de forma divertida e com grande expressão política.

Na Constituinte, a preocupação central era evitar a definição da função social da propriedade. Para tanto, as atenções das lideranças ruralistas, dentre elas Ronaldo Caiado, voltou-se para a política de alianças com destaque para o acordo ente os ruralistas e os banqueiros.

[...] a UDR, depois de receber um discreto apoio de um grupo de pequenos bancos privados coordenado pelo empresário Olacyr de Moraes, presidente do Banco Itamaraty e grande proprietário [...] teria agora um apoio mais sólido após reunião de Ronaldo Caiado com Amador Aguiar (Bradesco), Sebastião Camargo (Banco Geral do Comércio) e com a alta direção do Banco Itaú. (INFORMATIVO, 1988, p. 09).

A defesa da propriedade passou a ser utilizada com o discurso de que a terra é o resultado do *trabalho suado* de cada proprietário, cativando muitos camponeses e médios proprietários, temerosos de que fossem atingidos pela reforma agrária e, assim, adotaram o discurso do latifúndio extremista e conservador. É como se não existisse latifúndio,

¹⁸¹ A diretoria nacional da UDR foi constituída em 12 de julho de 1986 e tinha na época (05) mil sócios. Como primeiro passo, instalou núcleos regionais e contratou técnicos para orientar os produtores rurais na luta contra a reforma agrária. O segundo passo, foi a decisão de influenciar na Constituinte com a eleição de parlamentares contrários a reforma agrária, elegendo uma Bancada Ruralista, com cerca de 60 parlamentares. (INFORMATIVO, 1988).

concentração da terra, grilagem, suborno de cartórios, assassinatos etc; que as atrocidades cometidas contra os trabalhadores que lutavam pela terra fossem invenções da *esquerdinha festiva*, como denominava Caiado. “Latifúndio é uma palavra para agredir o produtor rural”, declarou Caiado na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 19/03/1987. (Informativo, 1988, p. 12).

A tentativa de construir um pacto social diante do crescente empobrecimento de milhões de brasileiros, principalmente camponeses e *trabalhadores da terra* chamava atenção e, de certa forma, mobilizava e inquietava grande parcela daqueles que diretamente vinculavam-se a terra e/ou tinham interesses em manter as coisas como estavam, evitando a possibilidade de uma reforma agrária. O ataque ao projeto camponês e as práticas de sociabilidade, historicamente construídas, expressavam os verdadeiros interesses dos ruralistas, agora, representantes das elites conservadoras brasileiras.

No discurso da UDR, “a invasão é crime”, “o acampamento é a miséria amontoada nas estradas, é a socialização da miséria para uma lavoura de títulos de eleitor, é a ilusão dos trabalhadores por terra”, ou ainda, “os trabalhadores rurais são simplesmente inocentes úteis nas mãos dos políticos e dos líderes sindicais, por isso torna-se necessária a fraternidade entre produtores e trabalhadores, porque eles são os responsáveis pela produção de alimentos”. A UDR [...] reage e condena como tradicionais e arcaicos todos os princípios coletivos de trabalho, de produção e de propriedade: a ajuda mútua, o mutirão, a roça coletiva e o dia trocado. (INFORMATIVO, 1988, p. 16).

O crescimento e a expansão da UDR aumentaram a violência no campo, conforme demonstram os dados. Conforme a CPT Nacional de 1983 a 1986 ocorreram 2.069 conflitos pela posse da terra, envolvendo cerca de 310.620 famílias, culminando em 394 assassinatos. Segundo o presidente da UDR à época, havia milícias armadas financiadas pelos latifundiários através da realização dos leilões de gado.

Hoje já podemos confessar que, realmente compramos armas com o dinheiro dos leilões. No primeiro, em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente, adquirimos mais 2.340 e aí proliferaram as regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país. (Salvador Farina – Presidente da UDR – Goiás – abril de 1987)¹⁸².

¹⁸² JORNAL O Germinal – Centro-Oeste, abril/1987.

Não resta dúvida de que a razão fundante que assegurou a criação, expansão e consolidação da UDR foi a articulação nacional pela defesa da propriedade da terra, principalmente nas áreas de fronteira, onde existiam e existem os maiores conflitos fundiários¹⁸³ no país. A entidade é fruto das contradições postas entre a histórica atenção dispensada ao latifúndio e a proposta do I PNRA em 1985. Os quinhentos anos de latifúndio e de benesses aos grandes proprietários de terra não podiam ser questionados. Qualquer questionamento sobre as relações de propriedade deveria ser imediatamente rechaçado. Novamente, o Estado cedeu e as demandas apresentadas pelos camponeses e *trabalhadores da terra* eram mais uma vez adiadas.

O fazendeiro da UDR não é o antigo coronel. No geral, não reside no campo. Eles são senhores urbano-industriais, profissionais liberais, homens de negócios, comerciantes etc., muitos deles premiados com títulos e honrarias pelos seus préstimos à sociedade. Como cidadãos urbanos, modernizam o discurso e sofisticam práticas políticas. Todavia, eles são, ao mesmo tempo, a continuidade histórica do velho coronel e, para se manterem donos de terras, movidos pela ideologia escravocrata, coagem a força de trabalho retirando dos camponeses a terra e, invariavelmente a vida com a truculência de sempre. (FERNANDES, 1999, p. 123).

A violência e as precárias condições de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, principalmente nas áreas de fronteira, causou reações diversas na sociedade brasileira. No início dos anos 1990, após várias denúncias de maus tratos, escravidão e assassinatos, o Congresso Nacional aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias. A CPI desenvolveu suas atividades entre novembro de 1992 e outubro de 1993, com o intuito de investigar a prática da pistolagem nas regiões Centro-Oeste e Norte, com ênfase na área do Bico do Papagaio. Ainda assim, a pistolagem foi e continua sendo, uma prática cotidiana nos conflitos pela posse da terra no país, atingindo principalmente posseiros, trabalhadores rurais e militantes que ousaram e ousam questionar a ação do latifúndio e dos grileiros.

A denúncia acerca da natureza especulativa dos latifúndios e os impactos negativos da estrutura fundiária concentrada na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade e a expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* foi constatada nas investigações da CPI.

¹⁸³ São nessas áreas que empresários urbanos e rurais, banqueiros, empresas transnacionais, entre outros estão interessados, seja pela especulação das terras, seja pelas reservas minerais, ou ainda, pela biodiversidade.

O domínio sobre as terras mais férteis, de melhor localização e dotadas de infra-estrutura mais moderna por um pequeno conjunto de empresários rurais e especuladores desvirtua o papel de setor agrícola na economia do País. Esses grandes latifúndios dedicam-se preferencialmente à cultura extensiva de produtos destinados à exportação, apoiando-se ainda na exploração de mão-de-obra barata. Isso tem duas conseqüências imediatas: em primeiro lugar, o abandono da produção de alimentos para o consumo interno provoca a subida dos preços, afastando-os ainda mais da mesa do pobre e reaquescendo o processo inflacionário; em segundo lugar, a exploração da mão-de-obra rural traz o agravamento da miséria e da fome para o homem do campo, intensificando o fluxo migratório para as grandes cidades. (RELATÓRIO Final da CPI da “Pistolagem”, 1994, p. 39).

A violência no campo está associada à *tradição senhorial* escudada no domínio de extensas áreas que asseguram poder político, portanto, poder de mando sobre os camponeses e *trabalhadores da terra*, criminalizando as entidades e os apoiadores que ousam questionar essa tradição. Um episódio, dentre tantos outros, bastante elucidativo da presença de pistolagem e do envolvimento de ruralistas foi a tentativa de assassinato do padre Francisco Cavazzuti¹⁸⁴, em 27/08/1987, evidenciando a tensão entre a UDR e a Igreja Católica progressista. Em entrevista à Revista Senhor, alguns latifundiários mais exaltados chegaram a propor: “[...] para cada fazenda invadida, um padre morto”. Informativo (1988, p. 23). A pistolagem estabeleceu novas “profissões”, destacando o *corretor da morte* – o agenciador que faz a mediação entre o mandante e o executor.

Na investigação no Estado de Tocantins¹⁸⁵, precisamente no Bico do Papagaio apresentou, nos anos 1980, a maior incidência de pistolagem no Brasil. Preocupados com a violência crescente, realizou-se em 13 e 14 de junho de 1986, na cidade de Araguaína, o III Encontro Sobre Violência e Direitos Humanos¹⁸⁶. Ao final, elaboraram a *Declaração de Araguaína* que destacou a omissão do Poder Judiciário frente aos atos de pistolagem na área do Bico do Papagaio¹⁸⁷: “[...] a violência originada nas questões fundiárias vem crescendo a

¹⁸⁴ Francisco Cavazzuti – vigário de Mossâmedes e de Sanclerlândia, pertencente à Diocese da Cidade de Goiás, cujo Bispo à época era Dom Tomás Balduino, atualmente Presidente Nacional da CPT. O padre recebeu um balaço calibre 12 na cabeça e ficou cego. Ainda hoje ministra atividades religiosas e mantém o discurso contra o latifúndio e a defesa da reforma agrária.

¹⁸⁵ Tocantins foi criado em 1988 com a promulgação da Constituição Brasileira abrangendo o centro-norte do Estado de Goiás. Assim, quando nos referirmos ao estado de Goiás até essa data, estamos incluindo o território que constituiu o estado de Tocantins.

¹⁸⁶ Evento realizado pela OAB – Ordem dos Advogados Brasileiros – Seção/GO, Conselho Federal da OAB e Subseção da OAB em Araguaína.

¹⁸⁷ A violência impera no Bico do Papagaio e se apóia na pistolagem patrocinada por grileiros de terras. Os grupos de pistoleiros funcionam como microempresas e estão sediados em três núcleos centrais: Araguaína – TO; Imperatriz – MA; e Marabá – PA. Segundo levantamento da CPI, de 1964 a 1990 foram assassinadas 1630 pessoas, isso comprovadamente na área, com destaque para trabalhadores rurais, lideranças sindicais, índios, advogados, religiosos etc. Relatório (1994, p. 63).

níveis assustadores e o Poder Judiciário está, sem qualquer margem de dúvida, absolutamente falido.” Relatório (1994, p. 62).

Interessante a consideração da CPI quando destaca a falência do Poder Judiciário. Certamente, está se referindo a omissão e a sua incapacidade de punir os responsáveis pelos conflitos decorrentes da luta pela terra. Apenas esquecem de salientar que “essa estrutura falida” não se encontra impotente para autorizar a reintegração de posse a grileiros, conceder alvarás de prisão contra as lideranças camponesas, os *trabalhadores da terra* e simpatizantes e, tampouco, em fomentar e exigir o necessário cumprimento da legislação em defesa da propriedade da terra, ainda que, esta seja oriunda de atos ilícitos.

Segundo as investigações no Estado de Goiás, a pistolagem atingiu, como noutras áreas, lideranças sindicais e representantes expressivos da luta pela terra. Diversas lideranças sindicais rurais foram assassinadas. Dentre elas destaca-se o sindicalista Sebastião Rosa da Paz¹⁸⁸, assassinado em sua residência em Uruaçu, em 28 de agosto de 1984. E também um dos casos mais emblemáticos, o assassinato de Nativo da Natividade de Oliveira¹⁸⁹, em 23 de outubro de 1985, em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, município pertencente a Diocese de Goiás, envolvendo lideranças políticas ruralistas da região.

Como proposta de emenda constitucional, a CPI da “Pistolagem” entre diversas sugestões, apontou a necessidade da Criação do Conselho Nacional de Justiça, com o intuito de estabelecer uma forma de controle exterior às atividades do Poder Judiciário, discussão ainda em andamento e bastante polêmica. “O Conselho Nacional de Justiça é órgão de controle externo das atividades do Poder Judiciário e do Ministério Público, ressalvadas as jurisdicionais”. Relatório (1994, p. 141).

O cessar das ações da UDR ocorreu com a derrota do I PNRA no Congresso Nacional, pois garantida a intocabilidade da estrutura fundiária no texto constitucional, a UDR não parecia mais tão necessária. Todavia, seus interlocutores se colocam presentes no cenário nacional, principalmente quando as ocupações de terra e os conflitos fundiários se intensificam, momento que aparecem para defender o direito à propriedade da terra, brandindo palavras de ordem contra a reforma agrária e na defesa da *justiça para todos*.

¹⁸⁸ Presidente do Sindicato Rural de Uruaçu. O crime ocorreu devido a existência de problemas relacionados à política fundiária local.

¹⁸⁹ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde. Eleito em 1982 travava intensa resistência contra o latifúndio e, constantemente, sofria ameaças dos fazendeiros e empresários do setor canavieiro, devido a sua postura contundente na defesa dos direitos dos trabalhadores assalariados rurais.

V.5 Os Movimentos Sociais Emancipatórios: O MST e o MAB

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança da salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

(SANTOS, 1994)

Para Ricci (2003) a força do MST está na capacidade de sustentar o amálgama entre as dimensões racional e mística na luta pela terra. Autores como Gohn (1997) e Fernandes (2001) apontam interpretações sobre o “novo” do qual o MST é portador, inclusive, se diferenciando de outros movimentos sociais que atuam no campo e salientam que o MST é capaz de elaborar um projeto nacional, ou seja, uma nova alternativa para a institucionalidade pública.

Já outros autores, dentre eles Navarro (2003) são céticos em relação à perspectiva histórica do MST. Apontam os impasses de natureza estrutural que não possibilitaria o rompimento com a lógica de reprodução do capital no campo brasileiro. Navarro (2003) destaca a natureza regionalizada das demandas e reivindicações dos camponeses e *trabalhadores da terra*, considerando as especificidades, desde o enfrentamento com o mercado globalizado à existência das particularidades regionais. Aponta a natureza ilusória do ideário de revolução presente nas fileiras do MST apregoado pelas lideranças do movimento, pois a possibilidade de ruptura da estrutura vigente não está colocada no imaginário social dos sem-terras, tampouco, na agenda desse movimento social.

Os ideais emancipatórios podem não ser as bases do movimento, mas possibilita a construção coletiva de sociabilidades que indicam reflexões e ações políticas contra o capital. O discurso de que na primeira oportunidade de acesso a terra, impõe a *cerca*, mantendo a histórica condição de sobrevivência, centrada na propriedade privada da terra não deve ser universalizado. O que se vê nas conversas e entrevistas com acampados e assentados, conforme os diferentes níveis de envolvimento e o acúmulo de experiências é a permanência de algumas formas de dominação perpetradas no mundo rural, centradas na tradição e nos valores gestados na sociedade capitalista. Entretanto, há avanços na construção de uma *memória militante* e uma ação política reconhecidamente progressista. Certamente, o maior desafio para o MST, não é indagar sobre a sua natureza revolucionária, mas, efetivamente construir novas sociabilidades, onde o *homem novo* possa emergir.

Enquanto movimento social, o MST cumpre a sua função denunciando com contundência a ação do latifúndio e a conseqüente condição de miserabilidade vivenciada pelos camponeses e *trabalhadores da terra*, ao reivindicar a reforma agrária de forma acertada e coerente. Agora, do ponto de vista da perspectiva histórica da superação das condições de opressão, não se pensa que seja uma tarefa de um movimento social, mas de diversos segmentos sociais que desejam romper com a condição degradante a que estão submetidos milhões de trabalhadores nesse país. Assim, o MST apresenta dificuldades, mesmo porque a sociedade brasileira é muito mais complexa do que o alcance da luta pela reforma agrária, sendo necessário apontar alternativas de gestão pública visando formular e operacionalizar essas políticas em âmbito nacional.

Nos anos 1990, o avanço das políticas neoliberais e o viés privatista atingiram de forma intensa a sociedade brasileira. Numa conjuntura internacional de mudanças no cenário político e econômico, os movimentos sociais e sindicais, assistiram “atorreados” as investidas do capital e do Estado sobre o trabalho e, conseqüentemente, sobre a ação política dos trabalhadores. A imposição do mercado e a necessidade crescente de redefinir políticas que asseguravam maiores ganhos ao capital transnacional afetaram de forma direta os movimentos sociais, sindicais e os partidos de esquerda.

A reforma do Estado redirecionava a regulação capital x trabalho, à medida que não se dispôs a mediar os conflitos, seja pelo uso do aparato estatal, seja pela execução de políticas públicas, a não ser quando os interesses do capital sofressem alguma ameaça. Houve um deslocamento político e ideológico da luta de classes para ações individualizadas entre “patrões e empregados” causando transtornos à ação política dos trabalhadores e de suas entidades de representação. Exemplificando: os movimentos sociais que lutam pela terra são criminalizados diante a judicialização da questão agrária (Tabela 06) através de medidas provisórias e atitudes extremamente autoritárias no tratamento dispensado aos camponeses e *trabalhadores da terra*.

Interessante que nos últimos anos (2002-2003) houve um crescente aumento da violência contra a pessoa no campo devido à retomada dos conflitos. E, ainda se percebe que a violência do poder público (judiciário) é significativamente maior, expressando a instrumentalização do Estado a serviço do latifundiário.

**Tabela 06 - Violência contra a pessoa no campo
variação relativa (%) 1999-2003**

Ano	Conflitos	PODER JUDICIÁRIO			PODER PRIVADO	
		Pessoas Envolvidas	Presos	Famílias Despejadas	Assassinatos	Famílias Expulsas
1999-2000	- 32,0	- 20,7	- 40,2	- 25,4	- 22,2	+ 203,0
2000-2001	+ 31,5	- 24,0	- 30,4	- 16,0	+ 39,0	- 82,4
2001-2002	+ 05,1	+ 04,3	- 37,8	- 27,8	+ 48,3	- 4,1
2002-2003	+ 82,7	+ 167,9	+ 140,5	+ 263,2	+ 69,8	+ 151,4

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

Elaboração: LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – UFF.

O Estado tem as suas funções redimensionadas devido às exigências do capital industrial e financeiro e à conformação das novas elites transnacionalizadas, que passaram a implementar investimentos em várias partes do mundo, modificando inteiramente o sentido de nação. As lutas pontuais e específicas não são correspondidas pelas agências estatais, daí a necessidade de articulações com conteúdo identitário em escalas geográficas mais amplas. A articulação através da compreensão da categoria *território*, enquanto possibilidade de uma ação política regionalizada, mas realizada em redes, para agregar as demandas postas pelos trabalhadores. Novas formas de gestão do território são apontadas, sugerindo uma nova institucionalidade pública e não apenas o atendimento pontual das demandas sociais apresentadas.

A partir dessa compreensão o MAB¹⁹⁰ – Movimento dos Atingidos por Barragens – que se organiza a partir de uma dada base territorial articula a população atingida contra a construção das barragens e indaga o modelo energético brasileiro. Muitas outras experiências estão sendo desenvolvidas tendo como suporte de articulação o território. O território enquanto elemento constitutivo, portanto, identitário das lutas sociais, não escapa à institucionalização, porém suas ações (re)definem o papel estatal, acarretando a adoção de práticas políticas, conforme as reivindicações dos movimentos sociais, balizadas pela sua capacidade de se colocarem na agenda do Estado.

¹⁹⁰ Na luta contra a construção das barragens de Itá e Machadinho, foi criada em fins de 1979, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), implementando reassentamentos em regime de auto-gestão no país.

No Brasil, no final da década de 1970, na conjuntura da emergência das forças populares, surge o MAB que passa a organizar e mobilizar os camponeses e *trabalhadores da terra* atingidos pela construção de hidrelétricas e, indiretamente, questionava o modelo energético implementado no país, como parte da lógica perversa do capital industrial e financeiro. A construção de usinas hidrelétricas de grande porte trouxe vários problemas sociais, resultando na expulsão de milhares de trabalhadores do seu local de trabalho – a terra. Esses problemas sociais ganharam destaque nos discursos oficiais que estabeleceram uma relação de custo e benefício, fomentando a noção de que o “progresso” advindo do processo de modernização capitalista possibilitaria a criação de uma riqueza coletiva, sendo em seguida distribuída entre todos. É a velha máxima, ideologicamente impregnada, de que é necessário construir o bolo, que seria dividido, quando o fermento do progresso o fizesse crescer.

Essa concepção unitária de progresso expressa o entendimento da história enquanto possuidora de uma lógica interna, de um sentido e de uma direção, sem, contudo, considerar as contradições e as clivagens envoltas no processo do *fazer-se história*. Assim, o ato de progredir, de ir para diante é tomado como melhoria, sem ao menos indagar acerca dos malefícios propiciados aos homens (os trabalhadores) e a terra. No dizer de Marx (1988):

E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1988, p. 100).

Para os ideólogos da política desenvolvimentista, que não é (des)envolvimento, a energia produzida nas grandes barragens criaria uma nova riqueza na indústria ao possibilitar a transformação de matérias-primas em mercadorias, produzindo um maior dinamismo no mercado e a geração de emprego. É necessário vaticinar neste ínterim, que o sentido do progresso aqui tratado é o desenvolvimento das potencialidades do trabalho, visando a extração ampliada de mais-valia.

A noção de desenvolvimento está totalmente equivocada. Exemplificando, quando dizem que o vale do São Marcos não produz estão comparando com as áreas de chapadas com as grandes lavouras de soja. Não consideram que aqui vivem mais de 400 famílias produzindo em pequenas propriedades que abastecem as feiras locais e supermercados de Catalão. Aqui, a barragem vai provocar a perda da casa e dos meios de vida. Na cidade seria perder a casa e

o emprego. Isso sem considerar os problemas ambientais. (M. P. A – Coordenador Nacional do MAB – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A produção de energia beneficia as grandes indústrias, pois os consumidores domésticos são os que menos utilizam a energia consumindo cerca de 25% do total gerado no país. Já as empresas eletrointensivas (produtoras de aço, ferro, alumínio e cimento) consomem aproximadamente 49% de toda a energia produzida (Tabela 07) exportando, de forma indireta, água e energia brasileiras, às custas do sofrimento de milhares de camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados.

**Tabela 07 - Consumo de Energia Elétrica
por Setor no Brasil**

Setores	Gasto geral em %
Indústria Pesada (*)	32,4
Indústria Leve	16,0
Residencial	25,3
Comércio/Serviços	13,5
Serviços Públicos	8,7
Agropecuária	3,8
Transporte	0,3
TOTAL	100,0

Fonte: Caderno de Formação Nº 8 – MAB, pág. 07.

Org. M. R. Mendonça, 2004.

(*) Indústria de Cimento, Siderurgia, Metalurgia (Ferro, Ligas, Alumínio), Química, Papel e Celulose.

A construção de grandes barragens evidencia a associação direta entre a indústria metal-mecânica e o capital financeiro mundializados, não fazendo parte de uma democrática *opção brasileira*, pois atenderam e atendem, atualmente mais ainda, aos interesses dos grandes monopólios transnacionais.

A construção de usinas hidrelétricas no Brasil expressou a opção do Estado¹⁹¹, associada aos interesses do capital transnacional, ao efetivar políticas energéticas, centradas na produção de energia a partir d'água. Essa ação implicou em desconsiderar as fontes de energia alternativas¹⁹², que minimizam os impactos sociais e ambientais em relação às áreas atingidas pelos barramentos.

A energia elétrica gerada no Brasil aumentou significativamente, mas, é distribuída de forma muito desigual. Em sua maioria, está destinada para as grandes indústrias e para os consumidores residenciais que podem pagar. Ainda é grande o número de famílias que não possuem energia em suas casas que não podem pagar e/ou porque residem em lugares onde não há infra-estrutura para a distribuição de energia. Atualmente, mais de 20 milhões de brasileiros¹⁹³, vivem sem energia elétrica, denunciando o caráter concentrador e excludente do modelo energético brasileiro. Assim, a expansão de bens de consumo modernos que garantem ações corriqueiras da vida cotidiana, como ter lâmpadas em casa, televisão, geladeira, ferro elétrico, chuveiro elétrico, não fazem parte do cotidiano de milhares de famílias pelo país afora, caracterizando uma exclusão do consumo que, aliás, faz parte do acordo firmado com o FMI – Fundo Monetário Internacional – para formação de divisas e superávits primários que garantem o pagamento da dívida externa e o nome do Brasil fora do *SPC – Serviço de Proteção ao Crédito Internacional*.

¹⁹¹ Conforme o Decreto de 16 de outubro de 2001 que outorga concessão para exploração de potencial hidráulico, por meio da usina hidrelétrica Serra do Facão, no rio São Marcos, fica evidente a associação entre os interesses empresariais e o aparato estatal. Numa das cláusulas destaca: “Parágrafo único. A energia elétrica produzida será utilizada pela empresa Companhia Brasileira de Alumínio, para uso exclusivo, podendo comercializar seus excedentes de energia elétrica, eventual e temporária, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comercializada pelas empresas Alcoa Alumínio S/A, DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., na condição de produtor independente, nos termos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996. (Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/>> - acesso em janeiro de 2003).

¹⁹² Atualmente as alternativas para a produção de energia, mediante pesquisas, apontam o aproveitamento da biomassa, dos ventos, das marés e, principalmente, da energia solar, minimizando consideravelmente a necessidade da construção de hidrelétricas.

¹⁹³ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>

Em 1960 é criado o Ministério das Minas e Energia e em 1962 a Eletrobrás¹⁹⁴ – sociedade de economia mista tendo o governo federal como principal acionista – responsável pelo planejamento, pelo financiamento e pela política do setor elétrico. Este é o início de um período que se estendendo e se consolidando na década de 1970, numa integração do setor em torno da Eletrobrás, convergindo para interligar boa parte dos sistemas isolados, articulando intervencionismo estatal e financiamento estrangeiro para o desenvolvimento de ajustes estruturais estratégicos e para o enfrentamento da crise do capitalismo, fazendo com que a *indústria barrageira* se ampliasse de forma significativa no Brasil.

No início da década de 1970, no auge da crise do petróleo e redefinições da divisão territorial do trabalho pelas grandes potências, o Brasil se reestruturou, buscando redefinir internamente, a forma de desenvolvimento do capitalismo, implementando o projeto *Brasil Potência*, articulado no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979). É desse período a matriz dos grandes projetos e dos grandes espaços, que tem na energia hidrelétrica sua grande alternativa para a abertura de novas opções de progresso, criando um profundo (re)ordenamento espacial da economia brasileira. A Tabela 08 nos mostra a evolução da energia de fonte hidráulica no país.

¹⁹⁴ Desde sua elaboração, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o projeto de criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) enfrentou a oposição das concessionárias estrangeiras e de algumas estaduais, de vários políticos e até de ministros do próprio governo. O projeto tramitou lentamente no Congresso e sua discussão foi interrompida em 1955, sendo retomada no ano seguinte, sob pressão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma das legendas da ala nacionalista. Na gestão de Juscelino (1956-1960), o texto foi aprovado na Câmara, com emendas, e remetido ao Senado, onde sofreu novas alterações. Finalmente, em 10 de dezembro de 1960, suavizado pelas emendas, o projeto foi aprovado. Ainda assim, a Light iniciou nova campanha, agora pelo veto presidencial. A polêmica entrou pelo governo Jânio Quadros, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e dos Diários Associados. Mas o projeto acabou sendo assinado, em 25 de abril de 1961, e transformou-se na Lei 3.890-A, sancionada em junho de 1962. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/EM_Empresa.asp>

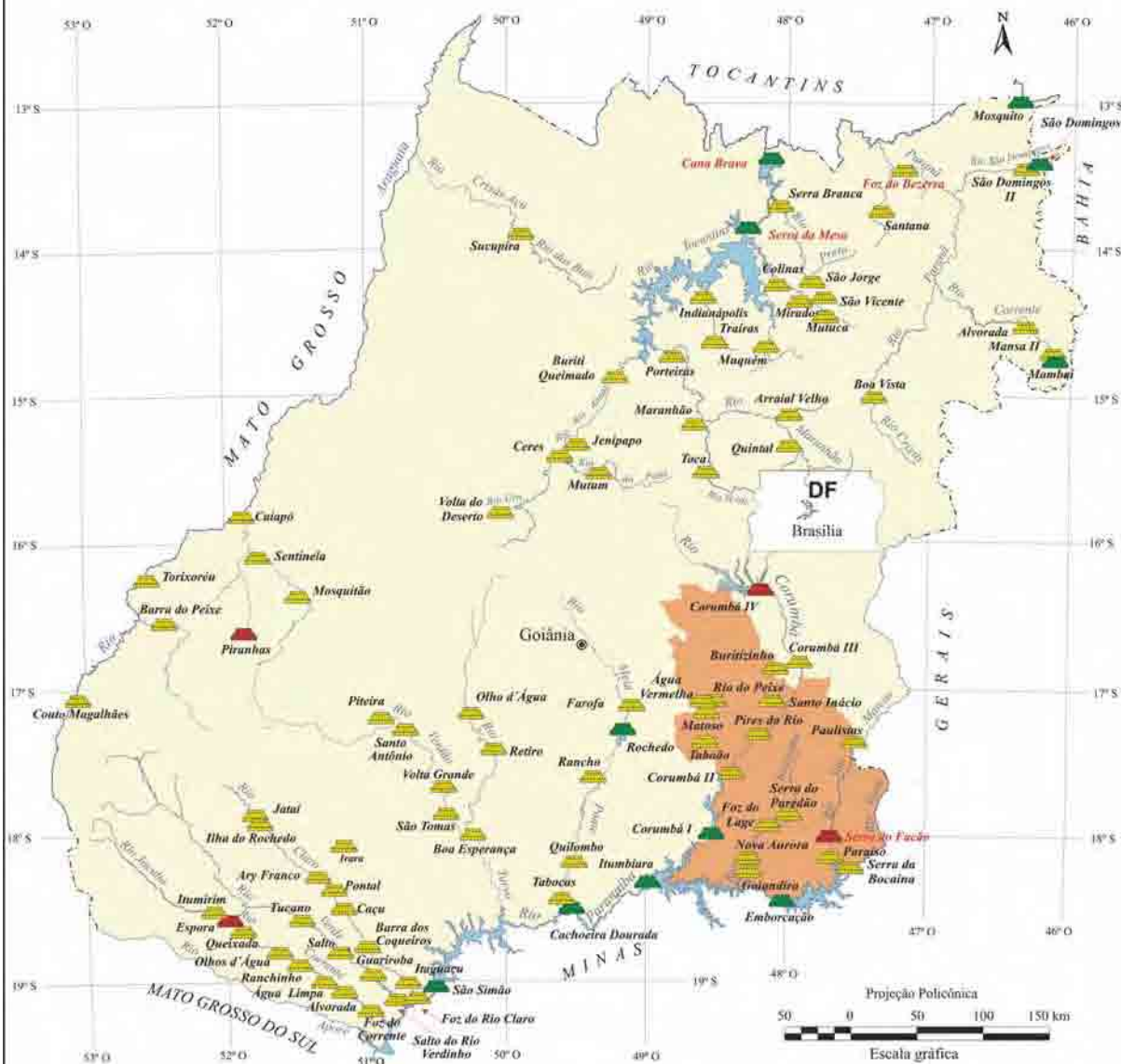
Tabela 08 – Oferta Interna de Energia por Fonte – %

FONTE	1970	1980	1990	1998
NÃO RENOVÁVEIS	36,9	44,0	37,8	42,0
Petróleo e Derivados	33,5	39,0	30,2	33,8
Gás Natural	0,2	0,8	2,3	2,7
Carvão Mineral e Derivados	3,2	4,2	5,0	4,9
Outras	0,0	0,0	0,3	0,6
RENOVÁVEIS	63,1	56,0	62,2	58,0
Hidráulica e Eletricidade	15,6	26,8	36,1	38,4
Lenha e Carvão Vegetal	42,5	22,0	15,0	8,4
Produtos da Cana	4,8	6,5	9,9	9,9
Outras	0,3	0,7	1,1	1,3

Fonte: MME – Balanço Energético Nacional. In: FROTA, I. A difícil sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

Conforme documentos apresentados pelo MAB, existem no Brasil cerca de (02) mil barragens. A Eletrobrás prevê que até 2015 serão construídas mais 494 barragens sem considerar a construção das pequenas hidrelétricas. Cerca de um milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras e 3,4 milhões de hectares foram inundados e, ainda, a cada 100 famílias atingidas, cerca de 70 não foram beneficiadas pelos agentes do capital. Em Goiás, conforme (Figura 16) estão previstos diversos projetos para a construção de hidrelétrica propiciando (re)arrumações espaciais nas *áreas cerradeiras* com impactos sociais e ambientais de devastadores.

FIGURA 16 - ESTADO DE GOIÁS: LOCALIZAÇÃO DOS AHE's EM OPERAÇÃO, EM CONSTRUÇÃO, EM OUTORGA E PLANEJADOS (2004)



FONTE:

Departamento de Estradas de rodagem - DER-GO. Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (tomo cartográfico).
 CELG - Bacia hidrográfica do Paranaíba. Mapa disponível em: http://www.celg.com.br/pesquisa_bacias.jsp. Acessado em 22/08/2004.

ORGANIZAÇÃO:

Marcelo Rodrigues Mendonça

Cartografia digital:

Loçanda Borges de Moraes





UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: Antonio Thamaz Júnior

ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

LEGENDA

-  Aproveitamento Hidrelétrico em operação
-  Aproveitamento hidrelétrico em construção
-  Aproveitamento hidrelétrico em outorga ou planejado
-  Sudeste Goiano

Obs. Nos AHE's destacados na cor vermelha é forte a situação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem)

A imposição da *nova ordem mundial globalizada* arrastou as áreas que interessam ao mercado mediante os interesses das transnacionais que colocaram países como o Brasil no centro das medidas neoliberalizantes. Isso implicou em significativas mudanças territoriais, uma vez que a hegemonia estatal – em essência *territorial* – é hoje uma condição discutível. O poder das transnacionais, sobretudo de características *desterritorializantes* pode ser pensado como a nova e verdadeira hegemonia.

Na atualidade os objetos técnicos não mais nos obedecem nos lugares onde estamos, pois apresentam lógicas estranhas, acarretando novas formas de alienação. “Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também freqüentemente simbólica.” Santos (1994. 112). Essa fluidez do capital ocasionou dificuldades para os movimentos sociais, dentre eles, o MAB, vez que a maior parte das empresas construtoras de barragens são grupos transnacionais, sediadas nos países desenvolvidos. As novas barragens construídas estão controladas por grupos empresariais estrangeiros, alguns associados aos capitais nacionais, se constituindo numa transferência, da energia e das águas para os grandes conglomerados econômicos e financeiros.

Temos então, no âmbito da globalização um problema adicional ao exercício da cidadania: diferentemente dos Governos Estatais, as empresas transnacionais não vivem na *prisão* territorial dos Estados, podem migrar ou agir no espaço sem nunca *materializarem-se* por muito tempo em um *lugar*. Estas podem, conforme suas conveniências estratégicas, transferirem seus centros de comando para qualquer ponto do planeta – procedimento muito facilitado pela tecnologia informacional existente – e, desta forma, criar dificuldades às negociações cidadão-empresa. (CARVALHO, 2002, p. 04).

A implantação de novos projetos hidrelétricos no território implicou na construção do MAB em Goiás, na maioria dos casos, na mesma proporção com que os projetos de novas hidrelétricas foram sendo apresentados. As barragens de Cana Brava, Serra da Mesa e Serra do Facão em Goiás, as duas primeiras já construídas e a última com o Licenciamento de Instalação aprovado, mas suspenso por ação judicial, impetrada pelo Ministério Público Federal, expressam a territorialização do MAB em Goiás, tratada mais adiante.

V.6 A Luta pela Terra: O MST no Sudeste Goiano

Primeiro tem que deixar claro que a luta pela terra em Goiás já acontecia antes da chegada do MST. Que era forte, desde José Porfírio, a CPT fazia lutas pela terra, organizando trabalhadores, levando pra terra. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de várias regiões atuavam e lutavam pela terra, mesmo que fosse dentro da legalidade. Antes da chegada do MST já fazia a luta da terra. Então essa luta já existia e talvez com métodos diferentes que o MST usa hoje, mas inclusive a chegada do MST se deu através da CPT e dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

(L. A. Direção Estadual – MST/GO – Entrevista, março de 2003).

Marques (2000) destaca momentos diferenciados da ação política impetrada pelos camponeses e *trabalhadores da terra* na história agrária brasileira, considerando períodos em que os personagens principais na construção da luta foram os rendeiros e foreiros no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, mais tarde os posseiros no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e, mais recentemente, os sem-terra que se destacaram enquanto sujeitos sociais e políticos em meados dos anos 1980 se estendendo até os dias de hoje.

O MST se tornou, nos anos 1990, o movimento social de maior expressão política no Brasil. Apoiou-se nas experiências da *pedagogia popular* desenvolvida pela Igreja Católica progressista, associando elementos místicos das práticas religiosas dos camponeses com as práticas cotidianas do mundo rural – sociabilidades rurais, sob intensa disciplina e organização das atividades propostas.

Na criação e consolidação do MST, a Igreja Católica, por meio da CPT, exerceu fortes influências na organização e articulação do movimento. A coesão e construção de um movimento em nível nacional, com atuações nos diversos Estados, foram possíveis em função da efervescência política que o país vivenciava em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 e da rede de relações que se formava entre os mais diversos segmentos dos trabalhadores expropriados. (HORA, 2003, p. 62).

Em 1984, ocorreu o I Encontro Nacional do MST em Cascavel (PR) e, logo depois, o I Congresso Nacional, em Curitiba (PR). O movimento se expandia e criava expectativas entre os trabalhadores desterritorializados. Em Goiás, com o apoio da Diocese de

Goiás, iniciava-se o enfrentamento político¹⁹⁵ com a luta dos posseiros na Fazenda Estiva e a ocupação da Fazenda Mosquito na cidade de Goiás entre outras ações pontuais.

Em 1986 é realizado o I Encontro Estadual do MST em Goiás e no ano seguinte é criada a Coordenação Estadual que intensificou ações políticas de ocupação de terras e, concomitantemente, caravanas e mobilizações para angariar o apoio da sociedade, distanciando-se da influência direta da CPT. Entre 1989 e 1995 ocorreram intensas disputas entre o MST e a CPT, assim como com outras agremiações que se colocavam em defesa da reforma agrária, ocasionando graves prejuízos para ação política. Esse período apresentou disputas entre os *agentes de mediação* pelo direcionamento da luta pela terra. Apenas em 1996, com a ocupação da Fazenda Santa Rosa¹⁹⁶ em Itaberaí (GO), houve a reaproximação com a CPT e a partir daí numa ação política fortalecida, a visibilidade da luta pela terra foi intensificada, evidentemente, associada às ações políticas em nível nacional que culminaram com a Marcha a Brasília em 1997.

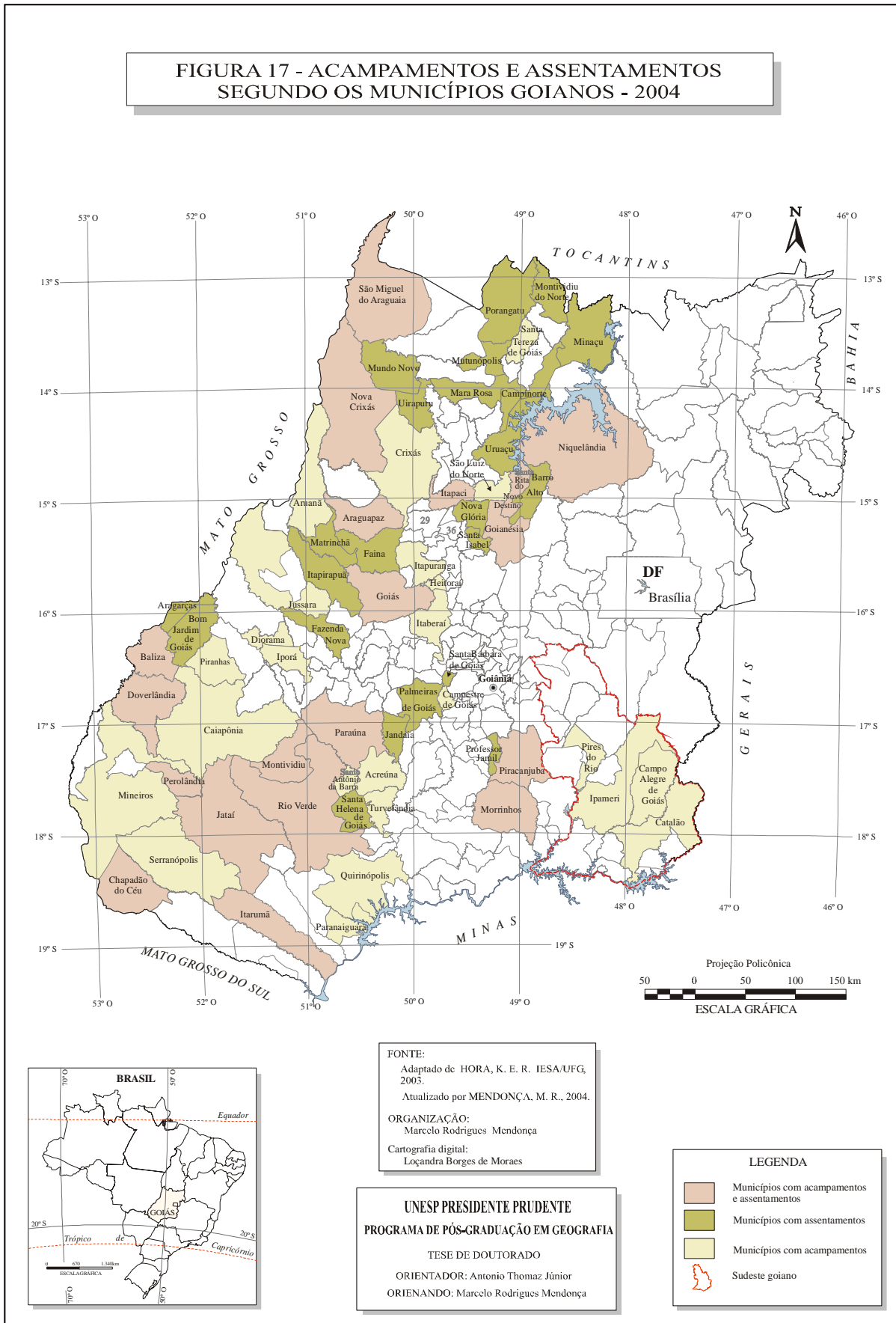
O MST chega em Goiás em 1985, quase na mesma época da criação do MST nacional, e aí teve um período que era muito vinculado com a CPT e aos sindicatos, era muito restrito à região da Diocese de Goiás, ou seja, o MST não tinha cabeça própria. Então a partir dos anos 1990 é que o MST começa a criar seu corpo orgânico e ter a sua autonomia política na construção da luta pela terra E, a marca mais forte foi a ocupação da fazenda Sta. Rosa em Itaberaí (1997), que resultou no assentamento Che Guevara. E de lá pra cá foi que o movimento começou a criar seu corpo orgânico, a sua cabeça, a sua política e incrementar os métodos do movimento na luta pela terra. (L. A. Direção Estadual – MST/GO – Entrevista, março de 2003).

No território goiano, o MST priorizou algumas regiões para uma ação política mais direta. Tradicionalmente, a área que apresentava maior organização e mobilização dos camponeses, estava sob influência direta da Diocese de Goiás-GO. Mas, à medida que em a agricultura moderna, em larga escala avançava e se territorializava, primeiramente no Sudoeste Goiano e mais tarde no Sudeste Goiano, os problemas advindos da *despossessão* e da miséria crescentes no campo e nas periferias urbanas, possibilitava um terreno fértil para ação política na luta pela terra e pela reforma agrária (Figura 17).

¹⁹⁵ Maiores informações HORA (2003), SILVA (2001), PESSOA (1999), DUARTE (1998), entre outros.

¹⁹⁶ A ocupação da Fazenda Santa Rosa foi um marco na luta pela terra em Goiás, pois possibilitou um amplo espectro de alianças e apoios, inclusive em função da truculência que a polícia dispensou aos *trabalhadores da terra*. A área foi ocupada por cinco vezes, sendo a primeira em março de 1996 e, a imissão de posse pelo INCRA ocorreu em maio de 1998. Possuía 4.090,02 ha e abrigou 116 famílias originando o assentamento Che Guevara.

FIGURA 17 - ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS SEGUNDO OS MUNICÍPIOS GOIANOS - 2004



FONTE:
 Adaptado de HORA, K. E. R. IESA/UFG, 2003.
 Atualizado por MENDONÇA, M. R., 2004.

ORGANIZAÇÃO:
 Marcelo Rodrigues Mendonça

Cartografia digital:
 Loçandra Borges de Moraes

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO
 ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior
 ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

LEGENDA

- Municípios com acampamentos e assentamentos
- Municípios com assentamentos
- Municípios com acampamentos
- Sudeste goiano

No Sudeste Goiano, a territorialização do MST ocorreu a partir de 2002, com a implantação dos primeiros acampamentos em Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão e Pires do Rio, provocando uma efervescência política entre as elites. Essas, amedrontadas e enraivecidas, em contrapartida envidam esforços no sentido de cercear o crescimento da ação política desencadeada pelos camponeses e *trabalhadores da terra*. Avizinha-se uma nova recomposição de classes a partir da agudização dos projetos políticos entre os empresários rurais e aliados e os *trabalhadores da terra*, camponeses, sindicalistas, etc que lutam pela reforma agrária, apontando a perspectiva de uma *unificação orgânica dos trabalhadores*. A modernização conservadora da agricultura diante da territorialização das empresas rurais, concentradas nas chapadas, é colocada em discussão, diante dos impactos sociais e ambientais que geram incerteza, mas também a necessidade de uma intervenção mais qualificada acerca das perspectivas para milhares de famílias de *trabalhadores da terra* desterritorializadas e para as questões ambientais nas áreas chapada, principalmente no que tange aos recursos hídricos.

A atuação ofensiva do MST ocorria e, ainda ocorre meio que a reboque da modernização conservadora da agricultura que promove a *descampanização* e propicia a crescente marginalização dos camponeses e *trabalhadores da terra* das condições mínimas de sobrevivência. Inicialmente, a ação do MST priorizou áreas próximas à Goiânia e à cidade de Goiás e, mais tarde, se expandiu para o Sudoeste Goiano – área de maior concentração das empresas rurais – e para o Noroeste Goiano, área onde predomina a pecuária extensiva, apresentando situação de fronteira em expansão mediante a territorialização dos projetos agropecuários.

Observando a Figura 17 percebe-se uma estreita relação com a leitura efetuada pela Coordenação Estadual do MST sobre as transformações espaciais em Goiás.

O Estado de Goiás tem duas características nessa nova ofensiva da agricultura moderna: tem uma parte do Estado que é propício para isso. Basicamente, é a região Sul/Sudoeste do Estado que são terras férteis e de fácil mecanização, terras planas, porque a agricultura moderna precisa dessas condições. E tem a região Norte/Nordeste do Estado que são de baixa fertilidade, terras bem quebradas, bem acidentadas que ainda estão nas mãos dos latifúndios. Que nós chamamos de *latifúndio atrasado*, que está nas mãos de fazendeiros que ainda usam pistoleiros, tipo o coronel antigo, e é nessas regiões que a pecuária predomina. Então nós temos dois tipos de enfrentamento: um nas áreas que priorizam a agricultura moderna, aí eles tem encarado como luta de classes e aí o enfrentamento é político, onde nós estamos perdendo sempre; e o outro se você vai para estas outras regiões, onde teoricamente teria mais facilidade, em termos de conquistas, você acaba tendo um enfrentamento com os fazendeiros, com os pistoleiros, e aí

quando você consegue ter algumas conquistas nessas regiões, as terras não são propícias para a Reforma Agrária, pra fazer o assentamento. Então nós temos nesta questão da Reforma Agrária uma dificuldade muito grande aqui no Estado de Goiás, mas nós temos boas perspectivas, temos feito um trabalho grande, há um avanço muito grande do movimento no Estado nesses últimos anos. Nós tivemos nestes últimos dois anos duas grandes conquistas: o assentamento de Canudos que fica a 40 km da Capital, que deu uma nova dinâmica à luta; e, ultimamente, conquistamos uma área com mais de 40 mil hectares, um pouco afastada, mas assentamos cerca de 700 famílias, sendo fundamental para manter a esperança do povo. (W. S. Coordenação Estadual – MST/GO – Entrevista, março de 2003).

Segundo informações da Coordenação Estadual do MST, em Goiás, há cerca de 7.000 famílias acampadas, sendo que, aproximadamente a metade estão vinculadas ao MST. Ainda, informaram que, conforme levantamento do INCRA/GO, existem 370 áreas que exercem atividades consideradas produtivas em menos de 50% da área total da propriedade, sendo passíveis de desapropriação para a implementação da reforma agrária.

Historicamente, o Sudeste Goiano foi uma das regiões do Estado de Goiás que apresentou e, ainda apresenta significativos conflitos pela posse da terra. As revoltas camponesas e as ações dos *trabalhadores da terra* em diversas localidades contra a expropriação impetrada pelo latifúndio foram cantadas em prosa e verso na literatura regional e nacional. Na história recente, poucos são os registros de luta pela terra de forma ordenada e organizada conforme a ação dos movimentos sociais que lutam pela terra no país. Até recentemente o que mais ocorria eram ações pontuais desencadeadas a partir da apropriação violenta das terras diante a falsificação de títulos de áreas – grilagem – sendo tomadas como disputas localizadas e individuais.

A luta pela terra no Sudeste Goiano, como apontado anteriormente, se destacou pela Luta do Arrendo (1948-1952) e por diversos conflitos pontuais presentes na memória e nas histórias contadas cotidianamente. Nas últimas décadas vangloria-se de ser uma das áreas mais industrializadas do Estado, mais precisamente a cidade de Catalão – pólo regional, que tem a presença de grandes mineradoras e montadoras que propiciaram o surgimento de um operariado diversificado e um crescimento acelerado do setor de serviços. Todavia, a região sofreu intervenções que alteraram demasiadamente os modos de vida. Desde a ferrovia no início do século XX, a construção de Goiânia e principalmente de Brasília ocorreram substanciais migrações sob todas as suas modalidades, mas com relativo “despovoamento” das áreas rurais.

Aparentemente havia uma “ordem” como se a expulsão dos camponeses e *trabalhadores da terra* fosse uma necessidade, sendo considerada natural, evidenciando a

banalização das questões agrárias e agrícolas escondidas sob o afã da industrialização. Os movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária até bem pouco tempo, eram desconhecidos da maioria das pessoas. A passagem da Marcha dos Sem Terras em direção a Brasília, em 1997, possibilitou uma maior visibilidade da questão agrária, pois o público, em sua maioria, apenas tinha as informações oriundas da mídia.

A Marcha ficou vários dias em Catalão e recebeu um apoio extraordinário de grande parcela da população, ora pelo comprometimento político, ora pelo sentimento cristão e de fraternidade que embalava os discursos proferidos. Entrevistas nas rádios locais, uso da Tribuna Popular na Câmara Municipal de Catalão, visitas as Escolas e Universidades, distribuição de panfletos e conversas com os moradores nos bairros periféricos animavam e (des)construíam os *medos contidos* em alguns e certamente reforçava a ira de muitos, receosos de que esses “bandoleiros” aqui resolvessem atuar. Logo, numa pacata cidade onde “todos” viviam tranqüilamente poderia ocorrer violentas ações, trazendo a desordem e o caos, alertavam ruralistas, patronato e demais simpatizantes das classes hegemônicas.

Quando a Marcha saiu de Catalão em direção ao Distrito de Pires Belo, os Sem-Terras avistavam fazendeiros em seus cavalos, postados às margens da BR-050, receosos de que suas propriedades fossem ocupadas. E, por mais irônico que seja esses fazendeiros não são grandes proprietários rurais, mas apenas médios pecuaristas, em sua maioria, que praticam uma pecuária leiteira combinada com uma pecuária de corte semi-extensiva, pois as condições geomorfológicas não permitem o plantio de extensas áreas. As grandes lavouras comerciais (empresas rurais) distam de 80 a 100 quilômetros da BR – 050 por onde os manifestantes seguiam.

Se uma grande parcela da população os recebia bem, mesmo porque estavam de passagem, não causando preocupações, as elites e os proprietários rurais se preocupavam, e viam a movimentação em torno da reforma agrária como um perigo que rondava as suas propriedades. Passados alguns anos, de acordo com a decisão da Coordenação Estadual do MST (2002) de criar as regionais, sendo uma delas em Catalão, a situação se torna interessante, retomando-se a organização e a mobilização dos camponeses e *trabalhadores da terra* no Sudeste Goiano. O primeiro acampamento de trabalhadores sem-terras, organizado pelo MST surgiu no ano de 2002, às margens do rio Corumbá, divisa entre os municípios de Ipameri e Caldas Novas com aproximadamente 190 famílias. Nessa primeira incursão na luta pela terra e pela reforma agrária ocuparam uma área pertencente a uma hidrelétrica, objetivando criar uma sensibilização lenta, mas necessária para constituir o enfrentamento político.

Em 2003, a Fazenda Canadá foi ocupada no município de Campo Alegre, distante 40 kms de Catalão. A área já deveria ter sido leiloada pelo Banco do Brasil em função de dívidas contraídas pelo empresário rural que se arrastam há vários anos. A primeira ocupação ocorreu em 21 de julho de 2003, entretanto, desocuparam a área com a promessa de avaliação técnica do INCRA/GO e se agruparam no *corredor* nas proximidades do Ribeirão Capão Dantas, às margens da BR-050 (Foto 31). Após seis meses sem que a situação fosse resolvida, voltaram a ocupar a área em 31 de janeiro de 2004 e novamente foram expulsos, voltando para o *corredor*. A demora desestimulou muitas famílias, que abandonaram o acampamento. Diante do impasse, o MST deslocou diversas famílias do Sudoeste Goiano para fortalecer o acampamento, que recebeu a denominação de Antônio Conselheiro e, atualmente, implementa atividades de base com o intuito de fazer com que famílias catalanas e da região possam ser incorporadas ao acampamento.



Foto 31 – Acampamento de Sem Terra (MST) às margens da BR-050 – Córrego Capão Dantas/Catalão-GO (Sudeste Goiano). (Foto de H. A. Mesquita, 2003).

Recentemente (maio/2004), houve o deslocamento de parcela das famílias que construíram um novo acampamento nas proximidades de Catalão (trevo de acesso à cidade – Foto 32), como forma de obterem maior visibilidade e apoio de parcela da população urbana. Ainda visam sensibilizar as famílias de camponeses e *trabalhadores da terra*

desterritorializadas que possuem uma *memória da terra*, para engrossarem as fileiras reivindicatórias do MST reivindicando a terra e a reforma agrária.



Foto 32 – Acampamento às margens da BR-050 (Trevo de acesso a Catalão-GO). Sudeste Goiano. (Foto - M. Venâncio, 2004)

Assim, referenciando em Thomaz Júnior (2003), a ampliação e/ou a diminuição dos embates entre os atores sociais e as lutas a eles iminentes, sobretudo no âmbito do movimento operário, incluindo o *universo camponês*, nos impõem a necessidade de apreendermos os sentidos e os nexos que esse processo influencia na contemporaneidade do capital e do trabalho. Especialmente quando nos colocamos diante do atual eixo do confronto que se estabelece no Brasil, tendo à frente os movimentos sociais envolvidos diretamente na luta pela terra e pela reforma agrária, mais propriamente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Dessa forma, debruçamos-nos com o devido amparo teórico e empírico sobre a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes, os elementos estruturantes da relação capital-trabalho e a polissemia do trabalho. Os movimentos sociais *marcam* os territórios, possibilitando distintas configurações geográficas que carecem de interpretações, pois não são devidamente valoradas nas reflexões acadêmicas. O objetivo da propositura não é inserir esses sujeitos sociais e/ou dar-lhes vozes. Ao contrário, são legítimos interlocutores

das demandas historicamente colocadas pelos trabalhadores e possuem destacada presença na arena societal, negando as formas perversas de (re)produção do capital. Apontam a perspectiva histórica através de ações emancipatórias, fortalecidas na luta pela terra, pela reforma agrária e na ação direta contra o modelo energético brasileiro, centrado na produção de energia a partir da construção de hidrelétricas que propicia uma enormidade de impactos sociais e ambientais. É a partir dessas preocupações que o MAB se territorializa no Sudeste Goiano através da luta contra a barragem Serra do Facão.

V.7 A Luta pela Permanência na Terra: O MAB no Sudeste Goiano

Eu queria que o rio visse os últimos dias da minha vida. Ele assistiu a vida de minha família desde o meu bisavô. Toda a família viveu aqui. O São Marcos é o berço da nossa família. Se for construída a barragem vai acabar com tudo. E não é só a minha história, todos aqui possuem histórias parecidas. Os mais velhos como meu pai não acreditam que isso vai acontecer. Nós aprendemos a conviver com o rio, com os bichos e usar a terra e a água para sobreviver sem destruir. Quem é a favor da barragem é porque não tem noção do estrago que ela vai trazer. Falta informação pra essas pessoas.

(M. B. C. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A luta dos atingidos por barragens, em Goiás, começa sua trajetória em 1989, quando um movimento da população atingida pelo Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Bezerra, no rio Paranã afluente do rio Tocantins, apresentou relativa mobilização, sendo pioneiro na ação contra o *capital barrageiro*. A partir dessa experiência surgiram novos enfrentamentos destacando-se a luta contra a barragem Serra Mesa¹⁹⁷ – Rio Tocantins – concluída em 1997. O lago banha nove municípios e segundo o MAB, são mais de 1.800 famílias atingidas, sendo que, apenas algumas foram indenizadas adequadamente, dentre elas os grandes proprietários rurais e aquelas que possuíam terras onde construíram o canteiro de obras. Outro exemplo da territorialização do MAB em Goiás é a barragem Cana Brava¹⁹⁸ na

¹⁹⁷ A potência da hidrelétrica é 1.275 MW e as empresas construtoras foram Furnas, Votorantin Cimentos, Banco Bradesco e Camargo Correa. Serra da Mesa é o maior lago, em termos de volume d'água (54,4 milhões de metros cúbicos com área 1.784 km²) da América Latina.

¹⁹⁸ Atinge os municípios de Minaçu, Cavalcante, Colinas do Sul e áreas de quilombolas. Construída pelo grupo Gerasul/TRACTEBEL (empresa belga), atingiu mais de mil famílias. Dessas, 37 foram indenizadas (em assentamento modelo), outras tantas receberam indenizações irrisórias e a maioria luta pelo direito a terra.

bacia do Rio Tocantins, construída para gerar cerca de 450MW. Os atingidos de Cana Brava iniciaram sua organização a partir do MAB antes do início das obras, no entanto, pressões da empresa, o pagamento e reassentamento de algumas famílias fizeram com que os atingidos acreditassem nas promessas da empreendedora e abandonassem a luta.

A expropriação de centenas de famílias de suas terras *com uma mão na frente e outra atrás*, empurrou-as para a indignação. Sem as promessas do grupo empresarial e (des)organizados, pois haviam se recusado a mobilização, recorreram a Igreja Católica que solicitou, novamente, a presença do MAB na região. Os atingidos que haviam perdido suas terras, casas, trabalho, modos de vida e sonhos quando não tinham mais nada a perder, perceberam no MAB, a única solução para conseguirem resgatar a dignidade roubada. Dessa forma, hoje o movimento dos atingidos de Cana Brava é um dos mais bem estruturados do Estado e já realizou vários atos públicos, a ocupação do canteiro de obras, participação em cursos de formação e uma interlocução qualificada sobre o modelo energético brasileiro e ampliaram a reflexão para fortalecer a luta pela terra e pela reforma agrária. Dessa forma, outra realidade que está se desenhando em Goiás é a luta contra os empreendimentos que já estão licenciados, mas ainda não iniciaram as obras, seja pela ação política dos atingidos e/ou pela não liberação dos recursos por parte do Governo Federal. Nesta situação encontram-se as barragens de Corumbá III, no rio Corumbá, Serra do Facão, no rio São Marcos, dentre outras.

Diante da iminência da destruição das suas condições de vida e da possibilidade do deslocamento compulsório, camponeses e *trabalhadores da terra* do vale do rio São Marcos estão construindo uma nova identidade como sujeitos sociais transformadores. A Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns professores e alunos do Curso de Geografia da UFG – Campus de Catalão começaram a incentivar os atingidos a se reunirem e a discutirem o modelo energético no Brasil. Para uma melhor orientação, os atingidos recorreram ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Nacional, visando compartilhar experiências e metodologias de organização, consolidando o movimento no Sudeste Goiano. Nesse processo, os espaços de socialização política se dão através do trabalho de base e reuniões periódicas em locais cedidos pela Igreja Católica e/ou sindicatos ou nas próprias comunidades ameaçadas. Essas práticas são resultados das trocas de experiências que se tornaram táticas de formação e organização do MAB.

No Sudeste Goiano (Figura 18) há diversos projetos para construção de hidrelétricas, desde PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas – até grandes barragens como a recente autorização para a construção da hidrelétrica Serra do Facão¹⁹⁹.

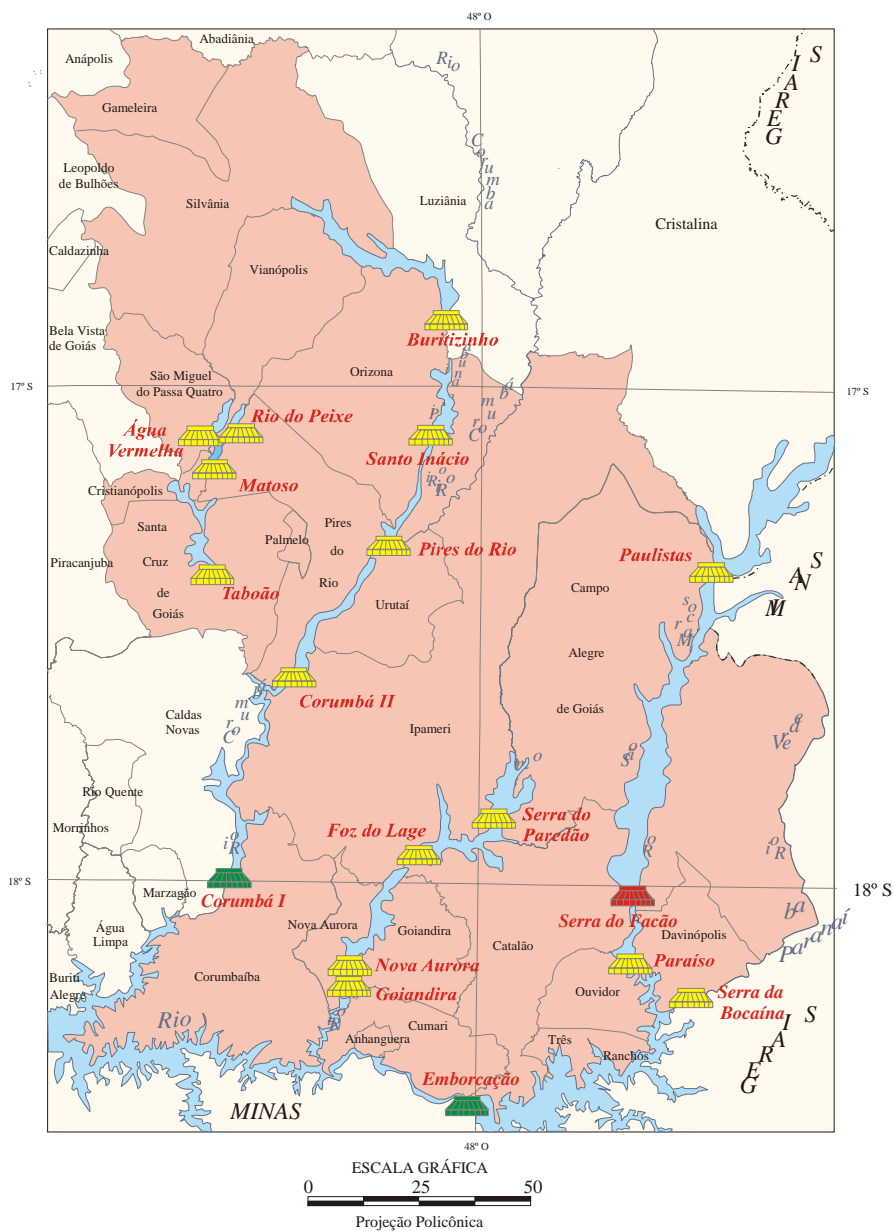
As ações políticas contra a barragem Serra do Facão se originaram a partir da elaboração do Projeto de Pesquisa²⁰⁰, que propunha acompanhar o processo de construção do barramento e os impactos sociais e ambientais decorrentes, através do registro das ações e das atitudes dos agentes envolvidos. O contato com as famílias atingidas e o conhecimento de suas realidades, colocou para os pesquisadores a necessidade de ampliar a discussão e, para tanto, conclamaram instituições e entidades comprometidas com a defesa dos trabalhadores e do meio ambiente a refletirem sobre a problemática.

A consolidação de um discurso crítico de conteúdo mais político no Curso de Geografia – CAC/UFG, propiciou uma aproximação com os movimentos sociais, como no caso da trajetória de lutas recentes dos moradores do vale do Rio São Marcos, com a possível expropriação, em função do projeto de aproveitamento hidrelétrico Serra do Facão. O significado da luta não pode ser reduzido a uma forma de resistência para permanecer na terra ou para a obtenção de uma boa indenização, que possibilita a compra de terras e/ou o reassentamento dessas famílias noutras áreas. A luta contém elementos de defesa de um modo de vida e de relações sócio-econômicas impressas no território e ancoradas na manutenção de valores culturais e relações sociais que não podem ser recolocados.

¹⁹⁹ A hidrelétrica Serra do Facão será implantada nos municípios de Catalão e Davinópolis, em Goiás, e terá potência instalada de 210 megawatts (MW). A concessão da usina, leiloadada em junho de 2001, foi arrematada pelo Consórcio Gefac. Constituído inicialmente pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que atua como autoprodutor de energia, e pelos produtores independentes Alcoa Alumínio S.A., DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., o consórcio incorporou posteriormente a Companhia de Cimento Itambé, em operação aprovada pela Agência em junho de 2002. Após as operações de reestruturação, o Gefac passou a ser constituído pela CBA, com 16,9737% de participação, e pela Cefac Energética S/A, com 83,0263%. (Boletim Energia, n. 104, 26/11a 02/12 de 2003. Disponível: www.aneel.gov.br/). A Camargo Corrêa Cimentos adquiriu 10,96% da Cefac Energética que pertenciam à Alcoa Alumínio, que ainda tem 39,47%. Também participam da empresa a Cimento Itambé (4,5%), Votorantim Cimentos (18%) e DME Energética (10,08%).

²⁰⁰ Coordenado pela Prof^a Dr^a Helena Angélica de Mesquita – Curso de Geografia do Campus de Catalão e coordenadora do NEPSA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais, dispõe de alguns bolsistas e uma equipe de pesquisadores voluntários.

FIGURA 18 - AHE's EM OPERAÇÃO, EM CONSTRUÇÃO, EM OUTORGA E PLANEJADOS NO SUDESTE GOIANO (2004)

**FONTE:**

Departamento de Estradas de rodagem-
DER-GO. Mapa Rodoviário Estadual.
Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).

CELG. Bacia hidrográfica do Paranaíba
Mapa disponível in: http://www.celg.com.br/pesquisa_bacias.jsp. Acessado em 22/08/
2004.

ORGANIZAÇÃO:

Marcelo Rodrigues Mendonça

Cartografia digital:

Loçandra Borges de Moraes





**UNESP PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: Antonio Thomaz Júnior

ORIENTANDO: Marcelo Rodrigues Mendonça

LEGENDA

-  Aproveitamento Hidrelétrico em operação
-  Aproveitamento hidrelétrico em construção
-  Aproveitamento hidrelétrico em outorga ou planejado
-  Sudeste Goiano

A ação política agregou diversos atores ao processo. Uma comissão formada por atingidos e apoiadores após estudos dos laudos e relatórios apresentados produziu documentos²⁰¹, apontando os principais problemas diagnosticados e que foram encaminhados aos órgãos e autoridades competentes. Dessas preocupações, resultou a criação do MAB Regional, que passou a atuar objetivando conscientizar e politizar a comunidade atingida e não atingida sobre as graves consequências sociais e ambientais provocadas pela construção de grandes hidrelétricas. Intensificou-se a ação política com manifestos e atos públicos e uma peregrinação a Brasília²⁰², no sentido de sensibilizar as autoridades para a suspensão da construção do barramento.

Organizados em grupos de base, os atingidos promoveram em dezembro de 2002, Encontro Regional de Organização e Formação dos Atingidos, em Catalão. Esse encontro foi decisivo para a consolidação do MAB na região, pois possibilitou aos atingidos, maior compreensão do modelo energético e das políticas internacionais que controlam esse setor. Desde então, várias reuniões, atos públicos (passeatas) e denúncias em órgãos públicos foram realizadas. Em Janeiro de 2003, as denúncias foram protocoladas, no Ministério das Minas e Energia, no Ministério Meio Ambiente e no Ministério do Desenvolvimento Agrário entre outros, ressaltando as diversas irregularidades detectadas no EIA/RIMA²⁰³ e os *desmazelos* com os cadastramentos das famílias e propriedades atingidas. Em abril de 2003,

²⁰¹ Mediante a apresentação do EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto no Meio Ambiente e do PBA – Plano Básico de Ação – pesquisadores do NEPSA elaboraram um documento explicitando os principais problemas, apontando a farsa científica dos estudos realizados pelos “empreendedores” do AHE Serra do Facão com a conivência dos órgãos licenciadores. O documento contemplou as principais indagações dos atingidos e demais apoiadores exprimindo as preocupações da sociedade em nível regional com os impactos sócio-ambientais que a hidrelétrica acarretará e, sugere, que os novos licenciamentos sejam feitos mediante estudos por bacia hidrográfica e não por projetos individuais, na medida em que os efeitos ambientais são sinérgicos não se restringindo aos limites da área inundada. O documento foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, ao Ministério das Minas e Energia – MME, a Agência Goiana de Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal e Estadual, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, e tem sido utilizado nas reflexões com a comunidade circundante, assim como em encontros e congressos científicos de geografia e áreas afins.

²⁰² No dia 16/01/2003, foi protocolado documento solicitando audiência com os ministros do Meio Ambiente, das Minas e Energia e do Programa Fome Zero. Poucos dias depois – 28/01 a comissão foi recebida pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Na audiência foram destacadas as dificuldades encontradas pelas famílias atingidas quanto ao acesso as informações, assim como, os atos falhos presentes na documentação apresentada pelo grupo de empresas construtoras²⁰², entre outros argumentos que subsidiavam a solicitação de suspensão imediata do referido barramento. A Ministra demonstrou sensibilidade, todavia, salientou que a produção de energia é uma política do governo, mas, acreditava importante rever algumas questões, mas sem grandes alterações. Meses depois, 23/05/2003, a comissão foi convocada para uma audiência com o Secretário Nacional de Energia Elétrica – Sr Ronaldo Schuck, que expressou preocupações diante dos fatos relatados pelos atingidos e pelas entidades que apóiam o movimento, mas manteve o discurso da necessidade da produção de energia a partir d’água. Na oportunidade foi apresentado extenso relatório contendo os argumentos que justificavam a suspensão do empreendimento. O representante do governo alegou que o processo estava em trâmite desde 2001 e que poderia fazer muito pouco, pois a responsabilidade pela decisão tomada era do governo anterior.

²⁰³EIA – Estudo de Impactos Ambientais. RIMA – Relatório de Impactos Ambientais.

realizou-se o Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho (Foto 33), reunindo cerca de 500 atingidos e apoiadores em passeata pelas ruas de Catalão, causando grande impacto na sociedade local e regional.



Foto 33 – Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho. Catalão-Goiás. (Foto de S. A. Alves, 2003).

A luta contra a construção do barramento Serra do Facão colocou duas questões para a pesquisa. A primeira, a construção de hidrelétricas em áreas de Cerrado²⁰⁴ e a reflexão sobre *os povos cerradeiros*. E, a segunda, o papel político desencadeado pelos camponeses e *trabalhadores da terra* na luta pela terra e pela reforma agrária e a capacidade de articulação com outras categorias de trabalhadores para fortalecer o enfrentamento com o

²⁰⁴ Um importante campo de luta é a criação de uma ampla Frente Parlamentar em Defesa dos Rios do Cerrado. Em fevereiro de 2004, foi apresentado o projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para a criação da Frente Parlamentar, com o objetivo de agregar pesquisadores, movimentos sociais e *povos cerradeiros* contra a construção de barragens nos rios do Cerrado. É no Cerrado que estão as nascentes das grandes bacias hidrográficas da América do Sul. O barramento destes mananciais pode ter conseqüências para todo o equilíbrio do sistema hídrico a médio e longo prazos. Em 29 de abril foi realizada Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás com pauta específica sobre os impactos sócio-ambientais dos barramentos nos rios do Cerrado com presença maciça de pesquisadores, entidades e instituições que apóiam a luta contra a construção de barragens. No dia 09/06/2004, coordenada pela AGB Seção Catalão e entidades apoiadoras foi realizada uma Audiência Pública em Catalão como parte das atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar, discutindo especificamente os projetos de barramentos nos rios Veríssimo, São Marcos e Paranaíba, no Sudeste Goiano.

capital. A partir da leitura do território em disputa entre os camponeses, *trabalhadores da terra*, apoiadores e o capital barrageiro, os atingidos se mobilizaram, juntamente com o MAB e diversas instituições²⁰⁵ e entidades organizadas²⁰⁶, discutindo o modelo energético brasileiro, apresentando argumentos técnicos, científicos e políticos contrários à construção de barragens em áreas de Cerrado.

A produção de energia elétrica, a partir do barramento dos rios com a formação de imensos lagos é altamente predatória para a natureza e para a sociedade. Significa a destruição dos remanescentes do Bioma Cerrado²⁰⁷ e de alguns subsistemas, além do deslocamento compulsório dos camponeses e *trabalhadores da terra* que não conseguirão recompor suas condições de vida e de trabalho. A Comissão Mundial de Barragens – CMB – lançou os resultados de um estudo independente, mostrando que grandes barragens não cumprem suas promessas em termos de custos projetados e eficiência no fornecimento de energia elétrica, controle de enchentes e fornecimento de água para irrigação, pois se dedicam a atender os conglomerados empresariais²⁰⁸ oriundos dos países desenvolvidos, onde essas atividades não são permitidas. Ainda, critica a atitude de muitos governos de não permitir um debate aberto e bem informado sobre as alternativas energéticas, inclusive, o governo brasileiro, que participou do estudo, mas nega-se a implementar as recomendações.

²⁰⁵ Destaque para a Diocese de Ipameri, com a presença constante dos párocos (Paróquia São Francisco de Catalão-GO) e outros nas reuniões visando a defesa da terra, da água e da vida. Outra instituição que tem exercido papel relevante é o Curso de Geografia – UFG-CAC, pois parte dos pesquisadores estão envolvidos em Projetos de Pesquisa e Extensão com o intuito de subsidiar a reflexão, apontando as falhas nos documentos apresentados pela empresa, assim como, colocando a natureza dos impactos sociais e ambientais, decorrentes da possível construção do AHE Serra do Facão.

²⁰⁶ Participam ativamente da luta contra a construção do barramento o MAB – Movimento dos Atingidos p[or Barragens, o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão, o Sindicato METABASE, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a ADCAC S.Sind – ANDES S/N – Associação dos Docentes do Campus de Catalão, o CAGEO – Centro Acadêmico do Curso de Geografia, o DACC – Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão, entre outras.

²⁰⁷ Acerca dos impactos ambientais, a Rede Internacional Coalizão Rios Vivos – coalizão de Organizações não Governamentais – argumenta que o rio Tocantins é o principal sistema de rios do Cerrado brasileiro e da parte oriental da região Amazônica e, que, a construção de Cana Brava, afetou vários ecossistemas do Cerrado. Cana Brava é um dos oito projetos hidrelétricos planejados para os rios Tocantins e Araguaia visando a duplicação da capacidade energética de Tucuruí. Segundo a Eletrobrás, se todos os lagos formados pelas oito barragens em construção se unirem aos de Tucuruí e Serra da Mesa, será formada uma represa quase contínua de aproximadamente (02) mil km de extensão. Isso possibilitará uma logística que poderá ser implementada a partir das hidrovias, facilitando o transporte intermodal, interligando o território brasileiro, desde as áreas consideradas industrializadas do centro-sul, passando pelo Centro-Oeste – a fronteira agrícola do país – e a Amazônia com os megaprojetos minerais, madeireiros e biotecnológicos.

²⁰⁸ Esses conglomerados empresariais possuem como prioridade assentar em território brasileiro as indústrias que consomem grande quantidade de energia, geram poucos empregos e possuem restrições ambientais. “São consideradas como atividades industriais eletrointensivas as indústrias de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose. Tratam-se de setores produtivos que se caracterizam por consumir uma quantidade muito grande de energia elétrica para cada unidade física produzida.” BERMANN, Célio (2004). Disponível em: <<http://www.ilumina.org.br/>>

Nas conversas e entrevistas realizadas, percebeu-se a incerteza, o sofrimento e a impotência dos atingidos diante das informações diferenciadas e distantes. Não se sabe ao certo quem diz a verdade e onde estão as pessoas – os donos – das barragens. Para os atingidos²⁰⁹, esse processo gera dúvida e propicia receio, pois o que mais prezam é a honestidade expressa na maioria das vezes em contratos verbais, reforçando a idéia de que as palavras valem mais que os documentos assinados. São lógicas muito diferenciadas, apresentando forças políticas distintas que se colocam em enfrentamento. Essas atitudes, fortalecidas, acarretam novas alianças entre os trabalhadores, aglutinando categorias que até então não estabeleciam ações políticas conjuntas contra o capital.

Diante dessa barragem eu me sinto humilhado. Porque eu fui criado sem futuro, não tinha nada. Não tinha uma fruta para comer. Hoje eu tenho, consegui com o meu suor. Agora vem empresas não sei nem de onde e vem tomar minhas terras. Eu fico muito triste, porque eu queria ficar aqui o resto da vida, porque isso aqui não é herança não, é suor. É meu e da minha esposa e dos filhos que desde os 05 anos, me ajudam. A esperança que a gente tem é só lutar contra a barragem, porque o que a gente queria realmente é que não fizesse a barragem, que ela não fosse construída. Porque ela vai trazer muito transtorno e não só pra mim, mas pra região inteira, porque é muita gente que vai ser atingida. (D. F. S. Camponês atingido pela Barragem Serra do Facão. Entrevista, maio de 2003).

A expulsão e a conseqüente desterritorialização dos camponeses e *trabalhadores da terra*, ocasiona uma violência desmesurada, pois ao perderem seus lugares, se *des-enraízam*, gerando incertezas e dificuldades de adaptação noutras áreas, além da relação de pertencimento que jamais serão refeitas. Em março de 2004 foi realizado um Ato Público em Defesa do Rio São Marcos e Contra a Barragem Serra do Facão (Foto 34).

²⁰⁹ São todas as pessoas que sofrerão mudanças no seu modo de vida em função da construção da barragem. Os atingidos se dividem em atingidos de forma direta, que são aqueles que terão suas terras inundadas, sendo proprietários, trabalhadores rurais assalariados, agregados, camponeses-posseiros, ou seja, os *trabalhadores da terra*. E, de forma indireta, aqueles que sofrerão alterações em suas trajetórias de vida em virtude do barramento, sem, contudo, terem terras alagadas e/ou mesmo terem terras. A denominação atingidos ou ameaçados se refere a população desterritorializada e/ou que está na iminência de ser expulsa das suas terras e/ou áreas de origem (cidades, vilas, distritos etc.).



Foto 34 – Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho. Ponte dos Carapinas – Rio São Marcos (Município de Catalão). (Foto de M. Venâncio, 2003)

Nessa manifestação foi possível coletar diversos depoimentos (camponeses, *trabalhadores da terra*, estudantes, professores, operários, sindicalistas urbanos e rurais etc.), apontando as questões que permeiam a discussão apresentada e evidenciando as potencialidades emancipatórias construídas coletivamente por esses sujeitos sociais.

Estou aqui nesse Ato Público pra defender a terra, porque não temos para onde ir. Não tenho idade para começar outra vida. Pra onde vou? Não queremos ir pra a cidade. A primeira coisa é a luta contra a barragem porque não temos outra alternativa. Eu sou atingido há (03) anos, desde que falaram que a barragem estava vindo. Não produzimos, não fazem os investimentos, porque não sabemos o que vai acontecer. O que eu sei fazer é plantar arroz, feijão, milho, criar gado, tirar leite. Ser desapropriado é muito triste. Ninguém está preparado pra isso. Eu não tenho terra pra vender. Imagine tirar você de sua casa e tomar o seu ganha pão? Você fica satisfeito? (O. F. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Quando fala que nós não produz, isso é uma mentira muito grande. De que então qui nós tamo vivo? Num tem nenhuma terra ilienada, nós num dependemo do governo. Nós só precisa do Estado na hora de pagá os imposto. Nós num tem precisão deles pra nada. Eles fala de um jeito, mais a situação é muito deferente. Cadê o Ibama, eles óiam pequenas coisinhas, porque eles dexa construí um lago desse tamanho? O dinheiro num adura muito, logo acaba e aí? Muita gente acha que vai ganhar dinheiro. De que jeito? Eu tô velho não vô aprendê trabaiá na cidade. Lá num tem serviço nem pros jove? Que qui nós véio vai fazê lá? Num tem outro jeito é lutá contra a

barragem e nós precisa do apoio de todo mundo. (M. F. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Vamos perder os vizinhos, o lugar de trabalho. Nós não temos terra, mas trabalhamos há mais de 15 anos na terra e sobrevivemos com atividades de meação e como assalariados (eu e meu marido) e não temos pra onde ir e arrumar outro emprego. Precisamos manter a união com todos pra conseguir impedir a barragem. (R.P.S. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A barragem atrapalha pra todos nós. A gente não tem profissão e ir pra cidade não é o caminho, pois não temos como trabalhar lá. Eu até hoje nunca fiz outra coisa além de trabalhar a terra. (J. C. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

O modelo energético brasileiro – hidrelétricas – é excludente e predador em geral, mas ao se expandir para as áreas de Cerrado os impactos ambientais e sociais se agravam. O Cerrado é um ambiente pouco estudado, mas extremamente explorado, especialmente pela agricultura modernizada que nas últimas décadas modificou drasticamente a paisagem dos extensos chapadões que se tornaram imensos “mares” de soja. Os camponeses e *trabalhadores da terra* que não sucumbiram à modernização da agricultura foram “empurrados” para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda *re-Existem* (GONÇALVES, 2003) como produtores de arroz, feijão, mandioca, hortaliças, frutas, etc., destacando-se na produção leiteira e na criação de pequenos animais.

Nós só sabemos viver do trabalho no campo, tirar um leite, criar um gadinho, plantar nossas roças. Imagino só o pior... Não vejo nenhuma vantagem na barragem. A maioria dessas pessoas, não conseguem viver na cidade e vão fazer o que? A única coisa que temos pra mostrar como experiência são os calos nas nossas mãos. Não temos outra coisa. (J. C. S. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Tenho 12 alqueires de terra e vivo com minha família, somos (05) pessoas que comem nesse pedaço de terra. A terra foi adquirida com trabalho, não é herança e ninguém deu. É suor. Agora a água vem e toma, isso não está certo. (L. C. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Sou contra a barragem porque lutei de mais da conta pra poder ter um pedacinho de terra. Agora que eu tenho, a barragem vem pra cobrir e não diz nada sobre a minha situação. Tenho 07 alqueires de terra e é de onde tiro o sustento da minha família. Agora se construir o que eu vou fazer? (M. P. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A ação política do MAB que nos anos 1980 voltou-se contra o Estado brasileiro, exigindo indenizações justas, conforme os interesses da população atingida, sofreu

alterações na forma e no conteúdo, redirecionando suas reivindicações e (re)qualificando a sua ação política. A luta não é apenas por indenizações justas e adequadas, mas indaga-se a natureza do modelo energético adotado, a relação custo/benefício, os impactos sociais e ambientais, (des)construindo a noção de que as barragens geram “energia limpa”²¹⁰. O discurso oficial e economicista de que a energia gerada a partir de grandes hidrelétricas é “limpa”, contribui para reduzir o conceito de degradação ambiental, ignorando os impactos decorrentes e negligencia as pesquisas sobre outras fontes energéticas. É sabido da existência de pesquisas, inclusive no Brasil, sobre a produção/geração de energia com custos sociais e ambientais mais aceitáveis. Todavia, há poucos projetos em execução, uma vez que as grandes empresas do setor energético – metal-mecânica e eletrointensivas – não permitem o desenvolvimento de fontes energéticas que, não aquelas, escolhidas para gerar mais capitais.

As opiniões quanto à necessidade da hidrelétrica Serra do Facão para viabilizar o “progresso”, podem ser percebidas nos depoimentos, expressando diferentes visões de mundo e diferentes projetos para a sociedade. Conforme pesquisadores, sindicalistas, ambientalistas que, em acordo, com os depoimentos dos atingidos, reivindicam a discussão sobre o modelo energético brasileiro e a suspensão imediata das barragens nos rios do Cerrado, especificamente, a barragem Serra do Facão.

Há vários motivos pra sermos contra um empreendimento desse porte. O primeiro deles é perceber o que está por trás de projetos dessa magnitude. Uma das questões que mais se divulgam é a necessidade da produção de energia para atender a demanda do crescimento econômico. Sabemos através de estudos e pesquisas que o Brasil não carece de energia para que esses projetos venham salvar o parque industrial brasileiro. Podem ser investimentos para otimizar o sistema de transmissão no Brasil, interligar as hidrelétricas que produzem excedentes de energia e repotenciar as usinas já existentes. Se essas medidas fossem tomadas colocaríamos no sistema elétrico mais 20% de energia, mais ou menos cerca de 15.000 MW não sendo necessárias a construção de mais barragens. Isso daria pra suprir as necessidades de energia para as próximas décadas. O segundo argumento se refere às questões de natureza ambiental. Destroem-se ambientes importantes no Cerrado, impactando diferentes formas de vida, sendo algumas endêmicas. Os rios do Cerrado são extremamente importantes, pois são as cabeceiras das águas na América do Sul e por isso possuem importância singular. Assim, não se justifica o impacto desse porte para gerar cerca de 200 MW porque não vai resolver o problema. O terceiro fator é que o modelo energético precisa ser revisto do ponto de vista dos investimentos. Não é possível concentrar todo o modelo do ponto de vista da

²¹⁰ Conforme o discurso adotado pelo Governo Federal e pelas empresas construtoras, as hidrelétricas produzem energia limpa, pois alegam que os impactos sociais e ambientais são mínimos, diante das alternativas existentes. Na realidade os custos são menores, pois não se paga pelo uso d’água e há que considerar a associação do capital nacional, do Estado e das empresas estrangeiras na manutenção do modelo energético centrado na construção das hidrelétricas.

geração a partir do uso das águas. São necessárias pesquisas e investimentos em outras fontes energéticas. Se o Estado financiasse células fotovoltaicas para captar a energia do sol para as residências, em vez de destinar grandes somas para a construção de hidrelétricas com impactos sociais e ambientais irreparáveis, seria muito mais adequado. A questão é a prioridade política. O Brasil não investe nas fontes de energia que dispõe com abundância: solar, biomassa, marés etc. A crise do apagão tem gerado oportunismo político, econômico e financeiro do Estado e das empresas, assustando a população que não é responsável pelo maior consumo de energia, negando a possibilidade de uma reflexão sobre o modelo energético brasileiro. Nós participamos desse movimento como forma de instrumentalizá-lo com informações e dados suficientes para desmascarar a avalanche de falsidades que são construídas para justificar a construção da Barragem Serra do Facão. (M. R. C. Pesquisador e sindicalista – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão –23/03/2004).

Nas diversas entrevistas realizadas com lideranças políticas, proprietários rurais, empresários e demais representantes das classes hegemônicas, há um uníssono, sobre a necessária construção de barragens, inclusive, a barragem Serra do Facão para gerar empregos, dividendos e condições para continuar o progresso da *sociedade do capital*.

Eu não vejo outro modelo. Agora a grande preocupação é com o homem que está lá. Lamentavelmente, precisamos de energia, ninguém fica sem energia. Produzir energia atômica? Não é adequada. Utilizar a força do vento? Não é suficiente. Energia solar, também não é suficiente, além de não existir condições operacionais muito claras. A lenha e o petróleo são mais agressivas. A melhor solução é construir barragens e minimizar os impactos para as pessoas que vivem na área, pagando uma indenização justa. Precisam ser tratados com privilégio. Se não querem vender a terra, então que seja pago o preço justo, logicamente, acima dos preços do mercado, pois essas pessoas não possuem terras para vender. Mesmo considerando os impactos, não vejo muita alternativa, assim sou favorável à construção da barragem, desde que dêem a devida atenção às pessoas que vivem na área atingida. Não é possível impedir a barragem, pois é a necessidade do progresso. (H. M. V. Liderança política e empresário rural. Entrevista, março de 2003).

O que vai gerar mais riquezas? Essas rocinhas ou os projetos de irrigação, turismo, piscicultura que podem ser viabilizados com a construção do lago. Quanto à necessidade de energia, não vou falar, porque isso é acordo entre todos. Só não enxerga quem não produz e faz uma discussão enviesada de que o meio ambiente vai ser agredido. Qual atividade não agride? Queremos energia nuclear? (J.N. Liderança política e empresário. Entrevista, maio de 2004).

Sabemos que a barragem vai trazer alguns problemas. Mas vai gerar empregos, trazer dinheiro e recursos para a região, mais impostos e condições de maior desenvolvimento. Temos que enfrentar os problemas sociais que podem ocorrer. As terras que serão alagadas não são terras férteis, produzem pouco e, muitos que ali estão, vivem mal. A solução é construir a barragem e indenizar as famílias para que elas possam melhorar suas vidas. (C. S. sindicalista patronal e empresário. Entrevista, março de 2004).

De acordo com os depoimentos, se percebe uma riqueza de informações e possibilidades de análises e interpretações, que instiga novas pesquisas, principalmente a partir da análise do discurso, mas que, no momento não serão realizadas. Isso nos instiga, a refletir sobre a necessidade de efetuarmos leituras do território, a partir do enfrentamento capital x trabalho, considerando os diferentes sujeitos sociais e as potencialidades de construção de ações políticas, baseadas na unificação orgânica da classe trabalhadora. O capital se entende e se percebe na sua inteireza, como demonstram os depoimentos. Já o trabalho enfrenta a fragmentação imposta e as múltiplas travagens que obstaculizam uma ação política combativa e, verdadeiramente, emancipatória.

Os “empreendedores” como se autodenominam, prestam um *desserviço* aos atingidos e à sociedade, quando anunciam as vantagens da construção da barragem salientando que os impactos serão mitigados mediante políticas de “compensação social”. Referem-se aos efeitos sócio-ambientais, buscando minimizar os prejuízos e os impactos negativos e superdimensionando os aspectos positivos, tais como: abertura de empregos na construção da obra, aumento de impostos na arrecadação municipal, aparecimento de novas atividades (hotéis-fazendas, pesque-pagues, piscicultura, agropecuária irrigada etc.) propiciando emprego e renda, desenvolvimento do ecoturismo e do lazer, entre outras atividades, visando incrementar o “desenvolvimento regional sustentado”.

Contudo, sabe-se que os recursos da “compensação social” destinados aos municípios não são suficientes para solucionar minimamente os problemas decorrentes, além do que, em sua maioria, não são investidos adequadamente em projetos sociais e/ou ambientais. Muitos se beneficiam, a começar pelo poder público local e regional que recebem verbas e *royalties* e, quase sempre se locupletam com essa “ação progressista” em tempos eleitorais.

A participação junto ao MAB e as ações políticas envidadas contra a barragem Serra do Facão, nos possibilitou indagar sobre a natureza emancipatória, presente nas suas diretrizes políticas e nas suas ações cotidianas. O que se pode perceber é que a direção nacional e as coordenações estaduais, em sua maioria, possuem clareza do projeto rumo a superação do capitalismo e à necessária construção de uma sociedade, voltada para os trabalhadores. Entretanto, não conseguem operacionalizar essa reflexão nas bases, ou seja, a população atingida, em grande parte, está alheia a uma ação política mais elaborada. Mas, no processo de enfrentamento, consciências vão sendo forjadas e alguns compreendem que não existem alternativas, senão a organização e a mobilização contra a barragem Serra do Facão, que evidencia, apenas uma das faces das perversas formas de (re)produção do capital.

A barragem desaloja as pessoas. Fui nascido e criado na terra. A terra é pequena. São apenas (06) alqueires. Não tenho profissão pra trabalhar na cidade, Num tenho estudo e a única coisa que resta é lutar contra essa barragem. (A. P. D. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Eu sou contra a barragem porque a gente invém lutando com muita garra, criou a fãmia intêra assim e tamo morando na terrinha. Intão a gente acha que num convém essa barragem, porque a gente num agüenta mais compra outra terra, fazê casa, arrumá otras benfatorias. Já tamo cansado, duente e eu acho que por muito bão que esse trem é, pra gente num é bão negócio. Mió é fica queto. Eu tô cum 68 ano e sempre vivi aqui. Se fô construída...Uai, eu num tenho idéia do que vai acontecê pru futuro. Porque todo jeito que a gente pensa num tem saída. Eles num vai pagá o preço que compensa. O jeito é lutá. Se todos que fosse atingido e a comunidade acompanhá, aí nós vamo ganha essa briga. (C. F. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Eu tenho 63 anos e moro aqui a mais de 30 anos. A barragem vai atingir minha terrinha e vai trazer muitos prejuízos pra nós. Eu sinto muito mal quando penso que tudo que construímos pode ficar debaixo d'água. É necessário fortalecer a nossa luta. (M. B. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A partir da mobilização e da organização dos atingidos e do diálogo com diferentes entidades e apoiadores ocorreram algumas dissensões na condução política. A ação política do MAB se destina a construção de um processo de “tomada de consciência” para além da questão do barramento e da crítica ao modelo energético. Dessa forma, as ações aparentemente pontuais e expressas na micropolítica dos sujeitos envolvidos, não são percebidas, enquanto potenciadoras de um projeto de transformação social.

Enquanto as entidades e instituições diretamente envolvidas e considerando as reivindicações dos atingidos, criam formas de ação política a partir da realidade local e regional, inclusive, com argumentos de cunho jurídico para impedir a construção do AHE Serra do Facão, o MAB, incomodado com essa postura, não se empenha devidamente nessas mobilizações. Ainda, prevalece a organização cupulista, verticalizada e os *ranços* autoritários das formas de organização partidária, principalmente daquelas situadas no campo da *esquerda histórica*. Quando se está envolvido com as atividades propostas, o sentimento é de que as decisões importantes são tomadas à distância, muitas vezes sem o conhecimento específico das demandas locais/regionais e sem uma reflexão com os interessados, ou seja, os atingidos e/ou mesmo os apoiadores. Entretanto, não se pode desconsiderar o papel de fomentador e que ao se territorializar criou as condições para o desaguadouro de múltiplas ações que,

pontuais e (des)ordenadas, agora, estão organizadas a partir das comissões de trabalho coordenadas pelo MAB e apoiadores.

Há uma ação política pensada e encaminhada enquanto macropolítica que independe das ações cotidianas, das vivências e das experiências construídas pelos sujeitos sociais atingidos. A argumentação de que as condições objetivas (históricas e sócio-políticas) são diferenciadas e, quase sempre, não permitem a massificação e publicização das reflexões, não pode desconsiderar as *potencialidades criadoras* daqueles que são, de fato, os sujeitos políticos e que devem decidir sobre a trajetória de suas vidas.

A participação de diversas categorias de trabalhadores e sindicalistas urbanos expressa uma perspectiva política ampla, rompendo com os limites corporativos das categorias ensimesmadas, abrindo uma reflexão sobre a necessidade de uma aliança, centrada nas diferenças, mas assegurando um objetivo comum – a luta pela emancipação social. Nessa composição societária, rumo à ação política transformadora, está o embrião de uma nova ação política, inaugurada na compreensão das diferenças e no respeito à contribuição dos diversos segmentos sociais, possibilitando novos conteúdos na relação cidade-campo.

A luta contra a Serra do Facão está caminhando e temos a cada dia fortalecido o movimento. Além dos impactos sociais há os impactos ambientais. Como viver nas cidades se não há empregos para aqueles que estão lá e eles são preparados. Nós não teremos oportunidades, só sabemos trabalhar na terra. Fazemos um convite para os atingidos que não estão aqui pra virem para as reuniões do MAB pra entenderem o que é o movimento. As empresas só querem o lucro e nós queremos a vida. (A. F. Coordenador Regional do MAB. Entrevista, abril de 2004).

Nós estamos neste movimento desde o início e o maior objetivo é contribuir com a luta dos companheiros atingidos. Como o sindicato é dos trabalhadores das mineradoras, alguns questionam porque estamos nesse movimento. Entendemos que é um movimento social e tem todo o nosso apoio, pois a luta contra as barragens é justa e necessária. Sabemos que existem outras formas de obtenção de energia e a água é um patrimônio de todos. (J. A. R. Diretor do Sindicato METABASE – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

O STR apóia a luta desse povo porque não vão viver bem na cidade. Posso falar da minha experiência. É muito difícil o trabalhador rural que vive da terra passar a viver na cidade, sem trabalho e pagar água, energia, aluguel. A barragem só vai trazer problemas e prejuízos para a região. (J. M. Diretor STR de Catalão/GO – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A AGB Seção Catalão está apoiando o movimento contra a barragem Serra do Facão porque é uma entidade de natureza científica, mas também, de natureza política. Entendemos como geógrafos que não podemos aceitar a expropriação de milhares de famílias de suas terras de trabalho e, ainda, com

gravíssimos impactos ambientais. É preciso contribuir e fortalecer a luta de todos os trabalhadores contra o capital. Também indagamos sobre o modelo energético brasileiro e a sua territorialização nas áreas de Cerrado que é muito preocupante. (L. E. P. Diretor da AGB Seção Catalão – Entrevista, junho de 2004).

A barragem vai produzir energia pra muita gente, mas vai trazer pobreza e dificuldade para o povo que vive aqui. Eu não tenho terra inundada, mas tenho amigos e também não acho a barragem certa. Lá longe, no estrangeiro, eles tem outras formas de produzir energia. Porque que não fazer a mesma coisa aqui? As pessoas interessadas na construção da barragem precisam saber que a maioria do povo aqui não quer essa barragem. Nós somos adversários deles e os políticos de Catalão não falam nada. Ficam do lado lá, mas quem vai sofrer depois é o povo daqui. (J. S. N. Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Eu sou contra a barragem, porque essas pessoas não sabem para onde irem. A empresa vai gerar empregos no momento da construção e depois de construída não temos mais empregos. É preciso pensar sobre isso. (J. N. Bancário – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

Estamos aqui para assegurar a preservação da vida. Quem olha o rio percebe a vida pulsando na sua trajetória. É necessário garantir o papel social da universidade com o intuito de produzir conhecimentos para manter a vida. Isso significa no Brasil, estar produzindo conhecimento para os empobrecidos, para as minorias, para os excluídos. As pessoas que estão organizadas em torno do MAB lutando contra a barragem estão lutando pela manutenção da vida, da sua cultura, do seu espaço de trabalho – a terra. Fazer política é educar para a política. E estamos juntos com todas as entidades, sindicatos e pensamos que a universidade tem um papel fundamental, construir uma prática educativa para a política com vista à justiça e a igualdade de direitos. O que está acontecendo aqui é arrancar as pessoas do seu cotidiano para obterem lucros para algumas empresas. Energia é algo estratégico e está nas mãos de poucos, enriquecendo poucos às custas do sofrimento da maioria. (R. F. Diretor da ADCAC S. Sind. ANDES/ SN – Ato Público contra a Barragem Serra do Facão – 23/03/2004).

A ação política implementada acaba por homogeneizar diferenças, tratando realidades distintas como equivalentes, há importantes avanços no processo de enfrentamento do trabalho com o capital. A reflexão sobre o desenvolvimentismo e o progresso, expresso pelo modelo energético, propiciam indagações e questionamentos que, *a priori*, dificilmente atingiriam essas pessoas, assim como não seria pauta das principais discussões construídas pela correlação das forças políticas regionais. Os avanços na ação política do MAB e a sua inserção cada vez maior no debate sobre as alternativas para a produção de energia, favorecem a identificação de ações emancipatórias, ao apontar o questionamento da sociedade capitalista na sua raiz e ao se colocar contra a lógica globalizada do capital transnacional.

Dessa forma, as ações políticas impetradas pelo MST e pelo MAB, constituem resultados da atuação do capital, propiciando aos camponeses e *trabalhadores da terra*, a potenciação das ações humanas, a criatividade no processo de elaboração, construção e gestão dos *territórios conquistados*, visando assegurar uma existência digna. A identidade constituída no processo da luta reforça a reflexão de que, tão ou mais importante, do que ter a terra, é reconhecer que o fundamental é a forma de uso da terra. Esse é um dos grandes desafios que se coloca para os movimentos sociais no país.

Ainda de forma embrionária é possível perceber novas ações políticas, que buscam romper a fragmentação, a heterogeneização e a polisssemização do trabalho, bem como a luta intraclasses trabalhadora. Essas reflexões foram constatadas nas preocupações de algumas lideranças, tanto do MST como do MAB, mas no caso do Sudeste Goiano, mais expressivas a partir do MAB por conta da trajetória de lutas e do acúmulo de experiências na ação coletiva.

O que nós temos entendido e temos estudado sobre isso é que o movimento partidário caiu há algum tempo unicamente na questão eleitoral. Temos outra compreensão do poder. Poder para os partidos é estar no governo, estar chefiando o governo, é chegar ao poder através do parlamento. Muitos partidos tem caído nessa armadilha e tem feito várias concessões para estarem lá, esquecendo na verdade seus princípios. Por isso, a perspectiva é fortalecer a luta dos trabalhadores do campo e da cidade, porque o capital não faz essa diferença que partidos e sindicatos fazem. Grande parte dos excluídos do campo estão nas cidades, na informalidade, subempregados e desempregados e/ou exercendo trabalhos braçais (na construção civil, segurança, domésticas, etc). E nós temos que considerar que a luta pela terra e pela reforma agrária é uma necessidade para o Brasil. (L. A. Coordenação Estadual – MST/GO. Entrevista, março de 2003).

A participação e a reflexão na política *des-vendam* os véus impostos pelas arcaicas formas de controle, impetradas sobre os trabalhadores, evidenciando a necessidade de uma ação política efetiva e autônoma. Ao se sentirem “donos” de seus destinos parecem tomados de uma energia indescritível e uma disposição inigualável para compreender as amarras que, sutis, impregnam as relações sociais e, quando descobertas, apontam a perspectiva histórica rumo à emancipação social.

Após diversas audiências, manifestações e atos públicos contra a construção da barragem Serra do Facão e contra o modelo energético adotado, percebeu-se que as transformações necessárias e, tão sonhadas e buscadas, pelos trabalhadores brasileiros estão ainda por se concretizarem. A forma com que o *novo governo* discute a construção dos barramentos e o tratamento dispensado aos atingidos demonstra que as transformações ainda

estão por serem feitas. O tom, a cor e a dimensão das políticas públicas só serão alteradas pela força da voz que vem das ruas e para isso é fundamental o fortalecimento da organização e da mobilização dos trabalhadores, essenciais para questionar o metabolismo societário do capital e apontar a lucidez da emancipação social.

Conforme Sampaio Júnior (2003), a história do Brasil ensina que só a pressão social, de baixo para cima, é capaz de promover os interesses das classes trabalhadoras. Por isso não pode haver ilusão. O povo brasileiro só pode esperar uma transformação social que ele possa conquistar com a própria cabeça e as próprias mãos. Para isso, a *unificação orgânica do trabalho*, a compreensão dos territórios a partir das leituras, não apenas do capital, mas também do trabalho, são fundamentais para *agregar valor* às lutas pela terra e pela reforma agrária.

Thomaz Júnior (2003, p. 13) coloca os desafios para a classe trabalhadora do século XXI.

Seja nos campos seja nas cidades, eis o eixo central da intensificação da crescente heterogeneização, fragmentação, hierarquização e complexificação do trabalho e as repercussões para a classe trabalhadora, especialmente quando o referencial teórico não está ancorado na leitura do trabalho como elemento fundante para se compreender o universo plural do trabalho em categorias profissionais e corporações sindicais, que só fazem engessar, por exemplo, a questão cidade x campo como expressão de dois mundos diametralmente clivados e incomunicáveis, empobrecendo o debate político sobre a reforma agrária e a unificação orgânica no âmbito da classe trabalhadora.

A luta pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra está possibilitando um diálogo mais construtivo entre as diversas frações da classe trabalhadora (camponeses, *trabalhadores da terra*, estudantes, professores, sindicalistas, operários, bancários etc.), contudo, ainda persistem muitas travagens que necessitam ser superadas. As reivindicações são pontuais e de natureza imediata, possuindo sua esfera de identificação fragmentada. Assim, é urgente uma reflexão que considere o necessário imbricamento das frações da classe trabalhadora e que possa envidar esforços a partir das leituras do território na perspectiva da *geografia do trabalho*. Essas leituras visam instrumentalizar as lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalidade. Lutas contra a hegemonia das elites, contra o capital e contra o capitalismo e, que para subsistirem, carecem mais do que nunca da *unificação orgânica dos trabalhadores* – a classe trabalhadora – para a efetiva construção do *contra-espço*.

A PROSA URDIDA: ALGUNS APONTAMENTOS

Os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham.

(MARX; ENGELS, 1998)

As transformações espaciais, decorrentes das mudanças aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, expressam uma agudização das contradições, redefinindo a gestão societária do capital e do trabalho. A estratégia do capital, que se efetiva em novas formas de controle social, devido às alterações no conteúdo das classes sociais, forjadas no enfrentamento do capital e do trabalho, implica em novas arrumações espaciais, produto-produtor da *contradição viva* e, portanto, também condição para a emancipação social. Essa nova dinâmica do processo produtivo implicou na retomada dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, apontando a perspectiva do acesso a terra para milhares de famílias desterritorializadas.

A territorialização do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano e as tramas espaciais decorrentes – *a urdidura do capital e do trabalho* – expressam a vitalidade e as potencialidades dos camponeses, *trabalhadores da terra* e demais frações da classe trabalhadora, acarretando *diferentes sentidos para o trabalho*. A pluriatividade, as reivindicações por melhores condições de vida e melhores salários, as formas comunitárias de organização do trabalho (cooperativas de trabalhadores, mutirão etc.), a superexploração, a subordinação e a precarização do trabalho e os assentamentos agro-ecológicos, entre outras ações, expressam os rearranjos produtivos impetrados pelo *sistema do metabolismo do capital* e os rebatimentos sobre as instâncias organizativas dos trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade. A ação dos movimentos sociais implicou numa ampliação das escalas geográficas, enquanto relações sociais, possibilitando um extravasamento das fronteiras corporativistas, construídas em aliança com as estruturas societárias, hegemônicas pelo capital.

Mas persistem as travagens impostas pelo estranhamento, impedindo que os trabalhadores concebam o *espaço da produção* enquanto um *espaço social* cheio de possibilidades libertadoras. A força dos movimentos sociais reside no processo permanente de espoliação e superexploração vivido pelos trabalhadores, que atira todos os dias milhares de famílias na *indigência assistida*. As mudanças no processo produtivo empurram os trabalhadores para as formas precarizadas de trabalho, destacando-se a informalidade, o sub-emprego, as múltiplas formas terceirizadas e subcontratadas de trabalho e, também para a

responsabilização social desses sujeitos sociais pelas suas crescentes condições de miserabilidade. Há que se desvencilhar das formas perversas que tangenciam e determinam as subjetividades dos “homens simples”, para que se possa negar a subjetividade do capital que impregna os indivíduos sociais e infesta as ações políticas reformistas, colocando-se como travagem para a emancipação social. O avanço na ação política está na compreensão da necessidade de ampliar a noção de classe trabalhadora, construindo a *unificação orgânica do trabalho*.

Ao pensar a classe trabalhadora a partir das mudanças propiciadas pela modernização conservadora da agricultura, nas áreas de Cerrado, através da territorialização das empresas rurais nas áreas de chapadas no Sudeste Goiano, algumas questões são pertinentes, como: é necessário compreender os camponeses como classe trabalhadora, mesmo porque na área pesquisada eles são protagonistas da maior e mais importante ação política contra o capital. Mas não apenas por isso, também pelo conteúdo das relações sociais estabelecidas, devido ao surgimento de diversas categorias de trabalhadores que lutam pela terra, iniciando um gradativo movimento de *diálogo* em torno de reivindicações comuns, nesse caso, a terra.

Thomaz Júnior (2002) salienta que vivenciamos um dos momentos mais críticos para o trabalho e que as mudanças técnicas e tecnológicas influenciaram sobremaneira a natureza do trabalho, impondo novos arranjos e novas funções para uma parcela dos trabalhadores, uma vez que a maioria está à margem das relações sociais assalariadas. A desregulamentação de setores estratégicos, as políticas anti-sindicais e a liberalização comercial impulsionaram a flexibilização (priorização) das relações sociais nos setores produtivos, possibilitando um novo poder do capital sobre o trabalho. A partir dos anos 1980 instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e a proliferação do trabalho precário. Nos anos 1990 “[...] um espectro ronda o capitalismo mundial – o espectro das novas formas de exclusão social – e surgem novas clivagens de desigualdades, uma nova pobreza no interior do centro capitalista.” Alves (2000, p. 19).

Isso implica pensar que o capitalismo pode estar moribundo. Isso é verdadeiro, mas não nos iludamos, pois através das formas perversas de auto-expansão, esse sistema de produção propicia a fragmentação, a complexificação e a heterogeneização do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2003), pulverizando as ações políticas. Esse fato pode ser percebido a partir da divisão social e espacial do trabalho, que se expressa territorialmente, produzindo uma reformatação de elevada dimensão para a agricultura brasileira. Na agropecuária goiana, o trabalho metamorfoseado assumiu tendências e formas muito

diferenciadas, como demonstrado ao longo da pesquisa, possibilitando questionar a natureza do trabalho, apresentando o Sudeste Goiano como a *empíria* das questões que permeiam o trabalho e o capital na contemporaneidade. Os camponeses e os *trabalhadores da terra – povos cerradeiros*, forjados na ação política, na luta pela terra e pela reforma agrária apontam a perspectiva histórica de ação política contra o capital. As alterações nas relações sociais de trabalho, baseadas em princípios mais flexíveis, configuram-se através da participação nos lucros, na elitização de uma parcela dos trabalhadores permanentes (qualificados e remunerados adequadamente) e na intensificação das formas aviltantes de trabalho, devido à intensificação da precarização do trabalho, principalmente nas empresas rurais territorializadas nas áreas de chapada no Cerrado do Sudeste Goiano.

A necessidade de aumentar a produção e a produtividade implicou na eliminação do desperdício e do trabalho improdutivo, através da crescente incorporação do trabalho imaterial, fazendo com que o trabalhador (sob o escopo de uma nova ordem produtiva) se sentisse parte da empresa rural e/ou do empreendimento, assumindo para si as responsabilidades e as tarefas colocadas para os proprietários dos meios de produção. É preciso investigar com mais acuidade as formas de trabalho (e as condições de trabalho) para compreender mais claramente o processo de estranhamento, que propicia a *existência inautêntica*, do ponto de vista do trabalho, ao mesmo tempo em que os trabalhadores incorporam o capital enquanto materialidade e subjetividade. A ação política emancipatória só será eficaz a partir do momento que esses trabalhadores construirão *subjetividades hegemônicas pelo trabalho*, negando a subjetividade do capital entranhada na vida material e imaterial dos homens na sociedade capitalista.

Ao pesquisar o processo de fragmentação da ação política construída pelos sindicatos, associações de moradores e outras formas de organização dos trabalhadores, Ikuta (2002) destaca o processo de alienação e estranhamento implementado pelas novas formas de controle do capital, que impregnam o ser social que trabalha.

A gênese desta fragmentação pode ser entendida nos processos de *alienação e estranhamento* do ser social. Isto é, *alienado* no processo social de produção e submetido a uma *existência inautêntica e estranhada* o ser social fica impedido de viver a integridade da existência social. A *alienação* e o *estranhamento*, as *fetichizações* e *reificações* do ser social dissimulam as contradições sociais, dissolvem a luta de classes e isto se faz perceber nas práticas organizativas, nos movimentos sociais e nos associativos ou comunitários. (IKUTA, 2002, p.118).

Em tempos de “globalização econômica” a transnacionalização do capital significa a busca pelas melhores condições para a sua reprodução em qualquer território, promovendo a *guerra dos lugares*. (SANTOS, 1999). Entretanto, o mesmo não ocorre com o trabalho, embora este esteja cada vez mais internacionalizado as condições para uma articulação política universalizante apresentam limitações, inclusive, do ponto de vista geográfico.

Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais **transnacionais**, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerado uma resposta **internacional** por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. (ANTUNES, 2001, p.115).

Sabe-se que a produção flexível necessita cada vez mais da interação entre trabalho e ciência, entre execução e elaboração, entre avanço tecnológico e adequação da força de trabalho. Nesse sentido, a expropriação do conhecimento dos trabalhadores é algo extraordinário. O *saber-fazer* valorizado cumpre um aspecto ideológico sem precedentes na história. Transformado em gestão participativa, este *saber-fazer* é incorporado como *trabalho vivo*, agregando maior valor à mercadoria.

A lógica colocada pela reestruturação produtiva do capital promoveu (re)ordenamentos diferenciados no âmbito do capital, fazendo com que médias e pequenas empresas entrassem em um processo de falência, enquanto o grande empresariado se vangloriava que a “salvação da pátria” passava pela reformulação do Estado e pela abertura econômica. Dessa forma justificam as demissões em massa, reduzem salários e pressionam os trabalhadores a aceitarem a desregulamentação das leis trabalhistas, suprimindo direitos sociais. Esses, atordoados pelas novas imposições do capital e não tendo suporte político, ideológico e organizacional para dar respostas adequadas e coadunadas com a classe trabalhadora, tornam-se “presas fáceis” para os oportunistas e para as entidades de representação comprometidas em manter o *pacto social*, regulando a relação capital x trabalho, mas jamais possibilitando uma reflexão sobre as condições de superação dessa estrutura societal.

A nova conjuntura mundial redefine o mercado de trabalho e as históricas “bandeiras de lutas”, empunhadas pelos sindicatos, partidos políticos no campo da esquerda e pelo movimento social progressista, o que coloca para esses atores sociais o desafio de defenderem a classe trabalhadora, ampliada, porém multifacetada e fragmentada, devido às

múltiplas formas de externalização do trabalho, em condições intensificadas de aviltamento, degradação e precarização do trabalho.

Thomaz Júnior (2003) diz que houve uma nova *orquestração de interesses* no âmbito do capital. A criação da UDR, em meados dos anos 1980, como forma de se opor à proposta de reforma agrária (I PNRA), era o fato mais expressivo até meados dos anos 1990 no campo brasileiro. Os ruralistas se ocupavam da “parte suja”, qual seja, explicitamente patrocinar atividades *lobbistas* no Congresso Nacional e efetivamente incitar a violência no campo, promovendo assassinatos e perseguições às lideranças de trabalhadores e, especificamente, aos camponeses e *trabalhadores da terra*, bem como ao movimento social comprometido com a reforma agrária e a justiça social no país.

Assim, os desafios para os trabalhadores estão colocados: desemprego, sub-emprego, informalidade e/ou as novas imposições dos patrões, sob um certo receio da atuação do movimento sindical, que passa a assistir a um descenso das ações políticas na defesa das reivindicações históricas dos trabalhadores. A necessidade de alterar “as regras do jogo”, com o intuito de elevar os lucros para o capital, ocasionou medidas que buscavam ampliar o controle social sobre os trabalhadores e, assim, reduziram-se custos com mão-de-obra, inclusive responsabilizando os trabalhadores pelo próprio desemprego, por não se adequarem às novas exigências colocadas pelo capital. Essas exigências passam por um maior *despreendimento*, aceitando as novas formas de gestão no processo produtivo (qualidade total, trabalho em equipe, disposição para aprender, retorno à escola etc.) sob o discurso de que é necessário inovar para assegurar a competitividade no mercado.

O *progresso das técnicas* no campo – modernização conservadora da agricultura – deve ser visto como o fortalecimento das formas de produzir *do e para o capital*, mediante um maior controle sobre o trabalho. Mas não se deve perder de vista o conteúdo civilizatório de que as técnicas e as tecnologias são portadoras. A questão não está nas técnicas e/ou nas tecnologias em si, mas no uso que se faz delas, no controle social impetrado pelo capital. A tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, mas está a favor do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 1996). Se relegarmos o conteúdo civilizatório, ainda presente nas técnicas (ou na maior parte delas), estaríamos fragmentando a realidade e tornando ambíguas situações que são cada vez mais complexas e imbricadas.

A integração da cadeia produtiva – complexo agroindustrial – significou ganhos de produtividade e um maior fortalecimento do controle do processo de trabalho, entretanto os avanços técnicos e os ganhos de produtividade não significaram maior autonomia para os trabalhadores. Ao contrário, evidenciaram maior dependência e

subordinação, além de promoverem a agudização da desigualdade social devido à adoção das inovações técnicas e à ampliação dos cultivos modernos, expulsando os camponeses e os *trabalhadores da terra* de suas *terras de trabalho*.

O capitalismo não se espacializa e se territorializa de forma homogênea, coexistindo diversas singularidades em função das distintas formas de uso e exploração da terra. Por isso, a ênfase com que alguns pesquisadores tratam as inovações técnicas e tecnológicas, enquanto redefinidoras da relação capital x trabalho, é preocupante. As inovações tecnológicas são determinantes em algumas etapas do processo produtivo e aumentam o controle do capital sobre o trabalho. Assim, uma análise mais substancial é necessária, no sentido de perceber o aparato ideológico construído e os elementos subjetivos, incorporados e externalizados pelos trabalhadores em situação de risco, ou seja, de desemprego iminente. A reestruturação produtiva, viabilizada pela rearticulação do capital mediante os investimentos em tecnologia, promoveu alterações na forma e na organização do trabalho, ocasionando um novo universo de cisões e *novas disputas pelos territórios*.

Dessa forma, o desenvolvimento técnico-científico foi e é condição para a materialização da agricultura moderna no Cerrado goiano. Na área pesquisada – Sudeste Goiano – a modernização das atividades agrícolas, enquanto modernização capitalista e/ou a captura dessas áreas pelo capital, não se inicia apenas a partir dos anos 1970. Desde o século XIX a área já estava integrada ao circuito produtivo nacional e possibilitava a acumulação de capitais, instigando a compreensão desse processo a partir da transição da subsunção formal para a subsunção real, intensificada com a chegada da ferrovia no início do século XX.

Calaça (2002)²¹¹ afirmou que a agricultura em Goiás já nasceu moderna. Pensa-se que essa avaliação desconsidera a trajetória histórica e social dos camponeses e *trabalhadores da terra*, assim como as diferenciações espaciais construídas no processo de acumulação (desigual e combinado), que não necessariamente precisa tornar “tudo e todos modernos”, mas apropriar-se do excedente produzido, fato que ocorria desde fins do século XIX, na área da pesquisa. O processo de crescente controle do capital sobre o trabalho se efetiva, sobretudo a partir da intensificação da divisão técnica do trabalho.

Há uma nova (des)ordem societária e territorial do trabalho (THOMAZ JÚNIOR 2003), indicando haver um esgarçamento das relações solidárias intra-classe trabalhadora. A ausência da reflexão coletiva e o enclausuramento dos sindicatos, assim como de outras entidades de representação dos camponeses e *trabalhadores da terra*, possibilitaram

²¹¹ Em palestra na UFG – Campus de Catalão em 01-11-2002 durante o I Simpósio da AGB – Seção Catalão.

o “deslocamento” da ação política emancipatória para os movimentos sociais, com destaque para o MST e o MAB. A perspectiva é que os movimentos sociais, dentre eles os que lutam pela terra e pela reforma agrária, compreendendo como protagonistas da ação política a classe trabalhadora, possam estabelecer uma reflexão com o objetivo de unificar organicamente os trabalhadores, solidários no sentido da classe social, *reinventando* a ação política transformadora.

Conforme depoimento, um dos coordenadores estaduais do MST apontou interessante análise, explicitando a necessidade de efetivar novas leituras da relação cidade-campo como instrumento para uma nova ação política.

Alguns segmentos infelizmente ainda separam cidade do campo e nós temos a clareza que só é possível fazer uma mudança necessária se tiver uma hegemonia da luta, tanto do campo, quanto na cidade. Se os trabalhadores do Brasil não se organizarem numa única ofensiva, juntos nas lutas diferentes, mas cada um tem que compreender a luta que está se fazendo numa unidade, dificilmente nós vamos conseguir avançar, porque a *direita* acaba usando essas contradições que existem e acaba tirando proveito dessas situações. Aqui em Goiás não é diferente essas composições, esses órgãos federais que estão tendo, onde muitos movimentos começam a brigar por cargo no governo e se esquecem que a nossa tarefa principal não é essa e sim organizar os trabalhadores. (L. A. Coordenação Estadual – MST/GO. Entrevista, março de 2003.).

Outra possibilidade é a inter-relação das experiências adquiridas no espaço do trabalho e no espaço da moradia, que potencializadas, podem apontar ganhos significativos no sentido de se questionar e se indagar sobre a representação político-sindical. O exercício de atividades no campo e na cidade pode romper com o fracionamento territorial imposto pelo capital, que se sustenta no discurso da dicotomia campo-cidade, validada pelo aparato jurídico-político, defendido pelos patrões, mas também por diversos sindicalistas, inclusive, alguns considerados de esquerda.

Não há dúvida de que se tem um novo conteúdo na relação cidade-campo devido ao novo desenho societal, criado pelas questões colocadas pela reestruturação produtiva do capital que, ao se territorializar, redefine a relação cidade-campo, assim como seus atores sociais. Concorde-se com Ikuta (2002) que alerta para a práxis fragmentadora dos sindicatos e demais representações dos trabalhadores, bem como a dos movimentos sociais que não compreendem a totalidade do capital e realizam leituras das frações dos territórios. O *sistema metabólico do capital* é fundamentalmente totalizante, imbrica os momentos sociais da produção e da reprodução e assegura o controle social. “A práxis do ser social que

trabalha, seja no âmbito do viver/morar ou do trabalhar, não pode estar cindida.” Ikuta (2002, p.119).

Nos territórios do Sudeste Goiano, coexistem elementos essenciais para se compreender as transformações pelas quais passa a agricultura brasileira. O mosaico de usos e formas de exploração da terra, hegemônicos pelo capital industrial e financeiro, elabora e implementa distintas formas de controle social sobre o trabalho. O intuito foi perceber como esse compósito de objetos, signos, símbolos, desejos e interesses promove (re)arrumações espaciais, possibilitando formas diferenciadas de controle do capital sobre o trabalho. E mais, como os trabalhadores internalizam essas ações/intenções e as reelaboram, com o objetivo de apontar possibilidades para além daquilo que foi e é estabelecido como imutável, ou seja, a sociedade capitalista. Diversas mudanças estão ocorrendo e não se pode tratar campo e cidade como realidades indissociáveis, pois os novos conteúdos e suas relações possibilitam um imbricamento cada vez mais forte dessas realidades/temporalidades. É preciso avançar para perceber onde estão os nexos e qual o sentido, qual a natureza dessas ações que, mediadas por relações sociais, significam diretrizes para que se possa repensar a ação dos movimentos sociais.

A identificação das configurações geográficas materializadas no Sudeste Goiano nos possibilitou focar a gestão e o ordenamento territorial, produto das práticas modernas na agropecuária regional. Diversos investimentos públicos (construção de estradas e pontes, aumento dos silos para armazenamento, construção de hidrelétricas, ampliação da eletrificação rural etc.) foram realizados, alterando as paisagens geográficas existentes. Os cultivos intensivos, principalmente soja, atraíram as agroindústrias que se beneficiaram de parte da produção do *complexo grãos-carne* consolidado nos anos 1980/90, promovendo mudanças significativas no arranjo societal.

Nas últimas décadas intensificou-se a modernização das atividades agropecuárias e a agroindustrialização, culminando em novas relações sociais de produção e, conseqüentemente, novas relações sociais de trabalho. É possível perceber, nas propriedades camponesas, a predominância do trabalho familiar, embora estejam restritas aos camponeses que cultivam pequenas áreas para auto-consumo associadas à produção de alguns cultivos para o mercado, visando assegurar a reprodução social da família. Na maior parte das propriedades rurais visitadas constatou-se a presença do trabalho assalariado, combinado com a meação, com o arrendamento etc., expressando a complexidade das relações sociais de trabalho existentes no rural, que não podem ser classificadas de forma apressada, como tem ocorrido na maior parte dos estudos sobre o *novo rural* brasileiro.

O intrincado e complexo *metabolismo social do capital* imprime suas marcas no campo e nas cidades, em todas as dimensões, inclusive, propiciando visões estereotipadas com o objetivo de assegurar o controle social, a partir dos trabalhadores estranhados, mas também de parcela dos pesquisadores que não reconhecem o espaço contraditório das relações sociais capitalistas, construídas cotidianamente. Uma das questões mais polêmicas é a discussão sobre se o campesinato é classe trabalhadora. Thomaz Júnior (2002) afirma que o camponês não pode ser investigado senão enquanto fração da classe trabalhadora. Fabrini (2002) destaca que a reflexão sobre a reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e das ações políticas empreendidas. Ao se adotar a concepção de que o camponês é uma fração da classe trabalhadora, que apresenta especificidades no processo de extração da mais-valia, expresso na combinação da renda da terra com o trabalho assalariado, evidencia-se a polêmica sobre o papel político desses produtores/trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Ao se compreender o campesinato como uma fração da classe trabalhadora a estrutura do movimento social se altera profundamente, precisamente a do movimento sindical arraigado à fábrica, entendida como o *locus* da produção do valor, atualmente vivenciando a perplexidade, diante das sérias debilidades em assegurar uma ação política transformadora. A novidade é perceber que as novas formas de controle social do capital sobre o trabalho alteraram a estrutura interna do modo de vida dos camponeses e *trabalhadores da terra*, possibilitando uma *nova articulação do movimento operário com o movimento camponês*, reconstituída pelas contradições envoltas no processo de reprodução do capital, denotando um novo conteúdo das relações cidade-campo e, certamente, ações políticas de cariz nova e transformadora.

Múltiplas relações sociais de trabalho coexistem no Sudeste Goiano, explicitando a presença do trabalho qualificado (permanente, estável etc.) e das formas precarizadas de trabalho (trabalho temporário, trabalho subcontratado etc.) que convivem numa mesma empresa rural. Melo (2003) pesquisando a implementação da modernização da agricultura no Sudoeste Goiano – área com maior densidade técnica e tecnológica no campo, destaca a profissionalização das atividades agrícolas, com o surgimento de *novos trabalhadores no campo*, confirmando a tese proposta.

A força de trabalho no “novo” padrão de produção também mudou, no sentido de intensificar a necessidade do trabalho especializado: mecânicos e

operadores de máquinas, engenheiros agrônomos, piloto de avião, motorista de caminhão etc.. Trabalhadores estes que não constituem, na sua maior parte, a categoria dos trabalhadores rurais, o que caracteriza a formação do grupo de trabalhadores agrícolas. (MELO, 2003, s/p).

Por isso, a dificuldade colocada pela *plasticidade do trabalho*, pois ocorreu uma *(des)identidade do trabalho* no sentido clássico e, ao mesmo tempo, ainda não foi possível apreender concretamente as novas manifestações do trabalho, para assim envidar ações políticas emancipatórias. Quem são os *trabalhadores rurais*? Não se pode negar que há dificuldade em denominar esse caleidoscópio de relações sociais que, consorciadas, porém diferenciadas, compõem a análise das transformações espaciais nas áreas de Cerrado. Existe uma diversidade de categorias profissionais, de corporações sindicais e de segmentos específicos que reivindicam pautas pontuais e não conseguem se “enxergar” enquanto classe trabalhadora.

Os *trabalhadores agrícolas* não se consideram *trabalhadores rurais*, pois para eles estes são pouco qualificados e sem instrução – os trabalhadores temporários etc.. Essas são explicações dadas pelos próprios trabalhadores, que não se entendem e não conversam entre si, o que evidencia a força do capital ao estabelecer o controle através da cisão entre os pares. Conforme Thomaz Júnior (2003) instalada a cizânia e manifesta a dificuldade de comunicação/interlocução internamente no *universo do trabalho*, observa-se diversos elementos constituintes das travagens que determinam a *(des)identidade de classe do trabalho*. É exatamente essa questão que não tem sido enfrentada teoricamente pelos sindicatos e partidos de esquerda. Quanto aos movimentos sociais e alguns intelectuais orgânicos, parece haver um esforço coletivo no sentido de uma reflexão qualitativa, colocando como desafio pensar as ações políticas que possam agregar as distintas *manifestações geográficas do trabalho* e considerar o direito à diferença, sem, contudo, mutilar o potencial transformador e emancipatório da classe trabalhadora.

A Luta pela Gestão do Espaço: A “Reconquista” do Território

Ando devagar porque já tive pressa
e levo esse sorriso, porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei, eu nada sei.
(TOCANDO EM FRENTE – A. SATER; R. TEIXEIRA)

A crise das instituições públicas, que na verdade é a expressão da crise do Estado, promove mudanças no seu papel e, portanto, na sua funcionalidade, surgindo a alternativa reformista denominada *terceira via*. Claus Offe²¹² (1998) propõe uma *engenharia política híbrida* que articule o Estado, a comunidade e o mercado, que organizariam uma nova institucionalidade, com o intuito de solucionar os problemas advindos do choque das diversas tendências mundiais, pautadas na competição, na produção de novas tecnologias e nas formas de gestão que facilitam o processo de acumulação. Nessa abordagem, o Estado torna-se empresário, assegurando ao mercado as condições de uma atuação “controlada”.

Boaventura Santos²¹³ (1998) diz que é necessário outra institucionalidade, calcada na reforma do Estado e da sociedade civil, à qual denomina *terceiro setor*. Afirma que a construção de uma nova institucionalidade política necessita partir da refundação democrática do Estado. O processo de flexibilização produtiva do capital e as crises decorrentes no trabalho possuem como gênese a necessidade de ampliar as fórmulas de acumulação do capital, alterando a estrutura produtiva e, sem dúvida, as relações sociais de produção, intensificando a polissemia do trabalho, com ênfase na sua precarização. Richard Sennett (1999)²¹⁴ analisa a corrosão que o processo de flexibilização produtiva gera na identidade social dos *novos trabalhadores*, instituídos pelas mudanças no processo produtivo. Assim, a dificuldade está em criar as condições para fomentar e operacionalizar a ação política transformadora.

Mas não podemos concordar na íntegra com as reflexões apontadas pelos autores, pois se corre o risco de cair na pulverização da ação política, perdendo de vista o sentido histórico da conformação societal a partir da luta de classes. Há que se ter cautela na compreensão dos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital no mundo do trabalho, pois a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação implicam em diferentes ações políticas, afirmadoras e/ou negadoras do sistema sociometabólico do capital. Essas categorias apreendidas de forma segmentada acabam por reforçar a perspectiva política imposta pelo capital, não contribuindo para o *des-velamento* das tramas espaciais e não percebendo a *urdidura do capital e do trabalho* construídas nos territórios mundializados.

²¹² OFFE, Claus. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions**. Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário *Sociedade e Reforma do Estado*, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 1998.

²¹³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário *Sociedade e Reforma do Estado*, ocorrido em São Paulo, entre 26 e 29 de março de 1998.

²¹⁴ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Talvez essa seja a maior das crises sofridas pelos trabalhadores – destrói-se o *sentido do pertencimento social* – criando uma condição de expectativa provisória, não demandando organização e mobilização, pois essas categorias ainda são pouco articuladas e, no imaginário social, a sua condição de trabalhador precarizado é identificada como passageira e transitória. Ainda não foram adequadamente assimiladas as fraturas e as clivagens provocadas pela flexibilização (imposição) do processo produtivo.

Cria-se uma condição de instabilidade, de desorganização, de uma situação em que não parece haver perspectivas sólidas e positivas. Tanto para os trabalhadores sem terra, que lutam pela posse da terra, quanto para os camponeses que possuem pequenos pedaços de terra, mas, principalmente para aqueles que exercem o labor na terra, a incerteza da permanência é algo constante em suas vidas. Isso promove a necessidade de uma *gestão coletiva do território*, forjada no enfrentamento com o capital e na luta pela terra e pela reforma agrária. A ação política centrada na unidade orgânica dos trabalhadores, seja no campo, seja na cidade, se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias.

Essa ação só é possível a partir dos movimentos sociais que objetivam contestar a ordem constituída, frente às desigualdades regidas pelo capital, devendo ser interpretados na sua dimensão de classe. Os camponeses e *trabalhadores da terra*, inicialmente se insurgiram contra a dominação através do cangaço e do messianismo, e apenas mais tarde, organizaram-se com o intuito de questionar a estrutura macroeconômica. Essas ações pontuais foram se geografizando, possibilitando a permanência de uma *memória militante*, fundamental para a ação política emancipatória. Nas últimas décadas, o MST e o MAB, dentre outros movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e pela permanência na terra, mobilizaram e organizaram os camponeses e *trabalhadores da terra* e apoiadores, construindo coletivamente um projeto universal para o *(des)envolvimento social*. A reforma agrária passou a ser compreendida como a condição para potencializar a luta contra o capitalismo, assim como para a construção de uma nova sociedade, se constituindo numa dimensão territorial-nacional.

As principais condições para potencializar a ação política – o enraizamento e o *sentido de pertencimento* – necessitam ser interpretadas a partir das relações de poder, dos interesses e da *contradição viva* que permeiam as múltiplas relações travadas e urdidas na produção/construção das tramas espaciais. Dessa forma, a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e das possibilidades de superação da ordem instituída,

centrada na propriedade privada dos meios de produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho.

Milhares de famílias desterritorializadas do seu *locus* de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais, assegurando um novo conteúdo político à reforma agrária. Na luta pela terra, enfrentam argumentos de que não possuem esse direito por não terem experiência na lida com a terra. A ironia é que quando seus avós e pais foram expulsos da terra e caminharam em direção às cidades, o argumento de não terem experiência não impediu que se tornassem operários e/ou que executassem importantes tarefas assalariadas, conforme as necessidades do capital. Agora, quando se organizam para terem o direito a terra, são denominados de *desqualificados* para o labor na terra, como se essa fosse uma condição inerente apenas àqueles que nasceram na terra.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido. Primeiro, que a noção de reforma agrária necessita contemplar um maior número de atividades, que, por serem diversificadas, podem apresentar atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de potencializar renda e trabalho. Segundo, que quando os *trabalhadores da terra* foram expulsos das áreas rurais serviam para trabalharem nas fábricas. Interessante que não havia nenhuma dificuldade em terem sido camponeses, pois imediatamente foram transformados em operários. Agora, quando se discute a necessidade de que os trabalhadores urbanos possam reivindicar terra, brada-se que não possuem nenhuma relação com a terra e que seus assentamentos serão fracassados, ideologizando a ação política diante de argumentações falsas.

Há que se pensar a idéia da *consciência possível* no processo de arregimentar forças para organizar e mobilizar os trabalhadores, pois a consciência da necessidade da terra leva-os a se agregarem e a ocuparem os latifúndios. Talvez a carência permita uma consciência do real, mas dificilmente uma consciência dos atores hegemônicos responsáveis por tal situação, assim como das possibilidades de luta. Esse processo ainda precisa ser viabilizado e potencializado pela ação política, através dos sindicatos, partidos, movimentos populares e movimentos sociais que apresentam cariz emancipatória.

A conquista da terra significa a “reconquista do território”, (re)arrumado conforme as necessidades e anseios dos camponeses e *trabalhadores da terra*, todavia ainda engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. O (re)ordenamento do território mediante a *re-Existência* do trabalho significa o primeiro passo rumo ao enfrentamento do estranhamento – *negar a subjetividade do capital* e se despir das amarras

alienantes – constituindo sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do *homem novo*.

O *território conquistado* a partir da luta pela terra pode ocasionar a noção ilusória de autonomia, pois a contradição capital x trabalho se espacializa como condição de produção/reprodução da dinâmica capitalista. Há que se ter clareza que a hegemonia do território só será assegurada através de um novo ordenamento territorial que possa romper, ainda que parcialmente, com as imposições mercadológicas. A reprodução societal dos camponeses e *trabalhadores da terra* só será efetivada nas lutas cotidianas, ao construírem estratégias de sobrevivência coletiva, buscando esquivar-se do controle exercido pelo capital. Não se pode absolutizar a noção política de *território conquistado*, pois se corre o risco de não perceber as formas do capital que ainda permanecerão por muito tempo no seio da nova processualidade social, pois não é possível se desfazer de forma imediata da normatização e dos regramentos impostos pelo capital.

Mesmo após intensas lutas para a “reconquista do território”, este continua em disputa, pois as contradições permeiam as relações sociais, até porque a hegemonia continua centrada na relação com aqueles que possuem os meios de produção. Por fim, há que se compreender que a terra é um patrimônio comum e, assim, a luta pela posse da *terra de trabalho* é legítima e condição para a sobrevivência de milhares de famílias em condições ecológicas adequadas. Isso implica na assertiva de que outro mundo não apenas é possível, como já está em construção.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. **Entrevista Jornal Universitário**. Florianópolis: UFSC, 2000.

AB'SABER; COSTA JÚNIOR. Paisagens rurais do sudoeste goiano, entre Itumbiara e Jataí. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 7, p. 38-63, mar. 1951.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp/Hucitec/ANPOCS, 1992.

AFONSO, L. H. R. **O Partido Comunista do Brasil (1945-1947) – Suas propostas na região Centro-Oeste**. 1981. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

AGUIAR, M. do A. A. **Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850-1920)**. Goiânia: UFG, 2003.

ALENCAR, M. A. **Estrutura fundiária em Goiás**. Goiânia: UCG, 1993. (Coleção Teses Universitárias).

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2 n. 21, ano 19, jul/dez. 2003.

ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 06, p. 35-45, jul./dez. 1998.

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez. 2003.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. A nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da globalização – o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

_____. **Os fundamentos ontológicos da reestruturação capitalista – Fundação (e subversão) da modernidade pelo “sujeito” capital**. Disponível em: <<http://www.globalization.cjb.net>>. Acesso em: agosto 2002.

AMIN, S (Org.). **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de B. Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

AMIN, S.; BETTELHEIM, C.; EMMANUEL, A.; PALLOIX, C. **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. 1. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1977.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Modernização e pobreza**. São Paulo: UNESP, 1994.

ANDRIOLI, A. I. A ideologia do “atraso”. **Revista Espaço Acadêmico**. Presidente Prudente, Ano II, nº 20, jan. 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARANTES, A. **Reforma agrária já**. Câmara dos Deputados, Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1996.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ATLAS Fundiário Brasileiro. **Sistema Nacional de Cadastro Rural/Estrutura Fundiária Brasileira**. Brasília: INCRA/PUD, Ago. 1996.

AVELAR, G. A. **Desenvolvimento capitalista e apropriação desigual do espaço agrário em Goiandira-GO**. 1999. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Goiânia.

BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BARBOSA, A. S. **Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado**. Goiânia: UCG – Instituto Trópico do Subúmido, 2002.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paranã: a estruturação de uma região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional – UFG, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

BARROS, M. **A noite do macará**. Goiânia: Ucitec, 1998.

BATESON, G. **Porque é que as coisas se desarrumam?** Extraído do Livro Metadiálogos – Trajectos de Gregory Bateson. Lisboa: Gradiva, 1989.

BENITES, M. G. **Brasil Central pecuário: interesses e conflitos**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2000.

- BENJAMIN, C. et al. **A opção brasileira**. São Paulo: Contraponto, 1998.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERDOULAY, V; VARGAS, H. M. (Orgs.). **Unidad y diversidad del pensamiento geográfico en el mundo: retos y perspectivas**. Ciudad de México: UNAM, 2003.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- BERMANN, C. **Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público**. Disponível em: <<http://www.ilumina.org.br/>>. Acesso em: 04 de jun. 2004.
- BERTRAN, P. **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Tomo II. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1997
- _____. **História da terra e do homem no Planalto Central**. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.
- BEYNON, H. As Práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa – o movimento europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. (2 vol.). Brasília: UnB, 2000.
- BOITO JÚNIOR, A. A ideologia do populismo sindical. **Teoria & Política**. São Paulo: Brasil Debates, ano 1, n. 2, p. 29-54, 1980.
- BOITO JÚNIOR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 2000.
- BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez. 2003.
- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes – estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922**. Goiânia: UFG, 1990
- _____. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.
- BORGES, M. **A conquista do Cerrado: uma proposição para duplicar a produção de grãos**. Senado Federal, Brasília, 1985.

BRAGA, R. Sobre as atuais mutações no universo produtivo. **Revista Universidade e Sociedade**. Ano VII, n. 13, jul./1997.

BRANDÃO FILHO, J. B. Mudanças no papel do Estado: o caso da agroindústria da soja do Centro-Oeste. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, João Pessoa. **Anais...** UFPB/AGB, 2002.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás**. Brasília: UnB, 1977.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. **Campesinato goiano**. Goiânia: UFG, 1986. (Coleção Documentos Goianos, n. 16).

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. São Paulo: Xamã, 1996.

BRETON, B. **Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira**. Tradução de M. M. Assis. São Paulo: Loyola, 2002.

BROIETTI, M. H. **O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRUM, A. J. A revolução verde. In:____. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

BRUNO, R. Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, J. R.; COSTA, L. F. de C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

BUENO, E. de P. **A segregação sócio-espacial: A (re)produção de espaços em Catalão-GO**. 2000. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

CAPEL, H. **Filosofia y ciencias en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía**. Barcelona: Barcanova, 1988.

CAMPANHA Nacional pela Reforma Agrária. **A ofensiva da direita no campo**. Informativo. Goiânia: CPT Nacional, 1988.

CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. da. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise regional**. Campinas: EMBRAPA/UNICAMP-FAPESP, 2000.

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. 1. ed. Goiânia: UFG, 1987.

CÂNDIDO, A. O. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; AFONSO, L. B. G. (Orgs.). **Conflitos no campo-Brasil**. 2003. Goiânia: CPT Nacional, 2003.

- CARDOSO, C. **Agricultura e escravidão**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARNEIRO, M. E. F. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: UFG, 1986.
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma “leitura” geográfica. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CARVALHO, O. A. de. **Da exclusão à cidadania**: globalização e movimentos sociais. Porto Alegre: maio de 2002. Disponível em: <<http://www.zonanon.org>>. Acesso em: 17 de out. 2003.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Tradução de I. D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução M. L. X. de A. Borges, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **O poder da identidade**. V II. Tradução: K. B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, M. G. **Sobre alguns cuidados conceituais**. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/>>. Acesso em: 22 de jan. 2003.
- CATTANI, A. D. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. (Org.). 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CAUME, J. D. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.
- CENTRAL Única dos Trabalhadores. **A estratégia da CUT no setor rural**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/7concut/>>. Acesso em: 28 de jan. 2004.
- CHASIN, J. **Produção destrutiva e estado capitalista**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1996.
- CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: UFG, 2001.
- CHAVEIRO, E. F; GONÇALVES, M. D. **Tópicos da estrutura demográfica de Goiás**: uma análise do cerrado pela demografia. Goiânia: UFG, 2004. (mimeo).
- CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAVES, M. R. **A devastação legal do cerrado e a produção de carvão vegetal em Catalão-GO**. 1998. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e gestão dos recursos naturais no Cerrado goiano**. 2003. 186 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de L. F. Pimenta e M. de C. A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CRULS, L. **Relatório da comissão exploradora do Planalto Central do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C. Impressores do Observatório, 1894. (Edição Especial, Governo do Distrito Federal, 1992).

COCCO, G. **Trabalho e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

COLLETI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP, 1998.

COMISSÃO Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT, 1988.

_____. (Org.) **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

COSTA, I. da S. **A caminhada do povo de Deus: religião e política na 'Igreja do Evangelho' em Itapuranga-GO nas décadas de 1970 a 1980**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

COSTA, C. L. **A construção do lugar a partir do espaço programado – o caso da Vila Teotônio Vilela em Catalão-Goiás**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste**. 1974. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

DEMO, P. **Metodologia crítica em ciências sociais**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2002.

DEUS, J. B. de. **O Sudeste Goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIÁRIO da Assembléia Legislativa. Goiânia, 31 de maio de 1947. p. 12.

DIAS, E. F. As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical. In: **Caderno 1 da ADUFF - S. Sind.** Rio de Janeiro, 1995.

DINIZ, J. A. F. **A condição camponesa em Sergipe** - desigualdade e persistência da produção familiar. Aracaju: NPGeo-UFS, 1996.

_____. DINIZ, J. A. **Geografia agricultura.** São Paulo: DIFEL, 1984.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DUARTE E. G. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.** 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EITEN, G. Delimitação do conceito de cerrado. **Boletim de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 249, p. 131-140, 1976.

ELIAS, D. Modernização agrícola e relações sociais de produção. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. **Anais...** UFPB/AGB, 2002.

ÉLIS, B. **O tronco.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Coleção Brasil Visto do Espaço-GO/DF.** 2002. CD Rom.

ENGELS, F. **A dialética da natureza.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 10. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985

ESTERCI, N. Sindicalismo e luta pela terra. **Cadernos do CEDI**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 28-38, 1991.

ESTEVAM, L. Goiânia rural. **Jornal Opção**, Economia (Opinião), 29 ago. a 04 set. 2004. p. A38.

_____. **Fluxo migratório e êxodo rural comprometem futuro.** Disponível em: <<http://www2.opopular.com.br/retro99/travessia6.htm>>. Acesso em: jan. 2003.

_____. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Autor, 1998.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Paulista, Presidente Prudente.

FAORO, R. **Os donos do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.
- _____. **MST - formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERRI, M. G. Histórico dos trabalhos botânicos sobre o cerrado. In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO, 1963, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EDUSP, 1963.
- _____. **A vegetação de cerrados brasileiros**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1973.
- FERNANDES, M. **Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR**. Belém: NAEA/UFGPA, 1999.
- FERREIRA, I. M. **O afogar das veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- FIGUEROA, R. **La agroindustria subordina al campo venezolano**. Caracas: Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1989.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro, 1995/96.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações diversas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> 2003. Acesso em: 16 de jan. 2003.
- _____. **Base de informações municipais**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.
- _____. **Censo agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. **Censo agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1984.
- _____. **Censo agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. **Censo agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro, 1975.
- _____. **Censo agrícola de 1960**. Rio de Janeiro, 1960.
- _____. **Contagem populacional**. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. **Censo agropecuário de Goiás**. Rio de Janeiro, 1995/96.
- _____. **Censo demográfico: resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios**. Goiás, n. 27. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo agropecuário de Goiás**. Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Censo demográfico**. Goiás. IX Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo agropecuário de Goiás**. Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Censo agropecuário de Goiás**. Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Censo demográfico**. Goiás. VIII Recenseamento Geral. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo demográfico e censo econômico**. Série regional. Parte XXI, Goiás, 1º de setembro, 1940, Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

_____. **Coleção de monografias municipais**. n. 104, Rio de Janeiro: Nova série. 1984.

_____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1956. 1 CD-ROM.

_____. **Indicadores sociais municipais**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de abr. 2003.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. O caminho democrático da reforma agrária. **Editorial**. n. 28, ago. 2003.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GAMA, M. das G. C. C.; PAULA, A. M. N. R. de; LIMA, S. do C. Implantação da agricultura comercial no município de buritizeiro, cerrado mineiro: o uso capitalista dos recursos naturais. **Caminhos de Geografia** - Revista On Line. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/>>. Acesso em: 07 de mar. 2003.

GARZA, E. G. (Coord.). **Reestructuración productiva y clase obrera**. 1. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.

GAZETA Mercantil. **A vigorosa produtividade da soja tradicional**. Brasil, 28 maio 2003. Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.por/article/>>. Acesso em: 04 de fev. 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEORGE, P. **Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1973.

_____. O Trabalho. In: **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1973.

_____. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.

GEORGE, S. **O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

GNACCARINI, J. C. **Latifúndio e proletariado** – formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Pólis, 1980.

GOHN, M. da G. **Os sem-terra, Ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOIÁS. Estudos de Impactos Ambientais – RIMA/UHE – Serra do Facão, Rio São Marcos, Catalão/GO. **Diagnóstico Ambiental**. Catalão: GEFAC, 2000.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia**. Tradução de L. C. Garaude e J. A. Giannotti. São Paulo: Difel, 1972.

GOMES, A. (org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Garibaldi, 2001.

GOMES, H.; NETO, A. T. **Geografia: Goiás: Tocantins**. Goiânia: UFG, 1993.

GOMES, H. **Cerrado: extinção ou patrimônio nacional?** Junho de 2003. Disponível em: <<http://www.ucg.br/flash/artigos/0309cerrado.html>>. Acesso em: 15 de set. 2003.

_____. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia**. Goiânia: UFG, 1991.

_____. **Introdução a geografia de Goiás (a terra)**. São Paulo: Calvário, 1965.

GOMEZ, L. P.; CHAUL, N. F.; BARBOSA, J. C.; **História política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos, n. 26).

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. 2003. Disponível em: <<http://www.cibergeoagbnacional.com.br/>>. Acesso em: janeiro de 2004.

_____. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: Ibama, 2003.

_____. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México, DF: Siglo XXI, 2001.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

_____. O latifúndio genético e a r-esistência indígena-camponesa. **Geographia**, Niterói, n. 8, ano 4, jul/dez. 2002.

_____. **R-existência dos índios: Dossiê meio ambiente**. Revista Nação Brasil, 2000.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GOODLAND, R. J. A.; FERRI, M. G. **Ecologia do cerrado**. Tradução de E. Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1977.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção materialista da história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.

_____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Stampa, 1974.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecológica**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Vãos).

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRZBOWSKI, C. **Editorial**. Revista Democracia Viva, n. 21, 2004.

_____. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARAES, E. N.; LEME, H. J. **Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP/NEP, p. 25-73, 1998.

GUIMARÃES, M. T. C. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: UFG, 1988. (Coleção Teses Universitárias).

HAESBAERT C. R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In:____. **Território e Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: PPGEU-UFF/AGB, 2002.

_____. **“Gaúchos” no nordeste: modernidade, des-territorialidade e identidade**. 1995. f. 385. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1990.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. n. p. 07-26, 1999.

HONÓRIO FILHO, W. **O sertão nos embalos da música rural – 1929-1950**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

HORA, K. E. R. **Aqui e Acolá**. Áreas Reformadas, territórios transformados (reterritorialização e a construção do lugar – um debate entre projetos de assentamentos rurais e empreendimentos rurais do Banco da Terra em Goiás). 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Mundos do trabalho**. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLLOWAY, T. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Tradução de E. Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUGUES, L. **A agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 1993.

IANNI, O. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1995.

_____. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1981.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1996.

_____. (Org.) **Karl Marx: sociologia**. Tradução de M. E. Mascarenhas; I. de Andrade; F. N. Pellegrini. São Paulo: Ática, 1979.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IKUTA F. K. Fragmentação/alienação do trabalho e a territorialidade das Associações de Moradores e dos Sindicatos em Presidente Prudente (SP): Em questão os momentos (*des*)articulados da produção e da reprodução. **Revista PEGADA**, V.3, n. 1, out. de 2002. Disponível em: <<http://www.prudente.unesp.br/ceget>>. Acesso em: dez. de 2002.

INOCÊNCIO, M. E. **O Prodecer e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização Paineiras**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

JAMESON, F. Globalização e estratégia política. In: SADER, E. **Contra-corrente**. São Paulo: Record, 2001.

JORNAL O Germinal. **Centro-Oeste**. Abril 1987.

JORNAL O Popular. **Suplemento do campo**. 21 a 27 ago. 2004.

_____. Estado quer voltar a ser 2º em algodão. **Economia**. Goiânia, 05 jun. 2004, p. 14.

_____. Nossos ricos são mais ricos. **Economia**. Goiânia, 30 maio 2004, p. 15.

_____. Migração preocupa autoridades. **Economia**. Goiânia, 01 fev. 2004. p.14.

_____. Sem-Terra invadem fazenda em Campo Alegre. **Cidades**. 01 fev. 2004, p.07.

_____. Goiás é o 2º do país em crescimento das exportações. **Economia**. 31 jan. 2004. p.14.

_____. Goiás no mapa do trabalho escravo. **Cidades**. 31 jan. 2004. p. 05.

JORNAL Tribuna do Planalto. Devastação à vista. **Comunidades**. Ano XVII, n. 904, p. B-1 e B-2, Goiânia, 04 a 10 abril 2004.

JULIÃO, F. **O que são as Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1962.

KAGEYAMA, A. (Coord.) et. al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais**. Campinas: UNICAMP, 1987.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. Tradução de O. E. W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

KOVARICK, M. **Amazônia/Carajás - na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

KURZ, R. Marx depois do marxismo. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! 24 set. 2000.

_____. **O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

_____. Conversa com Henri Lefèbvre. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 30, 1990.

_____. Espace et Politique. In: **Le droit à la ville suivi de espace et politique**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

_____. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1983.

_____. **O direito à cidade**. Tradução de R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de J. E. da Silva. Blumenau: EDIFURB, 2000. (Coleção Sociedade e Ambiente).

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de S. Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, M. A. F. P. **Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

LENIN, V. I. **A questão agrária**. Tradução de C. F. de F. Casanovas. Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

_____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de M. B. M. Lima. São Paulo: Brasil-Debates, 1980. (Coleção Alicerces).

_____. **Dois táticas da social democracia na revolução democrática**. São Paulo: Livramento, 1975.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de J. P. Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

_____. **O imperialismo fase final do capitalismo**. Tradução de A. Pescada. São Paulo: Mandacaru, 1990.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1988.

LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: EDUFAL, 1997.

LIMA, V. B. de. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LOJKINE, J. **Novas relações de classe, novos movimentos sociais e alternativas ao capitalismo**. 2003. Disponível em: <http://www.orbita.starmedia.com/ñovosdebates/textos/t3.htm>. Acesso em: set. 2003.

_____. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LOPES, E. S. A. **Comentário sobre o “novo mundo rural” ou a “nova reforma agrária” do governo FHC**. Disponível em: <http://www.cibergeo@agbnacional/>. Acesso em: julho de 2002.

LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa**. Unidade e diversidade do capitalismo no campo. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

LOUREIRO, W. N. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: UFG, 1988.

LUNARDI, V. L. **A organização dos trabalhadores rurais** (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar - uma reflexão sobre Goiás. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital** – estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de M. Bandeira, 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MALAGUTTI, M. L. **Crítica à razão informal** – A imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARIGHELA, C. et. al. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARQUES, M, I. M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. Os dilemas da interpretação da luta pela terra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2001.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Revisando a questão agrária. **Jornal Sem Terra**. 160. p. 15. São Paulo: MST. Entrevista, julho de 1996.

_____. **Henri Lefèbvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.85-169.

_____. **Capítulo VI Inédito de O CAPITAL - Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Editora Moraes, [19].

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução R. Barbosa; F. R. Kothe. 3. ed. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de R. Barbosa; F. R. Kothe. 3. ed. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. **O capital – crítica da economia política - O processo de produção do capital**. Tradução de R. Sant’ana, vol. 1, 6. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Contraponto, 1998.

_____. **Textos III**. Edições sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, [19].

MASI D. de. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Tradução de Y. A. Figueiredo. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado** – Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).

MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Sindicalismo no campo. **Cadernos do Cedi**, Rio de Janeiro, n.20, p.5-10, jan. 1990.

MELLO, M. C. D. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1976.

MELLO, P. E. C.; FRANCIS, D. G.; GARCIA, T. de S. L. Preservação ambiental e comunidades tradicionais do cerrado - um estudo de caso. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2003. São Paulo. **Anais...** Universidade de São Paulo/FFLCH/Geografia/Laboratório de Geografia Agrária.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, N. A. **Interação campo-cidade: a (re)organização sócio espacial de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENDES, E. de P. P. **A produção familiar em Catalão-GO: a comunidade Coqueiro**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. A questão regional e a especialização de culturas: A alhicultura em Catalão-GO. **Espaço em Revista**, Catalão: UFG, v. 1, ano 1, jan/dez 1996.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A reestruturação produtiva do capital e os movimentos sociais nas áreas de Cerrado – Brasil. In: TERCERAS JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 2003. **Anais...** Buenos Aires.

_____. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Revista Eletrônica Geocrítica**. Universidade de Barcelona: v. 6, n. 119, 2002.

_____. A territorialização do capital nas áreas de Cerrado e os impactos sobre o trabalho. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2003. São Paulo. **Anais...** Universidade de São Paulo/FFLCH/Geografia/Laboratório de Geografia Agrária.

_____. Reestruturação produtiva do capital, 'modernização' da agricultura nas áreas de Cerrado e os impactos sobre o trabalho. In: IV CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2003, Havana. **Anais...** CD ROOM.

MENDONÇA, M. R.; AVELAR, G. A. O Governo Lula e a esperança moribunda: reflexões a partir da geografia do sistema elétrico brasileiro. **Ciência Geográfica**. Ano X, v. X, n. 2, Bauru: AGB/Bauru, maio/ago. 2004.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**. Paris: Babel, 1984.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura** – Um Caso em Catalão/Goiás. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MÉSZAROS, I. A ordem do capital e o metabolismo social da reprodução. **Revista de Filosofia/Política/Ciência da História**. Tomo I - Marxismo. 1999. p. 83 - 124.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução de P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de P. C. Castanheira; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Produção destrutiva e estado capitalista** (para além do capital). Tradução de G. T.; M. Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1996.

MINISTÉRIO das Minas e Energia. Balanço energético nacional. In: FROTA, I. **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MIRANDA, E. E. de; GUIMARÃES, M. **Mapa da cobertura vegetal de Goiás** - 2000. Disponível em: <<http://www.agenciaambiental.go.gov.br/>> Acesso em: nov. 2003.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOONEY, P. R. **O século 21: erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOORE JÚNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia** – senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOORE, M. **Stupid white men**: uma nação de idiotas. Tradução de L. Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica**. A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, M. D. C. Peões da chapada (Contingências da agricultura camponesa nos cerrados piauienses). In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Foz do Iguaçu. **Anais...** 1999. Disponível em: <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em ago. 2003.

MOREIRA, E. de R. F. et. al. Espaço agrário, condições de vida, trabalho e saúde. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, 1999.

MOREIRA, J. R.; COSTA, L. F. C. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MOREIRA, R. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. **Revista Geográfica**. Bauru, n. 19, p. 18-21, 2001.

_____. (Org.). A reestruturação industrial e espacial do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: GERET/NEGT/GECCEL, 2003.

_____. Conferência de Abertura do Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG). Goiânia, jun. 2002.

_____. Da região à rede e ao lugar. **Ciência Geográfica**, n. 6, AGB Bauru, 1990.

_____. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Geografia**. Teoria e crítica: o saber em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil** – Estudo sobre a sociedade e o espaço. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo no âmbito da luta emancipatória? **Revista Pegada**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Vol. 04, n. 01, jun. 2003. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: Uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Maringá.

MOVIMENTO dos Antingidos por Barragens. **Caderno de Formação**. nº 8, 1997. p. 07.

MOYA, G. L. C. **Subsídios à regionalização e classificação funcional das cidades: o caso de Catalão-GO**. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NASCIMENTO, A. C. et. al. **Do global ao local a luta se faz: a territorialização do movimento dos atingidos por barragens no vale do Rio São Marcos**. **Revista PEGADA**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Vol. 04, n. 02, nov. 2003. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>.

NAVARRO, Z. **Pesquisador critica MST, mas diz apoiar sem terra**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/agraria/navarro.htm>>. Acesso em: 10/06/03.

_____. Sete teses equivocadas sobre os movimentos sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NEGRI, T. **Exílio**. São Paulo: Iluminura, 1998.

NEGRI, T.; HARDT, M. **Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOVAES, W. Cerrado. **Jornal Tribuna do Planalto**. Comunidades. Ano XVII, n. 904, p. B-2, Goiânia, 04 a 10 abril 2004.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. Tradução W. C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. The present historical transition and some basic design options for societal institutions, Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. **Seminário Sociedade e Reforma do Estado**, São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

_____. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica matogrossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. Tese (Livre-Docência), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: Becker, B. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Agricultura brasileira: unidade na diversidade. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Petrolina. **Anais...** dez. 2002.

_____. **Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo, 1992. (mimeo)

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo. AGB, n.58. p.05-64. set/1981.

_____. **Barbárie e modernidade:** o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. n. 12, Águas de São Pedro. **Mesas Redondas**. Rio Claro: IGCE, p.24-51. 1994.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____. **O sentido da reforma agrária no Brasil do século XXI**. Mesa Redonda. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. **Anais...** UFPB/AGB, 2002.

_____. Renda da terra absoluta, monopólio, pré-capitalista, preço da terra. **Orientação**. Instituto de Geografia/USP. n. 07, p.77-86. 1986.

_____. Renda da terra diferencial I, diferencial II. **Orientação**. Instituto de Geografia/USP. n. 06, p. 93-104. 1985.

_____. Renda da terra. **Orientação**. Instituto de Geografia/USP. n. 05, p.94-96. 1984.

OLIVEIRA, F. de. Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco. **Revista Democracia Viva**. n. 21. abril/maio 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 05 de jul. 2004.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA FILHO, M. de. **Rio Maria:** a terra da morte anunciada. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

OLIVEIRA, F. O ornitorrinco. In: _____. **Crítica da razão dualista - o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, L. A. **Nanotecnologia assemelha homens e máquinas**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/>>. Acesso em: 22 jun. 2003.

PALACIN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PANIAGO, P. **Novas tecnologias do Cerrado**. Disponível em: <<http://www.funathos.org.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2003.

PARTIDO Comunista do Brasil (PC do B). Manifesto à nação. **Informativo**. São Paulo, maio 1985.

_____. O povo em luta conquistará a reforma agrária. **Informativo**. Goiânia, nov. 1983.

_____. Todos à luta vamos derrotar o Decreto 2. 045. **Informativo**, set. 1983.

PARÉ, L. **El proletariado agrícola em México**. 8. ed. aumen. Ciudad de México: Siglo XXI, 1988.

PASSOS, M. M. dos. **Contribuição ao estudo do cerrado em função da valorização de condições topográficas**. 1980. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEDROSA, L. E. **A apropriação do relevo urbano e suas implicações sócio-ambientais: um estudo de caso em Catalão (GO)**. 2001. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PEIXINHO, D. M. **Onças vermelhas e amarelas: a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis-MT**. 1998, 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

PEREIRA, D. A. C. **Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford Motor Company na escala do Brasil e do mundo**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Orgs.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba –MG**. 1988. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

PINSKY, J. (Org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

PINTO, M. N. (Org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2. ed. Brasília: EDUNB/SEMATEC, 1993.

POCHMANN, M.; BORGES, A. **Era FHC – A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação. As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO JÚNIOR, C. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: ____ **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução R. L. Ferreira. São Paulo: UNESP, 1996.

PROGRAMA de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2003.

QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

RAMOS, A. P. et. al. Povos do cerrado: modernidade e exclusão social no Norte de Minas Gerais. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Universidade de São Paulo/FFLCH/Geografia/Laboratório de Geografia Agrária, 05 a 08 nov. 2003.

RAMOS, H. de C. **Tropas e boiadas**. 8. ed. Goiânia: UFG, 1998.

RANIERE, J. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 1991.

RELATÓRIO de Impacto Ambiental (RIA). **Fábrica de fertilizantes do terminal rodoviário da Ultrafertil**. Catalão: Consultoria Paulista, jun. 1994.

RELATÓRIO Final da CPI da “Pistolagem”. **Matadores de aluguel**. Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, Brasília, 1994.

REVERS, I. **Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás 1973-1993: concepção e prática sindical a partir da ação pastoral da Igreja**. 1999. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

REVISTA Veja. **Agronegócio de um Brasil que dá lucros**. Edição Especial. n. 30, ano 37, São Paulo: Abril, Abril 2004.

REVISTA A Informação Goyana. Anno I, vol. 1 – nº 1. Rio de Janeiro: 15 de agosto de 1917.

RIBEIRO, A. E. M. **Os fazendeiros da cultura: estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados**. 1986. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, D. D. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí (GO)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RIBEIRO, D. D.; MELO, N. A.; HESPANHOL, A. N. Considerações preliminares sobre a agricultura moderna no município de Jataí-GO. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, João Pessoa. **Anais...** UFPB/AGB, 2002.

RICCI, R. **Movimentos sociais rurais nos anos 90**. Disponível em: <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: nov. 2003.

RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M.G. de. A singularidade do Cerrado: a interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias. In: VIII ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA. Cidade de Goiás. **Anais...** UEG, 2003 (CD ROOM).

RODRIGUES. L. M. Sindicalismo e classe operária – 1930-1964. In: **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. n. 10, Rio de Janeiro, 1991, p. 509-513.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas, 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SADER, E. ONGs ou movimentos civis? **Caros Amigos**. 11 out. 2003.

SADER, E. **Quando os novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. A dança imóvel e os impasses da transição. **Revista PEGADA**. Vol. 04, n. 01, jun. 2003. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 23 de set. 2003.

SANTOS, B. de S. (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A reinvenção solidária e participativa do Estado, Brasília: Ministério da Administração e da reforma do Estado, 1998. Paper apresentado no seminário **Sociedade e Reforma do Estado**. São Paulo, 26 e 29 de março de 1998.

_____. **Crítica a razão indolente**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O princípio do futuro**. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O Lugar: encontrando o futuro. **Revista de urbanismo e arquitetura**, v. 3, n. 6, jan/dez. 1996.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço, tempo** - globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. (Org.). **Questão agrária e política**: autores pecebistas. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHOLOSSER, M. T. **Nas ondas do rádio: a viabilização de modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)**. 2001. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SEMENTES Talismã. **Nós produzimos qualidade**. Safra 2004/2005. Informativo. 2004.

SENNETT. R. **A corrosão do caráter** – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEOANE, J.; TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SHANIN, T. **A definição de camponês: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão marxista**. Petrópolis: Estudos Cebrap, n. 26, 1980.

_____. El campesinato como clase. In _____. **Campesinos e sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura, 1979.

_____. **La clase incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, C. A. F. da. **Corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, J. M. **Parque das Emas**. Última pátria do Cerrado. Goiânia: Três Poderes, 1991.

SILVA, J. S. da. **A CPT Regional Goiás e a questão sociopolítica no campo**. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVA, L. de P. **Catalão: as transformações sócio-econômicas e seus reflexos na organização espacial urbana nas décadas de 70/90**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, L. S. D. da. Progresso e sertão goiano: a espera. In: BOTELHO, T. R. et. al. **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: UFG, 2002.

SILVA JÚNIOR, J. R; GONZÁLEZ, J. L. C. **Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade**. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA JÚNIOR, N. J. da. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Jornal O Popular**, Goiânia, 31 jan. 2004, p. 06. (Opinião).

SILVA, M. C. da. et al. Modernização da agricultura e rede de armazenamento de grãos no estado de Goiás. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. **Anais...** UFPB/AGB, 2002.

SILVA, S. S. da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Rio Branco: UFAC, 2003.

SILVA, N. A. da. As contradições no campo. **Revista Teoria & Debate**, nº 23 dez. 1993 a jan/fev. 1994.

SILVA, V. M. da. **Trabalhadores rurais de Itapuranga: experiências da resistência e organização – 1970-1980**. 2001. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciência Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SINGER, P. E os direitos trabalhistas? **Revista Época**, nº 285, 03 nov. 2003. p. 35.

SMITH, N. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica**. IN: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

_____. **Desenvolvimento desigual – natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução de E. de A. Navarro, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

SOARES, J. de L. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical. In: DIAS, E. F. et al.(Org.) **A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes**. Brasília: Sind. dos Eletricitários de Brasília, 1996.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, 2. ed. Guanabara, 1986.

SOTELO, A. V. **La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. 1. ed. Ciudad de México: Universidad Obrera de México/ENAT, 2003.

SOUZA, C. V. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

SOUZA, F. E. de. Agricultura: impactos sócio-ambientais no Cerrado. In: VIII ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA. Cidade de Goiás. **Anais...** UEG, 2003 (CD ROOM).

STACCIARINI, J. H. R. **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992/1997)**. 2002. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Nacional, 1972, p. 32-47.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STEIN, S. J.; STEIN, B. H. **A herança colonial da América Latina**: ensaios de dependência econômica. Tradução de J. F. Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THEODORO, S. H et al. Cerrado: o celeiro saqueado. In: DUARTE, L. M. G; THEODORO, S. H. (Orgs.). **Dilemas do Cerrado**: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica) In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH – USP, São Paulo. **Anais...** 2003a.

_____. Desenho social dos sem terra no Brasil. (Uma contribuição à “leitura” geográfica do trabalho). **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v.2, n.2, outubro de 2001. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 24 de nov. 2003.

_____. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra reforma agrária no Governo Lula. **Revista Pegada**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Vol. 4, n. 01, jun. 2003c. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 13 de set. 2003.

_____. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Petrolina. **Anais...** 2003b.

_____. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 15, 15 de enero de 1998.

_____. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. **Anais...** jul. 2002b.

_____. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a.

_____. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista)**. 1996. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **Revista Geográfica**. n.16, Bauru, 2000. p. 15-21.

_____. Território em transe. In: **Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Ibéroamericana**, 1999, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P.(Orgs). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-53.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Costumes em comum** - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. O termo ausente: experiência. **Miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONET, I. **O pluralismo metodológico:** um falso caminho. Disponível em: <<http://IvoTonet@revistapraxis.cjb.net>>. Acesso em: 25 de mar. 2004.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VALVERDE, O. et al. Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil – (Limites máximo e mínimo da propriedade da terra). **A questão agrária no Brasil: Textos dos anos sessenta.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.

VAZ, C. Diário de tropeiro. **Poemas.** Goiânia: Kelps, 2002.

VEIGA, J. E. **A reforma que virou suco:** uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Sociedade e agricultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VENANCIO, M. et al. Discutindo a problemática das barragens nas áreas de Cerrado: o caso do AHE Serra do Facão no Sudeste Goiano. In: V JORNADA DE GEOGRAFIA, 2003, Jataí. **Anais...** Campus de Jataí, Universidade Federal de Goiás.

VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N.; (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (Coleção Pensamento Petista).

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo:** em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. **Capital e propriedade fundiária:** suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Tradução R. B.; K. E. Barbosa. v. 1. Brasília-DF: UnB, 1991.

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. Tradução de R. E. F. Frias; G. G. Delaunay. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura, 1984.

WEHRMANN, M. E. S. de F.; DUARTE, L. M. G. Sojicultor: Agente de transformação nos cerrados brasiliros. In: DUARTE, L. M. G; THEODORO, S. H. **Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WILKINSON, J. **O estudo, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec/CEPA-BA, 1986.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WOORTMAM, E. F; WOORTMAN, K. **O trabalho da terra - A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997.

WWF (World Wide Fund for Nature) BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional**. v. VII, Brasília: Série Técnica, nov. 2000.